**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

MOISÉS ANTIQUEIRA

O Império romano de Aurélio Vítor

Versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”) da FFLCH/USP

**São Paulo
2012**

MOISÉS ANTIQUEIRA

O Império romano de Aurélio Vítor

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em
História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Corassin

Versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”) da FFLCH/USP

De acordo: _____
Profa. Dra. Maria Luiza Corassin

São Paulo
2012

ANTIQUEIRA, M. **O Império romano de Aurélio Vítor**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À memória de minha mãe, Valquíria,
iluminatio mea sempiterna

AGRADECIMENTOS

Manifestar os devidos agradecimentos a todos os que me ajudaram ao longo desta trajetória não corresponde a tão somente uma formalidade. Trata-se, antes, de um humilde, embora profundo, reconhecimento por tudo aquilo que me fora ofertado. No entanto, a maneira mais singela de externar esse sentimento repousa na valorização de todos os ensinamentos com os quais fui abençoado durante todos esses anos. O presente trabalho busca refletir tais lições. E, malgrado as falhas e limitações desta pesquisa, as virtudes da mesma se escoram no auxílio e na gentil atenção que várias pessoas me concederam. A todas estas, registro aqui o meu muito obrigado. A outras, porém, sei que as palavras jamais contemplarão a minha gratidão por inteiro. De todo modo, gostaria de agradecer imensamente:

A Micheli, a quem o destino permitiu que eu conhecesse e a quem o amor me manterá unido. Por toda a ternura, paciência, compreensão e respeito que me impulsionaram a trilhar o meu caminho nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, Gilberto e ao meu irmão, Lucas. Nosso sangue nos une; nosso amor nos faz seguir adiante. À minha cunhada, Lia, e suas palavras de apoio e motivação. E também aos meus avós maternos, João e Amélia, pelo inesgotável carinho.

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Maria Luiza Corassin. Alguns anos já se passaram desde que este rapaz do interior veio bater à sua porta. E hoje, finalizado o nosso trabalho, aproveito para expressar, uma vez mais, quão afortunado fui por contar com todos os seus conselhos e valiosas lições.

À Profa. Dra. Zélia Ladeira Veras de Almeida Cardoso e ao Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani, pela importante e mais que oportuna contribuição a mim dispensada, por ocasião do Exame de Qualificação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Joseph Farrell (University of Pennsylvania), pela gentileza em compartilhar algumas considerações a respeito da intertextualidade nos meandros da literatura latina e, de maneira especial, à Profa. Dra. Isabel Moreno Ferrero (Universidad de Salamanca), por debater comigo uma série de questões relativas à obra de Aurélio Vítor e à historiografia tardo-antiga como um todo.

Aos meus grandes amigos, de longa data e afeto perene: Alexandre Budaibes, Christiane Teodoro Custódio, Daniel Fazenaro, Gabriel Terra Pereira e Paulo Roberto de Oliveira.

Aos docentes e discentes vinculados ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em particular ao Prof. Dr. Marcos Luís Ehrhardt, que mantém viva a chama da Antiguidade no oeste paranaense, ao Prof. Dr. João Fernando Christofolletti, ao Prof. Ms. Danilo Ferreira da Fonseca, bem como aos amigos Alex Sander Sanoto, Guilherme Ignácio Franco de Andrade e Lúcio Fellini Tazinaffo.

À criaturinha mais carinhosa e dócil que há neste mundo, o meu “cãopanheiro” Dig, sempre ao meu lado durante as infindáveis horas dedicadas a esse texto.

E, finalmente, à pessoa mais maravilhosa que fez – e faz – parte de minha existência, minha amada mamãe, Valquíria.

A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provarem dignos da natureza, e sua fama eterna significa para eles, em que pese sua mortalidade, que podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre.

Hannah Arendt

*E quando pensi che sia finita,
è proprio allora che comincia la salita.*

Antonello Venditti

RESUMO

ANTIQUEIRA, M. **O Império romano de Aurélio Vítor**. 2012. 364 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Um estudo historiográfico das *Historiae abbreviatae* de Aurélio Vítor. Nisto consiste o presente trabalho, que procura determinar de que modo o referido historiador, no ocaso do reinado de Constâncio II, compôs uma narrativa dedicada à história do Império romano em sua totalidade. Para tanto, em primeiro lugar buscamos definir a natureza da obra. Em que pese os nítidos elementos biográficos que a integram, assim como a brevidade do texto, a obra de Aurélio Vítor deve ser pensada enquanto uma história, na medida em que o objetivo do autor se voltava para a exposição das causas que teriam condicionado o curso dos acontecimentos, da batalha de Ácio até o penúltimo ano do governo de Constâncio II. Desta forma, em um segundo momento, analisamos as estratégias de periodização e as concepções que Aurélio Vítor adotou a fim de contemplar a história imperial. As ações e o caráter moral dos sucessivos imperadores emergem nas *Historiae abbreviatae* como o motor a partir do qual se movimentava a história da era imperial romana. Isto implicava, pois, o reconhecimento das oscilações que o mundo romano teria vivenciado ao longo de quase quatro séculos e as contradições que animavam a conduta das personagens históricas. Do que resultava, igualmente, na impossibilidade de se identificar um modelo ideal de imperador, em razão dos fatores e das circunstâncias distintas que marcariam o desenrolar da história do Império romano, como narrada por Aurélio Vítor.

Palavras-chave: Império romano. Aurélio Vítor. Historiografia tardo-antiga. Política romana. Cultura romana.

ABSTRACT

ANTIQUERA, M. **The Roman Empire of Aurelius Victor**. 2012. 364 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A historiographical study of Aurelius Victor's *Historiae abbreviatae*. That is what defines the present work, which tries to ascertain how the aforementioned historian settled up a narrative about the history of the Roman Empire in the twilight of the reign of Constantius II. Therefore, we discuss at first the nature of the work. Despite the clear biographical trend we can observe in the text, as well as the brevity that characterizes it, the work of Aurelius Victor should be seen as a historical narrative since the author aimed to expose both the causes and the course of Roman imperial history, from the Battle of Actium to the last but one year of Constantius II's reign. Thereupon we examine the strategies of periodization and the perspectives defined by Aurelius Victor in order to compose his text. In the *Historiae abbreviatae*, the conduct showed by the emperors and their moral character represented the driving force of the narrative. That led the author to emphasize the ups and downs of Roman past in almost four hundred years of history. In this sense, Aurelius Victor did not lose track of some contradictions that encourage historical figures into action. That resulted in Aurelius Victor's failure to identify an idealized model of Roman emperor due to distinct elements and circumstances that he himself pointed out in the course of the history of the Roman Empire.

Keywords: Roman Empire. Aurelius Victor. Late antique historiography. Roman politics. Roman culture.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAAH	Acta ad Archaeologiam et Artium Historiam Pertinentia
AC	L'Antiquité Classique
ACD	Acta Classica Universitatis Scientiarum Debreceniensis
A&Cr	Antigüedad y Cristianismo: monografías históricas sobre la Antigüedad tardía
AHB	The Ancient History Bulletin
AHR	American Historical Review
AJPh	American Journal of Philology
Annales (ESC)	Annales: Économies, Sociétés, Civilisations
ANRW	Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung
ASNP	Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe de Lettere e Filosofia
BMCRev	Bryn Mawr Classical Review
CAH2	The Cambridge Ancient History. Second Series
CFC(L)	Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos
CHCL	The Cambridge History of Classical Literature
ChHist	Church History
CJ	Classical Journal
CLRE	Consuls of the Later Roman Empire
CP	Classical Philology
CQ	The Classical Quarterly
CR	Classical Review
CRAI	Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-lettres
CW	The Classical World

DHA	Dialogues d'Histoire Ancienne
EClás	Estudios Clásicos
FEC	Folia Electronica Classica
G&R	Greece and Rome
H&T	History and Theory
HAC	Historia Augusta Colloquium
Historia	Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte
HSCP	Harvard Studies in Classical Philology
JECS	Journal of Early Christian Studies
JLA	Journal of Late Antiquity
JRS	Journal of Roman Studies
JWI	Journal of the Warburg and Courtauld Institutes
K	Klio: Beiträge zur Alten Geschichte
MEFRA	Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité
NAC	Quaderni Ticinesi di Numismatica e Antichità Classiche
OCD	Oxford Classical Dictionary
P&P	Past and Present
PLRE 1	The Prosopography of the Later Roman Empire. Vol. 1
QUCC	Quaderni Urbinati di Cultura Classica
RE	Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft
REG	Revue des Études Grecques
REL	Revue des Études Latines
RFIC	Rivista di Filologia e di Istruzione Classica
RIDA	Revue Internationale des Droits de l'Antiquité
RN	Revue Numismatique
RPh	Revue de Philologie

RSI	Rivista Storica Italiana
SHHA	Studia Historica. Historia Antigua
TAPhA	Transactions and Proceedings of the American Philological Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Sexto Aurélio Vítor e uma história do Império romano	15
CAPÍTULO 1 – História abreviada ou biografia dos Césares?	21
1.1 <i>Aurélio Vítor, a serviço do Império romano</i>	21
1.2 <i>Algumas considerações acerca da tradição manuscrita do texto de Aurélio Vítor</i>	31
1.3 <i>A tradição epitomatória latina na segunda metade do século IV</i>	44
1.4 <i>As Historiae abbreuiatae entre biografia e história</i>	61
1.5 <i>Aurélio Vítor e o munus do historiador</i>	81
CAPÍTULO 2 – Império romano, uma história de decadência. Reflexões sobre o passado e o presente em Aurélio Vítor	93
2.1 <i>Periodização histórica e decadência nas Historiae abbreuiatae</i>	93
2.2 <i>Galieno e a (quase) ruína do Estado romano</i>	104
2.3 <i>A cidade de Roma: microcosmo da decadência</i>	122
2.4 <i>O cristianismo ou o interdito do silêncio</i>	143
2.5 <i>Um encômio à dinastia Constantiniana? O historiador, o passado e o presente</i>	155
CAPÍTULO 3 – O pêndulo de Aurélio Vítor	193
3.1 <i>Militares, provinciais, bárbaros</i>	193
3.2 <i>Bons e maus imperadores, boas e más eras. O peso de uma tipificação</i>	212
3.3 <i>A ruptura inaugural. Augusto e a dinastia Júlio-Cláudia</i>	218
3.4 <i>O pêndulo se move: Vespasiano e a reconstrução do mundo romano</i>	233
3.5 <i>O ponto de equilíbrio: do “cretense” Nerva ao “Antonino” Septímio Severo</i>	246
CAPÍTULO 4 – Sobre restaurações e eternos retornos	267
4.1 <i>“Caracalla, pari fortuna quo pater”</i>	267
4.2 <i>Um tempo cíclico nas Historiae abbreuiatae? Aureliano e a refundação de Roma</i>	277
4.3 <i>As representações sobre os senadores e a política imperial</i>	294
4.4 <i>Aurélio Vítor e a “cultura do criticismo”</i>	314

4.5 <i>Juliano: um imperador ideal?</i>	323
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Diocleciano e as contradições de Aurélio Vítor	336
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	340

INTRODUÇÃO – Sexto Aurélio Vítor e uma história do Império romano

Em uma entrevista datada de outubro de 1999 e publicada na revista *L'Histoire*, o medievalista Jacques Le Goff promovia uma de suas obras, que se centrava na figura de Francisco de Assis. Interpelado acerca de seu interesse em personalidades de vulto, Le Goff então respondeu: “sou [...] um biógrafo, se se trata de escrever a biografia de uma personagem que faz com que a sociedade de uma época gravite em torno de si e que dela encarne, ampliando-as, as características profundas”.¹

Não obstante se assumisse enquanto “biógrafo”, em razão do objeto para o qual devotava sua análise, Le Goff não perdia de vista o *métier* do historiador. O exame da vida de um indivíduo dotado de significativa visibilidade social, como era o caso do santo nascido em Assis, permitiria compreender globalmente um dado período e seus problemas, no entender do intelectual francês. Ou seja, Le Goff nos indica que, embora o seu estudo se centrasse em uma personagem, ele jamais deixara de ser “historiador”: tendo por norte uma vida singular, objetivava-se apreender o conjunto de determinada sociedade.

Julgamos reconhecer semelhante perspectiva a partir da análise de uma obra bastante distinta (e cronologicamente distante) daquela que Le Goff compôs há pouco mais de uma década. Nos meados do século IV depois de Cristo², um autor de língua latina chamado Sexto Aurélio Vítor³ redigiu uma narrativa que contemplava a história do Império romano, desde a batalha de Ácio, ocorrida em 31 a.C., até o penúltimo ano do reinado de Constâncio II (337-361). Se, porém, levarmos em conta a apreciação que Corbett (1949, p. 255-256) efetuou acerca da obra de Aurélio Vítor, nosso labor estaria privado de sentido. Corbett declara que a leitura do texto em questão seria “deprimente”, uma vez que, segundo ele, se trataria de um opúsculo desprovido de maior valor histórico ou, antes, corresponderia a algo “muito insignificante” para recompensar um longo estudo. Filólogo, Corbett criticava a estrutura narrativa, por vezes tortuosa e confusa, e mesmo as incoerências e os erros factuais que o livro de Aurélio Vítor contém, resultando naquela virulenta avaliação.

Mas o despreço em relação a Aurélio Vítor não se restringia a filólogos como Corbett. Em uma rápida, porém interessante análise efetuada ainda na década de 1960, MacMullen (1964b, p. 343) explica os motivos que faziam dos séculos III-V, até aquele

---

¹ Cf. Le Goff (2010, p. 47).

² A partir deste ponto, todas as datas se referem à era cristã, salvo indicação em contrário.

³ Doravante, Aurélio Vítor.

momento, uma época pouco apreciada por parte dos antiquistas e, em específico, por parte dos historiadores. Primeiramente, a própria constituição do universo acadêmico europeu e estadunidense, no interior do qual a História Antiga se inseriria como um “apêndice” aos Departamentos de Letras Clássicas. Os estudantes se familiarizariam com a sociedade romana a partir da leitura de luminares como Tito Lívio e Horácio, por exemplo, dispensando o contato com a obra dos considerados “*second-hand authors*”, dentre os quais se listariam aqueles que compuseram durante a era tardo-imperial, como era o caso de Aurélio Vítor.

Em segundo lugar, MacMullen sublinha a própria natureza da produção literária que floresceu entre os séculos III e V. “*The posture of retrospect*”, que se verificaria em boa parte dos autores tardo-antigos, teria conduzido o leitor moderno a voltar a sua atenção para os escritores que viveram nos períodos precedentes, uma vez que corresponderiam às fontes de informação (e de inspiração) dos literatos que viveram durante a Antiguidade Tardia. Nestes termos, um historiador como Amiano Marcelino soaria menos atraente que Tácito, a quem porventura havia emulado. cremos que o quadro construído por MacMullen nos auxilia a esclarecer algumas das razões pelas quais o livro composto por Aurélio Vítor recebeu pouca atenção em meio aos estudos historiográficos realizados em boa parte do século XX.⁴

Faz-se necessário, porém, matizar tal assertiva. Nas últimas quatro décadas, vários estudos referentes aos mais diversos temas, englobados nos limites temporais do “modelo browniano” de Antiguidade Tardia, abordam e discutem passagens extraídas do livro de Aurélio Vítor.⁵ À guisa de ilustração, dada a escassez de evidências literárias no que se refere às múltiplas crises que irromperam, ao longo do século III, em diversas regiões que compunham o Império romano, o texto escrito por Aurélio Vítor equivale a uma nada desprezível fonte de conhecimento acerca do período por ora indicado.

No entanto, mesmo em um momento anterior à explosão dos trabalhos relativos à Antiguidade Tardia, era possível encontrar valorações positivas a respeito do labor de Aurélio Vítor. Poucos anos depois de Corbett tecer seu áspero juízo, C. Starr (1956) salientaria os eventuais predicados de Aurélio Vítor, a ponto de designá-lo como “*historian of Empire*”.⁶

⁴ Mendes (2002, p. 23), ao se referir aos livros elaborados por Aurélio Vítor e Eutrópio, destaca que “talvez pelo caráter sintético e esquemático das duas obras ou pela existência de alguns equívocos históricos, elas tenham sido tão pouco exploradas pela historiografia e mesmo consideradas ‘obras menores’ do século IV”.

⁵ Inúmeros são os exemplos. Para tanto, basta atentar aos trabalhos incluídos na bibliografia do presente estudo. Contudo, vale ressaltar que em “*Late Antiquity: a guide to the postclassical world*”, obra de referência no que tange à Antiguidade Tardia e organizada por Bowersock, Brown e Grabar (1999), não há verbete destinado a Aurélio Vítor, ao passo que escritores como al-Baladhuri (?-ca. 892), autor de obras que relatam os primórdios das conquistas islâmicas e Jordanes, responsável pela elaboração, em meados do século VI, de compilações como a *Getica* e a *Romana*, receberam o seu devido lugar na supramencionada coletânea.

⁶ Em verdade, C. Starr seguia a trilha aberta por Amiano Marcelino, que efetuou em suas *Histórias* um rápido comentário sobre Aurélio Vítor, definindo-o como um “*scriptor historicus*” (cf. Amm. Marc., 21.10.6).

A moderna crítica historiográfica, porém, raramente ecoou o juízo formulado por C. Starr. Logo, a obra composta por Aurélio Vítor tem sido classificada ora como um conjunto de biografias imperiais, ora como um breviário de história ou, mais propriamente, como uma “*biografia [...] in forma compendiosa*”, para citarmos La Penna (1986, p. 171). Nota-se uma forte tendência no sentido de destrinchar as concepções e reflexões pertinentes à composição de gêneros literários, como formuladas pelos próprios antigos, e projetá-las sobre qualquer texto escrito na Antiguidade greco-romana, como se tais preceitos assumissem um valor fixo e, pois, determinante. Em princípio, a biografia retrataria a conduta e as ações, exemplares, que concernissem a uma única personagem, ao passo que a história se focaria na gesta coletiva de um povo ou um tipo de sociedade. Por isto, as narrativas historiográficas se diferenciariam dos relatos biográficos, ainda que se reconhecessem pontos de contato.

Com efeito, faz-se oportuno ressaltar que os próprios antigos estabeleceram uma distinção entre história e biografia. Na prática, porém, as fronteiras entre os gêneros se mostrariam menos rígidas. As transformações políticas e sociais que se desenrolaram ao longo do período imperial romano redundaram no fato de que a diferença entre os gêneros, assinalada por Cornélio Nepos ao final da República⁷, não se revelaria cristalina. Abordar a história romana a partir de Augusto (27 a.C.-14 d.C.) implicava, pois, em se destacar aspectos concernentes à personalidade dos príncipes. Assim, em especial após Suetônio, “*la biographie a été plus souvent intégrée à l'historiographie*” (CIZEK, 1995, p. 17).

Neste ensejo, argumentamos que a ideia de “história abreviada”, como exposta no título dos dois manuscritos baixo-medievais que transmitiram o texto de Aurélio Vítor (sob a forma plural de “*Historiae abbreviatae*”), define com maior propriedade a natureza do livro sobre o qual focamos o nosso trabalho. À luz da tradição epitomatória latina do século IV, Aurélio Vítor compôs um sucinto relato acerca de quase quatrocentos anos de história do Império romano. Porém, embora se centrasse na figura dos imperadores, Aurélio Vítor procurou refletir sobre o devir dos acontecimentos, interpretando-os de maneira que, à sucessão de *uitae*, sobrepunha-se uma análise voltada à história imperial romana em sua totalidade. Sendo assim, no Capítulo 1, considerando-se as noções e as regras que os antigos desenvolveram quanto à composição de obras históricas e biográficas, assim como as mudanças e nuances que se observam na própria escrita da história romana durante o período imperial, pensaremos as *Historiae abbreviatae* a partir de um duplo percurso. Tomando de empréstimo os preceitos advogados por Fontaine (1977) e por BurrIDGE (2004), poder-se-ia

---

⁷ Cf. Nep., *Pelop.* 16.1.1.

argumentar que a obra de Aurélio Vítor derivava de uma “mistura de gêneros”, de forma que as convenções relativas à história, à biografia e aos epítomes durante a Antiguidade Tardia teriam sido manipuladas de maneira flexível.

Malgrado isto, é possível avaliar que Aurélio Vítor manipulou elementos e concepções comuns à escrita da história em si – caso, por exemplo, do propósito de reabilitação do passado, que remetia à prática herodoteana e taciteana –, nos quais se salientava a importância do indivíduo e o papel essencial que as ações e motivações mais pessoais ocupariam no desenrolar dos eventos. Em função disto, apontaremos também por quais motivos as *Historiae abbreviatae* não se definem adequadamente como um epítome, embora entronizassem como princípio composicional o recurso retórico da *breuitas*. Por isto, urge explorarmos inicialmente de que modo se constituiu a tradição manuscrita relativa à obra, bem como as concepções que sustentam a usual (e equivocada) referência ao texto como *De Caesaribus* ou *Caesares*, como se de uma série de compactas biografias dos imperadores se tratasse.

Todavia, ao concebermos o livro de Aurélio Vítor como uma “história abreviada”, não poderíamos nos limitar à definição de sua forma, mas antes, e em particular, teríamos que nos dedicar à análise da estrutura e das modalidades do discurso elaboradas por Aurélio Vítor, que visavam conferir inteligibilidade aos fatos abordados na obra. Em outras palavras, a partir do Capítulo 2 o presente trabalho se volta ao estudo dos mecanismos e dos modos de representação⁸ sobre os quais Aurélio Vítor fundamentou sua interpretação da história imperial. Para tanto, fazia-se necessário que Aurélio Vítor delineasse uma organização temporal para sua narrativa, a fim de conferir coerência ao relato dos eventos por ele selecionados. Assim, o texto apresenta certas digressões ou comentários generalizantes que constituem balizas temporais, seccionando o conjunto da história do Império romano em cinco períodos distintos entre si. Argumentamos que Aurélio Vítor, ao definir tais recortes no interior da história por ele narrada, havia assim procedido porque tais intervalos de tempo lhe pareceram vivos e pertinentes para o próprio contexto histórico em que ele se inseria.

Deste modo, apontaremos no Capítulo 2 de que maneira Aurélio Vítor se agarrou a um *topos* retórico e historiográfico observado na escrita da história romana desde a época tardo-republicana, qual seja, a noção da decadência de Roma ou da “romanidade”, isto é, das práticas, valores e representações que configurariam os traços identitários do “ser romano”.⁹

---

⁸ Entendemos que as formas de representação que um autor compõe em sua obra não se situam enquanto “simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2010, p. 7).

⁹ A “romanidade” é entendida aqui como sinônimo de uma “cultura romana”, no sentido da existência de um compartilhamento de significados. Ou seja, defendemos a noção de que os indivíduos que pertencem (ou se

Ajuizamos que, ao se pontuar o desenrolar da história imperial mediante a sucessão dos *Augustos* e *Césares*, um autor como Aurélio Vítor transmitiu uma percepção linear de temporalidade, a qual se impôs um marcado corte: o falecimento do imperador Severo Alexandre (222-235), episódio este que seria identificado como um ponto de viragem. De acordo com Aurélio Vítor, a sociedade romana ingressaria, a partir de então, em uma espiral descendente, caracterizada pela inversão da ordem social e dos valores ancestrais (cf. *Hist. abbrev.* 24.9-11). Assim sendo, demonstraremos em que sentido o relato tangente ao governo de Galieno (253-268) sintetizaria a ótica decadentista que se verifica no interior da narrativa.

No entanto, o referido discurso assumiria outras dimensões no interior do texto. A perspectiva do “declínio de Roma”, na obra de Aurélio Vítor, corresponde à maneira pela qual o historiador dialoga com sua própria época. Nestes termos, o devir da cidade de Roma pode ser pensado como uma metonímia da decadência do mundo romano em seu todo, do que a recusa de Aurélio Vítor em nomear explicitamente a cidade de Constantinopla surge como traço mais saliente. Isto nos conduz, logo, à análise que Aurélio Vítor efetuou acerca dos reinados das personalidades que se vinculavam umbilicalmente à localidade situada às margens do Bósforo, ou seja, Constantino (306-337) e Constâncio II. Em que pese a forma encomiástica por meio da qual Aurélio Vítor se referiu à casa constantiniana, argumentamos que as *Historiae abbreviatae* foram compostas de uma maneira tal que o autor veiculou, pelo contrário, uma visão negativa acerca de Constantino e de seus filhos. Propomos, pois, a existência de dois níveis hermenêuticos nos interstícios da narrativa que Aurélio Vítor havia dedicado ao “tempo presente”: um, mais superficial, em que o historiador se posicionou de modo cauteloso em relação à dinastia Constantiniana e outro, mais profundo, em que se avaliava o presente à luz dos valores e dos ideais que se tomavam por tradicionais e, pois, ancorados no passado.

Todavia, o discurso elaborado por Aurélio Vítor não se esgotava em uma retórica decadentista. A leitura da obra nos permite identificar que o autor também concebeu o movimento da história imperial partindo de ritmos diferentes, que respondiam a pressupostos específicos que se articulavam nos meandros da narrativa. Deste modo, no Capítulo 3 indicaremos a função crucial que Aurélio Vítor atribuía aos imperadores no decurso da história, de tal monta que a relevância dos diferentes *principes* não poderia ser limitada a uma caracterização maniqueísta dos mesmos, divididos entre “*boni*” e “*mali*”. Isto não impediu,

---

julgam pertencer) a uma dada cultura partilham entre si um conjunto de ideias e experiências, expressas por intermédio de um determinado número de práticas e de representações sobre as quais se assenta a construção de uma identidade mutual (HUSKINSON, 2000a, p. 5).

porém, que Aurélio Vítor enxergasse na “*uita moresque*” dos imperadores o elemento que, efetivamente, teria moldado as feições de um momento histórico circunscrito. Partindo destes pressupostos, sugerimos que a história do Império esboçada por Aurélio Vítor oscilaria, comparando-se com o movimento de um pêndulo, entre períodos de declínio, marcados em grande medida pela ação dos soldados, que se aproveitavam da fraqueza e dos vícios de certos soberanos, e épocas de renovação da ordem social, em que as virtudes dos príncipes garantiriam, aos olhos do autor, a restauração da grandeza romana.

Sendo assim, exporemos uma análise acerca da maneira como Aurélio Vítor apresentou a história imperial romana entre os reinados de Augusto e Septímio Severo (193-211), ressaltando os traços que julgamos mais significativos em meio à construção discursiva, e que colocavam em evidência a perspectiva que indicamos no parágrafo anterior. Em seguida, no Capítulo 4 discutiremos em que sentido Aurélio Vítor teria manifestado uma concepção temporal cíclica, em razão da forma pela qual insere o reinado de Aureliano (270-275) em sua narrativa, representado enquanto um “segundo Rômulo”. Além disso, atentaremos também para a caracterização e a avaliação que Aurélio Vítor teceu a respeito de outras camadas sociais que integravam a sociedade romana, caso dos senadores e dos funcionários imperiais, na medida em que o historiador compreendia que tais grupos exerciam um determinado papel no tocante à manutenção do Estado imperial. Isto é, discorrer-se-á sobre o lugar ocupado por tais agentes históricos no interior da narrativa, enquanto promotores (ou não) dos valores que Aurélio Vítor reputava como componentes de uma “romanidade ideal”, tal como se depreende da análise do texto. Finalmente, debateremos em qual sentido o jogo antitético entre os períodos demarcados no decurso da história imperial poderia guardar alusões ao iminente governo de Juliano, que ascendera na cena política justamente no momento em que Aurélio Vítor redigia o seu texto.

Nas Considerações Finais, nos centraremos no retrato que Aurélio Vítor pincelou acerca do imperador Diocleciano (284-305) e de seus feitos, a fim de ilustrarmos de que modo as contradições observadas nas *Historiae abbreviatae* consistem em um aspecto fundamental em meio ao projeto historiográfico levado a cabo por Aurélio Vítor, no ocaso da dinastia Constantiniana.

CAPÍTULO 1 – História abreviada ou biografia dos Césares?

1.1 Aurélio Vítor, a serviço do Império romano

Antes do historiador, o funcionário imperial. Esta era a condição que caracterizava Aurélio Vítor ao tempo em que se pôs a redigir uma obra acerca da história do Império romano. Nos meandros de seu texto, Aurélio Vítor trazia algumas referências às suas próprias origens. Com efeito, em meio a uma breve reflexão acerca do prestígio das artes liberais, o autor afirmava que se trataria de algo em que

todos os homens bons devem ter grande confiança [...], inclusive eu mesmo, que, *nascido no campo de um pai pobre e inculto (tenui atque indocto patre)*, alcancei até este momento uma vida bastante honrada¹ graças a tão nobres estudos (*Hist. abbrev.* 20.5, grifo nosso).²

Ao que tudo indica, a área rural a qual Aurélio Vítor se refere corresponderia a algum lugar no interior das províncias que integravam a África romana. O prefácio redigido para o conjunto do *corpus* tripartite, no interior do qual a obra de Aurélio Vítor viria a ser transmitida no Medievo³, aponta para as origens “africanas” do autor em questão. O indivíduo responsável pela elaboração daquele *corpus* assegura ter se pautado em um grande número de escritores, dos quais o último a ser listado seria “*Victor Afer*”.⁴

Em que pese a relevância destas informações, os elementos apontados por Aurélio Vítor em sua própria narrativa não permitem que se reconstrua um quadro preciso a respeito de sua vida e de sua carreira. Para tanto, dispomos de outras fontes, literárias e epigráficas, que comportam alguns dados acerca do autor. Especula-se que tenha nascido por volta do ano 320, no seio de uma família que, como indicado em *Hist. abbrev.*, 20.5, à primeira vista vivia em humildes condições (BIRD, 1984, p. 5). Devemos, contudo, matizar tal proposição. Dado o conhecimento das letras latinas que Aurélio Vítor possuía, a ponto de tornar possível a

¹ Eis que nos deparamos com uma assertiva que ilustra uma das possibilidades que um *humilior*, no século IV, teria para ascender socialmente, considerando que a posição que Aurélio Vítor viria a alcançar ao longo de sua vida não se vinculava aos usuais critérios de *status*, a saber, nascimento e riqueza (HOPKINS, 1961, p. 247).

² No que tange às citações à obra, dispensamos o formato de abreviatura (“*Caes.*”) usualmente empregado nos estudos acadêmicos em favor de um novo modelo (“*Hist. abbrev.*”), que remete diretamente ao título que os manuscritos atribuem ao texto composto por Aurélio Vítor. Sendo assim, seguimos a forma que se sugere nos trabalhos de Fowden (1994, p. 149) e de Malosse (1999, p. 465).

³ Quanto à natureza, à elaboração e aos conteúdos desse *corpus* tripartite, ver Cap. 1, seção 1.2.

⁴ Cf. o prólogo inserido na obra *Origo gentis Romanae*.

composição de uma obra em prosa, soaria implausível que seu pai fosse demasiado pobre e inculto; a capacidade de elaborar um texto sinaliza o fato de Aurélio Vítor ter obtido acesso à educação letrada que escapava a grande parte da população do Império.⁵ Neste sentido, quiçá o pai de Aurélio Vítor tivesse sido um pequeno proprietário⁶, que dispunha de recursos suficientes para garantir que seu filho se instruisse na gramática e na retórica latinas.

É provável que Aurélio Vítor tenha deixado sua província natal e migrado para a cidade de Roma ainda ao final da década de 330 e lá permanecido ao longo do decênio seguinte. Aurélio Vítor demonstra que teria presenciado a (possível) aflição e o incômodo que teriam consumido os ânimos da população da *Urbs* por conta do fato de que Constantino “foi enterrado na cidade que leva o seu nome” (cf. *Hist. abbrev.* 41.17), ou seja, em Constantinopla, ao invés de ser inumado na cidade de Roma. Ademais, em *Hist. abbrev.* 28.2, o autor manifestou todo o seu pesar diante da constatação de que o milésimo centésimo aniversário de fundação da cidade de Roma, ocorrido em 348, foi marcado pela ausência de cerimônias solenes que, no entender de Aurélio Vítor, eram necessárias para que se celebrasse devidamente tal acontecimento.

Desta forma, Bird (1984, p. 7) propõe que Aurélio Vítor tivesse ingressado na “burocracia” imperial por volta da metade dos anos 340, integrando o corpo dos notários, uma espécie de secretariado no interior do consistório imperial.⁷ Por sua vez, Amiano Marcelino (21.10.6) nos informa que Aurélio Vítor se encontrava em Sírmio, na província da Panônia Segunda, no ano de 361. Soa plausível, todavia, que ele residisse na região da planície panônica desde os meados da década anterior, visto que introduziu em sua obra uma laudatória menção a Anatólio, prefeito pretoriano da Ilíria entre 357 e o início de 360 (cf. *Hist. abbrev.* 13.6). Talvez Aurélio Vítor tenha exercido o cargo de “numerário”, responsável por um dos vários *scrinia* (ou “departamentos”) que formavam o aparato fiscal e financeiro da

---

⁵ Harris (1991, p. 329-330) determina que, considerando-se o Império romano em sua totalidade, os níveis de letramento variaram bastante de uma região a outra. Malgrado isto, evidencia que uma larga parcela da população provincial desconhecia por completo o latim e o grego, de modo que as línguas indígenas configurariam a base para a comunicação verbal entre os habitantes dessas áreas. Nas províncias ocidentais, a capacidade de ler e escrever em latim provavelmente se restringia às elites sociais citadinas e aos indivíduos cuja atividade demandava o conhecimento das letras.

⁶ A procura constante por indivíduos que pudessem servir ao Estado imperial implicava, no decurso da era tardo-antiga, a necessidade de uma nada desprezível mão de obra educada, a qual era preenchida por membros de pequenas famílias proprietárias de terras, nas mais variadas províncias (TALBOT, 2007, p. 83).

⁷ Jones (1964, p. 572) destaca que, a princípio, o ofício dos notários era ocupado por pessoas bastante humildes. No entanto, dado o caráter confidencial do trabalho que exerciam e a proximidade com a pessoa do imperador, rapidamente adquiriram relevância. Já na década de 350, sob o reinado de Constâncio II, os notários foram empregados em diversas missões, de natureza diplomática, administrativa e mesmo eclesiástica ou militar.

prefeitura do pretório da Ilíria, cujo centro administrativo correspondia, justamente, à cidade de Sírmio, pelo menos até o final da década de 370 (BIRD, 1984, p. 10).⁸

Por volta da metade do mês de julho de 361, porém, a chegada do imperador Juliano em Sírmio viria alterar radicalmente a sorte de Aurélio Vítor.⁹ Juliano, aclamado *Augusto* por suas tropas em fevereiro ou março de 360, marchava a partir da Gália em direção ao Oriente para confrontar-se com o imperador “*senior*” reinante, Constâncio II, que então organizava uma expedição a ser lançada contra os persas sassânidas. É possível que Aurélio Vítor tivesse mantido contato com Juliano durante a brevíssima estada deste em Sírmio; dias depois, o monarca já havia se movido para a cidade de Nis (na província da Mésia Primeira). Algum tempo depois, oficiais ligados a Juliano ordenaram que Aurélio Vítor se dirigisse até Nis para que se reunisse com o monarca. Juliano, muito provavelmente ainda na condição de usurpador¹⁰, conferiu a Aurélio Vítor o governo consular da província da Panônia Segunda, juntamente com uma estátua de bronze¹¹, que foi erigida em local desconhecido dos pesquisadores modernos. Como aclara Jones (1964, p. 391), não havia regramento algum que proibisse um imperador de indicar indivíduos que pertencessem às camadas inferiores para ocupar relevantes postos na administração provincial. Tratava-se, pois, de uma seleção pessoal por parte do soberano, que refletiria suas próprias preferências ou idiossincrasias. Nestes termos, a escolha de Aurélio Vítor – ou de qualquer outro funcionário que fosse – não congrega em si algo surpreendente ou inaudito.

Assim, a partir de novembro de 361, atribuiu-se a Aurélio Vítor a tarefa de administrar uma importante província, estrategicamente localizada a meio caminho entre as partes ocidental e oriental do Império. Ademais, o governo da Panônia Segunda representou uma

⁸ A transformação da prefeitura do pretório em magistratura cuja função era supervisionar uma das três ou quatro permanentes subdivisões administrativas do Império operou-se, em princípio, com Constante (337-350), que a partir de 340 indicou dois prefeitos para administrar as áreas que outrora repousavam sob a autoridade de seu irmão Constantino II (337-340), quais sejam, a Gália, a Bretanha e a Hispânia. Em 354, Constâncio II, na condição de único *Augusto* reinante, estendeu o sistema de prefeituras do pretório regionais para a porção oriental do Império. Tais mudanças podem ser vistas como um complemento à gradual separação entre os ramos civil e militar da administração imperial, processo este que foi consolidado ao longo do reinado de Constantino. Porém, nas quatro primeiras décadas do século IV, os prefeitos pretorianos ainda se encontravam inseridos nas cortes imperiais, acompanhando os diferentes monarcas em seus deslocamentos pelo território imperial (LIEBESCHUETZ, 1987, p. 464).

⁹ A cronologia dos deslocamentos de Juliano no ano de 361 se baseia em Nixon (1991, p. 118). Para uma datação tardia, pautada na tese de que Juliano alcançou a cidade de Sírmio apenas no dia 10 de outubro do referido ano, cf. Bowersock (1978, p. 58) e Bird (1984, p. 11).

¹⁰ Constâncio II pereceu na Cilícia, vitimado por uma febre, em 3 de novembro de 361, quando conduzia seu exército rumo ao Danúbio, tendo em vista a presença de Juliano na Ilíria. Vale lembrar que haveria de se transcorrer alguns dias, e mesmo semanas, até que a notícia referente à morte do imperador fosse amplamente conhecida. Logo, é provável que Aurélio Vítor tivesse se encontrado com um indivíduo que, tecnicamente falando, se situava enquanto um usurpador, porque Constâncio II não havia reconhecido a elevação de seu primo, o *César* Juliano, à posição de *Augusto*.

¹¹ Como informado por Amiano Marcelino (21.10.6).

considerável mudança na condição social de Aurélio Vítor, pois este passava a usufruir o estatuto de “claríssimo” e, deste modo, garantia seu ingresso na ordem senatorial (JONES, 1964, p. 532-533). Entretanto, não se sabe ao certo por quanto tempo Aurélio Vítor governou a referida província. Ao final do mês de maio de 365, um indivíduo sobre o qual não dispomos senão do nome, Fortunato, foi indicado para ocupar o mesmo cargo que Aurélio Vítor havia assumido em novembro de 361.¹² Contudo, não existem indícios claros acerca da existência de outro varão que tivesse exercido a mesma função, sucedendo imediatamente a Aurélio Vítor e antecedendo ao supramencionado Fortunato. Seja como for, podemos supor que, depois da morte de Juliano em junho de 363, Aurélio Vítor tivesse sido alijado do ofício na Panônia Segunda, pois os imperadores cristãos Valentiniano (364-375) e Valente (364-378) adotaram uma política de substituição de grande parcela dos governadores indicados pelo “apóstata” Juliano (SANCHO GÓMEZ, 2008, p. 21).

Infelizmente, não dispomos de informações acerca da vida e da carreira de Aurélio Vítor até que alcancemos os anos de 388 e 389¹³, período em que ele exerceu a função de “*iudex sacrarum cognitionum*”, ou seja, um juiz de apelação designado pelos imperadores, dotado da prerrogativa de decidir certos litígios (BERGER, 2008, p. 319). Isto demonstra que Aurélio Vítor dispunha de um considerável conhecimento do direito romano.¹⁴ Mais importante ainda, lança luz sobre um dos pontos que mais se sobressaem no interior das *Historiae abbreviatae*, qual seja, a ênfase destinada à atividade jurídica dos imperadores. Por isto, sugerimos que Aurélio Vítor tivesse deixado o norte da África e se estabelecido na cidade de Roma, em fins da década de 330, para se instruir no campo jurídico, uma vez que,

¹² Para tanto, cf. *PLRE* 1, p. 370.

¹³ Tanto González y González (1997, p. II) quanto Gonçalves (2006, p. 3) afirmam que Aurélio Vítor foi agraciado com o exercício do consulado em 369. Tal assertiva, no entanto, carece de sustentação. De fato, nota-se a existência de um determinado “Victor” como cônsul no ano reportado, ao lado de Valentiniano II (375-392), jovem filho de Valente. Contudo, tratar-se-ia de Flávio Vítor, *magister equitum* no Oriente desde o governo de Joviano até, aproximadamente, o ano de 379 (cf. *CLRE*, p. 272-273). Ou seja, uma personagem que não pode ser confundida com Aurélio Vítor. Sem contar que o cônsul do ano de 369 correspondia a um indivíduo de extração sármata, se a informação trazida por Amiano Marcelino (31.12.6) estiver correta. Em suma, Flávio Vítor equivalia a um *miles* e a um *barbarus*, um tipo de indivíduo em relação ao qual Aurélio Vítor se revelaria completamente avesso em sua obra.

¹⁴ O fato de Aurélio Vítor ter administrado a província da Panônia Segunda também pode ser tomado como uma evidência indireta da familiaridade que o autor possuiria em relação às leis. Isto porque, após as reformas administrativas realizadas na época tetrárquica e refinadas pelos Constantinianos, a principal responsabilidade legada aos governadores das multiplicadas – porém territorialmente reduzidas – províncias se circunscrevia à aplicação da justiça. Deste modo, as fontes jurídicas, não raro, se referiram a eles a partir do título de “*iudices*” (HARRIES, 1999, p. 162). Além disso, vale recordar que tais governadores não dispunham mais do comando militar, a cargo dos *duces*, e tinham de responder diretamente aos seus superiores imediatos, os vicários e os prefeitos pretorianos e, em última instância, aos imperadores, que usualmente se encontravam distantes. Neste ensejo, Aurélio Vítor teria se mostrado habilitado para exercer o governo da Panônia Segunda em razão, entre outros, de seus conhecimentos na área do direito.

conforme Marrou (1973, p. 456), na *Urbs* se localizava o único centro “oficial” de ensino do direito para toda a parte ocidental do Império.¹⁵

Outrossim, sabemos que Aurélio Vítor ocupou, no biênio 388-389, o prestigioso cargo de “*praefectus urbis Romae*”, prefeito da cidade de Roma, por indicação do imperador Teodósio (379-395).¹⁶ Magistratura de elevado valor social, mas que também compreendia uma sensível tarefa, sobretudo durante a Antiguidade Tardia, em que o absenteísmo imperial tornou-se um fator com o qual os habitantes de Roma tiveram que conviver. De acordo com Marcone (1995), no século IV o *praefectus urbi* se via diante da delicada responsabilidade de assegurar a ordem pública em uma cidade que não contava mais com a assistência imediata por parte dos imperadores. A manutenção da tranquilidade urbana passava, pois, pelo ato de satisfazer as necessidades básicas da plebe romana. Logo, garantir a distribuição regular da *annona* equivalia à solução elementar para a prevenção de desordens no interior da cidade.¹⁷

Pois bem, Aurélio Vítor assumiu tão relevante ofício na condição de sucessor de Sêxtio Rústico Juliano, provavelmente no último quadrimestre do ano de 388, e veio a ser substituído por Ceônio Rufio Albino, que se tornou prefeito da cidade em 17 de junho de 389. Aurélio Vítor dedicou uma estátua a Teodósio, erigindo-a no Fórum de Trajano, por ocasião da visita do imperador à cidade, que se desenrolou entre os meses de junho e agosto de 389.¹⁸ Tal monumento apresenta em seu pedestal uma inscrição em que se encontram

---

¹⁵ Greatrex (2001, p. 157) esclarece que jovens ambiciosos, advindos das mesmas camadas sociais das quais se presume que Aurélio Vítor era originário, preferiam ingressar em uma escola de direito por causa das oportunidades de ascensão social oferecidas àqueles que dominassem as letras jurídicas. Porém, uma vez integrados ao serviço burocrático imperial, seja na corte ou nas províncias, o progresso na carreira poderia resultar assaz limitado. Uma eventual maneira de se destacar dos demais correspondia ao engajamento em alguma atividade literária, lançando mão das técnicas retóricas apreendidas graças ao estudo das artes liberais. Esse ponto de vista fundamenta as hipóteses formuladas a respeito da nomeação de Aurélio Vítor para governar a província da Panônia Segunda, como se nota em Bowersock (1978, p. 59) e também em Bird (1984, p. 11).

¹⁶ T. Barnes (1974, p. 445-446) assinala que, no século IV, a *nobilitas* ainda correspondia a um grupo diferenciado no seio da ordem senatorial. Todavia, ao menos a partir das reformas de Constantino, um senador figurava como *nobilis* se ele ou algum antepassado tivessem sido cônsul ordinário, prefeito da cidade ou prefeito pretoriano. Isto ilustra o relevante *status* que Aurélio Vítor havia adquirido. Mas a distinção apontada por T. Barnes não encontrava espaço na obra do próprio Aurélio Vítor; este, por vezes, empregou o termo *nobilitas* para designar o conjunto dos senadores ou mesmo o Senado em si (cf. *Hist. abbrev.* 4.1; 23.3).

¹⁷ A partir do reinado de Constantino, o prefeito da cidade transformou-se, em definitivo, no interlocutor privilegiado do povo de Roma (MÉNARD, 2004, p. 99).

¹⁸ Chastagnol (1960, p. 441) defende que as nomeações de “pagãos” como Aurélio Vítor e Ceônio Rufio Albino ocorreram em um período em que as relações de Teodósio com Ambrósio, bispo de Milão, se encontravam estremecidas. Assim, o imperador teria desejado sustentar sua autoridade sobre a aristocracia senatorial de Roma, algo demonstrado pela nomeação de “não cristãos” para a prefeitura da cidade. A intenção teodosiana de se aproximar da *Urbs* e dos valores por ela simbolizados explicariam a duração excepcional da visita – considerando-se o contexto político imperial em fins do século IV – e o fato de que Teodósio dirigiu-se a Roma fazendo-se acompanhar por quase todos os integrantes de sua corte (GONZÁLEZ, 2009, p. 49).

listados os dois cargos que foram exercidos por Aurélio Vítor naquele tempo.¹⁹ Dada a inexistência de informações a respeito do autor em períodos posteriores a 389, presume-se que o mesmo veio a falecer ao final do referido ano ou pouco tempo depois.

Portanto, a carreira de Aurélio Vítor retrata uma via concreta de ascensão, nos meandros da sociedade tardo-antiga, ao alcance de indivíduos letrados que labutassem no interior das fileiras da burocracia imperial no século IV. Em outras palavras, a passagem da condição de *humilior* para a de *honestior*.²⁰ Neste ensejo, o livro composto por Aurélio Vítor pode ser encarado como um “*token of culture*”²¹, um artefato cultural produzido por um indivíduo cuja promoção social estava relacionada à aquisição de um dado nível de letramento e à capacidade de compreender e de reagir diante de difusas referências culturais.

Todavia, vale destacar que, no momento em que redigia a sua obra, Aurélio Vítor ainda se enumerava dentre os funcionários a serviço do prefeito pretoriano da Ilíria – ou seja, ainda não pertencia à elite política imperial. Considerando, no entanto, a perspectiva defendida por Matthews (2000) acerca da “proliferação das elites” durante o período imperial, advogamos que indivíduos como Aurélio Vítor, ainda nos meados do século IV, teriam feito parte de uma “outra elite”, formada por homens a serviço do Estado. À medida que o Império romano adquiria maior complexidade estrutural, as soluções aos diferentes problemas e as áreas de atuação estatal se tornaram igualmente complexas, algo que, por seu turno, demandava a incorporação de um número cada vez maior de indivíduos dotados de diversas competências nos campos da administração ou das finanças. “*This feeds back into Roman society*”, escreve Matthews (2000, p. 440), “*by creating new elites, as the people who have advanced by means of these specialisms exact due recognition as members of a new elite of government service*”.

Concluindo, a instrução nas *bonae artes* possibilitou a Aurélio Vítor sua inclusão no interior de uma “nova elite”. Além disso, como coloca Greatrex (2001, p. 148), a formação letrada forneceu a Aurélio Vítor as habilidades retóricas suficientes para que atendesse às convenções articuladas à escrita da história na Roma antiga, assim como tornou possível o

¹⁹ Isto é, o ofício de *iudex sacrarum cognitionum* e o de prefeito da cidade de Roma. Para tanto, cf. *Corpus Inscriptionum Latinarum* 6.1186 = *Inscriptiones Latinae Selectae* 2945 (apud HERZOG; SCHMIDT, 1989, p. 198).

²⁰ De acordo com Lepelley (1992 apud ENJUTO SÁNCHEZ, 2004, p. 142), Aurélio Vítor situava-se como um dos “*parvenus de la culture*”, ou seja, indivíduos de origem provincial, possivelmente pertencentes a famílias vinculadas às cúrias locais, que adquirem certos saberes próprios da aristocracia senatorial e em função destes exerceram ofícios públicos e atingiram um novo *status* social. Significa dizer que o prestígio que detinham decorria de questões circunstanciais – ou seja, não dispunham de uma ilustre linhagem familiar – e que acumulavam certa riqueza por causa das tarefas que cumpriam no interior da burocracia ou da corte imperial.

²¹ Quanto a isto, ver Huskinson (2000b, p. 115).

contato com as obras dos historiadores do passado, tanto gregos²² quanto romanos. Obras de autores como Salústio, à guisa de ilustração, teriam integrado o reduzido conjunto de textos utilizados no ensino da retórica latina durante a Antiguidade Tardia e princípios da Idade Média (ESPIRÍTO SANTO, 2006, p. 210).

A presença salustiana na obra de Aurélio Vítor, por exemplo, pode ser observada em meio a uma breve digressão que concernia à colaboração que os indivíduos nascidos fora da cidade de Roma e da Itália teriam fornecido para a majestade da *Urbs* e de seu *imperium*. Neste ensejo, Aurélio Vítor procura manifestar a validade de seu ponto de vista por meio da seguinte colocação: “e ao menos para mim, ao ouvir e ao ler muito [...]” (*ac mihi quidem audienti multa legentique...*) (*Hist. abbrev.* 11.13). Penella (1983, p. 234) identifica em tal frase alguns resquícios da prosa salustiana. Na *Guerra de Catilina* (53.2), Salústio propôs uma reflexão acerca das bases sobre as quais se alicerçaram os ilustres feitos, “*domi militiaeque*”, que o povo romano teria empreendido em sua história. No início de sua análise, Salústio argumentou que, para tanto, havia lido e ouvido muito (*sed mihi multa legenti, multa audienti...*). Poder-se-ia pressupor que esta construção havia sido emulada por Aurélio Vítor.²³

Ora, as similaridades entre ambas as passagens não se limitam a uma apropriação lexical por parte de Aurélio Vítor. Em Sall., *BC* 53, o questionamento acerca das raízes da grandeza de Roma culminou na assertiva de que a cidade havia crescido sob os ditames da *uirtus*. Porém, as *uirtutes* se restringiriam a poucos varões sobre os quais, em verdade, repousava a potestade romana. E, embora em sua própria época Salústio ajuizasse a decadência de tais virtudes, reconhecia em Catão, o Jovem, e em Júlio César as exceções à degradação moral, ainda que os dois fossem dotados de “costumes diversos” (Sall., *BC* 53.6).

Por sua vez, Aurélio Vítor igualmente se ocupou da ligação entre a virtude individual e o devir de Roma. Contudo, em *Hist. abbrev.* 11.12-13, o foco da análise recaiu sobre os predicados dos “estrangeiros”, quer dizer, dos “provinciais”, daqueles cujas origens não remontavam ao centro do sistema político imperial (Roma e a Itália).²⁴ Desta maneira, julgamos que Aurélio Vítor se apropriou das considerações expostas por Salústio em *BC* 53, mas as reelaborou a fim de contemplar os seus próprios objetivos. A ênfase depositada na relevância dos “provinciais” adquiriria, no texto composto por Aurélio Vítor, uma dimensão

²² É bem possível, porém, que um autor como Aurélio Vítor praticamente desconhecesse a língua grega e, logo, seria improvável que tivesse acesso direto aos trabalhos dos historiadores helênicos. À guisa de ilustração, Harris (1991, p. 298) recorda que Agostinho detinha um conhecimento muito limitado do grego, algo tido por imperdoável, ao final da República e durante o Alto Império, em um homem que alimentasse pretensões literárias.

²³ Cf. também Sall., *BC* 53.4. Este versículo começa com as seguintes palavras: “e, quanto a mim, ao considerar muitas coisas [...]” (*ac mihi multa agitanti...*).

²⁴ Para tanto, ver Cap. 3, p. 246-248.

quase autobiográfica, na medida em que o autor corresponderia a um destes homens que serviam ao Estado romano e não haviam nascido na península Itálica.²⁵

Feito isto, nos ocupemos por ora do estabelecimento das balizas temporais relativas à composição das *Historiae abbreviatae*. Aurélio Vítor indicou que Constâncio II reinava “como *Augusto* há vinte e três anos”. Ora, os filhos de Constantino, incluindo Constâncio II, sucederam a seu pai no dia 09 de setembro do ano de 337. Os doze meses que se desenrolam a partir de 09 de setembro de 359 correspondem, logo, ao vigésimo terceiro ano do reinado de Constâncio II.

Sendo assim, o período supracitado surge como um dos possíveis intervalos temporais durante os quais Aurélio Vítor havia elaborado o seu livro. Contudo, Nixon (1991, p. 120) advoga que o derradeiro capítulo das *Historiae abbreviatae* não poderia ter sido finalizado senão durante a primavera do ano de 361, por causa de uma informação que Aurélio Vítor expõe em *Hist. abbrev.* 42.17, relativa aos êxitos de Juliano frente aos “bárbaros” na Gália. Lê-se que “em pouco tempo estes povos selvagens [Juliano] subjugou, capturados os seus famosos reis”. O emprego da expressão “*captis famosis regibus*”, flexionada no plural, guardaria uma alusão a Cnodomário, rei da confederação dos alamanos que fora derrotada na batalha de Estrasburgo em 357, e também a outro chefe alamano, Vadamário, igualmente vencido por Juliano, porém entre os meses de maio e junho de 361, na Récia.²⁶

Quiçá o uso da forma plural, porém, comportasse uma apreciação generalizante ou mesmo hiperbólica, que visava amplificar a vitória romana em Estrasburgo diante dos vários “*reguli*” que estiveram envolvidos na pugna.²⁷ Não obstante a ausência de indícios mais seguros, propomos que Aurélio Vítor concluiu sua obra provavelmente entre os anos de 360 e 361, embora reconheçamos a dificuldade em se apontar uma data mais exata para tanto.

Em que pese isto, importa-nos sublinhar o fato de que Aurélio Vítor estendeu sua narrativa até o momento em que vivia. Se cotejado com vários outros autores que se

²⁵ Penella (1983, p. 234) defende a ideia de que a reminiscência salustiana observada em *Hist. abbrev.* 11.12-13 foi inserida por Aurélio Vítor com a intenção de que seus leitores pudessem dela se aperceber e meditassem a respeito desta específica reflexão que Salústio havia traçado no passado, a fim de que a cotejassem com a ideia que, no tempo presente, era defendida por Aurélio Vítor.

²⁶ Burgess (2005, p. 189) parte de uma proposição semelhante, garantindo que o uso do plural remeteria à captura de Vadamário em 361. Aurélio Vítor teria combinado genericamente os dois reis alamanos na passagem em questão, embora omitisse qualquer referência ao *status* de Juliano após o inverno de 360 e à sua ascensão ilegal à condição de *Augusto* e, por fim, de rival de Constâncio II.

²⁷ Por volta da metade do século IV, as denominadas “confederações bárbaras”, nas quais se incluem os alamanos, já haviam desenvolvido um sistema de hierarquização interna algo complexo. Em 357, combateram Juliano tendo à frente dois reis supremos – Cnodomário e Serápio – e um sem número de chefes guerreiros, a quem os romanos chamavam de “*reguli*”, que se reuniam em razão do chamamento às armas, acompanhados por homens com os quais mantinham vínculos pessoais. Estes guerreiros, terminado o conflito bélico, retornavam às suas áreas rurais de origem (os “*pagi*”, na terminologia em latim).

devotaram à escritura de algum tipo de obra versada em história, durante a era imperial, a singularidade de Aurélio Vítor salta aos olhos. A conduta usual, observada por parte daqueles que se ocupavam da redação de obras centradas na história imperial, era a de finalizar o texto com o falecimento de monarcas que antecedessem ao imperador vivente.²⁸ O presente (e o passado mais imediato, recente) não configurava objeto de um relato direto. Ao voltar-se para a época em que vivia e optar por narrá-la, Aurélio Vítor se filiava a uma longa tradição historiográfica, que remontava a Heródoto e Tucídides, os quais haviam, no mundo grego do século V a.C., estabelecido os fundamentos da escrita da história enquanto atividade focada nos eventos bélicos e políticos que ocorreram no decurso de suas próprias vidas ou das de seus informantes (CROKE; EMMETT, 1983, p. 1).

No que tangia à historiografia latina, cabe mencionar que os analistas republicanos dos séculos II-I a.C. estendiam suas narrativas até a época em que viviam, organizando os eventos a serem reportados tendo em vista a anualidade do exercício do consulado, isto é, a magistratura epônima em Roma. Como destaca Laistner (1977, p. 24), à medida que o relato, em termos cronológicos, se aproximava do presente a partir do qual escreviam, o texto que produziam se tornava mais detalhado e extenso, uma vez que contavam com observações feitas em primeira mão ou dispunham de testemunhos oferecidos por terceiros.

Isto não quer dizer, entretanto, que se possa fixar uma ilação entre o texto de Aurélio Vítor e a prática dos analistas tardo-republicanos. Em verdade, de maneira alguma a disposição e a ordem dos fatos, assim como a seleção do material a integrar as *Historiae abbreviatae*, se fiam em razão de uma estrutura analística. Com efeito, apenas em três passagens da obra se verifica uma remissão aos cônsules de determinado ano no sentido de delimitar o momento, cronologicamente preciso, em que dado evento teria ocorrido: o primeiro ponto diz respeito à constatação efetuada por Aurélio Vítor de que, durante o consulado de Filipe (no ano de 348), festividade alguma foi realizada a fim de que se celebrassem os mil e cem anos da cidade de Roma (*Hist. abbrev.* 28.2). A segunda passagem se refere ao terremoto que atingiu Nicomédia no ano em que Cereal fora côsul, isto é, em

---

²⁸ Ainda que corramos o risco de desconsiderar os anseios, os objetivos e o contexto de cada autor em específico, vale recordar que Tácito findou suas *Histórias* com o reinado de Domiciano (81-96), ainda que as compusesse sob o governo de Trajano (98-117). No século IV, vemos que Eutrópio, cujo *Breviário* foi dedicado ao imperador Valente e elaborado em 369 ou 370, terminou sua narrativa com a morte de Joviano. Amiano Marcelino completou o seu trabalho durante o governo de Teodósio, porém seu texto se estendeu somente até a morte de Valente. Por sua vez, o relato que integra o *Epitome de Caesaribus* que, segundo Festy (1999 apud CALLU, 1999, p. 607), teria sido escrito entre os anos de 406 e 408, foi encerrado com uma laudatória descrição da figura de Teodósio, falecido em 395. O mesmo vale para historiadores de língua grega como Herodiano, que provavelmente compôs sua obra no final da década de 240, mas a finalizou com os fatos relativos ao ano de 238.

358.²⁹ E a última concerne ao título que os dois manuscritos da obra nos trazem, no qual se lê que o texto das *Historiae abbreviatae* abarcaria um período que se inicia com o reinado de Augusto e que termina no ano em que Constâncio II exerceu seu décimo consulado e Juliano, seu terceiro, ou seja, em 360. As remissões a tais consulados concerniam ao tempo em que Aurélio Vítor vivia, de forma que seriam facilmente identificáveis tanto pelo próprio autor quanto por seus eventuais leitores.

Assim sendo, Aurélio Vítor não se preocupou em consultar os fastos consulares ou registros de natureza similar, tampouco atentou para os mesmos ao consultar suas fontes. Por fim, Paschoud (1975, p. 93) observa que resultava impossível, para um autor da segunda metade do século IV, redigir um detalhado relato ano a ano no que tangia, por exemplo, ao século anterior. Isto ocorreria porque as informações disponíveis acerca do século III, mesmo se concernissem apenas a lugares como a cidade de Roma, já se mostravam relativamente escassas para alguém que vivesse nos princípios da década de 360.

Nestes termos, Aurélio Vítor manifestava seu apego à prática, que R. Starr (1981, p. 166) avalia como comum entre os historiadores gregos e romanos que cobriam longos períodos de tempo, de se destinar uma abordagem mais aprofundada aos eventos recentes.³⁰ Logo, não surpreende que Aurélio Vítor tivesse elaborado um relato mais amplo acerca da história do Império sob Constantino e seus filhos do que, por exemplo, aquele que dedicou à era dos Júlio-Cláudios. Desta maneira, Aurélio Vítor não carecia retomar, de modo algum, os princípios da analística republicana; simplesmente poderia recorrer à memória, à recordação que teria dos eventos que lhe eram contemporâneos. Entretanto, um aspecto interessante, relativo às *Historiae abbreviatae*, diz respeito ao fato de que a narrativa referente ao período compreendido entre os anos de 284 e 337 apresenta maior riqueza de detalhes se comparada com o relato destinado ao período posterior a 337, o qual corresponderia, por assim dizer, à “história do tempo presente”, à época vivenciada e testemunhada por Aurélio Vítor.³¹

---

²⁹ Cf. *Hist. abbrev.* 16.12.

³⁰ No século IV, a obra de Amiano Marcelino representa um exemplo significativo desta prática. No epílogo das *Histórias* (Amm. Marc. 31.16.9), se esclarece que o texto abrangia a história de Roma desde o reinado de Nerva até a batalha de Adrianópolis, que se desenrolou em agosto de 378. No entanto, dos 31 livros que compunham a narrativa de Amiano Marcelino, dispomos apenas do décimo quarto livro em diante. Pois bem, o livro 14 se inicia com os eventos ocorridos durante o inverno de 353-354; portanto, mais da metade do relato foi dedicada apenas aos últimos vinte e cinco anos da história que Amiano Marcelino havia optado por registrar.

³¹ Se tomarmos por base a edição latina da obra de Aurélio Vítor, tal como impressa pela Teubner (1966), notamos que a narrativa destinada aos anos 284-337 engloba nove páginas e meia, ao passo que, de 337 em diante, o texto das *Historiae abbreviatae* limita-se a três páginas e meia. A forma de comparação aqui efetuada visa essencialmente salientar a diferença entre a extensão que Aurélio Vítor dedicou em sua obra a intervalos distintos da história imperial, baseando-se, porém, no suporte moderno do livro, quer dizer, no formato que o texto elaborado por Aurélio Vítor assumiu, em específico, na edição teubneriana. Se trata, em resumo, apenas de um mecanismo utilizado para ilustrar uma diferença quantitativa entre variadas partes da narrativa.

A despeito da disparidade quantitativa observada entre os dois intervalos temporais em questão, a decisão tomada por Aurélio Vítor, no sentido de narrar certos acontecimentos que pertenciam à sua própria época, carrega em si um aspecto bastante peculiar: ao incluir em sua obra um panorama tangente ao governo do soberano reinante, Aurélio Vítor assumiu o risco de perder sua posição social, seus eventuais bens ou até mesmo sua própria vida, caso aquilo que escrevesse, uma vez alcançado os olhos e os ouvidos de Constâncio II, a este desagradasse ou fosse tomado enquanto uma peça que afrontasse a imagem do imperador.

Mas por qual motivo teria Aurélio Vítor assumido tamanho risco? A resposta parece se encontrar na ideia de que, “*pour [Aurelius] Victor, l’Empire romain depuis Auguste représentait [...] un tout, avec un commencement et une fin*” (DUFRAIGNE, 1975, p. xliii). Ora, este “fim” corresponde ao momento em que Aurélio Vítor se lançava à tarefa de compor sua narrativa; em outras palavras, a época em que vivia o autor haveria de configurar o ponto final do relato. Para que empreendesse uma reflexão avaliativa acerca de seu objeto de estudo – ou seja, aquilo que denominaríamos como “período imperial romano” –, fazia-se necessário que Aurélio Vítor abrangesse a história do Império em sua completude, do princípio ao fim (isto é, do passado relativamente longínquo ao presente imediato). Antes, porém, devemos atentar para as formas de transmissão e de recepção da obra ao longo do tempo, para as características e os elementos discursivos que se notam nas *Historiae abbreviatae* e, finalmente, as concepções que o autor nutria a respeito da empresa que propôs realizar.

1.2 Algumas considerações acerca da tradição manuscrita do texto de Aurélio Vítor

No ano de 1892, foi publicada em Munique a primeira das várias edições da obra de Aurélio Vítor que a germânica Teubner lançaria nas últimas décadas. Organizada por Franz Pichlmayr, tal edição não se limitava, porém, ao livro efetivamente elaborado por Aurélio Vítor no início da década de 360. Com efeito, Pichlmayr havia lidado com quatro narrativas diferentes entre si. As três primeiras configuravam o *corpus Aurelianum*, uma compilação de textos tardo-antigos versados em história, formado pela *Origo gentis Romanae*, pelo *De uiris illustribus (urbis Romae)* e, por fim, pelas *Historiae abbreviatae*. A denominação “*corpus Aurelianum*” deriva do fato de que se atribuiu erroneamente a Aurélio Vítor a escritura de todas as obras que integravam a referida compilação. No entanto, sabe-se atualmente que

Aurélio Vítor foi o responsável apenas pela composição das *Historiae abbreviatae*, e não do *corpus* tripartite em sua totalidade.

Quanto aos demais textos, porém, desconhecemos os seus autores. A *Origo gentis Romanae*, ou “As origens do povo romano”, relatava os (míticos) primórdios da história de Roma, desde a chegada de Saturno na península Itálica até o nascimento de Rômulo e Remo. Por seu turno, o *De uiris illustribus (urbis Romae)*, ou “Sobre os homens ilustres (da cidade de Roma)”, apresenta uma sequência de curtas biografias que englobam desde o primeiro rei da *Urbs*, Rômulo, até Otaviano Augusto e outras personalidades relacionadas ao Triunvirado e às guerras civis dos últimos anos do período republicano da história romana.

No entanto, a edição que Pichlmayr havia organizado se encerra com uma obra que não concernia ao chamado *corpus Aurelianum*. Trata-se do *Epitome de Caesaribus*³², texto de autoria igualmente incerta e que foi composto na segunda metade dos anos 390 ou no decênio seguinte.³³ Contudo, durante o Medievo e a Renascença, o *Epitome* foi tomado como uma espécie de resumo formulado a partir do texto que Aurélio Vítor havia redigido, de modo que o nome de Aurélio Vítor acabou por ser vinculado, apocrifamente, a mais essa obra.³⁴ Sendo assim, a grande maioria dos códices que contém o texto do *Epitome* se referem a ele por meio do título “*Libellus de uita et moribus imperatorum breuiatus ex libris S. Aurelii Victoris*”.³⁵ Ainda na segunda metade do século VIII, a *História romana* escrita por Paulo Diácono mencionava um certo “*Victor*” como a fonte da informação relativa à criação da província dos Alpes Cotianos ao tempo do imperador Nero (54-68). A despeito disto, Paulo Diácono havia se servido amplamente do *Epitome* para redigir seu livro, ao passo que não se verificam vestígios indubitáveis, em sua *História romana*, de uma efetiva consulta ao texto das *Historiae abbreviatae*. Desta forma, o *Epitome* foi relacionado à pena de Aurélio Vítor desde, ao menos, o século VIII, e assim viria a percorrer os séculos vindouros (D’ELIA, 1965, p. 30).

³² Doravante, nos referiremos às três obras da seguinte maneira: *Origo gentis Romanae* = OGR; *De uiris illustribus* = DVI; e o *Epitome de Caesaribus* simplesmente como *Epitome*.

³³ Tradicionalmente, os estudiosos modernos argumentam que a composição do *Epitome* remontaria aos anos que se seguem à morte de Teodósio em 395 (cf. BONAMENTE, 2003, p. 85). Entretanto, Festy (apud CALLU, 1999, p. 607) advoga que a obra teria sido escrita no Ocidente entre os anos de 406 e 408, como indicamos na nota 28 do presente capítulo.

³⁴ Hoje em dia não restam dúvidas quanto ao fato de que o *Epitome* não deve ter sua autoria vinculada ao nome de Aurélio Vítor. Por isso, causa-nos imensa surpresa constatar que González y González (1997, p. VII) afirmasse categoricamente que o *Epitome* deriva do labor de um outro Aurélio Vítor, “*también historiador, de tiempos de Arcadio y Honorio, conocido como ‘el Menor’*”, em contraposição a Aurélio Vítor, “*el Mayor*”, “*autor del De Caesaribus*”.

³⁵ A expressão “*breuiatus ex libris S. Aurelii Victoris*” reflete, provavelmente, o fato de o livro de Aurélio Vítor ter sido intitulado no plural (*Historiae abbreviatae*). Isto conduziu alguns estudiosos oitocentistas – como Monceaux em 1894 – a conceberem a existência de um “Aurélio Vítor *plenior*”, cujo texto teria se perdido (D’ELIA, 1965, p. 16). Tal hipótese, todavia, não possui fundamento algum.

Por isto, embora a transmissão do texto do *Epitome* não se confunda com a tradição manuscrita referente ao *corpus Aurelianum*, Pichlmayr optou por integrá-lo à edição impressa em 1892. Pichlmayr, entretanto, não se limitou a isto. Foi ele quem, pela primeira vez, cunhou a expressão “*De Caesaribus*” (“*Sobre os Césares*”) como forma de intitular o livro escrito por Aurélio Vítor, ou seja, a terceira parte da compilação que se inicia com o *OGR* e o *DVI*, respectivamente.³⁶ Pichlmayr assim procedeu a fim de enfatizar um paralelo entre a obra de Aurélio Vítor e o texto que a antecedia de imediato no interior do *corpus* (qual seja, o *DVI*), de modo que, ao relato acerca da vida das mais notáveis figuras da era republicana, seguir-se-ia uma narrativa dedicada a Augusto e os seus sucessores (C. ANDO, 1995). Portanto, Pichlmayr julgava o texto elaborado por Aurélio Vítor como uma série de biografias dos imperadores romanos.

Por ora, cabe salientar que o *corpus Aurelianum* nos foi legado por intermédio de dois manuscritos, datados do século XV e possivelmente derivados de um mesmo arquétipo. O primeiro deles, o *Oxoniensis* (*O*), foi redescoberto no interior do acervo da Bodleian Library em Oxford, ao final dos Oitocentos, por Hirsch Hildesheimer, um renomado hebraísta de origem austríaca. O manuscrito se misturava a outros códices que haviam sido anteriormente recolhidos na cidade de Veneza, por parte de eruditos ligados à Companhia de Jesus. O códice *O* se divide em duas partes, das quais a primeira contém uma tradução latina dos *Memoráveis* de Xenofonte, enquanto que a segunda traz o *corpus Aurelianum*.

O códice *O*, porém, remontava ao ano de 1453 e era proveniente da biblioteca de um grande humanista, o cardeal Basílio Bessarione, então legado papal em Bolonha. Já o segundo manuscrito remetia ao Norte da Europa e é identificado como *Bruxellensis* ou *Pulmannianus* (*P*). Fora encontrado na capital belga em 1850, pelo laureado Theodor Mommsen. A datação do mesmo, entretanto, se circunscreve provavelmente ao último quarto do século XV. Nos Seiscentos, passaria pelas mãos de Jean de Loemel, capelão da igreja de Saint-Denis de Liège, e posteriormente viria a ser adquirido por Theodor Poelman. Este, por sua vez, presenteou o jesuíta Andreas Schott com o códice *P*, o que explica porque a *editio princeps* do *corpus* tripartite, organizada pelo citado Schott e publicada na Antuérpia em 1579, se fundamentou sobremaneira em *P* e negligenciou o códice *O* (D’ELIA, 1965, p. 75).

Cabe destacar que Schott indicou no proêmio de sua edição de 1579 a existência de um terceiro e atualmente ignoto manuscrito, que teria pertencido ao jurista Jean Matal, do que

---

³⁶ Momigliano (1958, p. 63) demonstra que o título *Origo gentis Romanae* se aplicava a compilação por inteiro e não apenas ao primeiro opúsculo que a integrava, que não apresentava título algum. Entretanto, por conveniência, designar-se-á a primeira parte do *corpus* pelo nome tradicional de *OGR* – tal como o próprio Momigliano o fizera.

resulta sua denominação de códice *Metelli* (*M*). Schott se referia àquele como “antiquíssimo” e julgava que o mesmo teria sido redigido oitocentos anos antes, ainda no século VIII (MOMIGLIANO, 1984, p. 178). Em uma nova edição do *corpus* tripartite publicada em 1609, Schott reproduziu integralmente uma epístola, sem data definida, que Matal, habitante da cidade de Colônia, havia endereçado ao filólogo Stephanus Pighi, na qual se teciam longas referências ao hoje perdido códice *M*, reiterando-se a potencial antiguidade do desconhecido manuscrito.

Resta saber, portanto, se *M* corresponderia ao arquétipo do qual tanto *O* quanto *P* dependeram. Não há dúvidas de que *O* não derivou de *P*, e vice-versa, visto que as lacunas que se observam no texto contido em *P* não são compartilhadas por *O*, do mesmo modo que não se encontram em *P* as omissões e supressões existentes em *O*. Por isto, Corbett (1949, p. 254) e D’Elia (1965, p. 58) concluíram que os códices *Oxoniensis* e *Pulmannianus* não poderiam senão resultar de uma mesma família. Logo, o códice *Metelli*, dada a antiguidade que Schott e Matal a ele conferiam, emerge como o provável exemplar em que os outros dois manuscritos teriam se fundamentado.

Todavia, faz-se escusado sublinhar um ponto importante. A tradição manuscrita direta, tangente às narrativas da *OGR* e das *Historiae abbreviatae*, se restringe tão somente aos códices *O* e *P* que reproduziram o *corpus* tripartite. O texto do *DVI*, no entanto, foi transmitido e preservado por meio de uma segunda tradição, completamente autônoma em relação aos manuscritos *O* e *P*, e que consiste em mais de setenta códices, o que demonstra que o *DVI* conheceu uma fortuna que se estendeu para muito além dos limites do próprio *corpus Aurelianum* (SAGE, 1978, p. 217-218).³⁷

Ora, a existência de uma tradição manuscrita independente, no tocante ao *DVI*, propiciou a oportunidade de se confrontar o texto do *DVI* contido em *O* e *P* – isto é, o *corpus* tripartite – com os demais códices. Momigliano (1984, p. 179) constata que a narrativa do *DVI* exposta por *O* e *P* apresenta interpolações que não se verificam no outro ramo da tradição manuscrita que concerne à referida obra. As passagens adicionadas foram extraídas, sobretudo, do *Breviário* de Eutrópio, da *História Universal* de Paulo Orósio (ca. 410-420) e da *História Romana* elaborada por Landolfo Sagaz por volta do ano de 1023. Por conseguinte,

---

³⁷ Há algumas diferenças entre as duas tradições manuscritas do *DVI*. No interior do *corpus* tripartite, quase a totalidade do primeiro capítulo foi suprimida, pois o compilador do *corpus* pretendia eliminar a repetição de material já exposto anteriormente na *OGR*, referente a Rômulo. Para além, o capítulo 16, concernente à batalha do Lago Régilo no início do século V a.C., também foi removido. Por outro lado, somente o texto que integra o *corpus Aurelianum* apresenta nove capítulos adicionais, que finalizam a narrativa. Em que pesem tais diferenças, teriam derivado de um mesmo arquétipo tanto a narrativa relativa ao *DVI* incluída no *corpus Aurelianum*, quanto aqueles textos que se encontram em diversos outros manuscritos (SAGE, 1978, p. 218).

se deduz que o arquétipo de *O* e *P* foi escrito, provavelmente, em data posterior à década de 1020. Isto não significa que o “antiquíssimo” códice *M* deva ser categoricamente rejeitado como a raiz dos códices *O* e *P*, porém as poucas informações acerca de *M* tornam difícil reconhecê-lo enquanto tal (MOMIGLIANO, 1984, p. 183).

D’Elia (1965, p. 73), por sua vez, ao analisar o teor da carta que Matal havia enviado a Pighi, assegura que o códice *M* se enquadrava na mesma família a qual pertenciam *O* e *P*. Tal argumentação se pauta na constatação de que *M* partilharia certos elementos estruturais com *O* e *P*, caso do acréscimo dos nove últimos capítulos ao texto do *DVI* e da “divisão” do *corpus* em duas partes, na medida em que os textos relativos à *OGR* e ao *DVI* conformariam uma narrativa integrada, sem solução de continuidade, que se somava às *Historiae abbreviatae* de Aurélio Vítor. Ademais, análises paleográficas efetuadas nos códices *O* e *P* fazem pensar em um arquétipo que remontaria ao período compreendido entre os séculos XI e XIV. Como visto anteriormente, os manuscritos *O* e *P* evidenciam sinais de interpolação que remontariam à obra escrita por Landolfo Sagaz nos anos 1020. Tal livro conheceu substancial fortuna durante o século XIII, em especial nas regiões renanas, algo que sustenta a hipótese de que o arquétipo a partir do qual *O* e *P* foram modelados adviria do Norte da Europa, tendo sido redigido nos Trezentos (D’ELIA, 1965, p. 113).

Vale recordar, por sinal, que foi justamente a partir da cidade de Colônia que Matal escreveu a carta em que relatava a Pighi certos elementos que concerniriam ao códice *M*. Assim, D’Elia (1965, p. 114) advoga que, diferentemente do que Schott, em sua primeira edição do *corpus*, o próprio Matal em sua epístola faziam crer, o códice *M* não seria “antiquíssimo”, mas antes teria sido elaborado no alvorecer do Humanismo e, pois, um predecessor recente de *O* e *P*. Nestes termos, seria “*l’unica tesi possibile*” considerar que *M* seria o arquétipo perdido dos manuscritos *O* e *P*, conclusão esta sustentada também por Schmidt (1995, p. 1602).

Feito isto, voltemo-nos para mais um aspecto relativo à transmissão da obra de Aurélio Vítor. Em parte alguma do *corpus Aurelianum*, salientemos, se encontra a expressão ou o título *De Caesaribus* como forma de referência ao texto. Antes, verifica-se como entrada à narrativa a seguinte passagem: “Histórias abreviadas de Aurélio Vítor (*Aurelii Victoris Historiae abbreviatae*), desde Otaviano Augusto, isto é, a partir do final [do texto] de Tito Lívio³⁸, até o décimo consulado de Constâncio Augusto e o terceiro de Juliano César”.³⁹

³⁸ A frase “*id est a fini Titi Livii*” não passaria de uma interpolação, conforme D’Elia (1965, p. 16).

³⁹ Na carta de Matal a Pighi, o título do livro de Aurélio Vítor é praticamente idêntico ao indicado acima. Nota-se, contudo, duas diferenças: Matal referia-se às *Historiae abbreviatae* como obra de “*Victoris Aurelii*”, ao passo

Portanto, eis que nos deparamos com a locução *Historiae abbreviatae*, e não *De Caesaribus*. A diferença entre ambos os títulos é, em si, significativa, e carece ser investigada. Em primeiro lugar, a natureza da tradição manuscrita direta relativa à obra de Aurélio Vítor impõe um série de obstáculos. Como apontado anteriormente, o texto foi legado aos pósteros como a última parte de uma compilação que incluía outros dois opúsculos, cuja estrutura narrativa e objetivos se distinguiam dos de Aurélio Vítor. Momigliano (1958, p. 58) defende que o responsável pela organização do *corpus* tripartite não se confunde com os autores de cada um dos textos singulares que o integram. No prólogo escrito pelo ignoto compilador, em que se enumeram os analistas e os historiadores romanos pretensamente consultados para a elaboração de todos os textos que formavam o *corpus Aurelianum*, se observa o emprego do vocábulo “*neoterici*” em referência a Tito Lívio e a Aurélio Vítor. A palavra “*neotericus*”, usada pelo compilador a fim de indicar os escritores da época de Augusto em diante, corresponderia a um vocábulo utilizado com certa frequência por parte de literatos do período imperial tardio, entre os séculos IV e VI.

Diante disto, Momigliano (1958, p. 59) conclui que o anônimo compilador teria efetuado sua tarefa pouco depois do aparecimento da obra de Aurélio Vítor, que havia finalizado o seu relato no começo dos anos 360. Tal argumentação se baseia na ideia de que resulta difícil compreender por qual razão uma peça literária tão ousada – que se quer passar como uma história total de Roma, iniciando-se com as origens da cidade – não avançou para além de 360, data esta que nem ao menos exprimia o ponto final de um reinado e sim apenas a baliza cronológica a partir da qual a narrativa das *Historiae abbreviatae* foi encerrada.⁴⁰ De maneira semelhante, Siniscalco (2003, p. 34) ratifica a proposta de que o agrupamento dos textos que deram forma ao *corpus* tripartite ocorreu na segunda metade do século IV, pois que a compilação apresentaria pontos de contato com o renascimento de motivos “clássicos” que teriam perpassado as décadas finais daquela centúria, traduzindo-se pela nostálgica remissão ao *mos maiorum* e à figura de Augusto.

Por seu turno, Puccioni (1958 apud D’ELIA, 1965, p. 21) levanta a hipótese que a junção da *OGR*, do *DVI* e das *Historiae abbreviatae*, em uma narrativa que se queria contínua, pudesse ser creditada a Cassiodoro ou a alguma personagem ligada ao seu “círculo”, que mantinha grande contato com a corte ostrogoda de Teodorico (493-526). Figuras como

---

que suprimiu a menção feita ao *César* Juliano (D’ELIA, 1965, p. 61). No mais, o título apresentado por Matal equivale literalmente ao encontrado em *O e P*.

⁴⁰ Todavia, soa intrigante pensarmos, seguindo essa linha de pensamento proposta por Momigliano, que o livro de Aurélio Vítor, poucos meses depois de concluído, teria passado a circular como parte integrante de uma obra ainda maior, cujo relato começava com os míticos tempos da fundação de Roma. Neste ensejo, o texto de Aurélio Vítor teria servido a outros propósitos e, logo, assumido outras feições aos olhos do público leitor.

Cassiodoro teriam estimulado uma espécie de “renascimento literário e cultural” na Itália sob o domínio dos ostrogodos, promovendo a correção de textos antigos, a tradução de autores gregos, bem como a composição de obras originais. Contudo, não há passagem alguma nos textos de Cassiodoro que possa confirmar a hipótese formulada por Puccioni, que não ultrapassa o plano da mera, ainda que engenhosa, especulação.

D’Elia propõe uma datação posterior para o surgimento da compilação envolvendo as três obras. Advoga que João Lídio, cujo *De magistratibus* foi escrito em Constantinopla por volta de 559, demonstrava conhecer o texto de Aurélio Vítor, mas parecia ignorar a *OGR* e o *DVI*. Por outro lado, a *Chronica maiora*, composta por Isidoro de Sevilha após o ano de 615, apresenta ecos do último capítulo presente no texto do *DVI* que integrava o *corpus* tripartite, porém não atesta influência alguma das *Historiae abbreviatae*. Logo, conclui D’Elia (1965, p. 27) que “*sembra si possa almeno legittimamente sospettare che fino a questo periodo le tre opere non erano state raccolte in un solo corpus*”. Ou seja, no entender de D’Elia, na Constantinopla da época justiniana ainda circularam exemplares “independentes”, no que respeitava à narrativa de Aurélio Vítor⁴¹; por sua vez, no que tangia ao Mediterrâneo Ocidental, Isidoro de Sevilha comprovaria a existência, no primeiro quartel do século VII, de uma edição “não modificada” do *DVI* – quer dizer, que não teria sofrido alterações a fim de que se conectasse adequadamente ao conteúdo do livro que se seguiria no *corpus* tripartite, nada menos que as *Historiae abbreviatae* de Aurélio Vítor.

A constituição do *corpus Aurelianum*, nestes termos, resultaria do labor de algum “homem de letras” posterior à época de Justiniano (527-565), na medida em que, entre o momento da composição da obra de João Lídio até o surgimento do arquétipo dos códices *O* e *P* (provavelmente no século XIII), não se verificariam quaisquer vestígios do emprego da *OGR* e das *Historiae abbreviatae* em meio às fontes literárias conhecidas (D’ELIA, 1965, p. 113). Por outro lado, a inserção, nos textos da *OGR* e do *DVI* que compunham o *corpus Aurelianum*, de passagens retiradas das obras de Eutrópio, Paulo Orósio e Landolfo Sagaz, somente poderia ter sido efetuada muito tempo depois da era justiniana. Nestes termos, a interpolação teria se dado em um ensejo em que a compilação tripartite já havia sido estabelecida, de modo que o compilador não se confundiria com o responsável pelas interpolações textuais que se notam no *corpus Aurelianum*.⁴²

⁴¹ Sage (1978, p. 218) ajuíza como frágil o argumento formulado por D’Elia, na medida em que não se poderia apontar com exatidão de que maneira havia se desenrolado, entre os bizantinos, a transmissão dos textos que compõem o *corpus Aurelianum*, malgrado as referências apontadas no interior da obra de João Lídio.

⁴² Momigliano (1958, p. 60) também defende a ideia de que as interpolações observadas no *corpus Aurelianum*, tal como contidas no arquétipo de *O* e *P*, não foram efetuadas pelo literato que se encarregou da tarefa de

As *Historiae abbreviatae*, em suma, foram transmitidas ao longo dos séculos por intermédio de uma compilação no interior da qual figurava como a terça e última parte de uma narrativa que almejava oferecer um relato totalizante acerca da história romana. Tal condicionante acabou por acentuar, inadvertidamente, os elementos biográficos que caracterizam a única obra que, de fato, Aurélio Vítor havia composto. Esta se inicia com uma referência à batalha de Ácio, evento a partir do qual o mundo romano passou a ser controlado por apenas um homem, conforme se lê em *Hist. abbrev.* 1.1. Neste sentido, Aurélio Vítor definiu um inequívoco recorte temporal a fim de esclarecer aos leitores qual o objeto contemplado em seu texto. Dito de outra maneira, o autor sinalizava o fato de que sua obra se limitaria apenas à história imperial. Por conseguinte, o passado republicano de Roma não seria (diretamente) relatado em sua narrativa, incluindo-se o Triunvirado ou tudo o mais que se referisse a Augusto antes do ano 722 *ab urbe condita*.

Entretanto, é preciso lembrar que o texto do *DVI* que se encontra nos códices *O* e *P* apresenta nove capítulos (cf. *De uir. ill.* 78-86) que não constam nos demais manuscritos por meio dos quais a obra igualmente foi transmitida no decorrer dos séculos. Os referidos capítulos se focam nas principais personalidades envolvidas nas guerras civis das décadas de 40 e 30 a.C., exceção feita a Pompeu Magno, abordado em um trecho anterior (cf. *De uir. ill.* 77). No que concerne aos nove capítulos mencionados, cabe destacar as referências feitas a Otaviano (cf. *De uir. ill.* 79; 85-86). Visto que as *Historiae abbreviatae* não trazem informação alguma acerca da vida de Augusto, no que respeita ao período anterior à batalha de Ácio, o compilador e/ou o interpolador do *corpus* tripartite se viu diante da necessidade de acrescentar, ao texto do *DVI*, certas passagens que viessem a se encaixar ao ponto inicial da narrativa de Aurélio Vítor. Do que resulta que o *DVI*, antecedendo às *Historiae abbreviatae* no interior da compilação, fosse finalizado com um relato pertinente a Otaviano e seus inimigos, caso de Marco Antônio e Cleópatra (cf. *De uir. ill.* 85-86).

Portanto, os nove capítulos que fecham o texto do *DVI* no interior do *corpus Aurelianum* funcionam como uma ponte a interligar duas obras distintas, quais sejam, o próprio *DVI* e as *Historiae abbreviatae*. Por trás deste arranjo, situa-se a perspectiva de que, à listagem de biografias das célebres personagens da era republicana, como contempladas pelo

---

compilar os três textos independentes, como se perfizessem uma única narrativa. O interpolador (ou, talvez, um dos interpoladores, se considerada a possibilidade de as adições verificadas no interior da compilação terem sido realizadas em épocas diferentes) há de ser, necessariamente, um indivíduo nascido a partir do século XI, uma vez que utilizou a obra de Landolfo Sagaz para empreender o seu intento. Seria difícil, por exemplo, que o interpolador soubesse determinar a origem “africana” de Aurélio Vítor, como apontada no prefácio formulado para a compilação. Deste modo, o compilador não se confunde com o interpolador. Restam, porém, as incertezas e controvérsias quanto à data em que esse astuto compilador teria se dedicado à empreitada de organizar tão intrigante coletânea.

DVI, sucederiam as *uitae* dos imperadores elaboradas por Aurélio Vítor. Nestes termos, a inclusão das *Historiae abbreviatae* como a parte final do *corpus* tripartite acabou por estimular a apreciação da obra de Aurélio Vítor como se se tratasse de uma biografia dos Césares em sentido estrito, e não uma história do Império romano. Logo, retornemos por ora à questão relativa ao emprego do nome de *De Caesaribus*, no que tange ao texto redigido por Aurélio Vítor, em detrimento do título exposto nos códices *O* e *P*, isto é, *Historiae abbreviatae*.

As modernas edições da obra de Aurélio Vítor contemplam uma divisão textual em 42 capítulos, dos quais cada um se destina, aproximadamente, a um imperador singular. Tal disposição, todavia, foi forjada por Schott em 1579, por ocasião da primeira edição do *corpus Aurelianum*.⁴³ No entanto, os manuscritos *O* e *P* apresentavam o livro de Aurélio Vítor a partir de uma distribuição bastante diversa, ainda que igualmente artificial, que variava entre 23 e 26 capítulos (C. ANDO, 1997, p. 296). De todo modo, o secionamento estabelecido por Schott no último quartel do século XVI alicerçava-se na percepção de que Aurélio Vítor teria concebido a história imperial, *strictu sensu*, como uma sequência de *uitae*. Com efeito, a divisão dos capítulos estabelecida por Schott refletia tal ideia e, ao mesmo tempo, findou por consolidá-la. Diante disso, quando Pichlmayr organizou, na década final dos Oitocentos, a pioneira edição da Teubner referente ao *corpus Aurelianum*, não hesitou em ratificar a perspectiva veiculada por Schott. Eis porque Pichlmayr acabou por cunhar o título comumente utilizado para designar a obra de Aurélio Vítor. As “*Historiae abbreviatae*” se transformaram, pois, no “*De Caesaribus*”.

Preconizamos que os cortes definidos por Schott e a utilização da expressão formatada por Pichlmayr acabam por redimensionar o escopo narrativo e mesmo dificultam a compreensão dos possíveis objetivos que Aurélio Vítor ansiava atingir ao empreender a escritura de sua obra. Tomemos um exemplo a fim de ilustrarmos nossa argumentação. Nas *Historiae abbreviatae*, nota-se a intenção de Aurélio Vítor no sentido de traçar a era dos Flávios (69-96) como se esta constituísse um período distinto, específico, em meio à história imperial. Para tanto, a referida época é precedida na narrativa por uma reflexão acerca da

---

⁴³ As edições das *Historiae abbreviatae* publicadas nos Novecentos seguem rigorosamente a divisão preconizada por Schott. Vide, para tanto, a edição da Teubner organizada por Pichlmayr (1911) e posteriormente revista por Gruendel (1966), a edição bilíngue que integra a *Collection des Universités de France*, sob a responsabilidade de Dufraigne (1975), bem como as traduções em língua inglesa e espanhola efetuadas, respectivamente, por Bird (1994) e Falque (1999). Dentre todos estes estudiosos, apenas Dufraigne (1975, p. viii) reconhece a artificialidade da divisão schottiana – embora não se aprofunde nas implicações decorrentes da mesma – asseverando, porém, que “*cette répartition a paru satisfaisante et s’est maintenue jusqu’à nos jours*”. Ainda que não concordemos com Dufraigne, manter-se-á no presente trabalho a utilização dos capítulos e versículos tal como estabelecido por Schott, tendo em vista o emprego convencional dos mesmos em âmbito acadêmico.

cultura literária que caracterizaria os soberanos anteriores, de Augusto a Vitélio (cf. *Hist. abbrev.* 8.7-8), e finalizada com uma digressão a partir da qual se introduz a dinastia dos Antoninos, marcada pela ascensão ao trono de varões de origem não itálica (cf. *Hist. abbrev.* 11.12-13).

Isto posto, o capítulo que supostamente deveria abarcar a “vida” de Vespasiano não estabelece menção alguma ao falecimento do imperador e tampouco registra por quanto tempo Vespasiano teria governado. Essas informações “biográficas” surgem apenas em *Hist. abbrev.* 10.5, isto é, ao final do capítulo que teria sido “dedicado” à “biografia” de Tito, filho e sucessor de Vespasiano. Naquela passagem, Aurélio Vítor indicou que Tito havia reinado sobre o mundo romano durante pouco menos de dois anos e nove meses, ao passo que seu pai, morto aos setenta anos de idade, o teria feito ao longo dos últimos dez anos de sua existência.

Em verdade, os retratos efetuados acerca de Vespasiano e Tito nas *Historiae abbreviatae* não apresentam grandes diferenças quando cotejados com a imagem canônica⁴⁴ que se estabeleceu a respeito de ambos no interior da historiografia romana. No que tangia a Vespasiano, Aurélio Vítor diz que havia se mostrado indulgente perante os antigos apoiadores de Vitélio (*Hist. abbrev.* 9.2), sem contar que teria exibido qualidades tão excepcionais, de modo que “[...] aboliu a maior parte dos vícios com o exemplo de [sua] vida (*uitae specie*)” (*Hist. abbrev.* 9.5). Tito, pois, se destacaria por sua cultura, bem como por sua clemência e generosidade (*Hist. abbrev.* 10.1), a ponto de todas as províncias do Império terem lamentado a sua morte (*Hist. abbrev.* 10.5). Similarmente, o outro filho de Vespasiano, que viria a suceder a Tito, emerge na narrativa em conformidade com o discurso taciteano e suetoniano: Domiciano seria soberbo e dissimulado (*Hist. abbrev.* 11.3) e, logo, um cruel tirano que havia oprimido os romanos, em particular a ordem senatorial (*Hist. abbrev.* 11.2; 11.7).

Portanto, no interior do relato que Aurélio Vítor teceu acerca dos Flávios, Vespasiano e Tito figuram como governantes que partilham da mesma essência, enquanto que Domiciano, moldado de acordo com as convenções retóricas e historiográficas do “mau imperador”, contrapõe-se a seu pai e a seu irmão. Neste ensejo, o comportamento de Domiciano evidenciaria um exemplo concreto da aplicação de um axioma moral que, a princípio, havia sido formulado em relação a Calígula (37-41):

---

⁴⁴ Por “imagens canônicas” nos referimos, à guisa de Saliba (2007, p. 88), às imagens-padrão que dada sociedade produz acerca de si mesma, que carregam em seu bojo pontos de referência que se revelam cruciais em seus efeitos de identificação coletiva. Tais imagens podem ser incorporadas aos modos de expressão elaborados por determinado escritor em meio a um contexto específico, de forma a serem reiteradas, negadas ou ressignificadas em função dos valores nutridos e dos propósitos perseguidos pelo autor em sua obra.

Como se estivesse de acordo com uma lei da natureza (*naturae lege*), a qual frequentemente, por assim dizer, engendra [homens] maus a partir de bons, incultos a partir dos mais doutos e assim por diante, ou gerados de modo inverso (*Hist. abbrev.* 3.5).

De acordo com Dufraigne (1975, p. 72), Aurélio Vítor remeteu à “lei dos contrários”, como preconizada na Hélade ainda ao tempo dos pré-socráticos.⁴⁵ No entanto, continua Dufraigne, tal fórmula não dispunha, no texto de Aurélio Vítor, de “*signification philosophique véritable*”, situando-se meramente “*comme un simple procédé de rhétorique*”. Embora concordemos com a afirmativa de que o versículo transcrito acima não comporta uma dimensão filosófica profunda, propomos que tampouco pode ser entendido apenas como um recurso retórico. A noção trabalhada por Aurélio Vítor se encaixava perfeitamente ao ponto de vista que se almejava veicular a respeito do reinado de governantes como Calígula e também Domiciano. Buscava-se, pois, atestar que um genitor não necessariamente transmitiria para sua prole os traços que compunham o seu *ingenium* (isto é, o seu “caráter”), de modo que não se constataria a existência de características que pudessem ser, em específico, atribuídas a todos os integrantes de uma mesma *familia* ou *gens*.

Ora, o caso envolvendo a dinastia Flávia, portanto, seria exemplar neste aspecto. Considerando-se a unicidade que Aurélio Vítor procura imprimir à narrativa referente aos Flávios, o autor pretendia salientar uma diferenciação entre os reinados de Vespasiano/Tito e o de Domiciano. Os governos de Vespasiano e de Tito teriam se caracterizado por uma série de *uirtutes*, ao passo que o de Domiciano, no entanto, se definiria por seus *uitia*. A fim de enfatizar esse jogo de oposições, no seio da *familia* imperial, Aurélio Vítor reportou os falecimentos de Vespasiano e Tito por intermédio de uma única passagem (a qual, por seu turno, finaliza a inserção de ambos na narrativa), de modo a destacar a alteração que se seguiria na história romana, em razão da emergência de Domiciano.

Neste caso, a divisão dos capítulos efetuada por Schott obscurece a análise da técnica narrativa adotada por Aurélio Vítor, na medida em que fracionou em duas partes um relato deliberadamente contínuo que englobava os reinados de Vespasiano e Tito – sem mencionar o fato de que, se cada capítulo corresponderia à vida de um imperador, como queriam Schott e Pichlmayr, soaria estranho constatar que a morte de Vespasiano fosse reportada apenas no capítulo seguinte, relativo à “vida” de Tito. Isto ilustra de que maneira, em diferentes épocas

---

⁴⁵ A noção remonta a pensadores como Heráclito de Éfeso que, no século VI a.C., defendiam a ideia de que o *Logos* – a “lei universal da natureza” – seria definido pela permanente dualidade entre conceitos opostos, de modo que, por sua vez, coisa alguma existiria se não houvesse o seu contrário. Esta luta constante, que em última instância conformava um estado harmônico entre os opostos, garantiria a indivisibilidade do *Logos*.

históricas, se empreendeu uma leitura peculiar a respeito dos textos advindos do mundo antigo e de que forma os mesmos poderiam ser transmitidos para as gerações posteriores.

Outro elemento do texto que merece comentário concerne à narrativa da era de Diocleciano. O relato acerca da “vida” daquele se circunscreveria ao capítulo 39 das *Historiae abbreviatae*, referente ao período que se convencionou definir como a “Primeira Tetrarquia”. Tendo em mente a afirmativa de que “[os demais tetrarcas] veneravam Valério⁴⁶ como se fosse um pai ou à maneira de um grande deus” (*Hist. abbrev.* 39.29), pode-se presumir os motivos que conduziram Schott a demarcar o capítulo 39, basicamente, em função da figura de Diocleciano, pois que este se situaria acima dos demais monarcas, conforme indicava o próprio Aurélio Vítor.

Entretanto, o capítulo em questão nem mesmo se limita aos tetrarcas em si. Observa-se que, em *Hist. abbrev.* 39.9-12, Aurélio Vítor apontou de que modo Carino (283-285), envolto no conflito contra Diocleciano junto ao rio Margo⁴⁷, na Mésia, foi assassinado pelos seus próprios comandados. Ao final da referida passagem, o autor mencionou que a morte de Carino representava o fim da dinastia iniciada por Caro (282-283), ao que se acresceram informações quanto ao lugar de origem e à duração dos reinados de Caro e de seus filhos (*Hist. abbrev.* 39.12). Uma vez mais, nos deparamos com a artificialidade e os paradoxos inerentes à divisão executada por Schott, pois que o capítulo “dedicado” a Diocleciano e seus pares trazia, no entanto, elementos pertinentes aos antecessores dos tetrarcas.

Além disto, o capítulo 39 termina com a abdicação de Diocleciano, fato que conduziu Aurélio Vítor a expor suas considerações a respeito da diversidade de opiniões acerca dos motivos que teriam levado o imperador a abrir mão do *imperium* (*Hist. abbrev.* 39.48). Com efeito, porém, em passagem alguma o autor indicou quando e como Diocleciano havia falecido. O monarca deixou as páginas do livro de Aurélio Vítor justamente em razão de sua abdicação voluntária do poder. Neste ensejo, partindo de uma apreciação das *Historiae abbreviatae* como sucessão de *uitae*, Schott estabeleceu um capítulo que, embora centrado em Diocleciano, curiosamente não se ocupa da morte do governante, informação esta que não poderia estar ausente na composição de uma “biografia”.

Vale destacar também que Aurélio Vítor afirmasse, em *Hist. abbrev.* 12.2, que Nerva havia igualmente abdicado do trono ao décimo sexto mês de seu reinado. Talvez o autor seguisse uma tradição que se constata, por exemplo, em um escritor cristão como Lactâncio (*De mort. pers.* 18.2). Segundo Béranger (1979, p. 359), o erro de ambos os autores não pode

---

⁴⁶ Ou seja, Diocleciano.

⁴⁷ Batalha ocorrida em julho de 285.

ser inteiramente condenado, na medida em que Nerva havia adotado Trajano a fim de aplacar os ânimos dos militares que desejavam vingar o assassinio de Domiciano. Assim, “*en choisissant un successeur, il [Nerva] ‘abdiquait’ moralement*”.⁴⁸ Ademais, chama-nos a atenção o fato de Aurélio Vítor, tal como no caso de Diocleciano, não tecer quaisquer comentários acerca do falecimento de Nerva, limitando-se a enfatizar a prudência daquele (*Hist. abbrev.* 12.3). Isto demonstra, logo, que o foco das *Historiae abbreviatae* não reside na vida dos imperadores, do nascimento à morte, mas antes nos elementos selecionados pelo autor que concerniriam ao período específico em que cada imperador havia reinado sobre os romanos. Entretanto, dada a natureza pessoal do poder imperial, o caráter e o comportamento dos monarcas não poderiam ser negligenciados por um autor como Aurélio Vítor.

Vale relembrar, por outro lado, que tanto Eutrópio quanto o ignoto responsável pela escritura do *Epitome* informaram o falecimento tanto de Nerva quanto de Diocleciano. Eutrópio (8.1.2) dizia que Nerva morreu na própria cidade de Roma, aos setenta e dois anos de idade, ao passo que no interior do *Epitome*, que apresenta uma narrativa razoavelmente detalhada a respeito do reinado de Nerva, pode-se ler que aquele havia falecido em decorrência de uma febre, durante o sexagésimo terceiro ano de sua vida (*Epit.* 12.11). Ambas os textos, sendo assim, desconsideraram a errônea ideia da abdicação do antecessor de Trajano, ao contrário do que se nota nas *Historiae abbreviatae*.

Por seu turno, a abdicação de Diocleciano corresponde ao evento por meio do qual o livro 9 do *Breviário* eutropiano foi finalizado. Adicionar-se-ia, ainda, a informação de que somente a Diocleciano coube a honra de ser deificado, embora tivesse falecido enquanto “simples cidadão” (Eutr. 9.28.1). Já o autor do *Epitome* (39.7) indicou que o referido tetrarca teria se suicidado, pouco tempo antes da celebração do matrimônio entre Licínio (308-324) e Constância, ocorrida possivelmente em fevereiro de 313.⁴⁹ Seja como for, a disparidade entre as fontes exprime a multiplicidade de versões, correntes na segunda metade do século IV, acerca das mortes de Nerva e Diocleciano. O silêncio de Aurélio Vítor, pois, não deve ser interpretado como sinal de ignorância ou negligência. Deriva, antes, de um “estilo de

⁴⁸ Rousselle (1976, p. 460) sugere, pois, que a abdicação de Diocleciano influenciou uma possível maneira de, no século IV, se encarar as circunstâncias relativas ao final da vida de Nerva. Ou seja, Lactâncio e Aurélio Vítor veicularam a noção de que Nerva, assim como efetivamente ocorreria com Diocleciano, terminou seus dias como um “*priuatus*”, ignorando o fato de o antecessor de Trajano ter falecido nos meados do mês de janeiro de 98, poucas semanas depois de anunciada a adoção de seu futuro sucessor, mas ainda na condição de regente do Império.

⁴⁹ Lembremos que, ao menos no que tange à data do falecimento de Diocleciano, os estudiosos modernos dispõem de poucos dados. Lactâncio (*De mort. pers.* 42.1) afirma que aquele morreu no contexto da *damnatio memoriae* que Constantino havia imposto a Maximiano (286-305/310) no início da década de 310. Nakamura (2003, p. 289) sugere o mês de dezembro de 312 como momento mais provável em que a vida de Diocleciano teria chegado ao fim.

pensamento”⁵⁰ que marcaria as *Historiae abbreviatae*: importava a Aurélio Vítor abordar a *persona* do imperador conquanto este governasse o mundo romano. Ou seja, na condição de *priuatus*, o indivíduo não configurava mais objeto de análise, uma vez que não disporia mais dos meios necessários para condicionar os rumos da história imperial.

Portanto, o trabalho de edição formulado por Schott e por Pichlmayr foi norteador pela ideia de que a obra de Aurélio Vítor equivalia a uma biografia imperial, de modo que julgaram lícito reconfigurar a estrutura do texto e mesmo o seu título. Contudo, veremos adiante que a narrativa composta por Aurélio Vítor não corresponde à avaliação efetuada por estudiosos como Schott e Pichlmayr.

1.3 A tradição epitomatória latina na segunda metade do século IV

A segunda metade do século IV, conforme L’Huillier (1997, p. 320), viu surgir um número razoável de compêndios em língua latina. No que dizia respeito aos textos versados em história, os epítomes ou breviários⁵¹ – dos quais, em geral, se tomam como exemplos as obras escritas por Aurélio Vítor, Eutrópio e Festo, bem como o *Epitome* – contribuíram para configurar o quadro apontado por L’Huillier.⁵² Os livros compostos pelos referidos autores teriam por função primordial a perpetuação do conhecimento acerca do passado romano, atendendo às necessidades de uma nova classe governante imperial que emergiu no bojo das alterações políticas e sociais que marcaram o Império a partir do final do século III. Essa camada dirigente advinha das mais diversas províncias (ou mesmo de regiões situadas além

⁵⁰ Conceito empregado por Gay (1990, p. 23) a fim de se referir à “percepção total do historiador sobre o passado” e as “limitações dentro das quais trabalha”, que findam por deixar suas marcas no estilo literário cultivado pelo autor.

⁵¹ Certos estudiosos, dentre os quais Dufraigne (1975, p. xli), Herzog e Schmidt (1989, p. 173) e Marincola (1997, p. 28), garantem que os termos epítome e breviário correspondiam a duas modalidades distintas de texto. Neste caso, o “epítome” equivaleria, em específico, a um resumo elaborado a partir de uma única obra, ao passo que o “breviário” concerniria a uma sucinta obra de história cuja composição se basearia em mais de uma fonte e que apresentaria, logo, uma fisionomia própria. Por isso mesmo é que o anônimo texto que fecha as edições teubnerianas da obra de Aurélio Vítor, organizadas originalmente por Pichlmayr, tem sido usualmente denominado *Epitome de Caesaribus*, pois se acreditava tratar-se de um sumário das *Historiae abbreviatae*. Entretanto, Cizek (1994, p. 108) assegura que o vocábulo “*breviarius*” exprimia apenas uma das formas latinas adotadas para se referir aos epítomes, ou resumos, como designado pelos gregos. Conforme Cizek, utilizaremos em nosso trabalho os termos “epítome” e “breviário” a partir de uma acepção mais ampla, enquanto sinônimos que definem uma “espécie” de texto no interior da produção historiográfica latina.

⁵² Ainda que o *Epitome*, como defende Festy (apud Callu, 1999, p. 607), tenha sido composto entre os anos de 406-408, podemos enumerá-la ao lado das obras descritas acima, uma vez que o *Epitome* serviu-se das obras escritas por Aurélio Vítor e Eutrópio, por exemplo (SEHLMAYER, 2009, p. 294).

das fronteiras imperiais) e, de maneira geral, desconhecia ou pouco recordava dos fatos elementares e das principais personagens relativas à história romana.⁵³

Neste caso, os breviários supriam tal carência, ao transmitir de modo prático e didático um panorama acerca dos mais relevantes feitos pertinentes à civilização romana, que deveriam, em princípio, ser do conhecimento daqueles que, no presente, se encontravam diretamente envolvidos na administração, na defesa e na manutenção do Estado imperial (MOMIGLIANO, 1993a, p. 100). Por seu turno, Dihle (1994, p. 475) assegura que, após a derrota do imperador Valente diante dos godos em Adrianópolis, no ano de 378, a sensação de segurança partilhada pelos habitantes do Império foi se esvaecendo. Diante disto, os breviários latinos teriam preservado, de um modo conciso e facilmente compreensível, a lembrança dos eventos de outrora, em face de um aparente temor vivenciado no Ocidente de que toda uma tradição histórica viesse a desaparecer nos interstícios dos tumultos militares e políticos que se avolumaram no século V.

Contudo, não se deve tomar a quase ignorância acerca da história romana, por parte destes novos grupos sociais que se formaram ou ascenderam na sociedade tardo-imperial, como um sinal incontestado de ausência de letramento.⁵⁴ Muitos dos que serviram aos filhos de Constantino e aos Valentinianos, ocupando postos-chave no interior do exército romano e dispondo de grande influência no âmago das cortes imperiais, tinham por origem as pequenas cidades espalhadas ao longo do vale do Danúbio. Esses indivíduos descendiam de pequenos proprietários e integrantes das cúrias locais e, assim sendo, tiveram a oportunidade de se instruir nas letras, ainda que poucos deles se aprofundassem nos estudos da retórica.⁵⁵

Sob o governo de Constantino e de seus filhos, por outro lado, novos atores sociais passaram a integrar o cenário político imperial. A adoção do cristianismo por parte de Constantino, no desenlace da guerra civil que o opôs a Maxêncio (306-312), resultou na

---

⁵³ Quando o mesmo tipo de demanda eventualmente surgiu entre os habitantes das províncias helenófonas, a medida adotada consistiu na tradução do breviário de Eutrópio, menos rebuscado. Temos notícia da existência de, pelo menos, três diferentes versões em grego do *Breviário* eutropiano, que remontam ao período tardo-antigo (CROKE; EMMETT, 1983, p. 2). Além disso, Momigliano (1993a, p. 101) chama a atenção para o tom neutro que regia os discursos dos epitomadores pagãos no que tangia à religião, o que teria permitido que os autores cristãos os empregassem para seus próprios fins. Isto ajuda a esclarecer uma das razões pelas quais a obra de Eutrópio conheceu boa fortuna no Oriente grego, área em que o cristianismo contava com maior número de adeptos, nos meados do século quarto, se confrontado com o Ocidente latino. Quanto a Aurélio Vítor, sabe-se que escritores cristãos como Jerônimo e Sulpício Severo tiveram acesso a sua obra (BESSONE, 1980, p. 436).

⁵⁴ “*The three epitomators [ie., Aurélio Vítor, Eutrópio e Festo] betray the low standards still prevalent in the days of Julian and Valentinian. Otherwise, who would have made the effort of writing, who would have read these meagre compilations?*” (SYME, 2001, p. 105).

⁵⁵ Tratar-se-ia de homens que, durante a Antiguidade Tardia, seriam considerados “*litterati*” pelo simples fato de reunirem a habilidade de ler e escrever em latim ou em grego. A definição do termo “*litteratus*”, assim, variava em função do contexto em que poderia ser empregado, referindo-se tanto ao homem culto, julgado como “civilizado”, quanto àquele que não dispunha senão de um nível básico de letramento (HARRIS, 1991, p. 285).

promoção de adeptos da fé cristã no âmago da administração do Estado romano. Muitos daqueles que integravam esta “aristocracia cristã de ofício” careciam de um conhecimento, mesmo que superficial, a respeito dos acontecimentos relativos ao passado de Roma (Alan CAMERON, 1977, p. 8). Cabe, finalmente, salientar que a fundação de Constantinopla em 330, sobre o solo da antiga Bizâncio, implicou o estabelecimento de um novo Senado, para além do vetusto órgão existente na cidade de Roma. De maneira gradativa, oficiais ligados à corte de Constâncio II, governantes provinciais e membros das aristocracias locais no Oriente tomaram assento no Senado de Constantinopla, ao qual foram conferidos variados privilégios jurídicos e benesses materiais. Os senadores constantinopolitanos, em geral, cumpriam com os requisitos pertinentes à cultura letrada. Entretanto, imersos em uma área helenófona, careciam de maior conhecimento do latim e, igualmente, da história romana. Logo, como lembra Momigliano (1993a, p. 101), “também eles necessitavam de brevíários”.

No caso dos soldados, ademais, deve-se salientar que estavam habituados aos assuntos que condiziam ao dia a dia do acampamento militar, mas careciam de experiência política e administrativa. Faltava-lhes, nos dizeres de Kenney (1982, p. 736), um “senso mais completo” da grandeza do Império do qual faziam parte, e dos problemas enfrentados e solucionados, ou não, pelos governantes de antanho. Neste ensejo, os brevíários de história possibilitar-lhes-iam ultrapassar os estreitos limites temporais e espaciais aos quais estavam confinados e, pois, absorver lições de longa data mediante o contato com determinados compêndios que abrangiam quer fossem os quatro séculos de história imperial, quer fossem os mais de mil anos de história romana, desde a lendária fundação da cidade de Roma.⁵⁶

Outro ponto relevante, como indicado por Bonamente (2003, p. 88), reside no fato de que a composição de uma concisa narrativa se encaixava adequadamente às circunstâncias pessoais vivenciadas por autores como Aurélio Vítor ou Eutrópio. Em outras palavras, indivíduos que exerciam funções em diferentes escalões da administração imperial e, por conseguinte, impossibilitados de devotar um extenso *otium* ao cumprimento da tarefa de redigir uma obra versada em história. Com efeito, estamos diante de autores bem distantes da

---

⁵⁶ Bonamente (2003, p. 88-89) destaca ainda que os epitomadores do século IV alimentavam o desejo de serem lidos, ou se fazerem ouvir, na corte imperial (o que não significa que tivessem alcançado o objetivo pretendido). Eutrópio e (ao que parece) Festo dirigiram suas obras a Valente, um dos imperadores reinantes em fins da década de 360, algo que, no entender de Bonamente, Aurélio Vítor supostamente teria feito em relação ao monarca vivente em 360-361 (no caso, Constâncio II). Porém, a hipótese de Bonamente carece de maior fundamento, no que tange a Aurélio Vítor, pois que este não dedicou seu livro a Constâncio II. Por fim, cabe sublinhar que, ao contrário dos brevíários de Eutrópio e Festo, as *Historiae abbreviatae* abrangem o reinado do monarca que ainda governava e, neste caso, Aurélio Vítor correria o risco (considerando-se a sugestão de Bonamente, ressalve-se) de estabelecer um panorama histórico que poderia desagradar justamente àquele para quem a obra seria eventualmente destinada!

tradicional figura do senador romano que se dedicava à tarefa de escrever a história romana, como ilustrado, no passado, por literatos como Salústio ou Tácito.

A ausência de senadores a navegar pelos mares da historiografia latina no século IV pode ser compreendida se levarmos em conta o processo de enfraquecimento político enfrentado pela ordem senatorial romana desde o século III, especialmente a partir das reformas institucionais e administrativas levadas a cabo por Diocleciano. Sob Constantino e seus filhos, os senadores retomaram – ainda que de modo parcial, se cotejado com o Alto Império – uma participação mais efetiva nos assuntos públicos, no bojo de uma redefinição e de um alargamento do “clarissimado”, como explicado pela criação do Senado de Constantinopla (CHASTAGNOL, 1992, p. 253). A aristocracia senatorial no Ocidente, embora mantivesse sua imensa riqueza fundiária e muito de seu prestígio social intactos, viu-se deslocada do centro do poder no decorrer da época tardo-imperial. Por conseguinte, os membros do Senado da cidade de Roma, sobretudo, conviviam com um sentimento de perda de identidade, pois tinham ciência da antiguidade e da relevância da instituição da qual faziam parte e da efetiva autoridade política que almejavam, tal como outrora, possuir.

Neste ensejo, Kenney (1982, p. 687-688) garante que a camada senatorial no Ocidente latino, na condição de produtores e consumidores de obras literárias, tendeu a centrar suas atenções no passado, como se assumissem uma postura de antiquários.⁵⁷ Isto evidenciaria o pesar que sentiam em relação ao presente, marcado pelo limitado papel que dispunham na condução do Estado imperial, bem como pela ascensão do cristianismo em detrimento dos priscos cultos pagãos. Por sua vez, mesmo o propósito dos epitomadores latinos do século IV, no sentido de promover e difundir, de modo simples e pragmático, o conhecimento sobre os fatos e personagens mais importantes da história romana, pode ser tomado enquanto “*the expression of a reflective desire to bring the past back to life*” (BONAMENTE, 2003, p. 86).

Sendo assim, embora tais breviários tivessem por objetivo a divulgação do passado romano, tratar-se-ia de um tipo de discurso historiográfico cuja forma, definida justamente pela *breuitas*, atendia às necessidades dos novos grupos dirigentes que viriam a ocupar as funções públicas anteriormente concentradas nas mãos dos senadores da cidade de Roma.⁵⁸

⁵⁷ Quer dizer, o interesse pelo passado não estimulava tanto uma atividade historiográfica, mas antes impulsionava uma tentativa de se resgatar objetos e elementos diversos que contivessem traços dos mais antigos costumes e instituições romanas. Para tanto, ver Maslakov (1983, p. 100).

⁵⁸ Faz-se oportuno apontar que a difusão dos compêndios ganhou impulso com o avanço dos códices, que a partir do século IV foram gradativamente tomando o lugar do rolo de pergaminho como suporte fundamental dos registros escritos. A princípio, os códices eram avaliados como livros de baixa qualidade, que circulavam no interior das camadas sociais menos abastadas. No entanto, de fins do século III em diante, novos grupos sociais até então sem papel político significativo ascendem ao poder, e igualmente aspiraram ingressar no universo da palavra escrita, a fim de que manifestassem “oficialmente” sua cultura. Destaca-se, portanto, a emergência de um

Por outro lado, é possível preconizar que o fruto do labor dos epitomadores latinos da segunda metade do século IV dificilmente apeterceria àquela elite culta, letrada, que tomava assento no Senado da *Urbs aeterna*, visto que uma narrativa histórica de pequena extensão pouco acrescentaria aos saberes, acerca do passado, que varões como Nicômaco Flaviano ou Quinto Aurélio Símaco cultivavam.

A intenção de se redigir uma obra em conformidade aos parâmetros da brevidade seria devidamente registrada por autores como Eutrópio e Festo.⁵⁹ Aurélio Vítor, por sua vez, ainda que não tivesse redigido um prefácio ao seu texto, externou uma preocupação no sentido de se abordar os eventos de uma maneira sucinta; é o que se nota, por exemplo, em *Hist. abbrev.* 28.3, passagem esta em que Aurélio Vítor sinalizou a ocorrência de alguns presságios e prodígios ao tempo do imperador Filipe, o Árabe (244-249), indicando o seu desejo de “recordar brevemente” (*memorare breui libet*) pelo menos um daqueles fenômenos.⁶⁰

Uma vez apontadas as características e os pressupostos que teriam norteado a composição dos breviários latinos no século IV, devemos avaliar as especificidades da obra de Aurélio Vítor. Considerando-se a forma pela qual a narrativa das *Historiae abbreviatae* foi estruturada, as reflexões acerca da história de Roma que a obra contém e os diversos elementos que compõem o discurso formulado por Aurélio Vítor, defendemos a proposta de que o autor pretendesse dialogar com leitores distintos daqueles que consumiriam um compêndio de história no século IV.

Bird (1994, p. xix), no entanto, argumenta que o estilo narrativo de Aurélio Vítor, marcado muitas vezes por uma disposição de palavras assaz tortuosa e por um grande número de metáforas, correspondeu ao principal fator a elucidar a “falta de popularidade” que caracterizaria a inserção das *Historiae abbreviatae* no período tardo-antigo, em oposição da narrativa simples e direta que autores como Eutrópio teriam composto. Todavia, consideramos lícito indagar se os elementos mais peculiares da escrita cultivada por Aurélio Vítor não configurariam, pelo contrário, um indício das pretensões alimentadas pelo autor, com vistas a atingir uma fração mais culta, refinada, que integrava o público leitor latino no século IV. Isto significa, conforme Ribeiro (1999, p. 347), que o texto

---

novo público leitor, que se beneficia das praticidades inerentes aos códices (mais fáceis de transportar e melhor adaptados à leitura que os rolos), que adquiririam grande qualidade na passagem do século IV para o V (CAVALLO, 1992, p. 83-85).

⁵⁹ Em seu prólogo, Eutrópio afirmava que “recolheu em uma breve narrativa (*breui narratione collegi*)” os dados tidos por mais eminentes que integravam a história romana, desde a fundação da cidade. Por sua vez, Festo, possivelmente dirigindo-se a Valente, solicitava que o monarca aceitasse “aquilo [ie., os fatos relatados na obra] que foi enumerado de forma mais breve do que [palavras] brevemente ditas (*quod breuiter dictis breuius computetur*)” (Fest. 1).

⁶⁰ Cf., igualmente, *Hist. abbrev.* 8.7; 42.25.

persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura *refletir* o seu tempo e sociedade; quer *produzir* efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia própria do discurso [...] (grifo do autor).

Sugerimos, pois, que um dos pontos cruciais a diferenciar Aurélio Vítor, em relação aos epitomadores do século IV, reside nos possíveis leitores a quem as *Historiae abbreviatae* se destinariam.⁶¹ Assim sendo, a obra de Aurélio Vítor não se assemelha aos demais epítomes latinos na medida em que não objetivava promover e divulgar, de modo simplificado, um panorama informativo acerca de dados acontecimentos históricos e de personalidades de vulto, mas sim tecer uma interpretação a respeito da história imperial romana em seu todo⁶², como veremos no decorrer dos capítulos subsequentes. Ainda que consagrasse a brevidade enquanto princípio narrativo, Aurélio Vítor definiu, como público em potencial, uma modalidade de leitores que não se confundia com homens que possuísem um limitado nível de letramento, caso de um imperador como, por exemplo, Valente.⁶³

E quais seriam as possíveis “pistas” que o texto de Aurélio Vítor teria nos deixado, e que nos permitiriam conceber com quem o autor pretendeu dialogar e dirigir suas reflexões? As remissões a elementos pertinentes às épocas monárquica e republicana da história romana podem ser compreendidas enquanto vestígios significativos. Por isto, faz-se salutar destacarmos ao menos três dessas alusões pontuadas por Aurélio Vítor em seu texto. A primeira tange à figura de Numa Pompílio⁶⁴, lendária personagem de origem sabina que teria assumido o trono em Roma após a morte de Rômulo, fundador da cidade e primeiro rei dos

⁶¹ Como quer Pelling (2000, p. 246), os textos possuem um público e são elaborados visando atingir pessoais reais. Ao lidar com fontes literárias, o historiador deve escrutinar, na medida do possível, qual o público que o próprio texto em si projeta; é lícito, assim sendo, investigar os eventuais leitores “inscritos no texto” e inferir o que se puder a respeito deles.

⁶² Festo, ao tornar clara a sua ambição de escrever um relato o mais sucinto possível, enfatizava que apenas “assinalará os feitos dos romanos” (*res gestas signabo*) sem que, no entanto, se alongasse na elaboração (e, pois, na explicação) dos fatos (*non eloquar*) (Fest. 1).

⁶³ A julgar por aquilo que Amiano Marcelino registrou em diferentes passagens de suas *Histórias*, a rudeza e falta de educação marcaram o comportamento de Valente (cf. Amm. Marc. 29.2.18; 30.4.2). Malgrado tais considerações, Alföldi (1952, p. 117-119) discorre sobre o fato de Valente não ter se desvencilhado do imperativo, particularmente enfatizado pelas camadas sociais superiores, de que o soberano deveria reverenciar as mais diversas manifestações artísticas; ao que parece, o monarca em questão se esforçou por promover ocasiões para a declamação retórica, mesmo quando se encontrava nos acampamentos militares.

⁶⁴ Bird (1986, p. 244) proclama que a memória histórica acerca de Numa Pompílio conheceu reputação notável no século IV, como comprovado pela historiografia latina do período, que encontrou no segundo rei de Roma um útil *exemplum* a ser trabalhado. Na seção imperial de seu *Breviário*, Eutrópio (8.8.1) enaltece as virtudes de Antonino Pio, ao cotejá-las como semelhantes àqueles que Numa teria demonstrado. Igualmente, no interior da *Vita Antonini Pii* se estabeleceu uma comparação entre Numa e Antonino Pio, baseado na perspectiva de que o imperador do século II teria dedicado especial atenção aos ritos religiosos, pois que dotado de *pietas* semelhante àquela com a qual o lendário rei romano estava associado (cf. HA, *Pius* 13).

romanos. Aurélio Vítor afirmou em *Hist. abbrev.* 1.3 que, contando desde Numa Pompílio, Augusto foi o terceiro dentre os líderes romanos a ordenar que as portas do templo de Jano fossem fechadas. Essa informação complementava a frase que a antecede, em meio a qual se lê que o filho adotivo de Júlio César pacificou “a ferocidade dos povos externos, com exceção da Germânia” (*Hist. abbrev.* 1.2).

Na sequência do texto, ao introduzir o reinado de Adriano (117-138), Aurélio Vítor sublinhou que o imperador havia retornado a Roma depois de ter restabelecido a paz no Oriente (*Hist. abbrev.* 14.1). Na sequência do texto, se escreve que:

Ali [i.e., na cidade de Roma], seja à maneira dos gregos ou de Numa Pompílio, [Adriano] começou a se ocupar (*curare occepit*) dos cultos religiosos, das leis, das escolas e dos professores, a ponto de ter inclusive fundado uma escola para as artes liberais (*ludum ingenuarum artium*), a qual chamam de Ateneu (*Hist. abbrev.* 14.2-3).

Desta forma, as alusões ao rei Numa Pompílio, embora vinculadas a dois imperadores distintos – isto é, Augusto e Adriano – se inserem em contextos similares. De acordo com Aurélio Vítor, tanto Augusto quanto Adriano asseguraram a pacificação de certas regiões que compunham o Império. Em razão disso, o autor os associa a Numa Pompílio. Este, ao contrário de seu antecessor, o belicoso Rômulo, foi descrito em meio à tradição histórica como sábio, pacífico e dedicado à garantia da ordem na cidade, ao formular uma série de leis e ao instituir os pilares da religião romana, como o colégio dos pontífices (*collegium pontificum*), cuja criação era atribuída ao segundo rei de Roma (FORSYTHE, 2006, p. 97). Neste sentido, Numa Pompílio configura um *exemplum* utilizado por Aurélio Vítor a fim de salientar aos leitores alguns dos feitos alcançados por Augusto e Adriano. No caso do primeiro imperador romano, a menção ao fechamento das portas do templo de Jano possuía um duplo significado, qual seja, ressaltar a glória militar do *princeps* e, por conseguinte, a paz que se efetivaria no interior das fronteiras imperiais, uma vez que o ato de se fechar as portas do supramencionado templo sucedia “conforme o direito romano, quando as guerras chegavam a seu termo” (*Hist. abbrev.* 1.3).

Quanto a Adriano, a associação efetuada em relação ao sucessor de Rômulo adquiria outros contornos. Aurélio Vítor elencou algumas das áreas para as quais Adriano teria dedicado particular atenção, como a religião, a jurisprudência e a cultura letrada na cidade de Roma. Ora, trata-se de atividades que haviam sido intimamente vinculadas à memória histórica concernente a Numa Pompílio. Ademais, Numa Pompílio sucedeu a um rei notabilizado por seus feitos marciais, assim como Adriano ocupou o trono imperial após

Trajano, governante que havia estendido os limites do Império para além do Danúbio e lançado uma ofensiva contra os partas no Oriente. Isto tornava possível que se estabelecesse uma aproximação ainda maior entre as figuras de Adriano e Numa Pompílio.⁶⁵

A segunda remissão a ser enfatizada tange aos Décios, que haviam exercido o consulado nos séculos IV e III a.C.. Tal se observa, em um primeiro momento, na narrativa que Aurélio Vítor apresentou acerca da morte do imperador Décio (249-251) e de seu filho (cf. *Hist. abbrev.* 29.4-5).⁶⁶ Lê-se na obra de Tito Lívio (8.9-10) uma descrição a respeito do modo pelo qual Públio Décio Mure, cônsul no ano de 340 a.C., teria devotado aos deuses *Manes* o seu próprio corpo, a fim de que as tropas que comandava superassem os latinos em uma batalha travada próxima ao Monte Vesúvio. Por conseguinte, Décio Mure tombou morto ante os inimigos os quais, por sua vez, foram aniquilados pelos soldados de Roma.

Quase meio século mais tarde, o filho de Públio Décio Mure, que ostentava o nome de seu pai, seguiria a trilha aberta por seu antepassado. Em 295 a.C., no contexto da Terceira Guerra Samnita, Públio Décio Mure *junior* liderava a ala esquerda do exército romano que, na localidade de Sentino, lutava contra as forças samnitas, às quais se somava uma coalizão de povos. Dentre estes, segundo Tito Lívio (10.26-29), se enfileiravam os gauleses que, devido à ferocidade que demonstraram no decorrer da pugna, conseguiram espalhar grande pânico entre os soldados que se encontravam sob as ordens de Décio Mure *junior*. Perante tal quadro, o cônsul decidiu emular os passos de seu pai e se sacrificar no campo de batalha, devotando a si mesmo e o exército inimigo aos *Manes*. Finalmente, Décio Mure *junior* veio a falecer durante o combate, mas tornou possível que os romanos se impusessem diante dos gauleses.

Séculos depois, no ano de 249, Roma veria um varão de nome Caio Décio assumir a púrpura. As províncias danubianas sofriam com as incursões promovidas pelos godos, ao que Décio nomeou seu filho, Herênio Etrusco, como *César* e o enviou para aquela região com o intuito de repelir os invasores. Em julho de 251, Décio e Herênio Etrusco se reuniram na Mésia Inferior e lá confrontaram o exército gótico, comandado por Cniva, em meio a uma área pantanosa nas proximidades de Abrito. Apesar do sucesso obtido frente aos godos em uma batalha anterior, em Abrito as forças romanas sofreram retumbante derrota, que resultou

⁶⁵ Carece atestarmos, todavia, que a passagem das *Historiae abbreviatae* em que Numa Pompílio se insere como um modelo para Adriano contém certa ambiguidade, pois que Aurélio Vítor não determinou com clareza se as inovações introduzidas pelo *princeps* resultavam de uma emulação feita ao rei romano ou exprimiam uma influência dos costumes gregos.

⁶⁶ Não surpreende, pois, que encontremos tal alusão, uma vez que a similaridade envolvendo os *nomina* das personagens teria levado o autor, ou a fonte por ele consultada, a apresentar o falecimento do imperador Décio nos moldes do ato sacrificial que tradicionalmente se atribuía aos cônsules republicanos. Sendo assim, o *nomen* *Decius* sugeriria uma concepção preliminar do papel representado por determinados indivíduos – ou seja, Décio e seu filho, nos meados do século III – no desenrolar da história imperial.

na morte tanto de Décio quanto de seu filho, Herênio Etrusco. Quanto a isso, Aurélio Vítor assim escreveu:

A maior parte [dos autores] (*plerique*) confere aos Décios uma morte gloriosa: de fato o filho, que tinha se engajado audazmente no combate, tombou na linha de batalha; quanto ao pai, pois que os soldados comovidos, a fim de consolar o imperador, puseram-se a dizer muitas coisas, [ele] afirmou categoricamente que a perda de um único homem lhe parecera pouco. E assim que a guerra foi recomeçada, combatendo com ardor, ele morreu de modo semelhante (*Hist. abbrev. 29.5*).

Conforme Aurélio Vítor, embora o falecimento de ambos os governantes não tivesse promovido a vitória do exército romano, tal como teria ocorrido com os “Décios” dos tempos da República, as circunstâncias que marcaram o fim da vida do imperador Décio e de seu filho seriam igualmente memoráveis. Neste caso, Aurélio Vítor veiculou uma percepção que transformava o fracasso e a morte de Décio e de Herênio Etrusco em um ato dignificado, na medida em que comportaria as cores de uma entrega, de um sacrifício pessoal em favor da coletividade, como se os “Décios” do século III tivessem imitado seus predecessores do período médio-republicano.

Todavia, a remissão aos heroicos Décios do longínquo passado romano se concretiza no interior da narrativa, de maneira explícita, mediante a descrição com a qual Aurélio Vítor introduziu a figura do imperador Cláudio, o Gótico (268-270). Este corresponderia a um “varão capaz de suportar as dificuldades, justo e inteiramente devotado à *res publica*, pois que, depois de um longo intervalo, reviveu a maneira de ser dos Décios (*Deciorum morem*)” (*Hist. abbrev. 34.1-2*). Cláudio, o Gótico, teria emulado o exemplo fornecido pelos ilustres antepassados porque os Livros Sibilinos revelaram que “o primeiro entre os senadores” (*primum ordinis amplissimi*) teria de ser consagrado à deusa Vitória para que os godos fossem expulsos do interior das fronteiras imperiais (*Hist. abbrev. 34.3*). Ainda de acordo com Aurélio Vítor, o imperador teria afirmado que o sacrifício competia a ele, *princeps* que era, de modo que a ameaça gótica foi dissipada depois que o monarca ofereceu sua própria vida para salvaguardar o Estado romano (*Hist. abbrev. 34.4-5*).

Dufraigne (1975, p. 168-169) propõe que, promovida pela casa constantiniana, a comparação entre Cláudio, o Gótico, e os Décios se difundiu somente a partir do século IV, visto que Constantino e os seus filhos alimentaram a infactível ideia de que descenderiam do imperador do século III.⁶⁷ Importa-nos, por ora, salientar que Aurélio Vítor transmitiu uma

⁶⁷ A questão envolvendo a fictícia ascendência de Constantino será abordada com maior profundidade no capítulo seguinte do presente trabalho. Para tanto, ver Cap. 2, p. 172 ss.

representação heroicizada acerca da morte de Cláudio, o Gótico, quando, pelo contrário, o referido imperador provavelmente faleceu em Sírmio vitimado por uma peste ou simplesmente de causas naturais.

Esta segunda hipótese pode ser observada no texto escrito por Eutrópio (9.11.2), que ignorou por completo a perspectiva de uma emulação da “*Deciorum deuotio*” por parte de Cláudio, o Gótico. Já o *Epitome* (34.3-4) comporta uma versão mais concisa do sacrifício do imperador, mantendo, porém, as mesmas linhas expostas por Aurélio Vítor. No entanto, o anônimo autor do *Epitome* explicitou que Pompônio Basso, na condição de “*princeps senatus*”, ofereceu a si próprio para que a profecia contida nos Livros Sibílinos se concretizasse (cf. *Epit.* 34.3). Este detalhe escapa à narrativa de Aurélio Vítor, algo que comprova que o *Epitome*, embora se pautasse nas *Historiae abbreviatae* no que respeitava à morte de Cláudio, o Gótico, teceu uma abordagem particular (SCHWARTZ, 1973, p. 359).

Por outro lado, Bird (1972, p. 360) argumenta que a versão do sacrifício de Cláudio, o Gótico, havia se propagado a partir da “*Kaisergeschichte*”, sobre a qual tanto Aurélio Vítor quanto o responsável pelo *Epitome* teriam se apoiado. Detenhamo-nos um pouco nessa questão. Em 1884, o filólogo alemão Enmann publicou um longo estudo, no qual postulou que as semelhanças verbais, estilísticas e de conteúdo (em especial os erros factuais) que podem ser listadas nos textos das *Historiae abbreviatae*, da seção imperial do *Breviário* de Eutrópio e da *História Augusta* derivavam da consulta em comum a um opúsculo latino perdido, convencionalmente intitulado por *Kaisergeschichte*.⁶⁸ Esta, no entender de Enmann, teria sido produzida na virada do século III para o IV, uma vez que a opinião corrente até aquele momento era a de que a *HA* teria sido elaborada, de forma paulatina, durante os reinados de Diocleciano e Constantino.

Passados cinco anos desde o aparecimento do artigo de Enmann, Dessau propôs, entre outras, a hipótese que a *HA* remontava à última década do reinado de Teodósio. Essa proposta, logo, modificou as bases do debate a respeito da existência da própria *KG*. Assim, T. Barnes (1984, p. 41) sustenta a ideia de que a *KG* simbolizaria a consolidação final de elementos derivados de um vasto – e desconhecido, ressaltamos – conjunto de textos que abrangiam somente a história imperial. A composição da *KG*, pois, teria se efetuado logo após a morte de Constantino, uma vez que as obras de Aurélio Vítor e Eutrópio não conteriam expressões ou erros similares no que tangia ao período posterior ao ano de 337.

---

⁶⁸ Ou “*História imperial*”. Doravante nos referiremos à *Historia Augusta* por meio da abreviatura *HA*, ao passo que a *Kaisergeschichte* de Enmann será mencionada como *KG*.

Bird (1973, p. 376-377), entretanto, assegura que a redação da *KG* teria ocorrido por volta do ano de 357, ao tempo da batalha de Estrasburgo. Tanto a obra de Aurélio Vítor quanto a de Eutrópio, passando pelo *Epitome* e pelos acréscimos feitos por Jerônimo, em 382, à tradução latina da *Crônica* de Eusébio de Cesaréia, trariam indícios do compartilhamento de uma única fonte, pelo menos no que dizia respeito à vitória que Juliano conquistou sobre os alamanos na região renana, em fins da década de 350. Mais recentemente, Burgess (2005, p. 190) aventou a possibilidade de que existissem ao menos três diferentes recensões da *KG* em circulação no século IV, empreendidas por diferentes escritores. A última e definitiva versão da *KG* teria sido efetivada por volta de 378, da qual se encontrariam vestígios na *Crônica* de Jerônimo, nas *Histórias* de Amiano Marcelino, bem como na *HA*⁶⁹ e no *Epitome*.

A despeito das divergências quanto à datação da *KG*, vale sublinhar que os estudiosos mencionados nos parágrafos anteriores mostram-se unânimes, porém, em relação a um ponto: a *KG* equivaleria à principal fonte direta consultada por Aurélio Vítor e por Eutrópio (no caso deste, no que se refere à parcela de seu *Breviário* que cobre a história romana após a batalha de Ácio).⁷⁰ Tendo em vista a brevidade das narrativas expostas nas *Historiae abbreviatae* e no *Breviário* eutropiano, T. Barnes, Bird e Burgess julgam conveniente assumir que Aurélio Vítor e Eutrópio consultaram a menor quantidade possível de obras, ou mesmo tão somente uma (no caso, a *KG*), a fim de executarem uma tarefa que teria, por conseguinte, demandado pouco tempo para ser finalizada.

Em face das evidências recolhidas por autores como T. Barnes, Bird e Burgess, soaria como um contrassenso negar a existência de uma fonte comumente empregada por Aurélio Vítor, Eutrópio e outros escritores do século IV. Com efeito, faz-se escusado ressaltar que a noção de que a *KG* equivale ao texto elementar sobre o qual Aurélio Vítor e Eutrópio teriam se baseado fornece uma explanação satisfatória no que concerne às semelhanças observadas entre os relatos elaborados por ambos os autores. Mas, e quanto às diferenças consideráveis que se notam entre eles? Para Baldini (2006, p. 10), mediante a hipótese relativa à existência da *KG* “*si spiegano le somiglianze, ma soprattutto si giustificano le aggiunte o le differenze tra l’uno e l’altro dei cosiddetti “Abbreviatori” per episodi comuni*”.⁷¹ Tamanho posicionamento ilustra de que maneira a *KG* mantém-se arraigada no interior da crítica moderna. Ou seja, em que pese o fato de não dispormos de um único fragmento sequer que

⁶⁹ Atualmente é ponto assente, em meio à crítica historiográfica, que a *HA* resultou do trabalho de um único escritor. Para tanto, ver Birley (2006, p. 19).

⁷⁰ Cf. T. Barnes (1984, p. 20), Bird (1984, p. 23) e Burgess (1995, p. 113-114).

⁷¹ Matthews (2007, p. 298) também interpreta a diversidade de conteúdo observada entre Aurélio Vítor, Eutrópio e o autor do *Epitome* como indício de que a “*KG contained a greater variety of material, and so was a longer work, than we might at first suspect*”.

emanasse diretamente da *KG*, argumenta-se que esta equivaleria a uma narrativa histórica de maior fôlego, que teria fornecido vários dos elementos necessários para que boa parte da produção historiográfica latina do século IV viesse a desabrochar.

Faz-se salutar, a nosso ver, que matizemos a extrema relevância que se confere à *KG*. Primeiramente, cabe advertir, como o faz Nixon (1971 apud BIRD, 1984, p. 23), para o fato de que

all the extant histories, epitomes and chronicles of the fourth century have points in common. There seems to have been a common pool of information about the past which was utilized by each author according to his needs and objectives.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que as possíveis semelhanças entre os textos de Aurélio Vítor e Eutrópio podem ser, ao menos em parte, igualmente esclarecidas se partirmos de outros vieses. Den Boer (1972, p. 110), por exemplo, destaca que os autores do século IV manipularam toda uma tradição histórica que se transmitia oralmente, de geração em geração, e poderiam guardar na memória, ao menos, uma apreciação acerca dos eventos cronologicamente mais recentes. Dufraigne (1975, p. xxvii), por seu turno, assume uma posição ainda mais radical e deprecia a *KG* como fruto intangível de um “*auteur fantôme*”. Nestes termos, Dufraigne ajuíza que não carecemos evocar a hipotética obra como fonte para o trabalho de Aurélio Vítor, embora admita que o texto das *Historiae abbreviatae* provavelmente tenha se baseado em um leque reduzido de fontes.

Por fim, faz-se necessário apontar que a demasiada preocupação em se esboçar uma filiação entre passagens contidas nas *Historiae abbreviatae* e a *KG* – da qual, lembremos, a crítica moderna não dispõe de fragmento algum, *strictu sensu* – pouco contribui para que consigamos iluminar quais seriam os possíveis objetivos e as intenções que teriam norteado Aurélio Vítor em sua empreitada. Superestimada, a *KG* adquiriu atualmente, no que se refere à produção historiográfica latina do século IV, tamanha relevância que diversos estudiosos não se furtaram em estabelecer as mais diversas generalizações. Tome-se, como exemplo, a afirmativa de Lieu (1998, p. 2), para quem a *KG* “[...] *reflect the dominant Latin historiographical style of their time with a distinct tendency towards brief coverage of a long time-span and concentrating on military and, to a lesser extent, political happenings*”.

Deduzimos, a partir da assertiva de Lieu, que a *KG* também teria englobado, de forma abreviada, um longo intervalo temporal, e se centrado, sobretudo, nos eventos militares. Ora, embora possamos visualizar nos textos de Eutrópio e de Festo um acentuado enfoque sobre os conflitos bélicos que envolveram o Estado romano e diversos povos externos, a obra de

Aurélius Vítor se inclinava para os acontecimentos políticos e às questões administrativas e jurídicas que diziam respeito à história imperial. Perspectiva oposta, logo, àquela enunciada por Lieu. Ademais, ainda que concordemos com a perspectiva de que a *KG* se situaria como a solução fundamental para o problema das similitudes entre os textos de Aurélius Vítor e Eutrópio, não explicaríamos as razões que conduziram ambos os autores a selecionar determinada informação, em (um eventual) detrimento de outra, tampouco iluminaríamos o significado que dado evento assumiria no interior de diferentes estruturas narrativas.

Nestes termos, cabe sublinharmos as distintas opções (e ênfases) que podem ser verificadas entre as composições de Aurélius Vítor e Eutrópio, no que tange a um mesmo evento, qual seja, o falecimento de Constantino. Os relatos que as *Historiae abbreviatae* e o *Breviário* eutropiano apresentam sobre o referido fato possuem nítidas semelhanças, de modo que estudiosos como Fowden (1994, p. 149) não hesitam em concluir que Aurélius Vítor e Eutrópio dependeram de uma mesma fonte, a *KG*. Sendo assim, indiquemos o que Aurélius Vítor escreveu a respeito dos últimos momentos do imperador:

[Constantino], aos trinta e dois anos de seu reinado, depois de ter governado [sozinho] o mundo durante treze, aos sessenta e dois anos de idade, marchando contra os persas, que haviam feito irromper novamente a guerra, morreu em um campo perto de Nicomédia, que denominam de Acirona, como o havia pressagiado o astro funesto para os reinados que chamam de cometa (*Hist. abbrev.* 41.16).

Por seu turno, Eutrópio expôs o acontecimento da seguinte forma:

Preparando a guerra contra os partas [ie, os persas], que já atacavam a Mesopotâmia, [Constantino] morreu em Nicomédia em uma *uilla publica*, aos trinta e um anos de seu reinado e aos sessenta e seis de idade. Sua morte foi prognosticada inclusive por uma estrela de longa cauda que, de inusitado tamanho, brilhou durante algum tempo. Os gregos a chamam de cometa (Eutr., 10.8.2-3).

Pois bem, poder-se-ia facilmente atestar que as duas passagens guardam grandes similaridades: segundo ambos os autores, Constantino faleceu na região de Nicomédia, durante os preparativos que então se realizavam para uma guerra contra os principais inimigos das fronteiras orientais do Império, os persas. Além disso, tanto Aurélius Vítor quanto Eutrópio apontaram a ocorrência de um fenômeno astronômico, a passagem de um cometa, interpretado como um presságio acerca do fim da vida do soberano.

Entretanto, subsistem pequenas incoerências entre o texto de Aurélius Vítor e o de Eutrópio, que concernem à duração do reinado de Constantino e à idade deste, quando do

momento em que havia morrido. Seja como for, nossa análise se focará em apenas um elemento, qual seja, a menção ao surgimento de um cometa. O caráter premonitório vinculado ao corpo celeste foi destacado por ambos os autores. Todavia, apenas Aurélio Vítor observou que o presságio, em específico, constituiria um elemento perturbador, “funesto”, para os “*regni*”. Em verdade, no interior das *Historiae abbreviatae*, a referência ao cometa integrava um panorama que Aurélio Vítor havia definido no tocante à era constantiniana, de tal forma que os *prodigia* anunciavam certas mazelas relacionadas a Constantino e aos seus descendentes.⁷²

Sendo assim, o aparecimento de um cometa, vinculado ao falecimento de Constantino, assume um sentido todo peculiar em meio ao texto redigido por Aurélio Vítor. Enquanto Eutrópio se limitou a reportar a ocorrência do fenômeno, Aurélio Vítor procurou extrair um significado do mesmo, inserindo-o em um quadro ampliado. Ou seja, ainda que a *KG* correspondesse à fonte originária da informação acerca do *prodigium*, a decisão de selecioná-la, reproduzi-la e, sobremaneira, interpretá-la, competiu a Aurélio Vítor. Portanto, não podemos senão concordar com a postura adotada por Baldwin (1993, p. 88), para quem os historiadores e biógrafos tardo-antigos eram, em sua maioria, “*intelligent and independently minded*”, e dotados de um estilo próprio de composição.

Feito isto, retomemos a análise das referências aos tempos pré-imperiais que constam do livro de Aurélio Vítor. O terceiro ponto a ser sublinhado concerne à presença de Caio Mário na obra. Em *Hist. abbrev.* 33.8, Aurélio Vítor enumerou vários usurpadores galo-romanos que surgiram ao tempo de Galieno, dentre os quais um simples ferreiro de nome Mário (c. 269). As modestas origens deste conduziram o autor a tecer um comentário quanto à situação deplorável em que a dignidade imperial se encontrava naqueles tempos, a ponto de não causar estranhamento algum o fato de um *humilior* pretender restaurar o mundo romano “que [outro] Mário, de mesma profissão e fundador da linhagem e do nome, consolidara” (*Hist. abbrev.* 33.11).

Posto assim, Aurélio Vítor avaliava que uma das mais eminentes personagens da era tardo-republicana havia exercido o ofício de ferreiro. A pretensa obscuridade das origens do Caio Mário dos tempos da República propiciou a Aurélio Vítor a oportunidade, por sua vez, de discorrer sobre a ambição desmedida que porventura caracterizaria o governo de todo *humilior* que tomasse o poder em Roma, do que Caio Mário e o imperador Diocleciano forneceriam exemplos. Assim, lê-se que:

---

⁷² Para tanto, ver Cap. 2, p. 148-150.

[...] tanto quanto fosse o caráter (*quantum ingenium est*), tenho aprendido que os mais humildes, os quais em especial quando tenham alcançado altos cargos, são imoderados em sua soberba e em sua ambição. Assim Mário⁷³, pela memória de nossos pais, e por isso este [ie., Diocleciano] em nossa recordação (*hinc Marius patrum memoria, hinc iste nostra*), avançaram para além do hábito comum, pois que um espírito desprovido de poder é insaciável, tal como alguém recobrado da inanição (*Hist. abbrev.* 39.5-6).

Observa-se, pois, o estabelecimento de um paralelo entre duas figuras históricas, por meio do qual o remoto passado se interconectava ao passado mais recente.⁷⁴ Porém, nos versículos que antecedem a passagem exposta acima, o autor indicou os motivos pelos quais Diocleciano representaria um monarca eivado por desmesurada ambição. Diz-se que o soberano foi o primeiro que almejou trajar indumentárias revestidas de ouro e que havia exigido que os seus calçados tivessem o brilho da púrpura e das pedras preciosas (*Hist. abbrev.* 39.2). Acima disto, Aurélio Vítor revelou-se assaz indignado com o fato de Diocleciano ter sido o primeiro, desde Calígula e Domiciano, a permitir que fosse abertamente referido como “*dominus*” e adorado e invocado feito um “*deus*” (*Hist. abbrev.* 39.4). Em suma, Aurélio Vítor procurou apontar para os leitores quais eram os fatores que justificariam a reprimenda direcionada a Diocleciano, que serviriam como um atestado acerca dos perigos relativos à ascensão ao poder por parte de homens de baixa extração social.

Mas, e quanto a Mário? Quais seriam, pois, os elementos que teriam feito do cônsul romano da virada do século II para o I a.C. um modelo de soberba e de ambição desmedida? Na narrativa das *Historiae abbreviatae*, para além da alusão às humildes origens de Mário, não se fornecem quaisquer dados concretos que sustentassem a afirmativa tangente à *ambitio* de Mário. Em verdade, Aurélio Vítor voltou as suas atenções para os vícios de Diocleciano e, para tanto, os ilustrou por intermédio de uma comparação com uma personalidade da era

⁷³ Salústio reportou que, durante um dos intervalos da campanha contra Jugurta, Mário procedia a um sacrifício em Útica quando um arúspice declarou que uma maravilhosa carreira o aguardava. Até aquele momento, Mário teria se mostrado um homem admirável, mas a partir de então sua conduta seria guiada por sua *ambitio* (Sall., *Iug.* 63.1; 63.6). Ao que parece, as *Historiae abbreviatae* ecoam a ambiguidade que rodeia a figura de Mário, tal como se nota na salustiana *Guerra de Jugurta*. Em *Hist. abbrev.* 39.6, Mário emerge como sinônimo de varão cuja ambição desconhece limites, *exemplum* que exprimiria a ação política de homens que não possuíssem uma ilustre ascendência, como era o caso de Diocleciano. Todavia, em *Hist. abbrev.* 33.11, a comparação firmada com o humilde usurpador “gálico” Mário desvela uma visão mais favorável acerca da personagem da República Tardia, de modo que Aurélio Vítor se desvencilhava da negativa ótica senatorial que pode ser observada, por exemplo, em Eutrópio (5.7.3) ou no *Epitome* (48.12).

⁷⁴ Por outro lado, verifica-se um contraste implícito entre a era de Mário – que pertencia à “*patrum memoria*” – e a de Diocleciano, definida como uma época passível de recordação por parte do autor e de seus possíveis leitores. Ou seja, o período tetrárquico ainda faria parte da lembrança dos contemporâneos do autor e, assim, seria diretamente acessível, ao contrário dos dias de Mário, distantes no tempo. No entanto, haveria uma medida comum que permitiria a Aurélio Vítor aproximar ambas as épocas, calcada nas virtudes (e na ausência destas, por conseguinte), a partir da qual se ofereceria uma lição de cunho moral. Tratava-se, pois, dos contornos básicos da noção de *exemplum* entre os antigos gregos e romanos.

tardo-republicana.⁷⁵ Em outras palavras, a menção efetuada a um modelo do passado distante reforçaria o retrato pincelado acerca de um governante sobre o qual havia ainda uma viva recordação na memória de possíveis testemunhas para as quais Aurélio Vítor poderia ter se voltado nos começos dos anos 360.

O paralelo elaborado entre as personagens Mário e Diocleciano, porém, somente adquiriria pleno sentido se compartilhado pelo público leitor. Se este fosse formado por “*parvenus*”, cada vez mais integrados aos círculos do poder imperial, mas dotados de um escasso conhecimento sobre a história romana – a ponto de, no século IV, epítomes latinos dos mais variados gêneros terem sido produzidos –, compete perguntar em que medida reuniria a capacidade de compreender, com propriedade, a analogia estabelecida entre Mário e Diocleciano. Da mesma forma, cabe questionar se tais leitores teriam condições de conceber a ideia de heroicização, *Deciorum morem*, articulada ao sacrifício de Cláudio, o Gótico. E, por fim, de que maneira poderiam determinar se o imperador Adriano, ao promover as artes liberais e as cerimônias religiosas na cidade de Roma, havia se guiado a partir dos preceitos de Numa Pompílio ou dos “*Graeci mores*”, se em princípio conheciam pouco a respeito do sucessor de Rômulo ou da história grega anterior à conquista romana?

Reconhecemos, pois, que a indeterminação configura uma estratégia textual, utilizada por Aurélio Vítor como uma tentativa de orientar a atividade de leitura. Neste ensejo, as lacunas consistiriam em uma “estratégia de apelo do texto”, que se destinariam ao preenchimento por parte dos leitores (ISER apud M. ANDO, 2009, p. 88). Quer dizer, os vazios na narrativa induziriam o ato participativo do leitor, de modo a se transformarem em um estímulo para a atribuição de sentidos. No entanto, para que o leitor pudesse fruir a obra em toda a sua significância, haveria de dominar previamente alguns saberes históricos, que escapariam ao conhecimento dos neófitos que, por exemplo, haviam ascendido a partir das fileiras do exército imperial. Neste caso, o texto de Aurélio Vítor demandava, a nosso ver, outro tipo de leitor.⁷⁶

---

⁷⁵ Quiçá se pudesse argumentar que, em uma obra cujo recorte temporal restringe-se ao Império romano, o autor não julgasse necessário trazer ao público leitor qualquer detalhe que concernisse a Mário ou a outra personagem histórica dos períodos monárquico e republicano. Mas tal argumento não se sustenta, visto que, ao se referir a Numa Pompílio e ao fechamento das portas do templo de Jano à época de Augusto, Aurélio Vítor demonstrasse que essa prática estava em conformidade com os costumes que seriam observados desde os tempos de Numa Pompílio (cf. *Hist. abbrev.* 1.3). Um mero comentário a respeito das façanhas ou do comportamento de Mário, portanto, não desviaria o autor do objeto contemplado por sua narrativa.

⁷⁶ Seguindo os passos de Ribeiro (1999, p. 346-347), não pensamos um texto como o de Aurélio Vítor a partir do que ele retrata ou da maneira como refrata a realidade, mas antes refletimos sobre o que a narrativa concebe. Ou seja, qual é a “visada” de uma obra como as *Historiae abbreviatae*; os vazios que notamos no texto seriam deliberados, consistindo em um mecanismo que excluiria sua leitura por parte daqueles que não conseguissem

Diante do exposto, concluímos que Aurélio Vítor não buscou estabelecer, primordialmente, um diálogo com o público que consumiria os epítomes de história romana escritos em latim ao longo da segunda metade do século IV. As alusões e metáforas inscritas nas *Historiae abbreviatae* sinalizam a ambição de se atingir um leitor mais culto, que ao menos já estivesse familiarizado com os mais notórios acontecimentos e personagens pertinentes ao passado romano. Gentili e Cerri (1988, p. 84) estabelecem que os princípios que qualificam uma obra historiográfica dependem, em essência, do papel que ela exerce e da correlação existente entre os elementos que a constituem e os aspectos similares que se verificam em outras produções. Assim sendo, propomos que Aurélio Vítor não concebeu sua obra como um breviário à maneira de Eutrópio ou do *Epitome*, tampouco tencionou cumprir com a função social atrelada à tradição epitomatória do século IV. Para tanto, Aurélio Vítor se esforçou por projetar uma imagem de si próprio como alguém que efetivamente empreendeu uma pesquisa, uma investigação acerca de seu objeto, isto é, a história do Império romano. Em suma, Aurélio Vítor se queria historiador.

Por conseguinte, considerando-se que a obra de Aurélio Vítor não se ajustasse com precisão aos pressupostos comuns à produção epitomatória, enquanto “espécie” pertinente ao gênero histórico, concluímos que o título de *Historiae abbreviatae*, apresentado no *corpus Aurelianum*, define com justeza a natureza do texto elaborado por Aurélio Vítor: uma narrativa histórica, ainda que abreviada.⁷⁷ Não se trata, pois, de algo similar àquilo que Tito Lívio ou Tácito haviam produzido ou mesmo, para citarmos um autor coetâneo, Amiano Marcelino. A despeito disto, se convencionou rotular Aurélio Vítor enquanto “historiador menor”, como ajuizam, dentre outros, den Boer (1972) e Bonamente (2003).⁷⁸ Porém, as pretensões que ele cultivava ultrapassavam, e muito, as abreviadas dimensões de seu livro.

---

apreendê-los. Neste sentido, há que se concordar com o postulado proferido por Burridge (2004, p. 56) de que não há substituto para a análise do texto em si e em sua totalidade.

⁷⁷ Devemos considerar que os usos sociais de qualquer tipo de produção literária sofrem alterações ao longo do tempo. O tipo de escrita, que determinada sociedade produz, desnuda as possibilidades de expressão em um dado momento e os limites dentro dos quais as intenções e as ações dos indivíduos seriam ajuizadas como inteligíveis (SWAIN, 1997, p. 3). Partindo destes pressupostos, afirmamos que as modalidades abreviadas de escrita, no século IV, assumiram um papel significativo no tocante ao registro da história. Isto nos ajuda a esclarecer as razões pelas quais um autor como Aurélio Vítor, embora preocupado em promover uma interpretação acerca do movimento da história imperial, compôs uma narrativa pautada nos princípios da brevidade.

⁷⁸ Nicolai (2007, p. 18) salienta que a moderna produção acadêmica especializada no campo da historiografia greco-romana tem se concentrado nos grandes nomes e, mais importante, em duas linhas mestras, das quais uma teria sido inaugurada por Heródoto, a outra aberta por Tucídides. Os demais autores e obras que não se encaixassem propriamente dentro de tais filões seriam, em maior ou menor grau, agrupadas em um “*indistinct limbo of minor historiography*”. Ou seja, aquilo que não se aproximasse de um padrão tido por “clássico” seria reputado, consequentemente, como “inferior”. Continua ainda Nicolai ao ressaltar o equívoco inerente a tal perspectiva, visto que os textos que nos foram legados consistem resultam tanto dos gostos de determinados leitores, em diferentes lugares e épocas, quanto compreendem variados imperativos que se colocaram à transmissão das fontes (dentre os quais não se exclui, pois, o acaso).

1.4 As *Historiae abbreviatae* entre *biografia* e *história*

Ao concluir seu estudo acerca do desenvolvimento do gênero biográfico durante a Antiguidade Clássica, Momigliano (1993b, p. 104) postula que os gregos e os romanos mantiveram a história separada da biografia, pois “[they] realized that writing about the life of a fellow man is not quite the same as writing history”. Não há grandes dificuldades para encontrarmos nos autores antigos as explanações que sustentam a assertiva de Momigliano. Eis o que o escritor tardo-republicano Cornélio Nepos, que redigiu uma série de biografias a respeito de notáveis varões romanos e não romanos, afirmou ao introduzir em sua obra a figura de Pelópidas, líder político e militar na helênica Tebas do século IV a.C.:

O tebano Pelópidas é mais bem conhecido pelos historiadores (*historicis*) do que pelo público em geral. Tenho dúvidas em relação à maneira de expor suas virtudes, pois *temo que pareça escrever história ao invés de relatar sua vida [uitam] se eu me puser a explicar [seus] feitos* (Nep., *Pelopidas* 16.1.1, grifo nosso).

Nota-se que Cornélio Nepos teria almejado entreter e fornecer lições morais de caráter geral, sem que se ocupasse largamente com informações a respeito dos eventos passados, que seriam mais apropriadas à narrativa historiográfica (JENKINSON, 1967, p. 5). Sendo assim, a fala de Cornélio Nepos delineava a distinção teórica, reconhecida pelos antigos gregos e romanos, entre a composição de “*historiai*”⁷⁹ e “*bioi*” (ou “*uitae*”, em língua latina). Logo, à história competiria a narrativa dos feitos, ou “*praxeis*”, dos homens. Tratar-se-ia, pois, da exposição de *res gestae*, isto é, das ações humanas na política, na diplomacia e na guerra, ocorridas tanto no passado remoto quanto em épocas mais próximas do momento em que se escrevia sobre determinados acontecimentos (FORNARA, 1983, p. 3).

Por seu turno, a biografia, empregando a concisa definição proposta por Momigliano (1993b, p. 11), concerniria ao relato da vida de um homem, desde o nascimento até a morte. Porém, como salienta Mellor (1999, p. 132), os críticos literários e os intelectuais consideram,

⁷⁹ Press (1977, p. 284) ensina que o verbo grego “*historein*”, em meados do século V a.C., congregava o sentido de “descoberta” ou de “investigação”, no que tangia a algo que figurasse enquanto objeto de disputa entre duas partes. O substantivo “*historia*”, pois, referir-se-ia a uma inquirição, tal como expressa pelo verbo *historein*. Após o surgimento das *Histórias* de Heródoto, compostas provavelmente entre 450 e 430 a.C., o substantivo *historia* passou a indicar os resultados, escritos ou não, de uma investigação. Porém, na base dessa acepção reside uma “idéia-atividade”, isto é, a noção de que a “história” corresponde ao ato de investigar, o qual se voltaria para a obtenção de informações precisas acerca de pessoas, coisas ou eventos. No período helenístico, quicá em razão da imensa autoridade desfrutada pela obra herodoteana, o termo *historia* assumiu outro significado, indicando o relato acerca dos eventos, disposto basicamente por escrito.

em linhas gerais, a biografia uma modalidade “inferior” de discurso, se cotejada com a história. Uma vez que os primeiros biógrafos gregos preocupavam-se, sobremaneira, com o desenvolvimento moral, o gênero foi associado à ética e à retórica, ao passo que a escrita da história exigiria cuidadosa pesquisa e análise. Nestes termos, a biografia careceria da dignidade que a história, enquanto “atividade de investigação”, desfrutaria.

A distinção entre ambos os gêneros encontrou expressão acabada no célebre proêmio que Plutarco elaborou para a *Vida de Alexandre*:

Com efeito, não escrevemos histórias, mas vidas. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes as que mostram melhor as virtudes ou os vícios dos homens. Muitas vezes uma pequena coisa, a menor palavra, um gracejo ressaltam melhor um caráter (“*éthos*”) do que combates sangrentos, batalhas campais e ocupações de cidades. Assim como os pintores, em seus retratos, procuram fixar os traços do rosto e do olhar, refletindo nitidamente a índole da pessoa, sem se preocupar com as outras partes do corpo, aqui nos permitimos concentrar nosso estudo, principalmente, nas manifestações características da alma (“*psykhē*”) e esboçar de acordo com esses sinais, a vida (“*bios*”) dessas duas personagens [Alexandre e Júlio César], deixando a outros os grandes acontecimentos e os combates.⁸⁰

Observa-se, pois, a intenção plutarqueana de se estabelecer uma clara diferenciação entre os gêneros. Neste ensejo, a história se ocuparia da ação das personagens – quer dizer, daquilo que os homens fazem – enquanto que à biografia competiria desvelar o caráter dos indivíduos, isto é, salientar a qual tipo de pessoa corresponderiam, e quais virtudes e vícios se depreenderiam de seu comportamento. Tendo esse propósito em mente, Plutarco declarava não pretender engajar-se em uma exaustiva pesquisa acerca dos feitos empreendidos por Alexandre e Júlio César, mas antes se focar em anedotas ou nos elementos que lhe possibilitariam lançar luz sobre o caráter das personagens em torno dos quais seu texto se centraria (MCQUEEN, 1967, p. 18).

Logo, estaríamos diante de uma oposição entre, por um lado, a escrita da história, cujo foco voltar-se-ia para a narrativa dos acontecimentos públicos, relativos a toda uma comunidade política. Os eventos abordados corresponderiam, em suma, às atividades marciais que conferiam glória ou infortúnio à coletividade. Por outro, a redação de *bioi* objetivaria o apontamento das qualidades próprias da *psykhē* individual. Para tanto, o biógrafo se dedicaria “à exposição de eventos relacionados tanto à ação de um indivíduo no âmbito do público, da *polis*, como no do *idios*, do privado e do particular” (MAGALHÃES, 2009, p. 182).

---

⁸⁰ Utilizamos aqui a tradução direta do grego efetuada por Magalhães (2009, p. 182).

O texto de Plutarco traçava, assim, uma distinção teórica entre biografia e história. Ao final da República, Cícero salientava em sua *De inuentione rhetorica* (1.19.27) uma diferenciação entre dois gêneros da narrativa, que se referiam respectivamente aos *negotia* (às ações) e às pessoas. Quanto ao primeiro, Cícero o subdivide em três formas, a saber, “*fabula*”, “*historia*” e “*argumentum*”. Assim, atendo-se somente à definição ciceroniana de *fabula* e de *historia*, lê-se que esta concernia ao “relato dos feitos, distantes da memória de nossa própria época”, ao passo que a *fabula* seria “composta de tal sorte de fatos que não são nem verdadeiros, nem verossímeis [...]”. Por sua vez, o gênero narrativo focado nas personagens não foi objeto de subdivisão por parte de Cícero.⁸¹ Restava, pois, no âmbito dos *negotia*, uma separação formal entre mito e história, alicerçada na diferenciação entre as concepções de “verdade” e de “verossimilhança”. Já a cisão entre os dois gêneros narrativos indicados por Cícero se fundamentaria na natureza dos elementos sobre os quais os discursos se centrariam, isto é, nos feitos/ações de um lado, e nos indivíduos, de outro. Em outras palavras, Cícero havia tocado na distinção elementar que existiria entre história e biografia.

Tal perspectiva remontaria, de acordo com Momigliano (1983, p. 121), à produção historiográfica grega do século V a.C., que influenciaria a posterior literatura latina. Desta forma, aos olhos de Cícero a história compreenderia a narrativa dos eventos políticos não apenas verossímeis, mas factíveis, cuja veracidade poderia, logo, ser atestada. A biografia, incluindo-se também o anedótico, pertenceria a um gênero diverso, em que a busca por *ueritas* não seria predominante⁸² e a exigência por vivacidade alcançaria as alturas, do que resultava a fácil contaminação entre o item biográfico e o dado puramente novelesco.⁸³

⁸¹ Nos meados da década de 50 a.C., Cícero procurou persuadir seu amigo Lucéio a compor um relato laudatório a respeito do consulado que ele, Cícero, havia exercido no ano de 63 a.C. e de seu subsequente papel na supressão da conspiração de Catilina. Cícero supunha que, para tanto, as atenções de Lucéio teriam de concentrar-se em “um só tema e uma só pessoa” (Cic. *Fam.* 5.12.2). Ao que parece, Cícero tinha em mente a redação de uma biografia – ou, mais propriamente, um encômio – ou uma monografia histórica, pois que o tema proposto a Lucéio se focaria em um episódio de uma vida individual, algo distinto da definição de história que o próprio Cícero havia tecido no *De inuentione rhetorica* (1.19.27).

⁸² Press (1977, p. 285-286) postula que a partir do advento do Principado se observaria, de maneira paulatina, um relaxamento da busca por exatidão factual e pela “verdade” por parte dos historiadores, de modo que a história se confundiria cada vez mais com todo e qualquer relato devotado ao passado, sem que configurasse uma modalidade de discurso dotada de regras e convenções específicas. Isto se deveria, entre outros, à intensa influência da retórica no interior dos círculos letrados que compunham a sociedade imperial. Entretanto, é preciso salientar que o peso atribuído à retórica não necessariamente deveria redundar em um desprezo à *ueritas*: tome-se, por exemplo, o *De oratore* ciceroniano, em que se assinala que “a verdadeira composição (*exaedificatio*) consiste em fatos e palavras” (Cic., *De or.* 2.15.63). Desta forma, a história deveria se alicerçar naquilo que é verdadeiro, mas, ao elaborá-la, o historiador procederia em conformidade com a oratória epidíctica, a fim de que ornamentasse sua narrativa.

⁸³ Syme (1991, p. 122), ao teorizar acerca da composição de obras biográficas (sem restringir-se ao universo clássico), postula que a biografia pode assumir a face de inimiga da história, conquanto propensa ao fabular e ao lendário, bem como ao exaltar indevidamente determinados indivíduos.

Cornélio Nepos e Plutarco, como vimos, advogavam uma perspectiva similar àquela pronunciada por Cícero. Além destes autores, pode-se igualmente afirmar que Suetônio, ao se concentrar no retrato de uma personagem, compôs sua obra acerca dos Césares tendo em mente uma distinção entre os gêneros narrativos, ainda que não a tivesse claramente explicitado em seu texto. Por isto, Mellor (1999, p. 3) não hesita em afirmar que, “*for the Romans, history, biography, and autobiography were quite distinct literary genres written to serve different purposes*”.

No entanto, as fronteiras entre história e biografia no mundo greco-romano eram mais fluídas, mais porosas, do que os discursos de Cícero, Cornélio Nepos e Plutarco permitem supor. As reflexões dos antigos acerca do papel da biografia vinculavam-se à própria noção de história. Contudo, deveríamos antes falar em “conceitos de história”, no plural, e que remontavam aos gregos dos períodos clássico e helenístico. Assim, temos, por um lado, um ponto de vista que compreendia a história como uma série de eventos essencialmente políticos e militares e, por outro, a história considerada a partir de um viés mais globalizante, de forma a abarcar todos os aspectos da vida humana (GENTILI; CERRI, 1988, p. 62).

Nestes termos, verifica-se uma antinomia entre uma ideia de história como um relato do particular (vide Tucídides e sua obra dedicada à guerra entre os atenienses e os peloponésios) e uma concepção de história que exprimisse uma individualização do geral – como se nota nos fragmentos dos textos compostos por Duris de Samos em fins do século IV a.C., que procuravam enfatizar as paixões humanas, registradas a partir de pequenos detalhes que revelariam o temperamento de grandes personalidades, como no caso dos Diádocos. Predecessor de Duris de Samos, Teopompo já havia concedido especial destaque à caracterização psicológica das personagens em suas *Histórias Helênicas*. Ao final do século I a.C., Dionísio de Halicarnasso indicou em sua *Carta a Cneu Pompeu* quais seriam as tendências que marcariam o labor historiográfico de Teopompo, em meio ao qual os traços biográficos se situariam como um dos pontos estruturantes da narrativa:

O elemento mais característico de sua [ie., Teopompo] historiografia [...] não é apenas ver e dizer o que é evidente para qualquer um em vários eventos políticos, mas também ver os motivos escondidos das ações e do homem que as realizou e as paixões que movem a alma, as quais não são fáceis de discernir na maioria dos homens, e desvelar os segredos de uma aparente virtude e de um vício oculto e ignorado (Dion. Hal., *Pomp.* 6.7 apud GENTILI; CERRI, 1988, p. 63).

Contudo, no século II a.C., Políbio criticaria os métodos adotados por autores como Filarco, cuja intenção de representar dramaticamente os eventos humanos se baseava nos

pressupostos apresentados por Duris de Samos. Políbio (2.56.10) afirma que um escritor de história não deveria, tal como um poeta trágico, “excitar os leitores por meio de relatos exagerados”, e sim “registrar o que realmente ocorreu e o que realmente foi dito, por lugar-comum que seja”. Ainda de acordo com Políbio, os objetivos de Filarco teriam se restringido à narrativa de eventos catastróficos, dos quais nem ao menos “*sugere suas causas ou a natureza destas causas*, sem as quais é impossível, em todo caso, sentir uma legítima pena ou raiva adequada” (Polyb. 2.56.13, grifo nosso).

Para tanto, a *autopsia* elevava-se à condição de método privilegiado a escorar a produção do saber histórico. Por exemplo, enquanto testemunha ocular de um acontecimento, Tucídides apontava aos leitores um dos fundamentos sobre os quais as informações que relatava estariam alicerçadas. É o que se observa em uma passagem do texto tucidideano referente à peste que vitimou milhares de atenienses em 430 a.C., na qual o historiador assinalou que “eu mesmo contraí o mal e vi os outros sofrendo dele” (Thuc., 2.48.3).

Sendo assim, ao julgar o conflito bélico que viria a narrar como a maior de todas as guerras (Thuc., 1.21.1), Tucídides expressou o anseio de estabelecer uma reconstituição acurada de seu objeto – evento em que ele próprio ativamente tomou parte, ressalte-se – em contraposição à incerteza que caracterizava as recordações do passado mais recuado. No entender do historiador ateniense, a clareza acerca dos fatos relativos à Guerra do Peloponeso derivaria de uma percepção pessoal dos mesmos, bem como da necessidade de peneirar e checar junto a terceiros, com a maior exatidão possível, as informações recolhidas (MOLES, 1993, p. 107). Sob a égide de tais princípios, concluir-se-ia que a veracidade das proposições referentes aos acontecimentos cronologicamente distantes do momento em que se escreve, ou seja, do tempo da narrativa, jamais poderia ser assegurada.

Partindo desta perspectiva “tucidideana”, a história seria definida enquanto uma forma de narrativa centrada nos eventos político-militares que transcorreram no decurso da existência do próprio historiador-observador ou da vida daqueles que poderiam fornecer as informações para o autor elaborar o seu texto. Desta maneira, era desejável que o escritor de história tivesse experiência suficiente no que se referia aos assuntos públicos e ao campo de batalha, condição esta que lhe propiciaria avaliar e criticar judiciosamente os relatos por ele recolhidos. Disto derivava, inclusive, a exigência de que o historiador viajasse e conhecesse por si mesmo os mais diversos lugares, como o fizeram Heródoto e Políbio. Logo, retornamos à importância da percepção direta como fundamento metodológico.⁸⁴

---

⁸⁴ Algo que engendrava certas dificuldades, como reconhecia Políbio: “visto que muitos eventos ocorrem ao mesmo tempo em diferentes lugares, e um homem não pode estar em vários lugares em um só tempo, tampouco

A ênfase depositada sobre os acontecimentos político-militares convertia a guerra no fator de transformação mais saliente, no que tangia à sorte das coletividades. O senso de mudança permeava, pois, o labor dos grandes nomes da historiografia entre gregos e romanos, de forma que tais autores compunham suas obras mantendo-se atentos às causas e/ou às consequências dos confrontos armados. Por isso, Momigliano (1993a, p. 144) lembra que historiadores como Salústio e Tito Lívio voltaram suas atenções para os conflitos bélicos intestinos, mas sem que descuidassem das alterações constitucionais que se operaram no final da República, refletindo um acentuado interesse na destruição dos costumes do passado e no surgimento de instituições, hábitos e vícios novos.

Em suma, importa destacar que as duas concepções sobre a maneira de se escrever a história na Antiguidade Clássica tocavam, cada qual a seu modo, em questões que Gentili e Cerri (1988, p. 8-9) ajuízam como essenciais para o desenvolvimento da historiografia greco-romana, e que conferiam a essa modalidade de discurso feições peculiares. Em primeiro lugar, podemos apontar o problema da relação causal envolvendo os fatos do passado e do presente. O segundo ponto diz respeito à busca pela verdade ou verossimilhança dos dados recolhidos a partir da consulta aos documentos escritos ou da inquirição de testemunhos orais.⁸⁵ Neste ensejo, entre a história, concebida enquanto narrativa de eventos singulares e a história vista como expressão peculiar de uma “verdade universal”, os parâmetros utilizados para se avaliar a relevância e o papel das personalidades no curso dos acontecimentos ora chocavam-se, ora entrecruzavam-se.

O advento de Augusto e a institucionalização do poder monárquico no mundo romano, por sua vez, deram impulso decisivo a algumas tendências que se observavam, por exemplo, nas obras de historiadores helenísticos como Duris de Samos e Filarco. Tendo em mente que o poder político passou a ser simbolizado, em primeira instância, pela figura do imperador, a escrita da história imperial haveria de lidar, por conseguinte, com os governantes e os

---

é possível para um único homem ter visto com seus próprios olhos cada lugar do mundo e todas as características peculiares dos diferentes lugares, o que resta ao historiador é inquirir o maior número possível de pessoas, crer naqueles dignos de crença e criticar apropriadamente as informações que lhe chegam” (Polyb., 12.4c.4-5).

⁸⁵ Faz-se oportuno destacar que as assertivas de compromisso com a verdade não diferenciam *per se* a narrativa do historiador diante de outras formas de produção literária. Para tanto, basta recordar a distinção entre poesia e história efetuada por Aristóteles no capítulo 9 da *Poética*, a partir da qual o filósofo de Estagira alçou a poesia a um patamar mais sublime, pois que “enuncia verdades gerais”. Em outras palavras, o poeta trabalharia com aquilo que necessariamente ocorre ou que fosse verossímil que acontecesse, ao passo que o historiador “relata fatos particulares”, que não poderiam ser generalizados (Arist., *Poet.* 1451b6-7). A despeito disso, Cícero asseguraria que “a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso, logo, não ousar dizer nada além da verdade” (Cic., *De or.* 2.15.62). Neste sentido, se proclamava a busca pela verdade como um traço que contrapunha a história em relação a outros tipos de narrativa, como o panegírico ou a oração fúnebre. Em certa medida, a afirmação da verdade como norte do labor historiográfico corresponde a “uma imagem a partir da qual os historiadores antigos gostariam de ser figurados” (MAGALHÃES, 2009, p. 184).

membros da corte, uma vez que a tomada de decisões se concentraria nessa esfera. O próprio Tácito agudamente assinalava tal situação, ao opor a riqueza dos conteúdos abordados pelos historiadores do passado republicano à aparente monotonia que decorreria da *pax* imperial sob a qual ele vivia (Tac., *Ann.* 4.32).

Não surpreende, logo, que estudiosos como Wallace-Hadrill (1983, p. 8) assegurem que “[...] *when an individual plays a dominant role in the historical narrative [...], history is most likely to take the form of biography and biography of history*”. Significa dizer que, na medida em que os imperadores representavam o elemento que diferenciava a época imperial dos demais períodos da história romana, as fronteiras entre os gêneros da história e da biografia haveriam de se tornar mais indefinidas. As transformações acarretadas pela instauração do regime do Principado redundaram em modificações no campo da escrita da história em Roma. Uma vez que, após a batalha de Ácio, a *res publica* passou a se associar cada vez mais com a pessoa do *princeps*, a ênfase que a analística republicana colocava sobre o aspecto coletivo dos feitos e das conquistas externas romanas tendia a ficar desprovida de sentido, em face da centralidade que a corte imperial e os demais indivíduos próximos ao imperador assumiriam em matéria político-militar (TOHER, 1990, p. 150-151).

Neste caso, quando Suetônio voltou-se, no alvorecer do reinado de Adriano, para a composição das *uitae* dos “Doze Césares”, assumira sem hesitações o fato de que os soberanos configuravam em Roma um objeto à altura de uma obra biográfica. Suetônio, logo, demonstrava de modo explícito a possibilidade de empreender um questionamento histórico em uma era na qual o imperador era reconhecido, cada vez mais, como o verdadeiro eixo em torno do qual girava o poder político romano (GIUA, 1990, p. 537).

Entre outros aspectos, o realce que Suetônio efetuou sobre elementos anedóticos e mesmo detalhes irrelevantes a respeito da vida dos imperadores parece ter surtido grande efeito junto aos leitores no mundo antigo.⁸⁶ Mário Máximo no século III, bem como o desconhecido autor da *HA* no século seguinte, ilustram que os traços mais comezinhos relativos ao monarca e aos integrantes da corte imperial provavelmente exerceram forte apelo e despertaram o interesse do público leitor e ouvinte.

Finalmente, cabe sublinhar que as transformações operadas no interior da sociedade romana a partir das crises do século III e a crescente centralização do poder em torno da(s)

---

⁸⁶ À guisa de ilustração, apontemos também uma das anedotas contidas nas *Historiae abbreviatae*. Aurélio Vítor diz, em *Hist. abbrev.* 3.11-12, que Calígula havia reunido os legionários com vistas à conquista da Germânia, quando ordenou aos soldados que recolhessem as conchas de uma praia junto ao mar Oceano. Neste ínterim, o monarca apresentou-se trajado à maneira da deusa Vênus e repetia que tomava os despojos das divindades, pois que ouvira que aquele tipo de concha equivaleria aos “olhos” das Ninfas. Ainda no século II, Suetônio havia inserido, com maior riqueza de detalhes, essa mesma anedota em sua obra (cf. Suet., *Calig.* 46.1).

corte(s) imperial(is), a partir dos reinados de Diocleciano e de Constantino, redundaram em uma agudização do foco sobre a *persona* do imperador durante a era tardo-antiga (algo que, a bem da verdade, pode ser notado mesmo em relação ao Principado). A exacerbação da natureza autocrática do regime imperial, associada ao desenvolvimento de novas formas cerimoniais que afastavam ainda mais os imperadores de seus governados, tornaram latente a importância da vontade do monarca como fator estruturante de toda e qualquer decisão política. Neste contexto, o poder central, no interior do sistema político imperial no decorrer do século IV, buscava se assentar enquanto instância de normatização das relações sociais, nos mais variados níveis.

Esse ímpeto disciplinador se clarifica por intermédio da tendência taxonômica que perpassava a sociedade tardo-antiga. Cada elemento que integrasse o sistema político viria a ser definido a partir da posição em que se situasse em relação aos outros, no que dizia respeito à maior ou menor proximidade com o centro do poder decisório, qual seja, a corte imperial. Assim sendo, se configuraria um mundo pautado substancialmente no *status* social desfrutado pelo indivíduo. Ademais, considerando-se que a competição pelo poder se restringia a uma elite ainda mais estreita, os fatores que distinguiam os homens entre si assumiam um significado sem igual (SWAIN, 1997, p. 7-8). Ao que se relaciona, por exemplo, a cisão essencial da sociedade imperial entre *honestiores* e *humiliores* a qual, embora formulada por juristas romanos desde o século II, adquiriu relevância ímpar nas décadas que se seguiram à promulgação da *Constitutio Antoniniana* em 212. Ou mesmo a extrema hierarquização da ordem senatorial, sobremaneira nos séculos IV e V, marcada por um complexo emaranhado de titulaturas, privilégios e ritos específicos que diferenciavam os membros dos Senados de Roma e de Constantinopla entre si.

Neste ensejo, procedeu-se à formação de novas categorias de *status*, em especial no interior das camadas superiores, que reiteravam a gradativa separação entre aristocracias supra-regionais e locais. Desde fins do século III, aqueles que ocupassem cargos ou exercessem funções a serviço do imperador escapavam dos crescentes *munera* que recaíam sobre os *curiales*.⁸⁷ Estamos diante de um processo em que se verifica uma gradativa pressão vinda de cima para baixo, de modo que as recompensas materiais, ainda que mais escassas, se tornaram maiores para aqueles que se revelassem bem-sucedidos no âmbito da política e da administração imperial (BROWN, 1996, p. 47). Tais transformações, pois, impulsionaram a

---

⁸⁷ Além disso, ao longo do século IV, sucessivos imperadores concederam vários privilégios econômicos e legais àqueles que integravam o clero, algo que, conseqüentemente, contribuiria para transformar a Igreja em uma influente e rica instituição (Averil CAMERON, 1993, p. 77), assim como pavimentava uma nova via de ascensão social.

emergência de atitudes mentais que valorizavam cada vez mais a esfera (e a ação) individual nos interstícios da sociedade.

Em resumo, obras como as *Historiae abbreviatae* mantiveram-se alicerçadas sobre um dos princípios mais elementares da escrita da história em Roma, que se notam desde a produção analística médio-republicana: a narrativa histórica se confundiria com as *rerum populi Romani*, algo que implicava uma latente restrição temática, e não menos geográfica. Com o advento do regime do Principado fez-se necessário, como define Espinosa Ruiz (1984, p. 130), “*acomodar un espacio hegemónico al princeps*”. Porém, no que respeitava aos critérios geográficos, a *res Romanae* não se encerrava mais nos limites da *Urbs*. Assim, resultava difícil, senão impossível, recolher informações sobre todo evento que porventura viesse a acontecer nas mais diferentes regiões que compunham o Império romano. Soa compreensível, portanto, que as *Historiae abbreviatae* se centrassem na figura do soberano, abrindo espaço para os demais atores sociais (senadores, militares, integrantes da burocracia imperial, e assim por diante) em pontos circunscritos do texto.

Neste sentido, poder-se-ia dizer que a escrita da história no século IV comportava elementos comuns à biografia.⁸⁸ Sugerimos, por ora, que tal questão possa ser analisada conforme a concepção de “*mélange des genres et des tons*”, formulada por Fontaine (1977) como instrumento para compreender a instabilidade e a indefinição das formas de discurso, de raiz “pagã” ou cristã, como verificada nas obras de diferentes autores do século IV, tais como Ausônio, Ambrósio e Amiano Marcelino.⁸⁹ Haveria, no entender de Fontaine (1977, p. 434-435), uma mentalidade estética comum à Antiguidade Tardia, modelada a partir de um empréstimo diacrônico da cultura literária “clássica”, “augustana”, bem como em função de uma sincronia externa, de uma relação entre a literatura e a vida coetânea, marcada por alterações políticas, militares, econômicas e espirituais. A “mistura de gêneros e tons” corresponderia, pois, a um fator estético compartilhado por literatos “pagãos” e “cristãos”,

---

⁸⁸ C. Ando (1995) defende a ideia de que os leitores tardo-antigos tendiam a conceber toda e qualquer história imperial como biografia dos imperadores. Para tanto, se apoia na afirmativa feita por Jerônimo (*Comm. ad Zach* 3.14) de que Tácito havia relatado, em trinta livros, as “*uitae*” dos imperadores, de Augusto até Domiciano. Por sua vez, Syme (1971 apud CORASSIN, 1997, p. 104) nota que, no mundo romano, “*the words historia and historicus can cover almost anything. Conversely, history might include much biographical material*”. Malgrado isto, o próprio Jerônimo definiu a obra de Aurélio Vítor como “*historia*” e não como “*uitae*” (Jer., *Ep.* 10.3), sem contar o epíteto de “*scriptor historicus*” que Amiano Marcelino utilizou para se referir a Aurélio Vítor, mas não a outros escritores.

⁸⁹ A título de exemplo, as *Histórias* de Amiano Marcelino exibem um forte teor biográfico, sobremaneira no que tange a Juliano, personagem para a qual o historiador reservou um lugar central no interior do texto. Por isto, é possível apontar no relato de Amiano Marcelino uma série de referências a detalhes relativos à conduta privada de Juliano, como se lê nas menções ao fato de que o imperador consumia refeições idênticas àquelas destinadas aos soldados (25.2.2), que abdicara do sexo após o falecimento de Helena, sua esposa (25.4.2) ou que desprezava riquezas ou outros bens materiais (25.4.7), entre outros exemplos.

diante da tarefa de impor certa mensagem, de conteúdo diversificado, a um público que vivenciava a construção de uma “nova” ordem, em mutação com a “antiga” (FONTAINE, 1977, p. 438).

Burridge (2004) trouxe a discussão acerca da ideia de “*mixing of genres*” na Antiguidade para um plano mais específico, o da composição de biografias. Parte-se do princípio de que a determinação do gênero ao qual pertenceria uma obra não pode ser efetuada de antemão, visto que tal procedimento condicionaria uma análise focada apenas na medida em que o texto se encaixava nas regras formais relativas à composição do gênero previamente definido. Logo, ao invés de se fixar o gênero de um livro a partir de considerações externas, seria preciso descobri-lo mediante a investigação dos vários elementos (temáticas, estruturas, linguagem, métrica, etc.). “*Also important is the relationship of author to audience, the social contexts and historical situations which produced both the literature and the generic expectations affecting it*” (BURRIDGE, 2004, p. 55). Posto isto, se apregoa que os contornos do gênero biográfico entre os antigos gregos e romanos mostrar-se-iam flexíveis e difíceis de delimitar com exatidão, pois que a biografia abarcaria, tanto em forma quanto em conteúdo, elementos pertinentes à história, ao encômio, entre outras modalidades literárias (BURRIDGE, 2004, p. 62).

Nestes termos, poder-se-ia ajuizar, em princípio, que as divisas entre história e biografia se encontravam fluídas na Roma imperial. Malgrado isto, porém, faz-se escusado salientar que:

Teoricamente a diferença [entre história e biografia] persistia. Considerava-se que a História deveria descrever em detalhes o que os indivíduos fazem; a biografia *devia estar mais relacionada* com revelar que espécie de pessoas as personagens eram, e tendo em vista este objetivo, *não se devia tentar dar uma visão global de seus feitos*, mas trabalhar com uma seleção de material, com episódios e anedotas que contribuíssem para delinear o caráter do biografado (CORASSIN, 1997a, p. 105, grifo nosso).

Desta forma, Gianotti e Pennacini (1986, p. 230-231) advogam que o período tardo-antigo assistiu à definitiva sobreposição da biografia diante da narrativa historiográfica, de uma maneira tal que o texto biográfico teria se transformado no formato primordial de relato acerca do passado.⁹⁰ Com efeito, ambos não hesitam em enxergar Aurélio Vítor como um

⁹⁰ Ainda de acordo com Gianotti e Pennacini (1986, p. 230), a posição da biografia enquanto principal gênero utilizado nas narrativas voltadas para o passado romano, no decorrer do século IV, resultaria de uma série de fatores. Dentre estes, se elencariam os nítidos tons moralizantes inerentes à prática de se distinguir os imperadores em dois blocos, constituídos pelos bons e pelos maus soberanos, assim como o enfraquecimento da

escritor à maneira de Suetônio, ou seja, um biógrafo dos imperadores. Igualmente, Lana (1979, p. 22) e Dihle (1994, p. 460) enumeram as *Historiae abbreviatae* em meio à tradição biográfica. Por seu turno, Cizek (1994, p. 108) e Falque (1999, p. 171) garantem que as obras de Aurélio Vítor, Eutrópio, bem como o *Epitome*, seriam fruto da junção entre o gênero biográfico e a tradição epitomatória. Seja como for, subsiste entre os estudiosos contemporâneos a perspectiva de que o livro de Aurélio Vítor equivaleria, em essência, a um modelo de biografia imperial.⁹¹

Demonstramos anteriormente que a denominação “*De Caesaribus*”, somada à formatação dos capítulos da obra de Aurélio Vítor, tal como instituída por Schott no século XVI, findaram por acentuar inadvertidamente os traços biográficos que se notam no texto de Aurélio Vítor. Enmann, ao final dos Oitocentos, também concebeu as *Historiae abbreviatae* como uma “biografia dos Césares”. Conforme Sage (1978, p. 239), ao propor a existência da *KG*, enquanto fonte que teria sido comumente consultada por Aurélio Vítor e Eutrópio, Enmann igualmente definiu uma estrutura interna básica para as *uitae* que ele visualizava no interior das *Historiae abbreviatae*, do *DVI* e do *Breviário* de Eutrópio. O esquema biográfico enmanniano continha quatro partes principais, a saber: o nome da personagem “biografada”; informações a respeito do local e das circunstâncias relativas ao nascimento do indivíduo, assim como as filiações daquele; uma resumida avaliação do caráter e dos feitos protagonizados pelo “biografado” e, por fim, detalhes acerca das condições e do lugar em que a personagem veio a falecer.

Todavia, devemos salientar, de imediato, o fato de as *Historiae abbreviatae* não contemplarem irrestritamente os quesitos listados por Enmann. Vide, por exemplo, as exíguas menções a Pertinax⁹², que havia governado o Império durante poucas semanas no ano de 193, após o assassinato de Cômodo (180-192). Aurélio Vítor apenas informou que Pertinax, então prefeito da cidade de Roma, havia assumido a púrpura por ocasião da morte do filho de Marco Aurélio (161-180) (*Hist. abbrev.* 17.10). Não se mencionam, logo, quaisquer detalhes sobre as origens de Pertinax. Aurélio Vítor se limitou a enfatizar o quão culto teria sido Pertinax

---

tradicional ideia de que se fazia necessário estabelecer uma busca aprofundada das causas que condicionavam as mudanças no decurso de determinado intervalo temporal.

⁹¹ Cf. a seguinte afirmativa de Gonçalves (2001, p. 23): “Aurélio Victor [sic] narrou os períodos imperiais transcorridos de Otávio Augusto a Constâncio II, *dividindo a narrativa em quarenta e duas partes*. Em cada uma delas, narrou-se a vida e a obra de um determinado governante, *biografias* estas que estão dispostas de forma cronológica” (grifo nosso). Tais palavras exprimem os lugares comuns que norteiam, em grande medida, os ajuizamentos que a crítica moderna empreende em relação às *Historiae abbreviatae*.

⁹² Aurélio Vítor se referiu a ele como “Aulo Pertinax”, porém o prenome do monarca era, em verdade, Públio (FALQUE, 1999, p. 211).

para, na sequência, indicar que o imperador havia sido, no octogésimo dia de seu reinado, degolado pela soldadesca, por instigação de Dídio Juliano (*Hist. abbrev.* 18.1-2).

Por certo, um monarca como Pertinax, que esteve à frente do mundo romano por tão escasso período, não configura o exemplo mais adequado para avaliarmos em que medida o esquema biográfico proposto por Enmann teria sido empregado por Aurélio Vítor. Vejamos, pois, aquilo que as *Historiae abbreviatae* trazem a respeito de um imperador como Filipe, o Árabe, que governou o Império ao longo de cinco anos, a saber, entre 244 e 249. Indica-se o local de nascimento do governante em *Hist. abbrev.* 28.1 (“árabe da Traconítida”)⁹³, mas o texto silencia em relação aos laços familiares mantidos pela personagem. Aurélio Vítor elencou poucos dados acerca do reinado desse imperador e, em sua maior parte, se referiam à cidade de Roma em si.⁹⁴ Na continuidade da narrativa, Aurélio Vítor escreveu que o soberano marchou contra Décio, militar romano que reclamava o poder imperial. Em Verona, Filipe, o Árabe, faleceu em meio ao combate contra as tropas de seu inimigo (*Hist. abbrev.* 28.10).

No entanto, não se verifica ajuizamento algum no que tange às qualidades ou vícios do monarca em questão – exceto se levarmos em conta aquilo que se informa, em *Hist. abbrev.* 27.7, ou seja, que Filipe, o Árabe, ascendeu ao trono por intermédio de “intrigas” (*insidiae*) contra seu antecessor, Gordiano III (238-244), assim como a avaliação de que as ações adotadas a fim de se extinguir a prostituição de homens teriam sido “honestíssimas” (*Hist. abbrev.* 28.6). De toda maneira, Aurélio Vítor não expôs uma análise específica no que respeitava o caráter do imperador nascido em terras arábicas.

Por seu turno, todos os aspectos arrolados por Enmann se observam em meio ao panorama que as *Historiae abbreviatae* apresentam acerca do reinado de Constantino, salvo os dados a respeito do local de nascimento do imperador. Entretanto, poder-se-ia supor que o retrato mais minucioso que Aurélio Vítor estabeleceu sobre Constantino esteja relacionado, ao menos em parte, com o fato de que o autor poderia recorrer à própria memória, uma vez que os primeiros anos da vida de Aurélio Vítor se passaram sob o governo daquele soberano.

Conforme o que fora exposto, o emprego da estrutura biográfica enmanniana se revela assaz flexível no interior das *Historiae abbreviatae*. É possível argumentar, por um lado, que o anseio por brevidade configuraria um empecilho para que Aurélio Vítor dedicasse uma abordagem mais pormenorizada sobre a vida de cada um dos imperadores. Em que pese isto, a

⁹³ A Traconítida equivalia a uma área no interior da antiga Palestina, que se estendia desde o mar da Galiléia até a cidade de Damasco.

⁹⁴ Cf. *Hist. abbrev.* 28.1-2 (a construção de um lago artificial “*trans Tiberim*” e as grandiosas festividades que marcaram a celebração do milésimo ano de Roma) e *Hist. abbrev.* 28.6 (medidas tomadas por Filipe, o Árabe, contra a prostituição masculina na cidade).

busca por *breuitas* não impediu que o autor inserisse comentários moralizantes e mesmo pequenas digressões ao longo de seu texto. Embora tais considerações fossem inspiradas em certos traços do comportamento ou em medidas formuladas por dado imperador, guardavam, contudo, um sentido generalizante que não concernia, especificamente, a algum soberano, tomado individualmente.⁹⁵

Por outro lado, se a intenção de Aurélio Vítor se voltava, de fato, para a composição de uma biografia dos imperadores, teríamos de reconhecer que o autor esteve longe de alcançar este hipotético propósito. Ao designar em que consistiria a “arte do biógrafo”, Orieux (1989, p. 33) ensina que aquela se pautava na recolha da maior quantidade possível de dados acerca de uma personagem histórica, visando à elaboração de um retrato vivo e plausível. Ora, a narrativa de Aurélio Vítor nem mesmo se acomoda ao plano biográfico que Enmann julgava pertinente aos epítomes latinos compostos no século IV.

Cizek (1994, p. 113), por sua vez, enxerga nas *Historiae abbreviatae* uma emulação do método suetoniano de se classificar por categorias, ou seja, “*per species*”, os dados relativos às vidas dos imperadores (embora, acrescenta Cizek, Aurélio Vítor procedesse de forma mais simples, pois que havia entronizado a *breuitas* como fundamento metodológico de sua obra).⁹⁶ Suetônio expôs os pormenores da vida civil e militar dos *Doze Césares*, assim como a aparência física, os hábitos pessoais e os traços do comportamento e do caráter daqueles, sem ater-se a uma ordem cronológica. Este formato, “eidológico”, de dispor e apresentar as informações permitiu a Suetônio reunir os tópicos abordados *per species*, como afirmado pelo próprio escritor: “tendo relatado um sumário de sua vida [ie., de Augusto], enumerarei suas partes uma a uma, não por ordem cronológica mas por categorias (*per species*), para que se possa revelá-las e conhecê-las mais claramente” (Suet., *Aug.* 9.1).

---

⁹⁵ Neste sentido, as passagens relacionadas ao governo do anteriormente mencionado Filipe, o Árabe, são bastante instrutivas. A disposição schottiana dos capítulos da obra, utilizada até os dias de hoje, reserva ao reinado de Filipe, o Árabe, o capítulo 28, que abrange, por seu turno, onze versículos. Destes, porém, apenas quatro se referem diretamente ao imperador ou às suas realizações. Nos demais, Aurélio Vítor refletiu acerca do declínio da cidade de Roma em sua própria época, processo este que teria sido pressagiado ao tempo de Filipe, o Árabe (cf. *Hist. abbrev.* 28.2-5). Continua o autor ao atestar que o imperador considerou errônea tal predição, pois ele próprio havia combatido práticas infames, como a prostituição de jovens mancebos (*Hist. abbrev.* 28.6). Na continuidade do texto, Aurélio Vítor constataria amargamente que os vícios, “em verdade, ainda permanecem”, ao que se elaboraria um comentário a respeito da natureza humana e uma exortação em favor de uma conduta pudica (cf. *Hist. abbrev.* 28.7-9). Portanto, podemos afirmar que Filipe, o Árabe, não constitui o cerne do relato que Schott enquadrou no capítulo 28, ainda que a articulação estabelecida entre passado e presente tivesse como ponto de partida os eventos que ocorreram durante o reinado do supracitado monarca, caso da celebração dos mil anos da cidade de Roma e a nefasta previsão dos arúspices.

⁹⁶ Corassin (1997a, p. 101) aponta que o desconhecido autor da *História Augusta* manifestou o desejo de seguir o modelo suetoniano de organização do material *per species* (cf. *HA*, *Prob* 2.7; *Quadr.* *Tyr.* 1.1). Tais rubricas englobavam “descrição de guerras, atos constitucionais, reformas sociais, espetáculos públicos, doações e benemerência, vida doméstica, mexericos escandalosos, aparência pessoal, doenças”.

Neste ensejo, Giua (1990, p. 556) diz que Suetônio concebeu a história como sucessão de *uitae*. Quanto a Aurélio Vítor, faz-se escusado indicar que, efetivamente, dispensou pouca atenção à cronologia dos eventos por ele selecionados para compor sua narrativa.⁹⁷ E, neste caso, a natureza sucinta do texto não pode ser valorizada em demasia. A título de exemplo, Eutrópio demonstrou algum interesse em apontar com exatidão, na seção imperial de sua obra, a ocorrência de determinados acontecimentos, de acordo com os fastos consulares ou indicados a partir da fundação da cidade de Roma.⁹⁸ Em suma, a sucessão temporal trabalhada por Aurélio Vítor nas *Historiae abbreviatae* se pautaria, a princípio, na sequência dos reinados dos imperadores.

Sendo assim, haveríamos de ratificar a ideia de que Aurélio Vítor elaborou sua obra tendo por parâmetro o modelo criado por Suetônio.⁹⁹ Todavia, o enfoque destinado à vida e ao caráter dos soberanos é contrabalançado pelo estabelecimento de uma série de intervalos temporais que Aurélio Vítor delimitou em seu texto, os quais englobam um determinado número de reinados e, quando for o caso, de dinastias.¹⁰⁰ Ou seja, Aurélio Vítor definiu certos recortes não se confundem ou se restringem ao governo de um único imperador em si, e que evidenciam uma forma distinta de se compreender e periodizar o decurso de quatro séculos da história imperial. Desta maneira, os “retratos imperiais” esboçados por Aurélio Vítor não consistem no fim, mas antes no mecanismo a partir do qual o autor estrutura sua narrativa a respeito do Império romano, objeto em si de sua reflexão histórica. É neste sentido, pois, que consideramos a hipótese, proposta há mais de cem anos por Leo (2006, p. 307), de que as *Historiae abbreviatae* representam “*eine neue Kreuzung von Historie und Biographie*”, ou seja, um “cruzamento”, uma “fusão” entre história e biografia.

Dufraigne (1975, p. xlv), por outro lado, adota uma perspectiva distinta, ao defender a proposição de que, entre o primeiro e o trigésimo oitavo capítulo das *Historiae abbreviatae*, Aurélio Vítor teria obedecido aos ditames de uma “*technique biographique*”, algo que resultaria em um relato mais descritivo e centrado em torno dos imperadores. Os quatro últimos capítulos, porém, teriam sido redigidos conforme as normas de uma “*technique historiographique*”, essencialmente narrativa, mediante a qual os eventos seriam alçados ao primeiro plano da composição.

⁹⁷ Deve-se ressaltar, contudo, que o recorte temporal abarcado pela obra é assinalado, no título da mesma, por meio do emprego de um recurso analítico, ou seja, a menção aos consulados que Constâncio e Juliano exerceram no ano de 360. Portanto, não se pode asseverar que as *Historiae abbreviatae* ignorem por completo as balizas cronológicas, muito embora estejam praticamente ausentes no decorrer da narrativa em si.

⁹⁸ Para tanto, cf. Eutr. 8.1.1 e 10.19.1.

⁹⁹ Como concluem, entre outros, Gianotti e Pennacini (1986, p. 231), Zecchini (1993, p. 161) e Hornblower e Spawforth (2003, p. 222).

¹⁰⁰ Analisaremos detalhadamente esta questão no Cap. 2 (cf. p. 93-97).

Assim, no entender de Dufraigne (1975, p. xlv-xlvii), Aurélio Vítor teria seguido de perto os passos de Suetônio em grande parte de sua obra, negligenciando os aportes cronológicos e repartindo a matéria a ser trabalhada à guisa das rubricas suetonianas, adequando-as aos propósitos de brevidade que caracterizam o texto. A partir do capítulo 39, ao contrário, o texto das *Historiae abbreviatae* orientar-se-ia por uma técnica historiográfica, na medida em que, segundo Dufraigne, Aurélio Vítor teria composto um relato que privilegiaria o encadeamento dos eventos sem que estes girassem em torno da *persona* do imperador reinante, de forma a contemplar as modificações pelas quais o próprio objeto histórico havia se submetido. Neste ensejo, a formação do colegiado tetrárquico “*ne permet plus, en effet, de tout centrer sur le même homme*”.

No entanto, cabe destacar que a existência dos tetrarcas implica a multiplicação dos centros em torno dos quais o texto se articula. Em outras palavras, a presença de vários monarcas redundava em uma ampliação do escopo narrativo, para a qual o modelo suetoniano não se encaixa com propriedade – afinal, os soberanos biografados por Suetônio regeram o mundo romano em sucessão e não simultaneamente. Como indica Moreno Ferrero (2001, p. 181), a disposição da matéria abarcada a partir do capítulo 39 da obra responde “[...] *a la simple circunstancia de la variedad de personajes y lugares de la acción*”.¹⁰¹ Não há, logo, uma cisão entre diferentes modos do discurso a partir de um determinado capítulo da obra. Ademais, a “técnica historiográfica”, como quer Dufraigne, pode ser identificada em outros pontos da narrativa, como se observa na abordagem que Aurélio Vítor efetuou a respeito do “ano dos seis imperadores”, isto é, o ano de 238 (*Hist. abbrev.* 26.7-27.5) ou sobre a época de Galieno e a sequência de revoltas e usurpações que se desenrolaram durante aquele período (*Hist. abbrev.* 33.1-21).¹⁰²

Malgrado a argumentação desenvolvida por Dufraigne, devemos ressaltar que o elemento unificante da narrativa das *Historiae abbreviatae* permanece o mesmo ao longo de toda a obra, qual seja, a figura do imperador. Ao se deparar com a tarefa de reportar os fatos relativos ao período tetrárquico, Aurélio Vítor tinha de lidar com quatro governantes e, pois, se focar nas distintas e simultâneas ações levadas a cabo por cada um dos monarcas. Não faria sentido, portanto, que o historiador abarcasse tais imperadores de maneira sucessiva; quer

¹⁰¹ Aurélio Vítor não perdeu de vista o caráter sequencial das nomeações de Maximiano (*Hist. abbrev.* 39.17), assim como as de Constâncio Cloro e Galério (*Hist. abbrev.* 39.24).

¹⁰² É preciso destacar, entretanto, que o próprio Dufraigne (1975, p. xlviii) reconhece a artificialidade de quaisquer tentativas de opor, de forma absoluta, a “técnica biográfica” à “técnica historiográfica”. Apesar disto, Dufraigne reitera a predominância do biográfico no que se refere aos capítulos 1-38, e a sobreposição do discurso historiográfico nos quatro capítulos restantes, do que resultaria a unidade composicional das *Historiae abbreviatae*.

dizer, que voltasse suas atenções para Diocleciano, por exemplo, e depois se remetesse a Maximiano e aos demais tetrarcas, uma vez que se tratava de uma estrutura colegiada de exercício do poder. Logo, o capítulo 39 das *Historiae abbreviatae* não apresenta uma deliberada alteração da técnica composicional, na medida em que a narrativa ganha maior densidade como consequência direta do aumento do número de regentes que caracterizava o período tetrárquico, motivado por circunstâncias conjunturais devidamente apontadas no texto.¹⁰³

A obra de Aurélio Vítor testemunha quão atrelada ao soberano, enquanto ator social, a história do período imperial seria concebida durante a Antiguidade Tardia. Tal condição, entretanto, não transforma as *Historiae abbreviatae* em uma série de curtas biografias, tampouco em uma espécie de “espelho de príncipe”¹⁰⁴, um manual de governança que contivesse instruções e reflexões de orientação moral e política, concebido para a formação dos homens de Estado. Aurélio Vítor elaborou, antes, uma obra dedicada à história imperial romana, que não poderia se desvencilhar dos detentores da púrpura – do que resulta, pois, a “atenção biográfica”¹⁰⁵ que se observa no texto – e que objetivava avaliar o decurso dos acontecimentos ao longo dos séculos compreendidos entre os reinados de Augusto e Constâncio II.¹⁰⁶

Não por acaso, as *Historiae abbreviatae* se iniciam com uma afirmação a respeito da essência do poder no decurso do período imperial, evidenciando a intenção do autor no sentido de compor uma história do Império romano e não uma biografia dos imperadores *tout court*. Aurélio Vítor abriu seu relato atestando que, “por volta do septingentésimo vigésimo segundo ano [desde a fundação] da cidade, começou em Roma o costume de obedecer a um

¹⁰³ Aurélio Vítor indicou, em *Hist. abbrev.* 39.30, que a repartição geográfica do Império em quatro partes, a serem administradas diretamente por cada um dos tetrarcas, respondia ao recrudescimento das guerras externas e à eclosão de revoltas internas nos últimos anos do século III.

¹⁰⁴ Como defende, por exemplo, Banchich (2007, p. 308).

¹⁰⁵ Faz-se necessário indicar que o gênero biográfico, em si, não pode ser confundido com aquilo que Swain (1997, p. 1) define por “*biographical trend*” (“*le biographique*”, em francês, ou “*das Biographische*”, em língua alemã). A biografia, se tomada enquanto modalidade específica de discurso, concerne à narrativa detalhada da vida de um indivíduo – ou seja, este corresponde ao objeto primordial a ser escrutinado. Entretanto, a “tendência ou atenção biográfica” evocava a existência de um marcado interesse a respeito do lugar do indivíduo no interior de dada sociedade e, assim, pode ser notada em outros gêneros discursivos. Levando-se em conta a posição do monarca na sociedade romana imperial, essa tendência biográfica se faria sentir com grande intensidade, pois que se vincularia a história do Império à figura do imperador.

¹⁰⁶ Isto, a nosso ver, condicionou a seleção dos eventos e dos temas que foram incluídos na obra, casos do *quinquennium Neronis* (cf. *Hist. abbrev.* 5.2-4), da tentativa frustrada de Septímio Severo (193-211) em destruir os escritos de “Sálvio” (quer dizer, “Dídio”) Juliano (cf. *Hist. abbrev.* 20.1-2) ou do “edito de Galieno” (cf. *Hist. abbrev.* 33.33; 37.5). Os episódios indicados foram empregados por Aurélio Vítor a fim de sustentarem uma avaliação acerca do poder, da sociedade imperial e dos valores romanos, de forma que a análise efetuada não constituía, especificamente, um modo de se ilustrar o caráter e o comportamento dos imperadores envolvidos.

único homem” (*Hist. abbrev.* 1.1).¹⁰⁷ Esta afirmação assume, como um sucedâneo, o papel de prólogo para a obra, uma vez que Aurélio Vítor indicava aos leitores em que consistia o objeto por ele abordado.¹⁰⁸ A narrativa começa a partir do ano 722 “*ab urbe condita*”, isto é, em 31 a.C., momento em que teria se estabelecido entre os romanos o “costume” (*mos*) acima referido. Logo, não se aludia senão de maneira sutil à batalha de Ácio. Mediante uma concisa frase, o historiador definiu o tema de seu trabalho e, por extensão, aclarou também qual seria a natureza do regime imperial.¹⁰⁹

Sendo assim, “o costume de obedecer a um único homem” fincou suas raízes no âmago da sociedade romana, pois que

[...] Otaviano, cujo pai era Otávio, recebeu o nome de César após sua adoção por parte de seu tio-avô¹¹⁰, assim como em razão de um decreto dos senadores, e pelo fato de ter explorado placidamente a vitória de seu partido foi chamado pelo cognome de Augusto; após ter ganhado os soldados com donativos e o vulgo com uma aparente preocupação pela *annona*, ele submeteu sem dificuldade todos os demais (*Hist. abbrev.* 1.1).

Eis que se listavam os mecanismos que teriam fundamentado o reinado de Augusto: dinheiro para os soldados e trigo para as massas urbanas em Roma. Sob tais bases, transcorreram quarenta e quatro anos, até que o imperador viesse a morrer em Nola, vitimado por uma enfermidade (*Hist. abbrev.* 1.2). Deste modo, caracterizar-se-ia o período em que Augusto esteve à frente do Império e, ao mesmo tempo, enumeravam-se os fatores que teriam feito com que “o costume de obedecer a um único homem” se cristalizasse entre os romanos.

Cabe destacar que as *Historiae abbreviatae* focalizam a figura de Augusto, e não de Otaviano. Em outras palavras, o historiador não se ocupou em reportar um evento sequer que dissesse respeito a “Otaviano”, ou melhor, aos anos anteriores à batalha de Ácio, de maneira tal que a narrativa se limitasse à época imperial. Entretanto, se Aurélio Vítor tivesse elaborado

¹⁰⁷ A aplicação de numerais ordinais como marco de referência aos intervalos de tempo implica que o historiador antigo buscava atestar, de forma especialmente precisa, o aspecto cronológico tangente ao fato por ele relatado. Para tanto, cf. Rubincam (2008, p. 327).

¹⁰⁸ Ou seja, os leitores reconheceriam de imediato qual o tema a ser desenvolvido e, pois, que se trataria de uma obra versada em história, ainda que não se recorresse a um prefácio geral e programático, como usualmente esboçado pelos historiadores gregos e romanos. Quanto a isso, ver Earl (1972, p. 843).

¹⁰⁹ Vale sublinhar que a posição de Aurélio Vítor é inequívoca: o mundo imperial romano não poderia ser caracterizado senão como uma “*regia potestas*” (*Hist. abbrev.* 3.20). Ademais, a noção de um “costume de obediência” conduz à conclusão de que o elemento perene no interior de um relato dedicado à história do Império, comum tanto ao narrador quanto ao público leitor, equivaleria ao soberano (C. ANDO, 2000, p. 23).

¹¹⁰ Aurélio Vítor se referiu a Júlio César como “*magnus auunculus*” de Augusto. O recorte temporal que estabelece o ponto de partida da narrativa exclui qualquer papel, efetivo ou simbólico, que se pudesse articular a Júlio César, no que respeitava à instauração do regime imperial. Além disso, ao contrário do que se verifica com relação a outras personalidades da época tardo-republicana (caso de Caio Mário, por exemplo), Aurélio Vítor não concedeu espaço, em seu texto, à figura de Júlio César, limitando-se a informação de que se tratava do “tio-avô” do primeiro imperador de Roma.

uma obra biográfica, como quer parte considerável da moderna crítica historiográfica¹¹¹, o relato centrado em Augusto soa deveras incompleto. Afinal, salvo a informação acerca da filiação de Otaviano e sua posterior adoção por parte de seu tio-avô (*Hist. abbrev.* 1.1), coisa alguma se menciona acerca do local em que a personagem nasceu, dos anos de sua juventude e, sobremaneira, do Triunvirado e de outras magistraturas que a personagem exerceu no período que se seguiu à morte de Júlio César. Quanto aos conflitos que opuseram Otaviano e Marco Antônio, Aurélio Vítor tão somente assinalou a derrota do adversário do futuro Augusto (cf. *Hist. abbrev.* 1.3), sem que se expusessem maiores observações a respeito das guerras civis que se desenrolaram no ocaso do período republicano.

Neste ensejo, uma análise comparativa entre o texto de Aurélio Vítor e as narrativas de Eutrópio e, especialmente, do desconhecido autor do *Epitome* revelam-se bastante instrutivas. Dado que Eutrópio redigiu um compêndio “total” da história de Roma, desde a fundação da *Urbs* até o reinado de Joviano, temos que ter em mente que seu *Breviário* haveria de contemplar alguns fatos e personagens relativos ao período imediatamente anterior a Ácio. Por isto, lê-se que Marco Antônio provocou uma grande guerra civil contra Otaviano, impelido por Cleópatra, pois esta desejava, “com a paixão própria de uma mulher”, reinar não apenas sobre os egípcios mas inclusive na cidade de Roma (Eutr. 7.7.1).

Ainda de acordo com Eutrópio, Marco Antônio foi vencido “na famosa e célebre batalha naval de Ácio”, algo que permitiu a Otaviano incorporar o Egito ao Império (Eutr. 7.7.1). Na sequência de sua narrativa, Eutrópio enfatizou o fato de que, a partir daquele momento, Augusto governaria sozinho o mundo romano durante quarenta e quatro anos, pois durante os doze anos anteriores o havia feito ao lado de Marco Antônio e Lépido, ao que se acresceu que “desde o começo de seu principado [ie., de Augusto] até o seu fim se passaram cinquenta e seis anos” (Eutr. 7.8.2-3).

Ora, as diferenças entre as abordagens de Aurélio Vítor e Eutrópio, no que concerne ao reinado de Augusto, emergem nítidas. Para Aurélio Vítor interessava, pois, determinar em que momento “o costume de obedecer a um único homem” se tornou corrente entre os romanos. Logo, o passado de Augusto escapava às balizas temporais de sua obra, uma vez que pertencia ao período em que o governo de Roma era partilhado entre vários *nobiles*, isto é, a era republicana. Por seu turno, Eutrópio não hesitou em considerar que o “principado de Augusto” durou mais de meio século, computando, pois, os anos em que Otaviano exerceu a magistratura triunviral, assim como o consulado no ano de 43 a.C.

---

¹¹¹ Ver Cap. 1, p. 70-71.

Passemos agora ao *Epitome*. À primeira vista, as semelhanças deste com as *Historiae abbreviatae* seriam significativas, posto que ambas as obras – ao contrário do *Breviário* eutropiano – restringem-se exclusivamente ao período imperial. Em verdade, é ponto assente em meio à crítica moderna que os onze primeiros capítulos do *Epitome* dependem largamente da parcela equivalente composta por Aurélio Vítor, que abrangia a história romana sob o domínio das dinastias Júlio-Claúdia e Flávia.¹¹² Contudo, faz-se escusado apontar que, não raro, o texto do *Epitome* amplia o tratamento devotado a alguns imperadores, bem como apresenta informações que não se verificam nos onze primeiros capítulos relativos ao livro de Aurélio Vítor.¹¹³ A narrativa acerca do reinado de Augusto, tal como se vê no *Epitome*, ilustra cabalmente a diferença entre os textos das *Historiae abbreviatae* e do *Epitome*.¹¹⁴

Sendo assim, apontemos os elementos, referentes ao período anterior ao ano 31 a.C., trazidos à tona pelo autor do *Epitome* no que diz respeito a Augusto. Em *Epit.* 1.1, lemos que:

ao septingentésimo vigésimo segundo ano a partir da fundação da cidade, o quadringentésimo octogésimo desde a expulsão dos reis, o costume de obedecer a um único homem foi recuperado em Roma com, em vez de *rex*, o nome de *imperator* ou com o mais venerável de *Augusto*.

Na continuação da narrativa, o autor do *Epitome* atestou qual era a filiação de Otaviano, acrescentando que seu pai havia sido senador e que, do lado materno, o imperador descenderia de Enéias, pois que a *gens* Júlia remontava suas origens ao lendário herói troiano (*Epit.* 1.2). Além disso, sua união com Lúvia e a consequente separação de Escríbônia é mencionada, com um tom de censura, em *Epit.* 1.23. Por fim, o texto do *Epitome* ecoou a imagem suetoniana de um “Otaviano cruel” em oposição a um “Augusto” que, ao reinar, dedicou-se ao bem-estar de todos os cidadãos de Roma¹¹⁵, ao que se asseveraria que o imperador governou por cinquenta e seis anos, dos quais doze com Marco Antônio e quarenta e quatro, por conta própria (*Epit.* 1.29-30).¹¹⁶

Posto isto, de que maneira podemos explicar as diferenças apontadas entre os relatos de Aurélio Vítor e do *Epitome*? Ambas as narrativas se fiam por um “interesse biográfico” ao se referirem à época em que Augusto esteve à frente do Império – e o mesmo vale para todos

¹¹² Para um sumário a respeito de tal questão, cf. Bonamente (2003, p. 100).

¹¹³ O contrário também é válido, ou seja, há itens relatados por Aurélio Vítor, acerca do período entre Augusto e Domiciano, que não encontram paralelo no interior do *Epitome*.

¹¹⁴ Nos termos da edição teubneriana de Pichlmayr/Gruendel (1966), a narrativa de Aurélio Vítor devotada a Augusto ocupa pouco mais de uma página, ao passo que a do *Epitome* se estende por três páginas e meia.

¹¹⁵ Cf. Suet., *Aug.* 15.1 (crueldade e inclemência para com os vencidos após a tomada de Perúcia); 41.1-2 (demonstrações de liberalidade em favor de todos os romanos, inclusive crianças).

¹¹⁶ Tal como exposto por Eutrópio em 7.8.3. Suetônio (*Aug.* 8.3) concebia a duração do governo de Augusto em termos idênticos.

os reinados posteriores. Todavia, apenas o autor do *Epitome* preocupou-se em traçar um detalhado relato biográfico no tocante à personagem histórica em questão. Para tanto, alguns elementos acerca da vida do imperador antes da batalha de Ácio teriam de ser reportados, como indicamos no parágrafo anterior.

Todavia, tal constatação não esclarece os motivos pelos quais Aurélio Vítor estabeleceu uma forma de abordagem distinta daquela observada no interior do *Epitome*. Afinal, poderíamos supor que, em teoria, Aurélio Vítor teria a possibilidade de elaborar um texto similar ao do *Epitome* – sobretudo se, de fato, ambos os autores tivessem se embasado em uma fonte comum no que concernia ao reinado de Augusto. Porém, a nosso ver, o capítulo 1 das *Historiae abbreviatae* afigura-se revelador das pretensões de Aurélio Vítor ao escrever sua obra, isto é, a composição de uma história do Império romano, não uma biografia dos Césares.

Assim, vale notar que o texto do *Epitome* se inicia com uma oração que ressoa o versículo que abre o texto elaborado por Aurélio Vítor. Porém, em *Epit.* 1.1, o ignoto autor articula “o costume de obedecer a um único homem”, após Ácio, à prática que existiu em Roma ao tempo dos reis. Aurélio Vítor, por seu turno, dispensou comentário similar. O primeiro versículo das *Historiae abbreviatae* tem por objetivo esclarecer de modo preciso qual seria o objeto a ser contemplado pela obra e, por conseguinte, a partir de qual ponto da história romana sua narrativa se iniciaria, algo que se verifica também no *Epitome*. Entretanto, Aurélio Vítor vai além, procurando explicitar por quais meios aquele “costume” teria se cristalizado entre os romanos, do que se afirmaria que, “após ter ganhado os soldados com donativos e o vulgo com uma aparente preocupação pela *annona*, ele [i.e., Augusto] submeteu sem dificuldade todos os demais” (*Hist. abbrev.* 1.1).

Ou seja, Aurélio Vítor não se limitou à definição de qual seria o tema de sua história e em estabelecer quando a narrativa da mesma começaria. Era preciso delimitar as causas que conduziram os romanos a aceitarem a autoridade de apenas um homem, ou seja, o regime monárquico. Sucintamente, Aurélio Vítor abarcou todos estes quesitos logo na abertura de seu texto (cf. *Hist. abbrev.* 1.1). Por isso, ainda que o escritor não tenha elaborado um prefácio formal, sugerimos que o versículo 1.1 da obra cumpre com alguns dos requisitos atrelados ao prólogo de uma obra latina em prosa, como a indicação do tipo de matéria a ser trabalhada e as razões que justificam a escolha do tema.¹¹⁷ Neste caso, a passagem que inaugura o texto se

---

¹¹⁷ Para tanto, cf. Moreno Ferrero (1986, p. 174).

ocupa da apresentação da temática sobre a qual Aurélio Vítor dissertaria, sem que houvesse margem para discorrer acerca de questões de método.

1.5 Aurélio Vítor e o munus do historiador

Uma das funções que se atribuía comumente à escrita da história no mundo greco-romano, diz Hedrick Junior (2000, p. 131), vinculava-se ao propósito de reabilitação dos fatos do passado, isto é, a intenção de se dar voz àquilo que se mantinha em silêncio nos interstícios da memória coletiva. Em outras palavras, o discurso historiográfico reuniria a capacidade de trazer à tona os elementos de antanho, os quais, distantes do tempo presente, haviam caído no esquecimento. Neste sentido, ao comporem suas narrativas, os historiadores impediriam que fragmentos do passado perecessem por completo e escapassem ao conhecimento dos homens.

A escrita da história emergia, portanto, associada ao ato de recordar. Essa “função comemorativa”¹¹⁸ da história remontava a Heródoto, que no prólogo às *Histórias* exprimiu o intuito de conservar “os grandes e maravilhosos feitos dos helenos e dos bárbaros para não serem esquecidos e não ficarem sem glória”.¹¹⁹ Séculos mais tarde, em seus *Anais*, Tácito iria se expressar acerca daquilo que reputou como a “principal função da história” (*praecipuum munus annalium*):

Não aspiro, de modo algum, relatar as opiniões que foram estabelecidas [no Senado], exceto aquelas insignes por serem honoráveis ou notáveis por serem vergonhosas, pois considero que a principal função da história seja não deixar no silêncio as virtudes, ao passo que [desperte] a aversão da posteridade pelos perversos ditos e fatos e o temor da infâmia (Tac., *Ann.* 3.65.1).

Cabe salientar que Tácito preconizou, em primeiro lugar, qual deveria ser o papel da história no que tangia aos bons valores, às virtudes (*uirtutes*), para em seguida definir a relevância de se registrar igualmente maus modelos (*pravis dictis factisque*). Logo, o historiador estaria obrigado a registrar em seu texto os mais variados tipos de exemplos, quer fossem positivos ou negativos (LUCÉ, 1991, p. 2907). Ademais, se a narrativa histórica rememora os bons exemplos do passado, mantendo-os vivos no presente, por outro lado funcionaria como um instrumento de dissuasão dos leitores, no que concernia aos fatos

¹¹⁸ Do latim “*commemorare*”, que evocava a ideia de “trazer à memória”, de “fazer recordar” e assim por diante.

¹¹⁹ Emprega-se aqui a tradução realizada por Ribeiro Júnior (2002, p. 29).

eivados de vícios, uma vez que Tácito chamou a atenção para o julgamento que os pósteros fariam com base no relato que o historiador elaboraria. Tendo em vista que determinados acontecimentos e personalidades, se abarcados por uma obra de história, jamais se misturariam às brumas do olvido imposto pelo passar dos anos, o historiador “taciteano” poderia impedir “[...] *bad men from their impulse to do evil because in [his] pages they will receive everlasting opprobrium*” (LUCE, 1991, p. 2913).

Sendo assim, um trabalho como os *Anais* de Tácito dirigiram-se ao elogio das virtudes, ao fustigar dos vícios e, conseqüentemente, voltavam-se à instrução dos homens, na medida em que os indivíduos perversos viessem a temer o julgamento da posteridade. Tácito compreendia, pois, seu discurso histórico nos termos de uma função moralizadora, educativa e preventiva, uma vez que não objetivava apenas compor um testemunho dos eventos, mas uma narrativa que lhe permitisse ajuizar e mensurar as ações e o comportamento das personagens históricas (CIZEK, 1991, p. 141).

Dois séculos e meio depois, concepções similares às taciteanas integrariam o texto de Aurélio Vítor, que assim se referia à importância da história:

A menos que a isso [ie., a concessão póstuma de honrarias àqueles que não as merecessem] resistisse a credibilidade da história (*fides gestarum rerum*), que nem permite privar as pessoas honestas da recompensa de serem recordadas, tampouco conceder aos ímprobos fama ilustre e eterna, em vão se buscaria a virtude, pois que esta verdadeira e única honra aos piores seria atribuída gratuitamente e subtraída de maneira ímpia aos bons (*Hist. abbrev.* 33.26)

Aurélio Vítor conferia à história um papel semelhante ao que Tácito havia antes postulado. Ambos abordaram a questão da dicotomia entre boas e más pessoas ou ações, do que a história daria o devido testemunho: os bons exemplos seriam rememorados, de acordo com a sua própria essência. Desta forma, Aurélio Vítor pretendia que sua obra assumisse uma “função comemorativa”, pois aqueles que tivessem cultivado uma conduta virtuosa jamais seriam olvidados, como se se tratasse de um prêmio que os pósteros outorgariam. Por isto mesmo, não seria possível extrair da narrativa os modelos negativos. Estes não poderiam alcançar a posteridade senão conforme aquilo que haviam sido no passado, uma vez que não se deveria “conceder aos ímprobos fama ilustre e eterna”.

Mais importante ainda, a fala de Aurélio Vítor toca em dois pontos fundamentais. Primeiramente, compreende-se a história sob uma dimensão especialmente moralizadora, na trilha seguida por Tácito e o “*praecipuum munus annalium*”. Nestes termos, a história se

confunde com uma guardiã da moral¹²⁰, pois os bons exemplos nela incluídos garantiriam que os seres humanos não buscassem, em vão, pela virtude, ao mesmo tempo em que não se atribuiria uma glória imerecida aos péssimos indivíduos. Ora, Edwards (1996a, p. 4) sublinha que os discursos moralizantes em Roma estavam profundamente implicados nas estruturas do poder. Feito isto, pensamos a construção da memória do passado romano como um espaço de poder e, logo, Aurélio Vítor reivindicava para a história um papel crucial, qual seja, assegurar à geração presente e às futuras que a *uirtus* representa uma honraria que, no passado, apenas os *boni* poderiam reclamar para si. À maneira de Tácito, o autor tardo-antigo almejava elaborar um relato que testemunhasse e igualmente emitisse um julgamento acerca dos fatos selecionados para integrar o seu texto.¹²¹

Em segundo lugar, a *fides* da narrativa histórica residiria, justamente, no fato de se apresentar tanto os bons quanto os maus exemplos e, por conseguinte, o historiador teria que legá-los à posteridade tendo em vista o modo como teriam se configurado no passado. Porém, a *fides* assinalada por Aurélio Vítor não correspondia à (busca por) uma objetividade absoluta, mas antes à honestidade do autor em sua tarefa de escrever a história, à probidade da narrativa, como ensina Cizek (1994, p. 112).

A nosso ver, Aurélio Vítor se guiou por tal perspectiva ao elaborar o seu texto, de forma que a mesma assumiria, pois, as feições de método expositivo. Quer dizer, a narrativa se sustenta sobre uma dicotomia entre atos concebidos como positivos ou negativos, que merecem o louvor ou, quando for o caso, uma reprimenda por parte do autor. Mas os retratos pincelados por Aurélio Vítor, no que respeita aos imperadores romanos, não se mostram absolutos ou inflexíveis; pode-se apontar o emprego de cores intermediárias, que resultam no estabelecimento de representações matizadas acerca das personagens centrais do texto. Sendo assim, o relato tangente a um único monarca apresentaria tanto qualidades quanto vícios¹²², condição esta que traz ao relato a impressão de confiabilidade – a *fides* que se indica em *Hist.*

¹²⁰ Dufraigne (1975, p. 165-166) prefere salientar que esta concepção pouco tinha de original, podendo ser encontrada, por exemplo, no prefácio da *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo (1.2). Por seu turno, Aurélio Vítor daria à noção uma roupagem toda particular, ilustrando a missão que definiu para seu próprio labor.

¹²¹ C. Starr (1956, p. 574) advoga em favor da ideia de que as *Historiae abbreviatae* lançam uma possível luz sobre os modos de pensar e expressam as inquietações e aspirações dos integrantes de burocracia imperial nos meados do século IV, assim como uma visão do passado corrente no interior das camadas razoavelmente letradas, mas que não pertenciam aos círculos mais elevados da sociedade daquele período. Ainda que se possa concordar com a proposta lançada por C. Starr, devemos enfatizar que, em *Hist. abbrev.* 33.26, Aurélio Vítor definiu um recorte entre *honesti/boni*, de um lado, e *improbi/pessimi*, de outro, sem que se identificassem tais elementos sociais com qualquer grupo em específico. Esta postura permitia ao historiador, por exemplo, criticar ou salientar a inaptidão e a fraqueza dos senadores em diversos momentos da história imperial (cf. *Hist. abbrev.* 3.18-19; 25.2; 37.5-7). Quanto a isto, ver Cap. 4, seção 4.3.

¹²² Ver, para tanto, Cap. 4, p. 322-323.

abbreu. 33.26. Aurélio Vítor tencionava expressar, em sua narrativa, uma ideia de apego aos fatos ou, antes, projetar uma ótica de verossimilhança.

Por certo, cabe destacar que Aurélio Vítor abandonou tal princípio metodológico em dois momentos distintos de seu relato. O texto das *Historiae abbreviatae* não exhibe nem ao menos um aspecto favorável em relação ao governo de Tibério (14-37). O sucessor de Augusto, enquanto homem de Estado, ausentou-se da narrativa. O historiador parece furtar de Tibério a condição de sujeito ativo no tocante à exígua expansão do território imperial, ao afirmar que “se criou” a província da Capadócia, logo no começo de seu reinado (*Hist. abbrev.* 2.3). O mesmo se aplica no que dizia respeito às vitórias obtidas diante dos “bárbaros” nas fronteiras reno-danubianas, uma vez que “reprimiram-se” as nefastas ações de banditismo empreendidas pelos gétulos liderados por Tacfarinas, ao passo que se diz que o rei dos suevos, Marobodo, “foi habilmente capturado” (*Hist. abbrev.* 2.3-4). Aurélio Vítor parece insinuar que os êxitos militares, obtidos durante a época de Tibério, foram protagonizados por terceiros, sem a participação e/ou influência do imperador, como se os responsáveis pelas vitórias no campo de batalha, embora inominados, se contrapusessem ao dissoluto *princeps*.

Neste ensejo, somente no que respeitava à constituição dos “*castra praetoria*” é que Aurélio Vítor conferiu um papel determinante ao imperador, que se pode deduzir da informação de que Tibério “reduziu” os pretorianos a um acampamento próximo da cidade de Roma, sob a responsabilidade da prefeitura do pretório (*Hist. abbrev.* 2.4). Por ironia, os pretorianos (ou, mais propriamente, os homens de armas como um todo) atuariam como elemento de desordem no interior da narrativa até que as coortes pretorianas, “mais inclinadas à sublevação do que à proteção da cidade de Roma”, fossem suprimidas após a vitória de Constantino sobre Maxêncio (cf. *Hist. abbrev.* 40.25). Logo, as ações de Tibério restringem-se, na narrativa, à dissimulação e à entrega aos vícios mais degradantes, sem distinção de idade ou sexo (*Hist. abbrev.* 2.1). Em outras palavras, no entender de Aurélio Vítor, Tibério não cumpriu com os atributos pertinentes ao *imperator*, ou seja, a “*cura rei publicae*”.

O segundo ponto se refere ao curto reinado de Macrino (217-218) e de seu filho, Diadúmeno e, pois, revela certa idiossincrasia. Aurélio Vítor destinou poucas linhas, no interior da narrativa, ao governo dos supracitados monarcas, chegando mesmo a utilizar a frase “*nihil reperimus*”¹²³ em relação às duas personagens. Malgrado isto, Aurélio Vítor

¹²³ Eutrópio (8.21.1) compartilha tal perspectiva, ao postular que Macrino e seu filho “não engendraram nada de memorável por causa da brevidade do reinado [de ambos]”. Isto ajuda a explicar o fato de os dois não equivalerem senão a nomes que foram incluídos no *Breviário* eutropiano. Contudo, a despeito dos quatorze meses em que governaram o Império, Aurélio Vítor procurou, diferentemente de Eutrópio, definir o caráter de ambos e as circunstâncias que envolveram a ascensão e a queda de Macrino e de Diadúmeno.

destacaria que tanto Macrino quanto o *César* Diadúmeno eram dotados de um “caráter cruel e imoderado” (*saeuos atque inciuiles animos*). Além disso, Aurélio Vítor informou apenas o fato de “Opílio Macrino [...] ocupar a prefeitura do pretório” e ter sido o escolhido das legiões para suceder a Caracala (*Hist. abbrev. 22.1*). Sendo assim, vale registrar que Tibério e Macrino, retratados pelo historiador como “maus” imperadores por completo – sem que lhes fosse atribuída virtude alguma – estivessem vinculados à guarda pretoriana, uma das instituições que, nas páginas das *Historiae abbreviatae*, emergem como fator de desestabilização da ordem social e política no decorrer da história do Império romano.¹²⁴

Posto isto, salientemos que Townend (1967, p. 82) assegura que as biografias suetonianas quase sempre expunham uma mistura de pontos positivos e negativos acerca dos governantes retratados, de uma maneira tal que caberia aos leitores a tarefa de formular um juízo a respeito dos imperadores.¹²⁵ Contudo, podemos argumentar que Aurélio Vítor nutriu uma concepção de história paralela àquela que tangia, por exemplo, ao preceito do “*praecipuum munus*” defendido por Tácito.¹²⁶

Cabe ressaltar, uma vez mais, que a existência de elementos biográficos em uma obra não a transforma, por consequência, em uma biografia.¹²⁷ Sendo assim, faz-se plausível apontar que a empreitada de Aurélio Vítor se filiava às bases constitutivas da própria historiografia romana. Neste caso, as *Historiae abbreviatae* não figurariam enquanto exemplo do obscurecimento das concepções de história e biografia na Roma imperial, mas antes atestavam a pertinência de preceitos metodológicos que se enraizavam nas *Histórias* polibianas ou se observavam também na salustiana *Guerra de Catilina*. Tratar-se-ia, pois, da busca por uma avaliação psicológica como fundamento de causalidade na história, e não um procedimento que visava apenas à construção de personagens a fim de louvá-las ou condená-las em razão de suas ações. O desvendar da lógica dos acontecimentos envolvia o

¹²⁴ Para tanto, cf. Cap. 3, p. 213 ss.

¹²⁵ Procedimento que fora levado ao extremo no relativo a Calígula, por exemplo: em *Cal. 22.1*, Suetônio enfatizaria que “até este ponto sobre o imperador, mas daqui em diante sobre o monstro se relatará”. Como quer La Penna (1978 apud GIUA, 1990, p. 557), “*la paradossalità del ritratto*”, o amálgama entre virtudes e vícios, a compor a representação de um único monarca, também pode ser apontada em Tácito, como se observa nos casos do imperador Tito, no que respeitava à sua trajetória anterior à ascensão ao trono (Tac., *Hist. 2.2*), e de Tibério (Tac., *Ann. 6.51*).

¹²⁶ Embora resulte impossível afirmarmos que Aurélio Vítor foi um leitor das obras taciteanas, a ideia da “*fides rerum gestarum*” talvez sugira que Aurélio Vítor não se serviu de Tácito apenas, como defende Rohrbacher (2002, p. 45), enquanto um modelo estilístico. Além disso, quicá a similitude observada entre a postura de Tácito e a de Aurélio Vítor, no tocante à função da história, demonstre que Aurélio Vítor baseou-se em diversas outras fontes, para além da propalada *KG*, visto que a perspectiva da “credibilidade da história” não encontra guarida no texto de Eutrópio e no *Epitome* (ainda que se afirmasse, em *Epit. 3.6*, que se legaria à posteridade informações sobre Calígula na medida em que pudessem servir para evitar que os ímprobos emulassem os atos daquele monarca, por temerem a fama que viriam a adquirir).

¹²⁷ Dito de outra maneira, os modos do discurso presentes em um texto não se confundem, estritamente, com o gênero literário ao qual um texto pertenceria.

enaltecimento e o vitupério, mas com vistas à verdade, e não à amplificação retórica. Portanto, poder-se-ia afirmar que Aurélio Vítor teria percorrido um caminho próprio do gênero histórico, e não necessariamente do biográfico, como indica Sebastiani (informação verbal).¹²⁸ Esta trilha, aberta por historiadores como Políbio, resultava no fato de o material biográfico, quer dizer, a presença de elementos concernentes à vida de uma personalidade, mostrar-se não apenas apropriado como necessário ao relato historiográfico, na medida em que as qualidades e os defeitos individuais pudessem afetar o encadeamento dos eventos (FARRINGTON, 2011, p. 328; p. 336).

Isto posto, retomemos a análise das concepções trabalhadas por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 33.26. Neste versículo, se atestava também a existência de uma “verdadeira e única honra” (*uerum atque unicum decus*). Nota-se, pois, uma tentativa de retomada do conceito de “*uerum*” ou “*ueritas*”, que talvez assinalasse que o autor objetivava manifestar a sua devoção à “verdade”, ao empreender a tarefa de narrar a história do Império romano. Desta forma, a afirmação da verdade por parte de Aurélio Vítor não se resumia àquilo que Desideri (1995) aponta como uma convenção que se cristaliza nos interstícios da produção historiográfica greco-romana a qual, entretanto, “*non troverebbe in realtà conferma nel concreto modus operandi dei singoli scrittori*”, atados às demandas literárias e retóricas que se interpunham ao ofício do historiador antigo.

Por isto, ao longo do texto de Aurélio Vítor verificamos a inserção de algumas observações a fim de evidenciar aos potenciais leitores que a narrativa dos fatos teria obedecido ao critério da verdade. Isto é, ainda que se tratasse de uma estratégia de persuasão, Aurélio Vítor lançou mão dos pressupostos comuns à escrita da história entre os antigos, para que se cumprissem com as expectativas que o público nutriria em relação ao gênero e, pois, sedimentar sua posição enquanto “*scriptor historicus*”. Devemos recordar, ademais, que o processo determinante da “verdade”, nos meandros da historiografia grega e romana, resultava um tanto quanto óbvio, na medida em que se acreditava que, ao se extrair de uma obra quaisquer indícios flagrantes de favoritismo ou hostilidade dirigidos a outrem, alcançar-se-ia à verdade (LUCE, 1989, p. 17). Neste sentido, as assertivas quanto à imparcialidade de um relato emanavam, sobretudo, de historiadores ocupados com eventos contemporâneos e/ou pertencentes ao passado recente, caso em que Aurélio Vítor também se enquadraria.

---

¹²⁸ Sugestão fornecida por Sebastiani durante a realização do Exame de Qualificação relativo ao presente trabalho, ocorrido em 07 dez. 2010. Bird (1994, p. xxi) afirma que Aurélio Vítor “*was intent upon writing history than biography*”. Contudo, Bird não se propôs a desenvolver sua hipótese com a devida profundidade.

Aurélio Vítor, portanto, almejava atestar para os leitores a excelência de seu labor, sua autoridade enquanto historiador, ao transmitir uma percepção de si próprio como narrador imparcial, em função do propalado apego à credibilidade dos fatos. Neste ensejo, ao comentar a respeito da ascensão de provinciais ao trono imperial, Aurélio Vítor sublinhou a importância de tais indivíduos para o engrandecimento da cidade de Roma. Esta conclusão seria fruto dos esforços despendidos para a escritura da obra, visto o autor afirmar, à moda de Salústio, que havia ouvido e lido muitas coisas (cf. *Hist. abbrev.* 11.13). Assim, Aurélio Vítor expunha ao público leitor uma ponderação “objetiva”, pois que alicerçada sobre uma alegada atividade de pesquisa. O mesmo pode ser aplicado para *Hist. abbrev.* 22.3, passagem em que se registra a advertência de que “nada encontramos (*nihil reperimus*)” acerca de Macrino e seu filho, Diadúmeno. A alegação de que coisa alguma havia sido encontrada a respeito de Macrino implicaria, em princípio, que o autor teria procedido à busca por material acerca do reinado daquele para que, enfim, se extraíssem informações a serem incluídas nas *Historiae abbreviatae*.¹²⁹

O ato de “ouvir e ler” sustenta a percepção de um historiador que teria empreendido uma efetiva inquirição, coletando e selecionando certos dados, a fim de compor seu relato. “A tarefa de investigação”, atestou Políbio em meio às críticas que dirigiu a Timeu de Tauromênio, “é a parte mais importante da história” (Polyb. 12.4c.3). Mas a empreitada indicada por Políbio se assentava na percepção direta e visual de um acontecimento. Em verdade, um procedimento desta monta não estava desprovido de limitações.¹³⁰ A maior parte

¹²⁹ Desta maneira, se justificariam os reduzidos quatro versículos destinados ao governo de Macrino (cf. *Hist. abbrev.* 22.1-4), muito embora Macrino tivesse reinado por mais de um ano. Malgrado a escassa importância que Aurélio Vítor conferiu a Macrino, a probidade da narrativa passava, pois, pela referência a todos os *purpurati* (ou, mais precisamente, àqueles que se reputava por “legítimos”), uma vez que, como lembra Veyne (2002, p. 72), se era imperador “por estado” e não “por ação”. Significa dizer que, à medida que um indivíduo alcançasse o trono e fosse concebido como governante “legítimo”, forçosamente teria de ser mencionado em toda obra que se ocupasse da história imperial. Portanto, na condição de imperador “legítimo”, Macrino se enumerava dentre as personagens com as quais o historiador do século IV haveria de lidar, ao se voltar para o passado, tal como se procederia com relação a longevos soberanos. Entretanto, se os atos do monarca fossem considerados pouco relevantes, poder-se-ia devotar aos mesmos um espaço reduzido ou simplesmente ignorá-los. Subsiste, em suma, o imperativo de se incluir tais personagens na obra, independente do caráter ou relevância que possuísem (cf., por exemplo, *Hist. abbrev.* 5.4). Isto, porém, não seria válido para os “usurpadores”. Daí que Aurélio Vítor pudesse desconsiderar indivíduos como Avidio Cássio (que reclamou a púrpura durante três meses, na Síria e no Egito, durante o ano de 175) ou Taurino, que se fez imperador em 232, contando com o apoio da legião estacionada na Síria.

¹³⁰ Como o próprio Políbio reconheceria. Para tanto, ver Cap. 1, p. 65, n. 84. A *autopsia* como fundamento metodológico da escrita da história, tal como concebida entre os gregos, também seria observada pelos historiadores romanos. Autores que discorriam sobre fatos não contemporâneos, como Aurélio Vítor, se deparariam com a ideia de que a observação pessoal resultava na melhor maneira de se reconstituir o passado (MARINCOLA, 1997, p. 281). Com efeito, quanto mais antigo o historiador, mais verossímeis seriam consideradas as linhas por ele traçadas: cronologicamente mais próximo dos eventos por ele reportados, tal autor poderia ter mantido contato com indivíduos que presenciaram os acontecimentos dos quais a sua obra se ocuparia. Ou seja, o historiador de uma época mais recuada no tempo teria empregado um material dotado de

das informações amalhadas por Aurélio Vítor não poderiam, evidentemente, derivar do testemunho ocular dele próprio. Além disso, coisa alguma se menciona quanto às fontes que o autor afirma ter ouvido e lido. E tampouco se estabelece, nas *Historiae abbreviatae*, uma diferenciação qualitativa a respeito dos relatos escritos e orais que Aurélio Vítor alegou supostamente ter obtido acesso.¹³¹

Todavia, subsiste a ideia de que Aurélio Vítor dedicou-se a busca por variadas informações para a composição de seu texto. Ao longo deste, nota-se o emprego de outros *topoi* retóricos a fim de alicerçar essa perspectiva. Assim, em *Hist. abbrev.* 14.7-8, Aurélio Vítor escreveu sobre a fundação de uma cidade (Antinópolis, localizada no Alto Egito), e a ereção de estátuas em memória do jovem Antínoo durante o governo de Adriano. A narrativa traz duas versões, discrepantes, a respeito dos motivos que teriam levado o imperador a conceder tantas honrarias a Antínoo. Aurélio Vítor mencionou que circulavam alguns boatos, ainda ao tempo de Adriano, acerca da ardente paixão que o soberano teria cultivado pelo mancebo, a ponto de ter rendido a Antínoo as supracitadas homenagens. No entanto, o historiador indicou que “outros afirmam” que o “piedoso” Adriano havia recompensado o sacrifício do rapaz, pois que Antínoo teria oferecido sua própria vida, de modo voluntário, para que a morte do imperador pudesse ser retardada. Por fim, embora demonstrasse suspeitar da natureza das relações entre “pessoas de tão diferente idade”, Aurélio Vítor optou por deixar o assunto em suspenso (cf. *Hist. abbrev.* 14.9), como se não dispusesse de elementos suficientes para fundamentar um ajuizamento.

Na continuação da narrativa, se menciona a morte de Lúcio Vero (161-169) e os rumores de que Marco Aurélio teria orquestrado o fato durante uma ceia (*Hist. abbrev.* 16.6-7). Entretanto, o autor afirmaria enfaticamente o quão inverídica seria tal notícia, “uma vez que é suficientemente aceito (*satis constet*)” que Lúcio Vero havia falecido em decorrência de uma enfermidade, na cidade de Altino. A utilização da expressão “*satis constet*” denota a confirmação de um (quase) consenso a respeito do episódio, sugerindo, pois, que Aurélio Vítor teria recorrido a mais de uma fonte, do que a existência de outra explicação, no que se refere à morte de Lúcio Vero, igualmente o permite aventar.¹³²

---

maior “confiabilidade” na elaboração de seu texto. Neste caso, a antiguidade da fonte consultada constituiria, em tese, um fator a ser avaliado por todos aqueles que se aventurassem na tarefa de recordar o passado. Entretanto, Aurélio Vítor não discorre sobre as características das fontes que havia consultado.

¹³¹ Cf., por exemplo, a assertiva liviana de que a escrita constituía “o único guardião confiável da memória dos feitos” (Liv., 6.1.2), situando, em termos qualitativos, os registros escritos acima dos orais.

¹³² Aurélio Vítor também empregaria a locução “*satis constet*” em outros pontos da narrativa (cf., por exemplo, *Hist. abbrev.* 8.8; 9.6; 20.34; 33.31).

Por outro lado, a dimensão “objetiva” das observações efetuadas por Aurélio Vítor seria relativizada em face de algumas considerações expostas na obra. A relevância dos “estrangeiros” – os “*aduenae*”, aqueles de origem não romana e itálica – para a história imperial, do que o “cretense” Nerva serviria como exemplo, mostrar-se-ia clara “ao menos para mim”, tal como disse Aurélio Vítor (*Hist. abbrev.* 11.13, grifo nosso). No tocante ao falecimento de Lúcio Vero, não apenas a eventual concordância entre os testemunhos garantia a indignidade da versão que responsabilizava um invejoso Marco Aurélio pelo fim da vida de seu irmão adotivo. Aurélio Vítor igualmente declarou, em *Hist. abbrev.* 16.8, que “não podem crer isso acerca de tão grande varão [ie., Marco Aurélio] senão os espíritos inclinados ao crime”. Consequentemente, soaria pouco verossímil ou provável que “*boni uiri*” como Marco Aurélio cometessem tamanha falta como um fratricídio. Assim, nos confrontamos mais uma vez com a perspectiva da “credibilidade da história”, vinculada a um ponto de vista moral, bem como marcadamente pessoal.

Quer dizer, Aurélio Vítor projetou na narrativa uma representação acerca de si mesmo, mediante a qual reclamou um lugar entre aqueles que se dedicaram à escrita da história durante a Antiguidade romana, procurando demonstrar que não havia se furtado do dever de investigar a “verdade” sobre os fatos. No caso de Aurélio Vítor, porém, os episódios foram avaliados como verossímeis – e, pois, como algo que se reputava crível – sob os ditames de um julgamento previamente estabelecido a respeito do caráter das personalidades envolvidas em dado evento. Sendo assim, Marco Aurélio não poderia estar implicado na morte de Lúcio Vero porque, no entender do historiador, corresponderia a um homem dotado de caráter ilibado.¹³³ Desta forma, o método explicativo adotado por Aurélio Vítor, em última análise, lança luz sobre toda a carga de subjetividade pertinente ao historiador no cumprimento de sua tarefa de reconstituição do passado do Império romano.

Nestes termos, os versículos em primeira pessoa objetivavam aclarar ao leitor o significado de um evento ou de um traço comportamental de determinada personagem abordada – de acordo com a interpretação e/ou objetivo do autor –, uma vez que a brevidade do relato não permitiria que o fato narrado, em si mesmo, evidenciasse nitidamente um eventual sentido que lhe fosse inerente.¹³⁴ Ou seja, os *exempla* históricos elaborados por

¹³³ O mesmo princípio foi aplicado por Aurélio Vítor no que tangia à morte do jurista Papiniano, prefeito pretoriano sob Septímio Severo e Caracala (211-217). O historiador refutou com firmeza a alegação de que Caracala possuísse alguma relação com o falecimento de Papiniano, pois que se trataria de um imperador que desfrutava de afeto e respeito (cf. *Hist. abbrev.* 20.33-34).

¹³⁴ No entanto, na medida em que a leitura não equivale a um ato passivo, mas também produtor de efeitos, não se pode excluir a possibilidade de que o leitor contradissesse àquilo que o autor reiterava na narrativa e optasse

Aurélius Vítor não falavam por si sós. Todavia, o autor tinha ciência de que, ao pretender redigir uma obra à maneira de um historiador, e não se limitar à composição de um epítome (restrito à exposição sucinta dos eventos), teria de empreender um estudo acerca do processo histórico por ele delimitado, assim como uma reflexão tangente às causas ou consequências de dado acontecimento ou conjunto de fatos. Tal interpretação se tece por intermédio de comentários cujos tons seriam, logo, pessoais: Aurélius Vítor pretendeu esclarecer qual seria o significado dos processos históricos dos quais se ocupava, o que resultou em um discurso assaz moralizante.¹³⁵

Para evidenciarmos esta proposição, cotejemos a postura de Aurélius Vítor com aquela que se observa em uma obra diferente das *Historiae abbreviatae*, a monumental “*Ab urbe condita*” de Tito Lívio, composta por 142 livros e que expõe desde os eventos anteriores à fundação de Roma e até os fatos ocorridos no ano 9 a.C..¹³⁶ Nota-se que os comentários de cunho pessoal emergem com pouca frequência na narrativa liviana, ao passo que um sem número de acontecimentos recebem um tratamento amplo e rico em detalhes, que trazem em seu bojo uma avaliação psicológica das personagens envolvidas, entre outros aspectos que salientam os valores sobre os quais se assentariam as lições que o autor propôs transmitir para seus leitores. Obviamente que, ao eleger determinados episódios da história romana que mereceriam uma exposição aprofundada, Tito Lívio não recorreu à brevidade enquanto artifício literário e, portanto, colocou à disposição uma série de *exempla* para a contemplação e para a utilidade do público, como indicado no prefácio geral elaborado à obra (cf. Liv., *prae*f. 10). Por outro lado, a concisão – que, por vezes, torna o texto pouco claro – configurava o instrumento basilar da composição de Aurélius Vítor. A dimensão didática pertinente às *Historiae abbreviatae*, assim, se escorea em um recurso estilístico menos elaborado e muito mais explícito, qual seja, nos ajuizamentos expressos em primeira pessoa, tendo em vista o tratamento exíguo destinado à abordagem dos fatos. Em outras palavras, a

---

pela versão ou notícia que o próprio Aurélius Vítor, ao inseri-las em seu texto, havia ajuizado como inverossímil ou pouco crível.

¹³⁵ Vale apontar, como o faz Moreno Ferrero (2007, p. 85), que a argumentação desenvolvida por Aurélius Vítor “*no carece de contradicciones que [...] invalidan su alcance desde el punto de vista histórico*”. Moreno Ferrero ressalta que nem mesmo se pode generalizar uma das referências distintivas da *romanitas* no interior das *Historiae abbreviatae*, qual seja, a cultura letrada, se levarmos em consideração o fato de que um dos mais eruditos soberanos, Adriano, não despertasse muita admiração. Quiçá, no caso específico de Adriano, o grande apreço devotado pelo imperador às letras gregas não granjeasse a simpatia de Aurélius Vítor, cujas referências aos helenos se desvelam, em grande medida, pouco laudatórias, como se nota em *Hist. abbrev.* 3.12 (os gregos tidos como aficionados por engrandecer as coisas) ou *Hist. abbrev.* 5.5 (Nero toca cítara em público para ganhar uma coroa, seguindo aquilo que os gregos haviam inventado). Cabe recordar, porém, que outro soberano “filelênico”, Marco Aurélius, recebeu na obra efusivos elogios.

¹³⁶ A comparação com Tito Lívio é oportuna se lembrarmos da hipótese de que o texto de Aurélius Vítor foi encarado como continuação dos epítomes livianos redigidos durante a era imperial, como a interpolação “*id est a fini Titi Liuii*”, que se vê no título das *Historiae abbreviatae*, nos leva a supor.

voz autoral se revela em toda a sua amplitude, como se verifica a partir dos episódios referentes às mortes de Lúcio Vero e de Papiniano.

Por fim, a última frase da narrativa concerne ainda à questão da *ueritas*. Assim sendo, nos meandros do balanço que se efetua acerca do governo do ainda reinante Constâncio II, pode-se ler o seguinte:

E para dizer, em poucas palavras, a verdade (*atque uti uerum absoluam breui*): assim como nada é mais preclaro que o próprio imperador, deste modo nada é mais atroz que a maior parte daqueles a serviço [do soberano] (*Hist. abbrev.* 42.25).

Cizek (1994, p. 112) defende a ótica de que a passagem acima não equivale a um simples jogo de palavras ou a uma expressão convencional. Aurélio Vítor ansiaria por revelar, de modo sucinto, uma constatação “verdadeira”, a qual não poderia, no entanto, resultar absoluta ou inquestionável, na medida em que repousava sobre considerações pessoais. Além disso, a concisão com a qual Aurélio Vítor proferia a “verdade” se articula ao momento deveras delicado ao longo do qual escrevia, que viria a representar o fim do governo de Constâncio II e a ascensão de Juliano. Em que pese a peculiaridade do contexto em que a obra foi composta, o historiador não negligenciou a busca pela “verdade”; esta deveria, pois, se subordinar ao *munus* instrutivo da história¹³⁷ e estar em conformidade com a “*fides*”, a probidade, que permitiria lidar, “*sine ira et studio*”, com os fatos do passado e do presente.

Observamos uma perspectiva similar em *Hist. abbrev.* 39.48. Ao divagar acerca das causas que fizeram com que Diocleciano abdicasse do trono imperial ao vigésimo ano de seu reinado, Aurélio Vítor chamou a atenção para o fato de que, “[...] em meio a umas e outras opiniões, a verdade tenha sido corrompida [...] (*ueri gratia corrupta sit*)” (grifo nosso). Ao reconhecer que a “verdade” pudesse ser modificada, Aurélio Vítor haveria de indicar aos seus potenciais leitores de que forma superaria tais obstáculos, que poderiam comprometer a credibilidade de sua obra. Para tanto, o historiador se fundamentaria, justamente, no critério da verossimilhança, pautado em axiomas morais. Assim resulta que fosse próprio de um homem como Diocleciano, dotado de “uma natureza superior” (*excellenti natura*), como se afirma em *Hist. abbrev.* 39.48, aperceber-se dos desastres iminentes que se avizinhavam do Estado romano e, logo, apartar-se deles mediante o recurso da abdicação. Deparamos-nos, uma vez mais, com a perspectiva de que um julgamento moral, de caráter generalizante, configurasse as bases sobre as quais a “verdade” estaria alicerçada.

¹³⁷ No sentido de que o apontamento dos vícios dos servidores do imperador guardasse, veladamente, o propósito de se inspirar um quadro moralizante.

Igualmente, cabe apontar que a frase com a qual Aurélio Vítor terminou sua narrativa, ainda que articulada a um juízo proferido a respeito do imperador Constâncio II e seu reinado (cf. *Hist. abbrev.* 42.23-24), assumia as cores de uma conclusão à obra, considerada em sua totalidade. Após passar em revista a história do Império romano, do começo ao fim (isto é, até o momento em que se compunha a própria narrativa), Aurélio Vítor exprimiu no versículo derradeiro de seu texto a “verdade” que se alcançaria em relação a um processo histórico descrito desde Augusto. A essência da história imperial, definida em razão do costume de obedecer a um único homem (cf. *Hist. abbrev.* 1.1), implicaria mesmo em sua fraqueza, na medida em que, se coisa alguma há de mais brilhante que a figura do imperador, seus subordinados não fariam jus a tal magnanimidade.¹³⁸

Ora, neste sentido, a composição do texto conforma uma unidade. Aurélio Vítor iniciou e findou sua narrativa abordando a questão da natureza do poder imperial, sem que mencionasse um soberano em particular.¹³⁹ Do que emerge o traço singular das *Historiae abbreviatae*, qual seja, um relato que se estende até o presente e, por conseguinte, engloba forçosamente o governo do monarca reinante. Assim, em meio à tentativa de esboçar uma interpretação a respeito da evolução histórica do Império romano, o falecimento de Severo Alexandre se situaria, no entender do historiador, como um marco de ruptura, apontando um desvio no movimento da história imperial. Mediante o emprego de uma retórica decadentista, Aurélio Vítor refletiria acerca das transformações e inovações que fariam do presente algo qualitativamente distinto do passado. Este é o ponto que abordaremos no capítulo a seguir.

---

¹³⁸ Ademais, como a própria narrativa evidenciaria, em diferentes momentos o ocupante do trono imperial não se comportaria à altura da dignidade com a qual foi investido – a má escolha de seus subordinados, por exemplo, refletiria a falta de zelo do monarca diante da primordial tarefa que lhe fora confiada, ou seja, a manutenção do bem-estar dos romanos. O adequado cumprimento dos deveres administrativos por parte do governo imperial equivalia a um fator para o qual experientes funcionários civis como Aurélio Vítor e, em menor grau, Eutrópio, não deixariam de atentar (BIRD, 1987, p. 145).

¹³⁹ Algo que constituiria, para utilizarmos a expressão empregada por Martin e Gaillard (1990, p. 111), “*l’unité signifiante de l’histoire*”, considerando-se o texto de Aurélio Vítor.

CAPÍTULO 2 – Império romano, uma história de decadência. Reflexões sobre o passado e o presente em Aurélio Vítor

2.1 Periodização histórica e decadência nas *Historiae abbreviatae*

As *Historiae abbreviatae*, “desde Otaviano Augusto [...] até o décimo consulado de Constâncio Augusto e o terceiro de Juliano César”, abrangem o período histórico em que sucessivos monarcas, após a batalha de Ácio, governaram o mundo romano. Em que pese as cores analíticas que se visualizam na menção aos consulados de Constâncio e de Juliano, seria mediante “o costume de obedecer a um só homem” (*Hist. abbrev.* 1.1) que o historiador viria a determinar a essência dos eventos dos quais a narrativa se ocuparia. Não surpreende, pois, que os aportes cronológicos se resumissem, na obra, à transferência do poder entre os imperadores.

No entanto, Aurélio Vítor igualmente definiu uma série de balizas temporais no interior dos quase quatrocentos anos de história imperial abarcados em seu livro. Em outras palavras, o historiador estabeleceu divisões em meio ao texto e os consequentes períodos assim delimitados se distinguem entre si por intermédio da inserção de digressões que ora servem como uma conclusão que encerra a etapa precedente, ora introduzem um novo período a ser reportado. Nestes termos, Aurélio Vítor formulou um ordenamento para o desenrolar da história imperial, conferindo ao objeto narrado uma peculiar coesão, ao mesmo tempo em que alçava sobre os eventos selecionados uma superestrutura que concernia à obra como um todo (MORENO FERRERO, 2007, p. 70).

Feito isto, podemos afirmar que, ao subdividir a história do Império em estágios distintos, Aurélio Vítor traçou algumas marcas que singularizaram, na tessitura da narrativa, os períodos por ele formatados. Sendo assim, propomos que Aurélio Vítor apresentou em seu relato cinco diferentes eras, a saber:

O primeiro período, que se inicia com Augusto e cujo desenlace confunde-se com o término das guerras civis ocorridas no ano de 69, mais exatamente com a morte de Vitélio. Em *Hist. abbrev.* 8.7-8, Aurélio Vítor reafirmou aos leitores o caráter abreviado de sua obra e expôs seu ponto de vista acerca da intersecção entre conduta moral e cultura literária, sobremaneira em relação à dinastia Júlio-Cláudia.

O segundo período corresponde à dinastia dos Flávios. Na passagem exposta em *Hist. abbrev.* 11.12-13, o historiador elaborou uma reflexão tangente à ascensão dos “*externi*”, dos “não itálicos”, e à relevância deste processo, que propiciou a oportunidade de se estabelecer um interessante paralelo com o passado mais remoto.

O terceiro período, o mais extenso de todos no que respeita à cronologia, engloba as dinastias dos Antoninos e dos Severos.¹ Ao falecimento de Severo Alexandre em 235 segue-se a mais longa das digressões compostas na narrativa (cf. *Hist. abbrev.* 24.7-11), cujo teor demonstra a aproximação de Aurélio Vítor com modos de discurso comuns à historiografia tardo-republicana e alto-imperial, mediante a caracterização de um processo de decadência moral e política da *res Romanae* após o final da época severiana.

O quarto período, iniciado com a ascensão de Maximino, o Trácio (235-238), se estenderia até a morte de Probo (276-282) e o surgimento de Diocleciano. O reinado de Caro e seus filhos, Numeriano (283-284) e Carino, configuraria uma espécie de apêndice, na narrativa, à ascensão de Diocleciano, para quem Aurélio Vítor atribuiria importantes alterações nos *mores* romanos (cf. *Hist. abbrev.* 39.2-4). O falecimento de Probo, porém, congrega uma ocasião para o historiador avaliar o papel dos senadores no decorrer da história imperial e, em particular, em sua própria época (cf. *Hist. abbrev.* 37.5-7).

E, por fim, o quinto período, que se inauguraria com o reinado de Diocleciano e dos demais tetrarcas, até os meados do século IV, ou seja, o momento em que a obra foi redigida, ao final do governo de Constâncio II. A narrativa se estendia até a época em que o próprio historiador vivia e, deste modo, o relato necessariamente alcançava o seu termo.

Todavia, não há consenso no interior da moderna crítica historiográfica acerca da quantidade de períodos que Aurélio Vítor teria determinado nos meandros da narrativa das *Historiae abbreviatae*. Por um lado, autores como Dufraigne (1975, p. xlii), Cizek (1995, p. 294) e Falque (1999, p. 170) identificam uma etapa adicional ao panorama acima indicado. Os três estudiosos argumentam que o intervalo compreendido pela ascensão de Galba até o falecimento de Vitélio – grosso modo, as disputas pelo trono que irromperam no Império após a morte de Nero, no ano de 69 – teria sido pensado por Aurélio Vítor como uma unidade à parte, na medida em que o historiador anunciou o fim da dinastia dos Júlio-Cláudios por intermédio de dois presságios (cf. *Hist. abbrev.* 5.17). Neste caso, o fim do *imperium* dos

---

¹ No texto das *Historiae abbreviatae* não se verifica uma cisão efetiva entre os Severos e a casa Antonina, prevalecendo uma noção de continuidade entre Nerva e Severo Alexandre, malgrado as ligeiras oscilações vinculadas aos reinados de Adriano, Cômodo, Macrino e Heliogábalo (218-222). Neste caso, Aurélio Vítor dava vazão à imagem pública favorecida por Septímio Severo no contexto da guerra civil que o opôs a Clódio Albino, de modo que aquele se apresentava, como indicam Fernández e González (2006, p. 27), como autêntico sucessor de Marco Aurélio.

descendentes de Augusto seria apontado como o término de um período singular no interior da história imperial escrita por Aurélio Vítor.

Dufraigne (1975, p. xlii-xliii) assegura que a divisão da obra em seis períodos diferentes não resultaria de um mero acaso. Aurélio Vítor teria se inspirado na carga simbólica que tanto pagãos quanto cristãos atribuíram ao numeral seis durante a Antiguidade: por exemplo, os pitagóricos o enxergaram como um “número perfeito”, a soma dos três primeiros números naturais e, pois, expressão da concretude e perfeição do universo. Agostinho (*Trin.* 4.4.7), fundamentado em uma concepção providencial, apregoava que a História atravessaria seis eras – à guisa dos seis dias da Criação, como apontados no livro bíblico do Gênesis – das quais a sexta e última configuraria uma época de renascimento, correspondente à “segunda vinda” de Cristo (a “Parúsia”) e que pavimentaria o caminho para uma nova e sétima etapa, situada além dos limites da ação humana.

No entanto, em *Hist. abbrev.* 5.17, Aurélio Vítor apenas evidenciou aos leitores que o poder dos Júlio-Cláudios havia alcançado o seu final a partir do suicídio cometido por Nero. Logo, o historiador não desenvolveu uma de suas habituais digressões e ajuizamentos moralizantes, que põem em relevo a passagem de uma baliza temporal para outra. Por sua vez, a ocorrência dos referidos presságios, para a qual Aurélio Vítor chamou a atenção, constituiria um elemento retórico empregado para que, entre outros, se conferisse credibilidade ao evento reportado, isto é, o fim da dinastia Júlio-Cláudia.

Por outro lado, C. Starr (1956, p. 578), den Boer (1972, p. 28-29) e Moreno Ferrero (2007, p. 74) argumentam que Aurélio Vítor dividiu a história imperial em quatro períodos. Comparando-se com a classificação que propomos, den Boer postula que as *Historiae abbreviatae* apresentam uma primeira ruptura significativa somente no que respeitava à ascensão de Nerva.² Em outras palavras, den Boer ajuíza que Aurélio Vítor concebera os períodos em que os Júlio-Cláudios e os Flávios comandaram o mundo romano como um mesmo estágio dentro do desenrolar da história do Império, sem que houvesse interrupções significativas entre ambos.³

² Peter (1897 apud C. STARR, 1956, p. 578) levantava a possibilidade de que as divisões apontadas nas *Historiae abbreviatae* talvez mantivessem alguma conexão com os limites cronológicos de algumas das fontes consultadas por Aurélio Vítor. Seria o caso, portanto, deste primeiro período “estendido”, que compreende os imperadores abordados por Suetônio em sua obra. Mas o próprio C. Starr admite que a interpretação histórica elaborada por Aurélio Vítor não derivava de um mecanismo tão simples; ademais, cabe lembrar que o texto das *Historiae abbreviatae* se inicia a partir de Augusto e não de Júlio César, o primeiro dos “Césares” suetonianos. Uma possível influência direta de Suetônio, no que tange à estruturação dos intervalos temporais definidos por Aurélio Vítor, não pode ser descartada, mas tampouco pode ser avaliada como determinante.

³ A rigor, porém, den Boer (1972, p. 31) revê sua posição prévia. Afirma que não se poderia classificar o período a partir de Diocleciano como um quarto e derradeiro estágio da história imperial, pois, segundo ele, Aurélio Vítor não reconheceria uma mudança efetiva entre as décadas anteriores à construção da Tetrarquia e aquelas

Por sua vez, Moreno Ferrero (2007, p. 75-76) ressalta dois pontos. Em primeiro lugar, o comentário sobre o término da era Júlio-Cláudia segue os passos iniciais da suetoniana *Vida de Galba*⁴ e, desta forma, não exprimia um critério de escolha pessoal, mas apenas uma simples adaptação que Aurélio Vítor empreendeu a partir de uma fonte por ele consultada, quer fosse a própria obra de Suetônio ou algum texto posterior. Além disso, as *Historiae abbreviatae* igualmente não apresentariam cisão alguma entre as guerras civis de 69 e a emergência de Vespasiano ao trono, na medida em que os comentários inseridos em *Hist. abbrev.* 8.7-8 manter-se-iam em um plano particular, relativo apenas às *gentes* Júlia e Cláudia e, assim sendo, desprovidos do nível de generalidade que define os recortes temporais estabelecidos ao longo da narrativa. Nestes termos, não restariam senão quatro distintos períodos a integrar a história imperial elaborada por Aurélio Vítor.

Em que pesem tais objeções, sustentamos a ideia de que o historiador fixou um recorte anterior à ascensão de Vespasiano, ao inserir a digressão que se verifica em *Hist. abbrev.* 8.7-8. Para tanto, salientemos dois elementos observados no texto. Ao destacar a eloquência e a erudição dos imperadores que haviam precedido a Vespasiano, Aurélio Vítor escreveu que se voltava para “todos estes [príncipes] (*hi omnes*), os quais abordei brevemente, e principalmente aqueles da família dos Césares [...]” (*Hist. abbrev.* 8.7). A expressão “*hi omnes*” se refere aos antecessores imediatos de Vespasiano, isto é, Galba, Otão e Vitélio, cujos efêmeros reinados foram sucintamente relatados na obra, como explicita o próprio historiador. Portanto, embora a reflexão de Aurélio Vítor se dedicasse “principalmente” (*praecipue*) aos Júlio-Cláudios, a análise não excluiria os imperadores que se sucederam, de modo fugaz, durante o conturbado ano de 69.

A segunda questão tange ao início da narrativa pertinente ao reinado de Vespasiano. Em *Hist. abbrev.* 9.1, Aurélio Vítor escreveu que o fundador da dinastia Flaviana “reconstruiu em pouco tempo um mundo *há muito* esgotado e fatigado (*exsanguem diu fessumque orbepa breui refecit*)” (grifo nosso). Ora, o uso do advérbio “*diu*” pode facilmente ser articulado aos conflitos políticos e militares que medeiam os governos de Nero e Vespasiano. Contudo, Aurélio Vítor mostrou-se ciente do fato de que as guerras civis após o suicídio de Nero se

---

posteriores a esse processo. Isto teria sido atestado pelo historiador em *Hist. abbrev.* 39.48, passagem em que se informa que Diocleciano abdicou do poder por ter ciência de que o futuro seria marcado por guerras civis e caos. No entender de den Boer, logo, o padrão declinante apontado em *Hist. abbrev.* 24.7-11 abarcaria o próprio momento em que Aurélio Vítor vivia.

⁴ Como indicado também por Dufraigne (1975, p. 85). Suetônio (*Galb.* 1.1-3) escreveu que a linhagem dos Césares se encerra com a morte de Nero, algo pronunciado em especial por dois portentos, a morte de galinhas brancas e o murchar de um loureiro, objetos estes com os quais a família de Augusto estaria particularmente conectada. No texto de Aurélio Vítor (*Hist. abbrev.* 5.17), ambos os prodígios são mencionados, mas de uma forma tão resumida e justaposta que o sentido originário da passagem suetoniana acabou por esvaziar-se.

desenrolaram em um período de tempo relativamente limitado, dedicando assim uma exígua abordagem para os reinados de Galba, Otão e Vitélio. Logo, o emprego do vocábulo *diu* também comportaria uma referência aos descendentes de Augusto, cujas faltas morais configuravam objeto de reprimenda por parte do historiador (cf. *Hist. abbrev.* 8.8).

Em suma, a despeito das divergências apontadas, faz-se importante ressaltar que a busca por enquadrar a história do Império romano a partir de uma sequência de recortes temporais condiciona a própria tessitura narrativa, e não se encontra cabalmente exposta em obras anteriores às *Historiae abbreviatae* (DEN BOER, 1972, p. 28). Com efeito, se por um lado Aurélio Vítor exibiu uma escassa preocupação com o apontamento de uma cronologia precisa no tocante aos eventos que reportava, por outro se observa a consecução de um empreendimento peculiar, no sentido de escrutinar o passado, ajustando-o a uma razoavelmente definida sequência de períodos. Deste modo, o historiador procurou contemplar as transformações políticas vivenciadas no decorrer da era imperial. Em outras palavras, Aurélio Vítor assumiu o risco de periodizar a história que narraria (MORENO FERRERO, 2001, p. 177).⁵

Advogamos, portanto, que a repartição da história do Império romano em diferentes períodos pode ser encarada como um recurso que Aurélio Vítor desenvolveu a fim de abordar o devir histórico de uma forma tal que sua análise não se focasse exclusivamente nos imperadores. Isto se relaciona à intenção de se elaborar uma narrativa histórica abreviada, e não uma biografia dos Césares. Por sua vez, as digressões, com as quais Aurélio Vítor assinalou a passagem de um período para outro, nos permitem visualizar os parâmetros a partir dos quais Aurélio Vítor mapeou, sob diferentes aspectos e graus de relevância, o desenrolar da história romana após a batalha de Ácio. Consideradas em conjunto, essas digressões evidenciam as perspectivas nutridas pelo historiador, no que dizia respeito à evolução do Império.⁶ Isto posto, investigaremos, em primeiro lugar, como os modos do discurso empregados nas *Historiae abbreviatae* se escoram em um *topos* retórico e historiográfico, qual seja, o do declínio do mundo romano.

Neste caso, as cores decadentistas que se notam na obra permitem ao historiador conferir inteligibilidade ao relato que formulou, salientando a noção de que haveria, pois, uma diferença substancial entre o passado e o futuro. Sendo assim, Aurélio Vítor delimitou que a

---

⁵ Neste sentido, discordamos completamente de Bird (1984, p. 2), que afirma que faltava à obra de Aurélio Vítor “a sense of historical development”.

⁶ Além disso, como escreve Kenney (1982, p. 746), a inserção de comentários pessoais acerca dos eventos narrados, na forma de uma digressão, constituía um recurso estilístico que atendia às expectativas dos leitores que consumiam obras de história durante na Antiguidade greco-romana.

morte do imperador Severo Alexandre, ocorrida no ano de 235, constituiria uma espécie de “divisor de águas”⁷ no interior de sua narrativa:

Depois de não ostentar o poder imperial por mais que treze anos, [Severo Alexandre] deixou a *res publica*⁸ reforçada em todos os âmbitos. Esta, que desde Rômulo até Septímio Severo avançou porfiadamente, se manteve como que em seu apogeu graças às medidas de Bassiano [ie., Caracala]. Deveu-se a [Severo] Alexandre que não se iniciasse de modo abrupto a degradação (*laberetur*).⁹ A partir de então, [os imperadores], na medida em que estavam mais desejosos de dominar os seus do que submeter os estrangeiros e tomando as armas mais uns contra os outros, precipitaram o Estado romano (*Romanum statum*) como se fosse [rumo] a um abismo; foram elevados ao poder imperial, de forma indiscriminada, os bons e os maus, os nobres e os ignóbeis, inclusive *muitos bárbaros* (*barbariae*). Pois quando em toda parte tudo é confuso e nada segue o seu curso, todos consideram que é lícito, como em um tumulto, apoderar-se de cargos alheios que não são capazes de desempenhar, e escandalosamente põem a perder o conhecimento das boas artes (*bonarum artium*). Assim, a força da *fortuna*, uma vez alcançada a licenciosidade (*licentia*), conduz os mortais de acordo com seu pernicioso capricho; aquela [ie., a *fortuna*], contida durante muito tempo pela virtude tal como um muro, depois que quase todos cederam aos vícios, entregou o Estado aos tipos mais ínfimos por nascimento e instrução (*infimis genere institutoque*) (*Hist. abbrev.* 24.7-11, grifo nosso).

Os tons salustianos desta reflexão produzida por Aurélio Vítor foram levantados, ainda no final do século XIX, por filólogos como Eduard Wölfflin e Theodor Opitz.¹⁰ De imediato, apontemos que tanto Salústio quanto Aurélio Vítor demarcaram um evento específico como o ponto de partida do declínio do *orbis Romanum*. Sebastiani (2006, p. 300) assinala que, desde Políbio, o ajuizamento sobre a decadência ético-política configuraria “um patrimônio da historiografia romana”, e tal processo seria pensado como algo relacionado às guerras de conquista empreendidas por Roma. É o que se observa em Salústio, que vincularia o declínio

⁷ Eutrópio também apontou a emergência de Maximino, o Trácio, como um elemento disruptivo, em razão do fato de que o governante teria sido o primeiro a assumir o trono por decisão dos soldados, sem contar com a aprovação do Senado (Eutr. 9.1.1).

⁸ A noção de *res publica* não desapareceu na Antiguidade Tardia. Cícero havia definido a *res publica* como a “[...] coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo reunidos, mas a comunidade que tem seu fundamento no consenso jurídico e na utilidade comum” (Cic., *Rep.* 1.25.39). O princípio de “bem ou utilidade comum” manter-se-ia válido, mas, ao tempo de Aurélio Vítor, bem sabemos que a expressão *res publica* não mais concernia a uma forma de governo, na qual o cidadão romano participava, em maior ou menor grau, por intermédio de instituições políticas e jurídicas específicas. O “bem comum”, que competia aos imperadores defender, se confundiria com o Estado imperial (GONÇALVES, 2001, p. 27).

⁹ No prefácio liviano (*Praef.* 9), nota-se o emprego do mesmo verbo – *labi* – a fim de se evocar uma ideia de desagregação dos *mores* romanos, como se os costumes da época de Tito Lívio tivessem deixado de ser aquilo que outrora teriam sido. Não havia, entre os antigos gregos e romanos, vocábulos que equivalessem à moderna noção de decadência. Isto não impediu, contudo, que historiadores e filósofos da Antiguidade Clássica formulassem reflexões pautando-se em uma noção de declínio (LE GOFF, 1984, p. 393). Pode-se afirmar que a utilização do termo “*laberetur*”, por parte de Aurélio Vítor, se liga a convenções comuns ao campo de saber do qual o autor fazia parte, de modo que o enunciado visava criar um efeito, isto é, sinalizar uma ótica decadentista.

¹⁰ Para tanto, cf. La Penna (2004/2005, p. 377).

dos valores e das instituições romanas à destruição de Cartago (146 a.C.) e a consequente eliminação do *metus Punicus*.¹¹

Entretanto, após as campanhas de Trajano na Dácia e na Armênia, levadas a cabo nas duas primeiras décadas do século II, as empresas bélicas romanas se resumiriam a, basicamente, guerras defensivas. Escrevendo nos meados do século IV, Aurélio Vítor não poderia, logo, articular um discurso decadentista a eventuais conquistas militares. Subsistia, porém, a tarefa de se considerar os acontecimentos internos e as possíveis transformações que a sociedade romana teria vivenciado na era imperial. Sendo assim, Aurélio Vítor conectou o início do declínio romano às circunstâncias que se seguiram ao perecimento do imperador Severo Alexandre.

Todavia, as cores empregadas por Aurélio Vítor na digressão exposta em *Hist. abbrev.* 24.7-11 guardam semelhanças com os argumentos que Salústio desenvolveu em determinadas passagens de suas obras. Por exemplo, em Sall., *Cat.* 10.1, lemos que, uma vez destruída a localidade de Cartago, “começou a *fortuna* a mostrar-se cruel e também a misturar todas as coisas”. Já em *Hist.* 1.13, Salústio escreveria que, desde a remoção da ameaça púnica, “os costumes dos ancestrais não paulatinamente como outrora, mas como uma torrente se precipitaram”. Neste sentido, Aurélio Vítor parece ter mantido contato com a percepção salustiana de decadência dos costumes romanos, que se estenderia até o tempo presente.¹²

Por certo, tamanha postura desnuda a tendência, comum entre os pensadores romanos, de privilegiar o passado em detrimento do presente, de valorizar uma *antiquitas* distante ao cotejá-la com períodos cronologicamente mais próximos do momento em que se vivia (LE GOFF, 1984, p. 336).¹³ Ademais, como propõe Veyne (1984, p. 39), entre os antigos as perspectivas mais usuais acerca do tempo abarcavam uma ideia de declínio, na medida em que pressupunham que tudo estaria feito ou inventado, restando ao mundo a senescência. Os pontos de vista relativos à existência de um tempo cíclico, ou de um linear e escatológico,

¹¹ Políbio estendeu sua narrativa até o ano de 146 a.C. justamente por causa do fato de que o aniquilamento das cidades de Cartago e de Corinto, ocorrido na referida data, exprimia o estabelecimento da supremacia romana nas franjas ocidental e oriental do Mediterrâneo. Mas, ainda que a obra polibiana demonstrasse sob quais bases o poderio de Roma havia sido forjado na bacia mediterrânica, a partir da Segunda Guerra Púnica, Políbio igualmente indicou que a potestade romana não configurava um fenômeno imperturbável e estaria “naturalmente sujeita a mudanças em sentido inverso”, quer dizer, em direção ao declínio (SEBASTIANI, 2006, p. 298; p. 305).

¹² Em *Hist. abbrev.* 24.11, Aurélio Vítor destaca que o soçobrar das virtudes dos homens findou por alterar a sorte do povo romano, que permaneceria sob o controle imperscrutável da *fortuna*. Esta concepção, que manifesta uma mudança para a pior, também pode ser encontrada em Salústio (*Cat.* 2.5-6; *Iug.* 1.4-5). Eutrópio expôs um ponto de vista similar, por ocasião das guerras civis que eclodiram depois de Júlio César ter cruzado o Rubicão (Eutr. 6.19.1).

¹³ “It was a truism in antiquity that the current age had degenerated from lofty ancestral standards” (DIXON, 2001, p. 56).

derivariam de reflexões mais intelectualizadas e, logo, menos difundidas. No entender de Veyne, a ótica da decadência da sociedade concerniria, pois, a um disseminado “lugar-comum”.¹⁴

Seja como for, Aurélio Vítor teceu um panorama da degenerescência do Império que, à primeira vista, se pauta em um critério que definiríamos como “político”, ou seja, voltado à crise dos Estados e dos impérios. À frente de toda a sociedade romana, os imperadores deveriam garantir a manutenção do Estado e, neste sentido, teriam de incorporar as virtudes necessárias para tanto (HUMPHREYS, 2002, p. 79). Do contrário, conduziriam o Estado rumo a um abismo, para usarmos as palavras de Aurélio Vítor (cf. *Hist. abbrev.* 24.9). Neste ensejo, a excessiva *ambitio* – que se traduz na narrativa a partir de um “desejo de dominar” os concidadãos – por parte dos sucessores de Severo Alexandre provocaria a emergência de um grande número de usurpadores e as consequentes guerras intestinas.¹⁵

Por isto, a concepção de decadência política romana adquiria salientes contornos éticos, associada à corrupção dos valores e dos preceitos morais tidos por tradicionais. Do que resultava, por sua vez, em uma análise centrada no indivíduo: tomariam a púrpura para si, indistintamente, “os bons e os maus, os nobres e os ignóbeis, inclusive muitos bárbaros” (*Hist. abbrev.* 24.9). Aurélio Vítor esboçava a noção, usual entre os autores romanos na transição da República para o Principado, de que a crise do Estado decorreria das deficiências e da falta de virtudes dos varões, algo que findava por ressoar na esfera política e, pois, se refletia nas próprias instituições (MOMIGLIANO, 1992, p. 519). Porém, faz-se escusado lembrar que, no decorrer da era imperial “as categorias ideais do problema [da decadência] já estão deslocadas no espaço e no tempo”, como coloca Mazzarino (1991, p. 28). Para um historiador do século IV, ao contrário de escritores como Cícero, Salústio ou Tito Lívio, “Roma” não se encerrava nos limites da *Urbs* ou da Itália. A partir de 212, indivíduos livres de origem “provincial”, como Aurélio Vítor, eram tão “romanos” quanto Catão, o Velho, outrora havia sido, pelo menos do ponto de vista estritamente jurídico.

Assim sendo, foi um “romano”, a quem costumeiramente designamos em razão de uma eventual origem “trácia”, que viria a ser retratado por Aurélio Vítor como um modelo de soberano que ilustraria, de forma concreta, a validade dos pontos de vista defendidos em *Hist.*

¹⁴ Faz-se oportuno apontar também a percepção, de raiz etrusca, de que as sociedades evoluíam de acordo com uma sequência determinada de grandes, embora irregulares, intervalos temporais (*saeculi*), ao final dos quais acabariam por sucumbir e desaparecer (DOPICO CAÍNZOS, 1999, p. 154).

¹⁵ Bird (1984, p. 45) assegura que Aurélio Vítor, em *Hist. abbrev.* 24.9, se referia às guerras civis de sua própria época, que envolveram os herdeiros de Constantino e diversos pretendentes (Magnêncio, Vetrânio, Nepociano e Silvano). Ao que parece, contudo, o historiador aludeu de forma geral às lutas pelo poder que se avolumaram a partir da emergência de Maximino, o Trácio, e não apenas aos confrontos que ocorreram em seu tempo.

abbreu. 24.9-11.¹⁶ Lê-se que Caio Júlio Maximino, governante da Trebética¹⁷, foi o primeiro dos soldados a assumir o trono imperial, porque contava com o apoio dos legionários romanos (*Hist. abbrev.* 25.1). O elemento mais relevante deste versículo, porém, vem a ser a ressalva que o historiador estabeleceu no que tange à ascensão de Maximino, o Trácio: a tarefa de governar o Império foi a ele confiada, embora se tratasse de um homem “rude, dificilmente letrado” (*litterarum fere rudis*).¹⁸

Carece recordar que somente o autor do *Epitome* conferiu raízes trácias ao imperador (cf. *Epit.* 25.1). O local de nascimento do governante não constitui um objeto que despertasse a atenção de Aurélio Vítor.¹⁹ No entanto, ao enfatizar a ideia de que Maximino, o Trácio, não dominaria o latim senão de forma rudimentar e sublinhar que se tratava de um soldado, Aurélio Vítor talvez se guiasse por uma tradição historiográfica que associava a baixa extração social e a exígua cultura literária, exibida pelos “imperadores-soldados” do século III, às áreas de onde tais monarcas teriam advindo (MORALEE, 2008, p. 57).

Partindo desta perspectiva, Aurélio Vítor teria mirado eventuais falhas do imperador que haveriam de se ligar à sua condição social, do que a ausência de maior sofisticação literária evidenciaria um dos aspectos mais nítidos. Por sinal, até mesmo o fator positivo que Aurélio Vítor mencionou a respeito do reinado de Maximino, o Trácio, ou seja, o êxito no combate contra os germanos (cf. *Hist. abbrev.* 26.1), se relacionava ao *milieu* do qual o imperador tinha emergido, qual seja, as fileiras do exército romano.

Sendo assim, Maximino, o Trácio, se enumeraria entre os “*infimi*” a quem o historiador se voltou em *Hist. abbrev.* 24.11. Ainda que, ao contrário do autor da *HA* (cf. *Maxim.* 1.5), Aurélio Vítor não se refirisse explicitamente ao soberano como um produto do “*barbaricum*”²⁰, a quase completa ignorância, no que tangia à cultura letrada, fazia de

¹⁶ Aurélio Vítor empregou a conjunção *namque* (“pois”, “de fato”) no versículo que se segue à passagem acima indicada, a fim de introduzir o imperador Maximino, o Trácio, no texto.

¹⁷ Região que correspondia à parte ocidental da então Mésia Inferior (LORIOT, 1975, p. 667).

¹⁸ O vocábulo “*fere*” indica que se trataria de um homem que, se não completamente analfabeto, conhecia apenas os rudimentos das letras latinas. A expressão utilizada por Aurélio Vítor se enquadra ao sentido que Baldwin (1989, p. 125) aduz aos termos “*agrammatus*” ou “*illiteratus*” em meio às composições elaboradas no período tardo-antigo e que implicavam a falta de uma educação formal ou a ausência de uma cultura literária mais refinada.

¹⁹ Ponto relevante, que reitera a ótica de que Aurélio Vítor lançou mão, de uma forma bastante livre e pouco rígida, dos elementos que deveriam integrar uma estrutura biográfica. Ademais, a morte de Maximino, o Trácio, e de seu filho, durante o cerco que ambos levantaram sobre a cidade de Aquiléia no contexto das guerras civis de 238, só viria a ser relatada em *Hist. abbrev.* 27.4. Ou seja, para além dos limites do capítulo 25, que teria sido “dedicado” à *uita* de Maximino, o Trácio, tal como pressuposto a partir da divisão em 42 capítulos que Schott impôs à obra de Aurélio Vítor, no último quartel do século XVI.

²⁰ Chauvot (1984, p. 145) destaca que, no século IV, os termos referentes a “bárbaro” entre os falantes de língua grega e latina aparecem, em alguns casos, como vocábulos empregados para denominar os militares. A presença de “bárbaros” a serviço do Estado romano, em particular entre os soldados, constitui um fator latente naquele período. Neste sentido, talvez Aurélio Vítor tivesse aludido veladamente às “origens bárbaras” de Maximino, o

Maximino, o Trácio, a antítese de uma “*romanitas*” ideal. Ao tempo de Aurélio Vítor, poder-se-ia definir essa “romanidade”, no que concernia às províncias ocidentais do Império, a partir de uma dimensão político-social (o pertencimento à unidade política e territorial romana, na condição de homem livre e, pois, de cidadão) e, mais ainda, sob um prisma cultural e identitário, de apego aos valores e às atitudes mentais que remontavam ao passado republicano (INGLEBERT, 1996, p. 565).

Deste modo, Maximino, o Trácio, equivaleria a um “bárbaro” não em função de sua origem — mas, antes, por não ser suficientemente “romano”. Como ensina Mathisen (1997, p. 140), “*le caractère du barbare était vu comme contraire à celui du Romain*”.²¹ Do que se conclui que os conceitos relativos a um ideal de “romanidade”, durante a era tardo-imperial, não supervalorizavam os aspectos étnicos. Em outras palavras, Maximino, o Trácio, seria representado como um “bárbaro” na medida em que não se adequasse a um modelo de “romanidade” que se baseava em dados elementos culturais. O processo de aquisição destes, no entender de Aurélio Vítor, se efetivaria de uma única maneira, por meio do domínio das letras (latinas, no caso).

Essa questão esclarece porque o historiador desconhecia, ou mesmo descartou, as origens de Maximino, o Trácio. Embora as *Historiae abbreviatae* não reservassem grandes elogios àquele, não devemos considerar as origens étnicas dos “imperadores-soldados” como fator determinante da apreciação negativa formulada por Aurélio Vítor. Syme (1973, p. 315) demonstra que Maximino, o Trácio, teria nascido na Dácia Ripense, província da qual também seria originário Aureliano, monarca este que o historiador viria a exaltar em seu texto.²² Por outro lado, Galieno, advindo de uma das mais ilustres famílias da nobreza romano-italica, foi apresentado como o governante que teria levado a *res publica* ao seu ponto mais vil (cf. *Hist. abbrev.* 33.3). Logo, nem sempre a nobreza e a antiguidade da linhagem fariam a diferença. A narrativa das *Historiae abbreviatae* congrega um discurso moralizante mediante o qual, como se observa em historiadores como Salústio, se opunham os feitos que conferiam *gloria* a um varão à nobreza que derivava das relações de sangue.²³ Tamanha

---

Trácio, tendo em mente uma associação entre a figura do “bárbaro” e a do “soldado”. Para uma análise aprofundada desta questão, ver adiante, Cap. 3, seção 3.1.

²¹ Logo, os elementos físicos ou biológicos não eram considerados como critérios que fundamentavam uma relação de alteridade entre “romanos” e “bárbaros”. Em verdade, desde os autores gregos nos séculos V e IV antes da era cristã, o conceito de “bárbaro” envolvia, sobremaneira, uma dimensão cultural (SALMON, 1984, p. 79). Por exemplo, Heródoto havia escrito que, ao seu tempo, se dizia que os etíopes correspondiam aos mais altos e aos mais belos entre todos os homens (Hdt. 3.20.1).

²² Embora, ressalvemos, que dentre as qualidades que Aurélio Vítor enxergava em Aureliano (clemência, sabedoria, generosidade, e etc.) não se enumerassem a erudição e a familiaridade com as letras.

²³ Salústio (*Jug.* 85.29-30) escreveu que, durante a realização de uma assembleia do povo, o “*homo novus*” Mário havia proclamado que não possuía *imagines* ou triunfos de seus antepassados para exibir, mas sim as

percepção parece condizente com aquilo que Aurélio Vítor registrou sobre si mesmo, ao indicar suas humildes raízes e asseverar que havia atingido uma vida honrosa em função de seus estudos (cf. *Hist. abbrev.* 20.5).

A auto-representação que Aurélio Vítor forjou nos conduz a um ponto que, igualmente, dizia respeito às concepções nutridas pelos romanos acerca dos “bárbaros”. Salmon (1984, p. 86) argumenta que, ao contrário do mundo helênico, em Roma seriam as virtudes e os vícios individuais, em última instância, que consistiam no elemento primordial a distinguir o “romano” do “bárbaro”. Disto resultaria a possibilidade de que o “bárbaro”, pois, viesse a se confundir com qualquer varão livre que nascesse em solo imperial, ou seja, com o cidadão romano após 212. Nestes termos, o imperador Maximino, o Trácio, um “romano” do ponto de vista político-jurídico, se mostraria tão “bárbaro” quanto os germanos contra os quais havia lutado, uma vez que estaria privado dos *mores maiorum* e da cultura letrada, apanágio da civilização simbolizada por Roma. Um “*parvenu*” como Aurélio Vítor, no século IV, nutria todo o interesse em relativizar a mácula originária que o separava dos homens bem nascidos, os *boni* em sentido estrito. Portanto, a origem social em si não poderia equivaler a um obstáculo intransponível para a aquisição das boas qualidades que se preconizavam para o exercício do poder imperial – e que, igualmente, definiriam um “ser romano” ideal.

Neste ensejo, julgamos lícito apontar que, aos olhos de Aurélio Vítor, a ascensão do “quase iletrado” (e não do “bárbaro” de origem²⁴) Maximino, o Trácio, marcava a transgressão das fronteiras entre a “*romanitas*” e o “*barbaricum*”. O “imperador-soldado” expressaria a indistinta mistura dos “*boni malique, nobiles atque ignobiles, ac barbariae multi*” (cf. *Hist. abbrev.* 24.9). Moralee (2008, p. 71) explica que, no seio das *Historiae abbreviatae*, a irrupção do vulgo e dos bárbaros, em detrimento dos “*boni*”, comportava um notável rompimento em relação ao passado.²⁵ Todavia, a imagem de “barbarismo” também

---

cicatrizes de seu corpo, que assinalavam a nobreza que conquistara em razão dos perigos que tinha enfrentado no campo de batalha.

²⁴ Heather (1999, p. 241) reitera a perspectiva de que “*there was no overriding ethnic content, for instance, to concepts of romanitas*”. Desta forma, ao menos teoricamente, a aquisição de uma educação retórica tornaria possível que um indivíduo emergisse do “barbarismo” rumo à “romanidade”. Tal ponto de vista pode ser verificado no texto de Aurélio Vítor.

²⁵ Mazzarino (1991, p. 15-16) alega que os romanos alimentavam uma ideia de decadência como resposta àquilo que avaliassem como uma “crise”, isto é, uma época em que se julgasse que novas formas substituíam as antigas. Continua Mazzarino ao garantir que essas concepções, entretanto, abrangeriam conteúdos difusos, entre os quais poderíamos enumerar, no decorrer da Antiguidade Tardia, a ótica de “morte do mundo clássico”. Esta, no entender dos antigos, se relacionaria tanto com o “declínio de valores e das formas sociais no interior” do Império quanto com o “aparecimento de germanos, eslavos e árabes de fora das fronteiras” romanas. Em linhas gerais, a própria historiografia moderna, até os meados do século XX, oscilou entre esses dois tipos de explanação. Haveria, portanto, uma explicação causal interna, que se somava a uma de caráter externo. Como se vê em *Hist. abbrev.* 24.9, Aurélio Vítor indica que muitos bárbaros se cruzavam com os *ignobiles* que tomariam para si o controle do Estado romano. Nos termos do discurso do historiador, o “fator externo” seria internalizado,

acompanharia um dos sucessores de Maximino, o Trácio, na sequência do texto de Aurélio Vítor. Ao contrário daquele, no entanto, tratar-se-ia de um imperador advindo de uma das mais célebres famílias²⁶ da península Itálica: Licínio Galieno.

2.2 Galieno e a (quase) ruína do Estado romano

O reinado do imperador Galieno equivale a um ponto emblemático na narrativa das *Historiae abbreviatae*. O período compreendido entre 253 e 268, no qual Galieno ostentou a púrpura, recebeu especial atenção por parte de Aurélio Vítor, em que pese a natureza abreviada de seu relato. Contudo, o historiador compôs um painel verdadeiramente sombrio acerca da era de Galieno, de maneira que a transforma em “*une sorte de tableau d’ensemble de la grande crise du troisième siècle*” (DUFRAIGNE, 1975, p. 167).

Autores como Eutrópio salientariam que o filho de Valeriano “primeiro regeu o Império com êxito”, para em seguida complementar que “ao final [governou] de maneira perniciosa”. Eutrópio afirmou ainda que Galieno “durante muito tempo foi plácido e tranquilo, logo depois, se abandonando a todo tipo de lascívia, soltou as rédeas do governo por desídia e desesperança” (Eutr., 9.8.1)²⁷, conduta esta que provocou a insurgência de Póstumo, nas Gálias, e Odenato de Palmira, no *limes* oriental, a fim de que o Império fosse salvaguardado (Eutr., 9.11.1).

Já o autor da *HA* se mostrou ainda mais incisivo em relação a Galieno. Diz-se que o monarca “[...] desperdiçou seus dias e noites no vinho e na devassidão e permitiu que o mundo fosse devastado por usurpadores em número de vinte, a ponto de até mesmo mulheres governarem melhor do que ele” (*HA, Gall.* 16.1). Ademais, Galieno teria se regozijado ao saber do falecimento de Valeriano, pois que a morte de seu pai garantia a ele a condição de único imperador. Porém, ao assumir o trono, causou a ruína da *res publica*, em razão do modo de vida que cultivava (*HA, Gall.* 1.1). Por fim, à falta de *pietas* se adicionava a crueldade,

---

na medida em que homens como Maximino, o Trácio, alheios aos valores culturais romanos (embora nascidos em áreas provinciais), assumissem o poder imperial.

²⁶ Como apontado pelo próprio historiador, ao mencionar que o pai de Galieno, o imperador Valeriano (253-260), precedia de “ilustre estirpe (*genere claro*)” (*Hist. abbrev.* 32.2).

²⁷ Eutrópio se norteou por um pressuposto bastante comum, no que tangia ao *topos* do tirano entre os autores greco-romanos: aquele do promissor início do monarca, que paulatinamente desvelava o seu caráter desvirtuado e corrompido (cf. SCHEID, 1982, p. 179).

traço dos mais salientes que se observaria no comportamento de Galieno, de forma tal que todos o temiam (*HA, Tyr. Trig.* 9.3; 26.1).

Aurélio Vítor reproduziu um quadro similar. Galieno, amigo “de rufiões e amantes do vinho”, não passaria de um “líder covarde”, cuja negligência provocou uma série de tumultos em diferentes províncias romanas (cf. *Hist. abbrev.* 33.6; 33.17). Mas, ao contrário das demais fontes, somente as *Historiae abbreviatae* tocaram em um intrigante fato. Aurélio Vítor revelaria que

certamente aos senadores, além do mal-estar geral do mundo romano, os incitava o ultraje à sua própria ordem, pois [Galieno] foi o primeiro que, por medo de sua própria indolência e de que o poder imperial passasse para as mãos dos nobres mais distintos, proibiu os senadores de seguir a carreira militar e servir ao exército (*Hist. abbrev.* 33.33-34).

Em *Hist. abbrev.* 37.5, o historiador viria a retomar esse tópico, sinalizando que a referida proibição decorreria de um ato jurídico, quer dizer, de um pretense edito promulgado por Galieno (*Gallieni edicto*). Ou seja, o veto lançado aos senadores configurava, segundo Aurélio Vítor, um indício nítido acerca do caráter deturpado do príncipe, que teria promovido uma injúria à *dignitas* da preclara ordem senatorial (ANTIQUEIRA, 2011a, p. 123).

Den Boer (1972, p. 75-76) propõe que a tradição histórica, de raiz latina, veiculada por Aurélio Vítor no tocante ao reinado de Galieno, fundamenta-se em três fatores. O primeiro concerniria ao já mencionado “edito”, que teria motivado a aversão dos senadores em relação à memória do soberano.²⁸ Em segundo lugar, a nobreza romana ter-se-ia indisposto com o imperador pelo fato de Galieno ter contribuído para a perda da importância da *Urbs* enquanto centro político do Império, considerando-se que as operações militares de Galieno tiveram como base a cidade de Milão. E, finalmente, a política de tolerância religiosa favorecida por Galieno, que interrompeu o ciclo de perseguições aos cristãos (como empreendido por Décio e Valeriano), teria desagradado aos membros de uma Cúria romana que, nos meados do século III, era quase que totalmente pagã. Sendo assim, a representação negativa que as

---

²⁸ A despeito da dificuldade em se estabelecer a historicidade do edito de Galieno, cabe sublinhar que certas evidências epigráficas apontam que, nos anos 260, tornou-se corrente a substituição dos legados senatoriais por prefeitos equestres, no que se referia ao comando das legiões. Neste sentido, a exclusão dos senadores configurou uma medida técnica, que visava assegurar maior eficácia às empresas bélicas romanas, em um contexto em que a conjunção de ataques externos e a eclosão de várias revoltas internas demandava a adoção de novas práticas, por parte do *Augusto* legítimo, a fim de garantir a unidade do Império. Logo, o possível edito não objetivava, de maneira deliberada, enfraquecer politicamente a ordem senatorial. Os integrantes desta, porém, embora mais afeitos às letras do que às armas, jamais aceitariam de forma plácida tal interdito, na medida em que a proibição se chocava com o orgulho “de casta”, com o apego aos valores marciais que faziam parte dos *mores maiorum*. Neste caso, era imperativo que a memória de Galieno fosse vilipendiada (ANTIQUEIRA, 2011a, p. 134).

Historiae abbreviatae (e mesmo outras fontes latinas do século IV) trazem acerca de Galieno se alicerçaria na desafeição acalentada pelos integrantes do Senado de Roma diante de um monarca cujas ações políticas e militares contrariaram os seus interesses.

Devemos, no entanto, matizar os argumentos apresentados por den Boer. A partir da segunda metade do século III, as necessidades defensivas impeliram os *principes* a se fixarem em cidades próximas às fronteiras mais ameaçadas. Imperadores como Aureliano e Probo, aos quais Aurélio Vítor devotou, em linhas gerais, uma narrativa favorável, seguiram uma política orientada em função das demandas militares e, pois, passaram a maior parte de seus reinados em áreas provinciais, e não na cidade de Roma. Portanto, isto não conforma uma marca peculiar do governo de Galieno, mas constituiu a regra também para os seus sucessores.

Há que se destacar que o historiador informasse que Galieno “havia partido da cidade de Roma”, como se vê em *Hist. abbrev.* 33.16. Contudo, essa constatação não nos permite ratificar a proposta de den Boer. De acordo com Aurélio Vítor, Galieno somente deixou a *Urbs* para combater um de seus comandantes militares, Auréolo, que marchava em direção à cidade (*Hist. abbrev.* 33.17). Em verdade, a permanência de Galieno em Roma é vista como fruto da *socordia* do imperador, cuja apatia manteve-o afastado do campo de batalha. Neste caso, Galieno teria levado uma vida dissoluta no interior da cidade, enquanto que os bárbaros dilapidavam as províncias e os usurpadores gálicos extraíam-lhe parte da autoridade.²⁹

Finalmente, cabe pontuar a postura de Galieno em relação ao cristianismo. Nos primeiros dois séculos da era imperial, a perseguição aos cristãos assumiu uma faceta local e esporádica. Os magistrados urbanos, dada a ausência de uma política coerente emanada da corte imperial, agiram usualmente em resposta a agitações populares pontuais. Este quadro conheceria alteração significativa apenas nos meados do século III, a partir dos reinados de Décio e de Valeriano, que promoveram tentativas coordenadas, voltadas para todo o Império, no sentido de impor uma unidade religiosa; os “desviantes” cristãos, ao se recusarem a participar de atos sacrificiais ordenados por Décio, tornar-se-iam altamente suspeitos aos olhos das autoridades imperiais, tanto do ponto de vista “político” quanto “religioso”.

---

²⁹ Até os meados do século II, era corrente a noção de que a permanência contínua do *princeps*, na cidade de Roma, exprimia a quietude que vigoraria em todas as partes do território imperial (em que pese o fato de que as várias e extensas viagens do imperador Adriano contradissem tal percepção). Além disso, ainda no século I, era possível que grandes campanhas militares fossem empreendidas sem que o soberano acompanhasse as tropas, como foi o caso da guerra contra os partas durante o reinado de Nero, em que as forças romanas foram lideradas por Domício Córbulo. No entanto, aclara Millar (1982, p. 22) que uma alteração significativa se operou a partir da época de Marco Aurélio e perdurou até o final do século IV: preconizava-se que todo conflito bélico, fosse de natureza defensiva ou ofensiva, requeria a presença do imperador ao lado de seus comandados. Aurélio Vítor, ao condenar a reclusão de Galieno no interior da *Urbs*, fornecia uma evidência indireta acerca da perspectiva sublinhada por Millar.

Subsequentemente, os cristãos e sua igreja constituiriam um alvo primordial da perseguição levada a cabo pelo Estado (GADDIS, 2005, p. 32-33). Em 258, Valeriano enviou ao Senado uma *oratio* a fim de obter apoio da Cúria em sua campanha contra os cristãos, sobretudo aqueles que pertencessem às camadas superiores. O documento previa, notadamente, punições para os membros das ordens senatorial e equestre que professassem o cristianismo. De acordo com Haas (1983, p. 143), Valeriano ansiava por reforçar os rituais destinados aos deuses como forma de dirimir as crises econômica e militar que acometiam várias porções do território imperial na segunda metade da década de 250. A concretização da *pax deorum*, por sua vez, envolveria o firme restabelecimento dos cultos tradicionais no âmago dos grupos aristocráticos, em especial daqueles que residissem na *Urbs*, o centro concreto e simbólico da religião politeísta romana.

Em que pese, pois, o fato de o cristianismo ter se transformado, nos anos 250, em um fator que demandou uma atuação política que emanasse diretamente do núcleo do poder imperial – inclusive mobilizando o Senado, como vimos no parágrafo anterior –, resulta difícil assegurar em que grau a anulação das medidas persecutórias promulgadas por Valeriano teria estimulado, ainda na década de 260, uma oposição do *ordo senatorius* em relação a Galieno. Faz-se preciso relembrar que a perseguição aos cristãos somente voltaria a configurar um assunto de Estado ao final da época da Primeira Tetrarquia, quatro decênios mais tarde. Portanto, os sucessores imediatos de Galieno assumiram posição idêntica à dele, no que tangia à igreja cristã. Galieno, ao revogar os atos de seu pai, buscava canalizar todos os recursos à disposição no sentido de enfrentar as questões mais prementes de seu tempo: as invasões externas e as revoltas internas. O imperador “*had quite enough dissidents to deal with in the political and military arenas without creating more in the religious sphere as well*” (SOUTHERN, 2004, p. 81).³⁰

Zecchini (1993, p. 108), por sua vez, garante que esta tradição negativa respeitante a Galieno se desenvolveu nas primeiras décadas do século IV, em paralelo à abolição das celebrações do “*dies natalis*” do *diuus* Galieno. No mesmo período teria sido formatada a *KG*,

---

³⁰ A época de Galieno se caracterizava por grande complexidade. Filelênico, Galieno procurou efetivar um programa político e cultural baseado no retorno aos valores do helenismo, promovendo, por exemplo, os mistérios de Elêusis como forma de conferir prestígio ao paganismo greco-romano. Paralelo a isto, decretou, como vimos, o fim da perseguição que Décio e Valeriano haviam lançado contra os cristãos. Além disso, Galieno implementou reformas na estrutura do exército imperial e nas estratégias de combate, algo que contribuiu enormemente para a ascensão política e social dos oficiais advindos das províncias danubianas, pouco afinados com as práticas culturais e religiosas incentivadas pelo imperador. Galieno havia buscado, porém, enquadrá-los dentro da perspectiva de que defendiam um Império cuja razão de ser se encontrava em uma cultura mais refinada, filosófica e literária, e não apenas nos valores marciais. Em resumo, Galieno dependia da solidariedade dos “ilíricos” a fim de resguardar a importância da Itália e de Roma (GAGÉ, 1975, p. 830-831).

que veicularia uma apreciação negativa sobre Galieno e influenciaria autores como Aurélio Vítor. Ainda de acordo com Zecchini, Constantino teria intervindo diretamente nos registros dos “*natales Caesarum*”, ação que resultou em uma releitura do passado romano, própria de um soberano que se via enquanto “refundador” do Império, e que teria excluído as festividades relativas aos *diui* Cláudio, Caracala e Galieno, entre outros.

De toda maneira, as *Historiae abbreviatae* fornecem uma visão funesta acerca dos anos em que Galieno esteve à frente do Império. Assim sendo, um sombrio portento se observaria por ocasião da ascensão do imperador, como informa Aurélio Vítor:

O Senado nomeou o filho [de Valeriano], Galieno, como *César* e imediatamente o Tibre, no pico do verão, transbordou como se parecesse um dilúvio. Os adivinhos predisseram [que se tratava de] algo pernicioso ao Estado (*perniciosum rei publicae*) por causa do caráter vacilante (*fluxo ingenio*) do jovem, pois que [Galieno] ao ser chamado, veio da Etrúria, de onde corre o mencionado rio (*Hist. abbrev. 32.3-4*).

Enjuto Sánchez (2004, p. 149) esclarece que os autores antigos, ao exporem um acontecimento ou reflexão partindo de uma referência a um presságio qualquer, buscavam predispor o “*lector a ver en la narración posterior sucesos poco habituales, fuera del orden cósmico de las cosas, siendo dichos fenómenos las señales de que se ha trastocado dicho equilibrio que caracterizaba el mundo romano*”. Por isso, a subida anormal do nível do Tibre, fenômeno espantoso, assume na obra uma função precisa, a de antecipar o sentido dos eventos que seriam abordados na sequência imediata do texto, isto é, os desastres que se abateriam sobre o Império. Relatos deste tipo permitem que nos aproximemos das percepções que um historiador como Aurélio Vítor nutria acerca do poder e de suas formas de representação no interior dos círculos sociais “pagãos” (REQUENA, 2003, p. 87).

Feito isto, quiçá possamos enxergar no presságio que acompanha a elevação de Galieno uma crítica a seu pai, Valeriano, na medida em que este teria ignorado os sinais emitidos pelas divindades, que preconizavam a infelicidade que tomaria conta da *res publica* sob a autoridade de seu filho. A derrota e consequente morte de Valeriano, por obra dos persas comandados pelo rei Sapor I (cf. *Hist. abbrev. 32.5*), equivale na narrativa a um evento que Aurélio Vítor utilizou a fim de iluminar a validade da predição dos adivinhos.

Todavia, o historiador modelou o texto de tal maneira que não se vinculava ao *César* Galieno os signos de uma conduta repreensível. Como vimos, Aurélio Vítor diz que, após a ascensão de Valeriano, o Senado elevou Galieno à condição de *César*, associando-o a seu pai (cf. *Hist. abbrev. 32.3*). Durante o período em que o *Augusto* Valeriano se envolvia em uma

guerra “incerta e diuturna” contra os persas (*Hist. abbrev.* 32.5), Galieno combatia “vigorosamente” os invasores germanos na Gália (*Hist. abbrev.* 33.1). Quer dizer, enquanto subordinado ao imperador *senior*, Galieno teria demonstrado algum valor.

Ademais, Aurélio Vítor escreveu que Valeriano perdera sua vida no conflito contra Sapor I, ao sexto ano de seu governo (isto é, em 259). “Por volta da mesma época” (*sub idem tempus*), a notícia da calamidade (*clades*) ocorrida com Valeriano teria excitado os ânimos na Ilíria, para onde marchou Galieno a fim de suprimir as revoltas de Ingênuo e Regaliano (*Hist. abbrev.* 33.2). A vitória sobre os rebeldes ilíricos configura o único elemento louvável em meio à narrativa dedicada aos nove anos em que Galieno exerceu, segundo Aurélio Vítor, o poder imperial como o único *Augusto* reinante.³¹ Portanto, constatamos que, nas páginas das *Historiae abbreviatae*, Valeriano foi apresentado como um desafortunado imperador, que sucumbe ante os persas “em meio a uma traição” orquestrada por Sapor I. Logo, durante a longa guerra travada no Oriente, Valeriano não teria negligenciado as áreas ocidentais, uma vez que seu filho, o *César* Galieno, combatia com sucesso os germanos na Gália.

Com efeito, quando da chegada de Valeriano ao trono, em setembro de 253, Galieno foi agraciado com o título de *César*. Porém, muito provavelmente já no ano seguinte, seu pai o elevou à condição de *Augusto*, de modo que coube a Galieno a administração da parte ocidental do Império. Valeriano, por sua vez, encarregou-se da tarefa de velar pela proteção das áreas orientais. Províncias como a Síria e a Mesopotâmia atraíam a cobiça da dinastia sassânida que havia reconstruído o poderio persa no Oriente, ao passo que a Ásia Menor, em especial as cidades romanas banhadas pelo mar Negro, sofria com as recorrentes invasões perpetradas pelos godos.

Diante disso, cabe atentarmos para os relatos compostos por Eutrópio e pelo autor do *Epitome*. Em Eutr. 9.7.1, lê-se igualmente que Galieno recebeu as insígnias de *César* após a aclamação de seu pai. Todavia, Eutrópio considerou que o reinado de ambos teria sido “pernicioso”, e não apenas por causa do infortúnio de Valeriano – que envelheceria do modo mais desonroso possível, feito escravo por Sapor I – mas também pela “desídia” de ambos os governantes. Tornando *Augusto* depois da captura de seu pai, o “jovem” Galieno teria exibido um comportamento modelar de início, empreendendo grandes feitos em terras gálicas e

---

³¹ Em verdade, Aurélio Vítor também reportou que Galieno havia conferido a seu filho, Salonino, a dignidade de *César* (cf. *Hist. abbrev.* 33.3), ilustrando que o soberano teria compartilhado o poder com outro membro de sua família, mesmo depois do falecimento de Valeriano. Entretanto, a inserção do *César* Salonino na narrativa se limita a essa simples informação; nem mesmo foram assinaladas as circunstâncias relativas ao fim da vida do filho de Galieno, morto em Colônia quando da eclosão da revolta comandada pelo usurpador Póstumo em 260.

ilíricas; porém, pouco depois, viria a dar as costas ao solene dever de preservar o Estado romano (Eutr., 9.8.1).

O *Epitome*, por seu turno, traça um perfil mais acerbo sobre Valeriano, se comparado com Galieno. Valeriano foi retratado como “estúpido e assaz indolente, e inadequado para exercer qualquer ofício público devido aos seus feitos e capacidade de julgamento” (*Epit.* 32.1). Na sequência, ignora-se que Galieno teria sido nomeado *César*, informando-se que tanto o pai quanto o filho governaram o Império em conjunto e ambos na condição de *Augusti* (*Epit.* 32.2). Assim, prescindindo de maior exatidão cronológica, o *Epitome* lista o surgimento de diferentes usurpadores durante o reinado dos dois (*his imperantibus*) (*Epit.* 32.3). No tocante a Galieno, após a morte de seu pai, meramente se reporta a paixão desmedida que o soberano teria alimentado tanto por sua esposa quanto por uma concubina de origem marcomana. Por fim, o autor do *Epitome* relatou de que forma Galieno veio a falecer, dispensando comentários acerca da eventual mocidade do imperador, pois que se indicava corretamente que o mesmo morreu aos cinquenta anos de idade (*Epit.* 33.1-3).

Portanto, as *Historiae abbreviatae* não ecoaram essa tradição negativa a respeito de Valeriano, que se observa no *Breviário* eutropiano e, sobremaneira, no *Epitome*. Inclina-mo-nos a considerar que a derrota sofrida pelo pai de Galieno frente aos persas, em 259 ou no ano seguinte, determinou sua sorte nos meandros da tradição histórica pagã, na medida em que o inaudito aprisionamento de um governante dos romanos seria julgado como ignominioso. Contudo, Aurélio Vítor procurou dirimir o significado do revés de Valeriano. A morte deste, sendo assim, figura como o primeiro dos muitos desastres que consumiriam o mundo romano, como anunciado pelo portento assinalado em *Hist. abbrev.* 32.3-4. Por outro lado, a imagem de “bom *César*” que se projeta a respeito de Galieno, ressoaria igualmente a marcada hierarquização do poder imperial, em particular após a era tetrárquica. Os *Césares* estavam vinculados ao(s) *Augusto(s)* e a estes, em última instância, competiria a autoridade nominal sobre o Império como um todo.³² Neste caso, a bem-sucedida ação do *César* Galieno contra os germanos na Gália derivaria, implicitamente, dos *consilia* do *Augusto* Valeriano³³, de quem Aurélio Vítor diminuiria as faltas a fim de vilipendiar, em contraste, o filho Galieno.

³² Veyne (2002, p. 72) advoga que a concepção de poder que foi se sedimentando durante o período imperial conformava-se à sensação de que não havia senão um líder entre todos os romanos, singular por natureza. Essa ótica pode ser encontrada na referência que Aurélio Vítor estabelece acerca das relações mantidas no interior do colegiado tetrárquico, como se nota em *Hist. abbrev.* 39.29, e que se retrojeta na transmissão do poder de Trajano em favor de Adriano: “a partir de então, foi introduzido na *res publica* a separação dos títulos de *César* e de *Augusto*, de tal sorte que houvesse dois ou mais [detentores] do poder supremo *com nomes diferentes e potestades desiguais*” (*Hist. abbrev.* 13.12, grifo nosso).

³³ Esta perspectiva foi trabalhada, de modo explícito, em *Hist. abbrev.* 42.18-19. Neste trecho da narrativa, Aurélio Vítor supôs que as vitórias do *César* Juliano contra os invasores bárbaros na Gália se deviam também à

Eutrópio, no entanto, propôs outro ponto de vista. Elevado à dignidade de *Augusto* ainda jovem (*adulescens factus esset Augustus*), Galieno teria empreendido feitos notáveis na Gália e no Ilírico, aniquilando dois usurpadores, Ingênuo e Trebeliano (leia-se “Regaliano”). Depois, porém, o monarca teria se entregue à luxúria e, pois, o Estado romano ficaria à deriva (cf. Eutr., 9.8.1). Eutrópio se norteava por um prisma tradicional e recorrente acerca da juventude, tomada como sinônimo de leviandade e suscetível a bruscos câmbios. A maturidade, em oposição, trazia consigo sabedoria e prudência, e constituiria um elemento indispensável para um bom governante.³⁴ Logo, no entender de Eutrópio, os desatinos cometidos por Galieno poderiam ser esclarecidos em função da juventude do imperador.

Ora, Aurélio Vítor também se referiu à “*adolescentia*” do imperador.³⁵ Mas, em *Hist. abbrev.* 32.4, o enfoque do historiador recaiu, em especial, sobre o enigmático “*fluxum ingenium*” de Galieno e o presságio que o rodeia. Dufraigne (1975, p. 155) postula que a expressão utilizada por Aurélio Vítor tangia aos gostos homossexuais que a tradição histórica de viés senatorial havia insinuado em relação à memória de Galieno.³⁶ Em verdade, reputamos que não se pode ratificar com segurança a hipótese advogada por Dufraigne.³⁷ A nosso ver, no que diz respeito à passagem concernente ao “*fluxum ingenium*” de Galieno, a analogia construída entre o “caráter” do imperador e o curso do rio Tibre congrega um dado

---

fortuna e aos *consilia* do *Augusto* Constâncio II. Por isso, continuou o historiador, “isto importa tanto, de modo que Tibério e Galério, quando submetidos a outros [ie., Augusto e Diocleciano, respectivamente], alcançaram a maior parte de seus êxitos; por outro lado, sob os seus próprios auspícios e liderança, seus feitos foram menos parecidos”. Zecchini (1990, p. 354) sugere que o enaltecimento da figura de Constâncio Cloro, nos meandros da propaganda constantiniana, teria resultado na valorização do título e da posição de *César*, uma vez que o pai de Constantino exerceu o poder, nesta condição, ao longo de uma dúzia de anos, ao passo que reinou enquanto *Augusto* por pouco mais de um ano apenas. No entanto, a apreciação exposta por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 42.19 demanda que os argumentos de Zecchini sejam relativizados.

³⁴ Tal é a ideia que se lê em autores como Cícero (*Sen.* 6.17) e Tito Lívio (3.11.13). Na era imperial, Herodiano (1.1.6) também se guiou por tal perspectiva. Espinosa Ruiz (1984, p. 120) apregoa que as reflexões sobre a mocidade de Cômodo, como exibidas na obra herodiana, voltavam-se para o problema da tênue fronteira entre a tirania e o bom governo, da qual um jovem não conseguiria se aperceber.

³⁵ Galieno nasceu por volta de 218 e veio a falecer cinco décadas mais tarde (cf. *PLRE* 1, p. 383-384). Portanto, foi associado ao poder imperial quando contava com trinta e cinco anos de idade.

³⁶ Cf. *HA, Gall.* 13.3, versículo em meio a qual se postula que até mesmo uma mulher – em alusão a Zenóbia, do Reino de Palmira – governaria melhor do que Galieno. Para tanto, ver adiante, nota 38. Faz-se escusado sublinhar um elemento, no tocante ao reinado de Galieno, sobre o qual desconhecemos paralelo. Em algum momento entre os anos de 260 e 268, o ateliê monetário da cidade de Roma produziu uma série de *aurei* cujo anverso trazia a legenda GALLIENAE AVGVSTAE e apresentava uma efígie do imperador representado com atributos femininos, ainda que se mantivesse a barba. Para de Blois (1994, p. 174), “*in this way, Gallienus presented himself as an intermediate between God and humanity, capable of manifesting himself in both male and female form*”. Tal forma, “andrógina”, de expressão pública referente a Galieno poderia ter contribuído, de algum modo, para que se formatasse uma tradição que questionaria a virilidade do filho de Valeriano?

³⁷ Baseado na perspectiva defendida por Dufraigne, Neri (1992, p. 41-42) não apenas propõe que a noção envolvendo o “*fluxum ingenium*” guardava uma alusão à alegada homossexualidade de Galieno, como também visualiza uma possível conexão com a dinastia Constantiniana. Para Neri, Aurélio Vítor teria mencionado obliquamente a conduta homossexual de Galieno como forma de sinalizar uma prática similar que caracterizaria o comportamento de Constante na época do próprio historiador.

mais significativo. A longeva *gens* Licínia, a qual pertenciam Valeriano e Galieno, provavelmente era originária da Etrúria e teria migrado para a cidade de Roma ainda no século VI a.C.. A referência ao fato de que Galieno estaria entre os etruscos, quando os senadores concederam a ele o título de *César*, remeteria às raízes familiares do novo soberano. Neste caso, Galieno teria afluído da Etrúria para Roma, tal como fazia o rio (cf. *Hist. abbrev.* 32.4). Logo, do mesmo modo que o Tibre irrompia na *Urbs*, e muitas vezes suas águas apresentavam um fluxo incontável e causavam enchentes destrutivas, o caráter de Galieno seria impetuoso, dado a variações e, assim, indesejável em um *princeps*, pois que danoso para o Estado imperial.

Portanto, tendo em vista o fato de que Galieno teria abandonado o Império à própria sorte, o historiador ressaltou que “eclodiram guerras civis (*ciuiles motus*) de longe atrozes” (*Hist. abbrev.* 33.7). O primeiro dos levantes, segundo Aurélio Vítor, foi protagonizado por Póstumo, que combatia os bárbaros em território gálico (*Hist. abbrev.* 33.8). O usurpador, dotado de “conhecimento militar” (*belli scientia*), mostrou-se bem-sucedido ao repelir “uma multidão de germanos” (*Germanorum multitudine*). Nestes termos, a inaptidão do *Augusto* legítimo (Galieno) teria ocasionado as lutas intestinas que, principiando com a rebelião de Póstumo, se avolumaram naqueles anos.

No entanto, em que pese o fato de Póstumo representar um usurpador, Aurélio Vítor o valorou de forma positiva: o abominável comportamento de Galieno teria conduzido Póstumo à insurreição, a qual, pois, se encontrava justificada. Procedeu-se a uma legitimação da figura de Póstumo, como um modelo que se contrapõe a Galieno. Tal discurso se mostrava plausível em razão da própria natureza do sistema político imperial que, ao mesmo tempo em que abria espaço para um aspirante reclamar a púrpura em razão dos eventuais desvios cometidos pelo soberano “legítimo”, engendrava o risco de produzir sangrentas disputas com vistas à obtenção do *imperium*.

Sendo assim, versado na arte militar, Póstumo defenderia as Gálias diante do avanço dos bárbaros, à maneira de um bom imperador romano. Ademais, revelar-se-ia afortunado também nos combates internos, pondo em fuga um de seus oficiais militares, Leliano, que havia se rebelado contra ele. Somava-se a isto, por fim, o fato de que o apego de Póstumo à *clementia* custou-lhe a própria vida. Os soldados liderados por Póstumo se revoltaram e o assassinaram porque ele havia impedido que a cidade de Mogúncia fosse saqueada, malgrado a insistente pressão de seus subordinados para que o oposto ocorresse, visto que os habitantes da referida localidade teriam fornecido suporte à investida de Leliano (*Hist. abbrev.* 33.8).

Galieno, pelo contrário, passaria por um processo de “barbarização” no decorrer da narrativa. O êxito alcançado contra os rebeldes ilíricos, julgou Aurélio Vítor, iria além das expectativas nutridas pelo próprio Galieno; este passaria a agir de forma “descuidada, como supõe aos homens em circunstâncias favoráveis, e, por assim dizer, entregou à ruína o mundo romano (*rem Romanam quase naufragio dedit*)” (*Hist. abbrev.* 33.3). Tamanha imprudência custaria caro, pois que um bom número de invasores externos, dentre os quais os godos, os “partas”³⁸, os alamanos e os francos, se apoderaria de várias regiões que integravam o território imperial.

O imperador teria se mantido, de acordo com o que se lê no texto, completamente alheio a esse quadro caótico, percorrendo tavernas em Roma, e “exposto à sua esposa Salonina e ao seu amor desonroso por uma filha de Átalo, rei dos germanos, denominada Pipa” (*Hist. abbrev.* 33.6). Como esclarece Roman (2001, p. 59), a tradição histórica latina no século IV fez de Galieno a antítese do ideal de “homem romano”. Nestes termos, nas *Historiae abbreviatae* o governante emerge como uma personagem grotesca, cuja covardia e indolência desvelaram-se funestas para todos os romanos. Isto é, ao invés de proteger seus concidadãos das investidas dos povos “bárbaros”, o imperador teria se unido carnalmente com uma concubina de origem germânica. O Galieno “*expositus*” à influência da esposa e até de uma bárbara equivale, logo, a um homem cativo diante das mulheres, que renega sua virilidade (CALLU, 2000, p. 198).³⁹

Concluimos que Aurélio Vítor empregou diferentes mecanismos a fim de “barbarizar” e, assim, desacreditar a figura de Galieno. O envolvimento deste com uma “princesa germânica” exprimiria a eliminação das barreiras geográficas, étnicas e morais que separavam os “romanos” dos “bárbaros”, na medida em que se assinalava a possibilidade de se gerar uma prole de sangue não romano no âmago da corte imperial. Moralee (2008, p. 71) argumenta

---

³⁸ Ou seja, os persas. Na mesma frase, Aurélio Vítor afirmou que o Oriente foi dominado por “bandidos” ou, antes, por uma “mulher”. Esta não é outra senão Zenóbia, esposa do rei Odenato de Palmira. Os palmiranos constituíram um reino quase autônomo, aliado de Roma, que se situava às margens da fronteira da Síria. As múltiplas frentes nas quais o exército imperial teve de se desdobrar nos anos 250-260 fizeram com que Valeriano, e depois Galieno, dependessem das forças de Odenato para recuperar e proteger a Mesopotâmia romana diante do avanço dos sassânidas. Assim, vastas parcelas das províncias da Síria e da Mesopotâmia foram governadas diretamente pelos palmiranos, enfraquecendo ainda mais a autoridade do poder central. Odenato faleceu no ano de 266 ou 267, e Zenóbia e seu filho Valabato vieram a sucedê-lo. Quer dizer, Odenato governou no Oriente durante quase todo o período equivalente ao reinado de Galieno; todavia, Aurélio Vítor ignorou-o e fixou-se apenas em sua mulher, personagem esta que o texto nem mesmo denomina. O historiador, desta maneira, pretendia realçar a *indignitas* de Galieno, pois que em um mundo centrado em valores marciais/masculinos, até mesmo uma mulher havia tomado para si uma fração das áreas imperiais. Para tanto, cf. Roman (2001, p. 32-33).

³⁹ Aurélio Vítor, portanto, sublinhou a ausência de *uirtus*, de masculinidade, por parte de Galieno. Talvez se possa, neste ponto, estabelecer alguma relação com o hipotético caráter efeminado do imperador, que Dufraigne concebe a partir do uso da expressão “*fluxum ingenium*”, como exposta em *Hist. abbrev.* 32.4.

que, embora os dias de um Arbogasto ou de um Estilício ainda não houvessem chegado, Aurélio Vítor refletia em sua obra o fato de as uniões interétnicas terem se tornado cada vez mais usuais no decorrer do século IV. O estabelecimento de laços entre Galieno e Pipa assinalaria, aos olhos do historiador, o rompimento das balizas que deveriam separar dois mundos distintos. A subserviência de um varão como Galieno, diante de uma mulher germana, ilustraria os perigos que a deterioração da elite romana poderia trazer para o seio da *res publica*. Já em *Hist. abbrev.* 24.9, a mescla indiscriminada de “*nobiles et ignobiles, ac barbariae multi*” fora apontada por Aurélio Vítor como sinal do declínio do Império depois do falecimento de Severo Alexandre. Tal seria a percepção que se aplicava, pois, à “vergonhosa” ligação que Galieno teria nutrido com Pipa.

Neste sentido, a mistura inadequada entre “romanos” e “bárbaros” conduziria ao caos político: eis porque as guerras civis, a começar pelo levante de Póstumo na Gália, se seguem depois de reportado o caso que envolvia o imperador e a “princesa bárbara” (cf. *Hist. abbrev.* 33.6-8).⁴⁰ No interior das *Historiae abbreviatae*, a conduta de Galieno (tal como a ascensão de Maximino, o Trácio) sublinha a inversão dos valores romanos e a presença, no seio da sociedade imperial, de elementos “não romanos”, concebidos como pertinentes a uma cultura efeminada ou “bárbara” em geral (MORALEE, 2008, p. 72).

Disto resultou que, após a morte de Póstumo, até mesmo um obscuro ferreiro, de nome Mário, se alçasse ao poder (*Hist. abbrev.* 33.9). Por conseguinte,

todas as coisas caíram ao extremo (*cuncta ad extremum reciderant*), de modo que para homens deste tipo [ie., da estirpe dos soldados que assassinaram Póstumo] o poder imperial e a honra de todas as virtudes eram objeto de zombaria. Daí, enfim, que se tivesse dito de brincadeira que não pareceria de modo algum assombroso se um Mário se esforçasse por reparar o Estado romano (*rem Romanam Marius reficere contenderet*) que Mário, de mesma profissão e fundador da linhagem e do nome, consolidara (*solidauisset*) (*Hist. abbrev.* 33.10-11).

Não surpreende que se ironizasse a ideia de que o usurpador “gálico” Mário, na condição de ferreiro (*ferri opifex*), almejasse restaurar o poderio romano. Pode-se concluir, igualmente que o nome da personagem tivesse sugerido a Aurélio Vítor a insólita noção de que o Caio Mário republicano havia sido um ferreiro.⁴¹ Shackleton Bailey (1981, p. 179)

⁴⁰ Nota-se, logo, uma curiosa dicotomia na narrativa. O usurpador Póstumo representaria um defensor da *romanitas* em face dos germanos que se dirigiam ao Império. Por seu turno, o Augusto legítimo, Galieno, propiciaria uma via de entrada para aquele povo, ao enamorar-se da filha de um rei germânico.

⁴¹ Dufraigne (1975, p. 161) acredita que se tratava, possivelmente, de um resquício da imagem pública que o usurpador objetivou promover acerca de si mesmo. L. Morgan (2006, p. 178) destaca que o estabelecimento de ilações entre determinados imperadores e figuras do excelso passado romano pode ser observado em diferentes

assegura que o fundamento dessa anedota reside nos sentidos literal e metafórico atribuídos aos verbos *reficere* e *solidare*, que o historiador utilizou na passagem em questão. Logo, soaria incoerente para Aurélio Vítor se o Caio Mário de Arpino tivesse sido, efetivamente, um ferreiro, à maneira de seu opaco homônimo do século III. Considerando que Aurélio Vítor julgasse que o vencedor de Jugurta havia, de fato, fortalecido o Estado romano, todo o teor sarcástico que se nota na comparação entre as personagens teria se esvaecido se, realmente, o Mário dos tempos da República tivesse sido um ferreiro. Isto teria representado, pois, um factível modelo para o ignóbil usurpador da época de Galieno.

A noção *exemplar* de história, comum entre os antigos, pressupunha que se concebesse o passado não somente como algo a ser emulado ou evitado, mas também, quando imitado, como um modelo cuja superação conferiria glória àqueles que assim procedessem (DEMANDT, 1982, p. 265). Todavia, ajuizamos que Aurélio Vítor não pretendeu formular um elogio ao usurpador Mário, por meio de uma alusão à possibilidade de suplantação de uma das mais notórias personagens da era republicana. Antes disso, porém, Aurélio Vítor indicava, mediante a referência à fugaz empresa do “*opifex*” que se fez imperador, o estágio deplorável em que os *mores* romanos haviam decaído ao tempo de Galieno, a ponto de até os homens mais ínfimos⁴² como o “ferreiro Mário” terem avaliado a si mesmos como virtuosos o bastante para reconstruir um mundo romano que, no passado distante, teria contado com os feitos de homens efetivamente insígnies.

Em verdade, Póstumo se mostrava como uma exceção em meio aos usurpadores “gálicos” retratados por Aurélio Vítor. Assassinado, o humilde Mário não teria governado por mais de dois dias; o seu sucessor, Vitorino, ainda que reunisse qualidade militares à altura de Póstumo, pendia para a luxúria. Reporta-se que, de início, Vitorino havia tentado coibir sua *libido*, mas que ao longo de seu reinado de dois anos “desonrou” muitas mulheres. Tamanho apetite sexual causaria sua queda, pois que, ao cobiçar a esposa do *actuarii*⁴³ Aticiano, este instigou uma conspiração entre a soldadesca que redundou no perecimento de Vitorino na cidade de Colônia (*Hist. abbrev.* 33.12). Por fim, as *Historiae abbreviatae* informam que a mãe de Vitorino, ao subornar as legiões, nomeia o governador da Aquitânia, o nobre Tétrico,

---

contextos, ao longo do século III. Syme (1983, p. 162), pelo contrário, julga que o vínculo formulado entre as duas personagens em questão seria fruto da mente engenhosa de Aurélio Vítor, hipótese esta que reputamos como a mais verossímil.

⁴² Como aclara MacMullen (1986a, p. 116), a deferência compunha um traço indelével da civilização romana, e todos os olhares se voltavam para o topo da pirâmide social. Logo, as hierarquias estavam claramente demarcadas e “*la distinction du supérieur et de l’inférieur [était] si fortement imprimée dans les consciences*”.

⁴³ O *actuarii* correspondia ao oficial militar encarregado, entre outras, da avaliação do montante das taxas em espécie a ser coletado, a nível local, por parte de magistrados eleitos pelas cúrias. A fiscalização de todo o processo de recolha das taxas também ficava a cargo dos *actuarii*.

para suceder a seu falecido filho. Em seguida, as insígnias de *César* também foram concedidas a Tétrico *junior* (*Hist. abbrev.* 33.14).

Contudo, o relato produzido por Aurélio Vítor acerca do “Império gálico” não se assentava em uma cronologia muito precisa. Tampouco Eutrópio exibiu um quadro mais exato (cf. Eutr., 9.9.1-3). Ambos veicularam a perspectiva de que Póstumo e seus sucessores emergiram ainda ao tempo de Galieno. De modo peculiar, Aurélio Vítor ressaltou essa percepção, ao inserir, após a menção feita à ascensão de Tétrico, um comentário a respeito dos esforços que um dissimulado Galieno teria empreendido na *Urbs* a fim de convencer a todos de que a *res publica* estava pacificada, por meio da promoção de jogos e de celebrações de triunfos como uma forma de comprovar aquilo que falseava (*Hist. abbrev.* 33.15).

No entanto, Galieno não conviveu com todos os *purpurati*, de Póstumo a Tétrico, que governaram uma parcela do Ocidente do Império por quase uma década e meia. Legendas monetárias indicam que Póstumo exerceu a *potestas* tribunícia por dez vezes, do que se deduz que tenha reinado entre 260, depois da morte do *César* Salonino, filho de Galieno, até meados do ano de 269. Neste ensejo, o sucessor “regular” de Póstumo teria sido Vitorino. Leliano e Mário não passariam de “pretendentes” que reclamaram o poder, por poucos meses, durante a transição entre os governos de Póstumo e Vitorino. Este, pois, deteria a púrpura até o início do ano de 271, e Tétrico e seu filho regeriam as Gálias por quase três anos, submetendo-se ao imperador Aureliano nos Campos Catalaúnicos (Châlons-sur-Marne) por volta do começo do ano de 274.⁴⁴

Do que se conclui que Galieno teve de lidar, de fato, com apenas um usurpador, qual seja, Póstumo. Portanto, na narrativa de Aurélio Vítor, a sucessão de cinco usurpadores “gálicos” ao tempo de Galieno, dentre os quais se enumerava um rele ferreiro e um militar dominado pela *libido*, visava realçar aos leitores a debilidade do imperador, bem como reiterar a ótica do soçobrar da *res publica* naquela época (cf. *Hist. abbrev.* 33.3).

Resta, porém, mais um ponto que carece ser analisado, no que respeita aos aspirantes ao trono ou aos rebeldes que emergiram durante o reinado de Galieno. Aurélio Vítor se limitou a apontar os usurpadores que surgiram nas regiões danubianas (Ingênuo e Regaliano) e gálicas (Póstumo e seus sucessores). Eutrópio (9.10.1) referir-se-ia aos acontecimentos que ocorreram nas províncias orientais, “em simultâneo” aos da Gália, de modo que se menciona a vitória de Odenato sobre os sassânidas, no bojo de uma campanha em que a província da Mesopotâmia foi recuperada e mesmo a capital persa, Ctesifonte, atacada. De maneira

---

⁴⁴ Baseamo-nos aqui no quadro cronológico estabelecido por Lafaurie (1964).

elogiosa, se apontaria que Odenato havia resguardado as fronteiras orientais do Império, em contraste com a negligência demonstrada por Galieno em relação aos seus deveres (Eutr. 9.11.1). Por sua vez, lê-se no *Epitome* que durante o reinado de Valeriano e Galieno tomaram o poder, dentre outros, Emiliano no Egito⁴⁵ e Valente, o “Tessalônico”, na Macedônia⁴⁶ (*Epit.* 32.4). O relato fornecido pelo *Epitome*, portanto, toca em alguns movimentos usurpatórios que explodiram no Oriente, enquanto que Eutrópio, no que tangia ao *limes* oriental, optou por valorizar as ações de Odenato frente aos persas.

Aurélio Vítor, no entanto, ignorou todos esses acontecimentos. O enfoque que as *Historiae abbreviatae* destinam, em especial, aos usurpadores gálicos, sinaliza uma perspectiva “latinocêntrica” a partir da qual a narrativa se fundamenta, voltada sobremaneira para os eventos e os problemas que concernissem mais diretamente às províncias ocidentais, de fala latina.⁴⁷ Entretanto, Cizek (1990, p. 12) alega que, desde Licínio Crasso e a derrota romana na batalha de Carras (53 a.C.) até as expedições lideradas por imperadores como Constâncio II, Juliano e Valente, os romanos centraram suas atenções nas regiões orientais, em razão da ameaça representada pela Pártia e, posteriormente, pelo renascido Império Persa governado pela dinastia sassânida, a partir da primeira metade do século III.

No entanto, julgamos lícito afirmar que o texto de Aurélio Vítor não confirma o ponto de vista defendido por Cizek. O que não quer dizer que o historiador teria se omitido no tocante à “questão persa”: as *Historiae abbreviatae* elencam diferentes incursões militares romanas, levadas a cabo contra os partas e os persas, no decorrer de quase quatro séculos. Atestava-se, inclusive, que áreas como a Mesopotâmia romana estavam “expostas quase que habitualmente à guerra contra os persas” (*Hist. abbrev.* 38.2). Todavia, ao contrário de autores como Eutrópio ou Festo, Aurélio Vítor não demonstrou ter concebido o poderio sassânida como o grande perigo que colocaria em xeque a existência da sociedade imperial

⁴⁵ Mússio Emiliano ocupava o posto de prefeito do Egito no momento em que um dos prefeitos pretorianos, de nome Balista (que acompanhava Valeriano na campanha contra Sapor I), designou um membro da ordem equestre, Fúlvio Macriano, como sucessor do pai de Galieno. Macriano recusou a honraria, mas proclamou dois filhos seus, Macriano *junior* e Quieto, como imperadores. Várias regiões do Oriente declararam apoio aos novos soberanos, incluindo o Egito e seu prefeito Emiliano. No outono de 261, Macriano *senior* e *junior* foram derrotados na Trácia por Auréolo, comandante das forças de Galieno, ao passo que Quieto pereceu em meio a distúrbios ocorridos na cidade siríaca de Emesa. Por fim, Balista foi morto durante um combate contra as tropas de Odenato de Palmira. Diante deste quadro, Emiliano não dispunha de alternativa senão rebelar-se contra Galieno e reclamar para si a púrpura. Contudo, em março de 262 Emiliano faleceu por ocasião de um ataque lançado pelas legiões enviadas ao Egito por parte do Augusto “legítimo”.

⁴⁶ A elevação de Valente ao trono igualmente ocorreu no contexto da usurpação dos Macrianos. Quando os Macrianos (*senior* e *junior*) marcharam rumo ao Ocidente, a fim de enfrentarem Galieno, forçaram a adesão do governante da Acaia e da Macedônia, qual seja, Valente. Este, porém, se recusou a aceitar as ordens dos dois usurpadores. No desenrolar dessas disputas políticas, entretanto, Valente teria sido proclamado imperador por seus próprios comandados. Pouco tempo depois, a sorte de Valente mudaria e os soldados que o haviam aclamado se encarregaram de eliminá-lo.

⁴⁷ Para tanto, ver Cap. 2, p. 136-137.

romana. Faz-se escusado indicar, por exemplo, que a vitória de Sapor I sobre Valeriano em 259 emerge minimizada na narrativa de Aurélio Vítor, como que subordinada ao presságio que concernia à nomeação de Galieno como *César*. Neste caso, o historiador sugeria aos leitores que a morte de Valeriano e o triunfo dos persas equivaleriam, pois, a um reflexo da ascensão de Galieno, em que os inimigos cumpririam apenas com um ruinoso destino que havia sido anunciado anteriormente.

Poder-se-ia objetar, reconheçamos, que um historiador como Aurélio Vítor não nutriria um maior interesse na composição de um relato mais detalhado acerca de uma derrota militar sofrida por Roma. Sendo assim, a comparação com a forma pela qual o historiador rememorou a vitória de Diocleciano e Galério diante dos mesmos sassânidas, entre 297 e 298, se desvela oportuna. Afirma-se que não se sabia por qual razão (*incertum qua causa*) Diocleciano se opôs ao avanço das legiões romanas para além dos limites da Armênia, região onde o rei persa Narseh se rendeu, juntamente com seus filhos e cortesãos (*Hist. abbrev.* 39.36-37). Se a dúvida soaria retórica, na medida em que o historiador asseguraria que “em verdade, a parte das terras que nos era mais útil foi, contudo, tomada” (isto é, se aprovava indiretamente a atitude de Diocleciano), os efeitos da conquista romana não teriam sido tão duradouros, uma vez que uma nova guerra por lá teria irrompido “recentemente”, motivada pela incessante busca por parte dos persas em recuperar o território que haviam perdido (*Hist. abbrev.* 39.37).

Nestes termos, não há vestígio algum da relevância que o sucesso obtido por Diocleciano e Galério implicou para o devir da história imperial.⁴⁸ Em suma, Aurélio Vítor procurou apenas assinalar a recorrência das incursões dos sassânidas (cf. *Hist. abbrev.* 38.2; 42.21) sem, porém, representar os persas como o inimigo por excelência. Isto nos ajuda a esclarecer porque as conquistas e os reveses vivenciados pelos romanos diante dos persas não correspondem a um tema dotado de maior importância, no interior das *Historiae abbreviatae*. O olhar de Aurélio Vítor, destaquemos, se voltava principalmente para a franja ocidental do Império. Deste modo, tornam-se mais claros os motivos que levaram o historiador a desprezar as informações relativas aos diversos usurpadores que emergiram nas províncias orientais nos inícios da década de 260, e que serviriam para reiterar o nefasto panorama elaborado acerca do reinado de Galieno, a quem Aurélio Vítor dispensou considerações das mais acerbas que se verificam em toda a sua obra.

---

⁴⁸ Os eventos de 297-298 se revelaram estratégicos para a estabilização das fronteiras romanas a leste, e ressoaram durante quase todo o século IV. As terras da Armênia acabaram submetidas à autoridade de Roma, fazendo com que o *limes* se estendesse até as margens do Tigre, algo que contribuiu para manter os persas a uma distância relativamente segura (CIZEK, 1990, p. 301).

Por fim, há de observarmos de que maneira as *Historiae abbreviatae* retrataram a morte de Galieno. Aurélio Vítor escreveu sobre o fim da vida daquele imperador lançando mão de diversos detalhes, ao contrário do que se vê no *Breviário* eutropiano (Eutr. 9.11.1) e no *Epitome* (33.2), textos estes que se restringiram à simples menção ao fato. Sendo assim, em *Hist. abbrev.* 33.16-17, lemos que o comandante militar Auréolo, em face da inércia exibida por Galieno, decidiu assumir a púrpura e avançar em direção à cidade de Roma, levando o imperador a finalmente deixar a *Urbs*. Todavia, Galieno derrotou o seu rival “junto a uma ponte que é nomeada a partir de Auréolo”⁴⁹, obrigando este a buscar refúgio em Milão (*Hist. abbrev.* 33.18).

Cercado no interior da cidade assediada por Galieno, Auréolo teria elaborado uma artimanha para que conseguisse afastar o seu rival. Em *Hist. abbrev.* 33.20-21, Aurélio Vítor expôs pormenorizadamente o artifício: forjou-se uma lista em que foram inscritos os nomes de comandantes e tribunos militares de Galieno, como se estivessem destinados à morte. Em seguida, a listagem teria sido projetada, “da forma mais oculta possível”, para além das muralhas que circundavam Milão. Desta maneira, Auréolo disseminou “o temor e a suspeita” nos homens cujos nomes se encontravam no apócrifo documento, que se acreditava ter sido divulgado por um descuido dos servidores de Galieno. Assim, seguindo as recomendações do futuro imperador Aureliano, os soldados que lutavam ao lado de Galieno simularam um ataque noturno ao próprio acampamento que haviam erguido nas proximidades de Milão, como se as tropas de Auréolo tivessem invadido, de forma sorrateira, o lugar em que estavam instaladas as tropas de Galieno. Em meio à confusão, Galieno foi retirado de sua tenda e “atravessado por uma lança de um desconhecido, por causa da escuridão”.

As circunstâncias que envolvem o falecimento de Galieno guardam imensa semelhança com o relato concernente, por ironia, ao fim da vida de Aureliano, vítima de um complô na localidade trácia de Cenofrúrio (cf. *Hist. abbrev.* 35.8). Levando-se em conta que Eutrópio (9.15.2) e o autor do *Epitome* (35.8) reportaram o episódio referente à morte de Aureliano de uma forma bastante similar àquela que se observa nas *Historiae abbreviatae*, pode-se conjecturar que Aurélio Vítor modelou seu relato acerca do falecimento de Galieno a partir dos elementos, factíveis ou não, pertinentes ao assassinio de Aureliano. Seja como for, Syme (1983, p. 162) garante que a versão apresentada por Aurélio Vítor, a respeito da queda de Galieno, objetivava extrair toda responsabilidade que pudesse ser atribuída aos *duces* de

⁴⁹ O historiador referia-se à *pons Aureoli*. Construída sobre o Adda, rio que corta a região da Lombardia italiana, a ponte se situava a meio caminho entre as cidades de Milão e Bérgamo. No local da batalha, formou-se durante a Alta Idade Média uma pequena vila cujo nome derivava da “ponte de Auréolo”, isto é, Pontirolo.

raiz danubiana, em particular Aureliano, que de fato conceberam e executaram o plano contra Galieno no acampamento montado nos arredores de Milão.

Portanto, nas *Historiae abbreviatae*, o assassinato de Galieno se justificava, a ponto de a morte do imperador ter permanecido invingada, pois que não se sabia quem havia impetrado o ato ou mesmo porque tudo teria ocorrido em favor do bem comum (*bono publico*) (*Hist. abbrev.* 33.22). Feito isto, o historiador se voltou para a cidade de Roma, a fim de traçar um panorama sobre a reação dos senadores e do *populus* diante da notícia da eliminação de Galieno:

O Senado [...] decretou que aqueles que escoltavam⁵⁰ e os que eram próximos [de Galieno] fossem precipitados das escadarias Gemônias⁵¹, e é suficientemente aceito que um advogado do fisco foi conduzido à Cúria e teve os olhos extraídos como castigo, enquanto que a multidão que irrompera, em uníssono clamor, suplicaria à Mãe Terra e aos deuses infernais que dessem assento a Galieno em meio aos ímpios (*Hist. abbrev.* 33.31).

Os elementos trabalhados nesta passagem remetem às fontes que abordavam o período dos Júlio-Cláudios e as guerras civis do ano de 69. Suetônio (*Tib.* 75.1) relatou que certas pessoas em Roma, ao tomarem conhecimento da morte de Tibério, rogaram aos *Manes* e à Mãe Terra para que enviassem o finado imperador para junto dos ímpios. Aurélio Vítor, como se vê, se pautava em uma ideia similar para descrever a reação popular perante a morte de Galieno. Conforme den Boer (1978 apud GONÇALVES, 2008, p. 118), os clamores dirigidos à Mãe Terra configuravam uma fórmula solene que perdurou longamente entre os romanos, de modo que se solicitava que o condenado não se misturasse com os “bons mortos”.

Por sua vez, a menção ao suplício nas Gemônias possuía um precedente no interior da própria narrativa de Aurélio Vítor, conduzindo-nos ao efêmero reinado de Vitélio, “funesto desde o princípio” (*Hist. abbrev.* 8.1). Diz-se que Vitélio foi igualmente lançado das Gemônias, para que se pusesse um termo aos oito meses de sua tirania (*Hist. abbrev.* 8.6). Similarmente, Tácito (*Hist.* 3.85.1) e Suetônio (*Vit.* 17.4) indicaram que Vitélio havia recebido tal punição. Vale lembrar que a temática do sofrimento que cerca o fim da vida do “mau governante” oferecia, aos autores gregos e romanos, uma oportunidade para se explorar o significado e a relação marginal que se estabelecia entre o falecido e a sociedade à qual ele havia pertencido, ainda que as narrativas decorrentes não contemplassem estritamente a

⁵⁰ Aurélio Vítor remontava aos “*satellites*” de Galieno. Teria o historiador se referido aos integrantes da guarda pretoriana?

⁵¹ Localizadas na Colina Capitolina, as Gemônias se estendiam até o Fórum Romano, e foram utilizadas como local de execução na cidade de Roma, pelo menos até os primeiros séculos da era cristã.

historicidade dos fatos. A “paixão” do tirano, pois, corresponde a um elemento literário que compunha o *topos* retórico da “tirania” ao longo da Antiguidade greco-romana (SCHEID, 1982, p. 177).

Todavia, como esclarece Aja Sánchez (1993, p. 11), a modalidade de punição que Aurélio Vítor apontou em *Hist.* 33.31 representava um costume antigo entre os romanos, que remetia ao período republicano e se aplicava àqueles culpados por crimes como o parricídio ou atentados contra a coletividade (algo que o próprio Aurélio Vítor sinalizou em *Hist. abbrev.* 8.6, ao escrever que se pôs, “*parricidarum more*”, um laço em Vitélio). Os magistrados na República e, posteriormente, os imperadores, estariam sujeitos a tais castigos caso fossem declarados, objetiva ou subjetivamente, “*hostes publici*”. O emprego de tais *poenae*, ao desfigurar ou despedaçar o corpo do infrator, visava impedir a celebração de um funeral honroso ou mesmo destruir a individualidade do falecido, privando-o da aquisição de um “estatuto” entre os mortos.

Ademais, tratava-se de castigos que assumiam uma dimensão exemplar e ritual. Sendo assim, assinalavam o afastamento do supliciado em relação à comunidade e, para tanto, se desenrolavam em um espaço público, a fim de que todos se inteirassem do fato. A marginalização imposta por intermédio deste tipo de pena exprimiria, de modo simbólico, a impiedade (*impietas*) do transgressor. Dito de outra forma, o “inimigo público” parecia em meio a um ato que rompia com as convenções sociais, as mesmas que, em vida, não teriam sido por ele observadas. Tanto vivo quanto morto, o indivíduo castigado não integraria mais a ordem humana (SCHEID, 1982, p. 186).

O relato que Aurélio Vítor traçou no que respeitava à morte de Galieno carrega, porém, uma singularidade. Afirma-se que o imperador havia falecido próximo a Milão, ou seja, distante da *Urbs*. Portanto, ao contrário de Vitélio, o corpo de Galieno não poderia ser objeto desse tradicional expurgo ritualizado. Recairia, logo, sobre os ombros daqueles que “eram próximos” (*propinquos*) do monarca – familiares, servidores palacianos, e etc. – o castigo que, à primeira vista, caberia ao tirânico Galieno. Isto aclara, a nosso ver, os motivos que justificariam a mutilação de um dos advogados do fisco que serviam ao desvirtuado soberano. Além disso, podemos interpretar o castigo sofrido pelo *aduocatus fisci* como um mecanismo pelo qual o Senado e o *populus Romanus* teriam imposto, de maneira concreta, uma “*poena post mortem*” sobre Galieno, diante do fato de Cláudio, o Gótico, ter obrigado os senadores a deificarem o seu antecessor (*Hist. abbrev.* 33.27). Neste sentido, as ações impetradas por Galieno, a despeito de sua *consecratio*, receberam a devida sanção. Para Aurélio Vítor, a quase ruína da *res publica* fora, assim, expiada. Entretanto, a retórica da

decadência não se aplicaria apenas à época de Galieno, mas também daria o tom do discurso que o historiador elaboraria a respeito do tempo presente.

2.3 A cidade de Roma: microcosmo da decadência

“*El problema de la decadência* [...], diz Walbank (1987, p. 28), “*es en sus raíces un problema del hombre en sociedad*”. Como apontamos acima, Aurélio Vítor assinalou em seu texto o momento a partir do qual o mundo romano teria ingressado em um processo de declínio. O discurso decadentista, como observado na narrativa das *Historiae abbreviatae*, fundamenta o exercício interpretativo levado a cabo pelo historiador e, pois, o escrutínio do mesmo nos permite compreender mediante quais condições o texto adquiriria sentido. Sendo assim, compete-nos interrogar quais seriam os sintomas de decadência que o historiador haveria de diagnosticar, enquanto ator social, no que tangia ao contexto em que se inseria.

Tendo em mente tais pressupostos, pautamo-nos na constatação de que, malgrado o caráter sintético de sua obra, Aurélio Vítor mostrou-se atento a determinadas situações que concerniam, em especial, à cidade de Roma ao longo da época imperial. Assim, propomos que as formas de inserção da *Urbs*, no interior das *Historiae abbreviatae*, podem ser pensadas como um instrumento mediante o qual Aurélio Vítor procurou responder às transformações sociais que se processavam na época em que compôs sua obra, isto é, os meados do século IV.

Muito embora o historiador residisse em Sírmio ao tempo em que redigiu a obra, o seu texto comportava certos elementos que parecem direcionados a um público mais familiarizado com a *Urbs*, na medida em que portariam um sentido singular apenas para aqueles potenciais leitores que conhecessem o espaço urbano de Roma com alguma profundidade.⁵² Tal se verifica, à guisa de ilustração, na passagem em que o historiador indicou dois prodígios que teriam antecipado o fim da dinastia dos Júlio-Cláudios (*Hist. abbrev.* 5.17). Um deles se referia à morte de determinadas galinhas, “das quais havia muitas e tão brancas e aptas [para fins] religiosos que *atualmente (hodie) em Roma se reserva a elas um local*” (grifo nosso). Flory (1989, p. 352) diz que a ligação estabelecida por Aurélio Vítor entre as aves e a religião remetia a um dado espaço, localizado a oeste do monte Viminal, em que provavelmente

⁵² Talvez para uma fração do público, que reunisse a capacidade de compreender e de responder a dadas referências culturais, a topografia da cidade pudesse exercer um papel mais saliente do que a cronologia dos fatos, conquanto mecanismo a conferir inteligibilidade ao passado (EDWARDS, 1996b, p. 42).

existia um galinheiro, na metade do século IV, a fim de atender às necessidades das cerimônias rituais pagãs.⁵³

Além disso, as *Historiae abbreviatae* trazem informações acerca de eventos que diziam respeito à cidade de Roma em si, como se Aurélio Vítor estivesse a recolher parcos fragmentos de uma história local sob o domínio dos imperadores. Em *Hist. abbrev.* 30.2-31.1, o historiador destacou o fato de o *Augusto* Treboniano Galo e o *César* Volusiano terem se mantido em Roma, por causa de uma epidemia de peste que assolava a cidade no começo dos anos 250. Treboniano Galo e Volusiano teriam gozado de grande simpatia naquela ocasião, pois que se ocuparam das exéquias dos mais pobres com especial cuidado. As demandas dos habitantes da cidade também figuraram como o foco das atenções em *Hist. abbrev.* 35.7. Neste versículo, salientava-se o zelo com o qual Aureliano se encarregou da introdução do consumo da carne de porco na *Urbs*, para que a plebe romana não enfrentasse o problema da carestia de alimentos. Ademais, se reportava a supressão das denúncias fiscais e das acusações dos *quadruplicatores*⁵⁴, “que debilitaram lamentavelmente a cidade de Roma” (*quae urbem miserabiliter affecerant*), uma vez que os registros e os demais documentos relativos à questão teriam sido consumidos por um incêndio.

De modo similar, Aurélio Vítor sinalizou um episódio de transbordamento das águas do Tibre, como se verificaria por ocasião da chegada de Galieno ao poder (cf. *Hist. abbrev.* 32.3). No caso, o valor premonitório das enchentes do Tibre pode ser associado ao efeito mais primário que as cheias do rio causavam na cidade de Roma, isto é, a interrupção das atividades cotidianas, desde a circulação de pessoas até o cumprimento dos rituais religiosos

⁵³ Em fevereiro de 356, o imperador Constâncio II editou uma medida que previa pena capital para todos aqueles que comprovadamente se envolvessem com atos sacrificiais. Ao que parece, a lei foi direcionada, a princípio, para o prefeito pretoriano da Itália e da África, Flávio Tauro (cf. *CTh.* 16.10.6). Tilden (2006, p. 42) argumenta que a legislação antipagã promulgada por Constâncio II nos meados da década de 350 “*should probably be viewed [...] as overturning the apparently pagan-friendly approach of Magnentius and enforcing the rule of Constantius and with that, his religion*”. Todavia, é preciso recordar que a aplicação da lei passava pela ação diligente dos governadores de província e outros magistrados, entre os quais, naquele momento, se enumeravam ainda muitos não cristãos. Ademais, Watts (2011) ressalta que há uma vasta gama de indícios sobre a ocorrência de festivais públicos, ao longo de todo o século IV, em que se realizaram sacrifícios, sem mencionar que não se conhece registro de cidadão algum que tivesse sido acusado nos termos específicos da medida arrolada em *CTh* 16.10.6. Neste ensejo, a indicação feita por Aurélio Vítor ao lugar destinado às “galinhas brancas” em Roma comprova, de forma indireta, aquilo que Watts sublinha.

⁵⁴ A palavra “*quadruplicator*”, durante a República, foi invocada para designar ora os delatores de um crime público, que agiam durante um processo visando à obtenção, como recompensa, de um quarto dos bens do condenado, ora aqueles que iniciavam os processos, como nos casos de usura, em que o montante da punição alcançava quatro vezes a soma dos bens extorquidos (a *actio quadrupli*). O emprego do vocábulo, nas *Historiae abbreviatae*, não compreendia esses sentidos técnicos, que ao longo do período imperial viriam a se perder. “*Quadruplicator*”, pois, se tornaria um sinônimo de “*delator*”. No entanto, Rivière (1997, p. 595) afirma que, no texto de Aurélio Vítor, o vocábulo pode ser tomado como uma redundância, cuja utilização teria sido inspirada pelos usos que os literatos dos períodos republicano e alto-imperial fizeram do termo, ou como uma maneira de diferenciar os acusadores que lançavam processos criminais daqueles que exercessem funções fiscais em benefício do Estado imperial.

(ALDRETE, 2006, p. 92). Partindo desta ótica, os tumultos que, potencialmente, seriam provocados em Roma por causa da inesperada subida das águas tiberinas, se articulariam aos desastres que, durante o governo de Galieno, se abateriam sobre o *orbis Romanum* como um todo. Assim, escreveu Aurélio Vítor que

deste modo, como se o vento soprasse de todos os lados, se misturavam os mais humildes com os maiores, os inferiores com os superiores, por todo o mundo. E, *ao mesmo tempo, grassava em Roma uma peste*, que amiúde surge [em tempos de] graves inquietudes e desespero dos espíritos (*Hist. abbrev.* 33.4-5, grifo nosso).

A passagem acima esboça uma correlação que se observa em diferentes pontos da narrativa das *Historiae abbreviatae*: *Urbs et orbis* se confundiriam de uma forma tal que, nos meandros do discurso composto por Aurélio Vítor, a cidade de Roma reflete – ou, se assim se quiser, reproduz em uma escala reduzida – as condições em que o Império se encontraria em dado momento. Notamos que essa perspectiva é subjacente à descrição efetuada acerca do comportamento que Galieno teria demonstrado em face do caos que exauria os ânimos de todos os que habitavam o Império:

Em Roma, Galieno improbamente persuadia aqueles que não tinham ciência da calamidade pública de que tudo estava tranquilo, e também com frequência, como de costume em circunstâncias que se produzem de acordo com a vontade pessoal, foram organizados jogos e também celebrações de triunfos, como se confirmassem de modo manifesto aquilo que se tinha simulado (*Hist. abbrev.* 33.15).

Ora, o simulacro que Galieno alardearia em Roma, além de iludir a todos os que ignoravam as condições em que o território imperial se encontrava naquela época, engloba outro significado. A manutenção das ações que ordinariamente caracterizavam a vida na cidade, com os seus jogos e suas cerimônias de triunfo, guardava a implícita percepção de que, proporcionalmente, a paz vigorava em todo o Império. Ou seja, a simulação que Galieno teria empreendido adquire ressonância conquanto se concebesse a *Urbs* como um microcosmo, sobre o qual se projetaria o mundo romano em sua totalidade.

Feito isto, voltemo-nos para o reinado de um dos antecessores de Galieno, qual seja, Filipe, o Árabe. No que tangia ao governo deste, Aurélio Vítor enfatizou que “se celebrou, com jogos de todo o tipo, o milésimo aniversário da cidade de Roma” (*Hist. abbrev.* 28.1). Essa constatação propiciou uma oportunidade para que se estabelecesse uma conexão entre o passado e o presente:

E posto que o nome me [faz] recordar, *também em meu tempo (mea quoque aetate)*, durante o consulado de Filipe⁵⁵, depois de mil e cem anos não se celebrou o aniversário da cidade, como deveria suceder⁵⁶, com cerimônia solene alguma: *até o ponto de diminuir dia a dia o interesse pela cidade de Roma (adeo in dies cura minima Romanis urbis)*. Algo que, de fato, foi dado a conhecer naquele tempo [ie., à época de Filipe, o Árabe] por prodígios e presságios, dos quais gostaria de recordar brevemente um deles. Pois quando eram sacrificados alguns animais de acordo com as leis dos pontífices, no ventre de um porco apareceram os genitais de uma fêmea. Quanto a isso, os arúspices interpretaram como presságio da ruína dos pósteros e do recrudescimento dos vícios (*Hist. abbrev.* 28.2-5, grifo nosso).

Neste ponto do texto, Aurélio Vítor adicionou um novo elemento ao discurso decadentista que havia sido formulado em *Hist. abbrev.* 24.7-11. “Prodígios e presságios” anunciaram, nos anos em que Filipe, o Árabe, ocupou o trono imperial, “a ruína dos pósteros e o recrudescimento dos vícios”. Os mesmos portentos, ademais, prognosticaram que a cidade de Roma deixaria de suscitar o interesse, algo que seria comprovado pela ausência de celebrações a marcar, em 348, o milésimo centésimo aniversário da *Urbs*. Ainda que tais presságios tenham sido elaborados *post euentum*, no interior da narrativa de Aurélio Vítor acabariam por cumprir com uma função bastante significativa: o declínio dos valores romanos não se distinguiria do desinteresse perante aspectos tradicionais que concerniam à religião estatal romana. Um exemplo seria o festival da “Parília”, celebrado no dia 21 de abril, e que na era imperial havia perdido o seu caráter rústico e pastoril originário e se transformado, basicamente, na cerimônia pública em que se festejava o *dies natalis Romae*. Logo, os portentos observados ao tempo de Filipe, o Árabe, assinalavam que, no futuro – o qual, no texto, equivalia à época em que vivia o próprio Aurélio Vítor – se operaria uma ruptura com a ordem das coisas, evidenciada pela negligência para com a cidade de Roma e suas tradições.

Desta maneira, notamos nas *Historiae abbreviatae* os vestígios de uma concepção que, em dados momentos, teria angustiado os romanos no decorrer da Antiguidade, isto é, a ideia de um fim iminente tanto da cidade de Roma quanto de seu império (SORDI, 1972, p.

⁵⁵ Flávio Filipe, prefeito pretoriano do Oriente entre 344 e 351. Exerceu o consulado no ano de 348, ao lado de Flávio Sália. Homem vinculado à corte de Constâncio II, que o teria enviado em 351 para a Gália para que entabulasse negociações com o usurpador ocidental Magnêncio. Para tanto, cf. *PLRE* 1, p. 696. Na passagem acima, é interessante notar que Aurélio Vítor deixou latente o recurso retórico por ele utilizado. A ligação entre passado e presente se apoiava no fato de que um dos cônsules ordinários do ano de 348 era homônimo do monarca que havia regido o Império cem anos antes.

⁵⁶ Aurélio Vítor ressaltou a posição ímpar desfrutada por Roma ao reportar que os oitocentos, os novecentos e os mil anos da cidade, desde a sua fundação, foram comemorados “de modo admirável” (*Hist. abbrev.* 4.13), “com magnificência” (*Hist. abbrev.* 15.4) e “com jogos de todo o tipo” (*Hist. abbrev.* 28.1). A indicação de todos esses episódios contrasta com a inexistência de festividades, no tocante aos mil e cem anos, completados em 348. Amplificava-se, pois, a perspectiva de que o tempo presente (“meu tempo”, como coloca Aurélio Vítor) se caracterizava pela *impietas*. Por outro lado, sugerimos que as referências às celebrações de outrora exprimem, no plano da narrativa, a ideia de que o historiador cumpriu, simbolicamente, com o seu dever em relação à cidade.

781). Sob uma perspectiva mais estrita, Chenault (2008, p. 60) propõe que devemos compreender as lamúrias de Aurélio Vítor como reação em face do *status* marginal para o qual a *Urbs*, do ponto de vista político, foi relegada desde a segunda metade do século III.

Julgamos oportuno apontar que a noção acerca da debilidade da cidade de Roma, no século IV, seria reiterada pelo historiador a partir da menção a um fato ocorrido um decênio antes do ano de 348, e que dizia respeito à morte de Constantino no mês de maio de 337. Aurélio Vítor indicou que o referido imperador faleceu nas cercanias de Nicomédia, complementando, mediante o uso de uma perífrase, que “seu corpo [ie., de Constantino] foi enterrado na cidade que leva seu nome” (*Hist. abbrev.* 41.16-17). Em seguida, Aurélio Vítor descreveu a aflição que teria se abatido sobre os habitantes da cidade de Roma, diante da notícia de que Constantino havia sido inumado na antiga Bizâncio (*Hist. abbrev.* 41.17).⁵⁷ Do que se nota, por outro lado, uma recusa por parte de Aurélio Vítor em denominar, com todas as letras, a cidade de Constantinopla. Mesmo a referência feita à fundação daquela se revela lacônica. O autor limitou-se a reportar o fato de que Constantino, após sufocar a revolta de Calócero, “desviou enormemente sua atenção” para a tarefa de fundar uma localidade (*Hist. abbrev.* 41.12).

Faz-se escusado reconhecer que se focar no “não dito”, naquilo que o historiador não explicitou, resulta em uma arriscada tarefa. A princípio, o silêncio a respeito de algum evento ou tema poderia derivar do desconhecimento ou de uma supressão deliberada por parte do escritor, se este avaliasse, por exemplo, a matéria abordada como irrelevante para os seus propósitos. Contudo, esta assertiva se enfraquece diante daquilo que se lê em *Hist. abbrev.* 41.12 ou 41.17. A existência de Constantinopla não pôde ser ignorada. Por sua vez, há de se atestar que o autor de um compêndio, como Aurélio Vítor, poderia lançar mão de recursos retóricos como a omissão ou a síntese a fim de compor o seu discurso.⁵⁸

Porém, o emudecimento em relação à Constantinopla não condizia com a importância que a referida cidade amealhou a partir de meados do século IV, dado este que dificilmente escaparia ao conhecimento de um membro da “burocracia” imperial. Roman (2001, p. 472-

---

⁵⁷ O caráter da informação nos leva a crer que a mesma derivasse da prática da *autopsia*, método comum aos historiadores que, desde Tucídides, se ocupassem da escrita da história (quase)contemporânea. Van Dam (2009, p. 58-59) argumenta que, embora os *tricennalia* de Constantino tivessem sido celebrados em Constantinopla (sinalizando, pois, que a casa reinante se inclinava para a fronteira norte e oriental do Império), os habitantes de Roma alimentavam a expectativa de que o imperador fosse enterrado na *Urbs*. O Senado e o povo de Roma aguardaram, em vão, o traslado do corpo do falecido soberano, para que procedessem aos ritos usuais da *consecratio*. Isso extraiu dos senadores a tradicional prerrogativa de emitir um ajuizamento póstumo acerca dos imperadores, não obstante o Senado ter aprovado, algum tempo depois, um decreto reconhecendo a apoteose de Constantino, enumerando-o assim entre os *diui*.

⁵⁸ Como enfatizado por G. Kelly (2003, p. 588).

473) lembra que Constantinopla assumiria as feições de capital imperial somente com os filhos de Constantino. Quando este efetuou os rituais de consagração da cidade, fundada sobre o solo da antiga Bizâncio, Constantinopla se situaria enquanto símbolo maior da reunificação das duas partes, as de língua grega e latina, que formavam o Império, e que teria se concretizado após a vitória de Constantino sobre Licínio, no ano de 324. Mas esse mundo romano, ecumênico, se alicerçaria sobre novas bases: o cristianismo.

Entretanto, ao permanecer boa parte de seus últimos anos de vida em Constantinopla, o imperador Constantino reforçou a impressão de que o núcleo do poder romano gradualmente se deslocava para o interior das terras de fala grega. O equilíbrio simbólico entre “Oriente helênico” e “Ocidente latino”, que se articulava com a fundação de Constantinopla, não se aplicaria às realidades do poder. Por sua vez, Constâncio II, em particular, iniciou um vasto programa de edificações em Constantinopla, de uma envergadura tamanha que o orador Temístio (*Orat.* 3.40c) afirmaria que a cidade em questão pertencia, antes, a Constâncio II, e não a Constantino.⁵⁹

Portanto, uma série de alterações institucionais e administrativas, levada a cabo sob o governo de Constâncio II, findaria por conferir a Constantinopla os traços de efetiva capital imperial no Oriente. Constantino já havia instituído um Senado para a cidade, o que implicou a divisão da ordem senatorial em duas frações diferentes, a oriental e a ocidental. Porém, o Senado constantinopolitano se assemelhava ainda a uma cúria de um grande centro urbano. Os seus membros, por exemplo, foram agraciados apenas com o título de “*clari*”, em posição inferior se cotejados com os “*clarissimi*” que compunham a ancestral contraparte locada em Roma. No entanto, no ano de 357, ou mesmo antes, Constâncio II contemplou os senadores de Constantinopla com a “*clarissima dignitas*”, transformando o Senado da cidade em um órgão parelho e semelhante ao Senado romano. Em termos práticos, a elite senatorial foi cindida em duas partes que compreendiam interesses, filiações e relações com o poder imperial de natureza diversa.

Além disso, a partir dos anos 359-360, Constantinopla, que até então havia sido administrada por procônsules, ficaria sob a autoridade de um “*praefectus urbi*”, nos mesmos moldes do magistrado encarregado da administração da cidade de Roma. Ora, o Império

---

⁵⁹ Em verdade, Constâncio II envolveu-se em diversas campanhas militares, imperativo que o impeliu a permanecer por longas temporadas em diferentes cidades. Nos anos 340, assim como nos últimos dois anos de seu reinado, o soberano passou seus invernos em Antioquia, próxima à fronteira com o Império sassânida. T. Barnes (1980, p. 161), inclusive, chega a afirmar que a “ameaça persa” determinou quais os lugares em que Constâncio II veio a residir. Por seu turno, a revolta e usurpação de Magnêncio forçou Constâncio II a se revezar entre cidades como Sirmio e Milão. Em dezembro de 361, porém, os restos mortais do soberano foram sepultados em Constantinopla.

romano congregava uma sociedade de “ordens”, com hierarquias definidas. As distinções de “classe” ou estatuto social não somente eram regulamentadas por lei, mas se encontravam visíveis e perenemente reiteradas na vida cotidiana, por meio de padrões de comportamento e pela exibição de símbolos de *status*, como o uso do anel de ouro e da *toga laticlava* por parte dos senadores ou mesmo do *cingulum* adornado, no caso dos soldados (MATTHEWS, 2000, p. 434). Logo, o fato de Constantinopla ter se convertido, no decurso de uma geração, no local em que germinaria outro Senado⁶⁰, acarretava consequências de amplo espectro, na medida em a nova instituição garantia benefícios sociais e privilégios jurídicos a indivíduos e grupos que se encontravam excluídos do universo predominantemente latino composto por Roma e pelas áreas ocidentais (SKINNER, 2000, p. 370).⁶¹

Ou seja, em meio à ideologia dinástica da era constantiniana, Constâncio II figurava como aquele que havia dado continuidade às diretrizes do reinado de seu pai, como se consistisse em um *imitator Constantini*. Temístio (*Orat.* 4.58b) sublinhou os profundos vínculos que ligariam Constâncio II a Constantino, que se desvelariam, inclusive, por intermédio da elevação de Constâncio II à dignidade de *César*. Isto havia ocorrido em 8 de novembro de 324, no mesmo ano em que Constantino, subjugado o seu rival Licínio, deu início ao projeto de fundação da cidade que carregaria o seu nome. Saliente-se que Constantinopla fora escolhida, de modo consciente, para se tornar o centro político de uma dinastia, expressão tangível da aquisição, por parte de Constantino, do poder sobre todo o *imperium Romanum*, quando da derrota que impôs a Licínio. Portanto, “*Constantius’ political career [...] was intimately associated with his father’s eponymous city and so with the institution of Constantine’s new political order*” (HUMPHREYS, 1997, p. 451). Dito de outra maneira, a cidade de Constantinopla representava um local fortemente associado a Constâncio II e às mudanças políticas e culturais que se desenrolavam ao tempo em que as *Historiae abbreviatae* foram elaboradas.

Isto não significa, entretanto, que Constâncio II tivesse ignorado, por completo, a cidade de Roma. Mazzarino (2005, p. 709) afirma que o imperador nem sempre agiu em

---

⁶⁰ No entanto, vale lembrar que os senadores, fossem romanos ou constantinopolitanos, possuíam limitadas prerrogativas financeiras e jurídicas. Os *senatusconsulta* adquiriam força de lei somente após manifesta aprovação por parte dos imperadores. Com efeito, ambas as instituições gerenciavam recursos a fim de, basicamente, custear obras de manutenção e de abastecimento das cidades de Roma e de Constantinopla, além do financiamento de espetáculos e festividades públicas.

⁶¹ Significa dizer que, na condição de “capital” imperial, Constantinopla se situava enquanto “[...] *the expression of the arrival in the east of precisely the degree of sustained imperial presence that had been so manifestly lacking at critical junctures in the preceding century*” (SKINNER, 2000, p. 376). Ou seja, embora o Senado de Constantinopla não dispusesse do mesmo brilho, riqueza e peso simbólico que o seu congênere de Roma, exerceu uma influência política razoável, pois se encontrava no mesmo local que abrigaria, a partir da segunda metade do século IV, a residência dos imperadores no Oriente (CIZEK, 1990, p. 172).

conformidade com as diretrizes que marcaram a política de seu pai, sobremaneira aquelas que se verificam nos anos derradeiros do reinado de Constantino. Sendo assim, Constâncio II teria buscado alçar Roma “*all’ordine del giorno della vita imperiale*”. Para tanto, Mazzarino lista alguns motivos. O primeiro deles concernia a toda a importância inerente à *Urbs*, o que teria levado o monarca a oportunamente reverenciá-la. Por outro lado, é possível elencar razões de ordem prática. Talvez Constâncio II ansiasse por demonstrar o seu apreço pela *plebs* urbana de Roma que, ao contrário da *plebs* rústica da Gália, não demonstrou grande apoio ao usurpador Magnêncio, nem mesmo quando este, em fevereiro de 350, entregou o cargo de prefeito da cidade para um de seus aliados. Por isto, quando Constâncio II visitou Roma no ano de 357, teria rendido louvores aos habitantes da cidade mediante a retomada de uma antiga prática, a de agraciar os romanos com um suntuoso monumento. No caso em questão, se tratava de um obelisco egípcio que, a julgar pela inscrição que o acompanhava, teria sido originalmente destinado por Constantino para ornamentar a cidade de Constantinopla.

No entanto, Van Dam (2009, p. 137) argumenta que o próprio Constantino havia nutrido a intenção de oferecer, de fato, o dito obelisco para a cidade de Roma. Para Van Dam, Constâncio II teria distinguido a si mesmo na inscrição que constava no artefato, dando a entender que o seu pai havia desejado, pelo contrário, regalar os constantinopolitanos. Por meio de tal artifício, Constâncio II habilmente se afastava da figura de seu pai, e amplificava a sua autoridade em relação à cidade de Roma, ao mesmo tempo em que adotava medidas que solidificariam a posição de Constantinopla enquanto novo núcleo do poder imperial.

Neste ensejo, a relevância que a “cidade de Constantino e Constâncio II” vai amalhando, no momento em que Aurélio Vítor elaborava sua obra, se contrapunha à tradição romana, cujo símbolo maior correspondia, pois, à própria *Urbs Romae*. No entanto, “Roma” equivalia também a um Império. No século IV, as famílias nobres que residiam na cidade de Roma não ditavam, há muito, os rumos do *orbis Romanum*. No período republicano, o *imperium* de Roma sobre suas províncias revertia, sobretudo, em benefício do “centro” do sistema político – quer dizer, a cidade de Roma e, depois da Guerra Social (91-89 a.C.), a península Itálica. A modernamente denominada “crise da Itália”, a partir da segunda metade do século I, redundou não apenas no decréscimo demográfico e econômico da referida região, mas também no fim da hegemonia política dos itálicos. O abastecimento de Roma e da Itália, desde as origens do Principado, dependia de modo crescente da produção agrícola provincial, de modo que determinadas áreas tenderam à especialização do cultivo. Some-se a isso um aparato fiscal que se pautava nas aristocracias locais para a coleta dos tributos, e o caráter não

progressivo da taxao, para que a acumulao de riquezas se processasse, gradativamente, em favor das provncias, e no mais em benefcio do “centro” do sistema.

A ascenso ao trono imperial por parte de indivduos originrios das aristocracias no itlicas, bem como a prosperidade socioeconmica vivenciada nas reas provinciais em boa parte do sculo II, favoreceram a veiculao dos ideais de ecumenicidade que se associariam ao Imprio. Logo, ganhava fora a identificao entre “periferia” e “centro”, baseada na obedincia a um mesmo soberano, de modo que a participao na *ciuitas* romana perdia sua eficcia, at que finalmente a *Constitutio Antoniniana* resultasse na supresso, do ponto de vista legal, das diferenas entre “romanos de Roma” e “romanos das provncias”. Ademais, a medida promulgada por Caracala em 212 colaborou para sepultar a posio de Roma e da Itlia como nicas fontes definidoras da romanidade (SWAIN, 1997, p. 7).

Por fim, a provincializao da pennsula Itlica, empreendida por Aureliano e por Diocleciano, respondia “elevao dos custos com a complexidade do aparato poltico, militar e administrativo”, conforme as necessidades de gerenciamento dos conflitos que solapavam o mundo romano nas ltimas dcadas do sculo III. Neste caso, reduziam-se os benefcios retornveis sociedade (MENDES, 2002, p. 137), do que a situao em que se encontrava a Itlia a partir de fins do sculo III serve como exemplo. Cabe notar que Aurlio Vtor apontou uma das consequncias desse processo, perceptveis ainda em sua poca. Ao indicar a diviso administrativa do Imprio entre os tetrarcas (cf. *Hist. abbrev.* 39.30), o historiador explicitou que

por isso, deste momento em diante, o enorme castigo dos tributos foi imposto sobre parte da Itlia. Com efeito, ainda que todos [os quatro imperadores] conduzissem suas tarefas com a mesma moderao, a fim de que o exrcito e tambm o imperador [ie., Maximiano], os quais estavam sempre ou a maior parte do tempo ali, pudessem ser sustentados, foi introduzida uma nova lei de tributos. Esta, tolervel em funo da modstia daqueles tempos (*illorum temporum*), converteu-se na runa desses tempos (*his tempestatibus*) (*Hist. abbrev.* 39.31-32).⁶²

Embora no se voltasse diretamente para a cidade de Roma, Aurlio Vtor sinalizou o processo de enfraquecimento que o “centro” do Imprio vivenciaria em sua poca, em razo de uma cobrana desmedida de tributos. Outrora alvo das “*liberalitates*” dos imperadores,

---

⁶² Curran (2000, p. 46) escalsece que a Itlia foi dividida em 8 distritos administrativos por volta dos anos de 297-298. Os distritos a norte dos Apeninos equivaliam denominada Itlia *Annonaria*, regio esta que foi submetida cobrana de tributos, como indicado em *Hist. abbrev.* 39.31. Sendo assim, Aurlio Vtor compreendeu uma das bases da nova modalidade de taxao desenvolvida durante a Tetrarquia, qual seja, o fato de o recolhimento direto de tributos e o fornecimento de vveres para as tropas (a *annona militaris*) terem sido reagrupados em um nico sistema (MILLAR, 1986, p. 305). Eis porque a presena regular do exrcito em “parte da Itlia” redundou na aplicao de tributos para a referida rea.

Roma e Itália transformaram-se, nos meados do século IV, em uma região que comportava um peso menor na arena da *Realpolitik* durante a época tardo-antiga – do que a tributação de parte do território da península, como exposto nas *Historiae abbreviatae*, permite asseverar.

A questão trabalhada por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 39.31-32 se conjugava à sensação de pesar, demonstrada pelo historiador, diante da negligência para com a cidade de Roma, expressão máxima da *humanitas*.⁶³ Neste sentido, postulamos, à maneira de Chenault (2008, p. 62), que “[Aurelius] Victor perceived a relationship between what happened in Rome and the fate of the empire generally, so that events in Rome were not of merely local significance”.⁶⁴ Nas *Historiae abbreviatae*, pois, o devir da Roma imperial configura uma metonímia do declínio que caracterizaria, de modo generalizante, o mundo romano a partir do falecimento de Severo Alexandre, de acordo com o discurso formulado por Aurélio Vítor.

O historiador destacou, porém, uma iniciativa que antecederia à fundação de Constantinopla e que, igualmente, remontava a um período anterior ao reinado de Severo Alexandre. Em *Hist. abbrev.* 5.14, lê-se que Nero “havia buscado um novo local a partir de onde reinar, muito por instigação do legado dos partas”. Com essas palavras, Aurélio Vítor sinalizou uma possível tentativa de se transferir o núcleo do poder imperial para além dos limites do Lácio.

Em verdade, a supracitada passagem soa um tanto quanto obscura, em razão da quantidade de informações díspares que são condensadas em poucas orações. Sumariamente, Aurélio Vítor mencionou as intenções de Nero de destruir a cidade de Roma por meio de um incêndio, lançar animais ferozes contra a plebe e conferir punição semelhante aos senadores, não sem antes estabelecer uma nova capital imperial, ao que o historiador arrematou com uma anedota que ilustraria a natureza tirânica do principado de Nero. Talvez Aurélio Vítor tivesse obtido acesso a uma versão em latim do relato escrito por Dião Cássio (63.27.2), em que se apontava o suposto desejo de Nero de, uma vez reduzida a cinzas a *Urbs* e suprimido o Senado, se fixar na cidade fundada pelo macedônico Alexandre em terras egípcias.

As similitudes entre as informações contidas nas obras de Dião Cássio e Aurélio Vítor permitem supor que, nos séculos III e IV, propagou-se a ideia a respeito do ímpio projeto de

⁶³ Por *humanitas* entendemos a fusão entre a educação literária e o comportamento tido por propriamente humano, que distinguiria o varão civilizado do “selvagem” (VEYNE, 1992, p. 283). O conceito de *humanitas* não equivalia estritamente à *paideia* grega, embora mantivessem pontos em comum; a ideia de *paideia* excluía todo conhecimento e carga cultural que não fosse de raiz helênica. A *humanitas*, para os romanos, negava justamente a pretensão grega de monopólio da boa educação e da vida civilizada. Além disso, os *mores* ocupavam um lugar de destaque no interior da concepção de *humanitas*, que abarcava o sistema de valores éticos e políticos chancelados por uma tradição ancestral (WALLACE-HADRILL, 2000, p. 8).

⁶⁴ Desde Cícero, projetava-se na literatura greco-romana uma imagem acerca de Roma em que a cidade encapsulava o mundo “civilizado”, o território imperial como um todo (EDWARDS; WOOLF, 2003, p. 3).

Nero de se estabelecer em regiões a leste de Roma. Deste modo, o soberano se inscreveria em um rol de personagens, como Júlio César, Marco Antônio e Calígula, que a tradição histórica apregoava terem escolhido o Oriente como a terra em que pretendiam residir e, assim, sobre a qual passaria a se alicerçar o *imperium* dos romanos.

Ceausescu (1976, p. 97-98) lembra que os projetos efetivos ou os rumores concernentes à transferência da capital do Império⁶⁵ voltavam-se sempre para as áreas orientais, em especial o Egito. Alexandria, outrossim, surgia como cidade passível de ocupar o distinto lugar de Roma. Anteriormente, a dinastia helenística dos Lágidas havia impulsionado a noção de que a cidade de Alexandria, núcleo político e econômico de um território excepcional, equivalia a “capital” do mundo conhecido. Embora Aurélio Vítor não estabelecesse alusão alguma à Alexandria ou ao Egito como um todo, subsiste em sua narrativa, ao menos, uma carga orientalizante, representada pelo legado da Pártia que teria proposto a Nero que abandonasse a cidade de Roma (cf. *Hist. abbrev.* 5.14). Ora, a personagem de origem parta situar-se-ia como um elemento dissoluto⁶⁶, que teria instigado o imperador/tirano a acalentar o infame ato contrário aos *mores*.

Insistamos nesse ponto. O estabelecimento do núcleo do poder romano em solo outro que não o da cidade de Roma configuraria uma ação frontalmente contrária aos valores imemoriais sobre os quais a *romanitas* se alicerçava. No caso de Nero, a transferência da capital imperial desnudava os traços tirânicos do monarca, uma vez que a substituição de Roma por outra cidade se daria em razão de um capricho pessoal. Logo, destituir o Senado e o povo romano do fundamento de sua existência equivalia a um ato que igualaria o imperador Nero ao legado parta, ou seja, ao “não romano”.

Mas se a emergência de uma nova capital a sobrepujar Roma decorreria das ações indignas de um Nero, de que maneira poderia Aurélio Vítor referir-se à cidade de Constantinopla, profundamente conectada ao imperador reinante, Constâncio II? Salientemos que a “cidade de Constantino” derivaria não menos de um anseio pessoal, de tal monta que inclusive carregava o nome de seu próprio fundador – e não havia algo que se afastasse mais

---

⁶⁵ Por “capital do Império” referimo-nos à cidade de Roma; porém, poderíamos estender a concepção para a Itália como um todo, se partirmos de uma distinção entre “centro” (Roma e Itália) e “periferia” (as áreas provinciais) no interior do sistema imperial. Ainda que, após Diocleciano, a Itália tenha sido colocada no mesmo patamar que as províncias e, com a fundação de Constantinopla, a cidade de Roma não mais equivallesse ao centro político do Império, entre os habitantes da *pars Occidentis* perdurou a noção de que a *Urbs* figurava como o coração do mundo romano, malgrado todas essas alterações administrativas (INGLEBERT, 1996, p. 548).

⁶⁶ O elemento parta ou persa, tal como inserido no relato, se escorava na visão negativa que, desde longa data, se reproduziu entre gregos e romanos no que respeitava aos povos orientais e suas instituições políticas e formas de governo, bem como suas estruturas religiosas e práticas culturais (DIGNAS; WINTER, 2007, p. 1). Cf., porém, a menção que Aurélio Vítor efetuou, em *Hist. abbrev.* 40.14, acerca de Ciro, célebre rei persa. Para tanto, ver Cap. 3, p. 236, n. 84.

do preceito de bem comum (CEAUSESCU, 1976, p. 105).⁶⁷ Todavia, entre Nero e Constantino, se operaram grandes mudanças. Sabe-se que a fundação de Constantinopla se insere em um processo que remontava ao século III, o de enfraquecimento do papel político da cidade de Roma em comparação com outras localidades como Nicomédia, Sírmio, Trier, Milão ou Aquiléia, fruto das pressões quase constantes exercidas por povos externos nas áreas fronteiriças. Isto conduziu os imperadores romanos a permanecerem nas regiões acima elencadas, em detrimento da cidade de Roma. O foco da atividade político-militar imperial transferiu-se, pois, para a área reno-danubiana e, em seguida, para o entorno do Bósforo (MILLAR, 1992, p. 53), ao contrário do que se observava durante o reinado de Nero.

Ademais, faz-se oportuno ressaltar que, embora Constantinopla tivesse se tornado o local de residência de Constantino a partir de 330, os centros regionais supramencionados também retiveram sua importância. Constantino II, por exemplo, passou a residir em Trier ainda em 328 ou 329 e, na condição de *César*, dispunha de todo um aparato burocrático, civil e militar, a fim de assegurar a presença da casa reinante na fronteira renana (T. BARNES, 1981, p. 251). Sendo assim, no plano político, Constantinopla não se posicionava como o único lugar a eclipsar a cidade de Roma no século IV.

Diante deste quadro, o laconismo de Aurélio Vítor resulta significativo. E o mesmo pode ser afirmado no que respeitava a Eutrópio, que parece compartilhar o ressentimento de Aurélio Vítor em relação a Constantinopla, a ponto de igualmente não citar a cidade de modo nominal. Eutrópio limitou-se a escrever que Constantino “foi o primeiro que procurou elevar a cidade que leva seu nome à tão grande altura que a fizera rival de Roma” (Eutr., 10.8.1). Em que pese isto, faz-se necessário apontar uma expressiva diferença de ênfase entre os dois autores. Definida como “rival de Roma”, Eutrópio assinalou a importância adquirida pela cidade fundada no Helesponto, postura esta que não se observa nas *Historiae abbreviatae*.

Além disso, Aurélio Vítor não julgou inconveniente referir-se a outras cidades provinciais que porventura exibissem algum vínculo com a casa constantiniana. Por exemplo, em *Hist. abbrev.* 40.28, relata-se que Constantino reconstruiu a cidade de Cirta, na África, que havia sido destruída durante um cerco que o usurpador Domício Alexandre levantou

---

⁶⁷ Muito embora tal prática não constituísse um ato incomum no período imperial. O próprio Aurélio Vítor mencionou dois exemplos: Filipe, o Árabe, funda a cidade de Filipópolis em sua terra natal, antes de dirigir-se a Roma (cf. *Hist. abbrev.* 28.1) e Galério nomeia por Valéria (cf. *Hist. abbrev.* 40.10) uma das províncias que surgiram no território da antiga Panônia Inferior, criada a partir das reformas administrativas da era tetrárquica. “Valéria” correspondia ao nome de sua esposa, nada menos que a filha de (Valério) Diocleciano. A adoção do nome “Constantinopla” se inscrevia, sendo assim, em um conjunto de ações usuais ao tempo do Império: a reconstrução de cidades, por ordem dos soberanos, era sinalizada mediante uma alteração toponímica com vistas à perpetuação da memória do evergeta (SILVA, 2002, p. 13).

sobre a mesma, aproveitando então para rebatizá-la sob o nome de Constantina.⁶⁸ Vale destacar também uma das menções feitas a Cartago, no contexto do governo de Maxêncio, a quem o historiador referiu-se como um

[...] homem selvagem e inumano e ainda mais abominável por causa de sua grande devassidão (*libidine*), [que] ordenou devastar, pilhar e incendiar Cartago, a glória do mundo (*terrarum decus*), assim como as mais belas [terras] da África (*Hist. abbrev.* 40.19).

Na condição de “*terrarum decus*”, poderíamos supor que Cartago algo rivalizasse, no entender de Aurélio Vítor, com Roma. Em *Hist. abbrev.* 37.3, lê-se que Probo emulou uma prática que, segundo o historiador, havia outrora sido empregada pelo púnico Aníbal, qual seja, utilizar as tropas para o cultivo dos campos, como forma de dirimir os efeitos nocivos que o ócio da soldadesca poderia causar para o Estado. Quiçá as referências a Cartago e a Aníbal comportassem um apego do historiador em relação à sua *patria* local, a África, rotulada inclusive como “terra púnica” (*Hist. abbrev.* 40.17).⁶⁹ Bonjour (1975, p. 3) ensina que a lealdade à “*patria communis*” – a “pátria” cívica e política, em suma, o território imperial – não excluía o desabrochar de sentimentos “particularistas” em áreas municipais e provinciais, isto é, nas “*patriae naturae*”. Soava compreensível que Aurélio Vítor externasse sua afeição perante a região em que se encontrariam as suas raízes, postura esta que não se chocava com o pertencimento a uma unidade estatal supra-regional e com a aquisição dos direitos de cidadania romana. A partir de 212, o pertencimento político e jurídico ao Império, enquanto Estado unitário, e a identificação com a “pátria” local se justapunham, sem que se contradissem.

Ademais, ainda que tivesse sido um inimigo dos romanos, foi concedido a Aníbal um papel importante nos meandros da construção da memória acerca do passado republicano de

⁶⁸ Seria tal informação fruto de uma percepção direta realizada pelo autor? Sublinhemos também que Constantina representava outro exemplo de cidade que, assim como Constantinopla, continha um nome que remetia diretamente ao imperador. Isso não impediu Aurélio Vítor de citá-la nominalmente, ao contrário do incômodo silêncio reservado à Constantinopla. Cirta, tornada Constantina, exemplificava os esforços do imperador em publicizar o nome de sua família ao longo do território imperial e, assim, cristalizar seus intentos dinásticos. Ademais, o próprio Constantino ordenou que fosse erigida uma igreja na refundada cidade de Cirta/Constantina (VAN DAM, 2009, p. 112).

⁶⁹ Similarmente, Aurélio Vítor designou Cartago como “púnica”, ao reportar a reconstrução da cidade ao tempo de Marco Aurélio, pois que a mesma havia sido devastada por um incêndio (cf. *Hist. abbrev.* 16.12). Para Demandt (1982, p. 261-262), a pretensão de universalidade do Império romano promoveu alterações em meio à consciência histórica, impulsionando uma tendência de incorporação da memória dos povos que, no passado, representavam o inimigo conquistado por Roma. Assim, continua Demandt, se o “Aníbal” de Tito Lívio apresentava alguns traços repulsivos, ao longo da era imperial se observaria um imperador como Septímio Severo a ordenar que se reedificasse e se ornamentasse o eventual local em que o corpo de Aníbal foi sepultado (em Libyssa, na Anatólia) ou mesmo a existência de um sobrinho de Constantino que portava o nome de “Flávio Anibaliano”.

Roma. Neste sentido, Aníbal constituiria uma figura preta de significados para as camadas letradas que compunham a sociedade tardo-imperial. A elite culta no Ocidente do Império estava ciente de que o “sentir-se romano” envolvia o fato de se conhecer o passado da *Urbs*, que consistia em um forte referencial (MILES, 2003, p. 129). O ato de se familiarizar com a história de Roma, por seu turno, contemplava o célebre líder púnico, uma vez que as guerras entre romanos e cartagineses nos séculos III e II a.C. equivaliam a processos históricos cruciais no tocante à expansão político-militar romana na era médio-republicana.

Neste ensejo, Aurélio Vítor glorificava, antes do mais, a “Cartago” romana e imperial – ainda que cioso da herança púnica da cidade.⁷⁰ Faz-se oportuno recordar que a relevância crescente que Cartago alcançaria, sobretudo a partir de meados do século II (graças à posição estratégica que usufruía como local de embarque dos grãos do norte da África que se destinavam ao abastecimento de Roma)⁷¹, despertou a atenção de diferentes imperadores. Durante os reinados de Antonino Pio (138-161) e Marco Aurélio, foram levadas a cabo obras que ampliaram o perímetro central da cidade, aos pés da colina de Birsa, região que havia sido parcialmente destruída em virtude de um incêndio. Sob os Severos, parte dos impostos recolhidos na província foi restituída em benefício da construção de um novo aqueduto para a cidade. No início do século IV, Cartago ainda seria objeto da munificência imperial, a começar por Constantino, que fomentou uma série de reconstruções na cidade após os saques empreendidos por ordem de Maxêncio, para os quais, como vimos anteriormente, Aurélio Vítor mostrou-se atento (cf. *Hist. abbrev.* 40.19).

Posto assim, Miles (2003, p. 144) propõe a interessante ideia de que Cartago situava-se em uma posição especial no plano das mentalidades das elites educadas no Ocidente latino. Durante o período imperial, a Cartago romana exercia uma função importante no que tangia à cidade de Roma, e que não se restringia à sua condição de centro provincial e principal porto da África Proconsular. A existência de Cartago testemunharia, concretamente, a *concordia* assegurada pelo regime dos Césares. Os generosos recursos destinados à localidade africana, por parte de sucessivos imperadores, consistiam em um mecanismo por intermédio do qual esta *concordia* específica entre Roma e Cartago era amiúde reiterada. Portanto, a Cartago de

⁷⁰ Tal assertiva se encaixa à perspectiva advogada por Edwards e Woolf (2003, p. 16) de que as respostas das elites provinciais no Ocidente, em relação às localidades das quais eram originárias, foram filtradas a partir de pontos de vista que remontavam ao centro do sistema, isto é, a cidade de Roma e a toda uma tradição literária calcada na língua latina.

⁷¹ A dependência da cidade de Roma em relação a Cartago se tornaria ainda mais aguda no século IV, pois que as frotas que transportavam os grãos cultivados no Egito, partindo de Alexandria, passaram a ser desviadas para suprir a população da recém-fundada Constantinopla (JONES, 1964, p. 698).

Aurélio Vítor não rivalizava com a cidade de Roma⁷² e, enquanto “glória do mundo”, acabava por engrandecer o Império e, por conseguinte, dignificar a própria *Urbs*.

Diante do exposto, resta ainda um irresoluto enigma no interior da narrativa, e que atende pelo nome de Constantinopla. De acordo com Bird (1984, p. 64-65), as camadas sociais médias e superiores, sobremaneira no Ocidente, a teriam concebido como uma “cidade arrivista”, que havia usurpado a posição tradicional reservada à *Urbs*. Por outro lado, para as elites residentes no Oriente de língua grega no século IV, cidades como Roma e Cartago atraíam pouco interesse, pois que o foco estava voltado para a nova capital erigida no Bósforo e para lugares como Antioquia ou Alexandria (MILES, 2003, p. 145).

Para tanto, salientemos que a perspectiva veiculada por Aurélio Vítor acerca da história e a visão de “romanidade” que depreendemos da leitura de sua obra se relacionam àquilo que Inglebert (1996, p. 553) denomina por concepção “*latinocentrique*”, fruto do complexo processo de romanização política e latinização cultural que se desenrolou nas províncias ocidentais a partir do século III a.C.. As *Historiae abbreviatae* aliam a ênfase depositada sobre os *mores* e as *uirtutes* como traços distintivos da romanidade (e que remetem à *Urbs*, tida por excepcional desde as origens) aos elementos políticos e sociais próprios da era imperial, relativos a uma cidadania tornada comum a partir de 212. Deparamo-nos, pois, com um discurso simbiótico, em que se reconhecia a *maiestas* de Roma, cidade que conquistara o mundo, e se aceitava o Império romano, enquanto unidade política que, gradativamente, propiciou mecanismos para a integração e para a participação de seus habitantes na administração do próprio Estado – caso, recordemos, exemplificado pelo *numerarius* Aurélio Vítor, homem instruído na língua e na cultura literária latinas.

O historiador advinha de uma região que se caracterizava, no século IV, pelo fato de concentrar um bom número de cidades nas quais, malgrado o enfraquecimento das atividades urbanas nas províncias do Ocidente⁷³, ainda se inseriam certos grupos sociais cuja prosperidade econômica permitia a manutenção de certo nível de letramento. Mesmo uma pequena localidade como Iômnio, no litoral da Mauritânia Cesariense, possuía um “*magister*

---

⁷² Tampouco a “Cartago” que aparece em Ausônio de Bordeaux, poeta cuja formação intelectual também se desenrolou no Ocidente latino. O literato, contemporâneo de Aurélio Vítor, elencou a cidade de Constantinopla em seu *Ordo urbium nobilium*, mas competindo com Cartago pelo segundo lugar em relevância no interior do Império, pois que Roma se situaria acima de todas as localidades (G. KELLY, 2003, p. 589).

⁷³ Esse processo se conecta com as crises política, econômica e social que se verificam, com diferentes graus de profundidade, em várias regiões ocidentais do Império. Das respostas que o governo imperial encontrou para lidar com os problemas, resultou que os recursos materiais e humanos se transferiam, cada vez mais, para o Estado e para os grandes aristocratas terratenentes.

liberalium litterarum” durante a época de Constantino (HARRIS, 1991, p. 309).⁷⁴ Pode-se concluir, pois, que Aurélio Vítor formou-se em um *milieu* no qual os patamares elementares de educação letrada não conheceram grandes rupturas em comparação com o que se lecionava ao tempo do Alto Império.

O ensino da gramática e da retórica latinas, por sua vez, era oferecido somente em centros urbanos maiores, como Madauro e, sobretudo, Cartago. Jones (1964, p. 987) afirma que, no que tangia às províncias ocidentais, os *grammatici* chegavam a ensinar o grego no século IV, a ponto de os alunos conseguirem declamar os versos homéricos. Entretanto, no mais elevado patamar de ensino, o da retórica, o idioma grego não era praticado e a grande maioria dos que adquiriam uma formação com os *rhetores* dominavam, se muito, os rudimentos da língua de Demóstenes.

Assim, a educação retórica ofertada nas regiões ocidentais se baseava no estudo dos textos de escritores do período republicano, em especial Terêncio, Salústio e Cícero, bem como da era de Augusto, como Virgílio. O ensino se pautava na pronúncia e na escrita do latim clássico, na apreciação da forma e do conteúdo das obras reputadas como canônicas e, finalmente, na aquisição das regras retóricas que propiciariam a habilidade de compor e proferir elegantes discursos. Ora, se tratava de um sistema conservador, que inculcava nas mentes a ótica de que os autores clássicos consistiam em exemplos a serem admirados e, sobretudo, imitados (JONES, 1964, p. 1007). Portanto, durante a Antiguidade Tardia ocidental, a educação retórica fomentava, no presente, a permanência de formas de pensar e de modelos do passado, transmitidos como valores e práticas encaradas como ideais (INGLEBERT, 1996, p. 565).

A formação letrada e a perspectiva “latinocêntrica”, no entanto, iluminam apenas de maneira parcial o emudecer de Aurélio Vítor no tocante à Constantinopla. A fundação desta deve ser compreendida em função das mudanças e experimentações que a sociedade imperial vivenciaria dos meados do século III em diante. As ações usurpatórias, traço mais saliente das disputas pelo poder político em que se envolviam os *uiri militares*, evidenciam o processo que assinalou o fim do regime do Principado. Pôs-se um termo à tradição forjada na época de Augusto, pela qual o *princeps* exercia uma potestade de natureza autocrática, mas com base nas magistraturas e instituições da República de outrora. O equilíbrio construído no seio das

---

⁷⁴ Por razões literárias e institucionais, havia uma miríade de termos utilizados como forma de referência aos “professores” que se situavam abaixo do nível dos “gramáticos” e dos “retores”, tal como se nota em diferentes fontes pertinentes ao período que se estendia do século III para o VI. A palavra “*magister*”, comumente empregada para designar o “professor” que ensinasse as “primeiras letras”, poderia apresentar diversos complementos: “*magister primus*”, “*magister ludi*”, “*magister puerorum*” e, também, “*magister liberalium litterarum*”. Para tanto, cf. Kaster (1988, p. 443-444).

camadas superiores imperiais durante os séculos I e II sofreu grande abalo em meio a recorrentes crises políticas e militares, que agitaram diferentes províncias romanas no século III. Neste contexto, se a unidade do Império, ao menos teoricamente, foi conservada, a mesma se assentou em bases assaz modificadas, as quais se caracterizavam, entre outros, por uma maior centralização do poder em torno do imperador e da corte e uma decorrente extensão do aparato burocrático (CHASTAGNOL, 1985, p. 41).

Assim, a importância dos militares projetou um mecanismo distinto para a ascensão social dos membros do exército, abrindo uma via para que competissem com a antiga aristocracia senatorial por poder e autoridade social. Isto assinala, igualmente, a sobreposição política dos grupos provinciais, algo que se refletiu também na emergência de novos centros de poder, no Ocidente e no Oriente, e que rivalizariam com a cidade de Roma. Os novos imperadores se apoiavam nas províncias e, ainda que não pudessem negligenciar todo o peso simbólico vinculado a Roma, governariam prescindindo do suporte fornecido pela *Urbs*. Este processo é sumarizado a partir de uma máxima que se atribuiu a Constantino: “Sérdica é a minha Roma”. A frase carrega um indício de que a cidade da Dácia Mediterrânica foi pensada como possível candidata ao posto que, por fim, seria assumido pela antiga Bizâncio (HEDLUND, 2008, p. 162).

Neste ensejo, as relações entre os *Augusti* e a cidade de Roma não poderiam senão sofrer alterações. “Roma” havia sido encarada, desde o século II a.C., enquanto divindade (*dea Roma*) e, a partir do principado de Augusto, o culto oficial de *dea Roma* foi associado ao do *Genius* do imperador, persistindo até o momento em que o Império abraçasse oficialmente o cristianismo, a partir da publicação do edito de Tessalônica em fevereiro de 380. Contudo, a *dea Roma* jamais correspondeu propriamente à categoria de personificação do Estado romano. A *Urbs* congregava um espaço físico bastante tangível, de modo que as concepções sobre “Roma” não se esgotavam no culto a uma entidade divinizada.

Desta maneira, a ligação entre a cidade de Roma e o soberano reinante se desenrolaria a partir de ações mais concretas, mediante a distribuição de *congiaria* à plebe ou o oferecimento de espetáculos e jogos gladiatoriais. A presença do imperador na Cúria, nos anfiteatros e no Circo Máximo era vista como uma forma de deferência perante o Senado e o povo romano e, logo, ratificaria a importância destas instituições ancestrais. Ademais, indica Aja Sánchez (1996, p. 313) que, no interior daqueles espaços de sociabilidade, se estabelecia uma “*comunicación para-institucional*” entre o imperador e a população romana, de maneira que se engendravam instrumentos para se influenciar as ações políticas do soberano, muito embora esta “opinião pública” não equivallesse a uma instância jurídica definida.

Porém, à medida que os imperadores se ausentavam cada vez mais da *Urbs*, a associação entre “Roma” e o imperador se tornava menos latente.⁷⁵ MacCormick (1975, p. 142) destaca que, no período tardo-imperial, quando os *Augustos* e os *Césares* não residiam na cidade e para lá se dirigiram em poucas oportunidades, tal vínculo se fiava, em especial, por intermédio da cerimônia do *aduentus* imperial, cujo refinamento desconheceu paralelo. Nestes termos, o *aduentus* em Roma reestabelecia, ritualmente, a tradicional conexão entre as duas partes, “*Roma et Augustus*”. Todavia, a entrada solene do soberano lembrava a todos o quão distante se encontrava a autoridade política no século IV e fortalecia a ótica de que o bem-estar de toda a *res publica*, passando por Roma, se confundia com o *salus* do imperador.⁷⁶

Por isso, tendo em vista que a ausência dos detentores da púrpura estremecia as bases tangíveis da relação com a *Urbs*, o *aduentus* consistia em um mecanismo essencial para a manutenção dos referidos laços ao longo do século IV. Em paralelo, as relações “supra-institucionais” entre os imperadores e os habitantes da cidade se fragilizaram: as práticas políticas e as representações que ganharam corpo a partir de Diocleciano e Constantino forneciam uma margem diminuta para que a coletividade pudesse manifestar contrariedade ou dar livre vazão a anseios que, porventura, não se adequassem aos propósitos dos soberanos. Isto se devia ao caráter cada vez mais sacralizado que marcava o poder dos *purpurati*, alçando-os para além da *reprehensio* coletiva na medida em que se posicionavam enquanto governantes dotados de uma natureza sobre-humana (AJA SÁNCHEZ, 1996, p. 322).

Nestes termos, o absenteísmo imperial levantava, para a população da *Urbs*, um sério obstáculo para a concretização daquilo que Malosse (1999, p. 472) define por “*soutien psychologique*” da sociedade tardo-antiga. A *praesentia* do imperador em dado lugar permitia o estabelecimento de um contato direto entre os súditos e o seu governante, e se concebia que este reunia a capacidade de revitalizar a população dos locais visitados. Desta forma, partia-se da suposição de que o soberano “*est doté d’une vertu surnaturelle qui lui a été conférée au*

⁷⁵ Excetuando o exíguo período de quatro semanas em que o usurpador Nepociano assumiu o trono, em 350, soberano algum colocou os seus pés em Roma no decorrer de três décadas, mais precisamente entre os anos de 326 e 357.

⁷⁶ Isto não quer dizer que a identificação do imperador com a preservação do Estado romano constituísse algo original. O tema pode ser notado na imagem pública que se veiculou a respeito de Augusto, por exemplo. Porém, Brown (1996, p. 50-51) esclarece que durante a época tetrárquica um novo estado de equilíbrio se formou na sociedade imperial, no qual o monarca assumia um papel crucial. O vínculo que se forjava entre a figura de Diocleciano e diferentes locais de culto pagão, espalhados por cidades tão diversas como Roma, Éfeso ou Tessalônica, não contava mais com a marca das elites locais em sua construção. Ou seja, com Diocleciano e seus pares, as manifestações pagãs públicas foram alimentadas, em grande medida, por iniciativa dos tetrarcas ou de agentes ligados às cortes imperiais, o que implicava o deslocamento das elites citadinas e regionais da execução daquela tarefa. Isto ajuda a explicar, por exemplo, porque a perseguição aos cristãos representou um “assunto de Estado” ao tempo da Tetrarquia e, igualmente, o impacto que a conversão de Constantino exerceria no que tangia aos espaços de culto pagão.

moment où il a été entronisé”. Assim, a proximidade com a *persona* do imperador propiciaria aos súditos a chance de compartilhar tal virtude.⁷⁷

Feito isto, retornemos à narrativa de Aurélio Vítor. Em *Hist. abbrev.* 35.6, nota-se mais um evento que se circunscrevia à cidade de Roma, uma rebelião ocorrida durante o governo de Aureliano, conforme segue:

[...] dentro da *Urbs*, os artesãos do ateliê monetário foram destruídos, os quais, instigados pelo *rationalis*⁷⁸ Felicíssimo, violaram as marcas de controle das moedas (*nummariam notam*), e por temor do castigo causaram uma guerra tão grave que, reunidos ao longo do monte Célio, matariam aproximadamente sete mil combatentes.

Podemos afirmar que, com exceção dos autores cristãos, a historiografia latina do século IV exibiu um acentuado interesse nesse acontecimento, para o qual também se voltaram o *Breviário* eutropiano (Eutr., 9.14.1), a *HA* (Aurel. 38.2-4) e o *Epitome* (35.4). Entretanto, apenas Aurélio Vítor e o *scriptor* da *HA* indicaram que os soldados enviados por Aureliano foram mortos aos milhares, em um conflito que ambos denominaram como uma “guerra” (*bellum*). O fato de ter chamado a atenção de diferentes escritores sugere que o incidente possuía certo significado, o qual se ampliaria se levarmos em conta os eventuais sete mil “*bellatores*” que teriam perdido a vida nas ruas de Roma. Por isso, faz-se escusado supor que tal movimento não teria se restringido apenas àqueles que trabalhavam na cunhagem de moedas, mas antes abarcado outras camadas sociais. Eutrópio parece aludir a isto, ao escrever que Aureliano “condenou muito nobres à morte”, quando do desfecho da revolta (Eutr. 9.14.1). Provavelmente o levante ocorreu no ano de 271, ou seja, no início do reinado de Aureliano, antes que este partisse rumo ao Oriente, para combater os palmiranos, e da extinção do chamado Império Gálico.⁷⁹

⁷⁷ A relevância ímpar atribuída à *persona* do monarca se articula, no século IV, àquilo que Silva (2001, p. 205) define como “o processo de construção da *basileia*, ou seja, de uma realeza sagrada na qual o soberano possui um papel absolutamente grandioso”, visto como detentor de poderes sobrenaturais. Tamaña concepção ganhou grande fôlego ao tempo de Constâncio II. Em um regime em que o poder se confundia basicamente com a corte, o acesso ao restrito ambiente em que se inseria o imperador configurava um privilégio. É o que se verificava por meio de rituais como o da *adoratio purpureae*: “*at one level, [they] are intended to subordinate a person, [but] may also serve to include him (or her) in a charmed circle*” (MATTHEWS, 2000, p. 445).

⁷⁸ O “ministro do tesouro”. Até fins do século III, ao *rationalis* competia determinadas atribuições financeiras, como a supervisão da coleta dos tributos ordinários, o controle da amoedação, a administração das minas e dos ateliês de cunhagem e etc. Depois das reformas administrativas empreendidas por Diocleciano e Constantino, o *rationalis* foi substituído pelo *comes sacrarum largitionum*, o “conde das liberalidades sagradas”.

⁷⁹ Morto Cláudio, o Gótico, por volta de setembro de 270, seu irmão Quintílio o sucedeu, contando com a concordância do Senado. Entretanto, ao mesmo tempo, as legiões em Sírmio aclamaram Aureliano, que viria a derrotar Quintílio. Pouco se sabe acerca das circunstâncias relativas ao falecimento do irmão, e sucessor imediato, de Cláudio, o Gótico. Além disto, no inverno de 270-271, o exército imperial conheceu um revés ante os jutos, no norte da Itália. Estes distúrbios políticos e militares fomentaram a indisposição dos senadores em

A chave para a interpretação do evento residiria, segundo Hedlund (2008, p. 163), na ausência do imperador; assim como Cláudio, o Gótico, e Quintílio, Aureliano foi elevado ao trono por decisão das legiões, longe da cidade de Roma. A rebelião, assim, decorreria da insatisfação que a plebe romana e os senadores alimentavam em face do contínuo afastamento do soberano. A permanência deste em áreas distantes da *Urbs* se justificaria, em teoria, se ele estivesse a empreender algo que trouxesse glória a Roma – uma campanha militar que resultasse na anexação de uma nova província, por exemplo, e que revertesse em benefício material para os habitantes da cidade. Neste caso, as guerras dácicas de Trajano emergiam como um modelo apropriado. Em outras palavras, as ações do imperador, quando ausente de Roma, eram concebidas em função dos interesses da capital do Império e dos dividendos que a ela pudessem ser convertidos (HOPE, 2000a, p. 75).

Propomos, assim, que a muralha de Aureliano⁸⁰ poderia assumir notável carga simbólica. Para proteger o povo de Roma, saíam de cena os monarcas, entravam os tijolos. “*In the future, the emperor would not be in the city of Rome much, if at all. The Urbs aeterna would have to make it on its own*” (HEDLUND, 2008, p. 163).⁸¹ O incômodo demonstrado por Aurélio Vítor diante da posição secundária em que Roma se encontrava, na metade do século IV, configura o apêndice de uma história cujas páginas iniciais incluíam uma (possível) manifestação violenta de inconformismo em relação ao fato de os imperadores, ainda na virada da década de 260 para a de 270, serem proclamados a muitas milhas de distância. A ausência do soberano seria reparada apenas por intermédio da ampliação e do reforço dos muros que circundavam a cidade de Roma.

O *Breviário* de Eutrópio, a *HA* e o *Epitome* apontam, de maneira unânime, a dureza do Aureliano ao lidar com o episódio que envolvia os “*monetae opifices*”. Desta ênfase depositada sobre a *seueritas* de Aureliano depreendemos uma tradição histórica que se constituiu a partir da rememoração do isolamento existente entre Roma e o imperador, da falta de harmonia entre ambas as partes. Aurélio Vítor, porém, não faz referência alguma ao rigor

---

relação a Aureliano, de forma que o descontentamento talvez tenha assumido uma faceta mais concreta, que as fontes identificariam com a revolta do ateliê monetário de Roma. Em um contexto de oposição senatorial ativa, pode-se pensar que a rede de *clientes* das grandes famílias aristocráticas engrossou as fileiras dos rebeldes, o que explicaria o elevado número de baixas (MÉNARD, 2004, p. 92-93).

⁸⁰ Aurélio Vítor sinalizou que as muralhas foram erguidas a fim de que se contornasse a vulnerabilidade da cidade, “para que não voltasse a ocorrer o que havia sucedido sob Galieno” (*Hist. abbrev.* 35.7).

⁸¹ Nos séculos IV e V, o cristianismo professado pelos imperadores colocava um obstáculo intransponível, do ponto de vista “pagão”, para a manutenção dos laços entre Roma e Augusto. No seio de um Império superpersonalizado e sacralizado, a perspectiva da “Roma eterna” conheceria, paralelamente, notável impulso. Ou seja, na medida em que a cidade de Roma era relegada a um latente isolamento, pois não encontraria um par ao qual se conectar (isto é, os *Augusti*), a concepção de *aeternitas* ganhava força, como se vê na obra do poeta galo-romano Rutilio Namaciano, no começo do século V, por exemplo (MACCORMICK, 1975, p. 143).

excessivo no trato com os rebelados. Pelo contrário, o historiador buscou suavizar essa visão negativa e, para tanto, aproximou Aureliano da cidade de Roma, no interior de sua obra. Sendo assim, no que respeita ao capítulo 35 das *Historiae abbreviatae*, Aurélio Vítor procedeu a uma técnica narrativa em que se abordava a política interna somente depois de relatados os confrontos externos levados a cabo por Aureliano, sacrificando a cronologia dos fatos.⁸² Deste modo, a liquidação da revolta orquestrada por Felicíssimo é seguida pela indicação das medidas devotadas especificamente ao povo de Roma, quais sejam, a construção do *templum Solis* e das muralhas, a concessão de carne de porco para atender as demandas da plebe e a supressão dos delatores (cf. *Hist. abbrev.* 35.7). Tais elementos, conjugados, estabelecem um quadro positivo, do qual emerge um Aureliano que havia zelado pela manutenção da ordem, pela justiça e pelo bem-estar no interior da *Urbs*.

Portanto, verificamos nas *Historiae abbreviatae* os vestígios da cisão entre Aureliano e o *populus Romanus*, na medida em que Aurélio Vítor se esforçou, justamente, por elaborar um relato que negasse ou mitigasse aquela perspectiva. No interior da narrativa, Aureliano representa uma exceção entre os “imperadores soldados” do século III, no sentido de que se desenhou uma estreita relação entre o referido soberano e a cidade de Roma – tal como expresso em *Hist. abbrev.* 35.7. Logo, Aurélio Vítor compreenderia a dissociação existente entre os imperadores e a cidade de Roma somente em vista da fundação da “usurpadora” Constantinopla. Entretanto, é preciso lembrar que, naquele ensejo, o “centro” do Império se confundiria com o lugar em que os detentores do *imperium* estivessem (EARL, 1984, p. 99).

Nos deparamos, pois, com a maneira a partir da qual desabrocharam na obra os problemas contemporâneos que o autor julgava relevantes. A “nova Roma”, cidade dinástica, foi dedicada sob as bênçãos de um Deus que não aceitava mesclar-se aos deuses capitolinos. Neste sentido, Constantinopla representaria uma “anti-Roma”, uma negação dos valores sobre os quais a *Urbs* se fundamentava e, por isso, simbolicamente traduziria o declínio da própria romanidade.⁸³ A recusa em nomear a cidade de Constantino derivava, portanto, da dificuldade de Aurélio Vítor em lidar com o fato de que “Roma” não mais se encontrava na planície do Lácio e tampouco desfrutava da importância que, durante séculos, havia amealhado.

---

⁸² Cf. Dufraigne (1975, p. 171).

⁸³ “Constantinople represented a physical and emotional break with (old) Rome and the long tradition of imperial rule it represented” (C. KELLY, 2006, p. 187).

2.4 O cristianismo ou o interdito do silêncio.

Constantino, diz Aurélio Vítor, “[...] desviou enormemente sua atenção para a fundação de uma cidade e para dar forma a uma religião [...]” (*Hist. abbrev.* 41.12). A quietude de Aurélio Vítor diante de Constantinopla respondia, dentro do modelo discursivo adotado pelo historiador, ao enfraquecimento da cidade de Roma e dos valores a ela conectados. Posto assim, a inexistência de referências nominais a Constantinopla evidencia uma opção deliberada, e não fortuita, por parte do historiador. Ademais, julgamos que o mesmo pode ser afirmado, em princípio, no que respeitava à religião para a qual a dinastia Constantiniana havia se voltado, isto é, o cristianismo.

Escrevendo sob o governo de um cristão ariano, como era o caso do imperador Constâncio II, poder-se-ia presumir, de imediato, que o silêncio de Aurélio Vítor derivasse de um descontentamento porventura alimentado no que concernia às práticas religiosas engrandecidas pela família então reinante. Neste sentido, Falque (1999, p. 170) garante que o historiador “*no presta atención al cristianismo, al compartir de los ideales y la ideología de los paganos; por ello, [...] no hace ninguna referencia a la conversión de Constantino*”. Alan Cameron (1977, p. 8), por sua vez, apresenta a obra de autores como Aurélio Vítor enquanto fruto de uma espécie de “conspiração do silêncio” em face da cristianização da sociedade, marcada pela ausência de qualquer preocupação com fatos relativos à nova religião.⁸⁴

Aceitar a ótica de que Aurélio Vítor se enumerava entre os autores “pagãos” não significa reduzir as relações sociais que se travavam no século IV a uma dicotomia entre paganismo e cristianismo, tampouco crer na ideia de que o historiador, ao não se converter à fé cristã, haveria de forçosamente conceber a si mesmo como um indivíduo que compartilharia quaisquer práticas religiosas com outros “pagãos” de seu tempo. Em oposição ao que postula C. Starr (1956, p. 586), afirmamos que a negligência perante a temática do cristianismo não fazia de Aurélio Vítor um homem necessariamente preso à religiosidade pagã. Por outro lado, discordamos do argumento proposto por Baldwin (1978, p. 203) de que narrativas de dimensões reduzidas, como as *Historiae abbreviatae*, não fornecessem

---

⁸⁴ Lana (1979, p. 22-23) assegura que escritores como Aurélio Vítor teriam ignorado a religião cristã e, pois, se absteram da tentativa de empreender uma efetiva valoração da realidade em que se inseriam, postura esta que os privava da possibilidade de apreender a dinâmica política da história imperial. Desta forma, continua Lana, a redação de uma história que silenciava a respeito do cristianismo se amparava, aos olhos de Aurélio Vítor, em um quimérico anseio de cancelar o tempo e fazer com que o Deus cristão desaparecesse. Pretendemos demonstrar que a falta de menções ao cristianismo resultava, ao contrário do que sugere Lana, de uma reflexão acurada que Aurélio Vítor efetuou acerca das relações entre o presente e o passado do Império romano.

evidências internas suficientes que permitissem atestar com segurança quais seriam as atitudes religiosas e mentais defendidas por seus autores.

Cabe salientar, além disso, que a adoção do cristianismo, por parte de Constantino e de seus descendentes, não produziu os mesmos efeitos, nem gerou as mesmas respostas, ao longo de todas as áreas que integravam o território do Império (T. BARNES, 1981, p. 245). Essa observação carece ser levada em conta na medida em que as *Historiae abbreviatae* parecem se sustentar, largamente, sobre um ponto de vista “latinocêntrico”. Em 306, Constantino emergiria como sucessor de seu pai, na *pars Occidentis*, posicionando-se como defensor da tolerância religiosa. No ano seguinte, Constantino aceitou sem hesitação o título de pontífice máximo, o qual ele manteria até o leito de morte. Ou seja, o imperador se conformou aos padrões de comportamento comuns a seus predecessores não cristãos.⁸⁵

Por seu turno, a morte de Maxêncio na Ponte Mílvia fez com que Constantino figurasse enquanto soberano incontestável de toda a fração ocidental do Império. Se com o imperador Licínio, o *Augusto* que reinava sobre as províncias orientais, havia a necessidade de se estabelecer um compromisso, a partir de 313 Constantino pôde anunciar abertamente entre os ocidentais, por meio de missivas públicas e atos legislativos, que havia abraçado a crença no Deus cristão. À maneira dos “*imperatores*” de antanho, os quais, mediante oferendas e a construção de templos dispensavam honras ao deus que os havia conduzido à vitória, Constantino procurou favorecer a divindade a qual creditara o sucesso alcançado no campo de batalha. Em um sentido estrito, Constantino não se desvencilhou das práticas ancestrais (LANE FOX, 1989, p. 622).

Com efeito, o cristianismo não apregoava uma transformação nas bases sociais e econômicas do mundo imperial ou se opunha às formas de dependência individual ou à escravidão existentes. Lembra Lane Fox (1989, p. 21) que, após a conversão de Constantino, as instituições sociais romanas mantiveram-se vigentes, tal como no passado. Quer dizer, os militares não abandonaram os *castra* (e as eventuais rebeliões entre os soldados não tinham por mote a defesa de uma crença religiosa), as distinções jurídicas entre os cidadãos não foram abolidas e tampouco as desigualdades no tocante às formas de propriedade e de acesso à terra. Em que pese isto, o ato de Constantino engendraria significativas mudanças. O cristianismo passou a abarcar um razoável número de almas durante toda a época

---

⁸⁵ Do mesmo modo, seus filhos, ainda que cristãos, não ousaram recusar o pontificado máximo. Constantino e seus herdeiros, inclusive, não romperam por completo com o usual gesto de subsidiar os tradicionais cultos romanos. Isto valia também para Constâncio II que, ao visitar a cidade de Roma no ano de 357, ordenou que o Altar da Vitória fosse removido do interior da Cúria. Todavia, o mesmo Constâncio II, por força das obrigações inerentes ao pontificado máximo, indicou novos integrantes aos diversos colégios sacerdotais pagãos.

constantiniana, em meio a uma expansão que atingiu regiões situadas além dos limites das cidades, pois que até então as comunidades cristãs concentravam-se em áreas urbanas. Recordemos também dos privilégios legais que Constantino e seus filhos concederam aos membros da Igreja cristã: os clérigos foram eximidos do cumprimento das obrigações cívicas, os *munera* que pesavam sobre os ombros dos *curiales*, sem mencionar a concessão de atribuições judiciais aos bispos em alguns casos de litígio, bem como a validade das heranças legadas à Igreja, ainda que não estivessem formalizadas por via testamentária.

Sendo assim, o suporte que a dinastia Constantiniana forneceu aos cristãos não implicava que os imperadores negligenciassem suas tradicionais funções públicas ou empreendessem um programa amplo e sistemático de proibição dos rituais pagãos. Constantino e seus sucessores imediatos, ainda que assumissem a posição de patronos da fé de uma então minoria cristã, moviam-se em um terreno pantanoso, pois tinham de lidar com uma aristocracia regional e senatorial e com forças militares que permaneceram, em sua maioria, “pagãs”, sobretudo no Ocidente do Império (LANE FOX, 1989, p. 666).

Neste contexto, poderia Aurélio Vítor ter deixado de “prestar atenção ao cristianismo”?⁸⁶ Sublinhemos que o fato de não ter adotado o cristianismo, como se deduz pela inexistência de maiores indicações ao novo credo nas *Historiae abbreviatae*, não configura uma explicação suficiente para a ausência de referências claras a temas como a conversão de Constantino ou a fundação de Constantinopla. Similarmente, o historiador ignorou as questões administrativas e institucionais relativas à era constantiniana, para as quais se revelou atento, porém, nas demais seções de sua obra. Assim posto, coisa alguma se lê a respeito do volumoso *corpus* jurídico editado sob a rubrica de Constantino e Constâncio II, do qual parte considerável legislava a respeito do cristianismo e estabelecia privilégios especiais e isenções fiscais aos integrantes da Igreja. Tampouco Aurélio Vítor se pronunciou acerca dos templos cristãos erguidos na cidade de Roma durante o governo de Constantino (como a Basílica Sessoriana, misto de palácio e igreja em que residiu Helena, a mãe do imperador, e a dedicação da Basílica do Salvador⁸⁷, que se localizava no interior da cidade).⁸⁸

⁸⁶ Faz-se oportuno, a nosso ver, salientar que a adoção do cristianismo, por parte de Constantino e seus sucessores, não significava meramente a escolha entre um ou outro sistema religioso. À medida que a corte imperial promovia a fé cristã, ela ratificava um novo princípio ordenador da vida em comunidade, de modo que ganhava força uma modalidade alternativa de compreensão do lugar do indivíduo na sociedade que implicaria o desnorreamento daqueles que permanecessem agarrados aos valores e normas tradicionais. Não se tratava, pois, da possibilidade ou não de se adaptar o “Deus cristão” ao panteão romano, mas sim de uma transformação que afetava o sentido da própria prática religiosa, qual seja, o de fornecer os meios para que se efetivasse o ordenamento ideológico da sociedade como um todo (JUDGE, 1983, p. 13; p. 23).

⁸⁷ A futura Basílica de São João de Latrão.

⁸⁸ Millar (1986, p. 299) destaca o quão infrequente teriam sido as ocasiões em que os imperadores custearam, pessoalmente, projetos edifícios de larga envergadura em áreas fora da *Urbs* ou em locais que não tivessem

Soa implausível que Aurélio Vítor desconhecesse a opção religiosa dos soberanos de seu tempo. A África romana, região em que o historiador provavelmente havia nascido, foi palco de acirradas disputas entre ortodoxos e donatistas durante toda a primeira metade do século IV. Após sua conversão, Constantino interveio diretamente na questão, a fim de assegurar a unidade doutrinária da Igreja. Para tanto, o referido monarca determinou, por intermédio de um edito promulgado em 317, que todas as propriedades ligadas aos templos donatistas fossem confiscadas. Quatro anos mais tarde, Constantino lançaria um novo edito, garantindo a tolerância ao culto donatista nas províncias romanas do Norte da África, para que se apaziguassem as querelas religiosas naquelas áreas (Averil CAMERON, 1993, p. 56).

Ademais, um acontecimento particular sucedeu-se em Sírmió, no momento em que Aurélio Vítor já residiria naquela localidade, e que demandou a presença do imperador reinante. Em maio de 359, foi realizado um concílio na mencionada cidade panônica, sob a supervisão de Constâncio II em pessoa. Este, seguindo a política eclesiástica de seu pai, pautada na busca pela harmonização da comunidade cristã por meio do debate, da persuasão e, se necessário, da coerção⁸⁹, procurou assentar uma solução de compromisso a fim de pôr termo à polêmica cristológica que opunha nicenos e arianos.

Em Sírmió, os prelados reunidos⁹⁰ determinaram que o Filho de Deus seria “semelhante” (*homoios*) ao Pai, porém proibiram que se empregassem conceitos referentes à *ousia* (“essência”, “substância”) ao se descrever a natureza da relação entre Pai e Filho. No outono do mesmo ano de 359, deu-se a realização simultânea dos denominados “concílios gêmeos”, em que os bispos da parte ocidental do Império se encontraram em Rímini, ao passo que o episcopado oriental se agrupou na cidade de Selêucia (na Isáuria romana). A intenção de Constâncio II era a de que ambos os concílios aceitassem a solução adotada em Sírmió, o chamado “Credo Datado”, que atendia aos seus interesses (HUMPHREYS, 1997, p. 454).⁹¹ No entanto, dado o fracasso de suas pretensões, o imperador convocaria um novo concílio, ocorrido em Constantinopla durante o mês de janeiro de 360, para que a fórmula sirmiana

---

vinculação direta com aquela. Constantino, entretanto, além da fundação de Constantinopla, ordenou e/ou financiou boa parte dos recursos para a ereção de grandes igrejas em diferentes pontos do território imperial, entre os anos de 313 e 337. De acordo com Lane Fox (1989, p. 623), a busca pela publicização da religião cristã conduziu à realização de um vasto programa de construções em pedra, que soberano algum na Antiguidade jamais realizou. Aurélio Vítor, porém, não se manifestou acerca desse processo.

⁸⁹ Para tanto, cf. López Sánchez (2000, p. 64).

⁹⁰ T. Barnes (2001, p. 230) levanta dúvidas quanto à ocorrência de um efetivo concílio ecumênico em Sírmió, no ano de 359. Na referida data, alega o estudioso, tão somente um grupo de bispos teria se reunido, com o objetivo de cancelar o credo homoiano que Constâncio II desejava estender a todos os cristãos.

⁹¹ Constâncio II defendia uma espécie de arianismo moderado e, pois, apegou-se à doutrina teológica homoiana, segundo a qual o Filho seria “similar” ao Pai. Desta forma, não se tocava diretamente na espinhosa questão da “substância” de Cristo, que opunha os partidários da ortodoxia trinitária nicena e aqueles que professavam o subordinacionismo ariano (HUMPHREYS, 1997, p. 448).

fosse oficialmente reconhecida no seio da Igreja e, assim, cessassem as disputas entre seus súditos cristãos.

Debate cristológico à parte, a formalização do “Credo Datado” em maio de 359 nos leva a considerar o fato de que Constâncio II esteve presente em Sirmio exatamente no momento em que Aurélio Vítor compunha sua obra ou, ao menos, acalentava a intenção de escrevê-la.⁹² Diante disso, julgamos adequado supor que o historiador dispusesse das condições de ter acompanhado o debate que ali se desenrolou, mas, posto não comungasse da fé cristã, não nutria a intenção de informar e menos ainda de refletir acerca da política religiosa de Constâncio II.⁹³ De todo modo, Aurélio Vítor elaborou sua obra imerso em um ambiente em que o cristianismo se fazia sentir, de maneira bem próxima.

Como compreender, pois, a postura do historiador frente a esse contexto? A atmosfera pagã que se conota a partir da leitura da obra parece indicar a resposta mais adequada. Mas em que sentido? Alan Cameron e Averil Cameron (1964, p. 327) propõem que as convenções do gênero historiográfico na Antiguidade romana impediam que os autores introduzissem em seus textos uma terminologia cristã sem que ameaçassem o caráter “clássico” – quer dizer, “não cristão” – da narrativa como um todo. Porém, esta colocação ilumina apenas de modo parcial as possíveis razões que induziram Aurélio Vítor a tacitamente excluir toda e qualquer menção explícita ao cristianismo. Vale lembrar, pelo contrário, que escritores aparentemente “pagãos” como Eutrópio e o autor do *Epitome* não se furtaram a mencionar eventos ou concepções relacionadas ao cristianismo⁹⁴ – ainda que, não nos esqueçamos, ambos compusessem suas respectivas obras em momento posterior ao de Aurélio Vítor.

Por outro lado, reputamos equivocado que se avalie as *Historiae abbreviatae* como uma obra panfletária, uma peça de manifesta oposição à fé cristã cultivada pelos imperadores e por uma parcela dos funcionários imperiais nos meados do século IV. Como adverte Syme (2001, p. 212-213), assumir a proposição de que um autor escreve a fim de defender algum

---

⁹² Mazzarino (2005, p. 706) aclara que o episcopado ilírico havia se tornado assaz poderoso em meados do século IV, o que impulsionou, inclusive, a criação da prefeitura do pretório da Ilíria – quer dizer, a instituição em que Aurélio Vítor teria exercido as funções de numerário. Além disso, durante o concílio de Rímmini a política imperial em relação à Igreja adquiriu contornos mais definidos: em continuidade à prática imunitária de Constantino, foi estabelecido o princípio da distinção entre as propriedades da Igreja, isentas de impostos, e as propriedades dos clérigos, sujeitas aos *munera curialia*.

⁹³ Após a vitória sobre Magnêncio em 353 e o apontamento de Juliano como *César* em 355, para que a ordem na fronteira renana pudesse ser reestabelecida, Constâncio II pôde centrar o seu foco, na segunda metade da década de 350, nas disputas eclesiásticas que envolviam os adeptos do arianismo e da doutrina nicena.

⁹⁴ Diz Eutrópio (10.16.3) que Juliano perseguiu “excessivamente” a religião cristã, embora tivesse se absterido de derramar sangue. Já no *Epitome* lemos que o mesmo Juliano cultuava os deuses de maneira “supersticiosa” (*Epit.* 43.7) e, mais ainda, que os pais de Teodósio assim o denominaram porque haviam sido advertidos em um sonho para tanto. Em tempo, o próprio autor do *Epitome* informava que o nome do imperador significava, em língua latina, “dado por Deus” (*deo datus*) (*Epit.* 48.2).

tipo de política ou crença religiosa implica afirmar que a narrativa foi estruturada e orientada com vistas a alcançar um único, e delimitado, alvo. O texto de Aurélio Vítor não se coaduna, pois, com tamanha perspectiva. Vale destacar também que havia uma unidade diacrônica no plano das mentalidades, de forma que os literatos, independente da inclinação religiosa, operavam dentro de um universo cultural comum, ressignificado em função de objetivos e de motivações específicas (INGLEBERT, 1996, p. 566-567). Tais condições permitiram que o Império se cristianizasse sem que, todavia, fosse necessário renegar-se por inteiro.⁹⁵

Bowersock (1986, p. 300) aponta que os intelectuais de cunho pagão empreenderam um esforço no sentido de introduzir a dinastia Constantiniana dentro dos quadros tradicionais de pensamento. No momento em que Constantino abraçou a religião cristã, as noções que circulavam na sociedade imperial, no que tangia ao mundo sobrenatural, vinculavam-se a diferentes perspectivas “pagãs”. Logo, não surpreende que Aurélio Vítor interpretasse os reinados de Constantino e de seus filhos de acordo com as concepções comuns à escrita da história em Roma desde as épocas republicana e alto-imperial, malgrado as alterações políticas, institucionais e culturais associadas ao fato de os governantes romanos assumirem a crença monoteísta cristã. Cabe recordar, além disso, que a emergência de uma estrutura eclesiástica ligada à figura do imperador gerava um choque de interesses entre o Estado romano e a Igreja. A distinção entre religião e política, cara aos judeus e aos cristãos, carecia de todo fundamento aos olhos dos “não cristãos”, dos “pagãos”. Para estes, a observância dos ritos religiosos estava profundamente amarrada ao serviço e à lealdade para com a *res publica* (BOWERSOCK, 1986, p. 298).

Neste contexto, a indisposição diante do cristianismo, como se infere a partir do silêncio do historiador em face do tema, sinaliza a fidelidade de Aurélio Vítor àquilo que definiríamos como os tradicionais “fundamentos teóricos do poder político imperial-romano”.⁹⁶ Em outras palavras, ainda que os principais agentes do poder no interior da sociedade se voltassem para o Deus cristão, Aurélio Vítor reportou ao público a história de um Império que, mesmo no presente, não se dissociava dos valores e das práticas pagãs, ou antes, “não cristãs”.

Tal se nota, pois, mediante um elemento para o qual o historiador recorreu em diferentes pontos de sua narrativa: o *prodigium*. Este representava um canal difuso de contato

---

⁹⁵ No plano da escrita da história, esse processo se verificava por meio da (aparente) “neutralidade”, em matéria de religião, que caracterizou os compêndios “pagãos” no século IV, que propiciaram um campo fértil que os cristãos puderam cultivar visando seus próprios interesses (MOMIGLIANO, 1993, p. 101). Isto esclarece porque autores cristãos como Jerônimo e Sulpício Severo, ao elaborarem suas respectivas crônicas, não teriam sentido maiores dificuldades ao consultarem as *Historiae abbreviatae*.

⁹⁶ Cf. Frighetto (2000, p. 25).

com o universo divino⁹⁷, um fenômeno que, em suma, dizia respeito ao “núcleo” da religiosidade pagã na Antiguidade greco-romana, qual seja, a busca dos homens por honrar os deuses e evitar os infortúnios resultantes em casos de *negligentia deorum* (LANE FOX, 1989, p. 38). Fatos pertinentes ao reinado do cristão Constantino foram interpretados por Aurélio Vítor a partir da suposta ocorrência de certos prodígios. Logo, em *Hist. abbrev.* 41.7, apresentava-se a conclusão de que a aliança entre Constantino e Licínio não perduraria e tampouco favoreceria os envolvidos na mesma, pois que, quando a concórdia foi estabelecida entre os *Augusti*, um eclipse do sol obscureceu a luz do dia. Mais adiante, Aurélio Vítor escreveria que Constante foi associado ao poder, na condição de *César*, após a vitória de seu pai ante os godos e os sármatas. Porém, na noite seguinte à elevação de Constante, “a face do céu” ardeu como se consumida pelo fogo, algo que atestava a desordem que tomaria conta da *res publica* por causa da ascensão do jovem soberano (*Hist. abbrev.* 41.13-14).⁹⁸

A despeito da brevidade do relato, Aurélio Vítor cedeu espaço a esse aspecto pertinente à cosmovisão pagã e, enquanto tal, encarado como importante fator no desenrolar da vida cotidiana, um domínio em que os deuses revelavam o interesse que nutriam acerca do devir de Roma.⁹⁹ Sinal de fissuras na relação entre a coletividade e os deuses, os pagãos geralmente concebiam os prodígios como fatores negativos, prenúncios de um desastre. Tratar-se-ia de fenômenos que preconizariam o descontentamento das divindades em relação à comunidade romana como um todo (LEVENE, 1993, p. 4). Portanto, os *prodigia* que Aurélio Vítor relatou em sua obra expressavam tal perspectiva. O “eclipse do sol” e o “céu ardente comm fogo” antecipam, em distintos momentos, fatos dotados de uma essência comum, mas que concerniam a diferentes personagens: em primeiro lugar, as lutas intestinas que opuseram Constantino e Licínio e, na sequência, a guerra civil entre Constante/Constâncio II e Magnêncio, conflitos estes que não trariam senão desordem ao *orbis Romanum*.

Os prodígios por ora destacados se inseririam no contexto do segundo e decisivo confronto bélico entre Constantino e Licínio, que se desenrolou entre agosto e setembro de

⁹⁷ Os prodígios podem ser entendidos como signos espontâneos que as divindades enviariam, sem cessar, aos homens, correspondendo a acontecimentos fantásticos, contranaturais e que, assim sendo, ocorreriam sem que houvesse uma causa aparente. Desde fins da República, sob a influência dos arúspices, eram considerados como portadores de uma mensagem sobre o porvir. Deste modo, na obra de Aurélio Vítor, tais anúncios comportavam uma faceta eminentemente política (MONTERO, 1987, p. 992-993).

⁹⁸ Do que a conduta depravada – com alusão a práticas homossexuais –, o caráter violento e a morte nas mãos do usurpador “bárbaro” Magnêncio (quer dizer, um falecimento indigno em meio a uma guerra civil) dariam prova irrefutável, no entender do historiador. Para tanto, cf. *Hist. abbrev.* 41.23-25.

⁹⁹ Os prodígios “reflected the view that the gods were taking of contemporary events, and were thus of obvious interest to people interested in the matrix of human and divine power in the Mediterranean world” (POTTER, 1994, p. 144).

324 e, por sua vez, da concessão das insígnias de *César* a Constante, em 25 de dezembro de 333, quando o filho mais novo de Constantino teria entre dez e treze anos de idade. Ao que parece, a vinculação destes acontecimentos à ocorrência de *prodigia* resulta de uma tradição oral que circulava ao tempo de Aurélio Vítor, que possivelmente ingressou na burocracia imperial nos anos em que Constante reinava sozinho no Ocidente do Império.¹⁰⁰ A inserção de tais prodígios se mostra relevante na medida em que desnuda a forma como os súditos “pagãos” das províncias ocidentais poderiam interpretar a “história do tempo presente”, partindo de sinais que lhes eram usuais e aos quais conferiam credibilidade. Nos termos de Potter (1994, p. 109), estaríamos diante de uma tendência à recusa ou, ao menos, à ressignificação da memória histórica construída a partir da corte imperial, assim como de uma evidência do lugar que a dinastia reinante poderia assumir no imaginário popular, menos afeito às elucubrações filosóficas do paganismo praticado em meio aos círculos sociais superiores, e que encontraria abrigo no texto de Aurélio Vítor.

Preconizamos que as referências às manifestações da religiosidade pagã, relativas à era constantiniana, devem ser pensadas enquanto expressão de uma postura autônoma assumida pelo historiador diante da religião cristã que perpassava as mais elevadas esferas do poder imperial em sua época. Como lembra Momigliano (1993, p. 98), a adoção do cristianismo resultava em uma nova maneira de se recordar e se apreender o passado. Levando-se em conta tal proposição, julgamos que o ato, em si, de se compor uma obra como as *Historiae abbreviatae* representava uma ação fundamentada em uma perspectiva inversa, a de manter o passado e o presente circunscritos aos tradicionais parâmetros “não cristãos”. Quer dizer, do mesmo modo em que não se poderia ceder espaço a Constantinopla, capital dinástica que usurpava as prerrogativas da *Urbs*, a nova religião não configuraria um objeto “*digno memoratu*”. Ora, tal posicionamento evidencia que Aurélio Vítor não estava alheio às questões de seu tempo. O ressentimento e a indiferença correspondem a estratégias retóricas possíveis e, singularmente, constituem respostas às modificações atreladas à emergência da religião cristã na sociedade tardo-antiga, as quais, por sua vez, afetavam a maneira como os indivíduos e os grupos sociais concebiam a si mesmos (MILES, 1999, p. 5).¹⁰¹

¹⁰⁰ Após o massacre da maior parte dos descendentes colaterais de Constantino, em setembro de 337, o poder imperial foi exercido pelos três filhos do falecido imperador. Em 340, o filho mais velho, Constantino II, cruzou os Alpes e lançou-se contra seu irmão Constante na Itália. No entanto, Constantino II foi vencido em Aquiléia, onde pereceu. Assim, entre 340 e 350 todas as províncias ocidentais permaneceram sob a autoridade de Constante. Já Constantino II se resume a pouco mais do que um nome no interior da obra (cf. *Hist. abbrev.* 41.6; 41.22). Isto evidencia, indiretamente, a *damnatio memoriae* a qual Constantino II foi submetido por conta da “guerra funesta” (*fatali bello*) que lançou contra seu irmão Constante. Para tanto, cf. T. Barnes (1980, p. 161).

¹⁰¹ Posto isto, defendemos que o silêncio de Aurélio Vítor desvela, pois, uma dimensão identitária. Como afirma Woolf (apud HUSKINSON, 2000a, p. 12), “*Roman identity was based to an unusual degree of membership of a*

A posição adotada por Aurélio Vítor implicava extrair toda relevância que pudesse ser depositada, por parte do público leitor, ao cristianismo. Sugerimos que o historiador procedeu a uma espécie de “*damnatio memoriae*”, na medida em que expurgou de seu texto eventuais considerações a respeito de elementos pertinentes à religião cristã, sem que eliminasse, porém, todo e qualquer vestígio da existência daquele fenômeno social.¹⁰² Em outras palavras, se impôs ao tema um “interdito do silêncio”: ao aludir aos esforços de Constantino, visando “dar forma a uma religião”, Aurélio Vítor deixou alguns rastros acerca da notável omissão que empreendera, a fim de que seus leitores tivessem ciência de que se tratava de um ato deliberado.¹⁰³ Logo, devemos compreender a ausência de menções explícitas ao cristianismo como um gesto intencional, que não pretende aniquilar da história imperial o objeto em questão, mas antes torná-lo indigno. Em verdade, no interior das *Historiae abbreviatae*, Constantinopla e a nova religião não se distinguiriam; com efeito, as alusões à “cidade de Constantino” e ao cristianismo foram agrupadas no mesmo versículo (cf. *Hist. abbrev.* 41.12).

Faz-se escusado relembrar que Aurélio Vítor, compondo sua obra em fins dos anos 350 e inícios da década seguinte, não havia presenciado o triunfo (ou, ao menos, a cristalização de um discurso triunfalista) do Deus cristão sobre as antigas divindades ligadas ao Estado romano. Ainda estava por vir o momento em que um penitente Teodósio se locomoveria até a Catedral de Milão para humildemente se dirigir ao bispo Ambrósio e demonstrar, perante Deus e o mundo, o seu arrependimento pelo massacre de Tessalônica, ordenado por ele em 388.¹⁰⁴ Os soberanos que ocupam as páginas das *Historiae abbreviatae* não se curvavam diante de um desafiador prelado, dotado de tamanha autoridade a ponto de determinar a conduta a ser seguida pelo imperador em pessoa. Nestes termos, propomos que, no entender de Aurélio Vítor, o cristianismo representasse uma excrescência alavancada pelos soberanos de seu tempo, um desvio verificado no presente em relação aos modos de vida que definiriam a sociedade romana desde remotas eras e, logo, quicá passível de ser superado.¹⁰⁵

---

political and religious community with common values and mores (that is, customs, morality and way of life). Cultural change [...] posed a special threat to a self-definition framed in those terms”.

¹⁰² Os processos da memória, que auxiliam na construção de sentidos para o mundo em que os indivíduos se inserem, envolvem complexas relações (de poder, de gênero, etc.) que condicionam aquilo que deve ser recordado e, pelo contrário, o que deve ser esquecido, de acordo com determinados objetivos, manifestos ou não (GILLIS, 1994, p. 3). O ato de selecionar e manipular a memória histórica congrega um suporte às posições, subjetivas, que Aurélio Vítor assumiu em relação às transformações que se operavam ao tempo em que vivia.

¹⁰³ Emprestamos aqui a concepção de “*interdict of silence*” que Hedrick Junior (2000, p. xii) desenvolve quanto aos fundamentos e à função dos processos de “*damnatio memoriae*” na sociedade romana tardo-imperial.

¹⁰⁴ O episódio referente à penitência de Teodósio ocorreu dois anos mais tarde, em 390. Para tanto, cf. Bowersock (1986, p. 299).

¹⁰⁵ Na metade do século IV, observava-se nas províncias ocidentais a formação de uma comunidade cristã mais homogênea, assentada na ortodoxia nicena (com exceção dos donatistas na África), porém quantitativamente

Entretanto, o diálogo velado que o historiador travou com a religião cristã talvez assumisse outros contornos no interior da obra. Sancho Gómez (2008, p. 297) aponta que os imperadores Constante e Constâncio II sofreram forte influência de seus mentores, civis e religiosos, mas que resultava difícil mensurar o quão decisivo teria sido o papel da formação cristã que Constantino havia reservado para os seus descendentes, no sentido de prepará-los para governar o Império, como lhes competiria no futuro. O mesmo pode ser dito no tocante à ascendência que os colaboradores e os conselheiros mais próximos podem ter exercido sobre os filhos de Constantino. Aurélio Vítor condenava acerbamente os servidores de Constantino (*Hist. abbrev.* 41.20), Constante (*Hist. abbrev.* 41.23) e Constâncio II (*Hist. abbrev.* 9.11-12; 42.25). Assim sendo, é possível sugerir que tais críticas exprimissem uma aversão do historiador no que concernia aos servidores imperiais que porventura cultivassem a mesma fé que os soberanos mencionados.

Algumas inferências reforçariam tamanha hipótese. Depois de emitir um ajuizamento acerca da importância da prefeitura do pretório (cf. *Hist. abbrev.* 9.11), Aurélio Vítor traçaria um comentário relativo aos homens que ocupavam o dito ofício nos meados do século IV:

Porém, nestes tempos, durante os quais se despreza a honestidade dos cargos públicos (*honorum*) e os ignorantes são confundidos com os homens bons e os incompetentes com os hábeis, a maior parte dos prefeitos [pretorianos] tem feito de sua potestade algo inócuo, tem sido insolente com os pobres, se submetido aos piores [homens] e, no que se refere à *annona*, se mostrado gananciosa (*Hist. abbrev.* 9.12).

Uma personalidade política da época em que Aurélio Vítor compunha sua obra parece se encaixar à descrição acima efetuada: Flávio Florêncio, prefeito pretoriano da Gália (357-360) e, depois, da Ilíria (360-361).¹⁰⁶ Atanásio de Alexandria (*Hist. ar.* 22) sinalizou que Florêncio se enumerava entre os cortesãos mais íntimos de Constâncio II, desde os anos 340, e que, igualmente, professava a doutrina ariana. Na segunda metade da década de 350, quando se encontrava na Gália, Florêncio entrou em rota de colisão com o então *César* Juliano, por ter aumentado a carga de impostos a ser arrecadado dos cidadãos galo-romanos, com vistas ao pagamento de tributos aos bárbaros que atemorizavam a fronteira renana. Florêncio, ao optar por uma via “diplomática” como forma de solucionar a “questão bárbara”, havia ampliado o peso fiscal do Estado imperial no interior das regiões gálicas (SANCHO GÓMEZ, 2008, p. 135). Neste ensejo, as medidas postas em práticas por Florêncio combinar-se-iam com a

---

inferior em comparação com os círculos cristãos que residiam nas regiões orientais do Império (SANCHO GÓMEZ, 2008, p. 72).

¹⁰⁶ Para tanto, ver *PLRE* 1, p. 365.

ganância e a insolência a partir das quais Aurélio Vítor reproduziu a conduta dos prefeitos pretorianos de seu tempo (*hac tempestate*).

Após a aclamação de Juliano em Paris, no inverno de 360, Florêncio retornou à corte de Constâncio II no Oriente, visando manifestar sua lealdade perante o *Augusto* “legítimo”. Sua devoção não deixaria de ser agraciada e, no ano seguinte, ele exerceu o consulado ordinário e foi apontado como substituto do recém-falecido Anatólio na prefeitura do pretório da Ilíria. Desta forma, reputamos ser mais do que provável que o historiador tivesse conhecido Florêncio pessoalmente, já que se tratava do superior a quem Aurélio Vítor haveria de se reportar em Sírmio. Soa plausível, pois, que uma personagem como Florêncio também pudesse inspirar a apreciação, contida em *Hist. abbrev.* 9.12, a respeito da hodierna incompetência e rapacidade dos prefeitos pretorianos.

A notável exceção, em meio a esse sombrio panorama esboçado por Aurélio Vítor, atendia pelo nome de Anatólio, objeto de entusiasmado elogio no interior das *Historiae abbreviatae*.¹⁰⁷ Talvez Aurélio Vítor almejasse estabelecer, de maneira velada, um contraste entre Anatólio e Florêncio: assim, o enaltecimento dedicado ao primeiro compreendia uma espécie de crítica indireta ao segundo. Faz-se escusado apontar, ademais, que Anatólio era um notório pagão, amigo do filósofo e retor Libânio, que o mencionou em diversas epístolas. Na condição de prefeito pretoriano da Ilíria, Anatólio organizou uma competição de retórica em Atenas e conduziu alguns sacrifícios religiosos (cf. *PLRE* 1, p. 60). Entretanto, a despeito de nossas conjecturas, somos obrigados a reconhecer a impossibilidade de avaliarmos em que grau – se houver algum – o cristianismo de Florêncio teria conduzido Aurélio Vítor a enumerá-lo dentre os *indocti*, em oposição aos *boni*.¹⁰⁸

À guisa de conclusão, as *Historiae abbreviatae* podem ser pensadas à luz dos preceitos referentes à noção dos “lugares de memória”. Nora (1993, p. 12-13) os classifica como objetos e instituições, tangíveis e intangíveis, que no presente testemunham outra era, e se constituem em marcos que carregam uma ilusão de eternidade. Emergem da tensão sentida pelos indivíduos, entre uma tradição que se quer arraigada e o abandono da mesma, provocado pela dissolução dos grupos sociais. Os “lugares de memória”, portanto, nascem e se alimentam da percepção de que não há memória espontânea, derivando, pois, do anseio dos

¹⁰⁷ Anatólio equivaleria, nas palavras de Aurélio Vítor, a um “restaurador” (*medente*) da grandeza da prefeitura do pretório da Ilíria (*Hist. abbrev.* 13.6).

¹⁰⁸ Para Gonçalves (2001, p. 31), as ásperas palavras que Aurélio Vítor destinou aos funcionários imperiais de seu tempo voltar-se-iam, “obviamente, aos burocratas cristãos”. Embora menos incisivo, Momigliano (1958, p. 62) levanta uma proposta semelhante. No entanto, é forçoso salientar que uma alusão ao cristianismo, em toda circunstância indistinta, depende mais de um leitor predisposto a enxergá-la do que propriamente dos elementos manipulados na narrativa. A proximidade entre Aurélio Vítor e os prefeitos pretorianos Anatólio e Florêncio, todavia, nos conduz a reiterarmos nossa sugestão, no que diz respeito ao caso específico de Florêncio.

grupos em se auto-afirmar e se autodiferenciar. No entanto, cabe à história solidificá-los enquanto tal, ao se apoderar e, com efeito, transformar e deformar os “lugares de memória”.

Sendo assim, diante da formatação de outros relatos históricos durante a era constantiniana, que forjavam um espaço para o cristianismo, acomodando-o ao passado e rompendo com antigos pressupostos – vide, por exemplo, as obras de Lactâncio e Eusébio de Cesaréia – os tradicionais valores “não cristãos” poderiam se enfraquecer no interior de diferentes círculos sociais. Compreendemos a obra de Aurélio Vítor, neste ensejo, como fruto da percepção de que se fazia oportuno registrar e preservar os traços mais gerais da história imperial romana, como se a perda de um “legado comum” conduzisse ao esvaziamento de uma romanidade idealizada. E, como aclara Gonzálo Blanco (1997, p. 16), o apego à tradição assinala a crise de sua própria validade, em meio a um contexto em que o ritmo habitual de preservação e de esquecimento sofre questionamentos por parte de diversos indivíduos ou grupos sociais.¹⁰⁹

Nestes termos, essa “tradição” é concebida pelos homens como se englobasse uma “atualidade indiferenciada”, pois que os significados atrelados à experiência das gerações passadas deveriam se manter operantes no presente. Por isso, a filiação do historiador aos elementos inerentes ao paganismo redundava em uma manifestação de suporte aos valores e práticas tradicionais, “não cristãs”. Deste modo, ajuizamos que a obra engendrava um ato simbólico. O texto de Aurélio Vítor se aproximava do “mundo” em que foi produzido e se apropriava do mesmo para submetê-lo à sua forma; do que resultaria, seguindo a argumentação de Jameson (1992, p. 74-75), que a narrativa começasse a gerar o seu próprio contexto, com vistas à resolução das contradições sociais, mas de uma maneira tal que se perpetuava a ilusão de que a realidade não existe senão no âmbito do próprio texto que a expressaria. Assim, o cristianismo situava-se, enquanto fenômeno histórico, como “causa ausente” no interior das *Historiae abbreviatae*. Concluímos, portanto, que o emudecimento de Aurélio Vítor diante da nova religião adquire, paradoxalmente, grande relevância.

---

¹⁰⁹ Nos dizeres de Gillis (1994, p. 9), “if the conflicts of the present seemed intractable, the past offered a screen on which desires for unity and continuity, that is, identity, could be projected”.

2.5 Um encômio à dinastia Constantiniana? O historiador, o passado e o presente

Como vimos, Constantinopla e a religião cristã figuravam de maneira oblíqua nas páginas da narrativa de Aurélio Vítor. Ambos os temas estavam na ordem do dia no momento em que o historiador decidiu pela composição das *Historiae abbreviatae*. Por sinal, sua obra abarca o período constantiniano por inteiro – salvo o curto, e peculiar, reinado de Juliano, visto que o texto fora finalizado antes de novembro de 361. Deste modo, o historiador se situava como testemunha contemporânea dos reinados de Constantino e seus descendentes. Assim, ajuizamos que a compreensão relativa ao posicionamento que Aurélio Vítor adotou diante da época em que vivia passa pela análise, em paralelo, do relato elaborado a respeito tanto do governo de Constantino quanto do de Constâncio II, que equivalem às duas personalidades que se sobressaem nos últimos três capítulos da obra.

Sobre Constâncio II, Aurélio Vítor o definiu como um varão

sereno e clemente de acordo com a ocasião, conhecedor das letras a ponto de distinguir-se e orador de um tipo doce e agradável; resistente ao esforço (*laboris patiens*)¹¹⁰ e admiravelmente certo no tiro com arco; dominador de seus apetites, de todos os seus desejos e todas as suas paixões; bastante piedoso no culto de seu pai e demasiadamente atento a si próprio (*suique nimis custos*); consciente de que a vida dos bons imperadores (*uita bonorum principum*) rege a placidez do Estado (*Hist. abbrev.* 42.23).

Em poucas linhas, avaliava-se a figura de Constâncio II, assim como se transmitia uma concepção acerca do papel do soberano no interior da sociedade imperial. À primeira vista, os elogios cunhados pelo historiador retomam temas frequentes na literatura panegírica. Constâncio II é mostrado enquanto modelo de “civilidade”, *ciuilitas*. Este era um dos pilares da “ideologia da *recusatio*”, o elemento que distinguia o sistema imperial romano de qualquer outro regime monárquico, antigo ou medieval. Embora desde o principado de Augusto a autoridade e o poder político coubessem, de maneira efetiva, ao imperador, uma cuidadosa demonstração de respeito perante o Senado e o povo de Roma – sobre os quais repousava, em tese, o *imperium* nos tempos da República – sustentava a ilusão de preponderância de tais instituições quando, de fato, se findava por assinalar, ritual e simbolicamente, a supremacia do próprio *princeps*.

¹¹⁰ A expressão “*laboris patiens*” referir-se-ia à ideia de que o *imperium* corresponderia a um pesado fardo. Quanto a isto, cf. Béranger (1979, p. 367). Noção semelhante se encontra em *Hist. abbrev.* 9.3, versículo em que se diz que Vespasiano deixou incólumes muitos dos que conspiravam contra o seu poder, na medida em que se tratava de indivíduos que ignoravam o quão penoso e incômodo era o exercício do *imperium*.

Portanto, o imperador teria de atuar na sociedade norteando-se pela ideia de deferência perante os demais cidadãos e, em especial, as camadas aristocráticas.¹¹¹ Estas, afirma Wallace-Hadrill (1982, p. 41) preconizavam que o comportamento do soberano romano deveria repousar na observância de virtudes que implicassem uma voluntária restrição do poder. Em que pesem os quatro séculos que separavam Augusto e Constâncio II, Aurélio Vítor reiterava tal ótica, no âmago da qual a *clementia* assumiria lugar de destaque.¹¹²

Assim, vale recordar que as *Historiae abbreviatae* foram elaboradas em um contexto de crise política e militar. No ano de 350, Magnêncio usurpou o poder em boa parte do Ocidente, assassinando o *Augusto* Constante e, tempos depois, confiando uma parcela das Gálias ao seu irmão (ou primo) Decêncio. Ainda em 350, Vetrânio tomou a púrpura na região do Ilírico e Nepociano assumiu o poder por menos de um mês na *Urbs*. Contudo, os movimentos liderados por Vetrânio e Nepociano foram, ao que parece, instigados por membros da corte de Constâncio II, e não representaram um desafio à autoridade do imperador “legítimo”, mas antes visavam neutralizar as ações de Magnêncio na Ilíria e na cidade de Roma (T. BARNES, 2001, p. 101). Levando-se em conta que os distúrbios no Ocidente exigiam sua presença, no ano seguinte Constâncio II incumbiu um de seus primos, Constâncio Galo, da tarefa de manter a ordem no Oriente e evitar possíveis incursões persas.

A eliminação de Magnêncio e Decêncio em agosto de 353 não pôs um ponto final aos distúrbios políticos naqueles tempos. Intrigas palacianas, envolvendo altos funcionários imperiais, resultaram no falecimento do *César* Galo, em 354, e na revolta e morte do usurpador Silvano, no ano vindouro. Em novembro de 355, para conduzir a defesa das Gálias contra o ataque dos alamanos, Juliano foi enviado ao Ocidente e associado ao poder imperial. Por fim, quando Constâncio II se preparava para mais uma campanha contra os sassânidas, o mesmo Juliano foi aclamado *Augusto* pelas tropas galo-romanas ao final do inverno de 360. Diante de tais episódios, Aurélio Vítor reconheceria, em *Hist. abbrev.* 42.20, que o imperador dificilmente pôde se manter afastado do campo de batalha, pois que, em vinte e três anos de

---

¹¹¹ O princípio da “*recusatio*” figura de modo saliente nos autores imperiais, desde Tácito e Suetônio. Temos que ter em mente que se tratava de escritores que veiculavam, direta ou indiretamente, os anseios dos senadores, transmitindo a conduta que tal grupo social aprovava ou hostilizava. No entanto, as fontes não deixaram de apontar a maneira como os imperadores efetivamente agiram, algo que nos sinaliza que a maior parte dos governantes prestou atenção aos interesses da aristocracia senatorial – o que não significa dizer que todos os *principes* tivessem se comportado de forma similar. Sendo assim, as fontes destacam o ritual da *recusatio* não porque este se resumisse a uma expectativa nutrida pelos senadores, desvinculada da prática cotidiana, mas antes pelo fato de que certos imperadores deram mostras de terem limitado, por meio de gestos e práticas, o *imperium* irrestrito que lhes fora confiado (WALLACE-HADRILL, 1982, p. 40-41).

¹¹² Como salienta Brown (1992, p. 31), mesmo um governador de província desejava que seus atos fossem contemplados como se ancorados nos antigos valores. O apelo ao ideal de um harmonioso, mesmo cortês, estilo de governar permitia cimentar os laços de solidariedade política com as elites locais.

reinado, a *res publica* havia passado por conflitos externos, bem como guerras civis. Sendo assim, o imperador teria se revelado capaz de “resistir ao ímpeto dos persas”, ao passo que “forçou tantos tiranos a desistir” (*Hist. abbrev.* 42.21). Ou seja, o historiador sutilmente indicou que, do ponto de vista militar, Constâncio II revelou-se melhor sucedido nos conflitos domésticos do que na frente persa.¹¹³

Neste ensejo, a ideia de clemência se revestiria de uma relevância ímpar e se traduziria, em essência, pelo perdão oferecido aos inimigos. Podemos afirmar que tal virtude adquiriria particular destaque em contextos caracterizados por guerras civis, como outrora ilustrado pelo “*clipeus uirtutis*” concedido a Augusto em janeiro de 27 a.C..¹¹⁴ Logo, se “aprazível e clemente”, Constâncio II teria atuado de acordo com os padrões da civilidade, mantendo-se no mesmo patamar que os demais cidadãos (ou, mais propriamente, da aristocracia senatorial). Além disso, em um ambiente conturbado por movimentos de usurpação, que colocavam em xeque a autoridade do príncipe¹¹⁵, a clemência para com os inimigos marcaria a disposição do soberano em, finalizado o conflito bélico, assegurar a estabilidade social e a segurança pessoal de seus concidadãos, tarefas estas associadas ao estereótipo do “bom” monarca (EARL, 1984, p. 73).

Por seu turno, à clemência se reservava outra perspectiva, podendo ser entendida como uma “misericórdia arbitrária”, ou seja, uma manifestação da superioridade do imperador em relação aos demais membros da sociedade romana, que corresponderiam a indivíduos tomados enquanto objeto de comiseração. A clemência escapava a regulamentações legais de qualquer sorte e, emanada do príncipe, refletiria um ato espontâneo que, por sua vez, salientaria os predicados morais do governante do Império. Assim teria agido Constâncio II em relação ao usurpador Vetrânio (cf. *Hist. abbrev.* 42.1). Dito de outra maneira, a clemência seria uma qualidade própria de um homem “consciente de que a vida dos bons imperadores rege a placidez do Estado”, para usarmos as palavras de Aurélio Vítor.

¹¹³ Eutrópio (10.15.2), Amiano Marcelino (16.10.1) e o autor do *Epitome* (42.18), por outro lado, apontaram sem maiores rodeios que Constâncio II mostrou-se mais afortunado nos confrontos internos do que nas guerras estrangeiras.

¹¹⁴ Dentre as virtudes arroladas no referido escudo, a clemência expressaria as intenções de Augusto, vitorioso na batalha de Ácio, em relação aos que haviam se posicionado do lado de seu rival, Marco Antônio. Ao conceder anistia aos partidários daquele, o “clemente” Augusto abria espaço na nova ordem que se construía para os senadores e cavaleiros que haviam apoiado o seu adversário político. Para tanto, cf. Antikeira (2008, p. 9).

¹¹⁵ A despeito dos fatores e do contexto específico em que se desenrolaram os diferentes processos de usurpação nos séculos III e IV, tais movimentos podem ser considerados como uma ruptura do *consensus* militar sobre o qual se sustentava a posição do *Augusto* legítimo. Durante as eras tetrárquica e constantiniana, ademais, o rebelde que se insurgia contra o(s) imperador(es) ansiava, à princípio, ser reconhecido também como monarca pelo(s) *Augusto(s)* reinante(s) e não subverter a ordem política estabelecida (ESCRIBANO, 1998, p. 311).

Mas a *clementia* que o historiador atribuía a Constâncio II não resulta irrestrita. Como se lê em *Hist. abbrev.* 42.23, o referido imperador seria “sereno e clemente *de acordo com a ocasião*” (*placidus clemensque pro negotio*, grifo nosso). Magnêncio e Decêncio foram obrigados a cometer suicídio (*Hist. abbrev.* 42.10), enquanto que o jovem César Galo teve sua vida ceifada a mando de seu primo (cf. *Hist. abbrev.* 42.12). Isto demonstraria que a clemência de Constâncio II afluía de maneira circunstancial, como Aurélio Vítor comprovaria por intermédio dos fatos acima indicados. Sendo assim, o príncipe reinante não se apresentava como clemente por completo ou, melhor, nem sempre teria agido sob o manto de tamanha virtude.

Sendo assim, nos deparamos com uma postura dúbia, hesitante, por parte do historiador. Utilizando a ambiguidade como recurso de elaboração de seu discurso, Aurélio Vítor pincelou um quadro a respeito da história de seu tempo, que contemplava os governos de Constantino e Constâncio II. Neste sentido, pautamo-nos nos argumentos que Neri (1992, p. x) desenvolve no tocante às representações acerca de Constantino, como observadas no interior da produção historiográfica latina, não cristã, do século IV. Neri propõe que as obras de Aurélio Vítor, Eutrópio e Amiano Marcelino, entre outros, se assentavam sobre um “*ambiguo equilibrio*”, no que concernia ao reinado de Constantino. Inseridos em um universo que se tornava cada vez mais cristianizado, os mencionados escritores tiveram de, segundo Neri, avaliar o primeiro imperador cristão com a devida cautela, ainda mais porque tanto Aurélio Vítor quanto Eutrópio e Amiano Marcelino exerceram funções em meio ao aparato burocrático ou militar imperial, quer dizer, estiveram a serviço dos monarcas cristãos. Partindo destes pressupostos, defendemos aqui a ampliação do escopo trabalhado por Neri, pois que a inserção de Constâncio II nas páginas das *Historiae abbreviatae* se norteia por lógica similar. Por fim, faz-se escusado recordar uma condição que diferenciava Aurélio Vítor dos demais autores, qual seja, o fato de compor sua narrativa no momento em que a dinastia Constantiniana ainda ditava os rumos do jogo político imperial.

Pois bem, tal condição amplificava ainda mais os tons ambíguos que se observam no discurso formulado nas *Historiae abbreviatae*. Posto isto, apreendemos o relato de Aurélio Vítor tendo em mente uma estratégia bifronte. Partimos de uma hermenêutica da “suspeita”, na medida em que não aceitamos de forma passiva a mensagem aparente no texto, em seus próprios termos. Uma vez refutada essa camada à superfície, poder-se-ia estabelecer uma hermenêutica “empática”, visando restaurar a “mensagem original”, o sentido oculto que

residiria em uma camada mais profunda do texto¹¹⁶, e que fora formalmente obscurecido pelo autor a partir de diferentes mecanismos (DANIUS, 1994, p. 205), dentre os quais a autocensura, por exemplo.

Feito isto, voltemos nossa atenção para as circunstâncias que marcaram a ascensão de Constâncio II. Este, ao lado de seus dois irmãos, sucedeu a seu pai no mês de setembro de 337. Nos anos anteriores, porém, Constantino havia procurado se harmonizar com seus meio-irmãos, filhos de Constâncio Cloro e Teodora, e conferiu a eles determinados títulos e magistraturas. Neste ensejo, Flávio Dalmácio, um de seus meio-irmãos, tornou-se cônsul e censor no ano de 333. Dois anos depois, os filhos de Dalmácio, Flávio Dalmácio *junior* e Flávio Anibaliano, foram igualmente conectados à administração do Império. Dalmácio *junior*, elevado à dignidade de *César*¹¹⁷, foi encarregado do governo da Acaia, da Macedônia e da Trácia; coube a Anibaliano, por seu turno, sob o título de “*Rex Regum et Ponticarum Gentium*”, as províncias do Ponto, da Armênia e da Capadócia.¹¹⁸

Todavia, os descendentes de Teodora, ainda que vinculados à administração imperial por obra do próprio Constantino, foram exterminados na “Nova Roma” pouco depois do falecimento daquele. Disto resultou o fato de que o Império ficou a cargo, única e exclusivamente, de Constantino II, Constâncio II e Constante. A fim de eximi-los de qualquer culpa nos expurgos cometidos em Constantinopla, emergiu a versão de que os soldados teriam perpetrado a matança por iniciativa própria, dado não aceitarem que os sucessores de Constantino fossem outros que não os filhos do finado soberano (SANCHO GÓMEZ, 2008, p. 76).¹¹⁹ Vale destacar que Aurélio Vítor aludiu, veladamente, a essa perspectiva. Em *Hist. abbrev.* 41.15, relatou-se que Dalmácio foi designado como *César* por Constantino, “apesar

¹¹⁶ “The author had intentions, even if we cannot know them fully, and even if those intentions do not define the universe of legitimate meaning that may be found in his or her work”. Empiricamente falando, um compositor trabalha com a expectativa de que seus leitores entendam o que foi escrito e, em particular, que compreendam o sentido que ele, na condição de autor, tencionou imprimir ao seu texto (FARRELL, 2005, p. 99-100). Ou seja, no que concerne às estruturas de significação inerentes ao discurso, o sujeito do texto – o autor, com quem o público trava um diálogo – impõe a sua presença ou, nas palavras de Moscatelli (2003, p. 54), “faz valer a sua intenção, [e] coloca limites à inferência do leitor”.

¹¹⁷ Tal como os três filhos de Constantino outrora haviam sido. De acordo com T. Barnes (1981, p. 251), a elevação do jovem Dalmácio, no ano de 335, expressava a intenção de Constantino de emular o organograma político montado décadas antes por Diocleciano. Salvo as províncias africanas, a cargo de um prefeito pretoriano, todo o restante do Império recaiu sob a autoridade dos quatro *Césares*, no período entre 335 e 337. Porém, é preciso destacar que o próprio Constantino manteve o controle e a autoridade nominal sobre todo o território imperial.

¹¹⁸ Cabe notar, todavia, que Aurélio Vítor e Eutrópio o ignoraram. Advogamos que o fato de Anibaliano não se enumerar entre os *Césares* – e, pois, não listar entre os herdeiros presuntivos de Constantino – tenha levado ambos os autores a descartá-lo.

¹¹⁹ A elevação dos três e, com efeito, a eliminação dos demais familiares de Constantino, se assemelha a um caso de aclamação militar. Em sentido estrito, os soldados teriam garantido a ascensão dos novos *Augusti* (MAZZARINO, 2005, p. 698).

da forte oposição dos soldados”. Na sequência da narrativa, o historiador assumiu uma compreensiva posição de cautela, de modo que não se interrogou acerca dos fatores que teriam motivado a queda de Dalmácio, ocorrida pouco depois da morte de seu tio. Tendo em vista que Aurélio Vítor compunha sua obra ao tempo de “nosso imperador Constâncio II” (cf. *Hist. abbrev.* 41.10; 42.5), não surpreende constatarmos que o historiador redigisse que “foi assassinado Dalmácio, sem que se saiba quem foi o instigador” (*Hist. abbrev.* 41.22).

Por volta de uma década depois de as *Historiae abbreviatae* terem sido finalizadas, já sob o domínio da dinastia Valentiniana, Eutrópio não hesitaria em apontar Constâncio II como aquele que teria, se não estimulado, ao menos permitido a insurreição militar que culminou no assassinio de Dalmácio (cf. Eutr. 10.9.1). Além disso, Aurélio Vítor também exibiu uma prudente incompreensão no tocante à morte do primogênito de Constantino, Crispo, que se desenrolara no ano de 326. As *Historiae abbreviatae* apenas indicam, concisamente, que “não se sabe por que razão, [Crispo] foi morto por ordem de seu pai” (*Hist. abbrev.* 41.11). Todavia, ao contrário de Dalmácio, o *César* Crispo havia se destacado em diversas ocasiões ao longo das duas primeiras décadas do reinado de Constantino. Crispo exerceu o consulado por três vezes, nos anos de 318, 321 e 324, e sua participação na guerra civil contra Licínio mostrou-se relevante, o que lhe granjeou grande popularidade e apreço por parte dos soldados.

O perecimento de Crispo possivelmente obteve ampla ressonância, ainda mais se considerarmos que sua madrastra, Fausta, foi assassinada por volta da mesma época. Por certo, as circunstâncias nebulosas que cercam a morte de ambos alimentaram a ideia de um adultério envolvendo Crispo e sua madrastra. Os rumores seriam reforçados pelo fato de Constantino, ainda no ano de 326, ter promulgado medidas legais mais rígidas em relação ao matrimônio, prevendo punições severas para os que incorressem em ato adúltero (MARASCO, 1996, p. 133). Aurélio Vítor, porém, desconsiderou a existência de Fausta e de outras mulheres, como Helena, que integravam a casa de Constantino, e tampouco o papel desempenhado por Crispo nos dez anos em que governou junto de seu pai recebeu alguma menção.

Uma vez mais, a narrativa de Eutrópio fornece um contraponto. O *Breviário* eutropiano afirma que os êxitos obtidos contra os rivais transformaram o outrora agradável Constantino em um varão arrogante, de tal monta que perseguiu seus familiares e eliminou o seu filho, “um homem insigne”, bem como o seu sobrinho (ie., Liciniano), e depois a sua esposa e vários amigos (Eutr., 10.6.3). Ou seja, a mudança no caráter de Constantino o incriminaria, e eis que Eutrópio elegeu um motivo para esclarecer todas as execuções que consumiram a família imperial: a tirania do soberano.

Contudo, consideramos que as reticências notadas nas *Historiae abbreviatae*, no que tangia às mortes de Crispo e Dalmácio, desvelam a dificuldade do historiador em trabalhar com certos eventos e, ao mesmo tempo, a capacidade de Aurélio Vítor em manipular, no texto, situações que não poderiam ser desenvolvidas em sua plenitude, dado o contexto em que se elaborava a narrativa (NERI, 1993, p. 716). O mesmo, porém, não se aplica ao episódio referente ao falecimento do *César* Galo. Sem medir as palavras, Aurélio Vítor escreveu que Galo, “por causa da sevícia e de seu caráter violento, morreu por ordem do *Augusto* [ie., Constâncio II]” (*Hist. abbrev.* 42.12).

Por uma lúgubre coincidência, Galo, que regeu o Império ao lado de seu primo durante quatro anos, foi executado no ano de 354 na cidade de Pola, na Ístria – a mesma localidade em que, quase três décadas antes, ocorreu o assassinio (ou suicídio) de Crispo. Deste modo, Constâncio II acabou por emular o seu pai, visto que, na condição de *Augusto*, ordenou a morte de seu subordinado *César*, com quem possuía laços de sangue. Mas, embora as circunstâncias que rondavam o assassinato de Galo fossem tão incertas quanto àquelas que concerniam à morte de Crispo, Aurélio Vítor não hesitou em sinalizar o que teria motivado a queda de Galo, ou seja, uma (pretensa) crueldade. Nestes termos, o historiador situou Galo no mesmo plano moral em que se encontrariam os usurpadores contra os quais Constâncio II teve de lutar e, oportunamente, eliminar.¹²⁰

E foram exatamente as usurpações que eclodiram durante o reinado de Constâncio II os acontecimentos que se destacam no relato que as *Historiae abbreviatae* destinam à referida época. Por certo, tratava-se de uma questão política e militar que não poderia ser negligenciada pelo historiador antigo e, por isso, boa parcela da narrativa dedicada ao governo de Constâncio II se debruçaria sobre a temática. Em primeiro lugar, se nota a disposição de Aurélio Vítor no sentido de demonstrar que a posição de Constâncio II seria legítima, na medida em que aquele contaria com o apoio do Senado e do povo de Roma, contra a “tirania” que Magnêncio e Nepociano instauraram nas regiões ocidentais do Império. Para tanto, concebia-se o suporte fornecido pela *Urbs* e suas instituições enquanto elemento que conferia legitimidade às ações de um governante (VAN DAM, 2009, p. 39).

Isto significa que, no entender de Aurélio Vítor, a posição assumida pelo Senado e o povo de Roma constituiria um fator a distinguir o “imperador legítimo” do “tirânico usurpador”. Nestes termos, suprimiu-se todo e qualquer resquício de uma eventual colaboração que a aristocracia senatorial de Roma ou que os demais grupos sociais residentes

¹²⁰ Comparemos os modos pelos quais Aurélio Vítor definiu o caráter de Galo (*animum trucem*) com as menções feitas a Magnêncio (*diro atrocique ingenio*) e Vetrânio (*ingenio stolidior*). Para tanto, cf. *Hist. abbrev.* 41.25-26.

na cidade pudessem ter oferecido a Magnêncio.¹²¹ Deste modo, o historiador escreveria que, no interior da *Urbs*,

corrompida a multidão, ao mesmo tempo [aproveitando] o ódio por Magnêncio, Nepociano, aparentado de Flávio [ie., Constâncio II] por linhagem materna, é feito imperador por um grupo de gladiadores armados, depois de morto o prefeito da cidade. Seu caráter bruto resultou de tal modo nefasto para a plebe romana e os senadores (*plebi Romanae patribusque*) que todas as casas, *fora*, ruas e templos se encheram completamente de sangue e cadáveres, como se fossem tumbas. Não apenas por causa de Nepociano, mas em verdade também [devido] aos apoiadores de Magnêncio [...] (*Hist. abbrev.* 42.6-8).

Aurélio Vítor assim reportou qual a situação que se observaria em Roma nos meados do ano de 350. A cidade estava sob o controle dos partidários de Magnêncio, dentre os quais Aniceto, que ocupava a prefeitura do pretório da Itália e África, e que tombou morto durante o levante impetrado por Nepociano.¹²² O historiador expôs um quadro tétrico de uma Roma tumultuada por confrontos entre Nepociano e seus gladiadores, de um lado, e os defensores de Magnêncio, por outro. Ademais, Aurélio Vítor assinalou que Constâncio II não pôde reverter o desastre que se abateu sobre os habitantes de Roma, pois que o mal tempo (*hiems aspera*) o teria impedido de cruzar os Alpes e marchar contra seus inimigos na Itália (*Hist. abbrev.* 42.5).¹²³ Isentava-se, pois, Constâncio II de qualquer responsabilidade sobre os acontecimentos que se desenrolaram na *Urbs* durante os dias em que Nepociano reclamou o poder imperial.

Sancho Gómez (2008, p. 95) argumenta que a narrativa hiperbólica sobre o clima de repressão que teria consumido a cidade de Roma, durante o breve domínio de Nepociano, foi inspirada pela convulsão social que grassou a *Urbs* durante “o ano dos seis imperadores”, isto

¹²¹ Constâncio II travou uma relação relativamente conturbada com as camadas aristocráticas de Roma, das quais alguns setores, tanto cristãos quanto não cristãos, se aliaram a Magnêncio. Sancho Gómez (2008, p. 93) defende a ideia de que o matrimônio entre o imperador e a jovem Eusébia, cuja família era originária de Tessalônica, pode ser interpretado como uma reprimenda do soberano direcionada à parte da nobreza ligada à *Urbs*. Constâncio II retomou sua autoridade sobre a cidade apenas em setembro de 352, e o casamento com Eusébia foi realizado pouco depois, talvez ainda no final daquele ano. Em verdade, no entanto, é difícil mensurar até que ponto as províncias ocidentais sustentaram, de fato, a empreitada de Magnêncio. Poder-se-ia supor que, tendo em vista que parte do Ocidente manteve-se sob o domínio do usurpador por três anos e meio, aquele tivesse disposto de considerável apoio. Chastagnol (1960, p. 420), porém, aponta que apenas uma reduzida parcela da aristocracia senatorial romana havia fornecido suporte aos intentos de Magnêncio.

¹²² O *praefectus urbi*, naquela ocasião, era Fábio Ticiano; este, inclusive, foi enviado por Magnêncio para negociar com Constâncio II pouco antes da batalha de Mursa, ocorrida em 28 de setembro de 351. Para tanto, cf. *PLRE* 1, p. 918. Logo, no relato apresentado em *Hist. abbrev.* 42.6, o prefeito da cidade, Ticiano, é confundido com o prefeito pretoriano Aniceto, que realmente faleceu em meio aos combates travados nas ruas de Roma.

¹²³ Consequentemente, o soberano não conseguiu seguir os passos de seu pai. De acordo com Aurélio Vítor, Constantino havia se dirigido das Gálias para Roma assim que informado sobre o estado crítico em que a *Urbs* e a Itália se encontrariam sob o domínio de seu rival Maxêncio (*Hist. abbrev.* 40.16).

é, em 238. Nesta oportunidade, a guarda pretoriana enfrentou grupos citadinos armados e um bando de gladiadores¹²⁴, enquanto que as forças comandadas pelos senadores Pupieno e Balbino lutaram em Aquiléia contra o imperador Maximino, o Trácio. Outra similaridade reside no fato de que, em 238, o *praefectus urbi* foi morto em meio à confusão reinante¹²⁵, tal como Aurélio Vítor erroneamente indicou no que se referia aos distúrbios ocorridos no ano de 350.

De todo modo, as afirmações taxativas e os eventos catastróficos (como se vê na assertiva sobre o ódio nutrido diante de Magnêncio e o caráter bruto de Nepociano, que teriam promovido um banho de sangue em Roma), evidenciam que ambos os usurpadores foram retratados por Aurélio Vítor com as cores de um tirano. Chegou-se, inclusive, a se assinalar veladamente que a *atrocitas* configuraria um traço comum ao *ingenium* dos bárbaros (cf. *Hist. abbrev.* 41.25), como se a perversidade constituísse um elemento avesso à romanidade. Vale ressaltar que, a partir do reinado de Constantino, a palavra *tyrannus* passou a comportar um aspecto quase técnico, descritivo, sendo utilizada como sinônimo de “usurpador”. Em que pese isto, os pretendentes mal sucedidos ou rivais da casa constantiniana – casos de Maxêncio, Licínio, Vetrânio, além dos já mencionados Magnêncio e Nepociano – foram atrelados por Aurélio Vítor ao tradicional *topos* retórico do “tirano-cruel”. No caso específico da civilização romana, tal recurso havia sido amplamente empregado no contexto da era tardo-republicana, como uma forma de invectiva política em meio às disputas entre as *factiones* dos *optimates* e dos *populares* (DUNKLE, 1967, p. 156).

Cabe alertar, portanto, que no decorrer da Antiguidade romana a palavra *tyrannus* e os vocábulos assemelhados assumiram diferentes acepções. Como alerta T. Barnes (1996, p. 55), todo termo mais complexo ou polissêmico seria trabalhado/apropriado por escritores e leitores de forma que cada um, por si, selecionaria um significado específico que, consciente ou inconscientemente, se adequasse aos seus próprios propósitos. Além do mais, a temática da tirania, pensada de maneira abstrata, correspondia a um dos objetos comumente postos em debate para o ensino da retórica latina e grega na sociedade imperial.

Assim, faz-se escusado apontar que os adversários de Constantino e Constâncio II, nas *Historiae abbreviatae*, foram retratados como *tyranni* porquanto o vocábulo não havia ainda assumido o sentido jurídico de “usurpador”.¹²⁶ Antes, por “*tyrannus*” Aurélio Vítor almejava

¹²⁴ Cf. *Hist. abbrev.* 27.2.

¹²⁵ Em relação à crise de 238, Aurélio Vítor salientou que “foram assassinados [...] o prefeito da cidade e os demais magistrados” (cf. *Hist. abbrev.* 26.5).

¹²⁶ Escribano (1997, p. 103) assegura, por exemplo, que a palavra *tyrannus* assumiu nos livros que compõem o Código Teodosiano o significado de “*el que usurpa el poder imperial y lo ejerce contra el derecho*”.

sublinhar a noção de que o pretendente ao trono imperial não equivalia somente a um *Augusto* ilegítimo, mas, igualmente, se revelava um governante pernicioso e vil em relação aos demais integrantes da sociedade (T. BARNES, 1996, p. 56).

Portanto, o ato ilegal cometido por um usurpador não bastaria, por si só, para que Aurélio Vítor caracterizasse os rivais de Constantino e de Constâncio como “tiranos”. Em seu texto, o historiador enfatizaria a hipotética conduta imoral daqueles que haviam pretendido alcançar o trono, ao longo da era constantiniana. Mas a sequência de acontecimentos político-militares que perturbaram a ordem interna imperial nas seis primeiras décadas do século IV se refletiria, de outro modo, na historiografia daquele período. As guerras civis em que a dinastia Constantiniana se viu envolvida redundaram na incorporação dos usurpadores dentre os “*digna memoratu*” com os quais um autor como Aurélio Vítor haveria de lidar. Ressalve-se, porém, que nas *Historiae abbreviatae* os processos de usurpação se inserem de maneira subordinada ao relato referente ao governo do imperador “legítimo”. O historiador limitou-se a informar o surgimento do movimento usurpatório e a sua posterior supressão (algo que talvez evidenciasse uma postura legalista assumida por Aurélio Vítor).¹²⁷

Neste ensejo, para demarcar a ilegalidade cometida por aqueles que assumissem o título e as insígnias imperiais de forma indevida, modelar-se-iam os aspirantes à púrpura segundo as convenções retóricas acerca da tirania, projetando-se, conforme Silva (1996, p. 91), uma simetria entre a forma de obtenção do poder e as consequências do uso do mesmo, de maneira tal que o resultado a se esperar do governo de um “usurpador” seria, logo, negativo. Do que se conclui que a sinonímia tirano/usurpador obedecia, pois, aos interesses da casa reinante e, em sua origem, atendia às necessidades de legitimação da autoridade de Constantino no bojo das guerras civis contra Maxêncio e, posteriormente, Licínio. Por sinal, Maxêncio figura no texto de Aurélio Vítor como expressão definitiva do “tirano-cruel” ao tempo de Constantino (cf. *Hist. abbrev.* 40.18; 40.23). O historiador veiculou, em linhas gerais, a imagem pública e a memória que Constantino, vencedor na Ponte Mílvia, relegou ao seu rival derrotado e morto nas águas do Tibre.¹²⁸

¹²⁷ Ao contrário do que se nota, por exemplo, no tocante à emergência de Póstumo, ao tempo do reinado de Galieno. Aurélio Vítor procurou explicar as causas da formação do “Império gálico”, interpretando-as como uma reação ao comportamento reprovável exibido por Galieno (cf. *Hist. abbrev.* 33.5-6). Logo, o discurso da legitimidade, assentado em princípios morais, revelava-se assaz flexível, na medida em que a ação usurpatória poderia justificar-se em razão do desvirtuamento do soberano, “que de legítimo passaria a ser caracterizado como ilegítimo e tirânico, sendo a sua deposição considerada como um ato justo” (FRIGHETTO, 2000, p. 61).

¹²⁸ Dufraigne (1975, p. 196) propõe que a forte hostilidade demonstrada por Aurélio Vítor em relação a Maxêncio revelaria o sentimento de amargor que o historiador nutria perante a repressiva política que o citado imperador havia adotado no que concernia à África e, em particular, a Cartago (cf. *Hist. abbrev.* 40.19).

Assim sendo, Aurélio Vítor pretendeu sublinhar a natureza “ilegítima” do poder de Maxêncio. Este, proclamado imperador em Roma, não dispôs, durante muito tempo, nem mesmo do apoio de seu pai, o tetrarca Maximiano (*Hist. abbrev.* 40.5). Aurélio Vítor transmitia a ideia de que Maxêncio prescindia de um dos elementos que conferiam legitimidade ao governante, considerados os critérios em que se baseava o sistema tetrárquico: a aprovação por parte dos *Augustos*, algo que tecnicamente o transformava em um usurpador, na medida em que não era reconhecido como membro do colegiado imperial (HUMPHREYS, 2008, p. 85).¹²⁹ Em vista disto, o *César* Severo e, na sequência, o *Augusto* Galério marcharam até Roma, em tentativas infrutíferas de eliminar o “usurpador” (cf. *Hist. abbrev.* 40.6; 40.8-9).

O segundo quesito que compõe a faceta tirânica de Maxêncio nas *Historiae abbreviatae* diz respeito à tensão e às privações que o monarca teria feito incidir sobre a população da *Urbs* e da península Itálica. Em *Hist. abbrev.* 40.16, somos informados de que “[...] a cidade de Roma e a Itália eram devastadas [...]”, ao que se acrescentaria, na continuidade do texto, a seguinte passagem:

É incrível com quanta alegria e júbilo se regozijaram o Senado e povo de Roma com sua morte; Maxêncio os maltratou de tal forma que certa vez assentiu para que os pretorianos massacrassem a multidão e foi o primeiro que, por intermédio de um decreto, obrigou os senadores e os camponeses a cumprirem com um tipo de *munera* a fim de amealhar dinheiro para seus dispendiosos gastos (*Hist. abbrev.* 40.24).

Ora, nos deparamos novamente com a perspectiva de que Roma e a Itália conferiam legitimidade aos detentores do *imperium*. A aversão dos senadores e do *populus*, tal como visto nos casos de Magnêncio e de Nepociano, privaria o reinado de Maxêncio de uma aura legítima, nos termos do historiador. A morte do “tirano” opressor, pois, se justificaria, a ponto de levar o Senado e o povo romano ao êxtase.

Por outro lado, Aurélio Vítor reconheceu que a ascensão de Maxêncio em Roma se deveu ao suporte oferecido tanto pelos guardas pretorianos quanto pelo povo da cidade (*Hist. abbrev.* 40.5). Quer dizer, um dos elementos basilares em meio ao tradicional discurso acerca do poder na *res publica* – o *populus Romanus* – teria inicialmente favorecido a empresa de Maxêncio. Porém, ao espoliar os bens de seus súditos e ordenar que a guarda pretoriana infligisse um tormento ao povo, o governante negava, por exemplo, os princípios da

¹²⁹ A falta de aprovação por parte de Maximiano implicava, no relato de Aurélio Vítor, que Maxêncio não poderia reclamar nem mesmo uma continuidade dinástica. Constantino, pelo contrário, foi aclamado imperador pelas tropas de seu falecido pai (cf. *Hist. abbrev.* 40.4), o que faria dele um “legítimo” sucessor de Constâncio Cloro, em contraste com Maxêncio, apresentado como um modelo de usurpador.

*liberalitas*¹³⁰, os quais estabeleciam uma forte ligação entre o *princeps* e as camadas populares. Tais *liberalitates* eram encaradas pelos romanos como uma espécie de dever moral e não uma simples ação de generosidade por parte do imperador, na medida em que as *largitiones* assegurariam a “*felicitas temporum*” e sinalizavam a inexistência de ações opressivas (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000, p. 77).

Porém, malgrado a apreciação efetuada por Aurélio Vítor, o reinado de Maxêncio havia se pautado em um programa político de valorização da romanidade, que se traduzia, por exemplo, no embelezamento da *Urbs*. Assim, ao contrário de Constantino, Maxêncio cultivava a ideia de que a cidade de Roma equivalia ao coração do sistema político imperial (MILLAR, 1986, p. 309).¹³¹ Diferentemente do que se lê nas *Historiae abbreviatae*, não existem evidências materiais e epigráficas seguras que embasem a perspectiva de graves desavenças entre Maxêncio e os senadores romanos.¹³² Em verdade, durante o seu governo a cidade de Roma enfrentou uma grande carestia de alimentos, que se tornou crônica devido à rebelião que eclodiu na África durante alguns meses entre 308 e 309, liderada pelo vicário Domício Alexandre. Tal situação exigiu de Maxêncio uma enérgica resposta, a fim de que a diocese da África fosse recolocada sob sua autoridade – algo que, inclusive, ajuda a esclarecer os distúrbios vivenciados, naqueles tempos, por parte dos habitantes de Cartago.

Enfim, ao que parece, Maxêncio manteve os privilégios associados à ordem senatorial, ainda que, ao final de seu governo, possam ser apontados alguns atritos entre ele e certos integrantes das camadas superiores.¹³³ Igualmente importante, Coarelli (1986 apud RODRÍGUEZ GERVÁS, 1990, p. 50) salienta que Maxêncio buscou empreender um programa de reestruturação administrativa, urbanística e cultural da cidade de Roma ao longo dos anos em que submeteu a Itália e outras áreas ocidentais ao seu *imperium*, promovendo uma ótica de *renouatio* e de ênfase na *aeternitas* romana.¹³⁴

¹³⁰ A *liberalitas* se evidenciava por meio de distribuições de todo o tipo, em dinheiro ou provisões (as *largitiones*), que o imperador destinava às massas urbanas ou mesmo se efetivava mediante a intervenção pessoal do soberano em assuntos de grande importância para a coletividade, como em casos de epidemia de peste ou desastres naturais.

¹³¹ Lembremos, contudo, que Maxêncio exerceu um domínio efetivo apenas sobre a Itália e a África Proconsular.

¹³² Escribano (1998, p. 320), porém, prefere sustentar o discurso elaborado pelas fontes literárias, cristãs e não cristãs, que ilustram o inexistente ou escasso apoio que o Senado teria fornecido a Maxêncio desde o início de seu governo.

¹³³ Chastagnol (1960, p. 398) argumenta que o rompimento definitivo entre o soberano em questão e a elite senatorial teria ocorrido no inverno de 312. Beneficiado por tal ruptura, Constantino lançaria o ataque contra seu rival no outono seguinte. Por fim, Hall (1998, p. 651) destaca que Constantino permitiu o retorno de exilados e aboliu as punições que Maxêncio havia imposto sobre alguns membros da ordem senatorial.

¹³⁴ Afirma López Sánchez (2000, p. 68) que, aos olhos dos partidários de Maxêncio, Constantino se assemelhava a um “bárbaro”, vindo das províncias localizadas ao Norte do Império e fazendo-se acompanhar por soldados ignóbeis. A tais tropas, Maxêncio alardearia que se opuseram as legiões “verdadeiramente romanas”, compostas por efetivos advindos da península Itálica, que ele comandava. De maneira similar, Van Dam (2009, p. 38) diz

Contudo, resulta impossível atestarmos em que sentido poderia Aurélio Vítor ter tomado ciência do programa político e ideológico a partir do qual Maxêncio procurou alicerçar sua autoridade. A *damnatio* a que foi submetida sua memória, logo após a batalha da Ponte Mílvia, implicava a condenação das ações de Maxêncio. Podemos supor, porém, que a perspectiva da “*renouatio urbis Romae*” despertasse a atenção do historiador. Desta forma, Aurélio Vítor não deixou de indicar que Maxêncio havia construído monumentos dotados de “grande magnificência, o templo da cidade e a basílica”, os quais viriam depois a ser consagrados em nome de Constantino, por ordem dos senadores (*Hist. abbrevu.* 40.26).

No entanto, a sensatez recomendava que o historiador se alinhasse, à superfície, aos ditames da imagem pública veiculada acerca do reinado de Constantino. Logo, até mesmo os feitos militares realizados em nome de Maxêncio foram matizados nas *Historiae abbreviatae*. O mérito pela vitória sobre Domício Alexandre, alcançada “em uma pugna de pouca relevância”, foi creditado ao prefeito do pretório Rúfio Volusiano, enviado por Maxêncio para reverter sua sorte na África Proconsular (*Hist. abbrevu.* 40.19).¹³⁵ Nestes termos, tratar-se-ia de um soberano “covarde e inapto para a guerra” (*pavidus et imbellis*), que se ocupou de forma indolente com amenidades enquanto que o conflito com Constantino se estendia por toda a Itália e seus soldados eram batidos em Verona (*Hist. abbrevu.* 40.20). Sendo assim, ajuizamos que, embora a remissão à ideia de *renouatio* soasse apazível a um historiador que deplorava o eclipsar da cidade de Roma em seus dias, Aurélio Vítor ecoou os elementos pertinentes às versões e representações que contemplavam os interesses da dinastia reinante. A nosso ver, uma postura sintomática da ambiguidade que caracteriza a narrativa de Aurélio Vítor acerca dos feitos e das transformações processadas ao longo da época em que vivia.

Portanto, a imagem formulada a respeito de Maxêncio, no interior das *Historiae abbreviatae*, não poderia senão modelar-se em função do *topos* retórico do tirano. Para tanto, restava adicionar um terceiro elemento, qual seja, a imoralidade, tal como se observa em *Hist. abbrevu.* 40.24: o cúpido Maxêncio teria ordenado que a guarda pretoriana avançasse contra o povo de Roma. Ademais, T. Barnes (1998, p. 134) coloca que, “*in the Greco-Roman world, a good ruler always reduced taxes, whereas a ruler who increased them was by definition a tyrant*”. Ora, Aurélio Vítor afirmava que, mediante uma “péssima lei”, Maxêncio onerou os senadores e os campesinos das áreas sob seu domínio, a fim de que seus gastos excessivos

---

que Constantino confrontou-se, do princípio ao fim de seu reinado, com a ideia de que representava “*a northern emperor*”.

¹³⁵ Compare-se com a ênfase distinta que se deposita no relato sobre a eliminação do usurpador bretão Alecto. Disse Aurélio Vítor que, diante da situação, o tetrarca Constâncio Cloro, pai de Constantino, “*aniquilou [Alecto] enviando contra ele Asclepiódoto*, que era o prefeito pretoriano, com uma parte da frota e das legiões” (*Hist. abbrevu.* 39.42, grifo nosso).

fossem alimentados. Ou seja, a iniquidade da medida legal desnudava a essência do caráter do governante.

O historiador complementou esse quadro ao dirigir a Maxêncio uma acusação de *impietas*, na medida em que o soberano “nem sequer se comoveu pela morte de seu pai” (*Hist. abbrev.* 40.24). A falta de devoção para com Maximiano sinalizava a ruptura entre Maxêncio e as convenções sociais, baseadas nos *mores*, que preconizavam uma conduta zelosa não apenas perante as divindades, mas também diante dos familiares e dos antepassados. A *impietas* contrariava, desta forma, as expectativas de um cidadão como Aurélio Vítor, de que os imperadores demonstrassem o devido respeito às priscas tradições romanas. Como recorda Van Haeperen (2005), para que um delito exista, não basta que o mesmo seja cometido por alguém, mas antes que seja reconhecido como um desvio pela coletividade como um todo.¹³⁶

Por sua vez, no que tangia a Licínio, o emprego da invectiva de “usurpador” não poderia resultar mais equivocada. Com a realização da chamada “Conferência de Carnunto”, em novembro de 308, Licínio tornou-se imperador, elevado à condição de *Augusto* pelas mãos de Diocleciano e Galério, que lhe confiaram a administração de áreas como as dioceses da Trácia e da Panônia. Era impossível, portanto, que Constantino questionasse a legitimidade do caminho trilhado por Licínio para alcançar o poder. Depois da eliminação de Maxêncio, no Ocidente e de Maximino Daia (305-313), no Oriente, entre os anos de 312 e 313, a cena política imperial polarizou-se entre Constantino e Licínio. Após duas guerras e a formação de alianças, por meio da consecução de matrimônios que envolviam os familiares de ambos os monarcas, em setembro de 324 todo o território do Império findaria sob a potestade de Constantino. Este, a partir de então, pôde manipular livremente a memória histórica relativa ao rival derrotado em Crisópolis. Deste modo, esse domínio indiscutível permitiu a Constantino “*privar de legitimidad a posteriori llamándo tirano a quien había sido su colega político*” (ESCRIBANO, 1998, p. 326).

Wardman (1984, p. 223) bem atesta que Aurélio Vítor não denominou Licínio como “*tyrannus*”, em oposição ao que se verifica no caso de Maxêncio. É possível que a opção por não empregar o vocábulo “tirano” derivasse do fato de que Licínio jamais pudesse ser designado como “usurpador”. Porém, isso não deve levar à conclusão de que, nas *Historiae abbreviatae*, Licínio não tivesse sido caracterizado à maneira dos piores tiranos. Como se lê em *Hist. abbrev.* 41.5, “as torturas próprias de escravos, [dirigidas] inclusive a pessoas inocentes e nobres filósofos, não tiveram para ele [ie., Licínio] limite algum”. Soa evidente

¹³⁶ A falta de *pietas* equivaleria a uma das mais salientes marcas atreladas ao comportamento de um “tirano”, de acordo com os pontos de vista advogados pela aristocracia senatorial (T. BARNES, 1996, p. 59).

que, na passagem em questão, Aurélio Vítor destacasse uma eventual *crudelitas* por parte do governante e, logo, os desvios morais enquadravam o adversário de Constantino na categoria retórica de “tirano”. Do que se deduz, uma vez mais, que o historiador se mostrou alinhado ao discurso *post mortem* que seria elaborado a respeito de Licínio.

Ao punir inocentes e, sobremaneira, “nobres filósofos” à maneira de escravos, Licínio negligenciava os ditames das *leges* e dos *mores*, conduta comum na tipologia do “tirano” que havia se forjado nos meandros da literatura greco-romana (WARDMAN, 1984, p. 222). Vale sublinhar que o direito romano vigente no período tardo-antigo proclamava a existência de distinções entre os *honestiores* e os *humiliores* e, por conseguinte, a legalidade da aplicação de diferentes punições, variáveis de acordo com a qualificação social do indivíduo (RUGGINI, 1987, p. 187). Assim sendo, a sevícia liciniana seria evidenciada ao se castigar eminentes filósofos, um ato que desconsiderava a *dignitas* dos supliciados, tratando-os de modo servil e que configurava, pois, um exemplo da *inciuitas* de Licínio, na medida em que rompia com a hierarquia social estabelecida.

Em suma, as *Historiae abbreviatae* reproduzem uma imagem acerca do derrotado Licínio que contemplava os interesses do “*inuictus*” Constantino. Ainda que Licínio tivesse governado boa parcela das províncias orientais durante quase dezesseis anos, Aurélio Vítor coisa alguma informou a respeito da política liciniana. Relata-se apenas que, ao mesmo tempo em que Constantino livrava Roma das garras de Maxêncio e implantava algumas medidas de reconstrução das áreas degradadas na África, no Oriente Licínio vencida uma guerra contra Maximino Daia, que morreria em Tarso durante sua fuga (*Hist. abbrev.* 41.1). Neste sentido, o historiador parece ter composto uma narrativa que almejava antes obliterar os traços do *imperium* exercido pelos adversários da casa constantiniana do que propriamente enaltecer as vitórias de Constantino, o imperador reputado como “legítimo”.

Com efeito, tal posicionamento também se nota na maneira pela qual Aurélio Vítor se referiu à Magnêncio. Embora tivesse exercido o poder em certas regiões do Ocidente por mais de três anos, Magnêncio emerge na narrativa apenas em função de seus “defeitos”: homem cujas origens remontavam ao *barbaricum*, advindo do exército, inculto, néscio e que ascendeu violentamente ao poder, por meio da eliminação de um dos *Augustos* legítimos.

No entanto, em relação a outro governante tido por “usurpador”, isto é, Maxêncio, observamos uma nuance. Como vimos, Aurélio Vítor mencionou as edificações construídas por Maxêncio em Roma, sem contar a introdução de uma lei que teria onerado a população itálica ao determinar o recolhimento de uma espécie de tributo. Isto derivaria, a nosso ver, da

importância que a cidade de Roma possuía aos olhos do historiador.¹³⁷ Igualmente, sugerimos que a escassez de informações a respeito de Licínio resulta, em parte, dos pontos de vista aos quais se agarrava Aurélio Vítor.¹³⁸ As *Historiae abbreviatae* não se focaram, de modo mais detalhado, sobre eventos que teriam ocorrido nas áreas orientais do Império, de cultura helenizada, e justamente nas quais Licínio havia fundamentado o seu poder.¹³⁹

Por outro lado, Aurélio Vítor lançaria mão do tradicional esquema antitético, comum ao discurso dos panegiristas, de se intercalar o elogio do *princeps* e o vitupério de seu antagonista, de forma a opor as *uirtutes* do primeiro aos *uitia* do segundo. O historiador aplicou este recurso retórico ao escrever que, embora Licínio houvesse contraído matrimônio com a irmã de Constantino, os dois governantes do *orbis Romanum* se relacionavam com dificuldade, “por causa de suas diferentes maneiras de ser (*ob diuersos mores*). Pois [Constantino] possuía, salvo a moderação, todas as outras virtudes, [e Licínio] somente a parcimônia e esta se cercava, ademais, pela rusticidade” (*Hist. abbrev.* 41.2-3).

Por isto, se reporta que Constantino teria recebido e protegido a integridade e a riqueza de seus inimigos, mantendo inclusive seus *honores*.¹⁴⁰ Como demonstração de sua piedade, foi o primeiro a abolir “a antiga e terrível punição do patíbulo e da rotura das pernas” (*Hist. abbrev.* 41.4).¹⁴¹ Por sua vez, Licínio demonstraria tamanha crueldade a ponto de supliciar

¹³⁷ Inclusive o único evento pertinente ao período em que Magnêncio havia governado ao qual Aurélio Vítor destinaria um lugar em sua obra também teve a cidade de Roma por palco; referimo-nos, pois, as sangrentas lutas entre os partidários de Magnêncio e de Nepociano (cf. *Hist. abbrev.* 42.6-8).

¹³⁸ Por seu turno, Neri (1993, p. 715) postula que a abordagem assaz generalizante que o historiador destinou à guerra entre Constantino e Licínio se relacionava com a *damnatio memoriae* imposta a Crispo. Tendo em mente que Aurélio Vítor julgasse prudente ocultar as realizações de Crispo, o relato acerca do confronto contra as forças comandadas por Licínio haveria de ser sacrificado, na medida em que Crispo destacou-se, exatamente, pelos feitos alcançados no decorrer da guerra civil que opôs os *Augustos* ocidental e oriental.

¹³⁹ E talvez o mesmo possa ser afirmado acerca da narrativa relativa ao reinado de Constâncio II. Política eclesiástica à parte – temática que, como vimos, Aurélio Vítor não objetivou abordar em sua obra –, os únicos eventos que o historiador reportou no que tangia ao Oriente imperial, durante a época de Constâncio II, dizem respeito à sublevação de Patrício na Judéia (cf. *Hist. abbrev.* 42.11) e à resistência imposta aos persas (cf. *Hist. abbrev.* 42.21). O enfoque centrou-se nas usurpações que se desenrolaram no Ocidente e nas invasões bárbaras rechaçadas por Juliano. Cabe recordar, ademais, que desde que Constâncio II foi associado ao poder como *César*, em 324, até o ano de 353, sua autoridade limitou-se às províncias orientais. Poder-se-ia conjecturar que o imperador não dispusesse de grande prestígio entre os habitantes da metade ocidental e latina do Império, encarado assim como um monarca exótico, apegado a costumes “orientalizantes”, e alheio às realidades mais específicas do Ocidente e da cidade de Roma (SANCHO GÓMEZ, 2008, p. 117).

¹⁴⁰ Escribano (1998, p. 322) aponta a necessidade de manutenção da ordem social, após a vitória sobre Maxêncio, como fator que impeliu Constantino a decretar leis que previam a pena capital para delatores, tendo em vista que o fim do conflito civil abria possibilidades para que florescessem as mais variadas denúncias, que levavam frequentemente ao confisco de bens dos denunciados. É o que se verifica também por meio do perdão que Constantino concedeu a vários partidários de Maxêncio, com destaque para o caso do senador Ceônio Rúfio Volusiano. Prefeito da cidade indicado por Maxêncio no ano de 311, Volusiano viria a ocupar novamente esse ofício sob o governo de Constantino, entre dezembro de 313 e agosto de 315 (cf. *PLRE* 1, p. 977).

¹⁴¹ O *patibulum* se referia, em sentido estrito, à trave de madeira transversalmente colocada em uma base vertical fincada no solo, dando origem, pois, àquilo que denominamos por “cruz”. De fato, Constantino ordenou que a pena de morte por crucificação fosse extinta. Tratava-se de uma modalidade de suplício que incidia, basicamente, sobre escravos (como bem indicou Aurélio Vítor), ladrões e rebelados de toda a sorte.

homens livres com um castigo próprio de escravos (*Hist. abbrev.* 41.5) – o tipo de punição que Constantino teria, pelo contrário, buscado suprimir.

Elliott (1990, p. 352) propõe que o historiador, ao opor as figuras de Constantino e Licínio “*ob diuersos mores*”, tencionava aludir a uma discordância no plano religioso, pois que a *parsimonia* de Licínio concerniria à sua indisposição em restituir aos cristãos no Oriente os bens confiscados durante a perseguição promovida por Galério e, depois, Maximino Daia. Continua Elliott ao afirmar que esta hipótese seria reforçada pelo fato de Aurélio Vítor ter salientado as diferentes atitudes que os dois imperadores exibiram diante da prática da crucificação, dotada de grande simbolismo para os cristãos. Todavia, ainda que o ato de Constantino primariamente remetesse a uma moralidade cristã, Aurélio Vítor o concebeu a partir de uma ótica tradicional, como uma exibição de *indulgentia* por parte de um “bom imperador”, em conformidade com os pressupostos que se observam nos interstícios da historiografia latina “pagã”.

Já Robert Smith (1997, p. 201) destaca que a expressão “*ob diuersos mores*” guardaria um profundo significado e seria utilizada no texto como explicação causal suficiente: esta pretensa diversidade entre os “modos de vida” se situaria como a base a partir da qual se projetavam as imagens contrastantes acerca de Constantino e de Licínio. Portanto, ao analisar as diferenças entre Constantino e Licínio “*ob diuersos mores*”, Aurélio Vítor reiterava a noção de que a conduta moral dos indivíduos possuía amplas implicações políticas.

Finalmente, há de se apontar de que forma Aurélio Vítor avaliou as circunstâncias referentes à ascensão de Constantino. À primeira vista, o ato seria considerado legítimo, uma vez que se alicerçava na anuência de todos os que estavam presentes em York, por ocasião do falecimento de Constâncio Cloro (*Hist. abbrev.* 40.4).¹⁴² Neste caso, Aurélio Vítor parece ter aludido à ideia de que a aclamação de Constantino seria fruto de uma decisão tomada por uma “assembleia” de soldados, que durante o período imperial tardio configuraria um instrumento para a manifestação de um “*consensus uniuersorum*” abstrato, quer dizer, um elemento de legitimação política (CIZEK, 1990, p. 308). Atestou-se, igualmente, que o *Augusto* reinante no ano de 306, isto é, Galério, procurou agir rapidamente apenas contra a elevação de Maxêncio (cf. *Hist. abbrev.* 40.6), como se a emergência de Constantino, por conseguinte, dispusesse de toda a legitimidade.

---

¹⁴² Embora se afirmasse também que Constantino havia se deslocado para a Bretanha por “não conseguir tolerar” (*tolerare nequiens*) o fato de Flávio Severo (305-307) e Maximino Daia terem sido integrados ao colegiado tetrárquico, após a abdicação de Diocleciano e Maximiano. O filho de Constâncio Cloro, escreveu o historiador, “desde pequeno [...] estava atormentado pelo ardor de governar (*ardore imperitandi*)” (*Hist. abbrev.* 40.2).

As *Historiae abbreviatae*, provavelmente, reproduziram também a fictícia concepção de que a família de Constantino descenderia do imperador Cláudio, o Gótico, a julgarmos por aquilo que restou da passagem – infelizmente comprometida por uma lacuna no interior do *corpus Aurelianum* – que se nota em *Hist. abbrev.* 34.7.¹⁴³ Baglivi (1992, p. 62) argumenta que Aurélio Vítor pautou-se na ótica de um progressivo aperfeiçoamento da história imperial, o qual se iniciaria com os *restitutores* ilíricos, a começar por Cláudio, o Gótico, passando pela era tetrárquica até que, por fim, se atingisse o reinado de Constantino, “*il migliore di tutti i principi*”. Sendo assim, ainda de acordo com Baglivi, as *Historiae abbreviatae* se alinhavam “*alla storiografia filocostantiniana che interpretava in funzione dell’esaltazione dei Costantinidi tutta la storia da Gallieno in poi*”.

Nestes termos, os feitos do pretense “antecessor” de Constantino haveriam de ser exaltados no interior da narrativa elaborada por Aurélio Vítor, algo que se depreenderia, por exemplo, a partir da menção efetuada à “*deuotio*” de Cláudio, o Gótico. Em outras palavras, o estabelecimento de laços dinásticos, que vinculassem a casa constantiniana a um imperador que antecedeu a era tetrárquica, embasava os clamores de que Constantino situava-se enquanto soberano por direito de sangue. Disto resultava que a posição do filho de Constâncio Cloro prescindiria do consentimento dos *Augustos* que encabeçavam o sistema colegiado de poder vigente na época¹⁴⁴ e, portanto, a ação usurpatória empreendida por Constantino em 306 emergiria, na obra de Aurélio Vítor, bastante matizada.¹⁴⁵

¹⁴³ “Este [ie, Cláudio, o Gótico], se certamente Constâncio Cloro, Constantino e também os nossos imperadores...”.

¹⁴⁴ Para tanto, cf. Syme (1971, p. 204) e Potter (1994, p. 113). T. Barnes (2009, p. 381), pelo contrário, alega que se o moribundo Constâncio Cloro havia, em julho de 306, investido o seu filho com os poderes de *Augusto* (ou mesmo que tal evento tivesse sido amplamente aceito, independente de sua historicidade), Constantino teria disposto de legitimidade desde o início de seu reinado. Ainda de acordo com T. Barnes, na medida em que o posterior *Augusto senior*, Galério, reconheceu a posição de Constantino em setembro de 307, conferindo-lhe o título de *César*, o episódio de York teria adquirido um caráter legítimo. Entretanto, faz-se escusado questionar em que sentido poder-se-ia atestar uma “aceitação geral” no que respeitava à ascensão de Constantino nos meados do ano de 306; além disso, as fontes literárias que abordaram o episódio de maneira mais detalhada se revelam favoráveis a Constantino e, por conseguinte, jamais colocariam em xeque a ideia de uma transmissão hereditária do poder, isto é, de Constâncio Cloro em favor de Constantino.

¹⁴⁵ Embora contasse com o apoio dos militares galo-romanos e a aclamação em York tivesse sido relativamente contornada por Galério, mediante a nomeação de Constantino como *César*, a divisão tetrárquica desenhada em 305 não contemplava um lugar para Constantino. Este, portanto, havia usurpado o poder após o falecimento de seu pai. No ano de 307, Constantino contraiu núpcias com Fausta, filha de Maximiano e irmã de Maxêncio; o matrimônio equivale a mais um dos caminhos seguidos por Constantino a fim de consolidar a sua autoridade e solidificar a legitimidade que lhe escapava. Ainda nos princípios da década de 310, Constantino não dispunha de uma posição tão sólida e, visando fortalecê-la, procurou reafirmar o princípio dinástico como instrumento de legitimação. Eis o contexto em que foi forjada a ideia da vinculação dos segundos Flávios à figura de Cláudio, o Gótico (LEADBETTER, 1998, p. 79-80). No entanto, Humphreys (2008, p. 93), alerta para o fato de que a conexão com Cláudio, o Gótico, não representou um tema largamente explorado na construção da imagem pública de Constantino, sendo explorado em inscrições públicas e em moedas somente depois da primeira guerra civil contra Licínio, ocorrida entre 316 e 317.

Logo, a perspectiva de que a linhagem de Constantino remontaria a Cláudio, o Gótico, implicava a reescritura da história imperial, de modo que a memória do fictício ancestral da dinastia Constantiniana sofreria modificações.¹⁴⁶ É o que se verificaria, possivelmente, no que tangia ao assassinato de Galieno em 268, arditamente perpetrado por oficiais próximos do monarca, a maior parte deles de origem danubiana. Parece bastante provável que Cláudio, o Gótico, se enumerasse entre os líderes militares que planejaram o atentado contra a vida de Galieno. Todavia, para que se suprimisse a participação do “ascendente” de Constantino no golpe, alegou-se que Cláudio, o Gótico, se encontrava em Ticino (Pávia) no momento em que Galieno foi eliminado nas cercanias de Milão (SYME, 1983, p. 158). Ora, tal é a versão com a qual nos deparamos na obra de Aurélio Vítor. Em *Hist. abbrev.* 33.28, se afirma que, em seus últimos suspiros, Galieno “enviou as insígnias imperiais a Cláudio”, tribuno militar que estava à frente de uma guarnição estacionada em Ticino.

Similarmente, Leadbetter (1998, p. 82) argumenta que a tradição histórica relativa às origens da Tetrarquia representa mais um produto derivado do processo de construção de uma memória favorável aos clamores dinásticos de Constantino. A genitora deste, Helena, ao que parece manteve apenas uma relação de concubinato com Constâncio Cloro, prática esta, aliás, frequente entre os membros da elite militar romana no século III. Baseado no mecanismo da transmissão hereditária do poder, urgia à Constantino veicular a percepção de que seu pai, Constâncio Cloro, havia se unido à Helena conforme os preceitos do *ius connubium*.

Neste sentido, era necessário sustentar a noção de que Galério também havia contraído um matrimônio antes que o colegiado tetrárquico viesse a ser instituído no ano de 293. Assim, a formação da Tetrarquia tem sido tradicionalmente reputada como o fator que ocasionou a dissolução dos “casamentos” que tanto Constâncio Cloro quanto Galério teriam legalmente constituído em um momento prévio. A partir deste pressuposto, Diocleciano e Maximiano teriam elevado Galério e Constâncio Cloro à condição de *Césares*, promoção esta que, *a posteriori*, teria sido selada mediante laços matrimoniais, que emparentaram os *Augustos* e os *Césares*. Em *Hist. abbrev.* 39.24, Aurélio Vítor ratificou essa visão canônica acerca da formação da Tetrarquia, a qual, por seu turno, havia contribuído para legitimar os anseios de Constantino. O historiador, por sinal, ressaltou que o principado de Augusto fornecia um modelo para os tetrarcas, na medida em que “outro Augusto” teria feito com que o seu

---

¹⁴⁶ Por outro lado, é preciso sublinhar que Aurélio Vítor concedeu um módico espaço ao pai de Constantino. Os modos de representação formulados a respeito de Constâncio Cloro não se diferem daqueles que competiam aos indivíduos que o historiador designou, de forma genérica, como “naturais do Ilírico” (cf. *Hist. abbrev.* 40.1). Assim, governantes como Constâncio Cloro ou Galério “foram tão destacados por suas qualidades naturais, que se estas tivessem emanado de espíritos cultos e não tivessem ofendido por sua grosseria, indubitavelmente teriam sido considerados precípuos” (*Hist. abbrev.* 40.12).

sucessor esposasse sua filha, Júlia; para tanto, porém, Tibério teve de renegar sua mulher e anular o seu casamento (cf. *Hist. abbrev.* 39.25). Neste ensejo, o passado remoto provia um *exemplum* que endossaria uma ação política que ainda ressoava nos meados do século IV – para não mencionar, ademais, que o paralelismo elaborado por Aurélio Vítor engrandeceria o evento por ele reportado.¹⁴⁷

Leadbetter (1998, p. 77), entretanto, aponta que o estabelecimento de vínculos familiares entre Diocleciano e Maximiano e seus respectivos prefeitos do pretório, Galério e Constâncio Cloro, precedeu a instauração da Tetrarquia. Desta maneira, não passaria de uma peça de ficção a perspectiva de que, em março de 293, Constâncio Cloro teve de renegar sua “primeira esposa”, qual seja, a mãe de Constantino, para que o colegiado tetrárquico fosse consumado, uma vez que Constâncio Cloro e Teodora, filha do *Augusto* Maximiano, teriam se casado ainda em fins da década de 280. Isto altera de forma substancial a percepção quanto à importância dos elementos dinásticos como base da composição do poder tetrárquico, de modo que a concessão das insígnias de *César*, para Galério e Constâncio Cloro, representava o término de todo um arranjo político, e não o princípio.

Por fim, a *auctoritas* usufruída por Constantino e Constâncio II se alicerçaria nas virtudes que Aurélio Vítor atribuiu a ambos os imperadores. A prática de se enfatizar os predicados dos líderes políticos e militares remontava, por exemplo, aos usos e às representações formuladas no seio da aristocracia romana nos tempos da República. Desde a era tardo-republicana, a concepção de *uirtus* englobava indistintamente um sentido marcial e outro ético, sem que se opusessem entre si. Contudo, de Augusto em diante, o reconhecimento público da *uirtus* marcial tornou-se monopólio do *princeps*, de seus familiares e de alguns indivíduos diretamente vinculados à corte imperial (MCDONNELL, 2006, p. 387).

Tais pontos de vista não se esvaeceriam na primeira metade do século IV, época durante a qual os francos sális avançaram sobre as Gálias, e os godos e os sármatas atacaram as regiões danubianas – sem contar as pressões intermitentes exercidas pelos sassânidas nas fronteiras orientais. Na parte ocidental do Império, em particular, as guerras civis e as revoltas militares demandaram que a casa constantiniana tivesse de lançar mão de importantes recursos humanos e materiais. Em meio a este contexto, Constantino e seus descendentes teriam se revelado bem-sucedidos, de acordo com o texto de Aurélio Vítor. Constantino, homem de “ânimo ingente e poderoso” (*Hist. abbrev.* 40.2), havia vencido os seus rivais

¹⁴⁷ O mesmo vale para a ponte que se estabeleceu entre a restituição do trono da Armênia para Tigranes, por parte de Cneu Pompeu, e o ato de Constâncio II de entronizar um novo rei para o povo sármatas, algo que traria “grande glória” ao imperador, inclusive porque “apenas poucos antepassados fizeram” coisa semelhante (*Hist. abbrev.* 42.21-22).

Maxêncio e Licínio e aniquilado com tribos godas e sármatas (*Hist. abbrev.* 41.13). Já Constâncio II suprimiu as ações usurpatórias de Magnêncio e Vetrânio, sem contar a vitória conquistada por Juliano ante os germanos na Gália, que Aurélio Vítor atribuiu também “à boa fortuna e ao conselho” de Constâncio II (*Hist. abbrev.* 42.18).¹⁴⁸

O historiador mencionou, igualmente, as fugazes rebeliões lideradas por Calóceros e por Patrício. Calóceros foi apresentado como um “*magister pecoris camelorum*” (isto é, um “oficial do gado e dos camelos”) que, ao tempo de Constantino, repentinamente “procurou de maneira insana instituir uma espécie de reinado” na ilha de Chipre (*Hist. abbrev.* 41.11-12). Patrício, por seu turno, teria instigado uma revolta entre os judeus, que o alçaram “de forma criminal, a uma espécie de reinado”, no momento em que Constâncio II punha um fim à usurpação de Magnêncio e Decêncio na Gália (*Hist. abbrev.* 42.11). Vale notar que Aurélio Vítor não os rotulou e tampouco os retratou como “*tyranni*”. Nas *Historiae abbreviatae*, lê-se tão somente que Calóceros foi punido com a morte, “à moda de um escravo ou um ladrão” (*seruili aut latronum more*), ao passo que a empreitada de Patrício foi qualificada apenas como “*nefarie*”, ou seja, “criminosa”. Chama a atenção, pois, o fato de que Aurélio Vítor se ocupasse com simples *latrones*, com rebeldes cuja insurreição não representou uma efetiva ameaça ao *imperium* de Constantino e de Constâncio II¹⁴⁹, pois que Calóceros e Patrício haviam alcançado apenas um “*regnum speciem*”, ou seja, um simulacro e não a potestade efetiva sobre um extenso território.¹⁵⁰

Quiçá compreendamos, ao menos, a referência feita ao levante de Calóceros, tendo em vista um possível significado que o episódio portaria. Uma série de tremores de terra nas primeiras décadas do século IV causou a destruição da cidade de Salamina, localizada na costa leste da ilha cipriota. T. Barnes (1981, p. 252) sugere que um dos motivos que impulsionaram o movimento encabeçado por Calóceros, entre os anos de 333 e 334, tangia ao ressentimento dos pagãos locais, que enxergaram nos devastadores terremotos uma

¹⁴⁸ Segundo Rufus Fears (1981, p. 750-751), o “bom” monarca, aos olhos dos romanos, haveria de ser um vencedor no campo de batalha. O “verdadeiro soberano” seria aquele capaz de superar dois tipos de inimigos, os “usurpadores” e os “bárbaros”. Ambos representariam a emergência do caos e da desordem no âmago da sociedade imperial, tanto sob a forma de um exercício ilegítimo e danoso da autoridade política, quanto no sentido de uma força concebida como selvagem, cujo propósito se voltava para a destruição da ordem civilizada, ou seja, romana.

¹⁴⁹ Wardman (1984, p. 224) postula que vocábulos como “*latro*” ou “*latrunculus*” foram empregados, nos meandros da literatura tardo-antiga, como forma de opróbrio direcionada àqueles pretendentes que se mostraram malsucedidos em sua tentativa de tomar a púrpura. Assim sendo, *latro* poderia ser utilizado para designar, tecnicamente, um “usurpador”. O uso dos referidos termos, ademais, exprimiria o emprego do recurso retórico da “*uariatio*”. Finalmente, C. Ando (2000, p. 30) ressalta o fato de os imperadores “legítimos” raramente condenarem algum indivíduo pela tentativa, em si, de usurpar o *imperium*. Fazê-lo exporia o caráter arbitrário e pessoal de seu poder e, neste sentido, revelava-se mais adequado denominar os pretendentes ao trono mediante epítetos como “salteadores”, “inimigos públicos” ou “perturbadores da ordem pública”.

¹⁵⁰ Por sua vez, não há menção alguma a Calóceros e a Patrício nos textos do *Breviário* eutropiano e do *Epítome*.

reprimenda lançada pelos deuses diante do avanço da religião cristã. Os insurretos conseguiram migrar para a Ásia Menor, porém foram facilmente subjugados pelo *censor* Flávio Dalmácio, meio-irmão de Constantino. Ao final, Calócero foi queimado vivo na localidade cilícia de Tarso. Um tumulto como o provocado por Calócero não poderia senão suscitar reprovação por parte de Aurélio Vítor; o castigo imposto ao “demente rebelado”, pois, “era lícito” (*fas erat*). Em que pese isto, a rememoração de um evento dotado de pouca relevância, circunscrito a uma pequena área no interior do território imperial, talvez se explique pelo sentido que o mesmo englobava, quer dizer, de oposição ao cristianismo.

Mas, por ora, retomemos a análise tangente aos retratos que Aurélio Vítor compôs a respeito tanto de Constantino quanto de Constâncio II. A descrição efetuada acerca do primeiro desvela a natureza sobre-humana, própria das divindades, que os romanos poderiam conceber em relação ao soberano imperial. Assim, lemos que Constantino,

certamente, se tivesse estabelecido limite à sua munificência e à sua ambição e a essas habilidades por meio das quais os talentos amadurecidos, em particular, progredindo largamente pelo apego à glória alcançam o contrário, não estaria muito distante de um deus (*Hist. abbrev.* 40.15).

Tons semelhantes podem ser apontados em *Hist. abbrev.* 41.5. Ao cotejar a *pietas* de Constantino com a *crudelitas* de Licínio, Aurélio Vítor afirmaria, em seguida, que as qualidades de Constantino levaram-no a ser considerado como se fosse um fundador ou deus. Finalmente, o historiador informou que, ao longo do reinado do imperador, “os abusos fiscais foram severamente reprimidos, e tudo teria parecido análogo aos costumes divinos, se ele não tivesse concedido a homens pouco dignos o acesso aos cargos públicos” (*Hist. abbrev.* 41.20). Wallace-Hadrill (1981, p. 315-316) demonstra que a atribuição de predicados sobrenaturais ao monarca romano fazia deste uma espécie de “liderança carismática”, cuja legitimidade se alicerçava na posse de elementos pertinentes à ordem divina, e não humana. Assim, ainda que Aurélio Vítor enfatizasse os traços que transformariam Constantino, para usarmos a weberiana terminologia de Wallace-Hadrill, em um “governante carismático”, o destaque conferido ao suposto aspecto divino do soberano salta-nos aos olhos, na medida em que Aurélio Vítor não reservou abordagem similar aos demais imperadores.¹⁵¹

Ou seja, Constantino foi retratado quase como um “*diuus*” vivente. Mas o historiador bem sabia que se tratava, igualmente, do primeiro imperador a cultuar o Deus cristão. A

¹⁵¹ À guisa de ilustração, diz-se que todos os atos de Marco Aurélio – um dos “bons imperadores”, no entender de Aurélio Vítor – tanto em tempos de paz quanto de guerra, contaram com a inspiração dos deuses (*Hist. abbrev.* 16.2). Porém, um monarca da estirpe de Marco Aurélio não foi representado como que dotado de uma faceta quase divina, ao contrário do que se nota em relação a Constantino.

ambiguidade que fundamenta a narrativa de Aurélio Vítor, acerca da dinastia Constantiniana, vem à tona. Posto isto, percebemos uma tentativa de se inserir a figura de Constantino em uma atmosfera puramente pagã, ao se manipular os elementos relativos à tradicional representação do governante imperial como indivíduo capaz de empreender feitos de natureza divina (KOLB, 2001, p. 87). De acordo com os pressupostos que compreendiam a “teologia política imperial”, os dons sobre-humanos amealhados por Constantino seriam, logo, fruto das *uirtutes* que o imperador possuiria ou havia obtido para si, que se complementariam pela *felicitas*, a retribuição que os deuses concederiam ao varão virtuoso (RUFUS FEARS, 1981, p. 748). Deste modo, Aurélio Vítor ilustrava aos leitores que apenas em razão das *uirtutes* tornar-se-ia possível que um monarca se situasse no patamar das divindades. A insistência sobre a eventual semelhança entre Constantino e os deuses não corresponderia, sendo assim, a um anseio por obliterar a fé cristã do referido soberano, mas sim um meio de se reiterar as bases sobre as quais o *imperium* dos romanos haveria de se sustentar no presente.

Neste ensejo, entendemos que Aurélio Vítor pretendesse, antes, salientar os vícios que impediram que Constantino se elevasse ao nível dos “*diui*” do que assinalar o fato de que o imperador quase teria se assemelhado ao divino. Portanto, a carência de algumas virtudes, por parte de Constantino, não permitiria que o seu reinado “parecesse análogo aos costumes divinos”. Neste sentido, Aurélio Vítor manipulava os elementos próprios de uma concepção tradicional, “não cristã”, relativa ao poder imperial. Isto nos conduziria, a princípio, a reiterar a assertiva de Lieu (1996, p. 2), segundo a qual “*for [Aurelius] Victor, Constantine was a Roman emperor like any other who had gone before him*”. Entretanto, a postura assumida pelo historiador resultava algo mais complexa. As inovações promovidas por Constantino trouxeram problemas insolúveis para os escritores antigos ainda vinculados à tradição pagã (MAZZARINO, 1983, p. 212). A Aurélio Vítor restariam a dubiedade e o laconismo como recurso utilizado a fim de responder à introdução de novos hábitos e práticas sociais por parte da dinastia Constantiniana, tal como se nota na referência ao empenho de Constantino em “dar forma a uma religião” (cf. *Hist. abbrev.* 41.12) que não se inscrevia, pois, nos *mores maiorum*. Neste caso, os *uitia* de Constantino comportariam uma dimensão específica: exprimir-se-iam por intermédio das inovações perpetradas pelo imperador.¹⁵²

O historiador, assim, conceberia a relação de Constantino com a cidade de Roma a partir de um ambíguo viés. Apontamos anteriormente em que sentido a presença da *Urbs*, nas

¹⁵² Amiano Marcelino apontou que Juliano, ao desembarcar no Ilírico em 361, enviou uma epístola ao Senado de Roma, a qual continha a seguinte descrição sobre Constantino: “inovador e perturbador das priscas leis e dos antigos costumes” (*nouatoris turbatorisque priscarum legum et moris antiquitus*) (Amm. Marc., 21.10.8).

Historiae abbreviatae, pode ser pensada mediante a ideia de “microcosmo da decadência”. Tal concepção, por sua vez, se relacionava à importância que Constantinopla adquiria nos meados do século IV. Malgrado isto, Aurélio Vítor escreveria que o *populus Romanus* havia julgado que, durante o reinado de Constantino, “por meio de suas armas, suas leis e seu clemente poder a cidade de Roma foi, por assim dizer, renovada” (*quasi nouatam urbem Romam*) (*Hist. abbrev.* 41.17). Autores como Cizek (1995, p. 291) argumentam que, desta maneira, Aurélio Vítor veiculou uma representação acerca de Constantino que o transformava no “*second repère de l’histoire de l’Empire*”. A perspectiva de “*nouatam urbem Romam*” evidenciaria a intenção do autor em sublinhar aos leitores que a era constantiniana equivaleria a uma nova fase, a partir da qual o Império romano teria se revigorado.

Nos termos propalados por Cizek, Aurélio Vítor teria se apoiado nas noções divulgadas, por exemplo, por intermédio dos panegíricos latinos redigidos na década de 310, que anunciavam a “libertação” de Roma após a queda de Maxêncio. De modo semelhante, se inscreveu no Arco de Constantino, consagrado durante as comemorações dos “*decennalia*” do imperador em 315, o título de “*liberator urbis*” que o Senado havia concedido ao vencedor de Maxêncio. Rodríguez Gervás (1990, p. 52) esclarece que tais manifestações tinham por objetivo vincular a figura de Constantino à cidade de Roma, de modo que se assinalasse a preponderância simbólica do monarca sobre a totalidade do Império e, notadamente, frente ao outro *Augusto*, isto é, Licínio.

Contudo, o panorama que Aurélio Vítor traçou a respeito da Roma de sua época se contrapunha à afirmativa de que Constantino teria fortalecido a *Urbs*. A nosso ver, o historiador sinalizou aos leitores, de forma sutil, que ele próprio discordava da perspectiva de que Constantino teria devotado especial cuidado no trato com a cidade de Roma. Em primeiro lugar, Aurélio Vítor enfatizou que partira do povo de Roma a opinião de que o imperador teria “renovado a cidade” (*populus Romanus [...] arbitraretur*, como se lê em *Hist. abbrev.* 41.17). Ora, se tratava do mesmo grupo que, pouco tempo antes, havia se filiado à causa de Maxêncio (cf. *Hist. abbrev.* 40.5). Em outras palavras, o historiador não emprestou sua voz para reiterar a imagem do “Constantino restaurador”, indicando que tal ótica derivaria do “*uulgus*”, volátil por excelência. Por sua vez, ajuizamos que a ideia de “*renouatio urbis*” entre os romanos evocava, como um de seus componentes principais, a consecução de um programa edilício. No interior da narrativa, todavia, diz-se que as termas que Constantino erigiu em Roma não seriam “muito diferentes de todas as demais” (*opus ceteris haud multo dispar*)¹⁵³, algo que

---

¹⁵³ Cf. *Hist. abbrev.* 40.26-27.

contrastava com os edifícios dotados de “grande magnificência” que haviam sido construídos por ordem de Maxêncio. Logo, o texto de Aurélio Vítor comportava elementos que tornavam possível uma leitura que privasse de significado a representação pública de Constantino enquanto “restaurador da cidade de Roma”.

Além disso, Wiemer (1994, p. 520) sugere que a crítica lançada por Aurélio Vítor à “*munificentia*” de Constantino reabilitava indiretamente a política fiscal de Licínio, calcada na “*parsimonia*” (cf. *Hist. abbrev.* 41.3). A cobrança de taxas *in natura*, referente à *annona militaris*, representava um veio por meio do qual a política dos imperadores e as *curiae* locais, espalhadas por todo o Império, se conectavam de maneira mais intensa.¹⁵⁴ No período tardo-antigo, uma das tarefas a serem cumpridas no interior dessa cadeia de arrecadação competia a *actuarii* como Aticiano, responsável pela morte do usurpador “gálico” Vitorino (cf. *Hist. abbrev.* 33.13). A *annona* era distribuída às tropas de acordo com um prévio ordenamento definido pelos *actuarii* (DUFRAIGNE, 1975, p. 162). Sobre estes, Aurélio Vítor afirmou que consistiriam em homens,

sobretudo *nestes tempos (hac tempestate)*, de um tipo inútil, venal, velhaco, pronto para a sedição, cúvido e também inclinado a realizar e ocultar fraudes, como se derivasse, por assim dizê-lo, de um fato da natureza; [tal tipo] controla a *annona* e por isso ameaça os *utilia curantes*¹⁵⁵ e o dever dos camponeses, diante dos quais se mostra sagaz em subornar quando oportuno e dos quais retiraria os recursos de modo insensato e prejudicial (*Hist. abbrev.* 33.13).

Portanto, Aurélio Vítor compôs um quadro extremamente negativo a respeito dos *actuarii* de seus dias. Tais oficiais, por seu turno, constituíam um dos elos de controle e aplicação do fisco ao tempo dos Constantinianos. A veemência com que o historiador atacou

¹⁵⁴ A despeito de toda a expansão do aparelho estatal a partir de Diocleciano e Constantino, no tocante à arrecadação das taxas o Império romano manteve-se como uma “*commonwealth of cities*”, calcado em um sistema mediante o qual o Estado tinha acesso aos recursos, pertinentes à dada área geográfica, a partir da coleta efetuada pelas cúrias de cada localidade (BROWN, 1992, p. 25). No entanto, a partir do século III as cúrias das diferentes cidades passaram a sofrer pressões cada vez maiores por parte do Estado imperial, constituindo o pilar financeiro sobre o qual se sustentariam as despesas relacionadas à expansão do aparato burocrático e militar. Os encargos (*munera*) foram distribuídos de acordo com regras fixadas por governadores de província ou agentes ligados ao poder central, de modo que a autonomia administrativa local conheceria sérias restrições. Além das obrigações relativas à manutenção da ordem ao nível das cidades, competia aos *curiales* no século IV a cobrança da *capitatio* (taxa que incidia sobre o indivíduo) e da *iugatio* (que incidia sobre uma unidade de terra cultivada) no âmbito da comunidade em que viviam. Esta política imperial, ao transformar os *curiales* em cobradores de tributos no seio da própria localidade, “contribuiu para agudizar consideravelmente as contradições sociais em finais do Império romano” (ALFÖLDY, 1989, p. 214-215).

¹⁵⁵ Expressão técnica para a qual resulta árduo estabelecer uma tradução precisa. Den Boer (1972, p. 78) opta por falar em “intermediários”, quer dizer, os indivíduos responsáveis por distribuir para os consumidores os bens (*utilia*) cultivados pelos agricultores. Pelo contrário, Bird (1984, p. 48) advoga que Aurélio Vítor empregou a locução “*utilia curantes*” a fim de designar, de forma geral, os funcionários das cúrias responsáveis por recolher a *annona* e encaminhá-la às “*mansiones publicae*”, ou “entrepostos” públicos.

os *actuarii* talvez sugira que ele próprio tivesse mantido contato com tais funcionários, conquanto filho de um pequeno proprietário de terras na África romana. É possível também que, na condição de membro da burocracia imperial, Aurélio Vítor estivesse ciente da péssima reputação atrelada aos *actuarii*, catapultada pela espoliação que imporiam sobre camponeses que, via de regra, dispunham de mínima proteção por parte das autoridades provinciais (BIRD, 1984, p. 47-48).

Independente disto, a representação acerca de funcionários como os *actuarii* adquire relevo no interior da narrativa, pois que, entre os autores tardo-antigos, a política fiscal configurava um critério basilar para a avaliação dos príncipes.¹⁵⁶ Ou seja, o ideal de imperador virtuoso tangia não apenas à salvaguarda do Império em face dos inimigos externos, mas também a administração justa e equilibrada, que assegurasse a felicidade de seus súditos. Para tanto, as medidas de cunho fiscal seriam tomadas por cruciais (BRANDT, 1992, p. 218). Faz-se necessário reconhecer que, se por um lado Aurélio Vítor condenou a atuação dos *actuarii* de seu tempo, por outro mencionou o fato de que Constantino teria suprimido um “pesado fardo” que se abatia sobre as cidades de Trípoli e Nicéia, qual seja, o envio extraordinário de azeite e trigo para abastecer o povo de Roma. À primeira vista, tal medida indicaria a determinação do soberano em coibir com dureza “os abusos fiscais” (cf. *Hist. abbrev.* 41.19-20). Todavia, como esclarece Brandt (1992, p. 215), ao atestar a existência dos ditos abusos, Aurélio Vítor findava por evidenciar as agruras inerentes ao sistema fiscal vigente durante a época dos Constantinianos.

Assim sendo, não surpreende que o versículo com o qual o historiador encerrou o seu texto denotasse tamanha ambiguidade: “assim como nada é mais preclaro que o próprio imperador, deste modo nada é mais atroz que a maior parte daqueles a serviço¹⁵⁷ [do soberano]” (*Hist. abbrev.* 42.25). Por isto, lê-se que os predicados de Constâncio II, “tão grandes quanto ilustres”,

¹⁵⁶ Por sinal, a reforma monetária implantada por Constantino surtiu efeitos devastadores sobre os *humiliores*. Diante de uma economia atrelada ao *aureus*, restava às camadas sociais inferiores moedas divisionárias que não detinham alto valor intrínseco. Havia a tendência de se entesourar as moedas de melhor lastro e pôr em circulação as piores. O custo dos gêneros alimentícios elevou-se e regiões como a Gália enfrentaram uma crítica situação durante o reinado de Constante. A revolta de Magnêncio se enraizava, à guisa de ilustração, nesse contexto (MAZZARINO, 2005, p. 702).

¹⁵⁷ Aurélio Vítor utilizou aqui o termo “*apparitores*”. Estes se referiam, estritamente, aos funcionários civis (escribas, mensageiros, arautos, litores e outros) que executavam algumas funções junto dos magistrados em Roma e nas províncias, desde a época alto-imperial. Concerniam, portanto, a indivíduos que mantinham uma proximidade com os centros decisórios e que, não raro, controlavam o acesso aos mesmos. Não à toa, foram comumente associados à prática de suborno, para que dessem continuidade a questões administrativas. Por isso, os *apparitores* eram muitas vezes retratados como perigos arrivistas, homens humildes que haviam conseguido obter uma posição social desproporcional à sua condição e, logo, representariam uma ameaça à estabilidade da ordem preconizada pelos *boni* (C. KELLY, 2006, p. 134-135).

se maculavam por causa do débil interesse (*tenue studium*) em avaliar aqueles que conduzem as províncias e o exército, ao mesmo tempo pelos absurdos costumes da maior parte de seus subordinados, além de negligenciados os homens de bem (*Hist. abbrev.* 42.24).

Cabe salientar, pois, que uma das características peculiares que se verificam no panorama composto por Aurélio Vítor a respeito da dinastia Constantiniana tange à fraqueza moral dos funcionários que serviam aos imperadores. Primeiramente, se declarou que Constantino havia “concedido a homens pouco dignos o acesso aos cargos públicos” (*Hist. abbrev.* 41.20). Na sequência, eis que nos deparamos com a ideia de que Constante esteve cercado por “servidores privados execráveis” (*Hist. abbrev.* 41.23). A representação efetuada acerca de Constante, porém, congregava uma diferença substancial. A memória histórica relativa ao mais novo dos filhos de Constantino assumiu contornos marcadamente negativos nas *Historiae abbreviatae*, como antecipado aos leitores por intermédio da menção à ocorrência do nefasto prodígio, que teria sido observado quando da concessão do título de César a Constante, em fins do ano de 333 (cf. *Hist. abbrev.* 41.13-14).

Jones (1964, p. 115) postula que Constâncio II, após a eliminação do usurpador Magnêncio em 353 e a consequente aquisição do controle efetivo sobre todas as províncias ocidentais, procurou sedimentar entre os cidadãos uma imagem de si mesmo na qual figuraria como o único e verdadeiro sucessor de seu pai. Neste ensejo, o reinado do derrotado Constante equivaleria somente a um período transitório, embora tivesse se estendido ao longo de treze anos.¹⁵⁸ Enquanto “*imitator Constantini*”, Constâncio II concentrou em suas mãos o governo de todo o Império, estendendo sua autoridade tanto sobre as áreas ocidentais quanto as orientais, uma vez superadas as disputas no interior do colegiado imperial (a guerra civil entre Constantino II e Constante) e reprimidos os movimentos usurpatórios, em especial a ação de Magnêncio. Constâncio II, pois, teria emulado os feitos de seu pai, que três décadas antes havia reunido todo o território imperial sob o seu poder, após a batalha de Crisópolis e a derrota de Licínio.

Portanto, as poucas e desfavoráveis linhas que Aurélio Vítor destinou ao governo de Constante se enquadrariam àquilo que Constâncio II buscou delimitar a respeito de seu irmão

---

¹⁵⁸ Isso explica a relativização de um dos pressupostos que se notam por todo o texto, isto é, a ênfase sobre os eventos históricos que se desenrolaram ou causaram maior impacto no Ocidente do Império. Sendo assim, embora fosse o *Augusto* sob cuja potestade repousavam a cidade de Roma e as regiões ocidentais, Constante recebeu um exíguo tratamento nas *Historiae abbreviatae*. A nosso ver, projetou-se na narrativa a ideia de um hiato entre Constantino e Constâncio II, o qual corresponderia ao governo de Constante.

e corregente do Império.¹⁵⁹ Nas *Historiae abbreviatae*, Constante foi apresentado como um homem dotado de um “espírito violento”, que se inclinava à avareza e que não desfrutava do apreço dos soldados. Embora tivesse suprimido as sublevações de povos externos, Aurélio Vítor ressaltou o ardor com o qual Constante teria se entregado às paixões que alimentava por “jovens graciosos” (“*pueros uenustiores*”) dentre os “bárbaros” capturados, obtendo o que desejava mediante pagamento (“*pretio quaesitos*”) (*Hist. abbrev.* 41.23-24).¹⁶⁰

A referência às relações sexuais que Constante teria mantido com jovens não romanos, a preço de ouro, findava por amplificar a articulação entre passado e presente que Aurélio Vítor havia estabelecido no tocante ao governo de Filipe, o Árabe. Este, de acordo com o texto, havia tomado certas medidas que visavam reprimir a prostituição masculina (*usum uirilis scorti*), mas, complementar a Aurélio Vítor, tal prática “em verdade, ainda perdura” (*uerumtamen manet*) (*Hist. abbrev.* 28.6-7). Ora, ao ser conduzido pela *libido* e pagar pela companhia de mancebos, Constante forneceria um exemplo concreto acerca daquilo que o historiador alertara em sua narrativa.¹⁶¹

Neste sentido, a ignomínia dos *ministri* de Constante não refletiria senão os vícios e as depravações do próprio soberano. Mas e quanto aos maus servidores de Constantino e Constâncio II?¹⁶² No plano da narrativa, observamos dois elementos que implicam uma continuidade entre os reinados de Constantino, Constante e Constâncio II: o primeiro, como vimos, diz respeito à negligência para com a cidade de Roma, que se articulava à fundação de Constantinopla, ao passo que o segundo tangia justamente à má qualidade daqueles que

¹⁵⁹ No entanto, a representação negativa acerca de Constante poderia refletir, igualmente, a irritação e a hostilidade nutridas pela aristocracia pagã de Roma diante da política religiosa delineada pelo referido imperador, marcada por uma atuação mais incisiva contra os cultos pagãos (MONTERO, 1987, p. 992). A remissão a um prodígio, como visto em *Hist. abbrev.* 41.13-14, reforçaria talajuizamento. De fato, várias medidas foram lançadas nos anos de 341, 342 e 346, que determinavam a proibição dos sacrifícios e a expropriação dos bens de alguns templos pagãos. Somavam-se a isto as prodigais doações à Igreja efetuadas pelo imperador, que se empenhou pessoalmente na defesa da ortodoxia nicena.

¹⁶⁰ Curiosamente, Constante foi o primeiro imperador a sancionar leis que previam a pena capital àqueles que mantivessem relações homossexuais (MALOSSE, 1999, p. 465). Ainda que o próprio monarca tivesse incorrido em tal “delito”, Constante se pautava em um ponto de vista, segundo Veyne (2002, p. 67), corrente na era constantiniana: a ideia de que cabia ao imperador moralizar toda a sociedade, de tal modo que até a vida íntima dos cidadãos deveria ser objeto de ordenamento. Nos meandros desta perspectiva, notar-se-ia tanto a influência do discurso cristão quanto a manifestação de uma visão um tanto vulgarizada do direito.

¹⁶¹ A menção à extração “bárbara” dos rapazes com os quais Constante teria se envolvido não deixa de ser significativa, na medida em que se aludia sutilmente à percepção de que o ato homossexual seria alheio à moralidade romana. Do mesmo modo, implicaria na barbarização do próprio monarca, salientando uma ausência de “romanidade”. Por fim, poder-se-ia elencar mais um aspecto. Ao evidenciar a orientação sexual de Constante, Aurélio Vítor ilustrava a pequena possibilidade de que um monarca, que assim agisse, viesse a engendrar um filho, justamente em meio a um contexto caracterizado pela formação de dinastias familiares e pela transmissão hereditária do poder imperial.

¹⁶² Segundo Neri (1993, p. 707), as críticas que Aurélio Vítor destinou à administração imperial, durante os reinados de Constantino e de seus descendentes, espelhavam de alguma forma uma oposição à casa constantiniana, como manifestada por parte de determinados segmentos nas províncias ocidentais, especialmente no contexto da usurpação de Magnêncio.

serviam aos segundos Flávios. Trata-se, pois, de aspectos os quais o historiador concebeu sob um viés negativo. Sendo assim, concluímos que “*tutto questo potrebbe proiettare dubbi consistenti sull’immagine ampiamente accettata di Aurelio Vittore fedele sostenitore di Costanzo e della dinastia costantiniana*” (NERI, 1993, p. 712).

Apontamos ao longo do presente capítulo de que forma essa “imagem amplamente aceita” se reproduziu de maneira insistente no interior da moderna crítica historiográfica. Por exemplo, Wilshire (1973, p. 227) considera Aurélio Vítor como um “grande entusiasta” dos reinados de Constantino e Constâncio II. Trabalhos como o de Pohlmann (2010, p. 69), por seu turno, concluem que Aurélio Vítor esforçou-se por legitimar a posição do imperador reinante, “por integrar o círculo de poder [sic] em torno de Constâncio II”, a ponto de ter se empenhado na “construção de uma tradição familiar constantiniana”, glorificando as figuras de Cláudio, o Gótico e, sobremaneira, Constantino.

Em paralelo a isto, verifica-se também a tendência de se desconsiderar as ressalvas que Aurélio Vítor inseriu em relação à dinastia Constantiniana. Bird (1972, p. 360), em um primeiro momento, postula que as críticas configurariam apenas um recurso literário, utilizado por Aurélio Vítor a fim de se livrar da pecha de bajulador que poderia ser lançada contra ele, dado o teor encomiástico da narrativa dedicada aos governos de Constantino e Constâncio II. Anos depois, o mesmo Bird (1987, p. 145) viria a garantir que as referências à *ambitio* e à *munificentia* de Constantino, por exemplo, seriam “*extremely muted*” se cotejadas com os efusivos louvores que se dirigiam, na obra, ao supracitado soberano.

De fato, se observarmos os juízos éticos e políticos que o historiador teceu acerca de Constantino e Constâncio II, verificamos que, à superfície do texto, as faltas dos imperadores emergem como exceção, em meio a um panorama favorável. No entanto, propomos que Aurélio Vítor compôs o seu relato de forma a direcionar a atenção de seus leitores para os possíveis *vitia* dos Constantinianos, e não as eventuais *uirtutes*, por mais que estas fossem ressaltadas. Assim, Constantino se assimilaria a um deus se tivesse refreado a *ambitio* e a *munificentia*; por seu turno, Constâncio II era clemente, porém “*pro negotio*”.¹⁶³ O primeiro confiou os cargos públicos a homens “*parum dignis*”, enquanto que o segundo, embora tivesse ciência de que a estabilidade da *res publica* dependeria da vida dos bons monarcas, exibiu um “*tenue studium*” em relação à conduta dos funcionários civis e dos oficiais

¹⁶³ S. Williams (1997, p. 241) sugere que Aurélio Vítor, ao exaltar a incomum clemência exibida por Diocleciano em relação aos partidários de seu inimigo, o prefeito do pretório Apro (cf. *Hist. abbrev.* 39.15), ansiava por engendrar um contraste com a proverbial crueldade que Constâncio II teria reservado aos seus adversários.

militares. Por isso, ao destacar que Constantino facilitou o ingresso de “homens pouco dignos” ao serviço imperial, Aurélio Vítor inseriu o seguinte comentário:

Embora isso ocorra com muita frequência, sem embargo em um [homem de] elevado caráter e [dotado] dos melhores costumes para a *res publica*¹⁶⁴, por menor que sejam os vícios, estes se iluminam ainda mais e são notados facilmente; além disso, [tais vícios] amiúde perturbam agudamente, pois que, por causa do esplendor do responsável, são tomados antes do mais como virtudes, bem como constituem um convite à imitação (*Hist. abbrev.* 41.21).¹⁶⁵

Ahl (1984) oferece uma análise a respeito da “*art of safe criticism*” que os *rhetoires* gregos e romanos formularam para que se pudesse cultivar a “*parrhesia*”, ou “direito de tudo expressar”, ao abrigo de eventuais represálias por parte dos detentores do poder. Não raro, os críticos modernos interpretam os modos do discurso dos autores de língua grega e latina, durante a era imperial, sob dois pólos opostos, quais sejam, a “crítica direta” ou a “adulação” perante o governante.¹⁶⁶ Nestes termos, ignoram um estágio intermediário, o “discurso figurado”, mostrando-se incapazes de compreender que as palavras lisonjeiras dirigidas a um determinado imperador que fosse nem sempre redundavam em uma apreciação favorável (AHL, 1984, p. 204-205).

A nosso ver, os pressupostos valorados por Ahl permitem-nos avaliar a postura de Aurélio Vítor no que se refere à era constantiniana em seu todo. O historiador enalteceu as qualidades de Constantino e Constâncio II, ao passo que não poupou de reprimendas os subordinados dos dois soberanos. Neste sentido, as *Historiae abbreviatae* colocavam em dúvida a capacidade avaliativa de ambos.¹⁶⁷ Porém, não careceria que a crítica, em si,

¹⁶⁴ Aurélio Vítor parece ter almejado que o público leitor se questionasse acerca das contradições que se verificam em seu relato. Na passagem acima, o historiador expôs uma consideração generalizante acerca do papel dos imperadores, sem que se citasse nominalmente a Constantino. No entanto, dado o contexto em que se insere o versículo, os leitores se inclinariam a pensar na figura do quase *diuus* Constantino, que a princípio se encaixaria na descrição efetuada sobre o “*summo ingenio*”. Assim, cabe questionar de que modo o referido soberano possuiria os “*optimi mores*” para o Império se Aurélio Vítor o definiu também como ambicioso e imoderado? Portanto, se responsabilizava Constantino por um mau governo, na medida em que teria se rodeado por varões indignos, bem como porque incitava em seus funcionários a emulação de seus vícios (NERI, 1993, p. 720).

¹⁶⁵ Earl (1984, p. 117) diz que Amiano Marcelino, em suas *Histórias*, insistiu nos riscos que cercavam o Estado imperial quando os vícios dos oficiais militares e dos servidores eram alimentados pelas faltas do próprio imperador. Reputamos que esseajuizamento também se aplicasse a Aurélio Vítor, em razão do que fora exposto em *Hist. abbrev.* 41.21.

¹⁶⁶ Tácito (*Ann.* 1.1.2) e Suetônio (*Claud.* 41.2) traçaram um painel similar a respeito da dificuldade de se escrever durante a era imperial. Julgavam que não se relataria o governo do imperador reinante exceto de maneira adulatória, enquanto que o reinado de um monarca já falecido poderia ser falseado pelo ódio que se nutria por aquele.

¹⁶⁷ Ao mesmo tempo em que se desaprovava a conduta dos imperadores, na medida em que teriam abandonado um dos pressupostos basilares do ideal do “*ciuilis princeps*”, qual seja, “*the duty [...] to restrain the excesses of*

escapasse ao entendimento do governante; o importante seria assegurar que aquele não pudesse infligir mal algum ao orador ou ao escritor (AHL, 1984, p. 193). Neste caso, o historiador não admoestou diretamente as figuras de Constantino e Constâncio II, veiculando um retrato acerca das *personae* imperiais que se fiava na imagem pública que fora elaborada a respeito tanto do pai quanto do filho, sucessor e *imitator* daquele.¹⁶⁸ Resultava difícil que Aurélio Vítor, ao escrever sobre a época em que ele próprio e seus leitores viviam, pudesse se contrapor abertamente às representações sobre os detentores do poder imperial que a maioria de seu público reconhecia e reproduzia, a partir de variadas formas e mecanismos.

Desta forma, o foco explícito do opróbrio de Aurélio Vítor centrava-se em seus pares, isto é, os funcionários imperiais de seu tempo, de maneira indistinta. Sendo assim, lê-se que, ao tempo de Diocleciano e dos demais tetrarcas, foi suprimida “a perniciosa categoria dos *frumentarii*, os quais são semelhantes aos *agentes in rebus* de agora” (isto é, do momento em que Aurélio Vítor vivia) (*Hist. abbrev.* 39.44). Na sequência da narrativa, o historiador esclareceu por quais motivos as atitudes dos antigos *frumentarii* seriam nefastas:

ainda que [os *frumentarii*] pareçam ter sido instituídos para examinar e comunicar quais revoltas podiam ocorrer nas províncias, depois de tramar abomináveis crimes e de inspirar temor por todas as partes, especialmente entre aqueles que se encontravam mais longe, pilhavam tudo de modo vergonhoso (*Hist. abbrev.* 39.45).

A comparação estabelecida entre os *frumentarii* e os *agentes in rebus* não soa fortuita. Sinnigen (1961, p. 69) aclara que outros escritores tardo-antigos, caso de Jerônimo e João Lídio, também apontaram uma relação de continuidade entre os dois grupos, ratificando a percepção de que as atividades desempenhadas por tais servidores haviam sido marcadas pela corrupção e por desvios de toda a sorte. Seja como for, na medida em que cotejasse os *frumentarii* de outrora com os *agentes in rebus* de seu tempo, Aurélio Vítor aludia a uma problemática que ele próprio teria observado em sua época.

De fato, ao tempo do historiador, os *agentes in rebus* foram definidos por Libânio (*Or.* 18.140) como “os olhos do imperador”, de modo que alguns estudiosos modernos não

---

his subordinates” (EARL, 1984, p. 112). Desta forma, Constantino e Constâncio II não teriam zelado pelo bem-estar do conjunto dos cidadãos.

¹⁶⁸ Exemplo dessa prática se nota em *Hist. abbrev.* 42.23, passagem em que Aurélio Vítor destacou, entre outras, a *pietas* de Constâncio II em relação a seu pai, Constantino. Centenionais de bronze datados dos anos de 350-351 e cunhados no ateliê da Síscia (cidade da Panônia Sávia), cujos aversos estampavam a efígie de Constâncio II, traziam em seus reversos a legenda HOC SIGNO VICTOR ERIS, juntamente com o cristograma. Essas peças foram largamente emitidas naquela época, marcada pela usurpação de Magnêncio no Ocidente. Preconizavam a legitimidade do poder exercido por Constâncio II, tendo por base os laços que o ligavam a seu pai (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000, p. 65-66). A imagem pública de Constâncio II como “*imitator Constantini*” envolvia, por conseguinte, a devida devoção à figura de seu progenitor e antecessor no trono.

titubearam em designá-los como uma espécie de “serviço secreto” no seio da sociedade tardo-imperial.¹⁶⁹ Jones (1964, p. 581) advoga que tamanha má reputação fincava raízes nas atividades de certos *agentes*, que se notabilizaram na época de Constâncio II por denunciarem ao imperador a existência de complôs ou movimentos de insurreição nas áreas provinciais, quer fossem reais ou imaginários, o que talvez tivesse ocasionado a ruína de algumas personalidades de vulto no interior do Império.¹⁷⁰

Entretanto, cabe apontar que, embora alguns *agentes* pudessem ter abusado de suas prerrogativas, a representação dos mesmos enquanto “espiões” ou “agentes secretos” beira o hiperbólico. Na condição de *curiosi*¹⁷¹, tais funcionários se deslocavam e inspecionavam diferentes órgãos da burocracia imperial às claras, isto é, exerciam abertamente suas tarefas que, por seu turno, eram de conhecimento geral. Dito de outra maneira, os romanos que viviam no século IV tinham ciência de que os *agentes* reportariam ao soberano algo que porventura tivessem averiguado (DELMAIRE, 1995, p. 117).

Malgrado todas essas nuances, a descrição composta por Aurélio Vítor voltava-se tanto aos *frumentarii* do passado quanto aos *agentes in rebus* do presente, avaliados como equivalentes. Essa ponte construída entre o passado e o presente ilustra, portanto, a crítica que se lançava à incapacidade demonstrada por Constâncio II no sentido de coibir os inadequados *mores* que o historiador atribuiu à maioria dos subordinados do imperador (cf. *Hist. abbrev.* 42.24). Logo, mediante os comentários formulados por ocasião de fatos ou elementos que concerniam ao passado, Aurélio Vítor teceu uma gama de reflexões que se projetavam ao presente, de forma que, como conclui Mazzarino (1983, p. 297), as *Historiae abbreviatae* sublinharam “*la decadenza generale del suo tempo, in paragone coi precedenti*”.

¹⁶⁹ Sinnigen (1961, p. 66; 70) defende a ideia de que, a partir do final do reinado de Domiciano, os *frumentarii* – membros do exército cuja função original era a de adquirir e distribuir cereais (isto é, o *frumentum*) às tropas – seriam empregados como “informantes” do imperador, mantendo contato não apenas com os soldados e os funcionários imperiais, mas igualmente com a população que residisse nas províncias. Tal perspectiva, segundo Sinnigen, se aplicava também para os *agentes in rebus* dos séculos IV e V.

¹⁷⁰ A despeito de sua notoriedade, vale destacar que a quantidade de *agentes* ao tempo de Constâncio II seria reduzida, se levarmos em conta os argumentos expostos por MacMullen (1964a, p. 313). Este garante que era possível enumerar, com segurança, apenas 17 *agentes in rebus* em meio aos palatinos que integravam o serviço ativo no ano de 360. Somente ao final do século IV esse número viria a conhecer colossal aumento, passando de um milhar. Entretanto, talvez MacMullen não tenha incluído em sua contagem os *agentes* que serviam sob o estatuto de *curiosi* (ver nota seguinte), uma vez que o número por ele indicado parece assaz reduzido para que despertasse a atenção de indivíduos tão diferentes entre si quanto Aurélio Vítor e Libânio.

¹⁷¹ A *schola* dos *agentes in rebus* estava vinculada ao *magister officiorum* (responsável por coordenar os trabalhos dos *sacra scrinia* no interior da corte imperial). No início da carreira, o dever primordial do *agens in rebus* era o de transportar missivas imperiais aos habitantes das províncias. Após alguns anos de serviço, os *agentes* eram imbuídos de maiores responsabilidades, de modo que passavam, sob a denominação de *curiosi* ou *curagendarii*, a inspecionar o correio imperial por todo o território imperial. Ao tempo de Constâncio II, os *curiosi* assumiram mais uma atividade, a de reportar ao imperador um panorama sobre a situação geral do Império. Para tanto, em 357 uma lei determinava que dois deles fossem enviados anualmente para cada província, a fim de cumprirem com aquela tarefa (JONES, 1964, p. 578).

Sendo assim, a avaliação que o historiador empreendeu acerca da dinastia Constantiniana não se restringiu à parcela da narrativa que cobre a história imperial do século IV. A partir do passado narrado, Aurélio Vítor teceu uma série de ajuizamentos que, de fato, não atingiam frontalmente Constantino e Constâncio II. Por certo, o exercício do *imperium* propiciava àqueles o estabelecimento de balizas para a criação e a recepção de representações acerca de si próprios, por meio das quais se objetivava legitimar determinados modos de discurso relativos ao poder político, que seriam registrados em diferentes tipos de suporte. Neste ensejo, o acesso e o controle das instâncias do poder imperial engendraram a possibilidade efetiva de se disseminar uma leitura autorizada dos textos e imagens produzidos em dada época. Ora, Aurélio Vítor não se revelou alheio a tais códigos ao veicular, por exemplo, a ideia do “*clemens e liberator urbis*” Constantino ou do “*pius*” Constâncio II.

Todavia, a transmissão das diversas modalidades de discurso acerca do poder não configura uma via unidirecional. Quer dizer, a imposição de representações e modelos se choca com a capacidade dos receptores de gerar novas interpretações (MILES, 2000, p. 35-36). A linguagem “oficial” sobre o imperador poderia, pois, estimular a constituição de novos significados por parte dos súditos. Logo, o sentido do texto das *Historiae abbreviatae*, que à superfície esboça um julgamento positivo no tocante aos governos de Constantino e Constâncio II, desvelar-se-ia aos nossos olhos quando “reescrito”, ou reestruturado. Deparamo-nos com fragmentos, com vestígios dispersos ao longo da narrativa e que, à maneira de um quebra-cabeça, configuram um quadro revelador uma vez montado.

Feito isto, Aurélio Vítor caracterizou a história do tempo presente a partir da permanência de práticas impudicas como a prostituição masculina (cf. *Hist. abbrev.* 28.6-7); por uma política fiscal opressiva, desnudada pela ação dos *actuarii* e pela intolerável ampliação dos tributos que incidiam sobre a Itália *annonaria* (cf. *Hist. abbrev.* 33.13; 39.31); em virtude da atuação nefasta dos *agentes in rebus*, que esgotariam os recursos dos provinciais (cf. *Hist. abbrev.* 39.45); e, por fim, a partir da promoção dos “*ignobiles*”, que assumiam os *honores* públicos contando com a anuência ou o desinteresse dos soberanos, os mesmos que haviam se voltado para a nova, e cristianizada, capital, em detrimento da *Urbs*.

Vale ressaltar, ademais, de que forma o historiador procurou aclarar as razões que teriam motivado a abdicação de Diocleciano no ano de 305 (cf. *Hist. abbrev.* 39.48). Aurélio Vítor escreveu que o referido soberano estaria ciente do fato de que desastres intestinos viriam a ocorrer, algo que provocaria uma espécie de ruptura do “Estado romano” (*quasi fragorem [...] status Romani*). Não parece restar dúvida de que Aurélio Vítor se referisse às

disputas pelo trono imperial e às guerras civis que dariam o tom dos três capítulos que fecham as *Historiae abbreviatae*.

Mas talvez se possa sugerir uma análise diversa. Nota-se que a expressão “*statum Romanum*” foi empregada somente em mais um ponto da narrativa, em meio à passagem em que Aurélio Vítor relatou as convulsões políticas e sociais que se seguiriam à morte de Severo Alexandre em 235, as quais teriam precipitado o “Estado romano como se fosse rumo a um abismo” (cf. *Hist. abbrev.* 24.9). Isto é, o termo foi utilizado em dois versículos distintos, mas que abordavam a mesma temática, qual seja, a desarmonia interna. E, tendo em vista que o sistema colegiado constituísse um dos fundamentos do exercício do poder na época de Constantino e de Constâncio II¹⁷², a questão da “*concordia imperatorum*” haveria de despertar o interesse dos contemporâneos de Aurélio Vítor. Por exemplo, a harmonia que vigoraria entre os tetrarcas seria devidamente sublinhada e, no entender do historiador, se baseava, entre outros, no fato de que Maximiano, Constâncio Cloro e Galério

[...] veneravam Valério [ie., Diocleciano] como se fosse um pai ou à maneira de um grande deus¹⁷³; a natureza e o valor disto é desvelada pelos crimes entre parentes, [cometidos] desde a fundação da cidade até a nossa época (*Hist. abbrev.* 39.29, grifo nosso).

Aurélio Vítor aludia aos dramas familiares e às intrigas palacianas que ceifaram a vida de personagens como Crispo, Dalmácio e Galo. Embora o historiador se furtasse à tarefa de esclarecer as circunstâncias que rondavam a morte dos supramencionados *Césares* (em especial, no caso dos dois primeiros), demonstrava, na passagem acima, estar ciente de que diriam respeito às lutas pelo poder no seio da dinastia Constantiniana. E, assim como os crimes cometidos entre indivíduos de uma mesma *familia* se apresentariam como um elemento perene na história romana – e que remontaria aos primórdios da *Urbs*, daí a evocação a Rômulo e Remo e as discordâncias entre ambos acerca da fundação de Roma –, a

¹⁷² A ponto de se salientar o fato de, na sequência da morte do *César* Galo, o *imperium* se concentrar somente nas mãos de Constâncio II, após um intervalo de sete decênios (*Hist. abbrev.* 42.13).

¹⁷³ A partir de meados do século III, a maior centralização do poder imperial corresponderia, em paralelo, a uma maior sacralização do imperador. Assim, o exercício do *imperium* conferiria, cada vez mais, uma aura sagrada ao soberano (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1984/1985, p. 242). No caso do arranjo tetrárquico organizado por Diocleciano, este, na condição de “*Iouius*” (quer dizer, dotado de uma “natureza jupiteriana”), se situaria acima de seus pares por concentrar uma autoridade superior. O outro *Augusto* (Maximiano), “*Herculius*”, se subordinaria a Diocleciano, tal como os demais deuses seriam sobrepostos por Júpiter, a principal divindade do panteão romano. Isto aclara a ideia de adoração “*dei magni modo*” que se renderia a Diocleciano, como apontou Aurélio Vítor. Em *Hist. abbrev.* 39.36, encontramos mais um dado que acentuava a posição de Diocleciano como o primeiro dentre os seus pares, pois que “sob o comando dele tudo se governava”. De acordo com Kolb (2001, p. 31), Aurélio Vítor havia compreendido a essência da experiência política ao tempo da Tetrarquia: o exercício colegiado do poder se compatibilizava com um elemento “monárquico”, quer dizer, com a autoridade suprema que apenas um dos regentes possuía, malgrado o fato de os quatro governantes disporem do *imperium*.

solução para as desavenças entre parentes repousaria na observância de priscas virtudes, como a *pietas*, a devotada submissão para com os genitores e os deuses. A análoga relação mantida entre Diocleciano e os demais imperadores alicerçaria, pois, a concórdia no âmago do colegiado tetrárquico.

Pois bem, sob um prisma ético-político, a fragmentação da *res publica*, enquanto reflexo do rompimento da “*concordia imperatorum*”, se ligaria diretamente à *ambitio* dos pretendentes ao trono (cf. *Hist. abbrev.* 24.9). Ora, por duas oportunidades¹⁷⁴, Aurélio Vítor assinalou aos leitores a ânsia pelo poder que movia Constantino. Após destacar a derrota de Maxêncio, o historiador inseriu mais um de seus comentários moralizantes:

Tanto é verdade que nada é mais agradável e mais prestigioso do que a deposição dos tiranos, mas haverá popularidade para os responsáveis [pelo ato] somente se forem moderados e abnegados. Pois as mentes humanas são duramente ofendidas se frustrada a esperança no bem, quando mudado um governante infame se mantém, [porém], a violência de suas tribulações (*Hist. abbrev.* 40.29-30).

Como vimos, Constantino e Constâncio II enfrentaram vários pretendentes ao trono ou corregentes, retratados nas *Historiae abbreviatae* em conformidade com o *topos* retórico da “tirania”. Em meio à literatura greco-romana, a “*hybris*” (ou seja, o excesso, a desmesura ou mesmo a arrogância) ocupava um lugar central na elaboração do estereótipo do tirano, um sinal do desprezo que aquele demonstraria em relação aos parâmetros morais (DUNKLE, 1967, p. 153). A nosso ver, Aurélio Vítor sugeriu, pois, que Constantino partilhava dos vícios atinentes ao “*tyrannus*” que havia derrotado (no caso, Maxêncio), na medida em que sua ambição desconheceria limites. O mesmo seria válido no que se referia a Constâncio II: “clemente por ocasião”¹⁷⁵, o monarca por vezes agiria, logo, com um rigor similar àquele pertinente aos mais nefastos “tiranos”. Sendo assim, o conjunto das virtudes que o historiador atribuíu, de maneira geral, a Constantino e Constâncio II, seria relativizado diante da percepção de que os imperadores que eliminaram a “tirania” incorreram, no entanto, em faltas idênticas àquelas que proclamaram combater.

Esta perspectiva pode ser observada em outra reflexão exposta no interior das *Historiae abbreviatae*. No contexto da morte de Galieno, o historiador afirmaria que:

O sentido das coisas e dos nomes se corromperam, pois na maioria dos casos aquele que detém mais poder por meio de crime, quando *vencedor por conta*

¹⁷⁴ Cf. *Hist. abbrev.* 40.2; 40.15.

¹⁷⁵ Cf. *Hist. abbrev.* 42.23.

das armas, chama de supressão da tirania a opressão em detrimento do bem comum (Hist. abbrev. 33.24, grifo nosso).

No entanto, tal proposição não se encaixava comodamente ao quadro pincelado, na narrativa, acerca do reinado de Galieno. Menos, é certo, por causa da assertiva a respeito da corrupção de “*rerum ac nominum*”, que reforçaria a ideia assaz negativa nutrida por Aurélio Vítor em face da era de Galieno, mas antes em razão do fato de que o assassinio do referido imperador (a “supressão da tirania”) seria justificável, exatamente por beneficiar todo o corpo cívico (cf. *Hist. abbrev.* 33.22). Contudo, os tumultos políticos e os conflitos militares que marcariam o governo de Galieno, tal como indicados pelo historiador, forneciam um espelho para as guerras civis e as usurpações ocorridas na primeira metade do século IV.

Posto isto, Aurélio Vítor salientou o modo pelo qual um usurpador triunfante encobriria a ilegitimidade de sua posição ao denominar por “tirania” – no sentido de *regnum*, poder absoluto contrário ao bem comum, à *res publica* – o governo daquele que havia sido derrotado de forma violenta, pela força do gládio (ESCRIBANO, 1997, p. 88). Significa dizer que o sobrepujado no campo de batalha transmutava-se, *a posteriori*, em um “tirano”¹⁷⁶, no bojo do processo de construção da legitimidade do vencedor, que se escorava no sucesso alcançado no campo de batalha. Ora, Constantino havia assumido a púrpura de maneira ilegítima e a sua posição se sedimentaria gradativamente, a partir de uma variedade de instrumentos e atos, dentre os quais a vitória obtida na Ponte Mílvia e o aniquilamento de seu rival Maxêncio. Assim, julgamos que as considerações expostas em *Hist. abbrev.* 33.24 e 40.30 perfaziam um questionamento às ações empreendidas por imperadores como Constantino, que ansiavam por justificar um poder conquistado à base do derramamento do sangue de concidadãos romanos.

Finalmente, cabe sublinhar um elemento a permear o discurso decadentista formulado pelo historiador, qual seja, a inversão da ordem política e social, do que resultaria a negligência perante os valores e as práticas tradicionais. Essa caracterização do declínio mirava, especificamente, três momentos diferentes ao longo do texto. Em primeiro lugar, se apontaria um ponto de partida para o declínio moral e político de Roma, que se confundiria com a sucessão de Severo Alexandre. Como visto, a ascensão de Maximino, o Trácio, exemplificava aquilo que Aurélio Vítor apregou em *Hist. abbrev.* 24.9-10:

¹⁷⁶ Neste sentido, Aurélio Vítor antecipou a definição sobre os usurpadores que pode ser observada em *HA.*, *Pesc.* 1.1: “*aqueles que a vitória dos outros transformou em tiranos*” (*quos tyrannos aliorum uictoria fecerit*).

foram elevados ao poder imperial, de forma indiscriminada, os bons e os maus, os nobres e os ignóbeis, inclusive muitos bárbaros. Pois quando em toda parte tudo é confuso e nada segue o seu curso, todos consideram que é lícito, como em um tumulto, apoderar-se de cargos alheios que não são capazes de desempenhar, e escandalosamente põem a perder o conhecimento das boas artes.

Na sequência da obra, os vícios de Galieno semeariam o esmorecer das distinções sociais e, “deste modo, como se o vento soprasse de todos os lados, se misturavam os mais humildes com os maiores, os inferiores com os superiores, por todo o mundo” (*Hist. abbrev.* 33.4). A mescla entre *parus* e *maximus*, *imus* e *summus* atingiria um nível tão grave a ponto de um humilde ferreiro, ignoto mesmo entre os soldados, ter ousado tomar a púrpura (cf. *Hist. abbrev.* 33.9-11). Deste modo, Aurélio Vítor lançou mão de termos semelhantes aos utilizados no versículo exposto em *Hist. abbrev.* 24.9-10, para sinalizar em que medida “os costumes se degradaram” (*prolapsi mores sunt*) ao tempo de Galieno (*Hist. abbrev.* 33.23).¹⁷⁷ Reiteravam-se, pois, os postulados decadentistas que se notam na digressão inserida por ocasião da morte de Severo Alexandre. Indivíduo a serviço de um Estado cujo núcleo correspondia à corte imperial, a qual reuniria a capacidade de, nos dizeres de Rowland Smith (2011, p. 148), induzir hábitos mentais e de conduta entre as elites sociais no século IV, Aurélio Vítor deplorava a perspectiva da instabilidade no âmago do *locus* que deveria ordenar a sociedade romana. O rompimento de uma definida hierarquização seria tomado como sinal de barbarismo, e não de romanidade.¹⁷⁸

E, por último, e ainda mais importante, o tempo presente seria avaliado sob múltiplos aspectos, mas que se coadunavam a partir de uma retórica decadentista. Assim, a era constantiniana seria pensada enquanto período em que “[...] se despreza a honestidade dos cargos públicos e os ignorantes são confundidos com os homens bons e os incompetentes com os hábeis [...]” (cf. *Hist. abbrev.* 9.12). A indevida mistura entre *indocti* e *boni*¹⁷⁹ comprovaria, nos termos do discurso de Aurélio Vítor, a degradação da época em que o próprio historiador vivia.

Portanto, a narrativa de Aurélio Vítor comportava um forte acento pessimista. Todavia, para os homens e mulheres que nasceram e morreram no mundo romano, a

¹⁷⁷ Repete-se, pois, o uso do verbo *labi* (cf. *Hist. abbrev.* 24.9), a fim de se contemplar uma ideia de declínio.

¹⁷⁸ Ste. Croix (apud Rowland SMITH, 2011, p. 148) assegura que os homens que viviam no século IV “*simply could not imagine the possibility of fundamental change in social arrangements*”.

¹⁷⁹ Os mesmos “homens de bem” que Constâncio II teria negligenciado, favorecendo os servidores cujo comportamento se nortearia por “*absurdi mores*” (cf. *Hist. abbrev.* 42.24). De acordo com Lana (1990, p. 204), a amargura que se notaria na crítica efetuada ao descaso de Constâncio II, diante do caráter torpe de seus funcionários, resultaria do fato de que Aurélio Vítor teria concebido a si mesmo como um dos *boni* que não haviam avançado em sua carreira, como devido, sob o domínio do citado imperador.

corrupção moral dos indivíduos, que redundaria na crise das instituições, fornecia uma explicação causal suficiente (KENNEY, 1982, p. 748). Mas as *Historiae abbreviatae* não se resumiram à noção da decadência do Império romano e, pois, Aurélio Vítor igualmente articulou o movimento de sua história a partir de outros vieses.¹⁸⁰ Tal é o tema sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

---

¹⁸⁰ Deste modo, expandimos uma sugestão proposta por Herzog e Schmidt (1989, p. 174) quanto a pensarmos Aurélio Vítor como um autor situado em uma fase de transição, a meio caminho de uma tomada de “consciência de crise” (*Krisenbewußtsein*) que desabrocharia em uma incisiva defesa da “ideologia pagã romana” (*Romideologie*). Esta postura viria a se concretizar com a geração seguinte de literatos dedicados à narrativa do passado de Roma, casos de Amiano Marcelino e do ignoto escritor da *HA*. Como lembra Paschoud (1975, p. 96), as *Historiae abbreviatae* não estavam envoltas por “uma atmosfera de queda” (*Untergangsstimmung*), visto que, nos inícios da década de 360, a derrota romana em Adrianópolis ainda não havia ocorrido, o Império não havia se tornado oficialmente cristão e tampouco os godos de Alarico haviam saqueado o solo sagrado da *Urbs*.

CAPÍTULO 3 – O pêndulo de Aurélio Vítor

3.1 *Militares, provinciais, bárbaros...*

Constantino “[...] desviou enormemente sua atenção para a fundação de uma cidade e para dar forma a uma religião, ao mesmo tempo renovando o ordenamento militar (*simul nouando militiae ordine*)” (*Hist. abbrev.* 41.12). Desta maneira, Aurélio Vítor referia-se a mais uma das transformações que ocorreram durante a era constantiniana, acerca da qual o texto não forneceria, igualmente, maiores detalhes. Logo, as mudanças promovidas por Constantino no que tangia à estrutura e à composição do exército imperial não receberiam senão uma simples alusão nas *Historiae abbreviatae*.

No capítulo anterior, demonstramos que a criação de uma nova capital às margens do Bósforo e a adoção do cristianismo por parte da casa constantiniana introduziram desafios inauditos para os quais um autor “pagão” como Aurélio Vítor não se furtou a responder. As reticências diante de Constantinopla e da nova religião relacionavam-se às concepções e às atitudes do historiador face ao mundo em que vivia, as quais se pautavam em marcos de referência próprios de uma tradição não cristã. Neste sentido, o silêncio a respeito de Constantinopla e do cristianismo emergia como a característica mais saliente, à superfície do texto, de um processo de internalização das contradições e mudanças que se enraizavam no seio da sociedade, a partir do qual se depreende a intenção do autor no sentido de formular soluções, no plano da narrativa, que conduzissem à superação dos dilemas observados em sua época.¹

No entanto, se a cidade e a religião associadas à dinastia Constantiniana surgem como a faceta mais visível de todo um conjunto de alterações que se desenrolavam na sociedade tardo-imperial, o mesmo não pode ser afirmado no que respeitava às mudanças relativas à organização das forças militares romanas. Enquanto instituição, o exército passou por diversas modificações ao longo da milenar história de Roma, de tal monta que as centúrias lideradas pelo mítico Quíncio Cincinato, nos meados do século V a.C., pouca semelhança possuíam com os legionários comandados por Caio Mário, em fins do século II a.C.. De modo similar, o

---

¹ Cf. Candido (2000, p. 4) e o modelo interpretativo segundo o qual “[...] o externo (o meio social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se [...] interno”.

exército “profissional” forjado por Mário congregava grandes diferenças se cotejado com os soldados e os oficiais que serviam nas fileiras militares ao tempo de Galieno ou Diocleciano. Sendo assim, por que razão teria Aurélio Vítor agrupado, na mesma passagem, as oblíquas menções efetuadas a Constantinopla, à religião cristã e às alterações na esfera militar promovidas por Constantino?

Analisemos, em primeiro lugar, em que consistiram tais mudanças. Entre a dúzia de anos que medeia as batalhas de Ponte Mílvia e de Crisópolis, Constantino empreendeu algumas modificações no relativo à hierarquia militar, entre as quais se incluía a instituição dos chamados “*magistri equitum et peditum*” para ocuparem os mais elevados postos de comando no exército imperial, em detrimento dos antigos prefeitos do pretório, que se encarregariam, sobretudo a partir dos reinados de Constante e Constâncio II, de tarefas circunscritas à administração “civil”.

Além disso, ao tempo da segunda guerra civil entre Constantino e Licínio, ou seja, nos meados da década de 320, as legiões *comitatenses* ganharam contornos mais bem definidos. Tratava-se das unidades bélicas que integravam o *comitatus* imperial, configurando uma espécie de pequeno exército de campo altamente móvel, que já existia na época da Tetrarquia e, provavelmente, havia sido esboçado durante o reinado de Galieno. Cada um dos tetrarcas se fazia acompanhar, em seus deslocamentos territoriais, por um dado número de tropas, que se distinguiam das legiões e das forças auxiliares estacionadas nos *limites* imperiais. Sob Constantino, os *comitatus* alcançaram alargadas dimensões nas áreas ocidentais, em função das necessidades estratégicas da guerra contra povos externos no Reno e no Danúbio, bem como por causa do embate travado contra Licínio. As evidências jurídicas apontam que, ao menos a partir de 325, os *comitatenses* usufruíram de um “*status*” diferenciado, em comparação com os integrantes do exército imperial lotados nas regiões fronteiriças (os *ripenses/limitanei*), algo que envolvia, entre outros, a aquisição de privilégios fiscais e de serviço. Nos anos 350, Constâncio II manteve à sua disposição quatro exércitos formados por *comitatenses*, um denominado “*praesentalis*” – isto é, sob o comando imediato do imperador – e os outros três estacionados em áreas pertinentes às prefeituras pretorianas do Oriente, do Ilírico e das Gálias.²

---

² Baseamo-nos em apontamentos feitos por Colombo (2008, p. 128-129). Em verdade, embora a organização dos *comitatenses* equivalha a uma importante medida que se desenvolveu ao tempo de Constantino, as raízes da mesma se encontravam no estabelecimento de quatro *comitatus* entre os anos de 293 e 305, que se ligavam a cada um dos tetrarcas. Constâncio II daria sequência à formatação desse exército móvel de campanha ao fixar, em pontos específicos no interior das províncias panonianas, as legiões dispostas em áreas próximas ao *limes*, a fim de lidar com as guerras civis no Ocidente e os invasores sármatas. Lançavam-se as bases, pois, de uma tendência cuja cristalização viria a ocorrer no final do século IV. Neste período, as fortificações fronteiriças,

Similarmente, emergiu uma seleta categoria de cavaleiros, que comporiam as chamadas “*uexillationes equitum*”, incorporadas aos exércitos de campo. Constantino, por exemplo, havia se apoiado largamente nesse corpo de cavaleiros no decorrer das campanhas lançadas contra Maxêncio e Licínio. Neste ensejo, a cavalaria romana adquiriu um incremento quantitativo e uma primazia hierárquica jamais vista até então. Todavia, malgrado a relevância e o impacto social que todas essas alterações teriam causado, a estrutura interna das forças militares não constituiu um tema que despertasse a atenção de Aurélio Vítor – com exceção, talvez, da desmobilização dos pretorianos após a vitória de Constantino sobre Maxêncio (*Hist. abbrev.* 40.25).³ Há de refletirmos, logo, sobre qual seria o possível elemento a conectar entre si a fundação de Constantinopla, o cristianismo e a reorganização do exército à época do imperador Constantino, como se aduz em *Hist. abbrev.* 41.12.

Funari e Carlan (2007, p. 20) apontam que Constantino incrementou o efetivo dos *comitatus*, que chegariam a atingir a cifra total de 110 a 120 mil homens. Parcela considerável desses soldados teria sido recrutada entre grupos de origem germânica, e colocada sob o controle imediato dos comandantes militares provinciais, os *duces*. Estes, por seu turno, seguiam as ordens dos *comites* militares, oficiais que integravam as cortes imperiais. Em meio a tal panorama, resulta difícil mensurarmos a presença dos “bárbaros” entre as legiões *comitatenses* durante o governo de Constantino. De acordo com Colombo (2008, p. 156), das trinta e nove tropas auxiliares *comitatensia* anteriores à elevação de Juliano como *César* no Ocidente (em 355), apenas os “*Heruli seniores*” e os “*Heruli iuniores*” exibiam um etnônimo que remetia a um povo completamente exterior às fronteiras imperiais. Reunindo prisioneiros de guerra renanos, Juliano formou três *auxilia* étnicos no interior de seu *comitatus*, os “*Tubantes*”, os “*Salii seniores*” e os “*Salii iuniores*”, entre os quais se listavam somente indivíduos nascidos para além do *limes* reno-danubiano.

---

manejadas pelos *limitanei*, foram drasticamente reduzidas e diversas torres de observação abandonadas por falta de efetivo, na medida em que os soldados foram deslocados para a formação de tropas de *comitatenses*. Esses *limitanei*, ademais, correspondiam quase que integralmente a indivíduos recrutados entre os “bárbaros” (BURNS, 2003, p. 359-360).

³ A eliminação das “legiões pretorianas”, porém, se inseria no contexto da derrocada da “tirania” de Maxêncio, como se vê na narrativa. Ademais, o historiador não fez menção alguma às inovações militares delineadas por Septímio Severo e Galieno (salvo a referência ao controverso “edito”) ou às reformas implementadas por Diocleciano. Tampouco se nota maior apuro técnico e domínio da terminologia militar. À guisa de ilustração, Aurélio Vítor empregava o termo genérico “*numerus/numeri*” para designar tanto *cohortes* quanto *legiones* (cf. *Hist. abbrev.* 8.3; 20.25; 33.14; 35.11; 37.6). Uma ligeira exceção se nota em *Hist. abbrev.* 39.18, passagem em que se afirmaria que os *cognomina* ostentados por Maximiano e Diocleciano, respectivamente “*Herculius*” e “*Iouius*”, deram origem à denominação das tropas que Aurélio Vítor reputou como as mais destacadas de todo o exército imperial. Se tratava de uma referência, pois, às legiões palatinas dos “*Herculiani*” e dos “*Iouiani*”, ativas no século IV e que se incluíam entre as unidades *seniores* que compunham as forças militares romanas durante a Antiguidade Tardia.

Neste caso, “*Costantino certamente non cominciò né favorì la barbarizzazione massiccia delle truppe regolari*” (COLOMBO, 2008, p. 157).⁴ Com efeito, Aureliano, Probo e os tetrarcas já haviam utilizado *alae* e *cohortes* constituídas por deditícios de origem alamana ou gótica. Por ocasião do conflito civil contra Maxêncio, os destacamentos que integravam o *comitatus* de Constantino eram formados por legionários que estavam estacionados na Germânia, no Ilírico, na Gália e, em menor medida, na Bretanha. Assim, a proveniência não mediterrânica de tais tropas pode ter influenciado o surgimento da ideia de que Constantino, em particular, havia fomentado o ingresso dos “bárbaros” no interior do exército imperial. Poder-se-ia supor, igualmente, que era originária do “*barbaricum*” ao menos uma fração dos soldados que, em nome de Constantino, enfrentaram as forças lideradas por Maxêncio.⁵ Alguns “bárbaros”, inclusive, se alistavam de modo voluntário, uma vez que a carreira no âmbito das fileiras militares romanas poderia resultar na melhoria das condições materiais de existência (ENJUTO SÁNCHEZ, 1998, p. 241).

Este quadro se complementava pelo ingresso, no território imperial, de comunidades étnicas inteiras, que acabavam por apresentar uma resolução a novos imperativos sociais e econômicos, na medida em que o assentamento de tribos “não romanas” em regiões demograficamente deprimidas colaborava para a recuperação agrícola e fiscal de tais áreas. Tratar-se-ia dos chamados “letos” (*laeti*), asilados no interior do Império e que, portanto, deveriam responder às autoridades imperiais. Esses grupos estavam obrigados à prestação do serviço militar aos romanos, e seus filhos, na condição de descendentes de soldados, eram igualmente constrangidos a engrossar as tropas. Por fim, outras coletividades desfrutaram do estatuto de “federados” (*foederati*), fornecendo contingentes militares estruturados à sua maneira e que lutavam sob a égide de seus próprios chefes.⁶

Os filhos de Constantino deram continuidade à prática de se acolher as comunidades “bárbaras”. Constante assentou, no início da década de 340, tribos de francos sálios no norte da Gália. Constâncio II, por sua vez, empreendeu algo semelhante com certo número de visigodos cristianizados, locando-os na Mésia Segunda. O mesmo Constâncio II firmou diversos pactos com etnias transdanubianas, a fim de que lutassem ao lado dos romanos⁷ ou

⁴ Chauvot (1984, p. 145) e Enjuto Sánchez (1998, p. 240) defendem, ao contrário, que se operou um aumento notável da quantidade de “*barbari*” no exército imperial ainda sob o reinado de Constantino. De acordo com Amiano Marcelino (cf. 21.10.8; 21.12.25), o imperador Juliano criticara seu tio Constantino por ter assegurado a promoção de bárbaros no interior do exército e da administração imperiais.

⁵ Cabe ressaltar que, sobre os ombros de Constantino, pesava um estigma de barbarismo, veiculado quando do embate travado contra as forças “romano-italicas” de Maxêncio. Ver Cap. 2, p. 166, n. 134.

⁶ Para tanto, cf. Funari e Carlan (2007, p. 21).

⁷ Caso dos limigantes, que se associaram aos romanos para o combate contra os sármatas. O escol dominante no interior da sociedade sármata mantinha os limigantes sujeitos a algumas formas de dependência pessoal, de

para que engordassem a quantidade de *militēs* sob o seu comando, tendo em vista as necessidades militares decorrentes das lutas intestinas que caracterizaram o seu reinado. Exemplo disso fornecem as ligas alamanas que contribuíram para a vitória de Constâncio II sobre Magnêncio.⁸ O tratado entre o imperador e aquela confederação étnica resultou na entrada de um grande número de “*gentes externae*” na Gália, que se apoderou de várias cidades. Neste ensejo, os líderes alamanos receberam generosos quinhões de terra, em razão do suporte que concederam a Constâncio II.

Sendo assim, encontrar-se-iam indivíduos de origem bárbara em boa parte das unidades que compunham as forças de *limitanei* ou *comitatenses* ao tempo de Constante e Constâncio II. No último quartel do século IV, mesmo os mais altos cargos da hierarquia militar, tanto no Ocidente quanto no Oriente, contavam com uma presença maciça de indivíduos cuja ancestralidade remetia ao “*barbaricum*”. Mas tais circunstâncias também se observariam nas décadas anteriores: o usurpador Magnêncio, conforme se lê no texto do *Epitome*, seria filho de pais bárbaros que o conceberam quando já habitavam em terras gálicas (cf. *Epit.* 42.7). Ora, quando eclodiu a rebelião em janeiro de 350, Magnêncio ocupava o posto de “*comes rei militares*”, em razão do qual Constante o havia encarregado pela proteção da fronteira renana e a quem competia um comando direto sobre as unidades de elite entre os *comitatenses*, quer dizer, as legiões dos “*Herculiani*” e dos “*Iouiani*”.

A relevante posição em que Magnêncio se encontrava no seio da hierarquia do exército de Constante foi obtida em meio a uma intensa competição entre os oficiais mais graduados, que disputavam os cargos de maior relevância e prestígio no interior do *establishment* militar. Esse processo apresentava um caráter endógeno, que não envolvia os membros do corpo administrativo civil e a antiga aristocracia senatorial (BURNS, 2003, p. 322). Porém, uma vez alcançado o *comitatus* – e assegurado, logo, um acesso perene ao imperador – os militares de extração bárbara passaram a se associar às elites “*civis*”, com as quais contraíam alianças por intermédio de laços matrimoniais. Posto isto, se pavimentava um caminho mediante o qual os “bárbaros” atuariam intensamente na arena política imperial no decorrer do século IV.

Neste ensejo, cabe sublinhar a presença de sangue “bárbaro” em meio aos conflitos pelo poder político que contrapunham o imperador “legítimo” e seus pretendentes, os quais, não raro, remontavam suas raízes para áreas que não integravam o território romano, casos do

---

modo que a aliança com Constâncio II propiciou aos limigantes a oportunidade de romper, pela força das armas, com aqueles laços de subordinação.

⁸ Por sua vez, Magnêncio contou com o apoio fornecido por grupos de francos sális e saxões, em virtude de acordos pessoais que uniam os líderes guerreiros daqueles povos ao rival dos filhos de Constantino.

já mencionado Magnêncio ou de Silvano, indivíduo de origem franca (ENJUTO SÁNCHEZ, 1998, p. 239).⁹ Por certo, ao menos desde o século II, se forjava um alto nível de interação entre os dois lados da fronteira reno-danubiana, e os “bárbaros” já serviam ao exército imperial por intermédio das unidades auxiliares. No século IV, a existência de lideranças políticas bem definidas, entre os grupos étnicos exteriores ao *limes*, facilitava a tarefa das autoridades romanas no que tangia ao recrutamento de soldados de excelente nível, capazes de fornecer unidades de combate que dispensavam maior treinamento (na medida, é claro, em que fosse possível manter operantes as alianças e relações clientelares que conectavam as lideranças bárbaras às autoridades romanas). No que se referia aos conflitos civis ocorridos ao tempo de Constâncio II, tal fator implicava uma vantagem considerável, pois que no bojo das guerras intestinas não haveria tempo suficiente para que novos efetivos internos fossem preparados para a pugna.

Deste modo, nos meados do século IV, os homens nascidos no “*barbaricum*” foram integrados à sociedade imperial, em sua grande maioria, a partir da esfera militar. Com frequência, porém, os autores da Antiguidade Tardia mantiveram-se presos à perspectiva de que os “bárbaros” advindos das fronteiras ao norte do Império equivaliam a seres inatamente selvagens, de maneira que essa “condição natural” opor-se-ia, em essência, à “civilizada” sociedade romana. A partir destes pressupostos, concebia-se a ideia de que os “bárbaros” viviam por aguardar a oportunidade para dar vazão a essa violência congênita, evidenciada por meio da invasão das cidades que integravam o Império e a pilhagem de suas riquezas.¹⁰ Por isso, não surpreende notar que Aurélio Vítor relatasse que os germanos devastaram a Gália durante o reinado de Severo Alexandre e, depois, o de Constâncio II (*Hist. abbrev.* 24.2; 42.17). Igualmente, se reportaria o fato de os godos terem saqueado a maior parte da Trácia, ao tempo de Décio (*Hist. abbrev.* 29.2), ou que os alamanos haviam destruído certas

---

⁹ Na medida em que as legiões romanas engendraram uma capacidade de atuação cada vez maior na política interna, sobremaneira a partir do século III, as expedições predatórias dirigidas ao “*barbaricum*” resultaram no envolvimento de um grande número de indivíduos, nascidos para além do Danúbio, nas próprias estruturas políticas romanas. Sob Diocleciano e Constantino, concretizou-se um processo em que os soldados romanos e seus dependentes (em grande parte de origem danubiana), assim como os “bárbaros”, passaram a ocupar o centro do sistema imperial. No que dizia respeito à vida diária de tais indivíduos, as cidades da bacia do Mediterrâneo figuravam remotas e mesmo “periféricas” (BURNS, 2003, p. 259).

¹⁰ Como explica Burns (2003, p. 265), os escritores tardo-antigos não compreendiam o fato de que o Estado romano comportava um elemento gerador de violência que, por seu turno, alimentava relações sociais completamente novas nas áreas fronteiriças. Era frequente que exércitos romanos estimulassem um *ethos* marcial entre os “bárbaros” e, ao fazê-lo, catapultavam a posição dos chefes guerreiros em detrimento de estruturas familiares e comunitárias mais estáveis. Ou seja, a iniciativa romana muitas vezes galvanizava o sentimento belicista que poderia irromper no seio dos povos que habitavam para além do *limes*.

cidades itálicas no momento em que Aureliano se encontrava no Oriente (*Hist. abbrev.* 35.2), e assim por diante.¹¹

Contudo, como apontava Amiano Marcelino (31.16.8), raros eram os “romanos” que se enumeravam entre as lideranças militares no século IV. Mesmo a personagem mais emblemática de toda a narrativa das *Histórias* amiâneas, o imperador Juliano, comandou nos inícios da década de 360 um exército que abrangeu um considerável contingente de “*laeti*” (BURNS, 2003, p. 335). Unidos ao monarca em razão de laços de fidelidade pessoal, os soldados “bárbaros” foram recrutados por Juliano com vistas ao enfrentamento das forças de Constâncio II, conflito que, no entanto, jamais ocorreu. O desenrolar de uma guerra civil, porém, redundava na destruição de várias cidades ou, no mínimo, as despojava das condições materiais necessárias para a subsistência de seus habitantes. Portanto, muitos cidadãos romanos tombavam vítimas da rivalidade entre os exércitos imperiais, e não de eventuais invasões perpetradas por povos externos.

Aquiléia fornece um instrutivo exemplo. Em junho de 361, oficiais e soldados leais a Constâncio II capturaram a referida localidade, enquanto que Juliano e parte de suas tropas marchavam através da Ilíria. Jovino, *magister equitum* de Juliano, liderou o cerco à cidade, reunindo unidades que permaneceram estacionadas no norte da Península Itálica e que, pois, não acompanharam Juliano em seu deslocamento pelo Ilírico. Apesar de todas as privações impostas a Aquiléia, a cidade resistiu até o momento em que, finalmente, a morte de Constâncio II pusesse um termo ao estado de beligerância.

O sítio levantado sobre Aquiléia expressa um dentre os vários exemplos que poderiam ser rememorados. A cidade havia outrora conhecido de perto os tumultos resultantes de uma guerra civil, no contexto do “ano dos seis imperadores”, isto é, 238. Nesta ocasião, as mal supridas forças de Maximino, o Trácio, vindas das Panônias a caminho de Roma, cercaram Aquiléia por aproximadamente um mês, pois que os habitantes locais haviam optado por apoiar as pretensões de Pupieno e Balbino, os *principes* escolhidos pelo Senado romano. No ano de 361, por seu turno, no interior das tropas que sitiavam Aquiléia se elencavam muitos

---

¹¹ As fontes romanas mencionavam os grupos étnicos exteriores de uma maneira indiscriminada. O tratamento generalizante ao se abordar as confederações dos godos, dos francos e dos alamanos, por exemplo, tendia a torná-las ainda mais atemorizadoras e conferir a elas um senso de permanência que, muitas vezes, não possuíam de fato, pois que congregavam um amálgama de diversas etnias cuja coesão, na prática, se revelava difícil de ser mantida. Tal se observa em *Hist. abbrev.* 21.2, passagem em que Aurélio Vítor escreveu que Caracala havia vencido os alamanos, definidos como “um povo numeroso e que combatia admiravelmente a cavalo”. Confrontamos-nos, pois, com o emprego de conceitos previamente estabelecidos em meio à literatura latina, apegada a uma antiga tradição “etnográfica” que julgava os povos que viviam ao norte do Império como desordenadamente prolíficos. Em especial, porém, tal percepção maximizava os efeitos das vitórias que os romanos conquistavam contra tais grupos, bem como refletia elementos comuns à propaganda imperial (DRINKWATER, 2007, p. 90).

soldados nascidos em áreas para além do *limes*, mas que lutavam sob os estandartes romanos. Os episódios concernentes a Aquiléia, tanto em 238, quanto em 361, ilustravam de que maneira o exército imperial poderia ser utilizado como um instrumento que rompia com a ordem cotidiana no seio das diferentes cidades que formavam o Império romano. Aurélio Vítor refletiria em sua narrativa esse papel desestruturador que, por vezes, se articulava à ação dos militares no decurso da história imperial. Toda ruptura que se infligisse à harmonia social e política seria reputada, por sua vez, como sinônimo de “barbarismo”. Em razão disto, os soldados correspondem, em meio às *Historiae abbreviatae*, a um veículo de “barbarização” da sociedade romana e, para tanto, o historiador conceberia a presença de “não romanos”, no interior do exército, como um fator que caracterizava não apenas a sua própria época, mas que remontaria aos primórdios da era imperial.

Posto isto, vale recordar que Aurélio Vítor, na abertura de seu texto, definiu que o traço distintivo do regime imperial residiria no “costume” de se obedecer a somente um varão (cf. *Hist. abbrev.* 1.1). No entanto, de acordo com o historiador, a consolidação do poder monárquico não se relacionaria somente ao “*mos*” que ganhou corpo ao tempo de Augusto, mas também às circunstâncias que diziam respeito à transição entre os reinados de Calígula e Cláudio (41-54), as quais evidenciariam que a política imperial se escorava sobre a força dos militares. Todavia, mesmo antes do governo de Calígula, Aurélio Vítor apontou dois fatores que sinalizavam a natureza militar do regime imperial romano. Assim, lê-se que Augusto sustentou o seu *imperium*, em especial, nos donativos que concedeu aos soldados (cf. *Hist. abbrev.* 1.1), ao passo que, durante a época de Tibério, foram criados os “*castra praetoria*” nos arredores da cidade de Roma, bem como a prefeitura do pretório, magistratura que mesmo naquele período já disporia, segundo Aurélio Vítor, de um amplo poder (*Hist. abbrev.* 2.4).¹² Ou seja, a conquista da lealdade dos soldados mediante a distribuição de benesses e a formação das instituições vinculadas às coortes pretorianas configurariam os precedentes de um processo em que os homens de armas se situavam na ordem do dia da política imperial.

Posto isto, na continuidade da narrativa se afirmaria que Calígula

[...] tentara ser chamado de senhor (*dominus dici*) e envolver sua cabeça com o símbolo da realeza [ie., o diadema]. Por causa disto, foram instigados aqueles que possuíam a virtude romana, por responsabilidade de Querea, a aliviar tão grande estrago à *res publica*, apunhalando-o [ie, Calígula]; ter-se-

¹² Quiçá Aurélio Vítor aludisse, neste ponto, à potestade *de facto* exercida pelo prefeito do pretório Sejano, em especial depois de Tibério ter se retirado para Capri no ano de 26. O historiador julgava o episódio como uma demonstração da negligência do monarca em relação aos deveres militares (*resolutis militiae artibus*) (cf. *Hist. abbrev.* 2.3), como se tal correspondesse a um controle efetivo das rédeas do *imperium* por parte dos varões ligados à atividade militar.

ia repetido a distinta façanha de Bruto, tendo expulsado Tarquínio, se somente por meio dos *Quirites* o exército fosse servido. Entretanto, quando os cidadãos, em razão da desídia, foram impelidos pelo desejo de admitir estrangeiros e bárbaros (*externos barbarosque*) no exército, corrompidos os costumes, a liberdade foi oprimida¹³, tendo aumentado o ardor [por riquezas] (*Hist. abbrev.* 3.13-15, grifo nosso).

Soa interessante constatar que o provincial Aurélio Vítor sustentasse uma distinção entre os “*Quirites*”, os “*externi*” e os “*barbari*”. Os *externi*, a princípio, não se confundiriam com os *barbari*; ou seja, os “não itálicos” (ou “provinciais”) se distinguiriam daqueles indivíduos cujas raízes se encontravam em regiões que não se circunscreviam às fronteiras imperiais. O curioso, porém, é verificar que Aurélio Vítor criticasse a indolência dos romano-itálicos – os *Quirites*, em sentido estrito – que se desvelaria pelo fato de terem permitido que não apenas os “bárbaros”, mas igualmente os “provinciais” integrassem o exército de Roma. Nestes termos, a verdadeira *militia Romana* havia desaparecido ao tempo de Calígula, dada a corrupção dos *mores* por parte dos “verdadeiros” romanos. Estes, superados pelos *milites* de extração “não romana”, tornar-se-iam *peregrini* em um mundo cuja potestade deveria sobre eles repousar.

Considerando-se os argumentos apresentados por Inglebert (1996, p. 548-549), advogamos que Aurélio Vítor se pautou em critérios históricos e políticos a fim de projetar uma ideia de romanidade, em que se separava um centro (Roma e Itália), outrora conquistador, das províncias subjugadas. Esta diferenciação pressupunha variações na concepção acerca da identidade romana, e uma oposição entre o “romano de Roma”, alicerçado no passado republicano, e o “romano do Império”, que no século IV corresponderia a todo homem livre que tivesse nascido no território imperial. Isto posto, o “romano de Roma” contemplaria o *imperium Romanum* como se postado no alto do Capitólio, e expressaria sua animosidade perante os “estrangeiros do Império”, os conquistados. Tal ajuizamento parece conferir sentido às valorações que as *Historiae abbreviatae* transmitem em relação aos “*Galli*”, aos “*Graeculi*” ou aos “*Illyrici*”.¹⁴ Eis que Aurélio Vítor proclamasse a inata instabilidade dos habitantes da Gália (cf. *Hist. abbrev.* 42.17), a inclinação dos helenos

¹³ Em que pese a menção feita à *libertas*, não se verifica qualquer intenção, por parte de Aurélio Vítor, de manipular aquilo que Gabba (1984, p. 68) descreve como uma das basilares reflexões empreendidas no bojo da historiografia romana no século I, qual seja, a tentativa de conciliação entre o poder do *princeps* e a *libertas* de matriz republicana. Ademais, Wirszubski (1960, p. 169) argumenta que a *libertas*, a partir da instituição do Principado, corresponderia àquilo que o autocrata imperial voluntariamente concedesse a seus súditos, uma vez que, na prática, os imperativos da lei se submetiam à vontade do príncipe, ele mesmo fonte do direito.

¹⁴ Ainda de acordo com Inglebert, a ideia de cidadania romana enquanto privilégio do Senado e do povo de Roma evidencia a força e a permanência da tradição senatorial no âmago da educação letrada que se oferecia na Antiguidade Tardia ocidental, veiculando os princípios de que a *pietas* diante dos deuses assegurava a vitória romana e que o *ius* fundamentava o *imperium* de Roma.

a tudo exagerar (cf. *Hist. abbrev.* 3.12) ou, igualmente, reiterasse por diversas ocasiões a rusticidade dos naturais do Ilírico (cf. *Hist. abbrev.* 39.26; 40.12; 40.17).¹⁵

Malgrado tais considerações, podemos conjecturar que alguns fatores, em particular, contribuíram para que Aurélio Vítor ratificasse tais generalizações. A longa série de guerras civis que tiveram a Gália por epicentro ou mesmo os movimentos bagáudicos de fins do século III provavelmente colaboraram para que o historiador formulasse tamanha avaliação acerca dos gauleses. Já o caso grego demandava maior complexidade. Nas áreas de língua grega, havia uma consciência a respeito do caráter específico de sua cultura. Esta, no Ocidente de fala latina, seria concebida como rival e, ao mesmo tempo, refratária à “romanidade”, a ponto de nenhum varão originário dos territórios que compunham a antiga Hélade ter assumido a púrpura, como se tal consistisse em um estigma ou um surdo interdito (VEYNE, 1999, p. 530).¹⁶ Daí que se reproduzisse a noção de que os gregos praticavam uma série de vícios, contrapostos aos *mores* romanos.

Por outro lado, o mundo grego e sua intensa vida urbana seriam admirados como fonte da mais refinada cultura e expressão de “civilização”. Isto explica porque o historiador aprovou, por sua vez, o indulto “*ad Graeciam morem*” que Aureliano teria decretado na cidade de Roma, em um esforço por eliminar as denúncias fiscais (cf. *Hist. abbrev.* 35.7).¹⁷ Finalmente, no que concernia ao Ilírico, a ênfase depositada sobre a eventual rudeza de seus habitantes se devia, basicamente, ao fato de as regiões danubianas equivalerem às “*patriae naturae*” de boa parte dos soldados que engrossavam as fileiras militares. Talvez, em certa medida, se tratasse também de um mecanismo a partir do qual Aurélio Vítor buscava se diferenciar em relação àqueles com os quais convivia em Sírmio, cidade panônica em que ele residia quando da redação das *Historiae abbreviatae*.

Feito isto, destaquemos que a presença dos “*externi*” e dos “*barbari*” se revelaria crucial para a sequência da história do Império, como quer Aurélio Vítor. Eliminado Calígula

¹⁵ Além disso, Aurélio Vítor aludiu à Primeira Revolta Judaica (66-73) nos termos de uma “*externa militia*”, quer dizer, uma “campanha estrangeira” (*Hist. abbrev.* 9.10), como se o confronto na Judéia evidenciasse a oposição entre os “romanos”, de um lado, e os provinciais tidos por “estrangeiros”, de outro.

¹⁶ Perspectiva esta que torna ainda mais *sui generis* a informação veiculada por Aurélio Vítor de que Nerva era originário de Creta (cf. *Hist. abbrev.* 12.1).

¹⁷ O uso da expressão “*ad Graeciam morem*” talvez implicasse uma alusão ao legislador Sólon e as medidas por ele implementadas na Atenas dos inícios do século VI a.C.. Se assim for, Aurélio Vítor remetia a um precedente notável a fim de engrandecer o ato de Aureliano. A julgar por aquilo que Dmitriev (2004, p. 568-569) argumenta, os intentos de Aurélio Vítor resumiam-se a um recurso de amplificação retórica; a anistia concedida por Aureliano teria se pautado apenas nas práticas comuns à política do Império, que já haviam sido proclamadas no século III por soberanos como Caracala, Macrino, Severo Alexandre ou Filipe, o Árabe, como uma forma de manifestar o anseio (pretenso ou efetivo) de se promover a harmonia no interior da sociedade (ou, antes, das camadas superiores).

no seio de um complô articulado pelos “verdadeiros” romanos¹⁸, o subsequente advento de Cláudio marcaria o último e tênue suspiro de uma espécie de restauração senatorial, episódio este que o historiador procurou ilustrar com alguma riqueza de detalhes. Pois que um centurião de nome Vímio, natural do Epiro, encontrou um medroso Cláudio escondido em dado lugar do palácio, e “exclama a seus pares que, se sensatos fossem, estavam diante do *princeps*” (*Hist. abbrev.* 3.16). Na continuidade da narrativa, se apontaria que Cláudio, tido por inofensivo por aqueles que não o conheciam, conseguiu sobreviver incólume no seio de sua família, pois que teria escapado ileso às perversões de Tibério, bem como não suscitou a invidia de Calígula. Desprezado, acabou por ganhar a simpatia dos soldados e dos plebeus.¹⁹ Após ser retirado do local em que havia se ocultado, Cláudio foi rodeado pelo restante dos soldados que havia se deslocado para a residência imperial e por uma grande multidão (*Hist. abbrev.* 3.17-16). Todavia,

quando os senadores (*patres*) daquilo têm notícia, [para lá] se atiram prontamente, para ver se poderiam fazer-se prevalecer e suprimir tal ousadia. Mas, posto que o conjunto de cidadãos e todas as ordens estavam destroçadas por várias e lúgubres discórdias, todos se submetem [àquilo] como se se tratasse de um comando. Assim, foi confirmada a potestade real em Roma (*ita Romae regia potestas firmata*), e demonstrado mais abertamente que os esforços dos mortais são vazios e desbaratados ante a *fortuna* (*Hist. abbrev.* 3.18-20).

Por trás do relato de Aurélio Vítor, subjaz a perspectiva de que a ascensão de Cláudio equivalia à sobreposição dos militares na cena política imperial (DEN BOER, 1972, p. 29). O motivo para o fracasso da ação impetrada pelos senadores, de acordo com o historiador, resultou inequívoco: Cláudio sucedeu a seu sobrinho por causa da existência de soldados “não romanos” no interior das coortes pretorianas, ou seja, indivíduos para os quais os *mores maiorum* coisa alguma significavam. A presença de Vímio, “nascido no Epiro, centurião das

¹⁸ Detalhe interessante, Aurélio Vítor se calou quanto ao fato de que o instigador da trama contra a vida de Calígula, Cássio Querea, integrava a guarda pretoriana (cf. *Hist. abbrev.* 3.14). Nos termos do discurso formulado pelo historiador, “virtuosos romanos” e “militares” raramente caminhavam lado a lado.

¹⁹ Como bem observa Bird (1984, p. 31), Aurélio Vítor não nutria grande afeição pela plebe romana. As menções favoráveis ao “*uulgus*”, como se nota em *Hist. abbrev.* 16.15 (os senadores e o povo, de maneira unânime, concedem todas as honrarias ao falecido Marco Aurélio) ou em *Hist. abbrev.* 17.10 (o Senado e a plebe de Roma decidem, conjuntamente, pela *damnatio memoriae* de Cômodo), se mostram escassas. Na própria passagem contida em *Hist. abbrev.* 16.15, o historiador assinalou o quão infrequente seria o estabelecimento de um consenso entre os senadores e o povo. A nosso ver, Aurélio Vítor se apoiava em um *topos* que animava a historiografia romana, de inclinação senatorial, desde a época republicana: a ideia de que a plebe romana era sinônimo de inconstância, um grupo movido por suas paixões, em oposição à prudência e à sapiência que seriam inerentes aos “*patres conscripti*”. Isto se manifesta, por exemplo, por meio do entusiasmado suporte que o povo de Roma concederia a usurpadores (caso de Júlio Valente, que teria assumido o poder na *Urbs* aproveitando-se da ausência do imperador Décio e contando com o “ardoroso desejo” do vulgo, como se lê em *Hist. abbrev.* 29.3) ou a “maus” imperadores, como Maxêncio (cf. *Hist. abbrev.* 40.5).

coortes” (*ortus Epiri, centurio e cohortibus*), no interior do palácio (cf. *Hist. abbrev.* 3.16), ilustraria aos leitores um processo de “barbarização” que se estendia à corte, isto é, ao centro da sociedade imperial.²⁰

A explicação formulada nas páginas das *Historiae abbreviatae* revela-se ímpar. Um autor como Eutrópio simplesmente reportou que Calígula, em razão de seus vícios, foi assassinado no palácio imperial, e que Cláudio o sucedeu (Eutr. 7.12.4-7.13.1). Por sua vez, o relato apresentado pelo *Epitome* seguia os passos trilhados por Aurélio Vítor, mas suprime a menção ao epirota Vímio, limitando-se a afirmar que Cláudio “foi descoberto pelos soldados” (*repertus a militibus*) em seu esconderijo e, dada a sua insensatez, pareceu inofensivo e foi elevado à púrpura (*Epit.* 4.2).²¹ Logo, Aurélio Vítor interpretou que o evento que teria correspondido à consolidação do poder monárquico imperial teve por agentes principais não os soldados romanos, em um sentido genérico, mas sim homens de armas que possuíam uma natureza específica, “não romana”: isto é, “provinciais” e “bárbaros”.

Deste modo, faz-se oportuno avançarmos no texto. Em *Hist. abbrev.* 39.17, justificou-se o ato de Diocleciano de elevar Maximiano ao poder imperial em razão das desordens provocadas pelos grupos bagáudicos na Gália. Neste ensejo, firmar-se-ia uma pergunta retórica: “Para que rememorar que se trouxeram muitos [homens] e estrangeiros (*multos externosque*) a serem associados para a defesa e a extensão da lei romana?” (*Hist. abbrev.* 39.16). Na sequência, Maximiano foi definido como um “amigo leal, embora meio rústico (*semiagrestis*) e, ainda que soldado, [possuía] ao menos um bom caráter” (*Hist. abbrev.* 39.17). Ora, na condição de “*semiagrestis*”, o “estrangeiro”²² Maximiano assumia, na narrativa, feições similares às de um “bárbaro”. Portanto, nos meandros do Império, os “romanos” conviveriam lado a lado com elementos “barbarizados”.

A designação de Maximiano como *semiagrestis* evocava a desvalorização do “*agroîkos*”, do habitante do campo ou de áreas ruralizadas, que se desenrolou no mundo helênico entre os séculos V e III a.C., e que exprimia o processo de ruptura da fusão entre cidade e campo que caracterizava as estruturas políades. Como esclarece Hartog (2004, p.

²⁰ Cf. também *Hist. abbrev.* 33.6 (o envolvimento de Galieno com uma “concubina” de ascendência germânica) e *Hist. abbrev.* 41.24 (a inserção de reféns “bárbaros” na corte de Constante, com quem o imperador manteria relações carnavais, a julgar pela alusão feita por Aurélio Vítor).

²¹ Igualmente, Suetônio e Dião Cássio não nominaram tal personagem. Flávio Josefo (*Ant. Iud.* 19.3.1) escreveu que um soldado, de nome Grato, identificou Cláudio em um obscuro canto do palácio, bradando aos que o acompanhavam que fizessem de “Germânico” (ou seja, Cláudio) o imperador. As semelhanças entre as abordagens efetuadas por Flávio Josefo e Aurélio Vítor sugerem, para Dufraigne (1975, p. 75) que o historiador do século IV pode ter mantido contato com a tradição em que Flávio Josefo havia se baseado, que remontaria a Clúvio Rufo ou mesmo se pautado nas seções dos *Anais* taciteanos hoje perdidas. De toda maneira, ambas as hipóteses escapam a qualquer possibilidade de verificação.

²² Nos termos do discurso de Aurélio Vítor, um homem de origem não romana ou itálica.

142), na medida em que a “grecidade” passou a se confundir cada vez mais com a “*paideia*”, o campônio – caracterizado como inculto, desprovido de educação – foi deslocado às margens da civilização, como se constituísse “um selvagem do interior”. Essa tendência em transformar todo *agroîkos* em um sinônimo de rusticidade poderia, contudo, incorporar outra dimensão analítica. O cultivo do solo simbolizava cabalmente a vinculação entre o homem e a terra. Neste sentido, o campo seria encarado como o *locus* em que se produziriam os melhores soldados, pois que comprometidos com a defesa da terra que lavravam e na qual viviam.

Por isto, o tetrarca Maximiano foi apresentado, nas *Historiae abbreviatae*, como “provincial”, “soldado” e “inculto”. Porém, enquanto “provincial”, poderia contribuir para a majestade do Estado romano – como o fizeram tantas outras personagens, desde a remota época do rei Tarquínio Prisco (cf. *Hist. abbrev.* 11.12) –, malgrado o seu estatuto de “*miles*” e de “*semiagrestis*”. Estes dois qualificativos, logo, compreendiam os termos básicos da noção de barbarismo que se observa na obra de Aurélio Vítor, e que se aplicam, por exemplo, no retrato estabelecido acerca do também imperador Maximino, o Trácio.²³

Pontilhemos, por ora, o caminho a partir do qual esta concepção teria sido formulada na sociedade tardo-antiga. Para tanto, destaquemos a *Constitutio Antoniniana*. Sherwin-White (1973, p. 453-454) ensina que o vocábulo “*romanus*”, após o ano de 212, se referiria cada vez mais a todo homem livre que se encontrasse sujeito à autoridade do Estado imperial, fosse tal indivíduo de extração provincial ou tivesse nascido em Roma e na Itália. Resumindo, tratar-se-ia do cidadão romano, em termos políticos e jurídicos. O epíteto “*romanus*”, ademais, assinalaria uma nítida diferença entre os habitantes/cidadãos do Império e os povos externos, os “bárbaros”, na medida em que os primeiros se inseririam dentro dos quadros do mundo civilizado, do “*orbis Romanum*”.²⁴

Neste ensejo, as incursões bélicas de diferentes grupos germânicos, ao longo do século III, reforçaram a ideia de que existiria uma distinção essencial entre os que viviam sob o domínio romano e os recém-chegados invasores. Reiterava-se, pois, um discurso de animalização do “bárbaro”, o “outro incivilizado”, alheio à vida urbana, com suas pinturas espalhadas pelo corpo e suas longas cabeleiras. Estabelecia-se uma relação de alteridade por

²³ Cf. Cap. 2, p. 101-103.

²⁴ Embora o *limes* não equivalesse a uma fronteira intransponível e bem demarcada, os habitantes do Império estavam cientes de que residiam em uma determinada área geográfica, integrada sob o poder nominal de Roma. Aquilo que havia a leste do Reno e ao norte do Danúbio configuraria um espaço inóspito e incivilizado, tal e qual os homens e mulheres que ali vivessem. De maneira geral, os cidadãos do Império – com exceção, talvez, daqueles que pertenciam às áreas fronteiriças – não demonstravam interesse senão no território que compunha o mundo romano, do que redundava a similitude entre as expressões “*orbis Romanum*” e “*orbis terrarum*” (RODRÍGUEZ GERVÁS, 2008, p. 152). Aurélio Vítor, em duas passagens diferentes (cf. *Hist. abbrev.* 3.9; 9.1), deu voz a essa concepção.

meio da qual se salientava a postura, comum à literatura romana, de exaltação da superioridade de Roma e de suas instituições (HUSKINSON, 2000a, p. 14).

Ou seja, a *Constitutio Antoniniana* pode ser entendida como o ponto final de um processo em que o sentimento de pertença ao mundo romano se vinculava, entre outras, à inserção do indivíduo em uma comunidade que se queria ecumênica. Tal condição seria ratificada a partir de 212, mediante a extensão dos direitos de cidadania romana – algo que, à primeira vista, passaria a diferenciar ainda mais os “romanos”, legalmente constituídos, dos “bárbaros”.

Por outro lado, no decorrer do próprio século III, a importância adquirida pelas zonas fronteiriças, no que tangia à defesa e à preservação do Império, estimulou o desabrochar de um novo componente no interior da sociedade romana tardo-antiga. A despeito do fato de, em sua maioria, ainda residirem em um território que escapava à direta administração imperial, os “bárbaros” travavam, porém, contatos diretos e intensos com as áreas de fronteira que findariam por se alçar à condição de centro da política imperial, da segunda metade do século III em diante. Disto resultava, conforme Burns (2003, p. 247), a emergência de uma “*composite society in which the old borders were slowly dissolving*”, de modo que as distinções entre “romanos” e “bárbaros” teriam de ser, igualmente, redefinidas.

Sendo assim, propomos o delineamento de um paralelo entre a sociedade imperial e a perspectiva helênica em relação ao *agroîkos* de fins do período clássico grego. Rodríguez Gervás (2008, p. 156-157) ressalta que, no bojo do processo de extensão gradativa do direito de cidadania romana aos provinciais, que alcançaria o seu termo ao tempo de Caracala, o conceito de “*humanitas*” adquiriu carga semântica similar ao vocábulo “*ciuilitas*”, qualidade daquele que agiria de acordo com os valores da “civilização”, da vida nas cidades. Pois bem, a aristocracia senatorial e as elites cidadinas locais se agarraram a um discurso mediante o qual a sinonímia “*humanitas/ciuilitas*” formalizaria, no âmago desse corpo cívico esgarçado, uma pronunciada barreira. Assim sendo, os referidos grupos sociais procuraram se diferenciar do restante da população do Império, inferiorizado do ponto de vista econômico e social, e para o qual se imporia a marca de uma “*rusticitas*”, da ausência de maior refinamento e da posse de uma cultura literária.

A chegada de novos indivíduos, advindos das áreas transdanubianas, findou por reforçar os pressupostos que esboçamos no parágrafo anterior. No que concernia às relações de produção, os grupos populacionais exteriores que se assentavam em regiões menos urbanizadas do Império, a partir da segunda metade do século III, passariam a se misturar, indistintamente, com aquela já indiferenciada massa de cidadãos que vivia nas áreas

ruralizadas.²⁵ Ora, o imaginário romano relativo ao “bárbaro” o concebia como um “*ferox*”, um ser desprovido dos predicados morais e das capacidades intelectuais próprias dos homens civilizados; outrossim, ao ser inserido no campo, partilharia da mesma rusticidade que os cidadãos romanos que a ele se avizinhavam, ainda que estes dispusessem de um estatuto jurídico superior. Quer dizer, a presença desse elemento “bárbaro” nas províncias mais interiores reificava a retórica pertinente à dicotomia entre “*ciuitas*” e “*rusticitas*”.²⁶

Portanto, ao tempo de Aurélio Vítor, os chamados “bárbaros” configuravam um segmento que compunha a sociedade imperial, presente no exército e nas áreas rurais. Logo, a ideia de “barbarismo” não remeteria apenas ao mundo exterior. Além disso, a *Constitutio Antoniniana* não poderia redundar na homogeneização do novo, e estendido, corpo cívico. Por exemplo, determinados grupos étnicos ou religiosos, ainda que usufríssem dos direitos da cidadania romana, permaneceram avaliados em função de estereótipos que calavam fundo entre os “romanos de Roma” e os itálicos (HOPE, 2000b, p. 134). Do que podemos afirmar que, no entender de Aurélio Vítor, nem todos aqueles que vivessem sob os ditames da lei romana seriam concebidos como “romanos”, porquanto não agissem conforme os parâmetros de uma “*romanitas*” julgada ideal.²⁷

Dentre tais pontos de referência, a cultura literária adquire contornos significativos nas *Historiae abbreviatae*. As manifestações de apreço diante da *eloquentia* e da *eruditio* se ligavam ao fato de que a formação letrada que se oferecia no período imperial tardio, calcada na gramática e na retórica grega e latina, visava sobejamente à formação de um varão que dominasse as letras e as regras da oratória. Do que se conclui que a *humanitas* que separaria os “romanos” dos “não romanos” (quer estes se localizassem dentro ou fora do *limes* imperial) haveria de, portanto, englobar a maestria nas artes liberais. Por isto os soldados, que raramente apresentavam uma maior familiaridade com as letras, dado os imperativos e o

²⁵ Somente uma pequena minoria, no seio dos grupos bárbaros, haveria de desfrutar dos privilégios concedidos por Roma. Tratar-se-ia dos chefes guerreiros e clânicos, que foram incorporados ao Estado romano no exercício de altos cargos no exército e, em menor medida, nos quadros administrativos. Os demais, porém, se assemelhavam aos *humiliores*, cidadãos romanos juridicamente inferiores.

²⁶ Neste ensejo, a “*rusticitas*” atribuída a muitos cidadãos provinciais não se distinguia, de forma alguma, do “barbarismo”. Tamanha associação, enfim, se escorava sobre uma perspectiva assaz conservadora e “urbicêntrica”, de modo que os feitos dos “provinciais” não possuiriam sentido em si, mas somente na medida em que contribuíssem para a grandeza de Roma, vista aqui sob o prisma de uma divisão entre “centro” e “periferia” que remontava, por sua vez, às conquistas territoriais dos tempos da República.

²⁷ Inglebert (2002, p. 250-251) observa que a palavra “*romanitas*” foi empregada pela primeira vez no *De pallio*, texto composto nos anos iniciais do século III por Tertuliano, cristão que havia nascido em Cartago e lá residido durante grande parte de sua existência. Tertuliano assim designou os modos de vida que diferenciariam os romano-itálicos, isto é, as maneiras de pensar e de agir que caracterizariam um homem enquanto “romano” e que teriam se espalhado pelas províncias ocidentais. Desta maneira, a “romanidade” diria respeito a uma forma de se viver, idealmente concebida, que englobaria valores, práticas e representações que não se esgotavam no *ius ciuile*. Julgamos que Aurélio Vítor seguiu uma linha de raciocínio similar a esta, muito embora não utilizasse o termo “*romanitas*” em sua narrativa.

próprio *ethos* peculiar ao ofício das armas, seriam vilipendiados nas fontes escritas como “campônios estúpidos” ou “bárbaros selvagens” (ALFÖLDI, 1952, p. 101).²⁸

Como sublinha T. Morgan (2000, p. 74), todas as sociedades humanas apresentam uma gama variada de medidas de *status* e de identidade. Estas, por sua vez, se vinculam a determinadas instituições sociais, de tal maneira que toda estrutura identitária observada no seio de uma comunidade goza de certa autonomia e, ao mesmo tempo, se forma a partir do contraste e da interação que trava com outras estruturas, as quais se constituem no âmago deste mesmo processo. Partindo destes pressupostos, pode-se afirmar que, para Aurélio Vítor, a cultura letrada emergia como um mecanismo a partir do qual se mensuraria a “identidade romana”. Neste caso, alijar-se-iam os grupos sociais que não comungassem da habilidade de ler, de escrever e de reagir perante as referências culturais próprias do universo das letras.

Em suma, nos confrontamos com uma retórica do estranhamento e da exclusão, forjada de modo a sublinhar uma diferenciação entre indivíduos cultos que serviam ao Império, como era o caso do próprio Aurélio Vítor, e os membros do exército que, avaliados como pouco afeitos às letras e às leis, corresponderiam a homens incivilizados, isto é, “bárbaros”. Ou seja, as artes liberais permitiriam que homens como Aurélio Vítor se distinguíssem em face dos predicados marciais demonstrados pelos “*barbari*” e, igualmente, reafirmassem uma pretensa superioridade. Com efeito, o domínio da retórica e da literatura latinas figurava como uma útil ferramenta de segregação (MATHISEN, 1997, p. 147).²⁹

Deste modo, julgamos lícito que se afirmasse que Aurélio Vítor enxergava a si mesmo como “mais romano do que os romanos”, como quer Bird (1984, p. 68). Nascido em uma região mediterrânea, caracterizada por um sofisticado nível de vida urbana – tendo Cartago à frente – o historiador pôde instruir-se nas letras, nos moldes da longamente estabelecida tradição greco-romana, em meio a qual a educação retórica era tida por requisito imprescindível para a condução dos assuntos públicos.³⁰ Woolf (1998, p. 126) recorda que a

²⁸ Do que a representação formulada por Aurélio Vítor, no que respeitava ao “*semiagrestis*” Maximiano, carrega nítidos vestígios. Entretanto, cabe lembrar que os oficiais militares que serviram a Constâncio II e aos Valentinianos, vindos das diversas províncias da região danubiana, não ignoravam completamente as letras. Para tanto, ver Cap. 1, p. 45.

²⁹ Depreende-se, pois, uma visão monolítica da “cultura romana” e uma recusa tácita em se reconhecer os valores do “outro”. Huskinson (2000a, p. 15) aclara que os discursos referentes às relações de identidade e de alteridade se formulam a partir dos lugares específicos em que os seus autores se inseririam e são condicionados pelas relações de poder travadas entre os diferentes segmentos que compunham uma sociedade. No caso do Império romano, a maior parte das fontes disponíveis foi composta por escritores que, afastados da esfera militar, advogavam a primazia da cultura letrada, restrita a poucos, como um elemento de distinção social. Este ponto de vista também incidiria sobre as representações que seriam formatadas acerca do passado.

³⁰ A emergência do “*homo militaris*” no âmago da cena política imperial, sobretudo a partir da segunda metade do século III, implicou o fato de que “*the traditional literary culture and a landed background come to mean a lot less than they used to*” (MATTHEWS, 2000, p. 438). O apego obstinado de Aurélio Vítor à “*eruditio*” soa

cultura literária latina exprimia um dos signos da identidade romana e, embora a expansão de Roma nas regiões ocidentais do Mediterrâneo tivesse gerado diversas respostas, por parte de diferentes grupos sociais, a língua e a literatura latinas exerceram um significativo papel no tocante à estruturação de instrumentos de poder e *status* social. Assim, restava aos homens de armas, assemelhados aos bárbaros nos termos do discurso das *Historiae abbreviatae*, concretizar a negação dos valores pertinentes à “*ciuilitas*” romana.³¹

No entanto, se os militares/bárbaros teriam imposto sua força, diante do imperador e do Senado, já ao tempo dos primeiros Júlio-Cláudios, o enfraquecimento do Estado romano e de suas tradições não poderia confundir-se apenas com a ascensão de Maximino, o Trácio. Apontamos, no capítulo anterior de nosso trabalho, de que maneira Aurélio Vítor concebeu a transição entre os governos de Severo Alexandre e do referido Maximino, o Trácio, como o início de um novo período no transcurso da história imperial. A partir de tal recorte, o historiador articulou uma interpretação se escudando no *topos* retórico e historiográfico do declínio da sociedade romana, o qual assume traços peculiares na tessitura da obra e, em particular, fundamenta uma avaliação a respeito da época em que o próprio autor vivia. Porém, observamos no texto o delineamento de uma estratégia de periodização diversa, que redundava em outra visão acerca do tempo histórico e que, pois, ladeia o discurso decadentista e atende a outros desígnios.

Referimo-nos, assim, à ideia de uma alternância entre boas e más eras, dotadas de amplitude variada, no decorrer de toda a história do Império.³² Tal perspectiva ressaltava a função crucial que os soberanos exerceriam, no entender de Aurélio Vítor, enquanto agentes que condicionariam o devir da história imperial, como destacado em *Hist. abbrev.* 35.14: “[...] as coisas, inclusive as ruinosas, são facilmente reerguidas *pelos* virtudes dos príncipes, e aquelas mais sólidas *pelos* vícios são entregues à precipitação” (grifo nosso).

Nestes termos, propomos que as oscilações entre as *uirtutes* e os *uitia* dos imperadores, que despontam ao longo das *Historiae abbreviatae*, sejam contempladas à luz

---

como uma resposta ressentida diante da mobilidade social vivenciada por grupos ajuizados como indignos (ou mesmo “não romanos”).

³¹ Os soldados se notabilizam na narrativa por causa de sua pretensa “*feritas*”, “*luxuria*” e outros defeitos que, em meio à perspectiva romana de se definir um indivíduo a partir de critérios éticos e morais, se utilizava para designar os “*barbari*”. Logo, se interpretava as cambiantes realidades do século IV “*en los términos de una sempiterna división socio-cultural entre bárbaros y romanos*” e sua indissolúvel oposição entre “*ferocitas*” e “*ciuilitas*” (RODRÍGUEZ GERVÁS, 2008, p. 151).

³² A nosso ver, estas duas modalidades distintas de compreensão da história imperial revelam que Aurélio Vítor, em seu ofício de historiador, procurou cumprir com uma condição básica para a escritura da história: a definição de uma estrutura temporal para a narrativa dos eventos, para que se transmitisse aos leitores uma avaliação a respeito do processo histórico abordado (MORENO FERRERO, 2001, p. 175).

do movimento de um pêndulo.³³ Lançando mão desta metáfora, no que concerne à narrativa de Aurélio Vítor, podemos afirmar que o pêndulo se distanciaria de seu ponto de equilíbrio por causa dos vícios dos monarcas, trazendo à tona toda sorte de desvios em relação aos *mores maiorum*. Situações como esta conduziriam a épocas de anarquia política e militar, tomadas enquanto expoentes da debilidade e da degenerescência da romanidade. Na medida, porém, em que um pêndulo tende a buscar um estado de equilíbrio, os momentos caracterizados pelo afastamento em relação aos ditames da boa governança e da estabilidade social seriam revertidos graças à retomada dos valores e das práticas políticas e sociais consideradas ideais. Dito de outra maneira, as virtudes dos bons soberanos catapultavam os períodos de “*restauratio*”, marcados pela expansão ou, sobremaneira, pela preservação do Estado romano e pela manutenção da disciplina na esfera militar.³⁴

Esse movimento de idas e vindas, por seu turno, guardaria uma dimensão primordial. Nota-se, em *Hist. abbrev.* 35.14, que os atos dependeriam da vontade e do caráter individual, os quais seriam valorados como “positivos” ou “negativos” em conformidade com os marcos de referência chancelados pela memória histórica e com os objetivos mais peculiares do autor. Por isso, a ação singular de cada imperador configuraria o motor da história escrita por Aurélio Vítor, ou o componente que condiciona a dinâmica pendular. Isto se assenta, por sua vez, na ideia de que não havia solução de continuidade no que tangia à posição e à função do imperador no interior da sociedade romana. Em outras palavras, a despeito das qualidades ou dos vícios dos monarcas, a existência de um ou mais soberanos à frente do Estado constituiria o traço perene e definidor do sistema imperial. Deste modo, se visualizava o imperador romano como o depositário dos anseios por estabilidade e prosperidade, por parte de todos os níveis da população do Império, em razão do extraordinário poder que lhe era conferido (C. ANDO, 2000, p. 24).

³³ No texto da *HA*, em uma espécie de prólogo inserido na biografia de Caro e seus filhos (*HA*, *Car.* 2-3), foi introduzido um balanço acerca de toda a história de Roma, das origens da cidade até a emergência do imperador Caro, no ano de 282. O anônimo autor destacaria que não teria existido *res publica* como a romana, que havia perdurado apesar de sofrer tantas mudanças, experimentando o florescer de tantas benesses assim como o desabrochar de tantos males (*HA*, *Car.* 2.1). A partir disto, o ignoto biógrafo traçaria um organograma a respeito de uma perene alternância entre bons e maus governantes ou intervalos temporais que caracterizaria toda a história do Estado romano (*HA*, *Car.* 2.2-3.7). Moreno Ferrero (2001, p. 184) aponta que a reflexão contida na *HA* projetava, pois, a ideia de movimento pendular.

³⁴ De acordo com Burns (2003, p. 270), “*claiming restoration explicitly builds upon decline no matter when used*”. Ou seja, na medida em que a ideia da “*restauratio*” serviria para contrastar um dado período em relação à(s) era(s) anterior(es), se projetava uma imagem de declínio. Neste sentido, a perspectiva de oscilação entre boas e más épocas no decorrer da história imperial e a noção de decadência a partir de um ponto de inflexão (no caso, o ano de 235) acabam por se assentar em um terreno comum. Como expõe Le Goff (1984, p. 394), a noção de “renovação” apareceu, em determinados períodos da história imperial romana, como alicerce de um programa político que clamava um antídoto para a “ruína” dos tempos.

Sendo assim, as *Historiae abbreviatae* amplificam um fator comum ao pensamento histórico romano, qual seja, a avaliação crítica acerca de um evento se construía com base na análise do *ingenium* dos sujeitos envolvidos. A partir disto, a interpretação efetuada por Aurélio Vítor adquire contornos mais específicos: os “maus” imperadores conduzem ou permitem que o Estado mergulhe em crises internas, revelando-se dependentes apenas da força das armas e/ou incapazes de manter os soldados sob uma férrea disciplina.³⁵ Veja-se, por exemplo, o caso da ascensão de Gordiano I, um dos aristocratas que reclamaram a púrpura em 238, o “ano dos seis imperadores”. O historiador relatou que as legiões na África o haviam nomeado imperador à sua revelia, mas, depois de informado sobre o fato, Gordiano I apressou-se em enviar legados a Roma, a fim de que anunciassem a distribuição de grandes recompensas (*Hist. abbrev.* 26.1; 26.6). Todavia,

uma vez morto ele [ie., Gordiano I], os soldados, frustrados, se inquietaram; um tipo de ser humano que é cúvido por dinheiro e leal e favorável apenas em benefício [próprio] (*genus hominum pecuniae cupidius fidumque ac bonum solo quaestu*) (*Hist. abbrev.* 26.6).

Desta maneira, para Aurélio Vítor os militares representavam um elemento de desestabilização nos meandros da história imperial, imprimindo nesta o signo da desordem e da fragmentação do poder, como se tal papel reiterasse, enfim, a sinonímia soldado/bárbaro que o historiador construiu nos interstícios de seu relato.³⁶

³⁵ Sendo assim, postulamos que tal ponto de vista lança luz ao fato de Aurélio Vítor conceder um destaque menor aos conflitos externos em que os romanos se envolveram ao longo dos quase quatrocentos anos de história abarcados no texto. Isto não significa, porém, que o historiador ignorasse a conquista de novas províncias ou os inúmeros combates travados contra inimigos externos. Contudo, as más eras trariam como elementos principais (ou culminariam na) a eclosão de guerras civis e/ou movimentos de usurpação, para o que a pacificação interna e a eliminação de aspirantes ao trono equivaleriam ao traço elementar de um período de “*renouatio*”. Daí, portanto, que a alternância se pautasse, em especial, nos eventos internos. Tal postura, ao que parece, consiste em uma resposta formulada por Aurélio Vítor em relação aos problemas políticos mais salientes de sua época, isto é, as guerras civis que desabrochavam nas províncias ocidentais, capitaneadas por “bárbaros militares” que teriam ingressado na sociedade imperial no bojo do processo de reorganização do exército romano no século IV, para o qual o historiador destinou apenas uma alusão (cf. *Hist. abbrev.* 41.12). Neste sentido, os conflitos civis que Aurélio Vítor vivenciou no tempo presente também estariam vinculados a uma das inovações (qual seja, a “barbarização” do exército) que o historiador indiretamente atribuiria ao imperador Constantino, o que esclarece o “silêncio” a respeito do significado da reforma militar indicada em *Hist. abbrev.* 41.12.

³⁶ C. Starr (1956, p. 579) determina que, “*in a sense [...], to Aurelius Victor the political history of the Empire is a matter primarily of emperors and soldatesca, with barbarians on the fringe*”. Ainda que possamos concordar com tal argumento, a noção de barbarismo ocupa o cerne, e não as margens, da representação que Aurélio Vítor empreende acerca dos atores sociais vinculados à esfera militar.

3.2 *Bons e maus imperadores, boas e más eras. O peso de uma tipificação*

Em *Hist. abbrev.* 13.7, ao exaltar as ações encabeçadas por Anatólio, prefeito pretoriano da Ilíria entre 357 e 360, Aurélio Vítor apresentou o seguinte postulado: “de tal modo, nada é bom ou ruim na *res publica* que não seja levado igualmente ao seu oposto por causa dos costumes daqueles que governam” (*moribus praesidentium*).³⁷ Tamanha assertiva esclarece, pois, a centralidade que a figura do *princeps* assumiu na tessitura da narrativa, algo que pode ser notado, por exemplo, nas considerações efetuadas a respeito das virtudes e dos vícios de cada um dos imperadores, tomados em sua singularidade.

Nestes termos, Aurélio Vítor trabalharia com uma série de “imagens ideais”, as quais, de acordo com Roman (2001, p. 9), colocavam em evidência uma dinâmica da história política e social do Império romano. Estabelecia-se um jogo dialético entre as representações que os antigos romanos – ou, mais propriamente, determinados grupos no interior da sociedade imperial³⁸ – desejaram impor aos contemporâneos e legar aos pósteros e aquelas que não conseguiram discernir ou mesmo não ansiaram por fazê-lo. Disto decorre a formulação de arquétipos com os quais os mais diversos gêneros literários, ao longo de toda a era imperial, viriam a dialogar: o modelo do “bom” príncipe e sua antítese (ou, se assim se preferir, o antimodelo), o “mau” príncipe, os quais, a julgar por sua influência e perenidade, podem ser reputados como parte integrante da herança cultural que recebemos do mundo imperial romano.

A despeito das variações e das ênfases distintas que se observariam nas diferentes fontes, dado os objetivos, os lugares sociais e as épocas a partir das quais os autores elaboraram os seus discursos, consideramos válido apontar, de modo sinótico, os principais elementos que perfaziam ambos os arquétipos. O “bom” imperador agiria, em que pese sua imensa potestade, como um simples cidadão e, pois, se submeteria às leis e aos *mores*. Exibiria um grande cuidado perante o seu próprio corpo, mostrando-se frugal à mesa e evitando entregar-se às paixões. Além disso, zelaria pelo bem-estar de seus governados, mostrando-se interessado nos assuntos que concerniam à administração das províncias e atuando de forma parcimoniosa no tocante à cobrança de tributos. Ou seja, o “bom” príncipe se comportaria à moda de um pai em relação a seus súditos, provendo, enquanto benfeitor

³⁷ Cf. igualmente *Hist. abbrev.* 35.14 e 42.23.

³⁸ [C’était] “surtout la préoccupation des élites de l’Empire, préoccupation maintenue sur plusieurs siècles, de définir les qualités idéales du bon empereur” (ROMAN, 2001, p. 46).

desinteressado, as condições necessárias para que os habitantes do Império vivessem em paz e segurança.³⁹

Por sua vez, o modelo de “mau” imperador tangia ao soberano frívolo, alheio às demandas de seus concidadãos. Isto seria sinalizado por meio da ignorância que demonstraria diante dos negócios públicos, de forma que o governante se tornaria um instrumento passivo nas mãos daqueles que o cercavam (caso de esposas, oficiais militares, libertos, eunucos e etc.). A prodigalidade do “mau” príncipe também não conheceria limites, bem como a tolerância que exibiria em relação à corrupção de seus funcionários. Propenso à glotonaria e aos prazeres da bebida, revelar-se-ia incapaz de dominar seus instintos mais primários. Quicá ainda mais relevante, tratar-se-ia de um soberano cruel, que recorreria à força para manter sua supremacia, evidenciando, de maneira crua, a natureza autocrática de seu poder. Daí que, moralmente corrompido, não raro perdesse a vida de uma forma violenta, fosse por ação daqueles que o rodeavam e/ou por ocasião de uma guerra civil.

O quadro que delineamos acima pode ser notado, em maior ou menor medida, nos relatos que as *Historiae abbreviatae* comportam acerca dos reinados dos sucessivos imperadores, de Augusto a Constâncio II. Entretanto, podemos indicar certos fatores sobre os quais Aurélio Vítor se ocupou de modo mais intenso e que, por ora, demandam análise. Assim, principiemos com os esclarecimentos que Ménard (2004, p. 9) efetua a respeito da forma pela qual os romanos concebiam a sociedade em que viviam, como que fundamentada na noção de “*disciplina publica*”, a qual abarcava, pois, a disciplina militar. Toda manifestação de violência não pontual, que exprimisse certo nível de tensão social e que colocasse em risco a harmonia social, exigiria a atenção daqueles que detinham a autoridade política. Neste caso, a *seditione* e, em um grau mais extremo, a guerra civil, comportariam modalidades de conflito que se situavam no primeiro plano das preocupações políticas entre as camadas superiores romanas, na medida em que poderiam causar a dissolução das estruturas sociais e provocar uma inversão dos valores morais.

Por sua vez, faz-se oportuno recordar que havia espaços em que a violência se encontrava institucionalizada, como ilustrado pelas execuções públicas, os jogos gladiatoriais ou mesmo os sacrifícios animais durante as festividades religiosas. Desta maneira, “*la*

---

³⁹ A analogia entre o soberano e a figura do pai/ideal benfeitor entre gregos e romanos, esmiuçada por Stevenson (1992, p. 424; 433), refletia e reiterava a distância social que existia entre o governante e os governados. Sugeria, por um lado, um forte envolvimento moral e emocional entre ambas as partes, tal como o “pai” que garante a subsistência de seu “filho”, o qual, por seu turno, haveria de se dedicar fielmente a seu progenitor. No entanto, “pai” e “filho” não se situam em um mesmo plano e, sendo assim, o respeito filial configuraria uma resposta à autoridade do “pai”. Por outro lado, a ideia de se evocar o monarca benigno feito um pai contrastava com a noção de governante tirânico, egoísta, que trataria seus súditos como escravos.

violence est alors perçue comme une affirmation de l'ordre social que les autorités doivent faire respecter, par l'élimination exemplaire des perturbateurs" (MÉNARD, 2004, p. 11).

Nestes termos, os romanos estimariam que a disciplina militar, igualmente tomada por cívica, fornecia uma das bases essenciais para a organização da vida cotidiana, incluindo aí as esferas institucionais. Por isso, julgava-se que as vitórias bélicas obtidas por Roma diante de povos estrangeiros refletissem a superioridade dos organismos sociais e políticos desenvolvidos pelos romanos (CIZEK, 1990, p. 13). Do que resulta, por exemplo, a ênfase que Aurélio Vítor colocou no comportamento dos soldados e a relevância concedida aos *principes* que, a fim de garantir a perpetuidade das instituições romanas, impusessem aos militares a observação de uma disciplina estrita. Millar (1982, p. 11) assevera que, desde a instalação do Principado, "*the notion that direct military command was an essential Imperial function was present and was of great importance*". Ora, salientemos que tal "comando militar direto" não se resumia à presença física do imperador no campo de batalha, mas tangia à ideia de que os *Augustos* e os *Césares* teriam que, continuamente, manter a solidez do exército, sobre o qual alicerçavam o seu poder. Ademais, se toda *gloria* caberia, em última análise, somente ao imperador, na condição de "comandante em chefe" era forçoso que excluísse toda forma de alienação em relação aos homens de armas, algo que poderia se reverter em acusações de covardia ou apatia dirigidas contra o soberano e comprometer a sua posição (CHEUNG, 1998, p. 109).

Porém, a existência de "soldados barbarizados", na narrativa de Aurélio Vítor, constituiria um *locus* para o florescimento de desordens, de atitudes contrárias ao "bem comum", as quais competiriam, pois, ao governante frear. Portanto, nas *Historiae abbreviatae* os "bons" soberanos equivaliam àqueles que se mostravam hábeis o suficiente para manter os militares sob controle – o que redundava, em última instância, em uma demonstração de respeito perante as hierarquias sociais, e uma maneira de ratificá-las.

A garantia das estruturas e dos modos de diferenciação social contemplava, pois, as expectativas das camadas superiores, da ordem senatorial às elites locais.⁴⁰ Tal ponto de vista

---

⁴⁰ Detentor de um *imperium* absoluto, que praticamente desconhecia limites legais, o imperador dispunha na prática de um poder de vida e morte sobre os seus súditos. Como esclarece Millar (1992, p. 527), houvesse ou não um arcabouço jurídico definido, desde a instauração do Principado o soberano congregava a possibilidade de infligir a pena capital, o confisco de bens ou o exílio a qualquer cidadão romano. Tratar-se-ia, pois, de uma das prerrogativas inerentes ao papel que exercia em meio à sociedade imperial. Portanto, o *princeps* poderia condenar à morte até mesmo um senador (constrangendo o Senado a fazê-lo ou promovendo uma execução sumária). Isto ajuda a explicar a insistência dos autores, no período imperial, sobre a *moderatio*, a *comitas*, a *continentia*, a *simplicitas* e outras virtudes que redundassem, de uma forma ou outra, na imposição pessoal e voluntária de restrições ao exercício de um *imperium* que, por definição, redundava na concessão de vastos poderes àquele(s) que o possuísse(m).

revelar-se-ia profícuo e ressoaria em meio à escrita da história durante a era imperial; assim sendo, avaliava-se a conduta dos diversos *principes* em função do caráter mais, ou menos, autocrático que o regime por eles encabeçado pudesse evidenciar. Por isto, tais grupos sociais exibiam um escasso interesse no que respeitava à justificação do sistema imperial em si e, logo, se ocupavam da maneira pela qual cada imperador, individualmente, faria uso da irrestrita potestade que lhe era confiada. Do que resultava que a arbitrariedade se situasse como invectiva comumente dirigida a todos aqueles que fossem reputados como “maus” imperadores (ROMAN, 2001, p. 80).⁴¹

Feito isto, retornemos à passagem exposta em *Hist. abbrev.* 13.7. Este versículo expressava uma percepção relativa à natureza da própria história imperial.⁴² Concebia-se que o devir do Estado romano seria condicionado pelo comportamento de seus dirigentes, do que decorria que a variação entre boas e más eras se escorasse, pois, nas ações e no caráter dos imperadores. Todavia, a escrita da história, sustentada por tal ponto de vista, fazia com que “*lo impersonal del acontecer se personalice en el emperador, sobre el cual se aplica luego un reduccionismo moralizante*” (ESPINOZA RUIZ, 1984, p. 138). A causalidade histórica, reduzida às virtudes e aos vícios dos homens, atendia aos objetivos de cunho moral preconizados por Aurélio Vítor, de modo que se solicitava a adesão direta e imediata, por parte do público leitor, aos ajuizamentos que se teciam no texto.

Se a vida cotidiana no interior do Império romano poderia engendrar um gradativo sentimento, entre os seus milhões de habitantes, de que pertenceriam a uma “*communis patria*” – algo que não implicava uma homogeneidade cultural, claro está – a existência desta percepção identitária partia da e se fundamentava na ideia da universalidade de Roma e de seus imperadores. As representações simbólicas da romanidade passavam, da Bretanha ao Egito, da Hispânia à Síria, pela figura unificadora do *princeps*⁴³, que definia e defendia o “*orbis Romanum*” e assumia, por conseguinte, papel nuclear nas diferentes formas de registro

⁴¹ De acordo com Wallace-Hadrill (1982, p. 45), tal concepção derivava, em boa medida, do estilo de autocracia legado pelo próprio Augusto, em meio ao qual a perspectiva de “restauração da república” se assentaria sobre uma base ambígua: o imperador teria que se equilibrar entre a condição de “magistrado” e *ciuis*, como no passado, e a de supremo monarca, dotado de uma *auctoritas* que o posicionava acima de todos os demais membros que pertencessem às camadas sociais superiores.

⁴² “Quaisquer que fossem os principais varões de uma cidade, assim a cidade o seria; qualquer transformação nos *mores* que emergisse entre os líderes [da cidade], o mesmo ocorreria em seguida no povo” (Cic., *Leg.* 3.14.31). Ou seja, já no período tardo-republicano um autor como Cícero apontava que os “*summi ciuitatis uiri*” detinham a capacidade de corromper ou de restaurar os modos de vida que caracterizariam determinado Estado.

⁴³ A partir do reinado de Adriano, a administração imperial teria dado grande impulso à propagação de uma “ideologia da unidade”. De acordo com esta perspectiva, C. Ando (2000, p. 40-41) determina que o Império era imaginado enquanto “*an all-embracing collective by minimizing differences in culture and class and emphasizing the similarity of each individual’s relationship to the emperor and especially the all-inclusive benefits of Roman rule*”.

de *res gestae* (C. ANDO, 2000, p. 19). Portanto, o imperador configurava um ponto de referência comum aos diferentes grupos sociais e étnicos que integravam essa unidade política e administrativa que denominamos “Império romano”. Posto isto, os discursos que justificavam a hegemonia de Roma se pautavam nos tópicos de legitimação do poder de cada um dos sucessivos monarcas e até mesmo dos magistrados que agiam em nome daqueles, nas várias regiões que compunham o território imperial.

Neste ensejo, não surpreende que a produção historiográfica imperial se caracterizasse por fortes traços biografizantes. No caso específico da obra de Aurélio Vítor, porém, a posição fulcral que se concedeu à figura do imperador também se relacionava àquilo que designaríamos, ainda que correndo o risco de incorrer em anacronismo, por “ponto de vista de um burocrata”. Durante a Antiguidade Tardia, o Estado romano adquiriu maior complexidade, de tal monta que o governo central ansiava por intervir e regulamentar um grande número de esferas e atividades da vida de seus cidadãos, como se observa, por exemplo, na proliferação da legislação imperial. Independente do grau de interferência que a ação política e legiferante do monarca pudesse alcançar, no que respeitava ao dia a dia dos indivíduos e grupos que habitavam o Império tardo-antigo⁴⁴, uma presença mais significativa do Estado promovia a existência de uma “cultura governamental” no seio da sociedade, a qual, por sua vez, favorecia a intervenção estatal, efetuada em nome do imperador reinante (HARRIES, 1999, p. 79). Nestes termos, sugerimos que a ênfase posta sobre a *persona* do soberano, em meio ao texto das *Historiae abbreviatae*, conectava-se às formas de inserção social do historiador: no interior da prefeitura do pretório da Ilíria, Aurélio Vítor reportar-se-ia aos seus superiores hierárquicos imediatos e, em última análise, aos monarcas que se encontravam mais distantes, mas que seriam tomados como o vértice de toda a administração do Estado e da condução da sociedade romana no século IV.

Por isto, como se nota nas *Historiae abbreviatae*, a delimitação de cinco distintos períodos ao longo da história do Império⁴⁵ se efetuaría em razão dos diferentes predicados pessoais e das características dos imperadores que integrariam tais etapas. Baseado nisto, Aurélio Vítor sublinhou uma mudança qualitativa entre os supracitados períodos e, pois, no decorrer da era imperial em sua totalidade. Sendo assim, suceder-se-iam, pela ordem, os monarcas que pertenceram à família daquele que havia iniciado o regime imperial; aqueles

---

⁴⁴ Por certo, toda medida estimulava uma resposta distinta por parte de diferentes círculos sociais, algo que tangia, igualmente, às relações de poder e aos laços de dependência mantidos entre os diversos indivíduos. A “desobediência” às prescrições legais não implicava, necessariamente, que as leis fossem “ineficientes”, como se toda lei tivesse que ser “obedecida”, de maneira inexorável, por aqueles que viviam em dada sociedade.

⁴⁵ Para tanto, ver acima, Cap. 2, p. 93-97.

que derivavam da aristocracia romano-italica; os “*externae*”, isto é, os provinciais de comprovado valor; os “*boni*”, “*mali*” e “*barbari*” que se misturariam de modo indistinto; e, por fim, soberanos cuja ascensão independia da ratificação do Senado.⁴⁶ Advogamos que a estratégia de periodização determinada por Aurélio Vítor se justapunha, por sua vez, à alternância pendular. As digressões formuladas pelo historiador, que demarcam a passagem de um estágio para o seguinte, se assentam sobre momentos que se caracterizariam por uma reversão de tendência dos rumos da história imperial.

Assim, finalizado o primeiro período a partir de uma avaliação focada, sobretudo, na imoralidade e na erudição dos Júlio-Cláudios, segue-se o reinado de Vespasiano, que teria reparado as forças de um mundo exangue (cf. *Hist. abbrev.* 9.1). Ao alcançarmos a segunda digressão, a emergência dos “não itálicos” Nerva e Trajano assinalaria a reconstituição de um Império debilitado pela loucura de Domiciano (cf. *Hist. abbrev.* 11.1) e ameaçado pela avidez dos soldados (cf. *Hist. abbrev.* 11.9). Na continuidade da narrativa, o discurso decadentista que Aurélio Vítor compôs em *Hist. abbrev.* 24.9-11 marcaria o fim da estabilidade vinculada à era antonina/severiana e o início do caos político e social cujos episódios mais salientes se confundem com os reinados de Maximino, o Trácio e, sobremaneira, o de Galieno.

Finalmente, a quarta digressão congregaria certa sutileza. O enfoque se desloca parcialmente dos imperadores e contempla os senadores (cf. *Hist. abbrev.* 37.5-7). Os comentários tecidos pelo historiador se inscrevem na ótica de uma renovação do Estado imperial que se atribuiria a Aureliano, passadas as cisões que marcaram os anos em que Galieno governou o Império, e que redundaria também em uma restauração da potestade do Senado sob o reinado de Tácito (cf. *Hist. abbrev.* 35.12-14; 36.1). Embora Aurélio Vítor não tenha apontado uma solução de continuidade clara, no que se referia aos reinados de Aureliano, Probo e Diocleciano⁴⁷, a chegada ao poder por parte de Caro e, em especial, do “*dominus*” Diocleciano concretizaria a sobreposição dos *humiliores* em relação aos *nobiles* (cf. *Hist. abbrev.* 39.4-5). Tratava-se, pois, de uma modificação considerável em relação ao passado e que atestaria a despolitização da ordem senatorial que, de acordo com o historiador, perdurava até o momento em que a narrativa estava sendo escrita (cf. *Hist. abbrev.* 37.7).

Neste sentido, a perspectiva da “refundação de Aureliano”, de um retorno aos *mores* e aos valores tradicionais, resultava deveras limitada. Além disso, a constatação do enfraquecimento do Senado romano se coadunava com o *topos* do declínio por meio do qual o

⁴⁶ Moreno Ferrero (2001, p. 182) apresenta um painel semelhante ao que indicamos acima.

⁴⁷ Na medida em que, a despeito dos movimentos usurpatórios e dos ataques externos, os mencionados imperadores conseguiram impor a ordem, resultado das habilidades militares com as quais seriam dotados (cf. *Hist. abbrev.* 39.26-28).

tempo presente seria, em última análise, enquadrado pelo historiador. Em suma, ao movimento oscilatório delineado nos meandros das *Historiae abbreviatae*, subjazia uma percepção linear de temporalidade. Sendo assim, Aurélio Vítor se vincularia a uma concepção que, como aclara Marques (2008, p. 62), seria comum à historiografia romana: a renovação resultaria em algo “[...] sempre diferente do passado e pressuporia, assim, uma linearidade intrínseca através de uma sucessão temporal”.

3.3 A ruptura inaugural: Augusto e a dinastia Júlio-Cláudia

Em uma narrativa que dedica grande atenção à figura do *princeps* e seus respectivos *mores*, o reinado de Augusto viria, logo, a configurar o ponto de partida. Ao contrário de Eutrópio e, sobremaneira, do autor do *Epitome*, Aurélio Vítor revelou-se bastante módico nos juízos formulados acerca do primeiro imperador romano.⁴⁸ Isto se explicaria, a nosso ver, na medida em que o historiador tivesse concebido Augusto nos moldes de um inovador, tal como o faria no que dizia respeito a Constantino. Com Augusto, a história romana conheceu verdadeira ruptura, pois que, como se lê nas *Historiae abbreviatae*, “começou em Roma o costume de obedecer a um único homem” (cf. *Hist. abbrev.* 1.1).

Isto demonstra que Aurélio Vítor não alimentava quaisquer expectativas de retorno ao regime republicano. Na metade do século IV, o governo monárquico representava algo como a ordem natural das coisas, a ponto mesmo de o historiador interpretá-lo como um “costume”. Em outras palavras, Aurélio Vítor não se enumerava entre os autores que se moviam por um sentimento nostálgico, diante da perda da *libertas* republicana. Por outro lado, a introdução deste “costume” parece constituir objeto de lamúria, porquanto exprimisse o rompimento com os *mores maiorum*. Ou seja, esta seria a inovação que o principado de Augusto imprimiu à história romana. O *imperium* exercido pelos soberanos assumiria as feições, aos olhos dos súditos, de um “costume de obediência”, como se o mundo romano sob a égide dos Césares se definisse por esse “*mos*” específico, que havia subvertido os antigos *mores*.

Neste caso, aventamos que nas páginas das *Historiae abbreviatae* não apenas Constantino figurou como um “*rerum nouatur*”, mas também Augusto, embora de maneira velada. Como vimos, Aurélio Vítor insistiu, de forma excepcional, nos atributos quase divinos

---

⁴⁸ Cf. Cap. 1, p. 77-79.

que definiriam a natureza de Constantino⁴⁹; Augusto, porém, poderia ser tomado como uma espécie de precedente:

[Augusto] foi considerado pai da pátria por causa de sua clemência e também [lhe foi concedida] a potestade tribunícia perpétua. Desde então, foram dedicados a ele, à *maneira de um deus (uti deo)*, templos, sacerdotes e *collegia*, em Roma e por todas as maiores cidades de todas as províncias, *tanto em vida quanto postumamente (Hist. abbrev. 1.6, grifo nosso).*⁵⁰

Gradel (2002, p. 111-112) defende que o contexto em que se inseria Aurélio Vítor impeliu-o a manifestar o seu interesse no fenômeno do culto imperial em sua amplitude, para além dos limites da religião estatal. Deste modo, o historiador teria tomado a época de Augusto como exemplo de prática frente a uma série de restrições impostas aos rituais pagãos no decurso do século IV, que ganharia feições definitivas sob o reinado de Teodósio e a proibição legal das formas de manifestação pública relativas aos antigos cultos. Diante deste processo gradual de supressão dos ritos pertinentes ao politeísmo tradicional, autores como Aurélio Vítor teriam conferido grande importância à questão do culto imperial⁵¹, inclusive ao nível mais mezinho dos homens reunidos nos *collegia* da cidade de Roma.

Por ora, sublinhemos a relevância que a expressão “*uti deo*” assumiria no texto. Como se de uma divindade se tratasse, templos e sacerdócios teriam sido consagrados a Augusto (*Hist. abbrev. 1.6*). Dentre todas as modalidades de desvios morais que foram imputadas aos soberanos, havia uma para a qual os escritores romanos devotaram particular atenção: a assimilação aos deuses, algo que configuraria uma latente exposição de *impietas* desde o período cesariano. A *impietas*, neste ensejo, concernia à violação das regras rituais públicas, quer dizer, ações que ameaçassem a estabilidade e a ordem social fundada, como se queria, na aliança entre os deuses e a *Urbs*. Desta maneira, a divinização ou a atribuição de honrarias divinas ao imperador, ainda em vida, foram avaliadas sob um prisma assaz negativo (VAN HAEPEREN, 2005).

Com efeito, Aurélio Vítor não poupou de críticas o fato de Calígula andar “vestido como os deuses” e, mais ainda, enxergar a si próprio como Júpiter, por manter relações incestuosas com suas irmãs (*Hist. abbrev. 3.10*). Igualmente, Domiciano causava repulsa ao

⁴⁹ Cf. Cap. 2, p. 177-178.

⁵⁰ Augusto não se tornou um “*diuus*” do Estado romano senão após seu falecimento, ainda que o seu “*Genius*” encontrasse espaço nos cultos públicos. De todo modo, é preciso lembrar que o culto a Augusto não competia aos “*sacra publica*”, aos cultos estatais romanos, que eram ministrados por sacerdotes ligados ao Estado em benefício de todo o *populus Romanus* e, assim, mantido às expensas públicas (GRADEL, 2002, p. 129).

⁵¹ Talvez o mesmo se aplique para a informação de que, após a vitória de Constantino sobre Maxêncio, “na África foi decretado um sacerdócio para a família Flávia” (*Hist. abbrev. 40.28*).

historiador, pois teria obrigado a todos que o chamassem de “senhor e deus” (*dominum deumque*) (*Hist. abbrev.* 11.2). Finalmente, temos o complexo caso de Diocleciano, um “grande varão [dotado], contudo, de tais costumes”⁵² (*Hist. abbrev.* 39.1):

posto que foi ele [ie., Diocleciano] o primeiro que ansiou por vestes feitas de ouro e foi demandado grande quantidade de seda, púrpura e gemas [para recobrir] os seus pés. Ainda que tais coisas sejam mais afeitas a um espírito tomado pela e inclinado à arrogância do que a um cidadão, todavia se empalidecem diante de todo o resto. Pois foi o primeiro de todos, desde Calígula e Domiciano, que abriu caminho para ser chamado de *dominus* publicamente e ser adorado e invocado feito um deus (*Hist. abbrev.* 39.2-4).

Aurélius Vítor buscou evidenciar que Diocleciano havia se apartado dos preceitos da “*ciuilitas*” e que, portanto, sobrepujava abertamente os seus concidadãos, do que se assinalava a distância que existia entre o detentor do *imperium* e aqueles que repousavam sob sua potestade (REES, 1998, p. 84). Do ponto de vista político e ideológico, afirmava-se, pois, o caráter divinizado do poder imperial: recordemos que o historiador não se furtou a indicar que Diocleciano seria “*Iouius*” e Maximiano, por seu turno, “*Herculius*” (cf. *Hist. abbrev.* 39.18). Além disso, se portador de uma essência “jupiteriana”, o imperador se encontraria mais próximo dos deuses do que propriamente de seus pares humanos.⁵³ A partir de então, a corte imperial situar-se-ia física e simbolicamente afastada do restante da sociedade.

“Ser o primeiro”, pois, implicava a perspectiva de que se havia introduzido algo novo, uma variante que não corresponderia aos valores e rituais tradicionais.⁵⁴ Por conseguinte, Aurélius Vítor se mostraria contrário a todo ato ímpio, o que englobaria desde ações que assimilassem os soberanos reinantes aos deuses – fosse por intermédio de cultos que a eles se destinassem ou em razão dos modos de comportamento adotados por alguns deles – até os

⁵² É importante destacarmos que, uma vez mais, Aurélius Vítor demonstrava compreender as transformações políticas como uma introdução de novos *mores* (cf. *Hist. abbrev.* 1.1). A mudança e a consolidação de novos hábitos significariam que os costumes dos antepassados deixavam de ser observados e, assim sendo, seriam concebidos como elementos contrários à tradição romana.

⁵³ Não se tratava exatamente de uma sinonímia “imperador/deus” que, logo, demandava uma “*adoratio ut deus*”, mas sim da concepção de que o soberano equivaleria a algo como um “descendente” direto de uma divindade, de modo que adotaria inclusive o seu nome. A partir de Diocleciano, se recolheram vários elementos dispersos, que já haviam surgido em momentos anteriores, mas que se integraram a um contexto de transformações sociais mais amplas, fundamentando um novo modelo de justificação ideológica do poder imperial (BRAVO, 1997, p. 189). O próprio Aurélius Vítor tinha ciência de que a mudança efetuada por Diocleciano havia sido precedida pela *adoratio* que Calígula e Domiciano exigiram para si (cf. *Hist. abbrev.* 39.4).

⁵⁴ Sendo “*primum omnium*”, pressupunha-se que Diocleciano teria inaugurado (ou, no caso, reinstaurado) práticas que viriam a ser cultivadas pelos seus sucessores. Ou seja, Aurélius Vítor estabeleceu, por meio da passagem acima transcrita, outra ponte entre o passado relatado e o presente a partir do qual se narra. Em *Hist. abbrev.* 11.2, o historiador aludiu a essa questão, ao afirmar que a exigência de se dirigir ao imperador como “senhor e deus”, fixada por Domiciano, foi removida de imediato por seus sucessores, porém “muito depois disso retomada mais intensamente”. Nestes termos, a narrativa trazia uma referência a Diocleciano e aos monarcas subsequentes.

esforços para se “dar forma a uma religião”. Tratar-se-iam de formas de conduta tidas como vituperadas, na medida em que tornavam perceptível a natureza autocrática do poder (BRAVO, 1997, p. 179). Por isso, entendemos que, nas *Historiae abbreviatae*, Augusto teria sido sutilmente modelado à maneira de um inovador, tal como o foram, cada qual a sua maneira, Calígula, Domiciano, Diocleciano e Constantino, pois que teria sido cultuado “*uti deo*” ainda em vida (cf. *Hist. abbrev.* 1.6).

A nosso ver, isto esclarece o emprego das cores opacas, pouco efusivas, que se nota no relato elaborado por Aurélio Vítor no que respeitava ao primeiro imperador romano, em contraste com uma tradição historiográfica marcadamente favorável a Augusto. Se o governante assumisse os modos de um deus vivente, infligiria um golpe ao sentimento de “amor próprio” nutrido pelos *patres*, quer dizer, às senhas identitárias sobre as quais se baseava a preeminência política que os membros da Cúria romana outrora desfrutaram. As tensões entre o *princeps* e os senadores não se restringiam à questão do acesso ao poder, mas igualmente se desenrolavam em um plano mais propriamente simbólico. Logo, se cultuado tal como um deus, o monarca imperial tornaria explícito o fato de sua autoridade sobrepor-se a do Senado e, assim, colocava em xeque os interesses da aristocracia senatorial, que concebia a si própria enquanto grupo posicionado à testa de todo o corpo cívico (VEYNE, 2002, p. 60).

Todavia, não estamos a afirmar aqui que as *Historiae abbreviatae* transmitiram uma representação acerca de Augusto que se postaria como idêntica a de um Calígula ou de um Domiciano. Aurélio Vítor demonstrava em seu texto que havia compreendido que Augusto se deixava adorar, ao passo que indivíduos como Calígula e Domiciano exigiram que fossem adorados. Em que pese essa significativa distinção, o fato de o historiador ter incluído uma menção aos cultos destinados àquele que inaugurou a era imperial, em meio a uma narrativa que não dedica senão poucas linhas ao extenso e relevante reinado de Augusto, parece manter relação com o tom reprobatório que Aurélio Vítor imprimiu à temática da adoração dos imperadores vivos, como exposto em diferentes pontos de toda a obra.

Outro elemento que configuraria um desvio em face dos *mores*, e que também se relacionava com a dinastia Júlia-Cláudia, dizia respeito à posição ativa que certas personagens femininas desempenharam no curso dos eventos. Assim sendo, voltemos nossos olhos para o relato acerca do reinado de Cláudio, o qual apresenta uma marca peculiar no bojo das *Historiae abbreviatae*. Fração expressiva do texto volta-se para as esposas com quem Cláudio esteve vinculado ao tempo em que ocupou o trono, quais sejam, Valéria Messalina e, em menor grau, Agripina, a Jovem (ainda que, em verdade, esta nem mesmo tenha sido citada nominalmente por Aurélio Vítor).

Trata-se de uma questão significativa, na medida em que o historiador legou uma margem bastante reduzida para a inserção de personagens femininas em sua obra. Com efeito, se veiculava na narrativa uma apreciação assaz negativa a respeito das mulheres, eivada de estereótipos. Callu (1996, p. 143) chega mesmo a falar em “*antiféminisme*” por parte de Aurélio Vítor, salientando que “*quand on parcourt le De Caesaribus [sic], on s’aperçoit vite que les femmes et la politique ne sont pas faites pour aller ensemble*”.

Ora, a afirmação acerca do “antifeminismo”, por parte de um autor como Aurélio Vítor, redundava em um julgamento anacrônico em demasia, pois que se projetam sobre a Antiguidade valores e atitudes mentais que, por certo, competem apenas ao mundo contemporâneo. Aurélio Vítor reproduziu *topoi* retóricos, no tocante ao gênero feminino, que emanavam justamente dos sujeitos masculinos, os quais se encarregavam da produção literária na sociedade romana. As mulheres, quando emergiam nos textos, geralmente serviam como complemento ao papel dos varões e ao poder que estes detinham. Se os autores romanos escrevessem sobre “grandes mulheres”, o faziam para ratificar a pretensa excepcionalidade das mesmas⁵⁵ (desde que não ameaçassem a primazia do homem) e, em especial, para legitimar uma história cujo núcleo era preenchido pela ação masculina (HIDALGO DE LA VEGA, 2007, p. 396).

Portanto, se Messalina irrompe no centro do relato referente à época de Cláudio, Aurélio Vítor haveria de caracterizá-la sob um prisma deveras negativo. A permissividade sexual – que abarcava práticas tais como o adultério e mesmo o aborto – exprimiria de maneira definitiva as faltas em que as mulheres da casa imperial poderiam incorrer, no âmbito da tradição histórica romana. A reprimenda lançada contra personagens como Messalina, que na condição de mães, esposas ou filhas dos soberanos ocupavam um relevante espaço simbólico na hierarquia social e política do Império, se pautava na ideia de que as mulheres haviam rompido com o modelo que a elas fora fixado, de castidade e retidão moral, à imagem de uma Cornélia Africana dos tempos da República.

Por isto, lemos nas *Historiae abbreviatae* que Messalina, ao lado de libertos imperiais, arrastaram o imperador Cláudio para a devassidão. Disto resultou que o mundo romano fosse guiado “à moda dos tiranos” (*modo tyrannorum*), em conformidade com “o pior tipo de mulheres e também de escravos” (*Hist. abbrev. 4.5*). Na sequência, Aurélio Vítor se dedicou a elencar os crimes que Messalina teria cometido: adultérios sucessivos, que não raro redundaram no assassinato de muitos que não aceitaram se envolver em tais práticas, dado o

---

⁵⁵ Quer dizer, a natureza ímpar da representação da “boa mulher” reforçava o próprio estereótipo negativo, acerca do gênero feminino, que predominava na historiografia romana (DIXON, 2001, p. 152).

ingenium que possuíam. Ademais, Messalina teria obrigado que mulheres casadas e mesmo virgens, que pertenciam à *nobilitas*, se prostituíssem junto com ela, como se fossem meretrizes, forçando ainda que maridos e noivos tudo presenciassem. Se os homens se revoltassem contra tal situação, Messalina lhes imputava um crime e atacava cruelmente toda a família da vítima. Para Aurélio Vítor, isto se processava conforme aquilo que seria usual às mulheres, “*mulierum artibus*” (*Hist. abbrev.* 4.6-8). Por fim, a terceira esposa de Cláudio teria chegado ao ponto de contrair núpcias com outro varão, enquanto o imperador se encontrava em Óstia, cercado por suas concubinas (*Hist. abbrev.* 4.11).

A “deturpada e lasciva” Messalina foi apresentada, inclusive, como pessoa ainda mais vil do que os libertos que a ajudaram a perpetrar os seus crimes. É o que se depreende da leitura da passagem em que Aurélio Vítor diz que os libertos “se fizeram semelhantes à sua *patrona*” somente quando planejaram e levaram a cabo o assassinio daquela (*Hist. abbrev.* 4.10). Ou seja, o comportamento de Messalina implicava o esvaecimento de qualquer barreira social, pois que os seus atos conferiam a ela uma condição até mesmo inferior a dos *liberti*. Os adultérios e, em particular, o matrimônio com outro varão, à revelia de Cláudio, chocavam-se com o poder de *manus* que o direito romano atribuía aos esposos, na medida em que Messalina furtava de seu marido o usufruto do acesso exclusivo a seu corpo e, por conseguinte, minava as prerrogativas maritais (DIXON, 2001, p. 63). Deparamo-nos, pois, com um discurso que tangia às difusas relações de poder na Antiguidade romana, o qual, calcado na noção de supremacia do *paterfamilias*, buscava restringir toda ação feminina.

Mas por qual motivo teria Aurélio Vítor dedicado especial atenção a Messalina, nos limites de sua breve narrativa, se o mesmo não se observa no tocante a outras personagens femininas – como as Júlias, ou Agripina, a Jovem, ou Faustina, a Jovem e etc. – para as quais a tradição histórica reservava uma avaliação similarmente negativa? Bird (1982, p. 46-47) não hesita em afirmar que, ao demonstrar de que modo a libertinagem de Messalina teria prejudicado o governo de Cláudio, igualando-o a uma verdadeira tirania, o historiador almejava lançar uma luz às relações entre Constâncio II e sua segunda esposa, Eusébia. Eutrópio (10.15.2) e Amiano Marcelino (21.16.16) apontavam para a grande ascendência que, dentre outros, as esposas de Constâncio II teriam exercido sobre ele. Quiçá isto esclarecesse o destaque que o texto de Aurélio Vítor concedeu ao pernicioso papel que certas mulheres teriam cumprido ao longo da história imperial. Nestes termos, a exposição a respeito da “devassa Messalina” não derivaria apenas de um apego a formas de representação firmemente enraizadas na historiografia romana, mas também se direcionavam a questões relativas à vida e à política nos interstícios da corte de Constâncio II.

É preciso ressaltar, porém, que a hipótese proposta por Bird reduz a importância da inserção de Messalina nas *Historiae abbreviatae*, subordinando-a às tramas cortesãs que se desenrolavam no reinado de Constâncio II. Em que pese isto, sugerimos que Aurélio Vítor a retratou com maior riqueza de detalhes a fim de estabelecê-la, no interior da narrativa, como um precedente no que se referia à atuação das personagens femininas abordadas no texto. Dito de outra forma, Messalina sumariava a avaliação que se veicularia acerca das mulheres pertencentes à família imperial. Dada a natureza abreviada do relato, ajuizamos que Aurélio Vítor não cultivava grande interesse em destinar um amplo espaço a figuras secundárias, se cotejadas com os imperadores. Entretanto, em razão do fato de as mulheres estarem diretamente envolvidas com a “*uita moresque*” dos soberanos, Aurélio Vítor haveria de abarcá-las.⁵⁶

Sendo assim, Messalina configurou o *exemplum* de “*mulierum artibus*” nas *Historiae abbreviatae*. As demais personagens femininas reproduziriam, em maior ou menor escala, os padrões de comportamento que Aurélio Vítor expôs por intermédio da representação veiculada acerca da terceira esposa do imperador Cláudio. Daí que, por exemplo, se reportasse que Plotina, mulher de Trajano, havia tramado um ardil a fim de garantir que Adriano sucedesse ao seu marido.⁵⁷ Enfatizar-se-ia também a vida adúltera levada a cabo por Faustina, a Jovem, com quem Marco Aurélio havia se casado (*Hist. abbrev.* 16.2) e por Júlia Domna, esposa de Septímio Severo (*Hist. abbrev.* 20.23). Até mesmo as mulheres relacionadas aos usurpadores exibiam uma conduta moralmente condenável: Vitória, mãe do “imperador gálico” Vitorino, teria corrompido os soldados mediante uma vasta soma de dinheiro, a fim de que ela selecionasse o sucessor de seu finado filho (*Hist. abbrev.* 35.14).⁵⁸

⁵⁶ Faz-se necessário sublinhar que os autores da era imperial operavam a partir da perspectiva de que cabia à corte fornecer os modelos de conduta moral socialmente aceitáveis, imperativo este que servia como forma de expressão do poder que se concentrava em um círculo tão restrito (WALLACE-HADRILL, 2000, p. 12). De Augusto em diante, a auto-imagem que os romanos formulavam acerca de si próprios, em todos os níveis sociais, também se espelharia no *princeps* e na corte. Devido a isto, Aurélio Vítor não poderia ignorar o peso e as consequências inerentes à conduta que se articularia a personagens como Messalina.

⁵⁷ Muito embora, no caso, o historiador não endossasse a informação, legando aos leitores a possibilidade de fazê-lo. Para tanto, cf. *Hist. abbrev.* 13.13.

⁵⁸ Em verdade, não podemos extrair nem ao menos uma única referência favorável às mulheres no texto das *Historiae abbreviatae*. Há indicações completamente neutras, como se vê em *Hist. abbrev.* 39.25, passagem em que Aurélio Vítor postulou que o casamento entre Tibério e Júlia equivalia a um precedente para a formação dos laços matrimoniais que cimentaram a instauração do colegiado tetrárquico. Callu (1996, p. 143) propõe que a menção feita à Júlia Mamea, mãe do imperador Severo Alexandre, também partilhasse da mesma neutralidade. Em *Hist. abbrev.* 24.5, diz-se que o soberano “foi mais que piedoso (*plus quam pius*) nas honras à sua mãe, cujo nome era Mamea”. Porém, essa manifestação excessiva de *pietas* diante da progenitora talvez guarde uma alusão à demasiada e negativa influência que Mamea teria mantido sobre o seu filho, como salientado pelo autor do *Epitome* (24.4). Se assim for, Mamea não poderia ser encarada como uma exceção à regra, no interior da obra de Aurélio Vítor. Cf., também, *Hist. abbrev.* 5.8, versículo em que se aponta que Agripina, a Jovem, se dispunha a todo crime a fim de colocar seu filho, Nero, sob sua influência.

Nos meandros da literatura romana tardo-republicana e imperial, as mulheres passivas figuravam como vítimas – recordemos a emudecida plebeia Virgínia nas páginas de Tito Lívio (3.44-48) –, ao passo que às ativas competiria a infâmia, que se confundia basicamente, como se vê no caso de Messalina, com a transgressão sexual. Porém, resta ainda um elemento a ser ressaltado. O papel influente das mulheres era complementado pela passividade de seus cônjuges, que tampouco se encaixavam ao modelo de *uirtus* que o varão romano deveria observar. Neste caso, os homens transformar-se-iam “[...] *en esclavos de las mujeres, con la expresión simbólica que ello conllevaba*” (HIDALGO DE LA VEGA, 2007, p. 407).

Ou seja, as manifestações contrárias a uma integrante da família imperial redundavam em uma reprimenda lançada contra o próprio imperador. É o que, justamente, se pode observar no que tangia ao “débil e acovardado Cláudio” que, aos olhos de Aurélio Vítor, equivaleria a um soberano incapaz de decidir e de pensar de modo autônomo. Em resumo, as mulheres no interior das *Historiae abbreviatae* representavam um fator perturbador, uma ameaça ao equilíbrio de uma sociedade fundada sobre a predominância dos sujeitos masculinos. As personagens femininas ativas transmutavam-se, tal como no caso dos “tiranos” ou dos “bárbaros”, no “outro” a ser eliminado, posto que se chocavam com o padrão de comportamento culturalmente definido a partir do ideal de “matrona romana”.

Na sequência do texto, Aurélio Vítor se voltaria para as ações encabeçadas por Agripina, a Jovem. Cabe reiterar que Messalina se situava como um parâmetro a partir do qual a conduta da quarta e derradeira esposa de Cláudio foi mensurada, tendo em vista que se afirmasse que Agripina, a Jovem, revelou-se ainda mais “desagradável” do que Messalina.⁵⁹ De acordo com Aurélio Vítor, Agripina, a Jovem, temendo por uma morte semelhante à de Messalina, acabou por envenenar o seu frágil marido (*Hist. abbrev.* 4.13). Alcançado o reinado de seu filho a narrativa de Aurélio Vítor abordaria novamente os atos que Agripina, a Jovem, teria cometido. Em verdade, o historiador enfocou perversões sexuais de todo a sorte, nas quais Nero teria se aventurado, e que teriam resultado na consumação de práticas incestuosas envolvendo mãe e filho e, por fim, no matricídio perpetrado por Nero (*Hist. abbrev.* 5.11-12).

O objetivo de Aurélio Vítor, pois, era o de sublinhar a progressiva deterioração moral de ambas as personagens, que atingiria o seu ponto mais abjeto no momento em que mãe e filho se uniram carnalmente. Como aclara Roman (2001, p. 77-78), a acusação mais grave que se poderia efetuar contra um romano dizia respeito ao incesto, sobremaneira se praticado com

⁵⁹ De acordo com Dião Cássio (61.33.2¹), uma vez casada com Cláudio, Agripina, a Jovem, tornar-se-ia uma “segunda Messalina”, dada à completa ascendência que exerceria sobre o seu marido.

a mãe. Desta forma, o historiador almejava demonstrar aos leitores que Nero não se enquadrava mais na ordem humana, na medida em que tanto o incesto quanto o assassinio de sua própria mãe expressavam a implosão de toda moralidade. O imperador, no entender de Aurélio Vítor, havia subvertido “toda a justiça e o que era permitido pelos deuses” (*omne ius fasque*) (*Hist. abbrev.* 5.13).⁶⁰

Em meio a uma longa passagem, Aurélio Vítor informou que, por ocasião de um banquete que contava com a presença de um enviado da Pártia, Nero havia requisitado para si um tocador de cítara que se apresentava para os convivas. Diante da réplica de que se tratava de um homem livre, Nero teria alardeado “que ninguém era tido por livre sob o seu poder” (*quod liber sub imperio nullus haberetur*) (*Hist. abbrev.* 5.14). Pautado em uma tradição de matriz taciteana, Aurélio Vítor difusamente veiculava os princípios republicanos de exaltação da *libertas*⁶¹, mas a expressão “*sub imperio*” evidencia que o historiador, imerso em uma atmosfera marcada pela *adoratio* imperial, tinha ciência de que a “liberdade” desaparecera após a batalha de Ácio (MAZZARINO, 1983, p. 299).

No entanto, a questão fundamental trabalhada por Aurélio Vítor no tocante à época de Nero diz respeito ao enigmático “*quinquennium*”. Em *Hist. abbrev.* 5.1-4, lemos que:

Deste modo L[úcio] Domício (este era, decerto, o nome de Nero, [derivado] de seu pai Domício) é nomeado imperador. Ainda que ele, muito moço⁶², tivesse reinado vários anos ao lado do padrao, não obstante foi o [seu] quinquênio de tal sorte, principalmente para o engrandecimento da cidade, que com razão Trajano declarava amiúde que todos os imperadores em conjunto estavam muito longe do quinquênio de Nero (*Neronis quinquennio*); [foi] quando inclusive [Nero] reduziu o Ponto à condição de província com a permissão de Polêmon, que por esse motivo se chama Ponto Polemoníaco, e do mesmo modo os Alpes Cotianos, morto o rei Cotio. Por isso é suficientemente certo não ser a idade impedimento à virtude; mas esta última é facilmente alterada se o caráter for corrompido pela licenciosidade (*eam facile mutari corrupto per licentiam ingenio*) e, se negligenciado [o caráter], como se uma lei da adolescência fosse, torna a ocorrer ainda mais perniciosamente. Com efeito, [Nero] passou com tal ignomínia o restante da vida de modo que é lamentável e vergonhoso recordar que tivesse existido alguém deste tipo, quanto mais um governante dos romanos.⁶³

⁶⁰ Os romanos julgavam que o parricida e o incestuoso, ao romperem com as convenções sociais, cometiam um ato extremo de impiedade. O tema do assassinato empreendido contra familiares foi retomado em *Hist. abbrev.* 11.1, em uma passagem em que Aurélio Vítor parece sugerir que Domiciano atentou contra a vida de seu irmão e antecessor, o imperador Tito. Arnaud (apud SCHEID, 1982, p. 191) destaca, porém, que a questão da impiedade não se limitava às narrativas dedicadas aos imperadores romanos. Os relatos envolvendo a sucessão ao trono do reino parta compreendiam, basicamente, parricídios e/ou fratricídios, que serviam como instrumentos de acesso ao poder. Isto sugere a existência de um esquema de matriz mais global, que vinculava por vezes o poder político a um comportamento impiedoso, e que não se restringiria, na Antiguidade, ao universo greco-romano.

⁶¹ O mesmo se observa em *Hist. abbrev.* 3.15, ao se relatar o assassinato de Calígula.

⁶² Nero assumiu o trono em outubro de 54, dois meses antes de completar seu décimo sétimo ano de vida.

⁶³ No epítome da obra de Dião Cássio (73.18.3-4), em uma referência aos excessos que caracterizariam a conduta do imperador Cômodo, pode-se encontrar uma rejeição à ideia de que se estivesse a comprometer a “dignidade

Aurélius Vítor transmitiu a ideia de que, ao longo de um indefinido período de cinco anos, Nero teria governado o mundo romano de uma maneira tal que superaria todos os demais imperadores. No entanto, “o restante da vida” do citado *princeps* se contraporía integralmente a esse excelente “quinqüênio”. Assim, restava ao historiador, na sequência de seu relato (cf. *Hist. abbrev.* 5.5-16), pontuar os fatores que transformaram Nero no arquétipo definitivo do “tirano/cruel”, no interior da historiografia romana imperial.

De fato, o quadro delineado nas *Historiae abbreviatae* se escorava em um dos mais notáveis *topoi* retóricos que, em especial a partir de Tácito e de Suetônio, conheceram boa fortuna no que tangia à caracterização dos imperadores. Referimo-nos, pois, à perspectiva da degeneração do caráter, da mutação para a pior que se manifestaria em dada altura da vida de um soberano. Esta forma de ajuizamento, de natureza psicológica, forneceria uma explicação para os traços mais deturpados e desumanos que seriam articulados ao comportamento dos príncipes que pertenceram à dinastia Júlio-Cláudia⁶⁴, do que o governo de Tibério constituiria um caso modelar.⁶⁵

Por sinal, no tocante ao reinado de Tibério, Aurélius Vítor se baseava, de maneira explícita, na ótica da “*dissimulatio*” (cf. *Hist. abbrev.* 2.1). Esta configuraria o elemento causal a esclarecer a transformação ocorrida na conduta de Tibério, a viragem entre um começo (aparentemente) positivo e uma sequência lamentável, que definiria a era de Tibério até que a vida do imperador chegasse ao fim.⁶⁶ Assim, sobre Tibério, diz-se que

[teve] um bom início (*bonis initiis*), em seguida [tornou-se] pernicioso, buscando em demasia por todos os desejos quase sem [fazer] distinção de idade ou sexo, e também punindo de forma atroz culpados e inocentes, os seus parentes e, do mesmo modo, homens estranhos a ele (*Hist. abbrev.* 2.1).

A respeito de Calígula, o quadro permaneceu, em linhas gerais, similar. “Durante alguns meses” do primeiro ano de seu reinado, o imperador teria adotado uma egrégia conduta

---

da história” ao se narrar os crimes e os vícios em que o referido soberano teria incorrido. Como explica Swain (1997, p. 25), ainda que esses acontecimentos pudessem soar banais, o historiador romano não poderia se furtar à tarefa de informá-los, dado que testemunhavam a situação que vigoraria durante um determinado reinado.

⁶⁴ Giua (1990, p. 554) argumenta que um dos mais significativos pontos de inflexão entre a narrativa biográfica e a historiográfica, nos primeiros tempos do Principado, concerne à emergência dessa análise “psicológica”, encarada como um recurso sobre o qual se estruturava as tentativas de reconstrução histórica.

⁶⁵ Cf. o parágrafo final do célebre “obituário” de Tibério nos *Anais* de Tácito (Tac., *Ann.* 6.51); o mesmo vale para Suetônio (Suet., *Tib.* 42.1; ver também *Cal.* 6.2).

⁶⁶ Faz-se escusado retomar os apontamentos efetuados por Wiseman (2003, p. 58; 105) acerca da noção de “*superbia Claudiana*” como fenômeno historiográfico formatado em fins da República e que viria a ser utilizado por escritores posteriores. O analista tardo-republicano Valério de Âncio teria, no decorrer das disputas políticas entre *populares* e *optimates* na década de 40 a.C., propagado a ideia de que os “Cláudios” possuiriam vícios inatos, em especial a soberba e a crueldade. A perspectiva da “*dissimulatio*” de Tibério, advogamos, também se encontrava vinculada à percepção de que a *gens* Cláudia produzia varões naturalmente arrogantes e cruéis, como se verifica nos *Anais* taciteanos (Tac., *Ann.* 1.4.4-3).

diante do povo, do Senado e do exército. Contudo, “repentinamente [...], revelou sua natureza (*ingenium*) semelhante ao de uma besta saciada de sangue” (*Hist. abbrev.* 3.8-9).⁶⁷ Por certo, a concepção do “*quinquennium Neronis*” se alimentava deste *topos* historiográfico pertinente à progressiva degenerescência moral dos membros da casa Júlio-Cláudia. Porém, a percepção de que haveria um período definido de anos a balizar o louvável comportamento de Nero, assim como o verniz anedótico que marca a passagem (em razão da presença de Trajano como imperador que chancela a ideia do “quinquênio”) provavelmente configuravam uma tradição tardia, então manipulada por Aurélio Vítor.⁶⁸

O principado de Nero propiciou ao historiador uma oportunidade para esboçar seus pontos de vista acerca da natureza do poder imperial e emitir uma avaliação a respeito de uma situação recorrente ao longo da história do Império romano: a emergência dos “*principes pueri*”. Dada a inexistência de regimentos formais a nortear a transferência do *imperium*, havia a constante possibilidade de que um varão pouco maduro e inexperiente viesse a assumir a púrpura. Escrevendo nos meados do século IV, Aurélio Vítor tinha clara consciência de tal fato: por exemplo, o imperador reinante, Constâncio II, havia sido associado ao poder no ano de 324, quando contava com somente sete ou nove anos de idade.

Ou seja, o “quinquênio de Nero” comportava uma prova de que, em primeiro lugar, a pouca idade não configuraria um obstáculo intransponível para o cultivo das *uirtutes* necessárias a um “bom” governante. Neste sentido, Aurélio Vítor contrapunha-se à tradicional perspectiva, que remontava à época republicana, de que a maturidade representava o campo fértil para que florescessem no homem público as virtudes cruciais para o exercício do poder, como a moderação, a prudência e a sabedoria.⁶⁹ Porém, jovens imperadores aos quais Aurélio Vítor legou um juízo favorável, casos de Caracala, Severo Alexandre ou Gordiano III, comprovariam a validade da ideia subjacente ao “*quinquennium Neronis*” ao longo do texto.

Destaquemos, sendo assim, o caso de Severo Alexandre. Nas *Historiae abbreviatae*, reporta-se que o último dos Severos seria bem quisto por todos, em oposição ao deturpado

⁶⁷ Outro elemento comum em meio à invectiva política greco-romana tangia à animalização da figura do “tirano” (cf. Suet., *Cal.* 22.1 e *Ner.* 29), algo que construía um fosso intransponível entre o governante inumano, monstruoso, e o restante do corpo cívico (FRANÇOIS, 1982, p. 942).

⁶⁸ Para os propósitos de nosso trabalho, a facticidade dos detalhes que integravam a anedota perfaz um questionamento irrelevante, pois tais elementos seriam moldados com vistas à ilustração, do modo mais nítido possível, de um axioma moral que o historiador buscou propagar. Além disso, um dos traços menos estáveis que se verificam na composição de uma anedota concerne, justamente, à temporalidade dos fatos em questão. Sacrificava-se a exatidão cronológica em face do apelo generalizante inerente ao anedotário. Para tanto, cf. Saller (1980, p. 72; 74).

⁶⁹ Basta recordar o ajuizamento que Cícero expôs no *Sobre a velhice*: “Grandes coisas não se governam com a virilidade, a rapidez ou agilidade do corpo, mas sim mediante a prudência, a autoridade e a sabedoria; destas não somente a velhice (*senectus*) não está privada, como usualmente as aumenta” (Cic., *Sen.* 6.17).

Heliogábalo, a quem havia sucedido (*Hist. abbrev.* 23.3). Conferido a ele o título de *Augusto* após a morte de seu predecessor, Severo Alexandre teria demonstrado grande afeição pelo direito e pela aplicação da justiça, além de ter mantido uma boa relação com os “*optimi*”, quer dizer, os senadores (*Hist. abbrev.* 24.6). Ressaltemos, por ora, a forma pela qual Aurélio Vítor relatou a campanha militar empreendida por Severo Alexandre contra os persas:

[O imperador] *ainda que muito jovem (adolescens)*, não obstante *de um caráter superior à sua idade (ingenio supra aeuum)*, após realizar grandes preparativos, começa imediatamente a guerra contra Xerxes, rei dos persas. Depois de vencê-lo e pô-lo em fuga, marchou rapidamente para a Gália [...] (*Hist. abbrev.* 24.2, grifo nosso).

Embora definido como um “*adolescens*”, o êxito frente aos persas daria exemplo das qualidades ameadas por Severo Alexandre, dentre as quais a *uirtus* marcial e o *consilium*, uma vez que a luta contra Xerxes seguiu-se à realização de “grandes preparativos”. Retomavam-se os termos do discurso pertinentes à noção do “quinqüênio de Nero”, isto é, a ideia de que a juventude não representava um empecilho à virtude.

Den Boer (1972, p. 58) declara que a observação moralizante por meio da qual se conclui o trecho destinado à questão do “*quinquennium Neronis*” (cf. *Hist. abbrev.* 5.3-4) foi estruturada à moda de um *exemplum*. Aurélio Vítor ponderava que os vícios não poderiam ser imputados à falta de maturidade que porventura caracterizasse um governante ou mesmo um homem comum. Da mesma forma, o modo de vida reprovável que Nero teria levado, passados os cinco anos caracterizados por sua excelente conduta, não deveriam ser atribuídos à mocidade do imperador. Portanto, a “*licentia*” que definiria o restante da vida de Nero (cf. *Hist. abbrev.* 5.4) simbolizava um vício que todos os cidadãos teriam de evitar, independente da idade em que se encontrassem.⁷⁰ Todavia, Aurélio Vítor introduziu uma ressalva: se ignorados os escrúpulos da virtude, os indivíduos jovens se revelariam mais inclinados à corrupção do caráter, tal como se de uma lei da adolescência se tratasse (*adulescentiae quae legem*) (cf. *Hist. abbrev.* 5.3).

Esta afirmativa parece configurar um truísmo, como se o historiador houvesse se pautado sobre uma espécie de “senso comum”. Cabe notar, porém, que Aurélio Vítor não desconsiderou por completo, em seu texto, a questão etária como fator causal. Por exemplo, no tocante à ascensão de Sálvio Otão, fugaz sucessor de Galba no ano de 69, se ressaltaria que

⁷⁰ Cf. o “*senex*” Cláudio, que se casou com a própria sobrinha (Agripina, a Jovem), sob a instigação de seus espúrios libertos (*Hist. abbrev.* 4.12). Ou mesmo Tibério, sobre quem Aurélio Vítor atestava ter falecido aos setenta e nove anos de idade, dos quais vinte e três foram passados à frente do Império romano (*Hist. abbrev.* 3.1). Ou seja, as faltas em que Tibério teria incorrido, tal como elencadas no capítulo 2 das *Historiae abbreviatae*, se deram quando o soberano já havia adentrado na velhice.

aquele “lançou-se ao poder, embora de forma alguma tivesse vivido muito além da adolescência” (*Hist. abbrev.* 7.1). Similarmente, à juventude de Galieno o historiador aludiria, quando reportou o presságio que anunciaria os infortúnios que a associação do filho de Valeriano ao trono reservaria ao Estado romano (cf. *Hist. abbrev.* 32.3-4). Por fim, lê-se que Constante se ensoberbeceu após a derrota que impôs a seu irmão, Constantino II, mas que sucumbiu ao crime cometido por Magnêncio porque seria, entre outros, “ao mesmo tempo pouco precavido por causa da idade e também [teria] um espírito violento” (*simul per aetatem cautus parum atque animi vehemens*) (*Hist. abbrev.* 41.23). Sendo assim, os vícios praticados por Constante manteriam alguma relação com sua idade, a qual Aurélio Vítor presumia que não havia sido longa⁷¹, na medida em que à imaturidade do soberano se vinculariam a imprecação e, de forma sutil, a impetuosidade.

Voltando a questão que tangia a Nero, a licenciosidade que marcaria o seu reinado, com a preclara exceção de um impreciso quinquênio, servia para confirmar, por seu turno, a aplicação daquela “*adolescentiae lex*” e os traços de regularidade que a mesma pressuporia. De todo modo, julgamos lícito concluir que

o ponto mais relevante a ser sublinhado reside no fato de que Aurélio Vítor dispensou a concepção de que o *ingenium* fosse essencialmente corrupto⁷²; o relaxamento na observação das virtudes seria o fator a minar o caráter de todo e qualquer homem, estivesse ele na velhice ou na juventude (ainda que se reconhecesse que os mais jovens cometeriam mais faltas, uma vez abandonada a virtude) (ANTIQUERA, 2011b, p. 443).

Sendo assim, Aurélio Vítor rechaçou uma vinculação automática entre a juventude do monarca e a corrupção de seu caráter, mas, ao mesmo tempo, creditou à pouca idade uma tendência (ou uma maior possibilidade) de que a degenerescência do caráter viesse a ocorrer, sem que isso equivallesse, pelo contrário, a uma condição invariável.⁷³ Por meio desta ambivalência, o historiador se lançou à tarefa de contemplar toda a variedade de sujeitos com os quais se depararia ao investigar os (então) quase quatrocentos anos de história imperial.

⁷¹ Com efeito, ao ser morto em janeiro de 350, Constante ainda não havia completado trinta anos.

⁷² Essa percepção foi reforçada em *Hist. abbrev.* 5.10, passagem em que Aurélio Vítor advogou que, uma vez invadido e corrompido o espírito (*mens*) pelos *uitia*, se desrespeitavam os laços que mantinham os homens em sociedade. A palavra “*mens*”, no caso, pode ser lida também como sinônimo de “*ingenium*”.

⁷³ A postura de Aurélio Vítor lembra a doutrina tendencial que Aristóteles aplicava às “leis da natureza”. Na *Política* (1.1254b, 27ss), por exemplo, o filósofo de Estagira proclamava que os corpos dos escravos eram, em essência, vigorosos, como se talhados naturalmente para a execução de atividades manuais, em oposição, pois, aos homens livres, cuja característica natural seria a nobreza de espírito. Todavia, essa regra natural conhecia exceções, de modo que um filho de um escravo poderia dispor de um corpo frágil, mas de um espírito elevado. Ou seja, Aristóteles reconhecia que as “leis naturais” verificar-se-iam na maioria das vezes, mas não necessariamente em todos os casos.

Por fim, há de ser analisada a anedótica inserção de Trajano no interior da passagem relativa ao “*quinquennium Neronis*”. Bloch (1989, p. 216) sinaliza que alguns *contorniati*⁷⁴ de bronze, confeccionados nas cinco décadas que se estendiam entre os anos de 355-360 e 410, exibiam em seu anverso, entre outras, efígies de Nero ladeadas por outras referentes a Trajano. Tais representações parecem sugerir que, na segunda metade do século IV, os círculos sociais pagãos no Ocidente conceberam algum tipo de ligação entre ambos os imperadores. Possivelmente, tais objetos foram cunhados tendo em vista a rememoração do saliente papel que tanto Nero quanto Trajano haviam outrora desempenhado na promoção de jogos e festivais na cidade de Roma⁷⁵, condição esta que havia proporcionado grande popularidade aos dois monarcas. Entretanto, os *contorniati* não exprimiriam uma tentativa de se relativizar uma visão negativa referente ao último dos Júlio-Cláudios, que já havia se cristalizado no seio da tradição histórica de inclinação senatorial (ZECCHINI, 1993, p. 119).

Ademais, a intensa atividade edilícia que se desenrolou na *Urbs* ao tempo de Nero talvez tenha animado o surgimento de uma ideia em meio a qual o mote relativo ao “quinquênio de Nero” seria depositado na boca de ninguém menos que Trajano, na medida em que a era trajânica igualmente representou um período marcado por vultosas intervenções na paisagem urbana de Roma. Desta maneira, Thornton (1989, p. 119) propõe que o elemento a aproximar os dois monarcas repousava no interesse que ambos devotaram à tarefa de garantir a “*annona*” aos plebeus romanos, como se verificaria nas obras que Nero e Trajano levaram a cabo na área portuária de Óstia, que servia como entrada para os grãos procedentes do Norte da África e do Egito e que se destinavam ao abastecimento da cidade de Roma.

A despeito de todas essas considerações, postulamos que Aurélio Vítor explorou o aparente paradoxo que a anedota conteria, pois que um dos modelos canônicos de “bom” príncipe sustentava uma avaliação extremamente positiva, mesmo que restrita a um período de cinco anos, a respeito de um dos “piores” de seus antecessores, se considerada a tradição histórica. A presença de Trajano guardava uma alusão à possibilidade de que Nero, se tivesse observado os *mores* e se comportado de acordo com os preceitos da boa governança por toda a sua existência (e não apenas durante um “quinquênio”), haveria de suplantar efetivamente a Trajano e todos os demais imperadores. Concluímos que, nestes termos, Aurélio Vítor remeteu à *persona* de Trajano para referendar a perspectiva de que não era a juventude de Nero o fator que o impediu de ser rememorado entre os “*boni*”, mas antes o seu apego aos

⁷⁴ Espécie de medalhões, que se assemelhavam a moedas. Em geral, foram produzidos na Antiguidade a fim de se recordar acontecimentos ou personalidades de vulto.

⁷⁵ Algo que o historiador evidenciou, indiretamente, em *Hist. abbrev.* 27.7, ao informar que Gordiano III retomou as competições quinquenais que Nero havia introduzido em Roma.

vícios e depravações de toda sorte. Logo, uma vez comprometido o caráter do imperador, os efeitos decorrentes se revelariam inteiramente adversos quando cotejados com aquilo que ocorrera durante os outrora excelentes cinco anos (ANTIQUERA, 2011b, p. 443).

Pode-se enxergar, como pano de fundo dos argumentos expostos a partir da noção do “*quinquennium Neronis*”, uma conexão com a problemática dos chamados “*principes pueri*”, em particular, e da sucessão hereditária, no geral. Por exemplo, a HA, ecoando os anseios da elite senatorial de Roma, ao final do século IV, manifestava toda a sua aversão diante dos “*principes pueri*”, que alcançavam o trono apenas em razão dos vínculos hereditários que os ligavam aos detentores do *imperium* e se mostravam completamente alheios aos assuntos públicos (CORASSIN, 1997b, p. 209).⁷⁶

Por sua vez, Gonçalves (2006, p. 6) assegura que tanto Aurélio Vítor quanto Eutrópio lidaram em suas respectivas obras com a delicada questão da sucessão imperial, sem que, entretanto, conseguissem formular novos mecanismos a serem adotados, em comparação com o passado. Desta forma, Gonçalves escreve que o fato de ambos os autores terem pertencido às aristocracias provinciais (sic), bem como terem ocupado diversos cargos públicos, resultou na filiação dos dois aos valores morais tradicionais, ainda veiculados no século IV pela ordem senatorial e que se baseariam, em larga medida, nos preceitos éticos apregoados pela filosofia estoica. Neste ensejo, alega-se que Aurélio Vítor e Eutrópio defenderam, de forma enfática, “a utilização dos princípios da adoção e/ou da associação, como mecanismos reguladores da sucessão imperial”. Sendo assim, ambos os autores teriam preconizado “a chegada ao poder dos mais aptos” e, para tanto, o “modelo dos Antoninos” justificava-se como melhor via para regulamentar a transferência do *imperium*.

De fato, a prática do adocionismo, que se tornou a regra para a sucessão ao tempo dos Antoninos – até que Marco Aurélio confiasse o poder ao seu filho biológico e o alinhasse como seu sucessor – conferiu estabilidade aos processos de transferência do *imperium*. Podemos inclusive sugerir que, no entender de um burocrata imperial como Aurélio Vítor, um processo sucessório que se operasse sem maiores sobressaltos, assegurando-se a continuidade administrativa, configuraria mais que um anseio e sim um fator que se reputava como estritamente necessário. Entretanto, ressaltamos por ora que, nas *Historiae abbreviatae*, não se ignorava a ideia de que os princípios hereditários também pudessem garantir a ordem política e a adequada governança. Tal era o caso no que tangia a Tito e, peculiarmente, a Caracala, sobre quem Aurélio Vítor afirmava ter partilhado a boa fortuna de seu pai, Septímio

---

⁷⁶ Cf. HA., Gord. 31.5 e, notadamente Tac. 6.4-6. Defendia-se, pois, o sistema de adoção pelo príncipe reinante contra a prática da transmissão hereditária, tal como vigente à época dos Antoninos.

Severo (cf. *Hist. abbrev.* 21.2). Por fim, faz-se oportuno salientar que Aurélio Vítor bem sabia que Nero não era o herdeiro natural de seu antecessor no trono, de modo que se informava que, em meio às maquinações promovidas por Agripina, a Jovem, Nero foi apresentado não apenas como sucessor, mas também como filho adotivo de Cláudio (*Hist. abbrev.* 4.15).

Seja como for, a concepção relativa ao “quinqüênio de Nero” matizava o peso que se atribuía àquilo que poderia ser tomado como uma das principais fragilidades pertinentes à transmissão hereditária do poder, qual seja, a imaturidade de um eventual sucessor. Como vimos, ainda que jovem, por cinco indeterminados anos Nero teria governado “à maneira de um Trajano”⁷⁷, engrandecendo a cidade de Roma e expandindo as possessões territoriais do Império, pois que se teria mantido apegado às *uirtutes*. Isto nos permite concluir que, aos olhos de Aurélio Vítor, os meios pelos quais um indivíduo ascendia ao poder – em outras palavras, os instrumentos que fundamentavam a sucessão imperial – seriam eclipsados diante da crucial importância que o historiador concedia à conduta desses mesmos indivíduos, uma vez alcançada à púrpura. Em resumo, nas *Historiae abbreviatae*, os “bons” imperadores assim foram definidos por causa de seus atos durante o período em que reinaram, de modo que a avaliação que se empreendia a respeito dos *Augustos* e dos *Césares* minimizava a relevância que se poderia conferir à forma como os governantes chegaram ao trono.⁷⁸

3.4 O pêndulo se move: Vespasiano e a reconstrução do mundo romano

Finalizada a narrativa a respeito do reinado de Nero, Aurélio Vítor passou a se ocupar das guerras civis ocorridas entre os anos de 68 e 69. A princípio, o historiador demonstrou simpatia por Galba; este, ao se apoderar do *imperium*, teria impedido que os desvarios de Nero – como a intenção de transferir a capital do Império, por exemplo – se concretizassem

⁷⁷ González del Campo (2009, p. 44) aponta que a figura de Trajano, em meio à historiografia latina do século IV, foi largamente utilizada como um modelo a sustentar o elogio direcionado a outros imperadores.

⁷⁸ É evidente, porém, que tal análise não se aplicaria àqueles que fossem rotulados como “usurpadores”. Além disso, a concepção que expusemos reforça a ideia de que, para Aurélio Vítor, importava apenas o agente histórico na condição de “*purpurati*”, de tal monta que se prescindia de elementos biográficos, como aqueles relativos às origens, à formação e mesmo ao falecimento de um indivíduo. Importava, logo, abordar a figura de um imperador apenas a partir do instante em que tal personalidade preenchesse um espaço no interior das esferas de poder e, pois, reunisse a possibilidade de condicionar, de modo positivo ou negativo, o devir da sociedade imperial. Por fim, poder-se-ia aventar que Aurélio Vítor ansiasse por não se indispor com os soberanos de seu tempo. Vale lembrar que Constâncio II havia sido associado ao poder, enquanto *César*, quando não havia completado ainda seu sétimo ou nono ano de vida, ao passo que Juliano contava com a idade de vinte e quatro anos no momento em que alcançou a dignidade imperial em novembro de 355.

(*Hist. abbrev.* 5.15). No entanto, Galba teria empreendido toda a modalidade de crimes, quando alcançou a cidade de Roma e, assim, frustrado qualquer expectativa de que fossem revertidas as condições ímpias que marcaram os governos de seus antecessores.⁷⁹ A partir de então, entravam em cena os militares, no papel que Aurélio Vítor lhes atribuiu com insistência. Insinuou-se que os soldados, mediante o suborno de Otão, eliminaram um não menos cúvido Galba (*Hist. abbrev.* 6.2). Pouco tempo depois, eclodiria uma batalha em que Otão veio a ser derrotado por Vitélio e, neste ínterim, Vespasiano também foi aclamado imperador (*Hist. abbrev.* 7.2; 8.2).

A explicação que Aurélio Vítor forneceu para a emergência de diferentes pretendentes ao trono, após a morte de Galba, se baseava em um pressuposto simples, qual seja, a inconstância dos soldados. Impressionados com as eminentes virtudes de Vespasiano, as coortes na Síria teriam apoiado a empresa de Vespasiano, tal como a guarda pretoriana havia feito em relação a Otão. Por outro lado, as legiões estacionadas na Germânia deram suporte a Vitélio. A informação mais relevante, porém, reside no fato de que Aurélio Vítor escrevesse que Vespasiano igualmente assumiu a púrpura por instigação dos legados dos exércitos da Mésia e da Panônia, os quais, depois de tomarem ciência da ascensão de Otão e de Vitélio, “emularam [os pretorianos e os legionários germânicos], *tal como estão acostumados a agir entre si*, e para que não parecessem diferentes, compeliram Vespasiano [...]” (*Hist. abbrev.* 8.2-3, grifo nosso). Ou seja, as disputas pelo poder imperial que movimentaram os exércitos provinciais no ano de 69 se resumiriam a um “mau hábito” dos militares, a uma inclinação à desordem que promoveriam em benefício próprio.

Feito isto, o historiador introduziu em sua obra a primeira de suas curtas digressões, na qual se destacaria que:

Todos estes [príncipes], os quais abordei brevemente, e principalmente aqueles da família dos Césares, foram tão cultos nas letras e também na eloquência (*adeo litteris culti atque eloquentia fuere*), de tal modo que se não fossem todos [eles], com exceção de Augusto, demasiadamente [entregues] aos vícios (*uitiis nimii*), tão grandes habilidades teriam seguramente acobertado módicos ultrajes. Ainda que seja suficientemente aceito que os costumes importam mais que estas coisas (*quis rebus... praestare mores*), não obstante todo homem bom, em especial o sumo governante (*praesertim summo rectori*), necessita de cada uma das duas coisas em conjunto, se possível: mas se, pelo contrário, o modo de vida é

⁷⁹ Cf. *Hist. abbrev.* 6.2. A libertinagem e a crueldade de Galba se mostraram ainda mais abomináveis “na medida em que ofendem de forma mais grave aqueles de quem deliberadamente era esperado que fossem mais agradáveis”. Tal ponto de vista também pode ser notado em *Hist. abbrev.* 40.30, no que concernia, a julgar pela estrutura da narrativa, a Constantino.

degradado enormemente, ao menos se arrogue o prestígio da elegância, bem como da erudição (*Hist. abbrev.* 8.7-8).

De acordo com C. Starr (1956, p. 581), Aurélio Vítor manifestava uma tendência do pensamento pagão no século IV, em meio a qual “*dignity and public advancement were quite commonly connected [...] with the possession of a veneer of classical culture*”. Ora, na medida em que os soberanos reuniram a capacidade efetiva de condicionar os rumos da história do Império, os mesmos teriam que, igualmente, posicionar-se enquanto bastiões da cultura romana. A “cultura”, neste caso, concerniria às atividades reputadas como bem quistas ou “elevadas” na sociedade imperial, fruto do engenho humano e que, pois, poderiam ser praticadas e transmitidas. Em resumo, a literatura e os gêneros por ela abrangidos.⁸⁰ Assim sendo, em *Hist. abbrev.* 8.8 nos deparamos com uma exortação dirigida a todos os “*boni*”, sobremaneira os imperadores, instigando-os a se embrenharem pela trilha das *belles lettres*.⁸¹

Por isto, o historiador não se furtaria a ressaltar a refinada cultura dos Júlio-Cláudios. Ademais, Augusto não seria encarado apenas como uma exceção no que dizia respeito à desmedida imoralidade que caracterizaria todos os monarcas que antecederam a Vespasiano (cf. *Hist. abbrev.* 8.7). O primeiro imperador romano também teria incentivado “os homens doutos, que eram abundantes” (*doctorum, qui abunde erant*) nos tempos em que ele governava (*Hist. abbrev.* 1.5). Este quadro, entretanto, conheceria alterações no decurso da história imperial. Bird (1984, p. 75) propõe que Aurélio Vítor, ao assinalar os tumultos e a inversão de valores que se seguiriam à morte de Severo Alexandre, teria sinalizado também o declínio das artes liberais, uma vez que os “imperadores-soldados” que se avolumaram após 235 foram retratados nas *Historiae abbreviatae* como indivíduos, basicamente, incultos.⁸²

⁸⁰ Pautamo-nos aqui “no sentido especializado de cultura” sobre o qual escreve R. Williams (1994, p. 13), que tange aos fenômenos intelectuais e artísticos, às formas tradicionais de produção do intelecto humano, as quais, por sua vez, se inserem em um sistema signifiante mais geral.

⁸¹ A menção feita por Aurélio Vítor aos “homens bons”, não deve ser tomada como limitada aos círculos sociais superiores; um varão culto como o próprio historiador seria contemplado dentre os *boni*. Isto estabeleceria uma nítida clivagem social, de modo que o *miles*, por exemplo, não poderia se confundir com um “homem bom”. Por outro lado, a ênfase colocada na figura do imperador reiterava a perspectiva de que aquele se situaria como um centro polarizador de expectativas e referências sociais de toda a sorte. Deste modo, a incitação que Aurélio Vítor dirigiu aos *summi rectores* pode ser compreendida como um apelo para que os *boni* não fossem marginalizados no tocante aos assuntos públicos. Ao menos no plano do discurso, Constâncio II e Juliano teriam defendido uma ótica similar. Uma medida datada do ano de 360 que, ao que parece, estabelecia alguns parâmetros para estimular o ingresso de indivíduos letrados no corpo burocrático imperial, proclamava que “o domínio das letras é a maior de todas as virtudes” (cf. *Cod. Theod.* 14.1.1).

⁸² A confusão que consumiria o Estado romano depois do fim da dinastia Antonina/Severiana seria marcada, entre outros, pela emergência de homens que “[...] escandalosamente põem a perder o conhecimento das boas artes” (cf. *Hist. abbrev.* 24.10). Por certo, ao menos Maximino, o Trácio, se encaixaria plenamente à proposta efetuada por Bird.

A despeito da validade dos argumentos elencados por Bird, faz-se preciso matizar ligeiramente sua proposição. Schetter (1994, p. 152) salienta que Caro e seus filhos procuraram alimentar uma imagem de si mesmos como literatos e amantes das artes e das tradições romanas. Caro e Carino, inclusive, promoveram jogos para o deleite da população da *Urbs*. Quiçá influenciado, de alguma forma, por tais acontecimentos, Aurélio Vítor definiu o *César* Numeriano como “*bonus facundusque*” (*Hist. abbrev.* 39.13), isto é, “bom e eloquente”, em uma referência aos possíveis talentos oratórios do jovem imperador.⁸³

Similarmente, Aurélio Vítor elaborou um discurso em meio ao qual Constantino e Constâncio II se elencavam, à primeira vista, como modelos de *eruditio*, tal qual os Júlio-Cláudios do passado. Logo, em *Hist. abbrev.* 40.13 nos defrontamos com um comentário que emulava os termos apresentados na digressão que assinala o término do primeiro intervalo temporal que, a nosso ver, Aurélio Vítor havia definido em seu texto (cf. *Hist. abbrev.* 8.7-8). Isto é, se reiterava a necessidade da *eruditio*, da *elegantia* e da *comitas*, “especialmente para os príncipes” (*praesertim principibus*), qualidades estas que “tinham proporcionado glória eterna a Ciro, rei dos persas”. Na continuidade da narrativa, Aurélio Vítor insinuaria que Constantino partilhava destes predicados que confeririam “*aeterna gloria*” aos homens (*Hist. abbrev.* 40.14).

Rufus Fears (1974, p. 265) aponta que a menção ao persa Ciro desnudava um ponto de vista bastante usual durante a Antiguidade. A partir da era helenística, o citado rei foi celebrado, entre gregos e romanos, como um modelo de bom monarca, afeito aos ditames da retidão e da justiça que animavam o pensamento estoico.⁸⁴ Essa representação canônica tangente a Ciro, que aplainava as diferenças existentes entre circunstâncias históricas e sociedades distintas⁸⁵, ilustrava a ideia de que os valores pertinentes à “*ciuilitas*” – tais como

⁸³ Schetter (1994, p. 153) assegura que o ignoto responsável pela *HA*, em relação a personagens sobre as quais dispunha de pouca informação relevante, adotou o procedimento de transformar tais figuras em modelos de erudição. Tal seria o caso, diz Schetter, no que respeitava a Numeriano, designado como um varão “notável por sua eloquência” (*eloquentia praepollens*), que mesmo quando criança se mostrava capaz de declamar discursos em público (*HA, Car.* 11.1). É difícil, no entanto, afirmarmos em que medida tal concepção seria válida para as *Historiae abbreviatae*. Seja como for, a valorização de Numeriano no interior da narrativa de Aurélio Vítor se vinculava ao engrandecimento do imperador Diocleciano, a quem se atribuiu a eliminação de Apro, prefeito do pretório e sogro do jovem Numeriano, que teria causado a morte de seu egrégio genro (cf. *Hist. abbrev.* 38.6; 39.13). Ou seja, a ação empreendida por Diocleciano seria reputada por legítima, uma vez que havia vingado o crime que se impetrara contra um “*bonus uir*” como Numeriano.

⁸⁴ A presença de Ciro nas *Historiae abbreviatae* ratifica a afirmação postulada por Ruggini (2001, p. 243) de que os romanos, em que pesem os embates travados contra os sassânidas a partir da primeira metade do século III, raramente enxergaram os persas como “bárbaros” – ao contrário do que ocorreria em relação aos povos germânicos –, distanciando-se, pois, das concepções forjadas entre os helenos no contexto das Guerras Médicas.

⁸⁵ Se trata de uma evidência acerca do tipo de pensamento que animava a composição de obras históricas na Roma antiga, “[...] in which ‘great men’ are judged in more or less timeless terms that minimize the importance of specific historical cultures for understanding the meanings of men’s actions, which are taken to be transparent and unproblematic” (SALLER, 1991, p. 161).

a *eruditio*, a *elegantia* e a *comitas* – confeririam fama duradoura àqueles que os cultivassem. Aurélio Vítor rememorava um *exemplum* de governante, extraído de um passado longínquo e que não concernia à história romana, cujo renome superava as armadilhas do obliúvio imposto pelo tempo graças a virtudes, em essência, não marciais. A inserção da figura de Ciro atendia aos propósitos do historiador no sentido de demarcar os predicados necessários (mas não os únicos) a um bom soberano, e não se voltavam estritamente ao enaltecimento de Constantino.

O mesmo pode ser afirmado, a nosso ver, no que se referiria a Constâncio II. Por ocasião da emergência de Vetrânio, em meio ao contexto da usurpação de Magnêncio em 350, Aurélio Vítor elaboraria versículos dos mais significativos no interior das *Historiae abbreviatae*, tal como se segue:

[...] naquela época Vetrânio, inteiramente desprovido de letramento (*litterarum prorsus expers*) e de um caráter bastante bruto, e por tal razão um péssimo [homem] dada à sua rústica insensatez (*agresti uecordia*), enquanto se encarregasse dos soldados por causa do comando da infantaria no Ilírico, se assenhoreara do poder de forma ímproba, [embora] houvesse surgido dos locais mais inóspitos da Mésia.

Aproximadamente no décimo mês após o ocorrido, pela força da eloquência de Constâncio II, foi deslocado [Vetrânio] do poder imperial (*deiectum imperio*)⁸⁶ e [Constâncio II] o relegou ao ócio da vida privada. Tal glória, desde o nascimento do Império, processou-se de maneira única por causa da oratória e da clemência. Pois, quando grande parte dos exércitos de ambos teria se reunido, mantida como uma espécie de audiência em um julgamento⁸⁷, aquilo que normalmente era obtido com dificuldade ou com muito sangue, [Constâncio II] realizou por meio da eloquência (*eloquentia patrauit*). Tal fato ensinou adequadamente que *não somente na paz, mas em verdade na guerra, a capacidade oratória (dicendi copiam) efetivamente importa*; graças a apenas isto são superadas com facilidade inclusive [as tarefas] mais árduas, se a moderação e a integridade se sobressaíssem (*Hist. abbrev.* 41.26-42.1-4, grifo nosso).

Aurélio Vítor traçou um jogo de contrastes entre dois arquétipos, o “*miles*” de um lado, e o “*ciuilis princeps*”, de outro. Sendo assim, Vetrânio foi apresentado como um homem “*inculto*”, ou propriamente “*analfabeto*” (*litterarum expers*), “*néscio*” (*stolidus*), cuja “*rusticitas*” derivava do fato de ter nascido nos rincões mais ermos da Mésia, província afastada dos centros urbanos da orla mediterrânica. Em que pese tudo isso, Vetrânio exercia

⁸⁶ A expressão “*deiectum imperio*” sugere que se reconhecia o fato de o usurpador ter atingido a dignidade positiva dos “*purpurati*”, distinguindo-se, portanto, de um mero rebelde ou insurgente (ESCRIBANO, 1997, p. 90). Desta maneira, se amplificava na narrativa as circunstâncias em que Vetrânio teria sido persuadido a abrir mão do *imperium*, do qual havia se apoderado de modo ilegal.

⁸⁷ Sancho Gómez (2008, p. 95) aponta que o relato composto por Aurélio Vítor, que veiculava a ótica de que Constâncio II discursou perante soldados agrupados como se estivessem em um julgamento ou participassem de uma assembleia, tencionava imitar certos episódios narrados por Homero na *Ilíada*, de forma a salientar ao máximo a importância do fato que se reportava.

um relevante ofício nos meandros do exército romano, o de *magister peditum*, em uma área crucial para a defesa militar do Império, qual seja, a Ilíria. Enfatizava-se, assim, a percepção de “barbarização” do exército imperial, processo este cujos primórdios Aurélio Vítor fez remontar ao tempo de Calígula e Cláudio.

Além disso, ao contrário do que se observa, por exemplo, em relação ao imperador Maximino, o Trácio, o historiador optou por informar a qual local se remontariam as origens do usurpador Vetrânio. Ao indicar que o insurgente advinha de uma região geograficamente limítrofe com o “*barbaricum*”, Aurélio Vítor reforçou a imagem de barbarismo veiculada ao rival de Constâncio II. Ou, se assim se quiser, a referência às raízes de Vetrânio pode ser tomada como um artifício empregado a fim de que se salientasse aos leitores a condição “não romana” do usurpador, embora este tivesse nascido no interior do Império. Vetrânio equivaleria, pois, ao modelo acabado do “militar, provincial e bárbaro” que, nas *Historiae abbreviatae*, exprime uma ameaça à paz e à ordem interna da sociedade imperial.

Por sua vez, Vetrânio teria sido confrontado por um soberano “eloquente”, “clemente” e “moderado”. Posto isto, Constâncio II foi retratado conforme os preceitos do ideal de “*ciuilis princeps*”, em oposição à rusticidade inerente a seu adversário.⁸⁸ No entender de Lana (1979, p. 22), a formação retórica de Aurélio Vítor o impelia a ajuizar que, sobre a arte da oratória, repousaria a verdadeira capacidade de ação política de um governante dos romanos. A deposição de Vetrânio, como exposta na narrativa, visava ilustrar tal perspectiva. A aquisição de habilidades no campo da retórica, no entanto, se processava nos ambientes citadinos, e não nos meandros dos acampamentos militares. Sendo assim, a manutenção da estabilidade social, recorrentemente posta em xeque por parte dos *milites* que se insurgiam, deveria ser alicerçada sobre predicados que, em geral, escapavam ao cotidiano daqueles que se dedicavam à vida militar, assim como sobre virtudes “negativas” (considerando-se o *ethos* marcial), como a prudência e a moderação. Enfim, Aurélio Vítor ansiava por transmitir ao público leitor a lição de que a clemência e a eloquência assegurariam a paz do Império, e não a violência das armas.⁸⁹

Logo, preconizamos que Aurélio Vítor advogava pela necessidade de um imperador “*pacifista e borghese*”, tecendo, para tanto, uma representação estilizada de Constâncio II na

⁸⁸ Todavia, Amiano Marcelino (21.16.4) dizia que Constâncio II nutriu pretensões literárias, mas que, dotado de um árido talento, compôs versos que coisa alguma possuíam de notável. Cf. também Bowersock (1978, p. 40).

⁸⁹ Exatamente por isto, seria possível que o mundo romano prescindisse de seus soldados (cf. *Hist. abbrev.* 37.3). O historiador proclamou tal ideia por ocasião das revoltas de Saturnino, no Oriente, e Bonoso, em Colônia, oficiais militares que reclamaram a púrpura durante o reinado de Probo. Naquele ensejo, escreveu Aurélio Vítor que “*depois de ter recuperado e pacificado todos estes territórios [ie., as áreas supracitadas], se conta que [Probo] disse que em breve os soldados não mais fariam falta*”. O *exemplum* que o historiador manipulou a partir da *persona* de Constâncio II esclarece em qual eventual sentido a soldadesca não mais seria necessária.

qual se enalteciam virtudes, sobremaneira, éticas – ou seja, uma verdadeira antítese do Aquiles homérico, do herói guerreiro por excelência. Disto resultava a exaltação de qualidades como a *clementia*, a *modestia* e a *eloquentia*. Como escreve Ruggini (2001, p. 246-247), “*si trattava di virtù che i pensatori politici ritenevano ormai ‘cardinali’ per un principe, fonte di una legittimità legata molto più alla natura personale del sovrano che non ai fondamenti costituzionali – astratti e disumanizzanti – del suo potere*”. Neste sentido, ajuizamos que a contraposição entre um imperador erudito e cidadão e seu adversário, belicoso e barbarizado, que ganha forma, respectivamente, a partir das figuras de Constâncio II e de Vetrânio, se caracteriza na obra como um instrumento mediante o qual Aurélio Vítor desejava, de modo consciente, transmitir uma lição aos contemporâneos.

Formulado à maneira de um *exemplum*, o episódio relativo à vitória de Constâncio II sobre o usurpador Vetrânio comportaria uma solução não bélica, idealmente concebida, para o problema das guerras civis, que se revelava endêmico nas províncias ocidentais nos meados do século IV. Desta forma, mais do que uma exortação à *persona* do soberano reinante, concluímos que Aurélio Vítor forjou uma resolução simbólica, no plano da narrativa, à questão da *potentia* amealhada pelos militares no decorrer da história do Império romano. Por isto, o historiador haveria de destinar uma posição estrutural enfática para que se inserisse a representação deste governante “*pacifista e borghese*”: ao final do texto, destinado à história do tempo presente, de modo a estabelecer um diálogo direto com os seus potenciais leitores.⁹⁰

Logo, a arte da retórica congregaria um peso maior do que a arte militar. Isto é, o poder das palavras de Constâncio II sobrepor-se-ia ao poder das armas de Vetrânio.⁹¹ Em última análise, porém, o historiador propunha um desenlace quimérico para uma sensível problemática, tal como indicada por Rowland Smith (2011, p. 138): a integração, no seio da largamente urbanizada sociedade imperial, da nova e ascendente aristocracia composta por

⁹⁰ Pausch (2004, p. 334), ao analisar os autores do século II, aponta que o delineamento de posições enfáticas constituía um importante recurso retórico, um instrumento de transmissão de normas sociais que permitiria fundamentar uma comunicação entre a narrativa e o público leitor. A análise de Pausch, a nosso ver, pode ser empregada para o relato concernente à deposição de Vetrânio, como visto nas *Historiae abbreviatae*. O destaque concedido aos dons oratórios e a clemência, que Constâncio II teria exibido por ocasião da deposição de Vetrânio, serviria como um alerta em relação ao contexto mais específico em que se elaborava a obra, marcado pelas animosidades que envolviam o próprio Constâncio II e seu primo Juliano. Assim sendo, Aurélio Vítor apontava aos leitores sobre quais bases, em seu entender, deveria repousar a ação política dos contendores, Constâncio II e Juliano, no momento específico em que se compunha a obra.

⁹¹ Julgamos que os objetivos acalentados por Aurélio Vítor, que envolviam o favorecimento de uma educação letrada que conduziria à formação de um exímio e persuasivo orador, representavam um produto da concepção que o historiador fazia de si mesmo. Como esclarece Woolf (1998, p. 12-13), o domínio dos elementos associados à cultura (retórica) romana fornecia a um homem os meios para contemplar suas ambições, mas, ao mesmo tempo, passava a determinar, em alguma medida, quais seriam as expectativas que esse indivíduo gostaria que se concretizassem no corpo social.

militares de profissão, que emergiu no âmago das crises sociais dos meados do século III e assumiu feição melhor definida a partir das reformas de Diocleciano.

Além disso, Lana (1979, p. 22-23) considera que, nas *Historiae abbreviatae*, os imperadores poderiam ser separados em dois grupos, os “*docti*” e os “*indocti*”, de maneira que no primeiro se reuniriam os considerados “bons” príncipes e, pelo contrário, no segundo se reuniriam os “maus”. Entretanto, tal análise se revela equivocada e não contempla, em sua amplitude, as reflexões efetuadas por Aurélio Vítor. Tanto em *Hist. abbrev.* 8.8 quanto em *Hist. abbrev.* 42.4, observa-se a formulação de um discurso em que os “*mores*”, ou seja, os costumes e os modos de vida, sobrepujavam a “*doctrina*”, a “educação letrada”, ainda que o historiador condenasse a rudeza e a ignorância de varões como Vetrânio.

A relação entre os “*mores*” e a “*doctrina*” havia sido, à guisa de ilustração, trabalhada por Cícero em suas *Disputas tuscultas*. Julgamos que as considerações ciceronianas se mostram úteis para a leitura que pode ser desenvolvida a respeito do posicionamento adotado por Aurélio Vítor. Isto posto, no capítulo inicial do livro 1 das *Disputas tuscultas*, o orador tardo-republicano conclamava a superioridade do modo de vida romano se cotejado com o grego. A fim de sustentar sua assertiva, Cícero estabeleceu uma distinção entre o que seria natural ao indivíduo e aquilo que poderia ser aprendido. Neste ensejo, se afirmava que os “*mores*” e as “*instituta uitae*”, que os ancestrais romanos legaram aos pósteros, sobrepor-se-iam às práticas dos helenos em todos os aspectos, incluindo-se as “*res militares*”. Em suma, por meio de uma pergunta retórica, Cícero postulava:

Quanto a essas coisas que não são alcançadas pelas letras (*litteris*), mas pela natureza (*natura*), nem os gregos, tampouco qualquer outro povo, se aproximam de nós. Pois qual povo possuiu tamanha gravidade (*gravitas*), tamanha firmeza de caráter (*constantia*), grandeza de espírito (*magnitudo animi*), probidade (*probitas*), boa fé (*fides*), tão distintas virtudes de toda espécie, que pudesse ser comparado com nossos ancestrais (*maioribus nostris*)? (Cic., *Tusc.* 1.1.2).

Contudo, se atestava que os gregos suplantavam os romanos em *doctrina* e em todos os gêneros literários, muito embora porque desconhecera rivais, na medida em que os romanos passaram a se dedicar às artes liberais muito tardiamente (Cic., *Tusc.* 1.1.3). Portanto, a *doctrina* surgiria, podemos assim definir, como um fenômeno social. O esquema ciceroniano se pautava em uma diferenciação entre aspectos que hoje definiríamos como “culturais”, de forma que Cícero havia concebido a existência de elementos que seriam externos e internos ao homem. Dentro deste enquadramento, o domínio das letras tangeria a um dos fatores externos, na medida em que não integrava a “romanidade” de uma maneira

natural e, sim, se incorporava a ela por meio de um processo de aprendizagem. Valores morais e padrões de conduta, por sua vez, eram reputados por Cícero como “naturais”, como se constituíssem um traço inato, próprio do “ser romano”, a ser repassado de geração para geração. Portanto, se conferiam espaços distintos à “*disciplina*” e aos “*mores*”, ao contrário do que atualmente qualquer antropólogo ou cientista social preconizaria.

Pois bem, se considerarmos os argumentos apresentados por Cícero, a transformação nos “*mores*” romanos contemplaria uma mudança na essência daquilo que definiria o “ser romano”. Isto justificava a perenidade da concepção de que os “antepassados” haviam transmitido as práticas e as virtudes “verdadeiramente” romanas, que teriam de ser emuladas pelos pósteros e, dentre estes, em particular pelas lideranças que se elevavam no âmago da sociedade romana. Significa dizer, pois, que “*the leading men bear the heavy responsibility of setting a model to society*” (WALLACE-HADRILL, 2000, p. 9).⁹²

Nestes termos, a corrupção moral de todos os imperadores que antecederam Vespasiano redundaria na degradação de toda a vida pública. As deficiências morais dos governantes reduziriam a eficiência da administração e colocavam em risco a segurança e a estabilidade do Estado (EARL, 1984, p. 118). Portanto, dada a gravidade dos vícios em que teriam se envolvido os Júlio-Cláudios, com exceção de Augusto, nem mesmo a vasta cultura que possuíam lhes asseguraria um juízo favorável. No entender de Aurélio Vítor, poder-se-ia tolerar as faltas de um imperador erudito, desde que consideradas de menor importância (cf. *Hist. abbrev.* 8.7). Logo, as décadas inaugurais da época imperial – quer dizer, a primeira etapa que o historiador delimitou no curso da narrativa – emergem sob um prisma assaz negativo, na medida em que o desvirtuamento moral dos *principes* simbolizava o esvaziamento da autoridade política efetiva. Disto decorreria que Aurélio Vítor não manifestasse, por exemplo, objeção alguma quanto ao fato em si de Calígula ter sido assassinado (cf. *Hist. abbrev.* 3.15). Em outras palavras, o julgamento moral destes monarcas também implicava, como aclara Humphreys (2002, p. 82), uma avaliação a respeito de seus governos e da época em que haviam reinado.

Em razão disto, caberia ao “eloquente” e não menos “ilibado” Vespasiano⁹³ restituir a ordem no “*orbis Romanum*”, comprometida pelos desmandos provocados pelos descendentes de Augusto e pelas guerras civis que se seguiram ao suicídio de Nero. Advindo de uma

⁹² Tal noção foi cabalmente ilustrada em *Hist. abbrev.* 9.5: Aurélio Vítor assegurava que Vespasiano havia alcançado a façanha de suprimir a maior parte dos vícios por causa de seu próprio exemplo de vida.

⁹³ Cf. *Hist. abbrev.* 9.1: “*Vespasianus, sanctus omnia, facundiae [...]*”.

“*familia noua*” de Reate (Rieti)⁹⁴, Vespasiano teria sido considerado muito nobre em razão dos feitos e das ações que logrou desempenhar em tempos de paz e de guerra (*Hist. abbrev.* 8.4). Aurélio Vítor assim apresentou o varão que, tornado imperador, “[...] reconstruiu em pouco tempo um mundo há muito esgotado e fatigado” (*Hist. abbrev.* 9.1).

Pensando nos termos da metáfora do pêndulo, Vespasiano emerge na obra como o primeiro dentre os monarcas a efetivamente garantir a boa, e moralmente adequada, governança do Império, em contraposição a seus antecessores. Superada a arbitrariedade dos Júlio-Cláudios, Aurélio Vítor conceberia a ascensão de Vespasiano como o ponto de partida de um novo estágio no desenrolar da história imperial, caracterizado pela excepcional clemência demonstrada tanto por Vespasiano, quanto por seu sucessor imediato, Tito (cf. *Hist. abbrev.* 9.2-3; 10.3). Desta maneira, se esboçava um contraste com aquilo que havia sido observado no relativo às épocas de Tibério, Calígula ou Nero.

Pois bem, a ideia de que Vespasiano restituiu um mundo “*exsanguem fessumque*” parece lançar uma imagem de que a sociedade corresponderia a um organismo vivo, a ser regenerado.⁹⁵ Por sua vez, o Império romano com o qual Aurélio Vítor estava familiarizado se associava umbilicalmente à vida cidadina. Daí que se advogasse, no texto, em favor de Vespasiano, que teria exigido o pagamento temporário de novos tributos a fim de reverter a situação com a qual ele havia se deparado ao assumir a púrpura, marcada pela espoliação do erário e pela ruína das cidades (*aerarii inopia ac labe urbium*) (*Hist. abbrev.* 9.6). Na sequência, o historiador endossaria a ótica da renovação imperial, ao escrever que:

Por todas as terras em que impera a lei romana, cidades foram reconstruídas com extraordinário embelezamento (*per omnes terras, qua ius Romanum est, renouatae urbes culta egregio*) [...]. Tantos e tão grandes [feitos], completados em pouco tempo, deixaram intactos os camponeses, e demonstram mais a prudência do que a avareza⁹⁶ [...] (*Hist. abbrev.* 9.8-9, grifo nosso).

⁹⁴ Ao mencionar que Vespasiano pertencia a uma família de “*homines noui*”, o historiador retomou a oposição entre a “nobreza de obras” e a “nobreza de sangue”, tão cara, por exemplo, a Salústio (cf. *Iug.* 85.5). Ideia similar pode ser vista em *Hist. abbrev.* 33.30. Para tanto, cf. Cap. 4, p. 276, n. 20. Por seu turno, a indicação feita à localidade de origem de Vespasiano (Reate, lugar relacionado aos antigos sabinos, situada nos planaltos centrais da Península Itálica) ratificava as diferenças entre o novo imperador, que pertencia à aristocracia romano-italica, e a predecessora dinastia Júlio-Cláudia.

⁹⁵ Quanto ao uso de concepções orgânicas no tocante à evolução da história de Roma, ver Cap. 4, p. 287 ss. Faz-se escusado sinalizar, por ora, que tamanha assimilação do devir dos Estados com a vida dos seres vivos servia como justificativa para a adoção de uma política tanto conservadora, uma vez que os homens de Estado deveriam se esforçar para salvaguardar as instituições públicas, quanto reformadora, na medida em que as formas institucionais deveriam ser perpetuamente adaptadas às novas circunstâncias, incorrendo no risco, do contrário, de ruírem (GRIMAL, 1985, p. 237-238).

⁹⁶ A ideia de que Vespasiano não havia molestado os camponeses, embora (por necessidade) tivesse criado novos tributos, se contrapõe às atitudes de “maus” imperadores como Maxêncio, que teriam dilapidado os “*cultores*” a fim de sustentar seus gastos excessivos (cf. *Hist. abbrev.* 40.24) ou mesmo à conduta dos gananciosos *actuarii*

Sherwin-White (1973, p. 458) destaca que a passagem acima evidencia o fato de que Aurélio Vítor concebera o “*orbis Romanum*” como sinônimo de lei e de vida urbana.⁹⁷ Neste sentido, porquanto as *urbes* fossem reedificadas no interior do Império, uma das expressões do poderio romano voltaria a vigorar de maneira plena: o *ius*, uniformemente aplicado sobre os territórios que repousavam sob o domínio hegemônico de Roma. Logo, a reorganização das cidades implicava, no plano político, o reestabelecimento da ordem social e dos valores que a sustentavam.

Por outro lado, todo este processo envolvia uma emulação da *Urbs* por excelência. Ao mencionar a “ruína das cidades”, Aurélio Vítor listaria, na continuidade da narrativa, uma série de intervenções arquitetônicas e urbanísticas que Vespasiano promoveu no interior da própria cidade de Roma (*Hist. abbrev.* 9.7). Quiçá o historiador abordasse, indiretamente, aquilo que Inglebert (2002, p. 242) define como “imitação institucional e cultural de Roma”, que havia se desenrolado nas provinciais ocidentais do Império e que, igualmente, assinalava uma expressão de lealdade, por parte das elites locais, em relação ao centro do poder político. Sendo assim, nos limites da narrativa das *Historiae abbreviatae*, a restauração do Estado romano empreendida por Vespasiano exprimiria um retorno aos costumes e às práticas tradicionais⁹⁸, as quais, por seu turno, se concretizariam mediante a imposição da lei e a ornamentação das cidades (SHERWIN-WHITE, 1973, p. 457-458)⁹⁹, a começar pela *Urbs*.

Por fim, ao reconhecer a prudência, a eloquência e outras qualidades de Vespasiano, Aurélio Vítor transmitia a tradicional percepção de que os imperadores que se posicionavam enquanto modelos de civilidade também deram mostras de respeito à ordem social estabelecida. Tal é o ponto de vista por intermédio do qual o reinado de Tito viria a ser apresentado aos leitores. O interesse do historiador, no que tangia a época de Tito, se voltava para a manutenção da paz interna, que havia sido reconstituída sob Vespasiano. Daí que se

---

os quais, segundo Aurélio Vítor, atentavam contra o bem-estar daqueles que viviam nas áreas rurais, em meados do século IV (cf. *Hist. abbrev.* 33.13). Ao defender as medidas fiscais adotadas por Vespasiano, o historiador dialogava com a perspectiva, comum entre os autores antigos, de que todo aumento nos níveis de taxaço significava uma ação intolerável e extorsiva que recairia sobre os ombros dos cidadãos romanos. Para tanto, ver S. Williams (1997, p. 124).

⁹⁷ À guisa de ilustração, Aurélio Vítor declarou, em *Hist. abbrev.* 30.29, que “enquanto houver cidades” (*dum urbes erunt*), os piores imperadores seriam reputados como iguais ou semelhantes a Galieno. Ou seja, o mundo romano confundir-se-ia com as cidades e, por extensão, com as práticas associadas ao universo citadino. Isto resultava em uma agudização do discurso que divide, em lados opostos, a “*humanitas/ciuitas*” e a “*rusticitas*”, tomada enquanto manifestação de “barbarismo”. Ademais, a concepção do “viver sob a lei dos romanos” exprimiria um corte entre aqueles que se situavam sob os auspícios de Roma, quer dizer, da “civilização”, e os indivíduos que desconheciam os padrões romanos, os “bárbaros” exteriores.

⁹⁸ Não por acaso, Aurélio Vítor inseriu a informação de que Vespasiano, no uso de suas atribuições enquanto censor, excluiu do Senado os homens mais infames, “*de acordo com o costume dos antigos*” (*more ueterum*) (cf. *Hist. abbrev.* 9.9, grifo nosso).

⁹⁹ Suetônio (*Vesp.* 8.1) afirmou que Vespasiano considerava como tarefa primordial o fortalecimento do Estado romano, que perigosamente balançava, para em seguida embelezá-lo.

relatasse que Tito, uma vez entronizado, teria garantido por meio de um edito o direito dos cidadãos romanos sobre suas propriedades, tal como Vespasiano procedera no passado (*Hist. abbrev.* 10.2). Nas *Historiae abbreviatae*, Tito correspondia a um emulador de seu pai, mas que, não obstante, o havia superado “nas letras, na clemência e nas benesses ofertadas” (*Hist. abbrev.* 10.1). Por isto, a morte de Tito teria sido motivo de profundo pesar em todas as províncias, de tal forma que o teriam chamado de “deleite da raça humana” (*generis humani delicias*), como exposto em *Hist. abbrev.* 10.6.¹⁰⁰

Domiciano, contudo, não seguiria os passos de seu pai e de seu irmão. A perspectiva da “*dissimulatio*” do governante tirânico pode ser observada em *Hist. abbrev.* 11.3, passagem em que Aurélio Vítor atestava que, no princípio de seu reinado, Domiciano simulou clemência – virtude característica de Vespasiano e de Tito, nos termos da narrativa – e mostrou-se tolerante e ativo na condução dos assuntos públicos. Entretanto, se salientava que a devassidão do soberano teria sido verificada ainda nos tempos da mocidade do imperador, tal como se nota com o emprego da expressão “*maculosae adolescentiae*” (cf. *Hist. abbrev.* 11.1). Trata-se de um detalhe significativo, que destoava dos modos do discurso comumente observados na narrativa, na medida em que Aurélio Vítor se ocupava em delinear o caráter dos indivíduos somente a partir do momento em que atingiam a dignidade imperial. Ao que parece, Aurélio Vítor objetivava ressaltar a índole deturpada de Domiciano, a fim de contrapô-lo a seu pai e a seu irmão e, pois, eximir Vespasiano e Tito de qualquer responsabilidade no que concernia aos desmandos de Domiciano.

Significa dizer que o último dos Flávios teria agido com desmesurada soberba em relação aos senadores (*Hist. abbrev.* 11.2).¹⁰¹ Não surpreende, neste ensejo, que Aurélio Vítor afirmasse que Domiciano, após afastar de si todos os “*boni uiri*”, chegasse ao ponto de perseguir batalhões de moscas, visto que, igualmente, não reuniria mais condições de aplacar os seus escandalosos desejos carnaais. De acordo com o texto, o próprio soberano teria denominado a prática de atos devassos a partir do vocábulo grego “*klinopálen*”, “luta na

¹⁰⁰ Deparamo-nos com uma reprodução, quase que literal, da frase com a qual Suetônio iniciou a biografia destinada a Tito (cf. Suet., *Titus* 1.1). O mote suetoniano “*amor ac deliciae generis humani*” reapareceu, com outras variações, em Eutrópio (“*amor et delicias humani generis*”, como se vê em 7.21.1) e no *Epitome* (“*deliciae atque amor humani generis*” (10.6)). Neste sentido, a expressão cunhada por Suetônio tornou-se, no século IV, uma espécie de divisa que se associava à figura de Tito no interior da produção historiográfica latina.

¹⁰¹ Tema recorrente em meio à historiografia senatorial, a “*superbia*” do “mau” imperador caminhava lado a lado com a falta de disposição em se reconhecer o mérito e a nobreza de (uma fração de) seus súditos e, pois, adequadamente recompensá-los. Para tanto, cf. Tac., *Agr.* 41.1; 41.4 (os êxitos militares de Agrícola encolerizavam um autocrata como Domiciano, instigado pela malícia de seus libertos). Isto se alinhava à ideia de que os imperadores cumpriam um papel de “operadores” de todo um sistema de concessão de “*honores*” e benefícios (MILLAR, 1992, p. 134) e, portanto, deveriam contemplar os indivíduos de acordo com a hierarquia estabelecida no seio da sociedade.

cama”. O tom anedótico do relato se complementava com a informação de que, à indagação sobre a presença de alguém no palácio, respondia-se que “nem sequer uma mosca, com exceção talvez na luta” (*Hist. abbrev.* 11.5-6).¹⁰² Vale ressaltar que o uso de termos gregos não se verifica em qualquer outra passagem contida nas *Historiae abbreviatae*. Isto conferia, pois, um verniz todo peculiar às anedotas supracitadas. Adams (2003, p. 202-203) postula que, no interior da literatura latina, por vezes se empregavam palavras gregas, ou em formato grecizado, como uma maneira de se referir a uma conduta sexual considerada deturpada, notadamente a passividade durante uma relação que englobasse apenas varões, como se se tratasse de desvios morais pertinentes aos helenos.

Ora, ainda que Aurélio Vítor não sinalizasse abertamente que a perversão de Domiciano equivaleria a um comportamento homossexual, a excepcionalidade da utilização de uma palavra grega, neste ponto da narrativa, sugere que o historiador se alicerçou sobre um recurso retórico similar ao mencionado por Adams.¹⁰³ Neste caso, se salientava a devassidão que caracterizaria a conduta do último dos Flávios.

Portanto, a *saeuitia* conduziria à queda de Domiciano. Uma conspiração articulada pelos libertos e pela adúltera esposa do imperador (Domícia, a quem Aurélio Vítor não nomeia) resultou na merecida morte de Domiciano, uma vez que o assassinato deste serviria como uma expiação de sua culpa, “*poenas luit*” (*Hist. abbrev.* 11.7). Em outras palavras, Aurélio Vítor não se desvencilhou da imagem canônica que foi construída a respeito da memória de Domiciano. Suetônio (*Vesp.* 1.1) já atestava que Domiciano, em função de sua crueldade, recebeu ao final de sua vida um castigo que lhe era devido. Mas talvez este panorama negativo derivasse, igualmente, de uma questão para a qual um autor como Aurélio Vítor dedicou grande atenção. Ao longo de seu reinado, Domiciano cultivou a imagem de enérgico comandante militar, intimamente identificado com as legiões. Nos quinze anos em

---

¹⁰² A técnica de abreviação empregada pelo historiador pode ser apreciada neste trecho da obra. O texto de Aurélio Vítor apresentava uma fusão entre duas anedotas, inteiramente distintas, que Suetônio reportou acerca de Domiciano. Em primeiro lugar, o biógrafo alto-imperial escreveu que o imperador, nos primórdios de seu reinado, costumava passar horas em completo reclusão, entretido tão somente em caçar moscas. Quando se questionava se havia alguém junto de Domiciano, Víbio Crispo usualmente respondia que “nem mesmo uma mosca” (Suet., *Dom.* 3.1). Posteriormente, Suetônio apontou ao final de seu texto que Domiciano seria lascivo em demasia, chamando pelo nome de “*klinopálen*” – “luta na cama”, como se de um exercício se tratasse – os intercursos sexuais em que tomava parte (Suet., *Dom.* 22.1). Em vista disto, podemos observar que as *Historiae abbreviatae* articulam duas anedotas que, originariamente, não mantinham relação entre si. O “hábito” de Domiciano de perseguir moscas é exibido, na obra de Aurélio Vítor, como ação que ilustrava o quão isolado se encontraria o imperador, em razão de sua crueldade perante os homens bons. O desvario do monarca, por seu turno, atingiria uma dimensão aberrante por causa da ideia de que Domiciano, desprovido de virilidade, faria do “envolvimento” com as moscas a sua nova forma de “luta”, isto é, de “relacionamento sexual”. O autor do *Epitome* também reportou todos estes elementos, mas, ao contrário do que se vê em Aurélio Vítor, não se estabeleceu no texto do ignoto breviarista uma ponte entre as duas anedotas (cf. *Epit.* 11.6-8).

¹⁰³ Malgrado o fato de se tratar de um vocábulo extraído da obra de Suetônio, como indicamos na nota anterior.

que governou o Império, se encarregou pessoalmente de uma série de campanhas militares e, se cotejado com os monarcas até aquele momento, passou um tempo razoavelmente considerável fora da cidade de Roma, cercado por seus soldados. Neste sentido, Domiciano poderia ser encarado como um protótipo dos “imperadores-soldados” do século III (L. MORGAN, 2006, p. 180).

Desta maneira, Domiciano teria desvelado, de modo mais explícito do que os seus antecessores e os seus sucessores imediatos, os fundamentos militares sobre os quais se sustentava o sistema imperial romano. Neste caso, Aurélio Vítor jamais retrataria um governante como Domiciano sob luzes favoráveis. Na sequência da narrativa das *Historiae abbreviatae*, pois, se apontariam os eventuais inconvenientes desta relação íntima que Domiciano nutrira com o exército, como visualizada pelo historiador.

3.5 O ponto de equilíbrio: do “cretense” Nerva ao “antonino” Septímio Severo

A ascensão do “cretense” Nerva (cf. *Hist. abbrev.* 12.1), a fim de suceder o tirânico Domiciano, se insere na narrativa como um elemento de ruptura no decurso da história imperial. Sendo assim, lê-se em *Hist. abbrev.* 11.12-13 que,

Até este momento, conduziram o Império os nascidos em Roma ou na Itália, a partir de então, também os estrangeiros (*aduenae*); não sei se, à maneira de Tarquínio Prisco, [não foram], de longe, melhores. E, ao menos para mim, ao ouvir e ao ler muito, é completamente sabido a cidade de Roma ter se distinguido precipuamente por causa da virtude dos estrangeiros (*externorum uirtute*) e dos talentos importados.

Mais uma vez, Aurélio Vítor dissertava acerca do papel dos “*externi*” no decurso da história imperial. Desta vez, porém, a referência aos “estrangeiros” se revelava assaz positiva, de modo que a grandeza romana passaria pela contribuição que os “não itálicos” teriam fornecido para a expansão da *Urbs*.¹⁰⁴ Para tanto, o historiador se voltava para o remoto passado, e aludiu ao rei Tarquínio Prisco, de ascendência etrusca, como um modelo por meio do qual se atestariam as ponderações inseridas na passagem acima transcrita. De acordo com

¹⁰⁴ A diferenciação entre “itálico” e “não itálico/provincial” evocava a noção de que os originários da cidade de Roma (e da Itália) continuariam a possuir, mesmo após a promulgação da *Constitutio Antoniniana* em 212, uma qualidade política superior àquela dos provinciais, no que concernia aos componentes tradicionais da “*ciuitas*” romana, quais sejam, o Senado e o *populus Romanus*. Sendo assim, competiria aos “*externi*” distinguirem-se em razão de suas virtudes, fator que os tornaria melhores intérpretes da romanidade (NERI, 2001, p. 265).

Béranger (1973 apud GONÇALVES, 2006, p. 11), no avançar da era imperial os termos “*rex*” e “*tyrannus*” foram, ao contrário da época republicana, sendo dissociados. O primeiro vocábulo, logo, designaria o “bom” soberano, o indivíduo que detivesse um poder absoluto e singular, mas que não cederia aos caprichos pessoais e se manteria no mesmo patamar que os seus súditos. Já o segundo conceito equivaleria ainda à noção do governante injusto e moralmente corrompido. Neste sentido, Gonçalves argumenta que a palavra “*rex*” teria sido de tal maneira ressignificada a ponto de exprimir uma conotação positiva no período imperial, de forma que Aurélio Vítor pudesse cotejar, inclusive, os imperadores Antoninos com o rei Tarquínio Prisco.

Todavia, julgamos que, pelo contrário, a menção ao antigo monarca de origem etrusca se baseava em uma memória histórica favorável que circulava a respeito da citada personagem¹⁰⁵, permitindo a Aurélio Vítor amplificar a reflexão desenvolvida em *Hist. abbrev.* 11.12-13 – além de, igualmente, configurar uma demonstração de erudição por parte do historiador. Finalmente, faz-se escusado apontar que a utilização do substantivo “*rex*” se mostra bastante flexível no texto das *Historiae abbreviatae*. A título de exemplo, nota-se o uso do vocábulo como forma de se referir a chefes “bárbaros” (cf. *Hist. abbrev.* 2.4; 9.10), do que podemos concluir que a palavra assumisse um sentido neutro na narrativa, mas não positivo. Por sua vez, observa-se um emprego indistinto de palavras como “*regnare*” ou “*regnum*”, para descrever o poder exercido tanto por imperadores desprezados, casos de Nero (*Hist. abbrev.* 5.14), Cômodo (*Hist. abbrev.* 17.7) ou Heliogábalo (*Hist. abbrev.* 23.3), quanto o governo de soberanos que foram objeto de louvor, tais como Septímio Severo (*Hist. abbrev.* 20.27) ou Tácito (*Hist. abbrev.* 36.2).

Feito isto, retornemos à análise exposta em *Hist. abbrev.* 11.12-13. Por certo, a tradição histórica romana elencava inúmeros exemplos de “*externi*” para os quais os *Quirites*, desde tempos primevos, teriam confiado o supremo poder em Roma, como os sabinos Numa Pompílio, segundo rei da cidade, e Ápio Cláudio Regilense, que teria ocupado a magistratura consular em 495 a.C.. De fato, a ideia da contribuição dos “*externi*” para o engrandecimento de Roma correspondia a um tema comum entre os literatos romanos. Mediante a incorporação de forças estrangeiras, a cidade de Roma teria sustentado o seu crescimento, fazendo com que a diversidade inicial cedesse lugar à unidade definitiva: a primeira parte das *Origens* de Catão,

¹⁰⁵ Cf. o capítulo dedicado a Tarquínio Prisco no *DVI* (*De vir. illust.* 6). Ainda que se asseverasse que o rei em questão teria empreendido uma espécie de usurpação para alcançar o trono, tal ação se justificaria *a posteriori*, diante dos inúmeros feitos que teria levado a cabo (triumfos bélicos sobre os sabinos e os latinos, a construção das muralhas de Roma, a edificação do Circo Máximo e a instituição de jogos e até mesmo a introdução do uso da *toga praetexta* e da *bullae* por parte dos meninos abaixo da idade de dezessete anos).

o Velho, e o *De gente populi romani* de Varrão se baseavam em tal concepção.¹⁰⁶ Logo, o ponto de vista transmitido por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 11.12-13 comungava dessa percepção, elaborada ainda na época republicana¹⁰⁷, e que assentava uma compreensão da realidade política pautada em um passado de assimilação étnica, em benefício da comunidade romana em seu todo, e não apenas de um grupo ou classe (RUCH, 1972, p. 830).

Por conseguinte, como destaca Huskinson (2000a, p. 12), a noção de “identidade romana” envolvia a delimitação de espaços para a inclusão de “outsiders”. Ou seja, o ingresso de indivíduos “não romanos” deveria se efetivar sem que se comprometesse a preservação de determinados códigos sociais e instituições. Neste sentido, se projetava um discurso em meio ao qual as representações que os “nascidos em Roma” alimentavam sobre si mesmos não sofreriam senão mínimas alterações quando do contato com os hábitos e os costumes que os “estrangeiros” trouxessem para a cidade.¹⁰⁸

No entanto, a heterogeneidade étnica e cultural que caracterizava o Império imprimia uma ameaça em potencial a este senso tradicional acerca da “identidade romana”, na medida em que aquela se escorava na perspectiva de que os traços identitários remontavam às origens da própria *Urbs*. Do que resultava que o “cretense” Nerva e outros imperadores “não itálicos” figurassem como objeto de admiração, na obra de Aurélio Vítor, porquanto se revelassem como intérpretes privilegiados da romanidade e, pois, ratificassem os elementos tidos por basilares no que tangia à “identidade romana”. Isto esclarece, sugerimos, a ênfase depositada na prudência e na moderação ímpares das quais a conduta de Nerva emergia como sinônimo (*Hist. abbrev.* 12.1).

Ademais, o retrato referente ao “moderado Nerva” se alicerçava na ótica de que o reinado do idoso imperador equivalia a uma transição entre a época do pernicioso e degenerado Domiciano e os gloriosos tempos que se inaugurariam com a chegada de Trajano ao trono. Subjazia a ideia de que essa etapa transicional possibilitou a transferência do *imperium* das mãos de uma dinastia bem estabelecida para outra, sem que houvesse derramamento de sangue, isto é, eclodisse uma guerra civil, como ocorrera após a queda de

¹⁰⁶ Além disso, Moreno Ferrero (2001, p. 181; 2007, p. 76) sublinha as similaridades entre o *Epitome* de Floro e a reflexão contida em *Hist. abbrev.* 11.12-13. Floro (*Epit.* 1.5.1) também teria se ocupado da relação/antítese entre os “romanos” e os “estrangeiros”, por meio da figura de Tarquínio Prisco, segundo ele um “coríntio” que combinava, em favor de Roma, a “*ars graeca*” com o “*ingenium italicum*”.

¹⁰⁷ Ao se referir à *Urbs* em *Hist. abbrev.* 11.13, Aurélio Vítor talvez pretendesse se filiar de maneira direta à tradição forjada no período republicano. Ao fazê-lo, se reiteravam os vínculos entre a cidade de Roma e o Império romano, uma vez que os referidos “talentos importados” concerniam aos príncipes a serem introduzidos na continuidade do texto, a começar pelo “cretense” Nerva e por Trajano.

¹⁰⁸ Subsistia, pois, a ideia de que os naturais de Roma, que atribuíam a si uma condição superior, mostrar-se-iam impelidos a incorporar aquilo que um “estrangeiro” lhes pudesse fornecer, no sentido de assegurar a grandeza da *Urbs* (SALMON, 1984, p. 85).

Nero. Em outras palavras, um dos méritos que Aurélio Vítor vinculava ao governo de Nerva seria o de ter refreado a belicosidade dos militares e assegurado a manutenção da ordem social.

Em verdade, porém, o reinado de Nerva foi caracterizado por grande instabilidade política, tanto em algumas áreas provinciais quanto na própria cidade de Roma, como evidenciado pela revolta da guarda pretoriana em fins do ano de 97, contornada apenas com o anúncio da adoção de Trajano. Conforme Berriman e Todd (2001, p. 315), o descontentamento mostrado pelos pretorianos em Roma deve ser entendido no contexto da insatisfação que tomava conta do exército como um todo, em reação ao assassinio de Domiciano. Suetônio (*Dom.* 23.1) informava, por exemplo, que

o povo recebeu as notícias de sua morte [ie., de Domiciano] com indiferença, mas os soldados ficaram enormemente enlutados e, de início, tentaram chamá-lo de divino Domiciano; enquanto isso, estavam preparados também para vingá-lo, pois não faltavam líderes. Isto, entretanto, eles alcançaram um pouco depois, ao exigir insistentemente a execução de seus assassinos.

Aurélio Vítor também forneceu substância ao ponto de vista de que os militares foram consumidos por um sentimento de revolta em face da morte de Domiciano. Tal como escrevera Suetônio dois séculos e meio antes, lemos nas *Historiae abbreviatae* que os soldados “começaram a demandar castigos para os responsáveis” pela morte do filho de Vespasiano (*Hist. abbrev.* 11.9). No entanto, a maneira pela qual Aurélio Vítor descreveu as ações dos militares, naquele ensejo, tipifica uma abordagem que foi reproduzida, de modo recorrente, ao longo da narrativa. Os militares teriam almejado vingar o assassinato de Domiciano porque este lhes concedera generosas vantagens às expensas públicas e, para cumprirem com o seu objetivo, promoveram uma sedição “segundo o seu costume” (*more suo seditiosius*) (*Hist. abbrev.* 11.9).

Continua Aurélio Vítor ao assinalar que, persuadidos pelos “homens prudentes”, os soldados haviam desistido do motim e se congado com os “*optimates*”, isto é, os senadores. Ainda assim, a ganância dos homens de armas não conheceria limites: para que fossem compensadas as perdas monetárias que o término do reinado de Domiciano implicava, os militares “por si mesmos planejavam uma guerra” (*Hist. abbrev.* 11.10-11).¹⁰⁹ Não obstante, o ponto mais notável referente à transição entre Domiciano e Nerva concerne à informação, que se encontra em *Hist. abbrev.* 12.2, de que o idoso imperador “tomou o poder

¹⁰⁹ O historiador não determinou contra quem seria lançada tal guerra. Porém, soa irônico constatar que, pouco depois, as empresas bélicas do “*ciuilis princeps*” Trajano contemplassem, indiretamente, os desejos dos soldados (cf. *Hist. abbrev.* 13.3-4).

por escolha das legiões” (*imperium arbitrio legionum cepisset*).¹¹⁰ Ou seja, nos termos do discurso de Aurélio Vítor, os legionários nem sempre agiriam em obediência aos seus deploráveis “hábitos”, tendo em vista que optaram pelo “sábio e moderado” Nerva para suceder ao príncipe que tanto lhes havia beneficiado.¹¹¹ Significa dizer que, no entender de Aurélio Vítor, os desmandos da tirania de Domiciano foram revertidos de tal forma que até mesmo os militares exibiram um comportamento análogo ao de Nerva. E eis que o pêndulo da história imperial se movimentava outra vez, e manter-se-ia estável ao longo das eras antonina e severiana quase que em sua totalidade, isto é, durante o período circunscrito ao terceiro estágio que Aurélio Vítor recortou em sua narrativa.

Por isto, podemos observar que, na sequência do texto, se destacariam diversas medidas adotadas por Trajano que evidenciavam, postulamos, a ideia de reversão da tendência de desgoverno e insegurança que o historiador conectou ao reinado de Domiciano – em outras palavras, o “bom” príncipe repararia as faltas cometidas pelo(s) seu(s) antecessor(es) (VAN HAEPEREN, 2005). Aurélio Vítor relatou que ao tempo de Trajano, entre outros, foram estabelecidos acampamentos militares em lugares importantes (do ponto de vista da defesa das fronteiras imperiais, poder-se-ia presumir), bem como a “*annona*” romana foi eficazmente garantida (*Hist. abbrev.* 13.4-5). Sublinhemos, ademais, a afirmação de que “foram fundadas muitas colônias” (*deductae coloniarum pleraeque*) (*Hist. abbrev.* 13.4). Ora, na medida em que “as cidades e as leis” situavam-se como símbolos da romanidade, como indicado em *Hist. abbrev.* 9.8, a referência feita à expansão da vida urbana refletiria a estabilidade que Trajano teria assegurado aos habitantes do Império.

Outrossim, a memória de Trajano evocava a ótica de um Império romano que se impunha plenamente diante de ameaças externas, quer estas se confundissem com os “bárbaros” das regiões para além do Danúbio, como os dácios, quer fossem representadas pelos partas, os quais eram tomados pelos autores tardo-antigos, de maneira frequente, como sinônimo dos persas (cf. *Hist. abbrev.* 13.3). A capacidade de afirmação militar que se vinculava a Trajano transformou-se em uma representação acabada da *uirtus* marcial romana no século IV, nos meandros de uma tradição histórica de matriz senatorial que exaltava os feitos militares que, nos tempos da República, se articulavam aos nomes de proeminentes figuras que integravam o Senado. Neste ensejo, os pontos de vista que se veiculavam a

¹¹⁰ Berriman e Todd (2001, p. 329) apontam que, embora Nerva não exercesse grande influência no meio militar, sua elevação ao trono teria contado, ao menos, com a anuência dos prefeitos do pretório.

¹¹¹ A atuação comedida dos soldados, no que tangia à indicação de Nerva como sucessor de Domiciano, antecipava a conduta que os membros do exército no século III teriam demonstrado no que respeitaria à sucessão de Cláudio, o Gótico, bem como a de Aureliano. Para tanto, ver Cap. 4, p. 278; p. 300.

respeito de Trajano se pautavam em uma idealização das ações do citado soberano, que teria se guiado, sobremaneira, em função dos *mores*.¹¹² À guisa de ilustração, durante a Antiguidade Tardia foram atribuídas a Trajano algumas manifestações concretas de *iustitia* que, originalmente, se associavam a Adriano, o seu sucessor (RUGGINI, 2001, p. 247).¹¹³ Neste caso, não surpreende que Aurélio Vítor retratasse Trajano como um varão preclaro, tanto na paz quanto na guerra (*Hist. abbrev.* 13.2).

Do mesmo modo, a manutenção da tranquilidade no interior do Império daria o tom do longo reinado de Antonino Pio, a quem “quase nenhum dos vícios contaminou com desonra” (*Hist. abbrev.* 15.1). Aurélio Vítor se esforçou por aclarar que a ausência de triunfos por parte de Antonino Pio não significava que o imperador em questão tivesse renunciado à guerra e à vitória sobre os inimigos, tal como o faria um governante inepto. Tal condição, antes, configuraria uma forma de expressão dos “equilibrados e probos costumes” do monarca, “pois que, sem dúvida, *fosse mais importante que não se tivesse ousado perturbar a ordem estabelecida*, e que ele mesmo [ie., Antonino Pio] não tivesse causado uma guerra contra povos pacíficos a fim de se jactar” (*Hist. abbrev.* 15.3-5, grifo nosso).¹¹⁴ Ou seja, o envolvimento em um conflito bélico implicaria trazer os militares ao primeiro plano da cena política imperial e, assim, talvez comprometer a estabilidade interna que caracterizaria o governo de Antonino Pio. A placidez deste, enaltecida e justificada pelo historiador, se contrapunha veladamente à impetuosidade dos soldados, algo que constituía, na narrativa das *Historiae abbreviatae*, o fator primordial de agitação social.

Por sua vez, González del Campo (2009, p. 45) argumenta que Aurélio Vítor, ao mencionar que “outros [autores] estimam (*alii... putent*)” que Adriano alcançou o poder graças às maquinações da esposa de Trajano (cf. *Hist. abbrev.* 13.13), pretendeu salientar que Adriano não se encontrava à altura de seu antecessor. Em verdade, porém, a obra parece reproduzir uma comparação implícita entre Adriano e o seu sucessor, Antonino Pio. As longas viagens que Adriano empreendeu por quase todo o território imperial se resumiram e se transformaram em um retiro para uma propriedade em Tibur (Tívoli). Veiculava-se, pois, a

¹¹² Cf. *Hist. abbrev.* 13.8, passagem em que Aurélio Vítor definiu Trajano como “justo, clemente, muito paciente e também leal em relação aos amigos”. O historiador ecoava a percepção de que Trajano teria correspondido ao modelo do “*ciuilis princeps*”, o qual os integrantes do Senado da cidade de Roma, no século IV, ansiavam por conciliar com as realidades do poder imperial daquela época; ou seja, com um monarca se situava em uma posição “*supra leges*” (RUGGINI, 2001, p. 248). Ou, nos dizeres de González del Campo (2009, p. 46), “*a lo largo de la tradición literaria la figura de Trajano había cobrado fuerza como modelo del emperador que se necesitaba en los momentos en que el poderío romano se tambaleaba o, como poco, cambiaba de forma*”.

¹¹³ Ressaltemos, no entanto, que Aurélio Vítor indicou que o imperador Adriano também teria se dedicado ao estabelecimento de leis (cf. *Hist. abbrev.* 14.2).

¹¹⁴ Ou seja, Antonino Pio teria se conduzido à maneira de um verdadeiro “*curator rei publicae*”, subjugando os anseios pessoais aos interesses coletivos. Para uma apreciação em contrário, cf. *Hist. abbrev.* 33.23.

percepção de que o imperador havia abandonado a cidade de Roma e permanecido em um lugar onde se entregaria ao luxo e à lascívia, algo que seria habitual aos homens “em circunstâncias tranquilas” (*Hist. abbrev.* 14.5-6).

Ora, a conduta de Antonino Pio ensinaria, pelo contrário, que “os sumos espíritos não são corrompidos por uma paz duradoura, tampouco por um prolongado ócio” (*Hist. abbrev.* 15.3). Nestes termos, a *inertia* corresponderia a uma das ações que, de acordo com as circunstâncias, simbolizavam as virtudes cívicas de Antonino Pio, em um plano em que Adriano teria se revelado débil. Em suma, Aurélio Vítor se interessava, em grande medida, pela manutenção da paz e, logo, não destacou em seu texto uma possível oposição entre o “belicista” Trajano e o “pacifista” Adriano, mas sim aventou um paralelo entre a conduta de Adriano e a de Antonino Pio.

Na sequência do texto, Aurélio Vítor abordaria o reinado do imperador Marco Aurélio. Este, à maneira de seu predecessor, emergia como modelo de erudição. Enquanto que Antonino Pio teria se mostrado ciente do fato de que “as cidades seriam afortunadas se fossem reinos de sabedoria” (*regna sapientiae*), as artes liberais teriam florescido de tal monta sob o governo de Marco Aurélio que o historiador ajuizou que consistiram “por certo, na glória daquele tempo” (*Hist. abbrev.* 15.3; 16.10). Logo, se indicaria oportunamente que tanto os senadores quanto o vulgo lamentaram o falecimento de Marco Aurélio – manifestação mesmo da harmonia que vigoraria naquela época –, e concederam ao finado imperador as mais elevadas honrarias (*Hist. abbrev.* 16.14-15).

O consenso entre o Senado e o povo romano também se observaria no que dizia respeito à morte do filho e sucessor de Marco Aurélio. Todavia, em completa oposição ao que se verificaria com o pai de Cômodo, a este se reservaria a *damnatio memoriae*, ordenada em uníssonos pelos senadores e pela plebe (*Hist. abbrev.* 17.10). Recordemos que a narrativa de Aurélio Vítor atrelava-se à convencional representação que a historiografia imperial consagrou à era comodiana, que se fundamentava, igualmente, em um contraste entre pai e filho. Tratava-se de um jogo de oposições entre duas personalidades e, por conseguinte, entre dois reinados: Cômodo, “cruel desde o início de seu governo” (*saeva a principio dominatione*)¹¹⁵, foi considerado um governante débil, “em particular por causa da recordação

---

¹¹⁵ Alves (2010, p. 159) conclui que “nos bons imperadores não se questionaria a sinceridade das virtudes e nos imperadores maus os actos (sic) seriam entendidos em dissimulação”. A caracterização de Marco Aurélio e Cômodo obedecia a *topoi* ético-moralizantes usuais, mas, no que tangia ao filho, Aurélio Vítor veiculou uma tradição segundo a qual a má conduta de Cômodo se desvelaria desde o princípio, sem que se abrisse espaço à ideia de dissimulação que se nota em relação a governantes como Tibério (*Hist. abbrev.* 2.1), Calígula (*Hist. abbrev.* 3.6) ou mesmo Domiciano (*Hist. abbrev.* 11.3). Portanto, no que concernia à figura de Cômodo, não se verifica nas *Historiae abbreviatae* um processo de gradual degradação.

oposta que se tinha de seus antepassados” (*Hist. abbrev.* 17.1). Por certo, a partir da obra de Dião Cássio¹¹⁶, Marco Aurélio e Cômodo foram apresentados como modelos antagônicos.

Todavia, o relato de Aurélio Vítor congregava traços bastante peculiares. Ao analisar a obra de Herodiano, Espinosa Ruiz (1984, p. 122) indica que Cômodo foi retratado à guisa do arquétipo do “mau” imperador desde a sua ascensão ao trono, mas o comportamento do soberano ter-se-ia mantido dentro de certos limites. O ponto de viragem equivaleria ao rebaixamento de Cômodo à condição de gladiador e de condutor de bigas, episódio que assinalaria o desvirtuamento integral do filho de Marco Aurélio. No tocante ao texto de Aurélio Vítor, contudo, pode-se observar uma perspectiva distinta, na medida em que os gladiadores surgiram como vítimas da crueldade e do caráter vil de Cômodo: este, “com frequência, matava gladiadores sob o pretexto de combater, posto que ele usava uma espada de ferro e seus oponentes uma de chumbo”. Nestes termos, Aurélio Vítor não almejou desqualificar Cômodo em razão dos combates gladiatoriais com os quais o soberano se envolveu, e sim por causa da *ferocitas* e da *socordia* que o príncipe teria exibido ao eliminar muitos homens durante a ocorrência de pugnas em que seus adversários empunhavam um armamento composto por um material inferior ao do gládio utilizado pelo soberano.

Tendo em vista as faltas que Cômodo, o último representante da dinastia Antonina, teria cometido, o princípio da transmissão hereditária do *imperium* viria a ser questionado em meio à produção literária nos séculos III e IV. A emergência do filho biológico de Marco Aurélio significou o rompimento com a prática do adocionismo comum à era dos Antoninos, a qual contemplava os interesses da elite senatorial na medida em que ampliava as possibilidades de que um dos senadores fosse selecionado para ocupar o trono imperial (GONÇALVES, 2006, p. 7). De fato, os preceitos da adoção e da associação ao poder pavimentaram uma via para que se estabelecesse uma demarcada linha sucessória, por meio da qual se assinalava os indivíduos com os quais se compartilhava a autoridade legítima – e mesmo o carisma pessoal – construída pelo soberano reinante.¹¹⁷

Com efeito, verifica-se que o historiador aludiu, em *Hist. abbrev.* 17.1, à perspectiva de que Cômodo havia arruinado o nome de seus antepassados, algo que *per se* o teria transformado em um varão execrável. Nestes termos, talvez se possa deduzir que Aurélio

¹¹⁶ Dião Cássio (72.36.4) declarou que a transferência do poder em favor de Cômodo representava a passagem de um reinado de ouro para um de ferro e ferrugem, a despeito de todos os esforços de Marco Aurélio no sentido de educar o seu filho da melhor forma possível.

¹¹⁷ Isto, porém, resultava na inconveniência de se excluir potenciais candidatos à púrpura e, ao mesmo tempo, demarcava quais eram os homens que, no interior das disputas pelo poder, poderiam ser eventualmente eliminados (C. ANDO, 2000, p. 34). O assassinato do *César* Dalmácio, após a morte de Constantino, ilustra de modo claro essa concepção.

Vítor se posicionava contrário ao princípio da sucessão hereditária, de modo que a reprimenda dirigida a Cômodo guardaria um ajuizamento velado a respeito da casa constantiniana. À guisa de comparação, Bird (1987, p. 142) sugere que Eutrópio evitou tecer, no que tangia a Cômodo, comentário semelhante ao que Aurélio Vítor expôs em *Hist. abbrev.* 17.1. Ao tempo de Eutrópio, o imperador Valentiniano havia elevado ao trono o seu filho, o *puer* Graciano (367-383), que à época não ostentava mais do que oito anos de idade. Assim sendo, uma eventual condenação à ascensão de Cômodo poderia ser interpretada como uma crítica à manobra política de Valentiniano que visava manter o poder imperial nos limites de sua própria linhagem familiar.

Seja como for, para que se assegurasse a estabilidade política, ao imperador reinante competiria produzir um sucessor. O mecanismo da adoção baseava-se na retórica de que os méritos pessoais determinariam a escolha do candidato à sucessão imperial, transcendendo os estreitos limites da progênie do soberano (HARVEY, 2004, p. 51). Porém, o princípio do adocionismo foi empregado por Aurélio Vítor, de maneira cabal, apenas no que tangia à transmissão do poder entre Nerva e Trajano. O historiador proclamou que Nerva havia abdicado voluntariamente do *imperium* e, ao receber em adoção Úlpio Trajano, tornou evidente toda a sua prudência e sua moderação, qualidades estas que teriam sido amplificadas graças às virtudes do sucessor que havia sido designado (*Hist. abbrev.* 12.3-13.1).

Entretanto, no tocante aos demais Antoninos, a ideia da adoção permaneceu sujeita, no texto, à lógica da associação ao poder. A nosso ver, Aurélio Vítor tinha em mente os procedimentos que haviam ganhado força durante o século III, e que se cristalizaram a partir da reorganização administrativa empreendida ao tempo da Tetrarquia e que, por fim, se mantiveram operantes ao longo da era constantiniana (malgrado o fato de que, neste último caso, as relações de sangue fossem primordiais para a vinculação de um novo *César* à potestade imperial).¹¹⁸ Isto explica porque Aurélio Vítor afirmou que, justamente ao final do reinado de Trajano, o mundo romano teria passado a ser governando por dois (ou mais) imperadores em simultâneo, embora com poderes e responsabilidades diferentes (cf. *Hist. abbrev.* 13.12). No entender do historiador, Trajano corresponderia ao *Augusto*,

¹¹⁸ Malgrado a experiência “prototetrárquica” que se esboçou, como lembra Southern (2004, p. 21), ao tempo de Marco Aurélio. Este e Lúcio Vero, ambos compartilhando os poderes de *Augustos*, sucederam Antonino Pio a partir do ano de 161. Cinco anos mais tarde, dois dos filhos de Marco Aurélio (Cômodo e Ânio Vero) foram agraciados com o título de *César*. Ainda de acordo com Southern, Marco Aurélio teria se dado conta de que, em uma época de guerras ou crises, a tarefa de se administrar o Império resultava imensa para que fosse executada por apenas um governante. Daí que se tivesse designado dois corregentes *juniores*. A existência de dois *Augustos* e de dois *Césares* asseguraria, em teoria, que se processasse sem sobressaltos a transferência do *imperium* entre duas gerações de uma mesma família. No entanto, as mortes de Lúcio Vero e do *puer* Ânio Vero, coincidentemente ocorridas em 169, puseram um termo a tal experimentação.

hierarquicamente superior, ao passo que Adriano, chamado para sucedê-lo, figurava como o subordinado *César*. O mesmo se visualiza no que respeitava a transmissão do poder a Antonino Pio (*Hist. abbrev.* 14.10-11) e, na sequência, a Marco Aurélio (*Hist. abbrev.* 16.1), muito embora não se ignorasse que os referidos imperadores tivessem sido igualmente adotados por seus antecessores.

Similarmente, se mencionaria na narrativa que Cômodo também havia sido associado ao poder, nomeado *César* por seu pai, a quem acompanhou na campanha contra os marcomanos (*Hist. abbrev.* 16.9). Diante do exposto, somos levados a considerar que as *Historiae abbreviatae* comportariam uma desconstrução, ainda que parcial, do “modelo dos Antoninos”. A ideologia do adocionismo, de seleção do mais virtuoso dentre os homens para que se efetivasse a sucessão imperial, se enfraquecia diante da constatação que Aurélio Vítor teceu em *Hist. abbrev.* 15.6: Antonino Pio, “privado de homens [ie., de filhos], confiou à *res publica* ao marido de sua filha”. Ou seja, se evidenciava que a incapacidade dos Antoninos em gerar sucessores naturais conduziu-os, pois, a recorrer à adoção de varões adultos a fim de que a transferência do *imperium* se desenrolasse sem maiores sobressaltos.

Nas *Historiae abbreviatae*, logo, a perspectiva da escolha do “*optimus*” ao tempo dos Antoninos, como fundamento da prática do adocionismo, se encontrava empalidecida. Antes, realçava-se a ideia de instauração de um sistema colegiado de governo, o qual, apesar de somente ter adquirido feições definitivas com o esquema tetrárquico moldado por Diocleciano, Aurélio Vítor fez remontar à transição entre os reinados de Trajano e Adriano. Do que resultou, por exemplo, que se registrasse que Antonino Pio “associou [Marco Aurélio] a sua família e também ao poder” (*in familiam atque imperium ascivit*) (*Hist. abbrev.* 16.1), à semelhança daquilo que Diocleciano e Maximiano teriam efetuado em relação a Galério e Constâncio Cloro, ao final do século III (cf. *Hist. abbrev.* 39.24). Nestes termos, Marco Aurélio teria sido associado ao trono na medida em que foi emparentado com Antonino Pio.

Ademais, a obra de Aurélio Vítor foi redigida em meio a um contexto que se caracterizava pela ascensão de diferentes usurpadores e pela eclosão de guerras civis, de modo que o pertencimento à casa constantiniana representava um elemento que diferenciava o governante reputado como “legítimo” de um pretendente “ilegítimo”.¹¹⁹ À guisa de ilustração, a vitória de Constâncio II sobre Magnêncio simbolizou, aos olhos dos contemporâneos, o

¹¹⁹ Conforme Kellner (1968 apud LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000, p. 75), as noções complementares de dinastia e poder hereditário se enraizavam profundamente na mentalidade coletiva do século IV.

triunfo e a confirmação da legitimidade dinástica (MAZZARINO, 2005, p. 704).¹²⁰ Na medida em que a transferência hereditária do poder formatava, em linhas gerais, um processo sucessório estável, Aurélio Vítor não emprestaria sua pena para que se condenasse um tal mecanismo, mas antes lançava um opróbrio apenas aos *principes* que, como Calígula e Cômodo, arruinaram a memória de seus egrégios antepassados.

Neste ensejo, a ascensão de Pertinax poderia, de acordo com Aurélio Vítor, contrabalançar os efeitos da tirania comodiana, uma vez que o então prefeito da cidade de Roma reuniria notável erudição e se portava de acordo com os mais antigos costumes (*moribus antiquissimis*). A frugalidade de Pertinax, inclusive, o situaria no mesmo patamar que os Cúrios e os Fabrícios (*Hist. abbrev.* 18.1).¹²¹ Entretanto, o historiador reportou que os soldados atrozmente eliminaram o imperador, quando este havia completado apenas o octogésimo dia de seu reinado.

Tanto Aurélio Vítor quanto Eutrópio (8.16) afirmaram que Dídio Juliano foi o instigador da morte de Pertinax. Contudo, somente os dois autores expuseram tal perspectiva. Dião Cássio (74.13.3) diz apenas que o povo de Roma considerava que Dídio Juliano havia usurpado o poder, enquanto que na *HA* (*Did. Iul.* 3.7) lemos que o *populus Romanus* julgava que Dídio Juliano teria aquiescido com o assassinio de Pertinax. Appelbaum (2007, p. 205) postula que Aurélio Vítor e Eutrópio não careciam de uma fonte em comum a sustentar a informação que veicularam no tocante ao falecimento de Pertinax; ambos teriam se pautado em um “lugar comum”, qual seja, na noção de que o sucessor de um imperador assassinado estaria implicado na morte de seu antecessor.¹²²

¹²⁰ Além disso, faz-se oportuno lembrarmos que, durante a Antiguidade Tardia, a corte imperial situava-se como o principal organismo de poder. Assim sendo, no interior da mesma se misturavam e se justapunham duas atividades políticas distintas, quais sejam, o serviço “doméstico” destinado à pessoa do soberano e a administração dos territórios que se encontrassem sob a autoridade daquele. A intersecção entre essas duas esferas, por seu turno, estimulava entre os cortesãos a formação de uma mentalidade dinástica, que favorecia a família do imperador reinante (Rowland SMITH, 2011, p. 127). Embora, ao que se saiba, Aurélio Vítor não tivesse pertencido à corte de Constâncio II, poder-se-ia conjecturar que os diferentes grupos sociais não estivessem alheios a uma ótica condizente à “mentalidade dinástica” de que nos fala Rowland Smith, uma vez que, no decorrer do século IV, o *imperium* foi basicamente concentrado pelas famílias constantiniana, valentiniana e, por fim, teodosiana.

¹²¹ A fim de salientar a austeridade de Pertinax, Aurélio Vítor teceu uma comparação com figuras de vulto que remetiam à República, caso de Mânio Cúrio Dentado e Caio Fabrício Luscino, que haviam exercido diversas magistraturas ao tempo das guerras contra Pirro, no primeiro quartel do século III a.C.. C. Barnes (2005, p. 24) ensina que Cúrio e Fabrício foram rememorados como personificações dos ideais romanos, em função da conduta incorruptível que teriam exibido e dos feitos políticos e militares que teriam alcançado. Quer dizer, ao igualar o imperador ao nível daquelas personagens de antanho, o historiador almejava exaltar a probidade de Pertinax e contrapô-lo aos venais soldados que o assassinaram. Se tratava, em suma, de um modelo de “*vieux Romain*”, como salientado por Roman (2001, p. 47). Quanto aos usos do passado republicano na narrativa de Aurélio Vítor, cf. Cap. 1, p. 49 ss.

¹²² Cf., igualmente, Dufraigne (1975, p. 120).

Em razão disto, Septímio Severo surge na narrativa das *Historiae abbreviatae* como aquele que vingaria o atentado contra a vida de Pertinax. Evasivo, Aurélio Vítor se limitou a relatar que Septímio Severo “foi nomeado imperador” (*imperator creatus*) e venceu Dídio Juliano em uma batalha ocorrida próxima da Ponte Mílvia (*Hist. abbrev.* 19.4) – um claro equívoco, a partir do qual o cenário da vitória de Constantino sobre o “tirano” Maxêncio tornar-se-ia também o palco da ascensão de Septímio Severo. Os objetivos de Aurélio Vítor se voltavam para a propagação da ideia de que o reinado de Septímio Severo dispôs de toda legitimidade. Para tanto, o historiador estabeleceu uma aproximação entre o referido soberano e seus antecessores (a saber, Pertinax em um primeiro momento e, na continuidade do texto, Marco Aurélio), de modo a justificar as ações que se desenrolariam no âmbito do governo de Septímio Severo.¹²³

Assim sendo, as *Historiae abbreviatae* pincelaram um quadro em meio ao qual Septímio Severo foi retratado como um disciplinador enérgico, que obteve sucesso ao manter os homens de armas sob um rígido controle. Portanto, logo após derrotar Dídio Juliano, Septímio Severo “baniu do exército as coortes pretorianas” (*Hist. abbrev.* 20.1), responsáveis pelo crime cometido contra a vida de Pertinax. Além disso, as árduas campanhas bélicas em que Septímio Severo teria se envolvido alcançaram êxito “com facilidade”, na medida em que o imperador recompensava os valentes (*strenui*) e, pelo contrário, se mostrava implacável com os delitos (*Hist. abbrev.* 20.20). Não surpreende que, no entender de Aurélio Vítor, a submissão dos soldados resultasse em diversas conquistas militares, frente aos “persas” (isto é, os partas), aos árabes e aos adiabênicos, bem como no rechaço aos grupos invasores em regiões como a Bretanha e a Tripolitana (cf. *Hist. abbrev.* 20.15-19).

Por outro lado, Aurélio Vítor ignorou a historicidade dos eventos políticos e militares relativos à deposição de Dídio Juliano. Pescênio Nigro e Clódio Albino foram apresentados como pretendentes que buscaram usurpar o poder, consolidado, de Septímio Severo e que, por conseguinte, foram devidamente derrotados pelo soberano “legítimo” (*Hist. abbrev.* 20.8-9). Assim, as disputas pelo *imperium*, que se desenrolaram nos meados da década de 190 em função da aclamação, quase que simultânea, de diferentes governadores de províncias por parte das respectivas legiões por eles comandadas, assumiram a faceta de uma guerra civil em

---

¹²³ De fato, visando solidificar a sua posição e assentar as bases de seu poder, Septímio Severo havia associado a sua própria imagem àquela de seu antecessor imediato, Pertinax, quando de sua chegada em Roma durante o mês de junho de 193. Entretanto, a cristalização da dinastia que Septímio Severo pretendia instaurar necessitava de alicerces mais consistentes; a construção de vínculos com a respeitável figura de Marco Aurélio e, pois, com a dinastia Antonina, manifestava o rompimento entre Septímio Severo e Clódio Albino, sacramentado no inverno de 195-196. Quanto a isto, ver Southern (2004, p. 35).

que se contrapuseram o detentor legítimo da púrpura (Septímio Severo) e os seus rivais usurpadores (Pescênio Nigro e Clódio Albino).

Tal posicionamento derivava, preconizamos, das concepções que Aurélio Vítor alimentou em relação a Septímio Severo. Representado como uma espécie de “*uindex Pertinacis*” e, ao mesmo tempo, como um descendente dos Antoninos, Septímio Severo e seu reinado simbolizariam, nas *Historiae abbreviatae*, a manutenção do estado de sujeição dos *uiri militares*, que havia tornado distinto o período antonino – salvo o governo de Cômodo –, bem como os bons e prístinos costumes cultivados pelo efêmero imperador Pertinax. Neste sentido, a fim de ratificar uma ótica de continuidade entre Septímio Severo e seus antecessores, Aurélio Vítor dispensou toda menção explícita à natureza das lutas intestinas que marcaram os anos iniciais da era severiana, de forma a minimizar os resquícios de ruptura com as práticas do passado que pudessem ser vinculados à ascensão de Septímio Severo.¹²⁴

Deste modo, embora se apontasse a “cruel matança” impetrada contra os seus adversários, a aspereza das ações de Septímio Severo seriam julgadas, porém, como necessárias. Clódio Albino foi, igualmente, responsabilizado pelo assassinato de Pertinax (cf. *Hist. abbrev.* 20.9) e, logo, não lhe caberia outro destino senão aquele que Septímio Severo a ele reservou. A “*acerbitas*” demonstrada do imperador¹²⁵, que à primeira vista denotaria uma latente falta de “*clementia*”, adquiriria significado diverso no texto. Tal característica transformar-se-ia em uma virtude singular, pois que, inflexível em sua reforma dos costumes (*corrigendi moribus*), Septímio Severo teria emulado os “tempos antigos” (*ueteres*) a ponto de comprovar aos coetâneos a pertinência e a validade de seus atos (cf. *Hist. abbrev.* 20.7). Consequentemente, Aurélio Vítor viria a declarar que “não houve ninguém mais ilustre na *res publica*” do que Septímio Severo (*Hist. abbrev.* 20.6).¹²⁶

¹²⁴ Em *Hist. abbrev.* 18.2, Aurélio Vítor avaliava que, para os soldados que se envolveram no falecimento de Pertinax, “nada parece suficiente, ainda que neste momento o mundo estivesse esgotado e arruinado”. Quer dizer, à emergência de Pertinax se conectava a ideia de que o “esgotamento e a destruição” do “*orbis Romanum*”, provocados pela tirania comodiana, poderiam ser revertidos. No que respeitava ao governo de Septímio Severo, porém, a noção de ruptura se subordinava, no plano da narrativa, à perspectiva de continuidade, tal como indicado.

¹²⁵ Característica que, segundo Aurélio Vítor, conferiu a Septímio Severo justamente o cognome de “*Pertinax*” (*Hist. abbrev.* 20.10). Ora, se tratava tanto de uma alusão à apropriação da memória de Pertinax, por parte de Septímio Severo, quanto da obstinação deste em punir os algozes de seu predecessor.

¹²⁶ Os efusivos elogios tecidos por Aurélio Vítor colidem com o posicionamento que se nota na *HA*, na qual se determinava, sem ressalvas, que Septímio Severo “*crudelissimus fuerit*” (*HA, Sev.* 12.9). O autor da *HA* ainda foi além, enumerando mais de quarenta senadores que o imperador teria executado, sem contar muitos indivíduos que não dispunham senão de uma humilde condição, mas que teriam sido, igualmente, eliminados (cf. *HA, Sev.* 13; 14.1). Dião Cássio (76.8.4) havia destacado que, após a batalha de Lugdunum (Lyon), Septímio Severo teria poupado a vida de trinta e cinco nobres que haviam apoiado o desafortunado Clódio Albino, ao passo que outros vinte e nove acabariam condenados à morte.

Ademais, como conviria a um “bom” imperador, somos informados de que Septímio Severo também teria se dedicado à filosofia, à oratória e às demais artes liberais. Aurélio Vítor, inclusive, afirmou que o monarca havia composto uma autobiografia, “habilmente redigida e confiável” (*Hist. abbrev.* 20.22).¹²⁷ Posto isto, na sequência do texto ler-se-ia que Septímio Severo

foi o fundador de leis, de longe, equânimes (*conditor legum longe aequabilium*). A suprema glória deste [ie., Septímio Severo], tão grande dentro quanto fora do Império, foi diminuída pelas ignomínias de sua esposa, pois esteve unido a ela de modo tão infame que a manteve [como cônjuge] inclusive quando descoberta a libertinagem dela e sendo ela acusada de conjuração. Isto é vergonhoso não apenas para os mais humildes como também para os mais poderosos e em especial para aquele a quem se submetem não somente os cidadãos privados, nem sequer [apenas] os indivíduos singulares ou mesmo os homens desonrados, mas em verdade impérios, e exércitos, e até mesmo os vícios (*Hist. abbrev.* 20.23-24).¹²⁸

Malgrado o aspecto hiperbólico que se nota na referência feita à atividade legislativa levada a cabo pelo imperador, o *Digesto* e outras compilações tardo-antigas de direito romano preservaram, de fato, um bom número de medidas editadas ao tempo de Septímio Severo. Dentre aquelas, destacam-se as leis que regulamentavam questões relativas ao direito privado, como disputas testamentárias ou de propriedade, tutelas e curatelas, entre outras ações. Além disso, o soberano tornou mais rigorosa a punição no tocante a casos de adultério¹²⁹, bem como o *ius connubium* foi estendido aos soldados, nos interstícios de uma política de encorajamento da vida familiar em geral. Neste ensejo, o realce dado à família consistiu em um importante elemento em meio aos esforços de Septímio Severo no sentido de veicular uma perspectiva de estabilidade associada a seu governo. Assim, construiu-se uma imagem pública que realçava o papel do imperador, de sua esposa e de seus filhos, em suma, da família imperial, visando à promoção dos valores tradicionais e à sedimentação das aspirações dinásticas de Septímio Severo (GORRIE, 2004, p. 62).

¹²⁷ A menção a este fato atendia, a nosso ver, ao propósito de reforçar os paralelos construídos entre Septímio Severo e Marco Aurélio. Tal como o imperador e eminente filósofo Marco Aurélio (cf. *Hist. abbrev.* 16.9) havia formulado suas *Meditações*, Aurélio Vítor atestava os dons literários de Septímio Severo ao reportar a existência de uma possível autobiografia. A biografia de Septímio Severo, contida na *HA*, trazia a constatação de que o monarca teria elaborado uma obra sobre os fatos de sua vida privada e pública a fim de justificar sua crueldade (cf. *HA*, *Sept. Sev.* 18.6). Feito isto, Dufraigne (1975, p. 129) sugere que as *Historiae abbreviatae* relativizaram a dureza de Septímio Severo na medida em que teriam se pautado no texto que o monarca porventura escreveu acerca de si mesmo.

¹²⁸ A concepção de que inclusive os vícios se curvavam em face do imperador servia para reiterar, uma vez mais, a perspectiva nutrida por Aurélio Vítor de que os governantes do mundo romano reuniam a capacidade de condicionar os rumos dos eventos (cf. *Hist. abbrev.* 13.7; 35.14), bem como toda a roupagem moralizante com a qual se revestia a política na Roma imperial.

¹²⁹ Cf., para tanto, Birley (1999, p. 164-165).

Deste modo, a esposa de Septímio Severo, Júlia Domna, esteve conectada a diferentes cultos religiosos na cidade de Roma, como o de Vesta, os quais possuíam uma forte ligação com as *matronae* romanas e o ambiente familiar como um todo. Constituíam-se, pois, uma forma de representação em que a mulher do imperador emergiria como esposa e mãe virtuosa, no seio de uma harmoniosa casa. Malgrado isto, a perspectiva que Aurélio Vítor transmitiu a respeito de Júlia Domna a afastava por inteiro da imagem de matrona. Syme (2001, p. 91) propõe que a caracterização de Júlia Domna, como observada nas *Historiae abbreviatae*, remontava à pena de Mário Máximo. Este teria se baseado nas acusações que Caio Plauciano, amigo íntimo de Septímio Severo e prefeito do pretório entre os anos de 197 e 205, lançara contra a esposa do soberano, no contexto das intrigas palacianas e das disputas por poder que opuseram o citado Plauciano, de um lado, e Júlia Domna e Caracala, de outro. Por sua vez, den Boer (1972, p. 66) prefere afirmar que, considerando a relevância dos *exempla* no interior do pensamento histórico romano, o prenome “Júlia” remeteria tanto à filha quanto à neta do primeiro imperador romano, Augusto; este tipo de associação, evocada pelo nome, teria contribuído para transformar Júlia Domna em um sinônimo de devassidão feminina.

Logo, as *Historiae abbreviatae* reproduziram uma tradição histórica que, em última instância, talvez respondesse aos imperativos moralizantes que se verificam, por exemplo, no *corpus* legislativo formatado à época de Septímio Severo. Nos termos de Fernández e González (2006, p. 29), o retrato deturpado de Júlia Domna equivaleria a um “ícone historiográfico” forjado a partir de uma propaganda antidinástica que questionava as bases do discurso de “*concordia familiar*” sobre o qual a casa severiana buscou assentar a sua legitimidade. Em particular, a imagem de uma “adúltera” Júlia Domna – implícita na menção efetuada à “*libido*”, como vista em *Hist. abbrev.* 20.23 – se chocava com as disposições legais adotadas por Septímio Severo no relativo ao ordenamento da *familia* romana. Ademais, Aurélio Vítor colocava em xeque a ideia de que o imperador teria sido um legislador imparcial, na medida em que não havia punido sua própria esposa, embora os desvios por ela cometidos fossem considerados pelo historiador como manifestos (cf. *Hist. abbrev.* 20.23).

Não se trata de um mero acaso, pois, Aurélio Vítor ter inserido, na mesma passagem, as menções à equidade das leis de Septímio Severo e à devassidão de Júlia Domna. Mediante um jogo de contrastes, se evidenciaria aos leitores que o soberano, embora louvado de maneira efusiva na obra, não esteve desprovido de vícios. Estes, vale ressaltar, comprometiam o caráter exemplar atribuído ao imperador, uma vez que a manutenção dos laços com uma mulher como Júlia Domna revelar-se-ia infame para qualquer varão, quanto mais para aquele que se situava acima de todos os homens (cf. *Hist. abbrev.* 20.24).

Por fim, na continuidade da narrativa, Aurélio Vítor destacaria que “Bassiano” – quer dizer, Caracala – recebeu o nome de Antonino porque Septímio Severo havia iniciado o seu “*cursus honorum*” como (*aduocatus*) *fisci*¹³⁰, por indicação “do imperador Antonino” (*Hist. abbrev.* 20.30). Ainda que Eutrópio (8.12.2) e o autor da *HA* (*Get.* 2.4) também a reportassem, T. Barnes (1967, p. 91) reputa que tal informação carecia de fundamento, ao alegar que a menção ao fato se combinava, no interior das três fontes indicadas, com detalhes que provavelmente seriam falsos. Ademais, escritores como Dião Cássio e Herodiano se calaram a respeito deste cargo de “advogado do fisco” e mesmo a “Vida de Severo” que se encontra na *HA*, a qual, segundo T. Barnes, forneceria um relato confiável no que dizia respeito à carreira de Septímio Severo, não efetuava menção alguma ao referido ofício.

No que concerne especificamente ao texto das *Historiae abbreviatae*, T. Barnes (1967, p. 92) estabelece, de antemão, que o “imperador Antonino” a quem se referia Aurélio Vítor corresponde a Antonino Pio. Entretanto, deve-se questionar tamanha conclusão. Uma vez analisados os conteúdos trabalhados na passagem exposta em *Hist. abbrev.* 20.30, o “Antonino” ao qual Aurélio Vítor remontava parece equivaler, antes do mais, a Marco Aurélio e não a Antonino Pio.¹³¹ O historiador afirmaria que os restos mortais de Septímio Severo foram depositados no sepulcro de Marco Aurélio.¹³² A exibição de *pietas* do primeiro em relação ao segundo seria tão latente que os senadores foram persuadidos para que Cômodo, a quem Septímio Severo chamava de “irmão”, fosse incluído “*inter diuos*”.

Não restam dúvidas, portanto, de que o teor das informações expressas em *Hist. abbrev.* 20.30 se voltava para a relação “filial” que teria sido estabelecida entre um “dedicado” Septímio Severo e seu “ancestral”, o imperador Marco Aurélio. Nos termos da narrativa das *Historiae abbreviatae*, Caracala teria herdado o “*nomen Antoninorum*” por causa da devoção que seu pai teria dirigido à memória de Marco Aurélio. Diante disto, ajuizamos que Aurélio Vítor não tinha em mente a figura de Antonino Pio quando da menção feita a um “imperador Antonino” justamente no versículo em que se explicitava as razões pelas quais Caracala ostentou o nome de Antonino, e se apontava todo o apego de Septímio Severo em relação, pois, a Marco Aurélio.

¹³⁰ Criado ao tempo de Adriano, o ofício de “advogado do fisco” estava imbuído da resolução de litígios que envolvessem a arrecadação de taxas e a investigação do estatuto legal de propriedades que não dispusessem mais de dono. Neste caso, competia a tal magistrado determinar se as terras deveriam ser adjudicadas ao Estado imperial ou a algum herdeiro juridicamente reconhecido (HARRIES, 1999, p. 94).

¹³¹ Vale recordar, ainda, que o historiador também utilizou o nome “Antonino” como forma de se referir a Marco Aurélio. Ao começar o relato pertinente ao reinado do pai de Cômodo, Aurélio Vítor escreveu que “Marco Boiônio” era igualmente conhecido como “Aurélio Antonino” (cf. *Hist. abbrev.* 16.1).

¹³² Em tempo, os corpos tanto de Septímio Severo quanto de Caracala foram inumados no Mausoléu de Adriano em Roma.

Julgamos válido afirmar que Aurélio Vítor havia encampado de tal forma os temas da imagem oficial de Septímio Severo, em particular a fictícia ascendência que o vinculava a Marco Aurélio, que as ressalvas pontuadas pelo historiador acerca do governo de ambos concerniam à mesma questão: a tolerância que os dois imperadores teriam demonstrado diante dos crimes em que suas respectivas, e adúlteras, esposas teriam se envolvido.¹³³ Assim sendo, se salientaria a magnanimidade dos atos de Marco Aurélio, embora “sua imprudência em controlar seu cônjuge [ie., Faustina, a Jovem] o tivesse maculado” (*Hist. abbrev.* 16.2). Por outro lado, no que concernia a Septímio Severo, as vergonhosas ações de sua esposa arranharam a imensa glória que ele teria adquirido (cf. *Hist. abbrev.* 20.23). Quiçá Aurélio Vítor, inclusive, tivesse mantido o seu olhar voltado para Marco Aurélio, retratado como um filósofo superior a todos os demais (cf. *Hist. abbrev.* 16.9), ao destacar que Septímio Severo embrenhou-se nos estudos, entre outros, da filosofia (cf. *Hist. abbrev.* 20.22).¹³⁴

Desta maneira, o axioma moral que se seguiria à passagem inserida em *Hist. abbrev.* 20.30 findava por ratificar a concepção de que Septímio Severo havia rendido os devidos louvores à memória de Marco Aurélio.¹³⁵ Entretanto, não nos compete sublinhar a historicidade da informação de que Septímio Severo havia começado a sua trajetória como “advogado do fisco”. Cabe destacar, pois, a dimensão que tal noção adquire no interior da narrativa de Aurélio Vítor. Ajuizamos que a ideia de que Septímio Severo iniciou sua vida pública na condição de “*aduocatus fisci*” contemplava um elemento, em meio ao retrato que as *Historiae abbreviatae* tecem acerca do referido imperador, a partir do qual o historiador projetou uma imagem de si mesmo. Concluindo, os tons encomiásticos do relato destinado ao

¹³³ Marasco (1996, p. 127) defende que a tradição negativa relativa à conduta de Júlia Domna e à permissividade de Septímio Severo guardava uma analogia deliberada com a percepção transmitida a respeito de Marco Aurélio e de sua mulher. Seja como for, nas *Historiae abbreviatae* a aproximação entre os Severos e os Antoninos comportava certa ironia, pois que os “bons” imperadores Marco Aurélio e Septímio Severo desonraram a si mesmos por causa da passividade que teriam exibido em face da devassidão de suas esposas.

¹³⁴ O ignoto autor da *HA* assegurava que a afeição de Septímio Severo diante das artes liberais decorreria do anseio do imperador em seguir os passos de Marco Aurélio (cf. *HA, Get.* 2.2).

¹³⁵ “Logo, aqueles que [alcançam êxito] com esforço relembram os inícios de seus sucessos e os responsáveis pelos mesmos” (*Hist. abbrev.* 20.31). Tal ajuizamento nos permite, por sua vez, retomar a discussão referente ao fato de Aurélio Vítor não ter admoestado diretamente as figuras de Constantino e Constâncio II. Como se sabe, Aurélio Vítor começou sua carreira sob o domínio dos segundos Flávios. MacMullen (1986b, p. 520) recorda que todos aqueles que eram agraciados com favores concedidos por um imperador – o que incluiria uma promoção nos interstícios da burocracia imperial, ainda que houvesse princípios tácitos que regulamentassem tal progressão – tendiam a salientar a autoridade suprema concentrada pelo soberano e a manifestar os seus votos de gratidão. Isto se verificaria no caso de Eutrópio, que afirmaria que Constâncio II, “nos primeiros anos de seu reinado”, recompensou todos os que prestaram bons serviços a ele (Eutr., 10.15.2). Bird (1987, p. 146) enxerga nesta passagem um indício da experiência pessoal do autor, que teria ascendido ao posto de “*magister epistularum*” na corte de Constâncio II. Nestes termos, soaria como uma falta de “*obsequium*” se Aurélio Vítor deslustrasse abertamente a imagem daqueles sob cuja potestade ele se mantinha a serviço.

reinado de Septímio Severo envolveriam, em grande medida, um auto-elogio sutilmente estabelecido por Aurélio Vítor.

Assim, vejamos. O cargo de “advogado do fisco”, de nível equestre, exigia algum grau de conhecimento das leis por parte daqueles que o exercessem. A formação nas letras jurídicas, porém, equivalia a um nível mais avançado no estudo das artes liberais e, no Ocidente, a cidade de Roma congregava o principal, senão o único, núcleo de ensino do direito romano ao longo de toda a era imperial.¹³⁶ Propomos que Aurélio Vítor talvez estimasse que havia trilhado um caminho similar ao do fundador da dinastia severiana, deixando para trás sua África natal e dirigindo-se à *Urbs* para que se instruisse nas leis. Contudo, mais significativa ainda é a passagem em que, após indicar que um enfermo Septímio Severo veio a falecer na localidade de Eboráco (York) ao décimo oitavo ano de seu reinado (*Hist. abbrev.* 20.27), o historiador escreveria que o monarca havia

nascido em um meio humilde (*ortus medie humili*), [e] foi instruído primeiro nas letras, posteriormente no fórum; pouco acomodado com isto, como de costume em circunstâncias críticas, enquanto tenta ou anseia alcançar melhores [condições] por variadas [formas], ascendeu ao *imperium* (*Hist. abbrev.* 20.28).

Septímio Severo pertencia a uma das mais ricas famílias equestres de Lépcis Magna. Alguns de seus primos, inclusive, haviam exercido o consulado suffecto ao tempo de Antonino Pio. Se a linhagem dos Severos, a título de exemplo, não se compararia em riqueza e nobreza aos antigos Júlio-Cláudios, coisa alguma possuiria, entretanto, de “humilde”. Septímio Severo não tinha herdado o trono imperial – malgrado a fictícia adoção que fazia de Marco Aurélio o seu “pai” e de Cômodo o seu “irmão” – tampouco foi associado a ele por um imperador reinante. Tomou a púrpura no bojo de uma série de conflitos políticos e militares, os quais não escaparam ao conhecimento de Aurélio Vítor, ainda que o historiador conferisse outra roupagem àquelas disputas. Este, porém, optou por justificar a emergência de Septímio Severo em função de suas eventuais virtudes e, em particular, pelo mérito pessoal, tornando-o um digno sucessor dos Antoninos e de Pertinax.

Dito de outra maneira, o soberano de origem “provincial”, instruído na arte da retórica e na prática jurídica, teria atingido o cume da pirâmide social mediante o seu “*labor*”. Sendo assim, a ideia do grato reconhecimento destinado a Marco Aurélio (cf. *Hist. abbrev.* 20.30-31) se baseava, igualmente, na premissa das “humildes raízes” de Septímio Severo, na medida

---

¹³⁶ Para tanto, ver Cap. 1, p. 24-25.

em que configuraria uma demonstração de *modestia*, um ato condizente a um indivíduo em situação inferior diante de um varão, social e moralmente, superior.

Em suma, o Septímio Severo das *Historiae abbreviatae* configurava um modelo de ascensão social – levado a consequências extremas, a bem da verdade. Aurélio Vítor, por sua vez, exibiu a si mesmo como alguém que teria se norteado por tão esplêndido *exemplum*. Afinal, o historiador não escreveu que havia se tornado um *honestior* por causa de “tão grandes estudos” (cf. *Hist. abbrev.* 20.5)? Neste sentido, advogamos que, ao veicular uma pretensa origem pobre para Septímio Severo, Aurélio Vítor retrojetava em uma personagem do passado o seu próprio estatuto social¹³⁷ e justificava, no presente, a via por meio da qual conseguiu superar os condicionantes de nascimento.

Resta, por fim, uma questão a ser solucionada. Por que Aurélio Vítor teria feito do imperador Septímio Severo, em específico, um espelho para a sua própria trajetória? Parte da resposta pode ser facilmente encontrada em diferentes estudiosos, que se pautam na ideia de que Aurélio Vítor, motivado em maior ou menor grau pelo fato de Septímio Severo, tal como ele, ter nascido na África romana, recobriu o monarca de louvores.¹³⁸ Não devemos, contudo, conceder um peso demasiado a esta perspectiva. Um dos pretendentes ao trono imperial, em meio às convulsões políticas que sucedem ao assassinato de Pertinax e a ascensão de Dídio Juliano, era o governador da Bretanha, Clódio Albino. A família deste configurava uma das mais nobres que se enumeravam entre as camadas superiores de Adrumeto, uma importante localidade africana cuja fundação remontava aos fenícios e que se situava a, aproximadamente, 160 quilômetros de Cartago. Todavia, Aurélio Vítor mencionou Clódio Albino, em *Hist. abbrev.* 20.8-9, apenas como um dos rivais derrotados por Septímio Severo (ignorando, pois, a aliança entre ambos e o fato de Albino ter sido nomeado *César* no Ocidente, quando Septímio Severo alcançou o trono em junho de 193). Quer dizer, malgrado as raízes “africanas” de Clódio Albino, Aurélio Vítor não lhe concedeu uma abordagem distinta. Além disso, faz-se escusado apontar que, embora Septímio Severo tivesse nascido em Lépcis Magna, as origens de sua família remetiam à península Itálica.

Finalmente, julgamos oportuno sublinhar que o enaltecimento do reinado de Septímio Severo não teria de, necessariamente, se fazer acompanhar pela ideia de que o soberano

¹³⁷ Quanto a isto, ver também Bird (1984, p. 7).

¹³⁸ Cf., por exemplo, den Boer (1972, p. 57), Dufraigne (1975, p. 131), Mazzarino (1983, p. 297), Herzog e Schmidt (1989, p. 199), Bird (1994, p. 103), Birley (1999, p. 198) e Gonçalves (2001, p. 31). Por seu turno, Zecchini (1993, p. 213) argumenta, inclusive, que a adesão à memória histórica vinculada à *KG* não obliterou os resquícios de uma tradição diversa, própria da África romana. Este “filão africano” se notaria, no século IV, nos julgamentos efetuados por Aurélio Vítor a respeito dos imperadores da dinastia Antonina/Severiana, bem como nos poemas de Dracôncio, autor cristão advindo de uma das mais ricas famílias terratenentes de Cartago, e que viveu na segunda metade do século V.

preconizava também um exemplo de ascensão social graças ao domínio da cultura letrada. Em relação ao posterior governo de Aureliano, igualmente ovacionado pela disposição enérgica em disciplinar a soldadesca (cf. *Hist. abbrev.* 35.7-8; 35.12), coisa alguma se afirmaria a respeito de eventuais dotes literários cultivados pelo imperador. Some-se a isto a observação de que Aurélio Vítor exaltou a figura de Septímio Severo nos termos da “romanidade”, quer dizer, em função da excelência que o *princeps* teria demonstrado nos campos da “*eruditio*” (tal como se veria no domínio do “*ius Romanum*”) e da “*eloquentia*”. Isto equivaleria, pois, a uma manifestação de respeito perante a ancestral tradição romana. Por conseguinte, qualquer traço mais nítido que derivasse de uma eventual “africanidade”, da parte de Septímio Severo, foi ocultado no texto das *Historiae abbreviatae*.¹³⁹ Com efeito, o elogio dirigido ao fundador da casa severiana se alicerçava na perspectiva da “*romanitas*”, e não em uma possível “*africitas*” que o monarca porventura tivesse exibido durante os anos em que havia reinado.

Isto se encaixa, por outro lado, à tese de que as ações de Septímio Severo não se orientaram, especificamente, por uma ótica “filoafricana”. No que concernia, por exemplo, aos quadros que integraram a administração das províncias romanas na África, o imperador deu sequência à política dos Antoninos de nomear os membros das elites locais. Já as intervenções urbanísticas em Lépcis Magna responderam à secular importância econômica e social da cidade e de seu porto, e não resultaram de um estrito ato de favorecimento concedido àquela comunidade, como se motivado pela “*afra origo*” do soberano (FERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2006, p. 34). Partindo destes pressupostos, consideramos que Septímio Severo não devesse ser pensado como divulgador de uma “cultura púnica” ou tampouco defensor dos interesses das elites regionais e locais das províncias africanas. Sua ascensão ao poder se consumou no contexto das disputas políticas entre os governadores, à frente dos exércitos imperiais, após o assassinato de Pertinax (T. BARNES, 1967, p. 106).

Sendo assim, o fato de Septímio Severo e Aurélio Vítor remontarem suas origens à mesma área geográfica não esclarece, por si só, as razões que conduziram o historiador a compor um retrato tão peculiar a respeito do imperador em questão. Todavia, tal fator propiciou a Aurélio Vítor a possibilidade de criar um espaço definido, no interior do texto, para que engrandecesse a si próprio. Visto que a brevidade e as qualidades estilísticas de sua obra talvez não permitissem que se celebrizasse, Aurélio Vítor teria, ao menos, alcançado a *dignitas* que somente o estudo das artes liberais poderia conferir a um varão – algo que, nos

¹³⁹ Postura que difere daquela que se nota em meio ao *Epitome*. Neste, lê-se que Septímio Severo “foi suficientemente instruído na literatura latina, erudito na língua grega, [porém] mais à vontade com a eloquência em púnico (*Punica eloquentia promptior*), pois que havia nascido em Lépcis, na província da África” (*Epit.* 20.8).

meandros da narrativa, a trajetória de Septímio Severo haveria de preclaramente exemplificar. O “humilde, culto e triunfante” Septímio Severo portava, em última análise, uma representação que o historiador objetivou transmitir acerca de si mesmo.¹⁴⁰

Deste modo, após indicar no texto qual o caminho que havia percorrido para atingir a condição de “*honestior*” (cf. *Hist. abbrev.* 20.5), Aurélio Vítor salientou que se trataria de algo que considerava,

de fato, próprio de nossa estirpe (*gentis nostrae*)¹⁴¹, a qual, por algum destino pouco fecunda em homens bons, não obstante conduziria cada um destes a obter o seu lugar proeminente. Tal como [ocorreu com] o próprio [Septímio] Severo, pois não houve ninguém mais ilustre na *res publica* do que ele (*Hist. abbrev.* 20.6).

Tendo alcançado a púrpura por causa de seus méritos pessoais, o Septímio Severo apresentado na narrativa emulava a conduta daquele que compôs a obra. Sendo assim, chamemos de Septímio Severo o homem que governou o mundo romano em fins do século II e inícios do III. Mas, no interior das *Historiae abbreviatae*, pelo menos no que tangia à maneira pela qual a ascensão social do imperador foi esboçada, poderíamos igualmente denominá-lo como Aurélio Vítor.

¹⁴⁰ Nossa proposta se assemelha aos pressupostos teóricos expostos por Ruiz-Werner (1973, p. 11), de que o escritor/biógrafo encontraria no “outro” – isto é, no biografado – aquilo que previamente havia sentido ou vivenciado, como se o autor projetasse seus próprios traços pessoais no indivíduo a respeito do qual se ocupava. Neste caso, a elaboração do relato de Septímio Severo nas *Historiae abbreviatae* se escorava em uma subjetividade latente.

¹⁴¹ As edições contemporâneas da obra de Aurélio Vítor tomam a expressão “*gentis nostrae*” como “nossa nação” (cf. DUFRAIGNE, 1975, p. 26), ou “nossa raça” (cf. BIRD, 1994, p. 22; FALQUE, 1999, p. 213), como se Aurélio Vítor aludisse às origens africanas comuns a ele e a Septímio Severo. Todavia, se levarmos em conta todo o debate que o historiador desenvolveu sobre o tema da ascensão social ao longo do capítulo 20 de sua obra, julgamos mais apropriado que Aurélio Vítor estivesse a se referir ao estatuto jurídico e às condições econômicas e sociais usufruídas pelos indivíduos, ao invés das raízes geográficas. Neste caso, seria a “categoria” dos “*humiliores*” aquela que se revelaria escassamente fértil em produzir “homens bons” (isto é, cultos e reputados como dignos). Porém, quando tais “*boni*” são gerados, alcançariam o lugar que lhes era apropriado: alguns, como Aurélio Vítor, serviriam ao Estado imperial, ao passo que outros, como Septímio Severo, transformar-se-iam nos condutores do próprio Império.

CAPÍTULO 4 – Sobre restaurações e eternos retornos

4.1 “*Caracalla, pari fortuna quo pater*”

Finalizada a narrativa referente ao reinado de Septímio Severo e todo o caráter singular que a mesma comportava, Aurélio Vítor iniciaria o seu relato a respeito de “outro Antonino” sobre o qual se pincelaria um retrato notadamente peculiar: Caracala. Nas *Historiae abbreviatae*, podemos notar a presença de elementos que tornavam a época de Caracala igualmente distinta, à guisa do governo de seu antecessor, ou seja, o seu próprio pai. Para tanto, Aurélio Vítor assinalaria que o filho de Septímio Severo havia conhecido “sorte semelhante e [contraído] o mesmo matrimônio que seu pai” (*pari fortuna et eodem matrimonio, quo pater*) (*Hist. abbrev.* 21.2).

Feito isto, cabe destacar que as faltas cometidas tanto por Septímio Severo, quanto por Caracala, atenderiam por um único nome: Júlia Domna. De imediato, podemos pressupor que a superioridade moral que o historiador conferiu a Septímio Severo, em especial, mas também a Caracala, sofreria certa relativização, na medida em que ambos sucumbiram diante da mesma mulher. Nestes termos, partindo de uma retórica moralizante, Aurélio Vítor colocava em xeque a capacidade de autocontrole dos soberanos, condição esta que justificaria o domínio que a *persona* do imperador exercia sobre os demais cidadãos.¹

No caso específico de Caracala, a ideia de que ele teria mantido uma relação incestuosa com sua mãe, Júlia Domna, perpassa diferentes autores, que provavelmente se basearam em uma mesma tradição.² Isto se deduz, sobretudo, pelo fato de as *Historiae abbreviatae* e as demais fontes do século IV referirem-se, erroneamente, a Júlia Domna como “madrasta” (*nouerca*) de Caracala, partindo da suposição de que o imperador seria filho da primeira esposa de Septímio Severo, de nome Pácia Marciana.³

¹ Uma vez que os antigos romanos, conforme Stevenson (1992, p. 423), fundamentavam o discurso da proeminência individual sobre bases morais. Deste modo, se conclamava que os imperadores haveriam de se distinguir dos seus súditos em razão das virtudes para as quais deveriam atentar. Esta modalidade de discurso legitimava, assim, a posição privilegiada dos integrantes das camadas superiores romanas, em relação ao restante da sociedade, desde a época republicana (EDWARDS, 1996a, p. 25).

² Para além de Aurélio Vítor, cf. Eutr. 8.20.1; *HA.*, *Carac.* 10.1; *Epit.* 21.5.

³ Caracala nasceu no mês de abril de 188. Quando veio ao mundo, Septímio Severo já se encontrava casado com Júlia Domna havia três anos. Desta maneira, para que Júlia Domna se transformasse em madrasta do soberano, era preciso remontar o nascimento de Caracala à época em que Septímio Severo ainda tinha por esposa Pácia

No entanto, tamanha versão não era, ao que parece, corrente na primeira metade do século III. Herodiano (4.9.2-3), que bem sabia que Júlia Domna era, de fato, a mãe biológica de Caracala, relatou que os habitantes de Alexandria chamavam-na de “Jocasta”, aludindo, por meio de uma recorrência ao mito de Édipo, ao incesto que Júlia Domna e Caracala teriam consumado. Neste sentido, de acordo com Marasco (1996, p. 129), a ótica concernente à “incestuosa” Júlia Domna se desenvolveu gradualmente durante os séculos III e IV, e se escorava na ascendência da personagem, cujas origens remetiam a uma família de sacerdotes do templo de Baal em Emesa, na província da Síria. Em regiões orientais, como a referida Síria e o Egito, o incesto ainda configurava uma prática usual século IV adentro, a ponto de as autoridades imperiais terem se esforçado por reprimi-la e por fazer valer naquelas áreas os rígidos preceitos legais romanos, em matéria de direito privado.

Por seu turno, Dufraigne (1975, p. 133) sugere que a perspectiva de que Júlia Domna seria a madrasta do príncipe emergiu como uma tentativa de mitigar a indignidade inerente ao ato do incesto em si.⁴ Seguindo esta mesma linha de raciocínio, poder-se-ia inferir as razões que levaram Aurélio Vítor a asseverar que Septímio Severo e Caracala tiveram a mesma mulher por esposa (cf. *Hist. abbrev.* 21.2). O historiador tinha diante de si uma tradição que apregoava uma conduta sexual imprópria que abrangia mãe (ou madrasta) e filho (ou enteado); para dirimi-la, Aurélio Vítor assumiu a informação de que Caracala teria contraído núpcias com sua madrasta, de modo que esta, pois, tornar-se-ia o legítimo cônjuge do monarca (PENELLA, 1980, p. 382).

Em verdade, Aurélio Vítor deliberadamente poupou a figura de Caracala, projetando um retrato favorável do filho de Septímio Severo sem que, contudo, revisasse a tradição negativa a respeito de Júlia Domna. Em uma passagem de teor anedótico, se reiterava os desvios que Júlia Domna teria cometido em sua vida⁵ e se desenhava um quadro em que a “madrasta” revelava todo o seu caráter lascivo. Desnuda diante dos olhos de Caracala, Júlia Domna inflamou a “*libido*” do jovem imperador que, no entanto, manteve-se vacilante em relação à chance de possuí-la. Eis que, diante disso, a despuddorada mulher teria se dirigido a Caracala e replicado: “Te agrada? É completamente permitido [para ti]” (*Libet? plane licet*).

Marciana. Isto explica, por exemplo, os motivos que levaram Eutrópio (8.20.2) e o autor da *HA* (*Carac.* 9.1) a afirmarem que o imperador faleceu, em 217, com a idade de quarenta e três anos.

⁴ Muito embora isto não anulasse a ideia de incesto, pois que a legislação romana não diferenciava entre laços de parentesco consanguíneos e vínculos não consanguíneos, como os estabelecidos em caso de adoção, por exemplo. Do mesmo modo, a ética sexual comum à sociedade não o fazia diferente (MARASCO, 1996, p. 131).

⁵ Aurélio Vítor remontava aos fatos expostos em *Hist. abbrev.* 20.23, ao escrever que já havia relatado anteriormente os crimes em que Júlia Domna teria se envolvido (cf. *Hist. abbrev.* 21.3).

Na sequência do texto, Aurélio Vítor indicaria que o soberano casou-se com a viúva de seu pai (*Hist. abbrev.* 21.3).

Uma vez mais, o historiador desenvolveu a noção de que as personagens femininas atuavam como um elemento corruptor no âmago da corte imperial, quer dizer, no centro do poder (e da ação masculina). Destaque-se a aliteração empregada por Aurélio Vítor (*libet... licet*), que sumarizava o arquétipo do “mau” imperador, isto é, do governante que agiria em função de seus caprichos pessoais, subvertendo, pois, toda e qualquer disposição legal e moral para aplacar o seu desejo (FRANÇOIS, 1982, p. 939). Daí a hesitação que Aurélio Vítor atribuiu a Caracala, perante o corpo nu de sua “madrasta”, e que se revelaria na seguinte frase: “Eu quereria, se fosse permitido, usufruir [disso]” (*Hist. abbrev.* 21.3). Neste ensejo, o historiador fez de Caracala um *princeps* que procurava respeitar os limites da “*ciuilitas*”, daquilo que separaria os homens dos animais, e despejou toda responsabilidade pelo fraquejar do imperador sobre os ombros de Júlia Domna.

Com efeito, Aurélio Vítor travava um embate com toda uma tradição histórica, de inclinação senatorial, em meio a qual o governo de Caracala fora objeto de acerbo julgamento e avaliado sob o signo da crueldade (eg., *HA, Carac.* 9.3).⁶ Sendo assim, embora se reconhecesse que “o caráter mais moderado [de Geta] teria incomodado o seu irmão”, o historiador se mostrou furtivo em imputar a Caracala um papel atuante na morte de Geta, por ocasião da luta pelo poder em que ambos os filhos de Septímio Severo se embrenharam (*Hist. abbrev.* 20.32).⁷ Paralelo a isto, Aurélio Vítor negou com veemência, malgrado as vozes em contrário, a ideia de que Caracala teria ordenado o assassinio de Papiniano (*Hist. abbrev.* 20.33-34), além de ter veiculado a já mencionada perspectiva de um hesitante imperador diante da intriga e da sedução que sua “madrasta” artilhosamente teria lhe preparado.

Por isso, não surpreende que o historiador omitisse qualquer menção que fosse ao contato próximo que o imperador cultivou com as legiões ou acerca da espinhosa relação envolvendo o Senado e Caracala, sobre a qual um historiador (e senador) como Dião Cássio tanto havia se debruçado.⁸ A nosso ver, soa significativo que, a fim de sustentar o retrato de

⁶ Tradição acerca da qual Aurélio Vítor estaria ciente. O autor declarou que “aqueles que se interessam pela história” estimavam que fosse correto (*ut sane putant memoriae curiosi*) pensar que Caracala estava por trás da morte do jurista Papiniano (*Hist. abbrev.* 20.33). Essa referência feita à opinião corrente entre os “*memoriae curiosi*” parece evidenciar que Aurélio Vítor ansiasse por enfatizar aos seus leitores que ele próprio, em seu ofício de historiador, se desvinculava dos ajuizamentos veiculados quanto ao governo de Caracala.

⁷ A despeito do fato de, em outro ponto da narrativa, Aurélio Vítor ter salientado que os crimes envolvendo familiares configurariam um elemento recorrente ao longo da história romana, desde os primórdios da cidade (cf. *Hist. abbrev.* 39.29).

⁸ Dião Cássio (78.13.6) resumiu o desprezo que Caracala teria dispensado aos senadores ao afirmar que o imperador sempre os julgou inferiores quando comparados com os soldados.

“bom” imperador que se pincelava a respeito de Caracala, Aurélio Vítor tivesse reportado que o filho de Septímio Severo faleceu em Edessa, enquanto viajava pelas terras da Síria, sem prover, contudo, maiores detalhes a respeito do episódio (cf. *Hist. abbrev.* 21.5). Eutrópio, por outro lado, que pouco se ateve ao reinado de Caracala (na medida em que, em seu entender, o governante coisa alguma realizou de memorável, com exceção das termas construídas em Roma), relatou que o imperador faleceu no contexto de uma expedição militar que se lançava contra os partas (Eutr. 8.20.1-2).

Já o texto do *Epitome* (21.6) se revelava mais explícito, ao indicar que Caracala foi morto por um dos soldados que o escoltava, por ocasião de uma viagem que o monarca havia empreendido à cidade de Carras. Ora, ao que parece, Caracala partiu de Edessa para Carras, durante um dos intervalos de sua campanha pártica, com o intuito de empreender uma visita ao templo de Sin, a divindade da Lua entre os antigos babilônicos (CAMPBELL, 2007, p. 19). Diante disso, Aurélio Vítor optou por calar-se: apontar que a vida de Caracala havia chegado ao fim pelas mãos de um soldado, e no decorrer de uma jornada efetuada para se adorar a um deus “estrangeiro”, que não pertencia ao panteão romano, macularia toda a imagem que as *Historiae abbreviatae* formataram acerca do referido soberano.

Logo, se verifica o grau de liberdade que o historiador adotou frente à tradição histórica que manipulava, em razão de seus próprios objetivos. Ressaltava-se a ótica da filiação dos Severos com os Antoninos, em particular com Marco Aurélio, de modo que a era severiana emergia na obra como uma extensão natural do período de estabilidade que teria caracterizado, em linhas gerais, a dinastia Antonina. Não por acaso, Aurélio Vítor inseriu a informação de que os restos mortais de Caracala foram inumados junto ao dos Antoninos, em meio à comoção pública (*Hist. abbrev.* 21.6). Por outro lado, na narrativa das *Historiae abbreviatae*, Caracala se posicionaria como a antítese de Cômodo, pois, diferente deste, que corrompera o nome de sua família (cf. *Hist. abbrev.* 17.1), Caracala teria preservado a ilustre memória de seu pai (e, por conseguinte, a do fictício ancestral de Septímio Severo, ou seja, Marco Aurélio).

Contudo, em que pesem todos os esforços de Aurélio Vítor no sentido de rever a negativa imagem associada a Caracala, a força da tradição histórica não deixaria de ressoar no interior das *Historiae abbreviatae*. O historiador tinha ciência de que o cognome do imperador era “Bassiano” (cf. *Hist. abbrev.* 20.30) e, assim, quiçá soubesse também que o referido *cognomen* derivava do avô materno de Caracala, ninguém menos que o pai de Júlia

Domna, de nome Caio Júlio Bassiano.⁹ Entretanto, ainda que se reiterasse a noção de que Júlia Domna teria sido “madrasta” de Caracala, este, ao sucumbir perante a proposta do “*plane licet*”, acabou por se conduzir à maneira dos tiranos, que fraquejam diante das paixões. Ou, mais propriamente, Caracala teria, como ocorrera com o seu pai, “diminuído sua glória pessoal” (cf. *Hist. abbrev.* 20.23). Finalmente, a ideia de que Caracala teria sido um homem “paciente, acessível e tranquilo” (*patiens communis tranquillisque*), como se lê em *Hist. abbrev.* 21.2, contradizia a percepção de que o citado imperador se importunava com a natureza moderada exibida por seu irmão Geta (cf. *Hist. abbrev.* 20.32). Em suma, a desfavorável memória histórica forjada acerca de Caracala também encontrou guarida nas páginas da obra de Aurélio Vítor.¹⁰

O juízo efetuado, no que tangia a Caracala, parece ter influenciado a apreciação que se teceria acerca de Heliogábalo. Isto não quer dizer, porém, que Aurélio Vítor veiculasse um retrato positivo no que respeitava ao citado monarca; diz-se de Heliogábalo que buscava por todo o mundo romano os indivíduos mais depravados para que fizessem parte das grandes obscenidades por ele praticadas (*Hist. abbrev.* 23.2).¹¹ Por outro lado, se aceitava a fictícia notícia de que Heliogábalo era filho de Caracala.¹² Desta forma, Aurélio Vítor se limitou a informar que o soberano trasladou a Roma uma estátua do deus síriaco de quem emprestava o nome e que teria erigido, no interior do palácio imperial, um altar dedicado a tal divindade (*Hist. abbrev.* 23.2). A nosso ver, Aurélio Vítor eximiu-se da tarefa de estabelecer qualquer reflexão acerca dos atos de *impietas* encabeçados por Heliogábalo – que, ao favorecer o deus “estrangeiro” ao qual estava atrelado, teria desprezado todos aqueles que integravam o panteão romano – porque, em verdade, pouco tempo antes Caracala havia introduzido, na cidade de Roma, cultos egípcios (cf. *Hist. abbrev.* 21.4).

Ou seja, na condição de “filho” de Caracala, Heliogábalo teria seguido o precedente aberto por seu “pai”. Ora, ao tempo do principado de Augusto definiu-se um modelo, no

⁹ Como bem sabia o autor do *Epitome* (cf. *Epit.* 21.2; 23.2).

¹⁰ Algo que o historiador incautamente ratificou, ao reproduzir a perspectiva de que, ao tempo de Marco Aurélio, “foi concedida a todos, indiscriminadamente, a cidadania romana” (*data cunctis promiscue ciuitas romana*) (*Hist. abbrev.* 16.12). Em outras palavras, Aurélio Vítor se baseou, ainda que talvez inconscientemente, sobre a ótica de que uma justa e equânime medida resultaria somente da iniciativa tomada por um indivíduo que possuísse predicados similares. Partia-se da noção de que os fatos teriam de se ajustar à (pretensa) natureza dos atores sociais. Logo, se pressupunha que a *Constitutio Antoniniana* não refletiria senão o caráter de um imperador da envergadura de um Marco Aurélio, e não de “outro integrante” da dinastia dos Antoninos do nível de um Caracala.

¹¹ No entender de Aurélio Vítor, a *lasciuia* demonstrada por Heliogábalo seria tamanha que nem mesmo as mulheres mais devassas que porventura existissem poderiam igualar a depravação do monarca (cf. *Hist. abbrev.* 23.2). Tal perspectiva sumariza o julgamento assaz negativo que o historiador efetuou a respeito das personagens do gênero feminino.

¹² Heliogábalo, ou “Marco Antonino”, teria “nascido de Bassiano”, como se lê em *Hist. abbrev.* 23.1.

tocante às práticas religiosas romanas, que buscava valorizar os *mores maiorum*, ao se enfatizar os laços de continuidade entre a nova ordem que então se constituía e o passado republicano. Naquele ensejo, pois, foram delimitadas as fronteiras entre os cultos tradicionais de Roma e aqueles que lhes fossem exógenos, sobremaneira os de raiz oriental. A partir disto, no decorrer da era imperial, os conceitos de “*religio*” e de “*superstitio*” passaram a se confundir, respectivamente, com os ritos romanos e os ritos “estrangeiros” (ISRAELOWICH, 2008, p. 92). Malgrado as transformações na esfera da religião, em especial do século III em diante, que se caracterizavam justamente por uma nítida influência orientalizante¹³, poder-se-ia aventar que um autor como Aurélio Vítor se opusesse à introdução, no seio da *Urbs*, de rituais advindos de locais como o Egito e a Síria. E, mais grave ainda, práticas estas que haviam sido estimuladas pelos próprios imperadores, algo que implicava o fato de que os principais defensores da “*romanitas*” concorreriam para a dissolução dos ancestrais pilares político-religiosos sobre os quais o Estado romano se sustentaria.

Dito de outra forma, “*the emperor’s own performance of religious ritual was the supreme model and exemplified the pietas that he, as pontifex maximus, was expected to demonstrate to the gods throughout the year*” (HARVEY, 2004, p. 56). Ou seja, os “pagãos” julgavam que os soberanos romanos que negligenciassem os ritos tradicionais corresponderiam a varões *impii* e, desta forma, passíveis de sofrerem sanções. Por outro lado, a *pietas* exibida pelo “bom” monarca estaria intimamente relacionada com a percepção de *felicitas temporum*, por exemplo. Tais princípios subjazem à silenciosa oposição que se observa, na tessitura narrativa, em relação ao cristianismo impulsionado pela casa constantiniana nos meados do século IV.

Nestes termos, a postura neutra de Aurélio Vítor em face da “*superstitio*” de Heliogábalo revela, a nosso ver, vestígios da perspectiva que se pode notar no tocante ao reinado de Caracala, no sentido de relativizar os vícios dos descendentes, pretensos ou reais, de Septímio Severo. Por sua vez, a proximidade com o fundador da casa severiana configurava, igualmente, um dos ingredientes a compor o retrato efetuado sobre Severo Alexandre nas *Historiae abbreviatae*.¹⁴ Aurélio Vítor assegurava que o imperador recebeu o

¹³ O mundo mediterrâneo encapsulado pelo Império romano assistiu a diversas modificações, tangentes à assimilação de cultos religiosos “estrangeiros” no seio de regiões que, de início, se restringiam a tradições “endógenas”. Divindades da Ásia Menor e do Egito foram “romanizadas”, em suas formas rituais e em suas funções cívicas, e passaram a ser celebradas no interior do próprio pomério. Além disso, não raro os imperadores cooptavam sacerdotes e patrocinavam as festividades religiosas destinadas a deuses “exógenos”. Os cultos de mistério vinculados às religiões orientais, dada a sabedoria “exótica” que carregariam, atraíram as atenções em Roma e na Itália com o avançar dos séculos. Para tanto, ver Frankfurter (2006, p. 562).

¹⁴ Uma rápida comparação com os textos do *Breviário* eutropiano e, em particular, do *Epitome*, se mostra pertinente. A era dos Severos foi abarcada em ambas as obras de modo bastante fugaz, especialmente no que

nomen de “Severo” por causa da dureza com a qual lidava com os soldados, algo que lhe permitiu conter, de modo incisivo, os legionários que haviam se amotinado na Germânia (*Hist. abbrev.* 24.3-4). Ora, a pretensa *seueritas* do filho de Júlia Mamea emularia a conduta firme adotada por seu ilustre antecessor, Septímio Severo, que teria se mostrado implacável mesmo com relação aos menores deslizes, na medida em que um “*uir experiens*” como ele compreendia que os homens incorriam nos vícios em razão da ausência de líderes¹⁵ ou pela desarmonia provocada por “*factiones*” (cf. *Hist. abbrev.* 20.20-21).

Nestes termos, o historiador desenvolveu a perspectiva de que Severo Alexandre representaria um “homem experiente”, embora contasse com pouca idade.¹⁶ E, tal como Septímio Severo, tratar-se-ia de um governante que teria se guiado de acordo com os preceitos da civilidade. As referências às boas relações que Severo Alexandre teria mantido com os nobres, bem como o interesse pela aplicação da justiça (cf. *Hist. abbrev.* 24.6), sinalizariam o exercício da *comitas*, da polidez e da afabilidade no contato com aqueles que seriam reputados como iguais.

Ao contrário, no entanto, daquele a quem Aurélio Vítor subentende que teria imitado, a mão forte de Severo Alexandre em relação aos soldados findou por lhe custar a própria vida. Entretanto, a maneira como o imperador teria falecido não causa espanto algum, levando-se em conta a postura que Aurélio Vítor atribuiu aos militares no desenrolar da história imperial: os soldados, atemorizados com a “severidade” do imperador, o aniquilaram “em um vilarejo da Bretanha, cuja denominação era Sicília¹⁷” (*Hist. abbrev.* 24.4). Em verdade, porém, Severo Alexandre e sua mãe foram assassinados na Germânia Superior, mais precisamente na

---

concernia aos reinados dos sucessores de Septímio Severo, sobre os quais não se introduzem maiores detalhes. A narrativa do *Epitome* abrangia, por sua vez, elementos que Aurélio Vítor ignorou ou, antes, deliberadamente ocultou a fim de não comprometer o retrato edulcorado exibido, nas *Historiae abbreviatae*, a respeito dos descendentes de Septímio Severo, salvo Heliogábalo. Sendo assim, Caracala teria se casado com sua “madrasta” porque não era capaz de controlar sua “*libido*” (*Epit.* 21.5); as deturpações de Heliogábalo teriam chegado ao ponto de o imperador ter se emasculado e ordenado que se dirigissem a ele como “Bassiana” e não “Bassiano”, como se de uma mulher se tratasse (*Epit.* 23.3). Por fim, Severo Alexandre foi apresentado como um jovem dominado por sua mãe, de tal forma que se insinuava que o desprestígio do governante entre os legionários, que findaria em sua morte, teria ligação com a ascendência de Júlia Mamea sobre seu filho (*Epit.* 24.4).

¹⁵ A ideia de que a ação enérgica do “*dux*” coibiria as faltas que seus subordinados poderiam, eventualmente, cometer, fornece o pano de fundo da crítica que Aurélio Vítor apresentou acerca do “*tenue studium*” que Constâncio II teria demonstrado diante do comportamento de seus servidores (cf. *Hist. abbrev.* 42.24). Sem mencionar que tal ponto de vista fundamentava a noção de que o imperador romano reuniria as condições de, genericamente, submeter os “vícios”, como proclamado em *Hist. abbrev.* 20.24.

¹⁶ Concepção esta que se articula à temática do “*quinquennium Neronis*”. Para tanto, ver Cap. 3, p. 226 ss.

¹⁷ Callu (1997, p. 373) sugere que o vocábulo “Sicília” se referiria não ao povoado em que a vida de Severo Alexandre teria chegado ao fim, mas antes a um local destinado à hospedagem, ou a um salão de repouso. À guisa de comparação, Suetônio escreveu que Augusto costumava se retirar para um cômodo nos andares superiores de sua residência no Palatino, o qual o próprio imperador denominava como “Siracusa”, quando planejava desenvolver alguma atividade particular e não ser interrompido por outrem (Suet., *Aug.* 72.2). O nome pelo qual Augusto chamaria a mencionada acomodação, que remetia a uma cidade siciliana, talvez tenha ecoado no interior da tradição historiográfica latina e sido adaptado para o uso em contextos diferentes do original.

Mogúncia (Mainz), em março de 235, durante os preparativos de uma ofensiva que seria dirigida contra os germanos do outro lado do Reno.¹⁸ Dufraigne (1975, p. 139) esclarece que o “*uicus Britannicus*” correspondia a uma guarnição militar, localizada próxima a Mogúncia, ocupada por soldados de ascendência bretã (os chamados “*Britanni*”). Ainda que a explicação formulada por Dufraigne aclare as origens da confusão envolvendo o nome da província em que Severo Alexandre morrera, resta ainda nos interrogarmos a respeito da importância que, em meio à narrativa de Aurélio Vítor, adquiriria o fato de o imperador ter supostamente perecido na Bretanha.

A nosso ver, o historiador buscou estabelecer um paralelo entre as mortes de Severo Alexandre e Septímio Severo. O falecimento deste ocorreu, de fato, em terras bretãs, “não muito depois” (*neque multo post*) de um infrutífero levante militar, cujo objetivo seria o de elevar Caracala à condição de *Augusto*, dado que uma enfermidade nos pés acometia Septímio Severo e, logo, postergava a conclusão de uma campanha bélica (*Hist. abbrev.* 20.25; 20.27). Posto desta maneira, as vidas dos dois soberanos, retratados como enérgicos mantenedores da disciplina entre os soldados, teriam conhecido um final similar: no texto das *Historiae abbreviatae*, Septímio Severo e Severo Alexandre vieram a falecer na Bretanha, pouco depois de ambos terem aplacado um episódio de sublevação entre os militares.

Em que pese tal semelhança, persistia ainda uma diferença crucial. No caso de Septímio Severo, todo o exército romano então agrupado, dos comandantes aos mais simples soldados, prostrou-se diante do referido governante e suplicou por perdão. Somente depois deste acontecimento, segundo Aurélio Vítor, é que Septímio Severo tombou morto, vitimado por uma doença (*Hist. abbrev.* 20.26-27). Severo Alexandre, por seu turno, não desfrutaria de sorte similar, na medida em que a repressão dos amotinados, “a qual naquele momento conferiu [ao monarca] glória, logo depois lhe trouxe a ruína” (*Hist. abbrev.* 24.3). No entender de Aurélio Vítor, a eliminação de Severo Alexandre, por obra dos militares, simbolizava o final de uma era e marcava o surgimento de outra, a qual, não por acaso, se iniciava com um “barbarizado” soldado, o imperador Maximino, o Trácio.

Podemos concluir que o terceiro estágio preconizado por Aurélio Vítor em sua história imperial equivale a um estendido “século” dos Antoninos e, assim sendo, expressava um período de estabilidade ímpar. Assim sendo, entre os reinados de Nerva e de Marco Aurélio, a

¹⁸ Como indicado por Herodiano (6.7-9), que detalhou as etapas do complô militar que redundou na morte de mãe e filho. Eutrópio (8.23.1), por sua vez, situou a morte de Severo Alexandre nas Gálias. Uma alusão feita ao vocábulo “Sicília” apareceu também na *HA* (*Alex. Sev.* 59.6), em uma passagem que nos indica que o anônimo biógrafo mesclou as informações transmitidas tanto por Aurélio Vítor quanto por Eutrópio. Nos termos da *Vita Alexandri Severi*, o soberano teria sido eliminado “na Bretanha ou, como querem alguns, na Gália, em um vilarejo cujo nome é Sicília”.

presença dos militares na narrativa se tornou escassa, uma vez que não se indicaram episódios de revolta por parte dos legionários e dos pretorianos¹⁹ e, do mesmo modo, se apontava que os exércitos imperiais foram empregados exclusivamente em guerras contra povos estrangeiros (BIRD, 1984, p. 44). Isto se verifica a partir das menções efetuadas às campanhas dácica e pártica de Trajano (*Hist. abbrev.* 13.3), à vitória de Lúcio Vero sobre Vologeses, rei dos “persas” (isto é, dos partas) (*Hist. abbrev.* 16.4) e às lutas contra os marcomanos ao tempo de Marco Aurélio (*Hist. abbrev.* 16.13). Em suma, Aurélio Vítor estabeleceu um panorama em que as décadas que medeiam a ascensão de Nerva e o assassinio de Severo Alexandre se caracterizariam pela manutenção da paz externa e, sobretudo, da disciplina entre os militares, bem como pelas boas relações nutridas entre os *principes* e os senadores.

Mas tal período não estaria isento de oscilações. Os imperadores que se elencariam entre os “*mali*” se confundem com aqueles que emergiram e, em especial, mantiveram-se no trono sustentados estritamente pelos militares, como se aos homens de armas estivessem subordinados. Assim, o poder do “tirano” Cômodo se alicerçava apenas sobre os seus “*satellites*” (cf. *Hist. abbrev.* 17.7). Por “*satellites*”, Aurélio Vítor provavelmente se referiria tanto aos servidores mais próximos do filho de Marco Aurélio, quanto aos encarregados pela escolta de Cômodo, os pretorianos, liderados por Cleandro, um liberto imperial. A mesma guarda pretoriana que, segundo o historiador, também esteve envolvida na ascensão do “magnicida” Dídio Juliano (*Hist. abbrev.* 18.2-19.1).

No que respeitava à figura de Macrino, Aurélio Vítor escreveria que o prefeito do pretório de Caracala fora nomeado imperador pelas legiões e, quatorze meses depois, assassinado pelos mesmos indivíduos que o haviam selecionado (cf. *Hist. abbrev.* 22.1; 22.4). O governo de Macrino, marcado pelo historiador em função apenas da “*saevitia*” e da “*inciuitas*”, se situaria na narrativa como um breve interlúdio em meio à dinastia

¹⁹ Que Aurélio Vítor coisa alguma informasse sobre os mais que obscuros casos de Atílio Ticiano e de Cornélio Prisciano, que teriam aspirado ao poder durante o reinado de Antonino Pio (cf. *HA.*, *Pius* 7.3-4), soaria compreensível. Mas a omissão feita ao movimento usurpatório encabeçado por Avídio Cássio em áreas orientais (Síria e Egito, sobretudo), ao tempo de Marco Aurélio, talvez derivasse de uma tentativa de suprimir, da narrativa, todo elemento de dissensão que não se adequasse à ótica da harmonia política, que Aurélio Vítor veiculou a respeito de um “bom” reinado como o de Marco Aurélio. O autor do *Epitome*, pelo contrário, não se furtou a indicar que Avídio Cássio tinha almejado o trono e, por tal razão, acabou morto (*Epit.* 16.11). Ademais, o fato de o ignoto responsável pela *HA* ter dedicado uma biografia completa à figura de Avídio Cássio parece sugerir que, ao menos em fins do século IV, se atribuisse alguma relevância à memória histórica deste malsucedido pretendente ao trono. Cf., igualmente, Amiano Marcelino (21.16.11-12), que opôs a irascibilidade de Constâncio II com a placidez de Marco Aurélio, comparando as ações do predecessor de Juliano com a conduta do insurgente Avídio Cássio. De todo modo, haveríamos ainda de considerar dois aspectos: o primeiro diz respeito à “perspectiva latinocêntrica” que se depreende no interior da narrativa de Aurélio Vítor. O desabrochar de um movimento usurpatório em território siríaco talvez não parecesse relevante aos olhos do historiador. Em segundo lugar, cabe recordar que as personagens tidas por “usurpadoras” emergem em uma posição secundária nos meandros da obra, de maneira que a inexistência de menções a algumas delas não inviabilizava o quadro histórico traçado por Aurélio Vítor. Quanto a este último ponto, cf. Cap. 1, p. 87, n. 129.

Antonina/Severiana. Aurélio Vítor, influenciado pela propaganda imperial veiculada pelos Severos, apresentou Macrino e seu filho como elementos exógenos, os quais, portanto, não deveriam constituir objeto de maior análise.²⁰ Já a irrefreável devassidão de Heliogábalo teria, no entender de Aurélio Vítor, suscitado até mesmo o desprezo dos militares, de modo que o soberano encontraria a morte no acampamento dos pretorianos (*Hist. abbrev.* 23.3).

Contudo, faz-se preciso ressaltar que o “bom” imperador Severo Alexandre também recebeu o título de *Augusto* contando com a aprovação dos “*milites*” e, treze anos mais tarde, viria a ser assassinado pela soldadesca (cf. *Hist. abbrev.* 24.1; 24.4). Apesar disso, é interessante constatar que o próprio historiador matizou a questão que tangia à ascensão do imperador, ao informar que, por ocasião da chegada de Heliogábalo ao trono, os “*nobiles*” teriam conferido ao então Aurélio Alexandre a dignidade de *César* (*Hist. abbrev.* 23.3). Ou seja, o soberano teria sido associado ao poder mediante uma iniciativa dos prudentes senadores, do que se subentenderia que a “aprovação dos soldados”, de que nos fala Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 24.1, resultasse no fato de a potestade de *Augusto* ter sido entregue a Severo Alexandre por uma disposição inicial dos nobres.

Nos termos da narrativa das *Historiae abbreviatae*, graças às qualidades de Severo Alexandre, a *ferocia* dos homens de armas teria sido canalizada para o combate contra inimigos externos, como os sassânidas comandados pelo rei Xerxes, assim como a desordem política, derivada dos motins provocados pelos soldados, teria sido contornada.²¹ Porém, ao neutralizar as danosas ações dos militares, Severo Alexandre acabaria por perder a vida. Em seguida, se inauguraria uma nova etapa na história do Império romano, sob o signo da instabilidade, e colorida pela eliminação de sucessivos imperadores e pela eclosão de violentas guerras civis.

---

²⁰ Para a concepção do reinado de Macrino como um hiato no interior da era severiana, ver Fernández e González (2006, p. 27). De acordo com Syme (1972, p. 275), a historiografia latina tardo-antiga concebia o governo de Macrino como um interlúdio, no seio da dinastia Severiana, em razão do fato de Macrino corresponder ao primeiro varão de nível equestre – em outras palavras, a um não senador – a ter alcançado a púrpura. Todavia, no que concerne às *Historiae abbreviatae*, peso algum se concedeu ao fato de Macrino não ter pertencido ao Senado. Como declararia Aurélio Vítor, homem de humilde extração social, os melhores dentre os mortais se distinguiriam antes em função da “decência de sua vida (*uitae decore*) do que pelos títulos perseguidos e acumulados [...]” (*Hist. abbrev.* 33.30).

²¹ Percepção esta que explicita as razões pelas quais, conforme Aurélio Vítor, “deveu-se a [Severo] Alexandre que não se iniciasse de modo abrupto a degradação” do Estado romano (cf. *Hist. abbrev.* 24.9).

4.2 Um tempo cíclico nas *Historiae abbreviatae*? Aureliano e a refundação de Roma

A partir da ascensão do “inculto” e, pois, “barbarizado” Maximino, o Trácio, o historiador pontuaria uma série de levantes militares e guerras intestinas que tumultuaram todo o Império. O relato acerca do curto reinado de Décio, que havia alcançado o poder depois de derrotar no campo de batalha o seu antecessor, o imperador Filipe, o Árabe (*Hist. abbrev.* 28.10), apresentava um padrão significativo. Décio e seu filho, Herênio Etrusco, com quem compartilhava o *imperium*, teriam permanecido em Roma a fim de consagrarem as “edificações” que haviam construído.²² Neste ínterim, Jotapiano rebelou-se na Síria e, “ao mesmo tempo, por aqueles dias”, o governador da Macedônia, Lúcio Prisco, tomou a púrpura, por ocasião de uma invasão perpetrada pelos godos. Quando Décio migrou da *Urbs* em direção ao Danúbio, Júlio Valente proclamou-se imperador na cidade, contando com o apoio das massas populares (cf. *Hist. abbrev.* 29.2-3).

Este esquema, que traduzia no texto a instabilidade política que marcou os meados do século III, se assentaria em um binômio, tal como perceptível na composição de Aurélio Vítor: soberanos fracos e dotados de pouca virtude, de um lado, e soldados gananciosos e imorais, de outro. Daí que lêssemos, na continuidade da narrativa, que enquanto os sucessores de Décio, os imperadores Treboniano Galo e Volusiano, se mantiveram em Roma a fim de lidar com uma virulenta epidemia de peste que assolava a cidade, o governador da Mésia, “Emílio Emiliano, assenhoreou-se do supremo poder [uma vez] corrompidos os soldados” (*Hist. abbrev.* 30.2-31.1). Os legionários que teriam manifestado sua lealdade a Treboniano Galo e a Volusiano foram, inclusive, eliminados por seus próprios companheiros, inflamados tanto pela expectativa de obter uma larga recompensa por parte de Emílio Emiliano, como pelo fato de Treboniano Galo e Volusiano, “desmesurados em relação ao luxo e à lascívia, perverter[e]m suas obrigações de maneira descuidada” (*Hist. abbrev.* 31.2).²³

Christol (1980, p. 64) postula que, no interior da tradição histórica latina, Treboniano Galo figurava como um débil soberano, pois havia aberto mão de uma política externa ativa e optado por medidas paliativas, tais como o pagamento de tributos, como um meio de

²² Tratar-se-ia, provavelmente, de uma referência feita às termas erigidas, ao tempo de Décio, na região do Aventino, cujos vestígios desapareceram por completo ainda no século XVI.

²³ Comparemos o texto de Aurélio Vítor com as narrativas do *Breviário* eutropiano e do *Epítome*. Eutrópio (9.5-6) se limitou a informar que a peste marcara a época de Treboniano Galo e de Volusiano e que Emiliano, de obscura linhagem, havia se rebelado na Mésia. Por seu turno, o autor do *Epítome* (31.1-2) tão somente mencionou os nomes de Treboniano Galo e de Volusiano, ao passo que trouxe alguns detalhes a respeito da origem e do caráter de Emiliano. Deste modo, apenas Aurélio Vítor se ocupou em salientar a atuação dos soldados em meio a esse contexto de crise política.

apaziguar o ímpeto dos godos que, liderados por Cniva, devastaram várias províncias romanas na região do Danúbio. Nas *Historiae abbreviatae*, porém, o exíguo relato a respeito do governo de Treboniano Galo se focava nas crises internas – a proclamação de Emílio Emiliano e a inconstância dos soldados. Desta forma, as relações entre o Império e os invasores godos foram obliteradas. Aurélio Vítor preferiu, assim, ressaltar que os “lascivos” Treboniano Galo e Volusiano teriam se mostrado incapazes de realizar a tarefa de governar o Estado e, conseqüentemente, de garantir a disciplina no interior do exército. Apenas de uma forma assaz incidental é que poderíamos conceber, em meio à afirmação de que os citados monarcas negligenciaram seus deveres (cf. *Hist. abbrev.* 31.2), uma alusão à política de “não enfrentamento” que havia sido adotada diante da ameaça gótica, nos inícios da década de 250.

Em que pesem os vícios de Treboniano Galo e de Volusiano, a fragilidade do Estado romano alcançaria contornos dramáticos, no entender de Aurélio Vítor, ao tempo do vilipendiado Galieno.²⁴ Neste sentido, os reinados de imperadores como Cláudio, o Gótico, Aureliano, Probo ou Diocleciano seriam retratados, nas *Historiae abbreviatae*, como um período de restauração da *res publica* e dos *mores* a ela conectados. Em razão desta ótica, Aurélio Vítor teceu algumas considerações ímpares, se cotejadas com o restante da obra: os homens de armas revelariam uma moderação e uma prudência praticamente inauditas. Tal se nota, por exemplo, em *Hist. abbrev.* 34.1:

Porém os soldados, os quais dificilmente as circunstâncias ruinosas (*perditae res*) impelem a adotar, contra a sua natureza (*contra ingenium*), decisões corretas, quando verificaram que tudo estava destruído (*afflicta omnia*), avidamente aprovaram e elevaram Cláudio [o Gótico] ao poder imperial, varão capaz de suportar as dificuldades, justo e inteiramente devotado à *res publica* [...].

Decerto que, ao salientar a abnegação com a qual Cláudio, o Gótico, teria se dedicado ao “bem comum”, Aurélio Vítor contrapôs as figuras de Galieno e a de seu sucessor imediato, como apontado por Pohlmann (2010, p. 66).²⁵ Todavia, foi sobre o reinado de Aureliano que o historiador desenvolveu, de maneira aprofundada, toda uma perspectiva de renovação do mundo romano, de suas instituições e seus valores. Retratou-se Aureliano como o *dux* que, após “as circunstâncias ruinosas” que caracterizaram o governo de Galieno – e mesmo todo o

²⁴ Perspectiva que o historiador resumiu ao cunhar a expressão “*desperatio animi*” (cf. *Hist. abbrev.* 33.5) para designar a situação em que se encontraria o Império romano sob o domínio de Galieno.

²⁵ No entender de Curran (2000, p. 16), Aurélio Vítor teria, ao garantir que Cláudio, o Gótico, havia emulado os *mores* dos Décios (cf. *Hist. abbrev.* 34.2), reproduzido uma tradição de inclinação senatorial em meio a qual se pretendia contrapor a postura de Cláudio, o Gótico, com a política religiosa promovida por Galieno, marcada pela tolerância diante dos cristãos.

período iniciado com a morte de Severo Alexandre em 235 – conseguiu restaurar a ordem diante dos usurpadores e dos bárbaros que teriam colocado em risco a integridade do Império.²⁶

Há de se lamentar, porém, que os manuscritos quatrocentistas que nos legaram a obra de Aurélio Vítor contenham uma lacuna textual, entre os reinados de Cláudio, o Gótico e Aureliano (cf. *Hist. abbrev.* 34.7). A despeito disto, é possível reconstruirmos, com relativa segurança, os temas para os quais o historiador teria se voltado no trecho inexistente no texto supérstite das *Historiae abbreviatae*. Parece provável que Aurélio Vítor houvesse inserido alguma menção ao sucessor imediato de Cláudio, o Gótico, o fugaz imperador Quintílio, e descrito a ascensão de Aureliano ao trono. A passagem que se segue à lacuna parece sugerir, ademais, outro elemento. Lê-se que os soldados teriam aceitado algo – que desconhecemos, dada a omissão textual que antecede a frase – na expectativa de obterem recompensas ou contemplarem sua devassidão (*Hist. abbrev.* 34.7). Na sequência, Aurélio Vítor indicaria que os romanos conquistaram uma dura e amarga vitória, na medida em que certos indivíduos estariam dispostos a defender, com gana, “poderes indulgentes (*remissa imperia*) [ao invés daqueles] que são úteis”, pois que acostumados a cometerem faltas sem qualquer punição (*Hist. abbrev.* 34.8).

Callu (1996, p. 143-144) procura aclarar o significado dos versículos supracitados. Aurélio Vítor discorreria a respeito da derrota que Aureliano impôs a Zenóbia e ao regime autônomo por ela comandado a partir de Palmira, nas fronteiras orientais do Império. Os legionários de Aureliano teriam alimentado a esperança de arrecadar, facilmente, um grande butim e de desfrutar dos prazeres do Oriente (*militibus praemiorum spe seu lasciuias*). Mas a subjugação do Reino de Palmira revelar-se-ia, pelo contrário, extremamente penosa, uma vez que os soldados que lutaram em nome de Zenóbia o teriam feito com bastante vigor, apegados que estavam a um governo indolente, levando-se em conta as palavras do historiador.²⁷

Nestes termos, a rainha Zenóbia haveria de ser traçada por Aurélio Vítor a partir das cores que comumente definiam as personagens femininas ao longo de toda a narrativa. Porém, isto redundava, continua Callu, em um questionamento da própria posição de Aureliano. Logo, a forte resistência imposta pelos palmiranos, liderados por uma mulher, colocava em

²⁶ Tal ponto de vista também sustentava a abordagem do autor da *HA* em relação a Aureliano. Para tanto, cf. Corassin (1997a, p. 107).

²⁷ Cf. Tac., *Ann.* 15.48.4: “aqueles que se regozijam na doçura dos vícios querem um poder sem rigor”. Tácito assim escreveu em referência à frouxidão do caráter de Calpúrnio Pisão, líder da conjuração tramada contra o governo de Nero no ano de 65.

xeque os predicados marciais de Aureliano.²⁸ Julgamos que Eutrópio ecoou indiretamente esta ideia, uma vez que afirmou em seu *Breviário* que o imperador havia aprisionado Zenóbia no contexto de uma batalha sem maior relevância (cf. Eutr., 9.13.2). O discurso eutropiano sinaliza que os pósteros talvez tivessem subestimado e desconsiderado o triunfo alcançado por Aureliano no Oriente, na medida em que o soberano teria se sobreposto a uma reles “*muliercula*”. Contudo, a fim de manter intacto o retrato de Aureliano enquanto “*restitutor orbis*”, Aurélio Vítor elaborou uma solução moralizante, familiar à sua obra. Assim sendo, se atestaria que os homens, apegados aos vícios, defendem tenazmente um poder corrompido, condição esta que não poderia senão tornar o aniquilamento dos “*remissa imperia*” de Zenóbia uma missão das mais árduas e, por extensão, transformá-lo em um feito dos mais notáveis (*Hist. abbrev.* 35.1).

À guisa de conclusão, a representação *ex silentio* que podemos reconstituir, no tocante a Zenóbia, se prende aos signos negativos que caracterizaram as mulheres no interior das *Historiae abbreviatae*. Apesar disto, no interior da *Vita Aureliani* consta a percepção de que a rainha oriental teria empreendido uma guerra à maneira de um varão e que, ao mesmo tempo, temerosa como mulher que era, lutara obstinadamente por medo do castigo que receberia (cf. *HA., Aurel.* 26.3-5). Quer dizer, tanto Aurélio Vítor quanto o ignoto autor da *HA* enalteceram a vitória de Aureliano sobre Zenóbia e minimizaram, cada qual ao seu modo, as alegações em contrário.

Restava, ainda, que Aureliano lidasse com outro problema que cindia o mundo romano, qual seja, o “Império Gálico”, cujas origens também remontavam à época de Galieno. Em meio a um relato um tanto quanto anedótico, o historiador indicou que o “imperador gálico” Tétrico, por meio de uma carta, havia estabelecido um acordo com Aureliano a fim de abdicar de sua posição. Para tanto, Tétrico teria deixado os seus próprios comandados à míngua durante uma batalha (*Hist. abbrev.* 35.3-4). Feito isto, a menção ao episódio permitiu a Aurélio Vítor realçar a *clementia* do monarca, que teria concedido o perdão a Tétrico de tal forma que o outrora *hostis* foi elevado ao cargo de “*corrector Lucaniae*” e seu filho (Tétrico *junior*) obteve o laticlavo.²⁹

²⁸ A empresa bélica lançada por Aureliano contra Zenóbia, no decorrer dos anos de 272 e 273, foi marcada por duas acirradas batalhas, as quais foram travadas nos arredores de Antioquia e de Emesa, sem contar o demorado sítio que as tropas romanas, na etapa final da guerra, levantaram sobre a própria cidade de Palmira.

²⁹ No século III, os imperadores enviavam os chamados “*correctores*”, oficiais de nível senatorial, para fiscalizarem as atividades dos magistrados locais, em diferentes municípios da Península Itálica. O cargo específico de “*corrector Lucaniae (et Bruttiorum)*”, entretanto, tornou-se regular somente a partir das reformas que Diocleciano implementou no seio da administração imperial, subordinado ao vicário da Itália *suburbicaria* (isto é, da Itália “abaixo de Roma”, as áreas ao sul da península, incluindo também as ilhas da Córsega, da Sardenha e da Sicília). Ainda que configurasse um ligeiro anacronismo, a referência ao apontamento de Tétrico

Por sua vez, a resignação de Tétrico perante o *Augusto* legítimo garantiria a ele a simpatia de Aurélio Vítor, que definiu como “excelso” o biênio de Tétrico à frente das Gálias (*Hist. abbrev.* 35.5). O elogio dirigido ao usurpador Tétrico atenderia, entretanto, a outros propósitos. Se a vitória arduamente conquistada diante de uma mera “bandida” como Zenóbia carecia ser legitimada, para que se sustentasse a lustrosa imagem de Aureliano, a insignificância da pugna que resultou na deposição de Tétrico haveria de ser, da mesma forma, justificada.

Logo, a excelência do governo de Tétrico, comprovada a partir da expulsão dos germanos que haviam invadido o território galo-romano, se via ameaçada pela venalidade dos próprios legionários subordinados ao usurpador, os quais haviam sido corrompidos por Faustino, um dos governadores (*praeses*) de Tétrico (*Hist. abbrev.* 35.4).³⁰ A renúncia voluntária de Tétrico, abandonando os seus soldados em meio à luta travada contra as forças de Aureliano, não diminuiria, como era de se esperar, a glória obtida pelo imperador, uma vez que o exército oponente, acéfalo, entrou em um estado de confusão e se fragilizou (cf. *Hist. abbrev.* 35.5). Em verdade, o episódio tangente à dissolução do “Império gálico”, no texto de Aurélio Vítor, desvelaria um corretivo que Aureliano aplicou aos subornáveis militares, que ignoravam os seus deveres e colocavam em perigo a estabilidade que o usurpador Tétrico, em que pese a sua falta de legitimidade, havia construído nas Gálias.

Neste caso, o historiador ilustrava aos seus leitores a faceta disciplinadora de Aureliano em relação à *desidia* e à *avaritia* demonstradas pelos soldados, e a disposição do soberano no sentido de assegurar a ordem no interior da sociedade imperial. Similarmente, ao poupar a vida de Tétrico e até mesmo premiá-lo, o monarca assinalava o seu entusiasmo em reconhecer os méritos de seus súditos. Portanto, se salientava, nas *Historiae abbreviatae*, mais uma das possíveis qualidades de Aureliano que concorreriam para a manutenção da harmonia no seio do Império.

Além disso, ao retratar o governo de Tétrico como benigno, Aurélio Vítor esclarecia por quais motivos um usurpador ter-se-ia mantido ativo, durante “dois anos”³¹, sob o reinado

---

para o exercício do ofício em questão sinalizava os primeiros passos rumo à provincialização da Itália que se efetivaria, de modo definitivo, durante a era tetrárquica (MILLAR, 1986, p. 297). Sendo assim, o historiador evidenciou, ainda que de modo oblíquo e mesmo inconsciente, um dos fatores relativos ao processo de enfraquecimento político de Roma e da Itália, outrora o centro do sistema imperial.

³⁰ Assim como Tétrico havia adquirido o poder graças a cupidez das legiões, corrompidas pelo dinheiro que Vitória, a mãe de seu antecessor, teria conferido aos soldados a fim de que ela pudesse selecionar o sucessor de seu filho (cf. *Hist. abbrev.* 33.14), a posição de Tétrico seria posteriormente ameaçada pelos mesmos legionários, que haviam então se vendido a Faustino. Aurélio Vítor não fez senão reiterar todo um juízo negativo referente aos “*milites*”.

³¹ Faz-se escusado apontar, contudo, que o texto de Aurélio Vítor revela grande imprecisão no tocante à cronologia dos acontecimentos condizentes à sucessão dos “imperadores gálicos”. Mas não se trata, a nosso ver,

de um “bom” imperador como Aureliano. Neste sentido, qualquer acusação de incapacidade ou de apatia, que porventura pudesse ser dirigida contra Aureliano, se empalideceria diante da perspectiva de que Tétrico governou, de forma excelente, as regiões gálicas e, pois, teria contemplado os interesses do Estado romano. Ora, Aurélio Vítor dedicava grande atenção à capacidade dos imperadores em assegurar a paz e a prosperidade no interior do Império, o que envolvia a contenção de toda manifestação de violência considerada ilegítima. Na medida em que Tétrico teria repellido os “incivilizados” germanos, poderia ser tomado como um agente a serviço do Estado (quer dizer, do imperador). Disto decorreria que, em última análise, os sucessos bélicos obtidos por Tétrico nas Gálias converter-se-iam em uma conquista de Aureliano. Em suma, o relato de Aurélio Vítor a respeito do fim do “Império gálico” visava, em essência, ao enaltecimento da figura de Aureliano.

Entretanto, Tétrico não correspondia ao único exemplo de usurpador que, dada a sua eventual valia, seria tolerado pelo imperador “legítimo”. Nas *Historiae abbreviatae*, a ação de Caráusio na Bretanha, ao tempo de Diocleciano e Maximiano, se escorava em princípios semelhantes ao que se observa em relação a Tétrico. Diz-se que “o poder sobre a ilha somente foi deixado [a Caráusio] depois d[ele] ser considerado propício para comandar e defender os habitantes contra povos belicosos” (*Hist. abbrev.* 39.39).³² Desta forma, os predicados marciais de Caráusio foram oportunamente atestados por Aurélio Vítor. Assim, relatou-se que, durante os combates contra os inimigos romanos nos solos da Gália, Caráusio teria se destacado dos demais por suas brilhantes ações. Como fosse um bom conhecedor da arte de navegar, Caráusio recebeu a tarefa de liderar uma armada cujo objetivo seria o de submeter os piratas germanos (*Hist. abbrev.* 39.19-20). Ensoberbecido por suas realizações diante dos “bárbaros”, bem como atemorizado pela punição capital que Maximiano havia sentenciado

---

de um simples descuido ou mesmo deficiência por parte do historiador. Os dois anos que se conferem ao “reinado” de Tétrico podem ser aceitos, embora com ressalvas, como uma forma de arredondamento. Provavelmente Tétrico sucedeu a Vitorino na primavera de 271 e havia deposto suas armas nos primeiros meses de 274. Sendo assim, aflora uma acentuada contradição quando Aurélio Vítor enquadra o surgimento de Tétrico e de seu filho ainda ao tempo de Galieno (cf. *Hist. abbrev.* 33.14). Se assim tivesse ocorrido, os “dois anos” do governo de Tétrico teriam se esgotado antes do momento em que Aureliano ascendeu ao trono imperial. Ademais, o historiador escreveu que Aureliano esteve na Itália somente depois de liquidado o Reino de Palmira e o perigo persa no Oriente (*Hist. abbrev.* 35.2). Isto implica um lapso de tempo ainda maior entre a pretensa ascensão de Tétrico, na época de Galieno, e sua deposição por parte de Aureliano. Logo, a busca do historiador por transmitir uma representação favorável acerca de Aureliano – como monarca que havia solucionado os problemas legados por Galieno, de modo que usurpador algum teria emergido sob sua égide – resultou em um quadro cronológico extremamente incoerente e infactível.

³² Sherwin-White (1973, p. 449) aponta que, de fato, os diarcas se mostraram razoavelmente tolerantes ante o movimento liderado por Caráusio no ano de 286, que viria a se estender por toda uma década. No entanto, à diferença dos “imperadores gálicos”, Caráusio e Aleto (o sucessor daquele) não teriam desfrutado de grande apoio por parte da população local, e cristalizaram a sua posição de governantes contando com o poder das armas dos pictos e dos escotos, que superavam numericamente as forças militares imperiais estacionadas na ilha.

contra ele (pois que não teria repassado ao erário toda a riqueza extraída junto aos inimigos), Caráusio partiu para a Bretanha e se apoderou da região (*Hist. abbrev.* 39.21).

Neste ensejo, a postura condescendente de Diocleciano e de Maximiano não equivaleria, aos olhos de Aurélio Vítor, a um sinal de indolência. Tal como no caso de Tétrico, Caráusio revelar-se-ia útil para a defesa do Império perante os invasores externos e, portanto, contemplaria os anseios dos diarcas. Logo, propomos que Aurélio Vítor veiculou uma tradição histórica forjada a fim de minimizar a usurpação de Caráusio como uma mácula ou um revés sofrido por Diocleciano, justificando-se assim a existência do movimento desenrolado em solo bretão, o qual, pois, acabava por ser comodamente integrado à história do Império romano, como elaborada por Aurélio Vítor.

Neste caso, faz-se escusado salientar que Aurélio Vítor dispensasse certa “atenção biográfica” à figura de Caráusio. Em *Hist. abbrev.* 39.20, se relata que o usurpador seria natural da Menápia – localidade de difícil identificação, uma vez que tanto na Gália Bélgica quanto na Bretanha se encontravam lugares com aquele nome – e que seus conhecimentos de navegação decorriam do fato de ter sido marinheiro em sua juventude. Ora, se trata de informações bastante incomuns no interior do texto, considerando-se que o historiador raramente se preocupou em fornecer maiores detalhes a respeito de usurpadores (ou mesmo no caso de alguns imperadores, como Treboniano Galo, Emílio Emiliano ou Caro). A nosso ver, o tratamento diferenciado que Aurélio Vítor dedicou às ações de Caráusio sinaliza uma tentativa de acomodá-lo ao reinado de Diocleciano e de seus pares, sem que houvesse maiores danos à imagem dos imperadores.³³

Feito isto, retornemos ao reinado de Aureliano. O posicionamento clemente do imperador em relação a Tétrico se coaduna com a indulgência que se observaria, por exemplo, no tocante aos débitos fiscais (cf. *Hist. abbrev.* 35.7). Ou seja, a representação efetuada acerca do soberano, tal como se nota na narrativa, pretendia aproximá-lo do modelo de “*ciuilis princeps*”, haja vista a clemência, a generosidade, a sapiência e outras virtudes que foram atribuídas a Aureliano. Este, continuou o historiador, havia também incisivamente combatido a ganância (*auaritia*), o peculato (*peculatus*) e a espoliação das províncias (*prouinciarum praedatores*), um tipo de comportamento que se desvelava “contrário ao costume dos militares, dentre os quais [Aureliano] se enumerava (*contra morem militarium, quorum e*

---

³³ Eutrópio, que também reconheceu em Caráusio um varão dotado de grande valor marcial, escreveria, pelo contrário, que a paz foi firmada com o usurpador na medida em que “se havia tentado em vão combater um homem muito experiente nos assuntos militares” (Eutr. 9.21.1; 9.22.2). Por fim, o responsável pelo texto do *Epítome* se limitou a reportar que Caráusio tomou o *imperium*, mas na Gália e, tal como outros usurpadores ao tempo da Tetrarquia, veio a ser eliminado (*Epit.* 39.3).

numero erat)” (*Hist. abbrev.* 35.7). A conclusão de Aurélio Vítor, pois, é inequívoca: Aureliano se listaria entre os “bons” imperadores que o *orbis Romanum* conhecera justamente porque teria destoadado por completo do grupo social ao qual pertencia.³⁴

Preconizamos que a perspectiva de que o reinado de Aureliano seria marcado por ações “*contra morem militarium*” esclarece, em essência, a posição de destaque que se concedeu ao referido governante na narrativa das *Historiae abbreviatae*. A ação pacificadora de Aureliano, que teria revertido a tendência de desagregação do Império romano que Aurélio Vítor vinculou, em especial, ao governo de Galieno, se alicerçava na ideia de que a garantia da ordem demandava uma atuação rígida, por parte do monarca, em relação aos agentes que causavam a desestabilização do poder imperial: os soldados. Em certo sentido, o historiador parece sugerir que Aureliano havia conseguido superar os defeitos inerentes aos integrantes da “*militia*”, algo que faria do imperador um objeto do mais elevado louvor. Em resumo, Aureliano constituía um *exemplum* cuja singularidade seria realçada na narrativa:

Somente aquele varão [ie., Aureliano], que possuiu *um caráter severo e também incorruptível*, por meio do anúncio de sua morte [causou] a destruição dos responsáveis³⁵, temor nos homens depravados, assim como nos dúbios, sentimento de pesar em cada um dos *optimi*, e para ninguém ocasião de insolência ou jactância, e assim como, de fato, somente com Rômulo, ocorreu uma espécie de interregno (*interregni species*), porém de longe mais glorioso. Tal evento em particular ensinou que *tudo se é movido à maneira de um círculo* e que nada acontece, por seu turno, que a força da natureza (*naturae uis*) não seja capaz de produzir em um intervalo de tempo; além disso, as coisas, inclusive as ruinosas, são facilmente reerguidas pelas virtudes dos príncipes, e aquelas mais sólidas pelos vícios são entregues à precipitação (*Hist. abbrev.* 35.12-14, grifo nosso).

Ao enfatizar a excepcionalidade das circunstâncias que se seguiriam à notícia do falecimento de Aureliano, Aurélio Vítor aludiu a uma topologia cíclica a respeito dos fenômenos históricos, motivado pela constatação de que a sociedade romana teria ficado acéfala: tal como acontecera no mais distante passado, quando a vida de Rômulo havia

³⁴ Do que resultava que Aurélio Vítor matizasse por inteiro a imagem de governante cruel que a tradição histórica, verificada em obras como o *Breviário* de Eutrópio ou o *Epítome*, transmitia a respeito de Aureliano. Tanto Eutrópio quanto o autor do *Epítome* salientaram a constante “*ferocitas*” que caracterizaria a conduta do soberano, que teria, inclusive, assassinado o filho de sua irmã (cf. Eutr., 9.14.1; *Epit.* 35.9). Aurélio Vítor, no entanto, não apenas se calou diante de tais questões como também transformou Aureliano em um exemplo de sabedoria e munificência (*prudenter munifecit*), como se lê em *Hist. abbrev.* 35.7). Os esforços de Aurélio Vítor, no sentido de relativizar esta imagem negativa de Aureliano, também podem ser observados na “aproximação” que se efetua, nas *Historiae abbreviatae*, entre a figura do imperador e a cidade de Roma. Cf. Cap. 2, p. 141-142.

³⁵ Ao que tudo indica, Aurélio Vítor aqui se referia à eliminação dos envolvidos no complô que resultou no assassinio de Aureliano (cf. *Hist. abbrev.* 35.8).

chegado ao fim, após a morte de Aureliano uma “espécie de interregno” teria se instaurado.³⁶ Diante disso, Dufraigne (1975, p. 174), Bird (1984, p. 86), Cizek (1994, p. 110) e Falque (1999, p. 233), entre outros, asseguram que Aurélio Vítor se guiou por uma concepção acerca do tempo histórico de inspiração filosófica, em particular estoica e/ou neopitagórica, segundo a qual os acontecimentos históricos se regenerariam *ad infinitum*, como se se tratasse de uma lei da natureza.

Porém, faz-se escusado lembrar que a aceitação do mito da eterna repetição, que abrangeria um periódico fim do mundo, necessário a fim de que o mesmo fosse renovado, em última análise engendrava um ponto de vista anti-histórico, na medida em que contemplava uma busca pela anulação da irreversibilidade do tempo, uma tentativa de tornar estática toda eventual transformação (ELIADE, 1992, p. 120). Significa dizer que, neste ensejo, a experiência temporal, marcada pela mudança, pela transitoriedade, pela alteridade, esvaeceria em meio a uma marcha regular, que iria sempre de um termo para esse mesmo termo. O movimento circular, portanto, “busca o seu ser no futuro” (REIS, 1994, p. 147).

Em razão do que fora exposto, carecemos refletir sobre as possíveis dimensões que a referência à noção de tempo circular poderia assumir na narrativa das *Historiae abbreviatae*. Syme (1971, p. 237-238) assinala que a ótica de um vácuo de poder após a morte de Aureliano, que se estenderia por seis meses (cf. *Hist. abbrev.* 36.1), foi concebida pelo autor da *KG* e aprofundada por Aurélio Vítor, no que fora seguido pelos anônimos responsáveis pelo texto do *Epitome* (35.10) e da *HA* (*Tac.* 1.1). Eutrópio, no entanto, coisa alguma salientou de anormal, no que concernia à transferência do *imperium* das mãos de Aureliano para as de Tácito (Eutr. 9.16.1). A expressão “*interregni species*” talvez guardasse um sentido originário que diferia daquele que se imprimiu nas *Historiae abbreviatae*: os efêmeros reinados de Tácito e de Floriano configurariam, pois, “uma espécie de interregno” que mediava os anos marcados por dois célebres heróis militares, Aureliano e Probo, respectivamente.³⁷ Logo, os seis meses de duração do “intermediário” governo de Tácito foram, nos meandros da obra de Aurélio Vítor, transformados no período em que teria se desenrolado um “interlúdio” no seio da história imperial (SYME, 1983, p. 164).

Neste sentido, Aurélio Vítor teria formulado a ideia de que, após o falecimento de Aureliano, o mundo romano conheceu um período de interregno ou, como designaria o

³⁶ Como determina Pomian (1993, p. 103), o ciclo se define como “um intervalo entre duas repetições de um mesmo fenômeno”. Ao mencionar que “tudo se é movido à maneira de um círculo”, Aurélio Vítor propunha a ideia de que, no passado próximo (isto é, após a morte de Aureliano), teria tornado a ocorrer um fenômeno relativo ao passado longínquo, qual seja, o interregno observado depois do falecimento do rei Rômulo.

³⁷ Tal é o ajuizamento que se vê, a título de exemplo, na *HA*. Tácito e Floriano foram definidos como “*quasi interreges*”, que haviam assumido o poder entre os reinados de Aureliano e de Probo (*HA, Tac.* 14.5).

historiador, um episódio “glorioso” (cf. *Hist. abbrev.* 35.12). Em outras palavras, a remissão efetuada ao fundador da *Urbs*, Rômulo, e a consequente dedução de que os eventos se repetiriam, “à maneira de um círculo”, se encontravam subordinadas à lógica do interregno que Aurélio Vítor inseriu na sequência da morte de Aureliano.

Assim sendo, poder-se-ia concluir que a introdução de um comentário alusivo a um ponto de vista cíclico, tangente ao devir histórico, constituísse na obra de Aurélio Vítor, “*un moyen d’exalter Rome renaissant toujours, capable de ressusciter, de surmonter les déboires, les échecs*” (CIZEK, 1995, p. 292). Ora, em meio à tessitura narrativa, o papel renovador que se conferiu a Aureliano também pode ser identificado no tocante aos reinados de Vespasiano e Tito e, posteriormente, aos de Nerva e Trajano. Ademais, a ótica de uma “refundação” do Estado romano, que se esboçava por intermédio do paralelo estabelecido entre o imperador Aureliano e o rei Rômulo, não implicou uma revisão do discurso decadentista que o historiador teceu no que respeitava à era constantiniana, isto é, ao tempo presente.

Em suma, a noção de regresso a um ponto de partida, trabalhada em *Hist. abbrev.* 35.13, prescindia de sistematização quando cotejada com as estratégias de periodização que Aurélio Vítor imprimiu ao desenrolar da história do Império romano, tal como se observa na obra. Isto se coaduna à posição defendida por Momigliano (1993a, p. 166-167) no que toca à concepção de tempo no interior da historiografia produzida por gregos e romanos. Estes, de acordo com Momigliano, desenvolveram modalidades de escritura da história que não se acomodava às visões cíclicas. Quer dizer, os historiadores greco-romanos estavam cientes do caráter irrepetível de um acontecimento, e jamais compuseram suas obras pautando-se na percepção de que os eventos que registraram seriam repetições do que havia ocorrido no passado mais distante ou que os mesmos voltariam a suceder no futuro.

No caso de Aurélio Vítor, as *Historiae abbreviatae*, dedicadas a um recorte temporal definido, ofereciam aos leitores uma visão panorâmica da história imperial. No interior do texto, a delimitação de cinco períodos diferentes entre si evidenciava o valor único dos episódios selecionados pelo autor, do que podemos visualizar o caráter linear da evolução histórica do Império romano.³⁸ Por ora, advogamos que o emprego da ideia do eterno retorno cumpria com um objetivo peculiar, qual seja, o enaltecimento do reinado de Aureliano.³⁹

³⁸ Sem contar que o aporte cronológico utilizado por Aurélio Vítor, pautado na sucessão dos imperadores “legítimos” entre Augusto e Constâncio II, reiteraria a continuidade e permanência do “*imperium Romanum*”. Isto se conforma à posição defendida por Pomian (1993, p. 108) de que “é o poder que introduz a linearização do tempo”. Reiteremos, portanto, que a alusão feita a uma noção circular de tempo se encontra privada de qualquer significado prático no que se refere à evolução da história imperial, como delineada nas *Historiae abbreviatae*.

³⁹ Bastos (2008, p. 62) relembra que uma das características mais perenes em meio à consciência histórica romana diz respeito à valorização do passado, mitificado, em detrimento do presente. Por mais que os romanos

Para tanto, ajuizamos que Aurélio Vítor empreendeu um notável exercício retórico e historiográfico. Verificamos, nas *Historiae abbreviatae*, a presença de certos vestígios que se alinham às concepções orgânicas a respeito da evolução histórica de Roma – trabalhadas com profundidade no próêmio que Floro compôs ao seu *Epítome*, no início do século II. Nestes termos, interpretava-se que a sociedade romana, à maneira de um homem, nasceria, atingiria a maturidade e, alcançada a velhice, se entregaria a morte subsequente. A história, pois, transformar-se-ia em um modelo amplificado da vida humana.⁴⁰ Entretanto, como destaca Moreno Ferrero (2001, p. 179), o emprego da metáfora do corpo humano poderia constituir um excelente material para uma discussão retórica ou filosófica, mas requeria um complicado ajuste do ponto de vista histórico, na medida em que, depois da senectude, restaria apenas o fim para dada sociedade. Por vezes, a última fase da “vida” de uma cidade seria relacionada a um esplendoroso “renascimento”, um mecanismo necessário para que a narrativa histórica não se limitasse a um ponto de chegada “organicamente” determinado, quer dizer, à conclusão resultante de uma comparação biológica que se efetuasse.

Porém, de que forma teria Aurélio Vítor manipulado estas concepções em sua narrativa? Em *Hist. abbrev.* 24.8-9, lemos que a *res publica* romana “avançou porfiadamente” desde a fundação romuleana até o reinado de Septímio Severo, ao passo que Caracala conseguiu mantê-la em seu apogeu e, finalmente, Severo Alexandre evitou que sob o seu governo o Estado decaísse, o que viria a acontecer depois de seu falecimento. Sendo assim, a era severiana evocaria, de modo ímpar, a “plena maturidade” de Roma, o momento em que, passado quase um milênio desde o seu “nascimento”, o Estado cresceu até que tivesse alcançado o seu apogeu. O historiador, na sequência, pôs-se a descrever a situação que

---

concebessem a existência de movimentos de renovação, estes jamais se revelariam adequados o bastante “para substituir de maneira plenamente satisfatória o remoto e perfeitamente virtuoso passado – em particular na questão dos costumes e do caráter moral”. Todavia, Aurélio Vítor afirmaria que o interregno desencadeado após o assassinato de Aureliano, ingrediente final dentro de um panorama de “refundação de Roma” que o historiador articulou à época do imperador em questão, seria “de longe mais glorioso” (*longe uero gloriosior*) do que aquele que teria se sucedido à morte de Rômulo. Ora, Aurélio Vítor estabeleceu uma comparação entre temporalidades diferentes – quais sejam, o passado mítico (os primórdios da *Urbs*) e o passado mais recente – de modo que o evento ocorrido no momento mais próximo àquele em que ele próprio vivia disporia de uma condição qualitativamente superior se comparado com o que aconteceu no mais longínquo passado. Ou seja, o historiador amplificou a importância do reinado de Aureliano no interior da história romana a ponto de, ao menos em relação a um episódio específico, sobrepor-lo às origens de Roma.

⁴⁰ Cf. Flor., *Epit. Praef.* 4-8. Em dada altura do segundo livro de sua *Retórica*, Aristóteles procurou estabelecer uma correspondência entre as diferentes fases da vida humana e os vários tipos de caráter. Neste ensejo, o homem atravessaria três etapas, a saber, a infância, o auge da vida e a velhice (Arist., *Rhet.* 1388b.36). Já Políbio, em meio à célebre comparação entre as “constituições” cartaginesa e romana, escreveu que todo corpo, Estado ou ação apresentaria um período natural de crescimento, depois alcançaria seu grau mais elevado para, finalmente, conhecer o declínio (Polyb., 6.51.4). Mesmo Tito Lívio, no prefácio geral à sua *Ab urbe condita*, parece evidenciar este paralelo entre a evolução da cidade de Roma e a vida dos seres vivos, na medida em que propõe que se analise “[...] devido a que homens e por quais artes interna e externamente o império tenha sido alcançado e aumentado” (cf. Liv., *Praef.* 9).

caracterizaria a “velhice” da sociedade romana, o inescapável declínio, marcado pela anarquia política e militar e pela inversão dos papéis e valores sociais, que viriam a adquirir, segundo o historiador, contornos nítidos sob o domínio de Galieno. Diante deste quadro, o reinado de Aureliano se esboçaria como a época em que o mundo romano não apenas teria escapado de sua “morte”, como igualmente “renascido”.⁴¹

Neste ensejo, escreveu Aurélio Vítor que a obra “refundadora” levada a cabo por Aureliano se fundamentaria em “*seueritate atque incorruptis artibus*” (cf. *Hist. abbrev.* 35.12). Septímio Severo, por sua vez, foi retratado em termos bastante similares: afirmava-se, inclusive, que Septímio Severo teria impedido a ruína do Estado, para a qual os ânimos se inclinavam como se decorresse de um “vício dos tempos” (*uitio temporum*). Para tanto, as dissensões entre os romanos tiveram de ser erradicadas “de uma maneira mais que severa” (*plus paene quam seuerere*) (*Hist. abbrev.* 20.13).⁴² Por seu turno, Severo Alexandre teria demonstrado tamanha severidade (*tantae seueritatis*) no trato com os soldados que estes, horrorizados, tramaram sua morte (cf. *Hist. abbrev.* 24.4). Concluí-se, pois, que a *seueritas*, exibida por imperadores como Septímio Severo, Severo Alexandre e Aureliano, constituísse uma exigência de pureza e de austeridade, vinculada a algo como um ideal “catoniano” de homem de Estado. Um governante que dispusesse de tais predicados, no entender do historiador, tanto poderia salvaguardar e “renovar” o Império (Aureliano), como elevá-lo a seu ápice (Septímio Severo).

Por mais distinta que esta reflexão pudesse soar, faz-se escusado insistir no fato de Aurélio Vítor, na escritura de sua história, não aplicar os preceitos do “crescimento orgânico”, salvo da maneira alusiva que, por ora, indicamos. Em verdade, reputamos que fosse possível, em teoria, dialogar de forma concreta com a assertiva de que houve um “tenaz avanço” do Estado romano, desde o ato fundacional de Rômulo até o governo de Septímio Severo. Os nefastos reinados de imperadores como Calígula, Nero, Domiciano ou Cômodo poderiam, à guisa de ilustração, ser considerados como percalços que, no entanto, não teriam imposto um efetivo obstáculo à incessante progressão da *res publica*, que chegaria a seu cume sob os auspícios de Septímio Severo.

---

⁴¹ Cabe recordar que a ideia de “*renouatio*” havia sido amplamente explorada em meio à propaganda política relativa ao reinado de Aureliano. Emissões monetárias com o tema RESTITVTOR ORBIS emergiram logo após a primeira campanha que o imperador comandou contra os palmiranios. PACATOR ORBIS, por sua vez, apareceu associado ao desmantelamento do “Império Gálico” (DMITRIEV, 2004, p. 574).

⁴² A partir de um jogo de associações, Aurélio Vítor expôs um retrato de Septímio Severo, o qual, na condição de “*imitator Pertinacis*”, pautaria sua conduta na rigidez moral inflexível que remontaria a varões insígnies do passado republicano, casos de Cúrio Dentado e Fabrício Lusino (cf. *Hist. abbrev.* 18.1).

Todavia, a “senectude” de Roma, de acordo com aquilo que se esboça em *Hist. abbrev.* 24.9, se definiria pela emergência indiscriminada de “bons” e “maus” soberanos e mesmo dos bárbaros. No entanto, embora carecesse de uniformidade, o movimento oscilatório entre os “bons” e os “maus” imperadores colore o relato composto pelo historiador desde o seu início, não se restringindo às décadas posteriores à morte de Severo Alexandre. Diante disso, se enfraquece a proposta de que, até a época de Septímio Severo, o Estado romano conheceria uma ininterrupta glória. Por outro lado, a ideia de “refundação” de Roma, tal como teria sido encabeçada por Aureliano, se esvaece diante da perspectiva de um tempo presente que apresentava diversos sinais de decadência, ainda mais se considerarmos o exíguo intervalo temporal a separar a era constantiniana do governo de Aureliano. Portanto, preconizamos que, ainda que Aurélio Vítor remetesse à imagem de uma “segunda fundação de Roma” sob a liderança de Aureliano, o reinado deste se situava, antes do mais, como uma época em que havia se operado a reversão de uma conjuntura de desgoverno e desarmonia social, em conformidade com a alternância periódica que se ressaltava no interior da obra.⁴³

Partindo destes pressupostos, entendemos que a presença de elementos alusivos à noção de “crescimento orgânico”, nas *Historiae abbreviatae*, corresponde a um instrumento por meio do qual se enalteceram os modos de agir atribuídos a Septímio Severo e a Aureliano.⁴⁴ Similarmente, tal modalidade de discurso nos ajuda a aclarar o cenário em que se inserem os comentários, negativos em demasia, que se referiam a Galieno. Este representaria, na obra, um governante de frouxo *ingenium* que se interpunha aos *uiri seueritatis*. Sugerimos a possibilidade de que Aurélio Vítor, imerso em um ambiente citadino, houvesse concedido um espaço em sua narrativa às aspirações que floresceram no seio das camadas urbanas, em especial a partir segunda metade do século III. Tais grupos ansiavam pela manutenção da

---

⁴³ Pomian (1993, p. 110) assegura que não se pode analisar a noção de tempo linear como que isolada de outras maneiras que consideram o tempo como cíclico (ou mesmo estacionário). Considerando-se exclusivamente esta proposta feita por Pomian, poderíamos dizer que o movimento pendular que identificamos na narrativa de Aurélio Vítor desenrolar-se-ia sobre um cenário de tendências lineares. Mas as oscilações entre “boas” e “más” eras poderiam manifestar uma faceta cíclica do tempo, ainda que este não girasse sobre si mesmo (ou seja, que os mesmos fenômenos não se repetissem). À guisa de comparação, Reis (1994, p. 156) indica que os humanistas, ao tempo da Renascença, perceberam o tempo na forma de um ciclo, mas que contemplava uma linearidade oscilante, que descendia e ascendia: da Antiguidade greco-romana, época do apogeu da humanidade, se seguiria a “queda medieval” para, enfim, assistir-se a um retorno às boas práticas durante o Renascimento.

⁴⁴ Santos Yanguas (1981/1982, p. 174) determina que a variável tradição, que tornava a história romana análoga às fases da vida de um ser humano, pressupunha uma orientação cíclica, de forma que o evento pontuado como o fim do mundo e como princípio de um novo começo (ou “renascimento”) teria que, obrigatoriamente, coincidir com o próprio momento em que o autor escreveria, qualificando-se o presente, pois, como época regeneradora e benfazeja. Por seu turno, Ruch (1972, p. 839) argumenta que tais modelos orgânicos exprimiam uma tentativa de se incorporar o passado no presente. No entanto, se Aurélio Vítor lançou mão dessa metáfora biológica a fim engrandecer a imagem dos Severos e a de Aureliano, acabou também por evidenciar um modo de empregá-la que se desloca dos preceitos defendidos por Santos Yanguas e Ruch.

ordem política e das estruturas sociais e econômicas, sob o impacto dos conflitos internos e da presença de povos externos nas regiões fronteiriças e mesmo em áreas interiores.

Deste modo, o historiador abandonou o arquetípico príncipe “*pacifista e borghese*” de que nos fala Ruggini (2001) e louvou o retrato do rígido “imperador-soldado”, simbolizado por Aureliano, na condição de figura para a qual se arrogava a restauração da autoridade imperial e a garantia da disciplina militar. Da mesma maneira, os soberanos vindouros, como Probo e Diocleciano, constituíram objeto de admiração, na medida em que dispuseram das virtudes que Aurélio Vítor julgava necessárias para a preservação do Império, malgrado a “*rusticitas*” que os caracterizava.

Com efeito, nos deparamos com a assertiva de que, no que concernia aos tetrarcas,

foi o Ilírico, em verdade, a terra natal [de todos eles]: os quais, ainda que pouco civilizados (*humanitatis parum*), não obstante instruídos nas penúrias do campo e do exército, foram ótimos o bastante para a *res publica*. Por isto se constata que [os homens] se fizessem com mais facilidade virtuosos e prudentes pela experiência da adversidade e, pelo contrário, os que estão isentos de privações, julgando a todos de acordo com os seus recursos, velam menos pelas coisas. Porém, a concórdia destes [ie., dos tetrarcas] ensina, sobretudo, que foram a virtude inata e a boa formação militar, *tal como estabelecida por Aureliano e Probo*, quase suficientes para assegurar [a valia deles] (*Hist. abbrev.* 39.26-28, grifo nosso).

O significado da reflexão formulada por Aurélio Vítor se mostra, a nosso ver, inequívoco. Embora defendesse a importância de governantes refinados e censurasse a grosseria que se observava no comportamento daqueles aos quais escapava os ditames da “*elegantia*”, Aurélio Vítor haveria de matizar o teor de suas críticas ao se deparar com as realizações práticas alcançadas por “rústicos” imperadores (C. STARR, 1956, p. 582).⁴⁵ Ou seja, as penosas tarefas que o campo e o exército reservavam aos homens adquiriam, neste caso, utilidade e relevância. Poder-se-ia sugerir, pois, que a “*rusticitas*”, apresentada em diferentes pontos da narrativa como uma grave desonra em um homem, teria então se transformado no signo de uma pureza à moda antiga, forjada em meio às dificuldades inerentes ao trabalho com a terra (ADAMS, 2003, p. 191).

Sendo assim, o elogio à vida agreste parece guardar resquícios de uma imagem idealizada que, desde a época tardo-republicana, se promovia a respeito da simplicidade

⁴⁵ Como indica Kolb (2001, p. 54-55), ainda que a erudição e os dotes literários fossem reputados por Aurélio Vítor como requisitos fundamentais para a constituição de um “bom” imperador, os feitos militares empreendidos pelos tetrarcas, em meio a um contexto politicamente delicado, teriam levado o historiador a dirigir àqueles um elogio excepcional, considerados os tons que predominam ao longo de toda a obra.

própria das áreas rurais, em oposição ao luxo e à imoralidade que rondavam as cidades.⁴⁶ Além disso, há que se salientar a continuidade que o historiador estabeleceu ao final de seu comentário (cf. *Hist. abbrev.* 39.28). Diocleciano e os tetrarcas foram diretamente vinculados a Aureliano e a Probo, na condição de governantes que partilharam dos predicados marciais demonstrados por seus antecessores e, logo, emergiriam na narrativa de Aurélio Vítor como exemplos de bons imperadores, necessários em razão das circunstâncias.

Finalmente, faz-se escusado remetermos a uma última questão, relacionada ainda às reflexões que Aurélio Vítor expôs por ocasião da morte de Aureliano. Em *Hist. abbrev.* 35.13, afirmar-se-ia que a força da natureza, “*naturae uis*”, seria capaz de reproduzir qualquer coisa no transcurso do tempo. Cizek (1994, p. 110) garante que tal abordagem refletiria uma importante mutação que perpassava as mentalidades do século IV. Autores como Aurélio Vítor assinalariam um claro recuo do viés “antropocêntrico” que caracterizava a historiografia romana há séculos, concedendo, por seu turno, um papel progressivamente acentuado a dados transcendentais (aos deuses, ao destino, e etc.) enquanto fatores de explicação causal. Daí que, segundo Cizek, Aurélio Vítor manifestasse a relevância da “*fortunae uis*” no decurso dos acontecimentos, perante a qual os homens exibiriam sua impotência.⁴⁷

Levene (1993, p. 13) esclarece que, em sentido lato, o termo “*fortuna*” se referia ao acaso, ao elemento accidental que condicionaria a vida humana. Sobretudo a partir da época helenística, o conceito passou a se confundir com a ideia grega de “*tyche*”, exprimindo o acaso cego e incalculável que governaria o mundo. No entanto, a concepção de *tyche* estava longe de ser monolítica, abrangendo uma ampla gama de acepções, das quais algumas sublinhavam um aspecto marcadamente providencial. Do que decorreu que a *fortuna*, entre os romanos, por vezes se aproximasse da noção estoica de “*prónoia*”, “providência”, enquadrada nos termos de um universo determinístico, algo que matizava a associação entre a *fortuna* e a perspectiva de “acaso”.⁴⁸

Pois bem. Em *Hist. abbrev.* 38.5, depois de mencionar que o imperador Caro havia sido fustigado por um raio, pois que teria ignorado uma predição que o alertava a não

⁴⁶ Este modo de vida frugal se associaria a Roma dos tempos arcaicos, em que figuras heroicizadas como Quíncio Cincinato supostamente labutavam nos campos, fosse o de cultivo ou o de batalha. Quanto a isto, ver Bonjour (1975, p. 122).

⁴⁷ Cf., em especial, *Hist. abbrev.* 3.20 (“os esforços dos mortais são vazios e desbaratados ante a *fortuna*”) e 24.11 (“a força da *fortuna*, uma vez alcançada a licenciosidade, conduz os mortais de acordo com seu pernicioso capricho”).

⁴⁸ Para os estoicos, a natureza se identificaria com um *lógos* divino e a alma humana seria pensada enquanto emanção desse *logos* imanente. Os fatos transcorreriam conforme o destino irreversível, de forma que tudo seria necessário para que a mesma ordem da natureza voltasse, forçosamente, a se realizar. Neste sentido, o estoicismo trazia uma explicação para a ocorrência de todos os fenômenos (NOVAK, 1999, p. 260).

ultrapassar os limites da cidade persa de Ctesifonte, Aurélio Vítor determinou que resultasse “difícil desviar-se daquilo que fora predestinado (*arduum fatalia deuertere*), de modo que conhecer o futuro era inútil”. De acordo com Gonçalves (2006, p. 11), esta máxima sinalizaria o peso da filosofia estoica nos interstícios da obra de Aurélio Vítor, uma vez que se vincularia à ideia de inexorabilidade do destino, tão cara ao estoicismo. Posto isto, uma vez que a experiência humana dependesse de elementos que lhe seriam externos, haveríamos de deduzir que a ação dos atores sociais nas *Historiae abbreviatae* revelar-se-ia deveras limitada.

De fato, a doutrina estoica apregoava o fatalismo do cosmos, o que incluiria, pois, o desenrolar da história dos homens. Ora, a partir desta concepção fatalista, emergia uma aporia entre a liberdade humana (“*proairesis*”) e a rigidez determinística. O comprometimento moral, logo, redundaria desprovido de sentido, na medida em que o êxito da ação individual estaria predeterminado em qualquer caso (REALE, 1994, p. 318). Ainda na era helenística, os filósofos de inclinação estoica buscaram soluções para este aspecto aporístico da doutrina que cultivavam. Porém, do ponto de vista da escritura da história, como expõe Veyne (1992, p. 288), o pensamento estoico não conseguiu fornecer uma resolução estruturalmente satisfatória à contradição que envolvia a providência e a liberdade humana. Assim sendo, o decurso dos eventos seria condicionado a partir de uma oposição e, ao mesmo tempo, um equilíbrio precário entre a *Virtus*, de um lado, e a *Fortuna*, de outro.

Certos historiadores romanos refletiriam em seus textos sobre a dualidade entre a virtude individual e os desígnios da *fortuna* em meio à história de Roma. Floro (*Praef.* 2), por exemplo, proclamava que o povo romano foi “lançado contra tão numerosas dificuldades e perigos, de tal maneira que se parecesse que a Virtude e a Fortuna tinham disputado entre si para a criação do império”. Salústio, por seu turno, destacaria que

onde a desídia toma o lugar do empenho, e o capricho pessoal e a soberba se apoderam do autocontrole e da equidade, a *fortuna* é alterada ao mesmo tempo em que [são] os costumes (*fortuna simul cum moribus immutatur*) (Sall., *Cat.* 2.5).

Conforme Tiffou (1977, p. 349), Salústio teria demonstrado que a *fortuna* romana subordinar-se-ia a uma potência que a dominava e a ultrapassava: a virtude dos homens. Neste caso, as forças imprevisíveis que incidiriam sobre os acontecimentos humanos se mostrariam incapazes de perturbar uma situação harmoniosa, que se assentasse sobre os *mores*. Somente quando se alcançou o momento em que os cidadãos se voltaram em direção aos vícios é que,

segundo Salústio, o destino do Estado romano conheceria modificação, abrindo-se espaço aos caprichos do acaso.⁴⁹

Ora, ponto de vista semelhante subjaz ao comentário com o qual Aurélio Vítor finalizou o versículo exposto em *Hist. abbrev.* 24.11.⁵⁰ Desta maneira, o argumento proposto por Cizek, de que escritores como Aurélio Vítor conferiram à sua narrativa uma forte roupagem transcendente, carece ser relativizado.⁵¹ Em meio às *Historiae abbreviatae*, o caráter moral (dos imperadores) foi concebido como o fator crucial entre os princípios de causalidade histórica.⁵² Não parece fortuita a escolha feita por Aurélio Vítor, no sentido de acrescer, justamente na sequência imediata à passagem em que se discorre a respeito do papel da “*naturae uis*” no curso da história, a assertiva de que as virtudes dos príncipes poderiam reverter uma situação desesperadora, ao passo que os seus vícios redundariam no infortúnio da sociedade (cf. *Hist. abbrev.* 35.14).

Em outras palavras, no seio da relação dialética entre a “*fortuna*” e a “*uita moresque*”, a degenerescência moral possibilitaria que a *fortuna* se pusesse em marcha na história romana. Como quer Dufraigne (1975, p. xxi), aos olhos de Aurélio Vítor o poder da *fortuna* se desvelava nefasto e perigoso. Na narrativa, o historiador recorreu a tal fator por ocasião de episódios em que até mesmo a atuação de homens virtuosos se revelou insuficiente. Tal era o caso que tangia à sucessão do tirânico Calígula: os senadores não conseguiram impedir a aclamação do “débil” Cláudio, levada a cabo pelos soldados em circunstâncias marcadas pela “desarmonia social”. O insucesso dos varões que Aurélio Vítor denominou como “*boni*”,

⁴⁹ Apesar disso, em *Cat.* 10.1, Salústio afirmaria que, quando o império de Roma havia alcançado o seu esplendor, a *Fortuna* se pôs a tudo romper e perturbar. Ou seja, o texto salustiano também apelaria à noção de *fortuna* para dar conta do processo de declínio da *res publica*, a qual, nos termos do discurso do historiador, havia se norteado pelas *uirtutes* até que se chegasse ao passado próximo. Salústio, portanto, não deixou de reconhecer a existência de fatores que escapariam à ação humana (TIFFOU, 1977, p. 352).

⁵⁰ A *fortuna*, “*contida durante muito tempo pela virtude tal como um muro, depois que quase todos cederam aos vícios*, entregou o Estado aos tipos mais ínfimos por nascimento e instrução” (grifo nosso).

⁵¹ O próprio Cizek (1994, p. 111) revê, parcialmente, a sua posição, ao afirmar que a marcha da *fortuna* se entremearia, no entender de Aurélio Vítor, com os costumes dos homens. Isto possibilitaria que os imperadores alterassem o curso da vida política.

⁵² A título de exemplo, Sebastiani (2006, p. 152) indica que Políbio (3.6.6-7) “definira causa como aquilo que provém de decisões e julgamentos, ou seja, um elemento da cadeia explicativa condicionado ao fator humano”. Quando Aurélio Vítor apontou, em *Hist. abbrev.* 38.3-5, que o imperador Caro, “imprudentemente ávido por glória” (*gloria inconsulte audior*), decidiu atravessar Ctesifonte e assim faleceu, pagando por sua negligência em relação ao que os oráculos haviam predito, nos confrontamos com a percepção de que o evento foi desencadeado a partir de uma ação irrefletida, motivada pela *hybris* de Caro, e não em razão de um plano determinado. A presença dos deuses, que punem a arrogância do imperador com a morte, integra a cosmovisão “pagã” na qual a história de Roma, como registrada por Aurélio Vítor, se inseriria. Ou seja, conservava-se a margem de atuação ao arbítrio humano no devir da história do Império. Por isto mesmo, o historiador acrescentaria a observação de que o conhecimento do porvir seria inútil: em face da natureza humana, volátil, o destino poderia ser reelaborado. Essa ideia acerca da esterilidade do conhecimento relativo ao futuro, em verdade, se chocava com os próprios preceitos do estoicismo. Como esclarece Reale (1994, p. 317), na medida em que os estoicos concebiam que o destino situava-se como a fonte da qual todas as coisas se originavam, o futuro poderia ser escrutinado ou mesmo previsto, dado que tudo estaria pré-determinado.

articulada à “barbarização” do exército em função da apatia dos cidadãos romanos (cf. *Hist. abbrev.* 3.15), motivaria o desencantado comentário sobre a fragilidade humana diante dos caprichos da *fortuna* (BIRD, 1984, p. 83). A despeito disto, subsistia um ponto fundamental. Ao ressaltar a indolência dos *Quirites*, que teriam negligenciado os seus deveres cívicos (isto é, as obrigações militares) e permitido a emergência dos “estrangeiros” no âmago do exército romano, o historiador indicava aos leitores em que lugar se encontrava, em sua concepção, as raízes do infortúnio que os “*boni*” haviam se disposto a, inutilmente, evitar.

Nestes termos, não seria prudente concluir que Aurélio Vítor extraiu todo significado à *fortuna* enquanto elemento causal; os efeitos dela decorrentes, aliás, tornariam ainda mais premente a necessidade de que o *imperium* fosse exercido por homens dotados de grandes qualidades. Mas a presença de elementos providenciais, de matriz estoica ou não, comporta um significado bastante restrito na obra de Aurélio Vítor, que reservaria à conduta humana o espaço de destaque, uma vez que aquela seria passível de análise, ainda que pautada em critérios e pontos de vista essencialmente moralizantes.

4.3 As representações sobre os senadores e a política imperial

As *Historiae abbreviatae*, em que pese a grande relevância que Aurélio Vítor conferiu aos imperadores, não se resumiram, porém, aos detentores da púrpura. Atento às questões que diziam respeito à legitimidade daqueles, em variados pontos de sua narrativa o historiador também se mostraria interessado nas relações mantidas entre os *principes* e o Senado. Todavia, ao longo da obra não se encontra personagem alguma que, na condição específica de membro da Cúria, fosse nominalmente citada por Aurélio Vítor. Ou seja, este se referiu aos integrantes da ordem senatorial mediante vocábulos genéricos – “*senatores*”, “*patres*”, “*nobiles*”, “*optimi*” e assim por diante –, de modo que, no tocante ao relacionamento entre os imperadores e os senadores, somente aqueles foram singularizados.⁵³

⁵³ Postura esta que, indiretamente, evidenciaria sobre qual agente histórico competia o poder efetivo. Uma das fraquezas inerentes a esse tipo de generalização reside no fato de se transmitir uma imagem homogênea em relação à camada senatorial, que não correspondia às diferenças sociais, culturais e de poder existentes no seio do *ordo senatorius* (especialmente no século IV, período em que o número de “claríssimos” se ampliou de forma considerável). O próprio Aurélio Vítor, “*parvenu*” que viria a adquirir o estatuto de “*uir clarissimus*” pouco tempo depois de finalizada a sua obra, representa um exemplo da heterogeneidade que caracterizava a aristocracia senatorial a partir da era constantiniana. Por fim, o procedimento generalizante atendia à busca pela brevidade que fundamenta o texto, dispensando-se os detalhes individuais acerca de cada um dos senadores que pudessem estar envolvidos nos acontecimentos que o historiador registrou em sua obra.

Em sentido estrito, a historiografia de raiz senatorial se desenvolveu, no decorrer da era imperial, tomando por base a glorificação do passado republicano, de seus heróis e das conquistas militares. Ao mesmo tempo, viria a acatar o modelo do “*ciuilis princeps*”, forjado ao tempo de Augusto, de acordo com o qual o soberano reconheceria a importância do Senado e, para tanto, teoricamente não excluiria a Cúria da tarefa de governar o mundo romano (INGLEBERT, 1996, p. 547). Quer dizer, se o príncipe configurava o elemento basilar para a manutenção da integridade do Império⁵⁴, teria de, ao menos, agir em conformidade com os preceitos morais tradicionais – os quais seriam, idealmente, alimentados e preservados pelos senadores, como se estes constituíssem os depositários dos *mores maiorum*.

A concepção acima fundamentava, por seu turno, um dos traços recorrentes que se observam no seio da produção historiográfica imperial, tanto em língua latina quanto grega: a já mencionada divisão dos *purpurati* entre “bons” e “maus”. Um dos critérios essenciais a sustentar esta forma de classificação dizia respeito aos modos de conduta que os imperadores viessem a demonstrar (ou que se julgasse que teriam exibido) em relação à aristocracia senatorial, ou mesmo às camadas superiores em seu conjunto. Neste sentido, o “bom” soberano equivaleria àquele que contemplasse os anseios e os privilégios daqueles grupos sociais⁵⁵, enquanto que o “mau” príncipe corresponderia àquele que contrariasse, de algum modo, os interesses dos senadores. Assim sendo, se exaltava a memória dos *Augustos* e dos *Césares* que se comportaram com deferência perante o Senado, bem como estimularam um ambiente de colaboração, ao passo que se fustigava a recordação daqueles que colocaram em risco a segurança individual e a posição social desfrutada pelos “*nobiles*”.⁵⁶

No entender de autores como Bird (1987, p. 147), a classificação dos imperadores entre “bons” e “maus” já havia se tornado, no século IV, um verdadeiro *cliché* em meio à literatura latina e grega. No entanto, não se deve pensá-la somente como um recurso retórico. Podemos visualizar no âmago do estereótipo do “mau” soberano a projeção de angústias que

⁵⁴ Esta perspectiva exprime, pois, uma maneira de se pensar a vida política em Roma que foi moldada, sobretudo, a partir do principado de Augusto (GRIMAL, 1985, p. 234).

⁵⁵ Como ensina Talbert (1984, p. 489), enquanto expressão da antiguidade e perenidade do Estado romano, o Senado de Roma não veria sublimada a sua relevância e supremacia simbólica durante o período imperial. Entretanto, ainda que a Cúria pudesse ser vista, abstratamente, como fonte da autoridade política, na prática a margem de atuação dos senadores, no que tangia à administração imperial, era estabelecida e renegociada com cada um dos sucessivos imperadores.

⁵⁶ Cizek (1990, p. 173) aclara que esta característica, comum à escrita da história imperial, desnuda uma espécie de difusa oposição, por parte dos senadores, à progressiva diminuição de suas prerrogativas e do espaço que ocupavam na vida pública. Disto se concluiria que boa parte dos membros da ordem senatorial conservava atitudes mentais peculiares, alicerçadas nos valores e nas práticas dos tempos da República. Logo, a camada senatorial não se distinguiria apenas pela grande riqueza que a maioria de seus integrantes possuía (sobretudo nas áreas ocidentais), mas igualmente por um sentimento de exclusividade, de superioridade, que perpassava todos os aspectos que diziam respeito à experiência social de um senador.

afligiriam o escol da sociedade romana quando ameaçado, à guisa de ilustração, por dado governante com quem não travasse amistosas relações. Afinal, o soberano imperial dispunha de meios para silenciar seus opositores, recorrendo à violência física, ao confisco de bens ou mesmo impondo obstáculos ao avançar da carreira política de seus adversários.

A obra de Aurélio Vítor ressoaria, pois, toda esta perspectiva de inclinação senatorial. A narrativa concernente ao reinado de Adriano nos fornece um bom exemplo. Pode-se ler que o citado imperador havia ordenado a execução da maior parte de um grupo de senadores que teria feito comentários jocosos a respeito da adoção e da concessão da dignidade de *César* ao “piedoso” Antonino. Por causa disto, quando do falecimento de Adriano, o Senado recusou-se a deificá-lo, tendo em vista o assassinato de uma parcela de seus membros. Contudo, pouco tempo depois, reapareceram todos aqueles que eram tidos por mortos (cf. *Hist. abbrev.* 14.11; 14.13-14). Em outras palavras, o castigo que Adriano havia aplicado a uma fração dos senadores teria sido o desterro, e não a pena capital. Finalizado o governo de Adriano, em razão de sua morte, pressupõe-se que a punição teria sido revogada, de modo que os senadores supliciados puderam retornar a Roma. Contudo, permanece latente no texto do historiador a percepção de que o imperador, embora posteriormente incluído entre os *diui*, havia atentado contra a *dignitas* do *ordo senatorius*.⁵⁷ Não causa assombro, nestes termos, constatar que nas páginas das *Historiae abbreviatae* o reinado de Adriano destoasse, em boa medida, de seus predecessores e sucessores imediatos.

O *ethos* republicano subsistia no discurso, renovado inclusive durante a Antiguidade Tardia, de que os *principes* romanos corresponderiam, antes do mais, a uma espécie de “magistrados” a serviço da *res publica*.⁵⁸ Neste caso, competiria a “Roma”, e não ao imperador, a autoridade sobre o mundo romano – tratar-se-ia, afinal, de um “*orbis Romanum*”. Portanto, Augusto e os seus sucessores teriam de demonstrar a devida deferência perante as priscas instituições do Estado, encabeçadas pelo Senado e pelo povo de Roma. Ao mesmo tempo, todo soberano haveria de moderar o seu comportamento, como forma de

---

⁵⁷ Mazzarino (1983, p. 298) enxerga, neste episódio relatado por Aurélio Vítor, a expressão de um ressentimento senatorial que teria sido motivado por certas medidas perpetradas pelo imperador Adriano, como os arranjos efetuados no tocante à sucessão imperial. Assim, a tradição veiculada pelo historiador carregava em seu bojo o descontentamento que a escolha de Antonino Pio gerou em varões como Lúcio Catílio Severo, prefeito da cidade de Roma sob Adriano (e bisavô materno do futuro imperador Marco Aurélio), que se viram preteridos na disputa pela púrpura ao final da década de 130.

⁵⁸ Cf., por exemplo, Amiano Marcelino (14.6.5). Isto redundava, segundo Veyne (2002, p. 54), na perene ideia de que o imperador deveria governar com vistas ao engrandecimento de toda coletividade e jamais objetivar apenas sua glória pessoal, tal como o faria um rei do Antigo Regime francês. Os argumentos expostos por Veyne podem ser visualizados em meio ao texto de Aurélio Vítor (cf. *Hist. abbrev.* 33.23).

manifestar a *dignitas* inerente à posição que ocupava (C. ANDO, 2000, p. 45).⁵⁹ Ademais, ao contrário de um *procurator*, que agiria em nome do imperador que o encarregara de determinado ofício, um senador, ao exercer algum cargo, atuaria teoricamente em favor de um Estado que encontraria justamente no Senado uma de suas expressões mais concretas. Assim sendo, um *princeps* que insultasse um senador cometeria uma ofensa, por conseguinte, contra a própria *res publica*.

Desta maneira, aos olhos de Aurélio Vítor, o respeito destinado aos “*patres*” e o reconhecimento do valor social dos mesmos representavam predicados desejáveis em um monarca. Tais qualidades se refletiriam, do ponto de vista prático, no caráter e na capacidade dos varões com os quais o imperador se cercaria e se aconselharia. É o que observamos na passagem em que o historiador diz que Cláudio teria tomado excelentes decisões, relativas à preservação dos costumes romanos e à expansão militar, somente quando havia sido orientado pelos nobres (*nobilitatis consiliis*) (cf. *Hist. abbrev.* 4.1-2). Uma vez, porém, entregue os seus ouvidos às suas esposas e aos seus libertos, o governo de Cláudio teria se confundido com uma verdadeira tirania (*Hist. abbrev.* 4.5).⁶⁰

Nestes termos, se concluiria que Aurélio Vítor equivalia a um porta-voz dos anseios políticos dos senadores ou, como afirma Alföldi (1952, p. 97-98), o historiador preconizava um modelo de escritor “*brimful of senatorial arrogance*”, que se notaria mesmo durante o século IV. Conforme Alföldi, Aurélio Vítor manteve-se preso a formas literárias que asseguravam uma validade canônica aos antigos ideais senatoriais, muito embora estes se revelassem deslocados diante das novas realidades do poder que marcavam a sociedade tardo-imperial.⁶¹ Momigliano (1983, p. 137), igualmente, concebe a obra de Aurélio Vítor como

⁵⁹ Por sua vez, a imagem do imperador “*primus inter pares*” não mais se sustentava no período tardo-antigo. A “mística” que envolvia o detentor da púrpura possuía uma essência religiosa que se chocava com o ideal da paridade entre o soberano e os membros da ordem senatorial. Desta forma, aquele ideal, como escreve C. Ando (2000, p. 46), “*was ultimately supplanted by a much more powerful and longer-lasting image, that of an emperor over many who were equal in their subordination to him*”. No entanto, o esquema mental de um príncipe “*solus sine pares*” jamais seria aceito pelos senadores, sobretudo porque evidenciava a marginalização sofrida pela aristocracia senatorial no cenário político.

⁶⁰ Ao remeter aos conselhos fornecidos pelos senadores, Aurélio Vítor veiculava uma acepção enraizada no vocabulário político da era tardo-republicana. “*Consilium*” e “*prudencia*” compreendiam sentidos bastante semelhantes entre si, e ambas as palavras exprimiriam a noção de capacidade de ação política, uma habilidade que derivava da experiência de vida e, mais importante, vista quase como apanágio da ordem senatorial. Para tanto, cf. Hellegouarc’h (1972, p. 258).

⁶¹ Escudado na idêntica tese de que Aurélio Vítor mostrar-se-ia firmemente agarrado aos valores pertinentes à elite senatorial, den Boer (1972, p. 25) defende a ideia que o historiador já havia ingressado no Senado romano na época em que compunha a obra. Por seu turno, Gonçalves (2006, p. 6-7) faz de Aurélio Vítor algo como um “aristocrata provincial”, defensor irrestrito das concepções advogadas pelas camadas sociais superiores. Já Lemos (2010, p. 50) enumera Aurélio Vítor entre os autores que “faziam parte da aristocracia senatorial ou a ela estavam vinculados”. Ora, faz-se mais do que oportuno ressaltarmos que a entrada de Aurélio Vítor no “claríssimo” se deveu ao exercício do governo consular da província da Panônia Segunda. Todavia, isto

expressão de uma historiografia senatorial que persistia ainda na Antiguidade Tardia e que comportava uma mensagem política, em que se reprovava a influência dos bárbaros, o poder excessivo dos militares e a corrupção em diversos níveis do Estado imperial.

Com efeito, o Senado de Roma permaneceu, no entender de autores como Aurélio Vítor, enquanto uma das instituições cruciais do Estado e, em particular, a fonte perene da *auctoritas* romana. Por isto, ainda que desprovido de maior capacidade decisória, o órgão desfrutava ainda de grande prestígio social, posto que

le Sénat était devenu le symbole vivant de la romanité. [...] L'ethnostyle des Romains, par sa propension au formalisme et au ritualisme, les systèmes de représentations et de valeurs des Romains, par leur culte de la vertu, d'abord de la pietas, ensuite de la dignitas et même de l'obsequium, faisaient du Sénat le dépositaire des traditions, des meilleures traditions, de l'existence de Rome et de son empire. On ne saurait concevoir Rome sans son Sénat (CIZEK, 1990, p. 174).

Nestes termos, o Senado encapsularia, ao longo de toda a história de Roma, os mais profundos e antigos elementos que comporiam a ideia de “romanidade”. A estabilidade e a excepcional longevidade transformaram o Senado em uma das mais salientes bases sobre as quais se alicerçava a concepção de “*aeternitas* romana”, ou seja, da manutenção e da permanência da *res publica*.⁶² Nestes termos, o Senado da cidade de Roma simbolizava uma ponte a conectar o presente aos imemoriais primórdios da *Urbs*, fundada por Rômulo sob a proteção do deus Marte (DOPICO CAÍNZOS, 1999, p. 154).⁶³

Portanto, venerável em função do passado, o Senado demandaria toda manifestação de respeito no presente. A proeminência social dos senadores, evidenciada por sinais exteriores (linhagem, riqueza, modos de vida, etc.), teria por contrapartida a atitude obediente que os demais grupos sociais haveriam de demonstrar. Como lembra Veyne (1987, p. 14), submeter-se a um varão que não pertencia ao vulgo não soava aviltante para um indivíduo que pertencesse às camadas inferiores romanas. Em uma sociedade imperial marcada pelo peso da *dignitas* pessoal e do *obsequium*, a única e válida atitude que caberia a um *humilior* seria a de obedecer a um senhor que se situasse em uma posição superior.

---

ocorreu somente depois de a composição das *Historiae abbreviatae* ter sido concluída. Portanto, ao tempo da narrativa, Aurélio Vítor não pertencia à camada senatorial. Quanto a isto, ver Cap. 1, p. 23-24.

⁶² O Senado de Roma ainda sobreviveria, após a deposição de Rômulo Augústulo em 476, por quase um século e meio. Nem os ostrogodos na Península Itálica, tampouco os ocupantes do trono de Pedro ousaram suprimir a instituição que, porém, veio a desaparecer nos inícios do século VII, momento em que a cidade de Roma se encontrava sob o domínio formal dos bizantinos.

⁶³ Tácito postulava que a “*aeternitas* romana” confundia-se com o Senado, do que resultava o estabelecimento de uma linha contínua entre a época dos antigos reis e a era dos imperadores (Tac., *Hist.* 1.84.4).

Por sua vez, o nascimento nobre deveria garantir o comportamento virtuoso do homem. O mesmo, porém, não se aplicaria aos demais indivíduos.⁶⁴ Daí que Aurélio Vítor comentasse, acerca dos desmesurados costumes de Diocleciano (cf. *Hist. abbrev.* 39.2-4), que

[...] tanto quanto fosse o caráter, tenho aprendido que os mais humildes, os quais em especial quando tenham alcançado altos cargos, são imoderados em sua soberba e em sua ambição. Assim Mário, pela memória de nossos pais, e por isso este [ie., Diocleciano] em nossa recordação, avançaram para além do hábito comum, pois que um espírito desprovido de poder é insaciável, tal como alguém recobrado da inanição. Do que me surpreende que se constate que muitos atribuam a soberba à nobreza, a qual, ciosa de suas origens patrícias, tem em alguma medida o direito de se sobressair como [se isto constituísse] um remédio às moléstias pelas quais é atormentada (*Hist. abbrev.* 39.5-7).

Ora, quais seriam as “enfermidades” que afetariam os “*nobiles*”, cuja linhagem patrícia se confrontava com a “*superbia atque ambitione*” de “homens novos” como Mário, no mais distante passado, e Diocleciano, em uma época mais próxima do historiador? Mário e Diocleciano configuravam exemplos de varões que haviam alcançado o poder supremo embora, segundo Aurélio Vítor, não passassem de “*humillimos*”, isto é, indivíduos de baixa extração social. O fator a aproximá-los dizia respeito à maneira pela qual ascenderam no cenário político: ambos correspondiam a destacados líderes militares.⁶⁵ O peso do exército eclipsava o do Senado na esfera pública imperial e, sendo assim, tão somente restaria aos senadores ratificar a sua posição por intermédio de uma orgulhosa evocação de seus antepassados, trazendo à tona o elemento que os distinguiria perante os homens de armas, qual seja, uma preclara linhagem.⁶⁶ Assim sendo, Aurélio Vítor reconheceria que, ancorada no peso do passado – “ciosa de suas origens patrícias”, como se lê em *Hist. abbrev.* 39.7 – a “*nobilitas*” pudesse justificar e se orgulhar da elevada condição social que desfrutava.

O poder, no entanto, se concentrava nas mãos dos soldados. Desta forma, o historiador procuraria esclarecer aos leitores por qual razão, ao tempo de Diocleciano, os senadores

⁶⁴ O que não significa dizer que as origens humildes constituíssem uma barreira para a aquisição da virtude, como buscava comprovar o historiador ao fazer de si próprio um exemplo (cf. *Hist. abbrev.* 20.5) e conectá-lo também à figura de Septímio Severo.

⁶⁵ Cf. *Hist. abbrev.* 39.1, passagem em que se relata que Diocleciano havia exercido a função de “*domesticos regens*”, algo que equivaleria ao “comandante dos *protectores domestici*”, e foi elevado ao trono por escolha dos “*duces*” e dos tribunos militares. Os “*domestici*”, no interior da estrutura do exército romano tardo-imperial, concernem aos soldados que serviam nos palácios imperiais e que figuravam como uma guarda de elite, objeto de privilégios especiais concedidos pelos soberanos. Por sua vez, a imagem de Mário como hábil líder militar se manteve viva entre os escritores tardo-antigos. É o que se verifica, por exemplo, em uma informação que se encontra na *HA*, segundo a qual o usurpador Avídio Cássio desejava ser chamado de “Mário” graças à sua atitude enérgica diante dos soldados (cf. *HA, Avid. Cass.* 3.8).

⁶⁶ Que se associaria com a observância dos *mores* dos antepassados, algo que os “barbarizados” militares do presente ignorariam. Para tanto, cf. Lemos (2010, p. 52).

dispunham apenas de um paliativo (*remedio habet*) em relação à “*militaris potentia*”. Isto nos conduz, novamente, ao episódio concernente ao interregno que teria se estabelecido após a morte de Aureliano na localidade trácia de Cenofrúrio. Neste contexto, Aurélio Vítor afirmou que os soldados, tão logo constatarem o falecimento do imperador, enviaram legados para Roma a fim de que os “*patres*”, de acordo com seus próprios critérios (*uti suoapte arbitrato*), selecionassem o novo ocupante do trono imperial. Visto que os senadores “tinham respondido que a tarefa convinha, em essência, àqueles [ie, aos militares]”, as legiões, uma vez mais, deixaram o tema aos cuidados dos senadores. “Assim”, escreveu Aurélio Vítor, “ambos os lados tinham disputado em decência e modéstia (*pudore ac modestia*), virtude rara entre os homens, sobretudo em questões desta natureza, e quase ignorada pelos soldados” (*ac prope ignota militibus*) (*Hist. abbrev.* 35.9-10).

Ora, o episódio reportado por Aurélio Vítor destoa por completo do papel recorrente que as *Historiae abbreviatae* conferem aos militares ao longo da história imperial, os quais, com frequência, eliminavam ou se rebelavam contra o soberano reinante. Se, por um lado, o historiador abandonou o estereótipo negativo com o qual se selava a imagem da soldadesca por todo o texto, por outro projetou um retrato idealizado acerca dos “*milites*”, na medida em que teriam agido conforme os ditames da *modestia* – quer dizer, de acordo com aquilo que se reputaria como o mais apropriado, em razão das circunstâncias.⁶⁷ A modéstia que os soldados teriam demonstrado revestia-se com as cores da obediência e, pois, configuraria uma incomum manifestação, por parte das legiões, de reverência e lealdade não apenas diante do Senado, mas inclusive no tocante aos valores e tradições simbolicamente representados por aquela instituição. Em suma, uma exibição de respeito em face dos *mores maiorum*.

Nos termos do discurso do historiador, pois, propomos que os soldados atuaram feito “romanos”, e não à maneira de “bárbaros”, uma vez que reconheceram a posição do Senado enquanto instância dotada da prerrogativa de definir o sucessor de Aureliano. Desta forma, abria-se a possibilidade para que os senadores elessem, ao menos, um indivíduo que adotasse uma postura comedida no trato com os membros da camada senatorial.

A despeito disto, Aurélio Vítor abordou, a nosso ver, um ponto ainda mais relevante em *Hist. abbrev.* 35.9-10. Indicou-se que os senadores teriam declinado da proposta oferecida

---

⁶⁷ Nos meandros da tradição literária latina, a concepção de “*modestia*” poderia corresponder a um sinônimo de “*abstinentia*”, a qual pressupunha a repressão individual ao desejo de se obter bens materiais por meio de uma ação ilícita ou violenta. Os inúmeros episódios que Aurélio Vítor narrou a respeito da volatilidade dos militares, ávidos por alcançar benesses junto aos diferentes imperadores ou pretendentes, sublinhavam uma carência de “*modestia/abstinentia*”, das virtudes que impeliam o indivíduo ou o grupo a conservarem a ordem social (cf. MONREAL, 1997, p. 63). O reconhecimento da “*grauitas*” do Senado, pois, teria feito com que as legiões assumissem uma postura passiva, inativa, no tocante à definição do sucessor de Aureliano.

pelas legiões, tendo em vista que a tarefa (“*munus*”) de se escolher o imperador competiria, antes do mais, aos próprios soldados. Logo, o historiador atestava cruamente as condições que vigoravam nos meandros da política sob o regime imperial, em que o Senado não dispunha dos meios efetivos para nomear um imperador salvo quando um indivíduo já tivesse se lançado em cena. O aspirante à púrpura, por seu turno, era escudado pelos pretorianos ou pelas legiões (ou, ao menos, por uma parcela destas); em outras palavras, os militares tomavam a dianteira no que tangia à seleção de um ou mais indivíduos para ocupar o trono imperial ou, quando fosse o caso, disputá-lo (VEYNE, 2002, p. 53). A aclamação dos senadores Pupieno e Balbino, no contexto das convulsões políticas que marcaram o ano de 238, não passou de uma efêmera exceção.

Neste sentido, a passagem composta por Aurélio Vítor demanda uma compreensão diversa daquela pautada nos termos de uma exibição de *modestia*, no que respeitava aos homens de armas. Estes, detentores da efetiva capacidade de escolha do novo monarca, teriam aberto mão de suas prerrogativas e concedido ao Senado, de forma excepcional, a possibilidade de determinar o nome do sucessor de Aureliano. Ora, a linha de conduta adotada, de maneira coletiva, pelos soldados, assinalava o emprego de outra virtude tradicional: a *moderatio*, própria dos varões que ativamente se envolviam com os assuntos do Estado romano e que, visando alcançar uma justa e equilibrada medida, limitavam o poder que detivessem a partir de uma iniciativa voluntária e pessoal (MONREAL, 1997, p. 65). Julgamos, assim, que Aurélio Vítor teceu aos leitores um (infrequente) exemplo de moderação por parte dos militares. Por extensão, se assinalava sutilmente uma excessiva demonstração de humilde *modestia* por parte dos senadores, em contraste com a atuação dinâmica evidenciada pelos soldados, como se o historiador estivesse a preparar os leitores para as reflexões que seriam expostas na sequência do relato.

Logo, as *Historiae abbreviatae* sinalizaram o processo de transformações que se desenrolaram no século III e caracterizaram o fim do compromisso político em que o regime imperial se assentava desde a sua instauração com Augusto, no interior do qual o *princeps* não governaria senão apoiado pela nobreza senatorial. As grandes famílias pertencentes ao *ordo senatorius* concentravam um poder nada desprezível, assentado na riqueza que possuíam e na influência que exerciam no interior da sociedade, mediante, entre outros, os laços de clientela que as conectavam entre si e a outros segmentos sociais. Por isto, sustenta Veyne (2002, p. 55) que, salvo em determinadas circunstâncias, a ordem senatorial manteve-se como a classe dirigente, administrando o Império por intermédio de monarcas que, por seu turno, preservariam os interesses dos senadores. No entanto, se tratava de uma relação fundamentada

sobre frágeis bases e que engendrava uma tensão contínua entre *principes* individuais e o Senado, na medida em que aqueles, detentores de um *imperium* absoluto, teriam de se comportar à maneira simples mandatários, tal como os magistrados da Roma republicana.

Disto resultava, por exemplo, a perenidade da ideia de que o imperador deveria consultar o Senado, em matéria política, militar ou administrativa, ainda que aos membros da Cúria restassem tão somente reduzidas atribuições legais. No decorrer do século III, todavia, até mesmo tal aconselhamento mostrar-se-ia, na prática, irrealizável. As necessidades militares, crescentes desde os tempos de Marco Aurélio, constrangeram os soberanos a passar um tempo cada vez maior nas áreas fronteiriças do Império, cercados por oficiais militares que, não raro, constituíam o núcleo a partir do qual emergiram os novos imperadores ou os pretendentes ao trono. Os senadores, que nos primeiros tempos do Império preenchiam os principais quadros de comando nas legiões, na condição de legados e tribunos militares, se envolviam cada vez menos com as questões bélicas.⁶⁸ Por conseguinte, no século III gradualmente se formatou um novo compromisso em torno do poder imperial, que concernia diretamente aos líderes militares e seus subordinados, dos quais grande parte era composta por homens de origem provincial. No âmago deste processo, forjou-se a sobreposição das regiões periféricas do Império ante o centro, isto é, a cidade de Roma e a Itália, incluindo suas instituições mais singulares, como era o caso do Senado (BURNS, 2003, p. 272).

Retornando à narrativa das *Historiae abbreviatae*, Aurélio Vítor relatou que, finalmente, o Senado decidiria pelo nome de Tácito, que já havia sido cônsul, para suceder a Aureliano, após um intervalo de quase seis meses (*Hist. abbrev.* 36.1). Esta “espécie de interregno”, sobre o qual somos informados em *Hist. abbrev.* 35.12, teria servido para que o historiador ocultasse por inteiro o papel ativo que Severina, viúva de Aureliano, teria assumido após a morte de seu esposo, no que tangia à administração do Estado romano (CALLU, 1996, p. 142). Neste ensejo, a possível regência de uma mulher cedeu lugar à perspectiva de que o “*interregnum*” representaria um ilustre prólogo à situação que se verificaria sob o governo, aparentemente de essência senatorial, que Tácito iria encabeçar.

Portanto, a empreitada dos senadores, que se revelara inviável quando da eliminação de Calígula, acabaria por se concretizar, embora tardiamente, com a ascensão de Tácito. Não

⁶⁸ Os senadores, desde o século II, já exibiam grande desinteresse em relação ao ofício das armas, e a formação que adquiriam se voltava, basicamente, para às letras e à retórica. Ou seja, os integrantes do Senado se mostravam alheios à realidade cotidiana do “*castrum*” (ANTIQUERA, 2011a, p. 134). Do que se conclui que o processo de marginalização da aristocracia senatorial, no tocante às funções civis e militares, não tem por ponto de partida o governo de Galieno ou de outro soberano da segunda metade do século III, como a ideia do “edito de Galieno” findava por sugerir (cf. *Hist. abbrev.* 33.33-34). Logo, no contexto do Império Tardio, o “claríssimo”, tomado em seu conjunto, não representava uma ameaça latente à posição dos monarcas e ao estabelecimento de dinastias familiares.

obstante, mesmo a escolha daquele desvelava uma situação análoga àquela relatada por ocasião da entronização de Cláudio: ambos os episódios implicavam a sobreposição dos militares em relação ao Senado.⁶⁹ A despeito disto, o historiador registrou que “quase todos estavam muito alegres porque os senadores conseguiram subtrair da ferocidade militar o direito de eleger o príncipe” (*legendi ius principis*) (*Hist. abbrev.* 36.1). A menção efetuada à “*militaris ferocia*” visava salientar ao público, atesta Syme (1983, p. 166), o caráter ímpar e paradoxal de todo o episódio relativo à ascensão de Tácito, que se fundamentaria em uma “*pudicitia ac modestia*” incomum à “selvageria” própria dos soldados, tal como concebidos por Aurélio Vítor (cf. *Hist. abbrev.* 35.11). A “*ferocia*” ratificava a equivalência entre “*miles*” e “*barbarus*” na narrativa, na medida em que a “ferocidade” concerniria a um traço inerente ao “não romano”.⁷⁰

Assim sendo, a emergência de Tácito seria o resultado, segundo Aurélio Vítor, de uma ação do Senado, de forma que o historiador contemplou o reinado de Tácito como análogo a uma sorte de “restauração senatorial”. Neste caso, o príncipe teria assumido a púrpura dispondo do apoio fornecido pelos senadores e contando também com a submissão das legiões, algo que sublinharia o fato de a Cúria romana ter retomado sua força política.⁷¹

Contudo, tal como se observa na *HA*, a ideia da restauração do poder do Senado ao tempo de Tácito não significava que Aurélio Vítor preconizasse um retorno à sistema republicano. Walbank (1987, p. 130) aponta que, durante o período imperial, não se cogitou seriamente a possibilidade de se reinstaurar o regime republicano, na medida em que se manteve viva na memória dos habitantes da Itália e das províncias a lembrança das condições caóticas que envolveram o “*orbis Romanum*” durante o último século da República. Se tratava, antes, da concepção de que, sob o governo de Tácito, antigas práticas e direitos

⁶⁹ Em meio a um relato pormenorizado – ainda que igualmente pouco factível – o ignoto autor da *HA* também assegurou que o pretense interregno entre Aureliano e Tácito teria se estendido por seis meses, período durante o qual o exército teria, por três vezes, apelado aos senadores para que estes últimos procedessem à seleção do novo monarca (*HA.*, *Aurel.* 40.3). Tal como em Aurélio Vítor, subsistia a percepção de que os soldados controlavam a capacidade de definir o nome dos imperadores e, pois, o Senado teria escolhido Tácito apenas em razão do fato de os militares assim o terem solicitado e consentido com tal ato.

⁷⁰ Cf. *Hist. abbrev.* 1.2, em que se reporta que, ao tempo de Augusto, “foi pacificada a ferocidade dos povos externos, com exceção da Germânia” (*pacata exterarum gentium ferocia nisi Germaniae*). As últimas duas palavras guardavam uma velada alusão à derrota romana na floresta de Teutoburgo, ocorrida no ano 9.

⁷¹ A informação de que quase todos se alegraram com o fato de os senadores terem elevado Tácito ao trono (cf. *Hist. abbrev.* 36.1) parece remeter a uma ideia de concórdia, que englobaria diferentes segmentos sociais (a camada senatorial, a burocracia imperial, a plebe de Roma, os provinciais, etc.), tendo o Senado por garantidor da ordem mediante um *princeps* alinhado aos preceitos do referido órgão. Tamanho ponto de vista se conformava ao argumento de que os senadores não conseguiram reverter a decisão dos militares de entronizar Cláudio justamente porque, naquela época, a sociedade imperial encontrar-se-ia cindida por horríveis sedições (cf. *Hist. abbrev.* 3.19). O mesmo se aplica à ideia de que, a partir de Caro e seus filhos, o Senado havia perdido a prerrogativa de nomear o imperador por causa, entre outras, da aversão que nutriria diante das discórdias intestinas (cf. *Hist. abbrev.* 37.5), como se os senadores zelassem pela harmonia no seio do mundo romano.

havia sido reintegrados aos senadores, em especial a possibilidade de se exercer um papel ativo na escolha dos imperadores (CORASSIN, 1997b, p. 208). Isto reverteria na indicação do mais qualificado dentre os varões, ou melhor, daquele que contemplasse os anseios da camada senatorial.⁷²

A moderação dos “*milites*”, entretanto, não se estenderia para além dos poucos meses em que Tácito esteve à frente do Império, no primeiro semestre do ano de 276. Ou, nas palavras de Aurélio Vítor, “esta alegria foi breve e não [conheceu] um desfecho tolerável” (*Hist. abbrev.* 36.2). Nas parcas linhas dedicadas a Tácito, o historiador diz que o soberano castigou os envolvidos na morte de seu antecessor. Quer dizer, subentende-se que Tácito procurou manter os soldados sob os ditames da disciplina, punindo exemplarmente os responsáveis pelo fim da vida de Aureliano, o que faria dele um “bom” imperador, de acordo com os parâmetros que visualizamos na narrativa. Entretanto, Tácito faleceu aos duzentos dias de seu reinado e seu irmão, Floriano, se tornou imperador sem que houvesse sido aclamado pelo Senado, tampouco pelas tropas (*Hist. abbrev.* 36.2).

A inserção de Floriano na obra, porém, se caracteriza por equívocos e contradições. Em primeiro lugar, tal personagem não dispunha de laço de parentesco algum com Tácito. Ao que parece, Aurélio Vítor o confundiu com Quintílio, irmão e fugaz sucessor de Cláudio, o Gótico – porventura mencionado pelo historiador em meio à passagem lacunar que se encontra no texto supérstite das *Historiae abbreviatae* (cf. *Hist. abbrev.* 34.7).⁷³ Posto isto, na continuidade da narrativa, Aurélio Vítor viria a sinalizar indiretamente que Floriano, “um homem qualquer, ainda que bom”, tomou a púrpura por deliberação dos soldados mais ínfimos (cf. *Hist. abbrev.* 37.6). Ou seja, nos confrontamos com uma revisão da perspectiva, exposta em *Hist. abbrev.* 36.2, a respeito do modo pelo qual Floriano teria assumido o trono,

⁷² Em verdade, porém, a “restauração senatorial” sob os auspícios do imperador Tácito carece de facticidade histórica. Chastagnol (1992, p. 210) defende a ótica de que, embora o Senado talvez tivesse manifestado apoio às pretensões de Tácito, as evidências epigráficas, numismáticas e jurídicas que remontam ao período não fornecem subsídios que comprovassem a ideia de que a Cúria tomou as rédeas da política imperial, quanto mais em um ambiente marcado pela predominância dos oficiais militares de extração não senatorial. Polverini (1975, p. 1023), por seu turno, indica alguns elementos que fariam do governo de Tácito algo excepcional no contexto das últimas décadas do século III, mas que não corroboram a noção de “restauração” do poder do Senado. À guisa de ilustração, Tácito foi o único soberano, no intervalo compreendido entre Aureliano e Constantino, que não cunhou moedas que contivessem referências ao culto do Sol, em todas as suas variantes. Quiçá isto evidencie uma indisposição do citado monarca no que se referia ao processo, então em curso, de transformação da teologia política e das bases que conferiam legitimidade aos imperadores.

⁷³ O mesmo se observa na *Vita Taciti* que consta na *HA* (cf. *Tac.* 9.6; 14.1). A confusão envolvendo as figuras de Quintílio e Floriano pode ter derivado do fato de que ambos governaram por um curto período e foram vencidos, em um conflito civil, por seus sucessores, respectivamente Aureliano e Probo, imperadores para os quais a tradição reservou a imagem de excelência nas artes militares. Na condição de oponente derrotado, a memória de Floriano talvez tenha sido submetida a alguma forma de obliteração e, posto assim, a reconstituição da mesma, no século IV, se efetuou por analogia. Eutrópio (9.16.1) e o autor do *Epitome* (36.2), porém, não endossaram o parentesco entre Tácito e Floriano, e tampouco lidaram com a perspectiva da “restauração senatorial” sob Tácito.

sinalizando-se que, de forma alguma, o imperador dispunha de uma relação consanguínea que o ligaria ao seu antecessor.

Assim, o caráter obscuro das circunstâncias que diziam respeito à emergência de Floriano repousa, a nosso ver, justamente sobre o fato de Aurélio Vítor ter concebido que Tácito e Floriano pertenciam à mesma família. Afinal, como poderia o historiador explicar que o irmão de Tácito, o imperador associado à ótica da “restauração senatorial”, tivesse se elevado ao poder pelas mãos de simples soldados? Ao que parece, Aurélio Vítor se apercebeu desta contradição e, a fim de matizá-la, desconsiderou a natureza da ascensão de Floriano, aludindo à questão apenas em *Hist. abbrev.* 37.6. Em que pese isto, o simples fato de Floriano não ter sido escolhido pelo Senado já bastaria para afastá-lo de seu hipotético “irmão”. Nestes termos, como coloca Sauer (1998, p. 179), Aurélio Vítor somente poderia avaliá-lo como um governante indigno, na medida em que sua chegada ao trono teria rompido com o quadro idealmente traçado em relação ao reinado de Tácito, quando os senadores teriam desfrutado de grande influência.

Seja como for, a sucessão de Tácito “*nullo senatus seu militum consulto*”, ilustrava o “desfecho intolerável” destinado à efêmera “restauração senatorial”, tal como concebida por Aurélio Vítor. Diz-se que Floriano reinou por não mais do que dois meses, e pereceu em Tarso por obra de seus próprios soldados (*Hist. abbrev.* 37.1). Mas, e quanto ao falecimento de Tácito? Em um primeiro momento, o historiador se limitou a meramente reportar a morte do referido governante, ao que se seguiria a ascensão de seu “irmão” (cf. *Hist. abbrev.* 36.2). Porém, em *Hist. abbrev.* 37.3, se esclarece, ainda que de maneira confusa, que Tácito também foi eliminado pelos militares.⁷⁴ A técnica narrativa utilizada por Aurélio Vítor visava preservar a aura de “restauração senatorial” vinculada ao governo de Tácito. Para tanto, o historiador evitou apontar claramente aos leitores o fato de os soldados terem eliminado o soberano que teria sido eleito pelos senadores (isto é, Tácito) e, igualmente nomeado um substituto (Floriano). Isto explicita, logo, a ausência de maiores detalhes a respeito do falecimento de Tácito e da emergência de Floriano, meramente indicados no versículo exposto em *Hist. abbrev.* 36.2.

Ademais, ao sucessor dos “irmãos” Tácito e Floriano, o imperador Probo, também se reservaria um trágico final. À maneira de Aureliano, Probo correspondia a um exímio e disciplinador chefe militar, como se constituísse um “outro Aníbal” (*Hannibalem alterum*)

⁷⁴ Aurélio Vítor indicou que Probo derrotou os povos bárbaros que invadiram o território imperial no momento em que “os nossos príncipes foram assassinados em razão do crime de seus homens” (*Hist. abbrev.* 37.3). A expressão “*nostris principibus*”, flexionada no plural, só adquire sentido se a entendermos como uma referência feita tanto à morte de Tácito quanto a de Floriano, os antecessores imediatos de Probo.

(*Hist. abbrev.* 37.2). No entanto, tamanha disposição em enquadrar os soldados – que se evidenciaria no fato do monarca ter ordenado que as legiões cultivassem vinhas na Gália, nas Panônias e na Mésia, a fim de espantar o prejudicial e perigoso estado de ociosidade – acabaria por custar a própria vida de Probo, assassinado em meio a uma ação empreendida por seus comandados (*Hist. abbrev.* 37.3-4). O perecimento de Probo serviu de suporte a uma das mais notáveis digressões expostas no texto das *Historiae abbreviatae*, e que marcaria o inaugurar de uma nova etapa na história imperial, como concebida por Aurélio Vítor. Este, pois, escreveria que

a partir de então, a força dos militares se recobrou (*militaris potentia conualuit*) e do Senado foi arrancado o poder e o direito de nomear o imperador (*senatui imperium creandique ius principis*) até os nossos dias, não se sabe se por ter o próprio [Senado] [assim] desejado por desídia, se por medo ou fosse por aversão às dissensões internas. Por certo [o Senado] pôde ter recuperado [a prerrogativa] de servir ao exército, perdida por causa do edito de Galieno, pois as legiões moderadamente haviam se resignado quando Tácito reinava; nem mesmo Florianio teria inadvertidamente tomado o poder, [e] tampouco o *imperium*, por decisão dos *manipulares*⁷⁵, teria sido concedido a um homem qualquer, ainda que fosse bom, *se tão distinta e grande ordem passasse seu tempo nos acampamentos (amplissimo ac tanto ordine in castris degente)*. Em verdade, visto que [os senadores] têm se regozijado com o ócio e ao mesmo tempo temem por suas riquezas, cujo desfrute e afluxo estimam como maior do que aquilo que é eterno, construíram uma via para que os militares e quase os bárbaros dominassem a eles próprios e aos seus descendentes (*Hist. abbrev.* 37.5-7, grifo nosso).

Salientemos, em primeiro lugar, que Aurélio Vítor reiterou a ideia de que Galieno havia proibido o ingresso dos senadores ao exército, inclusive lançando mão do termo “*edictum*” a fim de conferir uma roupagem jurídica à eventual medida que o supracitado imperador teria emitido.⁷⁶ Completar-se-ia, pois, o vilipêndio da figura de Galieno: o edito se elencava como mais um dos atos perniciosos do soberano, que geravam “mal-estar ao mundo romano” e, em particular, à ordem senatorial (cf. *Hist. abbrev.* 33.33). Todavia, soa interessante que não se poupasse os próprios senadores e se dirigisse uma ácida crítica ao apego ao ócio e as riquezas que, segundo o historiador, caracterizaria a vida dos “*patres*”.

Logo, Aurélio Vítor mesclou duas perspectivas distintas. Galieno teria ultrajado os senadores, vetando a presença destes no comando das fileiras militares e, virtualmente,

⁷⁵ Referência ao integrante do *manipulus*, isto é, a unidade tática que compunha a estrutura de uma legião romana, desenvolvida ao tempo das Guerras Samnitas (343-290 a.C.). O manípulo compreendia, depois das reformas de Mário no final do século II a.C., o total de 160 soldados, ou duas centúrias formadas por 80 combatentes. Aurélio Vítor aludia, pois, aos “soldados rasos”, aos indivíduos que ocupavam as posições inferiores no seio da hierarquia do exército imperial, em contraposição aos oficiais mais graduados.

⁷⁶ Cf. *Hist. abbrev.* 33.33-34.

impossibilitando que os integrantes da ordem senatorial alcançassem à púrpura. Cabe ressaltar que, neste sentido, o “edito de Galieno” se instauraria na narrativa sob o signo da ruptura. A fim de sublinhá-la, o historiador informou que o imperador Valeriano, pai do próprio Galieno, “ainda que de origem assaz preclara, no entanto, como era então o costume, servia ao exército” quando de sua elevação ao trono (*Hist. abbrev.* 32.2).⁷⁷ Sendo assim, o “edito” não apenas representava um ultraje ao Senado, como também refletia uma inovação e, portanto, um ataque frontal que Galieno teria perpetrado aos *mores maiorum*. Afinal, eis que o *ordo senatorius*, que no passado havia conduzido as forças militares à vitória contra os mais temíveis inimigos e, igualmente, espalhado a lei romana aos mais diversos pontos do *orbis terrarum*, ficaria privado de uma de suas mais significativas funções sociais.

Contudo, a digressão formulada por Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 37.5-7 introduz um segundo ponto de vista. O interregno após o assassinato de Aureliano e a subsequente ascensão de Tácito congregavam, segundo o historiador, o momento ideal para que os senadores revertissem as nefastas disposições de Galieno, tendo em vista a submissão das legiões durante aquele “intervalo de restauração senatorial”. Nos termos da metáfora pendular, estava colocada a possibilidade de se alterar o curso que a ação de Galieno teria imposto aos acontecimentos. A presença dos senadores à frente das tropas, no entender do historiador, faria com que a “restauração” da ordem não se esgotasse ao término do breve reinado de Tácito; isto é, um indivíduo tão obscuro quanto Florianiano não teria se assenhoreado do poder (cf. *Hist. abbrev.* 37.6). Aurélio Vítor demonstrava aguda consciência acerca da natureza das relações de poder que alicerçavam o sistema imperial, ou seja, do fato de que o *imperium* se sustentava sobre a força as legiões. Ausentes do exército, os senadores tornar-se-iam figuras secundárias no interior da arena política.

Todavia, a noção de ruptura, atrelada ao “edito de Galieno”, se justapunha a um discurso que comportava elementos que privilegiam a ótica de continuidade. Os “romanos”, desde os primórdios da era imperial, haviam abandonado o exército aos “não romanos” (cf. *Hist. abbrev.* 3.15). Esta ação negligente, sinal da corrupção moral dos “romanos”, redundaria em dois processos que tangiam à condução dos assuntos públicos, quais sejam, a

---

⁷⁷ Quer dizer, um senador ilustre como Valeriano foi escolhido pelos soldados como sucessor do finado Emílio Emiliano justamente pelo fato de comandar algumas legiões, de se inserir na vida diária do “*castrum*”. Por conseguinte, Aurélio Vítor almejava realçar um contraste entre o veto imposto por Galieno e a figura de seu pai, um senador que não deixava de ser um homem de armas. Esta correlação teria sido, no entanto, inviabilizada pela lei que o filho de Valeriano promulgaria pouco tempo depois. Nos termos de Aurélio Vítor, o “edito de Galieno”, pois, ignorava e desrespeitava o *exemplum* fornecido pelo pai do próprio imperador.

“barbarização” das fileiras militares e a marginalização do Senado.⁷⁸ A chegada ao trono por parte de indivíduos tão díspares como Cláudio e Maximino, o Trácio, à revelia completa dos senadores⁷⁹, antecipava o resultado que se anunciaria, em definitivo, após a morte de Probo. Tratar-se-ia da sobreposição dos “militares/bárbaros” no âmago da política imperial, algo que se estenderia até (e mesmo caracterizaria) a época em que vivia o historiador (cf. *Hist. abbrev.* 37.7). Nas *Historiae abbreviatae*, o eclipsar do Senado adquire contornos nítidos no quadro das crises que desabrocharam no século III.

A percepção de que os “*nobiles*” “construíram uma via para que os militares e quase os bárbaros dominassem a eles próprios e aos seus descendentes” ratificava, a nosso ver, o discurso decadentista elaborado em relação ao presente. Os principais expoentes da romanidade teriam sido subjugados por elementos “não romanos”, “bárbaros” alheios às tradições sobre as quais Roma havia alicerçado o seu império. Por conseguinte, se assistiria a um declínio dos *mores*, que se desenrolaria em paralelo à emergência dos expoentes de uma “cultura militar” singular, dotada de valores próprios, que independiam da antiga elite terratenente para atingirem o topo da sociedade imperial.

Portanto, nota-se que Aurélio Vítor mesclou em sua narrativa duas perspectivas diferentes. Mas a composição de uma pequena digressão indica que o historiador objetivava, como se nota em outras seções de seu texto, assinalar que um novo estágio se iniciava na história imperial, ilustrado por um rompimento efetivo com as práticas do passado e a sobreposição de elementos “bárbaros” no centro da vida política tardo-imperial (cf. *Hist. abbrev.* 37.7).

⁷⁸ Dufraigne (1975, p. 74) e, em particular, Bird (1984, p. 42), destacam que Aurélio Vítor, ao apontar a existência de sangue bárbaro entre os militares ao tempo de Calígula e Cláudio, tinha em mente o próprio contexto histórico em que se inseria. Propomos, no entanto, que não se trata simplesmente de uma retroprojeção do presente no passado. A existência maciça de soldados de origem “bárbara” a compor as tropas, nos meados do século IV, configura um problema para o qual Aurélio Vítor buscou uma resposta no desenrolar da própria história imperial, de forma a esclarecer tanto a “barbarização” do exército quanto o enfraquecimento político do Senado romano.

⁷⁹ No caso de Cláudio, se afirma genericamente que as discórdias que grassavam o conjunto de cidadãos – alusão, talvez, a uma deturpação dos costumes – impediram que os senadores pudessem alterar os rumos da sucessão de Calígula, como definida pelos soldados (cf. *Hist. abbrev.* 3.19). Já em relação à ascensão do “*litterarum fere rudis*” Maximino, o Trácio, o texto se revela mais incisivo e explícito, ao dizer que, “não obstante, os senadores também aprovaram isto [ie., a proclamação do imperador], posto que consideraram perigoso que homens desarmados se opusessem a homens armados” (*Hist. abbrev.* 25.2). A ideia de que os senadores se encontravam desprovidos de armas ilustrava o isolamento da Cúria no que dizia respeito aos deveres militares, afastamento este que se enraizaria, porém, em um comportamento indolente, como se lê em *Hist. abbrev.* 37.5. Logo, no entender de Aurélio Vítor, a ausência dos senadores nos campos de batalha, que se prolongava até o momento da composição da obra, se devia antes à conduta assumida pelos “*nobiles*” do que aos efeitos provocados pela possível proibição determinada por Galieno (a qual, de toda maneira, poderia ter sido revertida ao tempo do imperador Tácito, a julgar por aquilo que escreveu o historiador).

Isto nos auxilia a esclarecer, por seu turno, as razões pelas quais Aurélio Vítor se calou acerca do sentido que havia dispensado às reformas militares levadas a cabo por Constantino (cf. *Hist. abbrev.* 41.12). Sendo assim, ainda que em episódios anteriores à transição entre Probo e Caro o historiador indicasse que o Senado não havia exercido papel algum no que respeitava à nomeação dos soberanos⁸⁰, a perda definitiva da autoridade senatorial se cristalizaria somente a partir da emergência de Caro. Aurélio Vítor se fundamentava, pois, em uma ideologia de legitimidade “constitucional”, que remontava à dialética relação entre *princeps* e Senado que havia sido forjada sob o principado de Augusto. Estava em jogo, pois, o “*legendi ius principis*”, para utilizarmos a fórmula empregada pelo próprio historiador.⁸¹

Neste ensejo, como conclui Mazzarino (1983, p. 296), Aurélio Vítor revelou grande capacidade analítica ao conceber que o esvaecimento dos antigos instrumentos que conferiam legitimidade à sucessão imperial se articulava à ausência dos membros do Senado nos campos de batalha.⁸² Desta forma, se depositava sobre os ombros dos próprios senadores a responsabilidade, em última instância, pelas transformações “constitucionais” que se desenrolaram no Império romano desde os meados do século III.⁸³

Ademais, Chastagnol (1992, p. 211) ensina que a alusão feita por Aurélio Vítor ao apego dos senadores às “*diuitia*”, às riquezas, merece ser realçada. De fato, em *Hist. abbrev.* 37.7 podemos observar um discurso moralizante, uma reprovação mordaz ao apreço por bens metálicos que nos remeteria a, por exemplo, Salústio (cf. *Cat.* 10.3; 54.6) ou Tito Lívio (cf. *Praef.* 12; 3.26.7). Ora, na medida em que a manutenção, a transmissão e, pois, a emulação dos *mores maiorum* competiriam aos “*patres*”⁸⁴, aos homens dotados de insígnias ancestrais, os senadores traçados por Aurélio Vítor não correspondiam aos guardiões da identidade

⁸⁰ Para além dos já referidos casos que tangiam a Cláudio e Maximino, o Trácio, poder-se-ia elencar também as proclamações de Nerva (*Hist. abbrev.* 12.2), de Macrino (*Hist. abbrev.* 22.1), de Gordiano I (*Hist. abbrev.* 26.1) e mesmo a de Probo (*Hist. abbrev.* 37.2).

⁸¹ Cf. *Hist. abbrev.* 36.1.

⁸² Quer dizer, Aurélio Vítor sinalizava aos leitores que a aprovação do Senado não mais conformava um fator, do ponto de vista formal, necessário para a legitimação do imperador. A rotura decisiva com tal regimento concretizava, nas *Historiae abbreviatae*, o processo de despolitização do Senado de Roma e da tradicional aristocracia senatorial terratenente.

⁸³ Roman (2001, p. 99) salienta o caráter excepcional da crítica que Aurélio Vítor expôs acerca da letargia política e da indignidade dos senadores. Todavia, C. Ando (1995) argumenta que escritores do século IV, como Aurélio Vítor, se focavam nos temas de interesse das camadas dirigentes evitando, porém, referências explícitas a “questões politicamente sensíveis”. Ora, a digressão exposta em *Hist. abbrev.* 37.5-7 tocava, pelo contrário, em um ponto bastante “sensível” no que tangia à dinâmica política imperial e as disputas envolvendo os senadores e os militares pelo acesso ao poder.

⁸⁴ Do que decorria que todo imperador que promovesse claras alterações nos costumes romanos fosse retratado, com frequência, como inimigo do Senado. Basta ver Domiciano, que modificou a denominação dos meses de setembro e outubro, intitulando o segundo a partir de seu próprio nome (*Hist. abbrev.* 11.2; 11.4-5). Tal mudança, fruto de um capricho pessoal do monarca, se chocava com o princípio da “coisa pública”, que se confundiria com as mais antigas instituições romanas. O mesmo se aplica a Cômodo (cf. *Hist. abbrev.* 17.2).

cultural romana, mas antes àqueles que a renegaram. Assim sendo, tais indivíduos teriam se conduzido em desacordo com sua própria posição, quer dizer, ignoraram o *decus* que se convertia em uma das bases do prestígio social que desfrutavam.

Em outras palavras, a reflexão que Aurélio Vítor estabeleceu acerca do comportamento dos senadores se fundamentava no fato de o historiador ajuizar que os valores mais caros à aristocracia haveriam de ser observados e cultivados, de tal forma que os membros da ordem senatorial seriam criticados em razão do próprio *modus operandi* que deveriam, em teoria, seguir e promover (ENJUTO SÁNCHEZ, 2004, p. 140). Portanto, o historiador se guiou por uma concepção que se verifica comumente no interior da literatura latina, qual seja, a de que afluência de riquezas contribuía para a dissolução dos costumes romanos (EDWARDS, 1996a, p. 176).

Além disso, a ideia de indolência, por parte dos senadores, sustenta a apreciação efetuada por Aurélio Vítor de que os senadores prezaram mais pelo desfrute das riquezas do que por aquilo que “é eterno” (cf. *Hist. abbrev.* 37.7). Enxergamos nesta passagem uma alusão efetuada ao princípio da “*aeternitas* de Roma”, à perenidade da *Urbs* e, por extensão, de seus valores e instituições. A exclusão dos senadores, no que respeitava aos comandos militares – quer derivasse tanto do “edito de Galieno” quanto da “*desidia*” dos “*nobiles*” – representava uma ruptura em relação às práticas que mantiveram operantes, na era imperial, as formas e as instituições de governo cidadinas, que remontavam ao período republicano e mesmo à época monárquica. Dito de outra maneira, um rompimento com uma das garantias “[...] *di continuità della Roma aeterna nell'impero*” (MAZZARINO, 2005, p. 548).

Por fim, a debilidade política e moral dos senadores que perduraria, segundo Aurélio Vítor, até os seus dias, pode ser associada à negligência para com a cidade de Roma, processo este que o historiador implicitamente articulava com fenômenos ocorridos durante a era constantiniana, em especial a fundação de Constantinopla. Lembra Ceausescu (1976, p. 104) que, em meio à tradição romana, o destino do Senado era concebido como visceralmente ligado ao devir da *Urbs*. Desta maneira, o ofuscamento vivenciado por Roma, no século IV, corresponderia também à fragilidade das instituições ligadas à cidade, dentre as quais se incluía o Senado. Neste sentido, a redução da importância política da *Urbs* equivalia, pois, ao esvaecimento da Cúria romana enquanto força efetiva em meio às disputas pelo poder na sociedade tardo-antiga.

Isto posto, destaquemos que a indiferença que os senadores teriam exibido em relação “àquilo que é eterno” – isto é, Roma e os *mores* que singularizariam a cidade – findava por reforçar a retórica decadentista que se projetava sobre o tempo presente, na medida em que

fornecia substância à assertiva de que decrescia “dia a dia o interesse pela cidade de Roma” (cf. *Hist. abbrev.* 28.2). No século IV, a relação entre a *Urbs* e o *ordo senatorius* se mostrava bastante tênue em alguns casos, mesmo no que dizia respeito aos indivíduos que, efetivamente, tomavam assento na Cúria romana. Desde o século II, muitos senadores passavam mais tempo em suas *uillae*, localizadas nas províncias, do que na cidade de Roma⁸⁵ e, não raro, cultivavam vínculos mais sólidos com suas áreas de origem do que propriamente com a capital do Império.⁸⁶

Neste caso, se parte da experiência vivenciada pelos senadores se efetivava, cotidianamente, em ambientes situados para além das muralhas de Roma, a cidade se posicionaria como expressão de um ilustre passado e, se eterna, comportaria também uma perspectiva de futuro. Contudo, a *Urbs* se encontrava, no presente, distante das glórias de outrora, bem como o seu destino se afigurava incerto. Este quadro, se levarmos em conta as reflexões efetuadas por Aurélio Vítor, não resultaria apenas dos atos empreendidos pela casa constantiniana (como a promoção de uma “cidade dinástica” fundada às margens do Bósforo), mas igualmente da inércia dos senadores romanos e de seu desapego aos valores tradicionais sobre os quais a cidade de Roma, de modo simbólico, se assentaria.⁸⁷

Sendo assim, concluímos que a reprimenda dirigida à conduta negligente dos senadores, como vista em *Hist. abbrev.* 37.5-7, emanava de uma premissa associada à própria tradição histórica senatorial. A reprovação, pois, se travestiria em lamúria. O Senado se confundiria com Roma e exprimiria a concretude dos laços que vinculavam o Estado imperial ao seu mais remoto passado e, portanto, sobre as virtudes dos membros desta antiquíssima instituição deveria repousar a grandeza romana. No entanto, o desfrute dos vícios minaria a autoridade social gozada pelos senadores, de forma que coube a Aurélio Vítor constatar

---

⁸⁵ Ademais, ao tempo de Constantino, a obrigação formal de que os senadores fixassem residência na cidade de Roma foi abolida. Tal medida estimulou a constituição de “aristocracias senatoriais regionais”, que cumpriam com os seus encargos a partir de suas províncias de origem ou das cortes imperiais, o que fazia da presença na Cúria romana uma condição completamente prescindível (CHASTAGNOL, 1985, p. 221).

⁸⁶ Com efeito, havia uma série de imperativos que subtraía os senadores das sessões do Senado. O comando de alguma legião em determinados períodos, em especial nos dois primeiros séculos da era imperial, o governo de uma província ou mesmo a faculdade de não comparecer às sessões do órgão, aos homens que atingiam os sessenta ou sessenta e cinco anos de idade, contribuíam para afastar, fisicamente, os senadores da cidade de Roma (EDWARDS; WOOLF, 2003, p. 11).

⁸⁷ Lemos (2010, p. 59) exprime a opinião de que a relevância que um autor como Aurélio Vítor conferia aos costumes ancestrais seria reveladora do apeço por uma memória histórica nos meandros da qual a *fortuna* de Roma se identificaria com a aristocracia senatorial romana tradicional e os seus valores. A nosso ver, no entanto, o declínio da cidade de Roma, considerando-se os elementos manipulados por Aurélio Vítor em sua obra, não se resumiu apenas ao enfraquecimento do Senado, como se este processo determinasse a interpretação relativa ao devir de Roma. A despolitização e a conduta indecorosa da “aristocracia senatorial romana tradicional” constituíam mais um dos fatores que justificariam a noção de decadência por meio da qual o historiador compôs um panorama acerca do tempo em que vivia, metonimicamente expresso pela *Urbs* como um todo, e não pelo Senado romano em si.

pesarosamente o fato de que o acesso ao *imperium* se concentrasse, sobremaneira, nas mãos dos “barbarizados” militares.

Em função disto, Bird (1984, p. 38) e Nixon (1985, p. 412) salientam que, longe de figurar enquanto autor arraigado aos pontos de vista senatoriais, a postura de Aurélio Vítor em relação às camadas superiores revelava-se ambígua. Admirar-se-ia os “*nobiles*” em razão de sua cultura e das tradições a eles vinculadas, pois que representariam a perenidade dos valores de antanho, dos *mores maiorum*. Neste caso, seria aceitável e compreensível que usufruíssem os privilégios concernentes à posição social e simbólica que ocupavam, como se depreende da passagem em que o próprio historiador advogou em favor da preeminência dos senadores no seio da sociedade imperial.⁸⁸ Entretanto, tal condição jamais deveria interferir no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades tradicionais, de acordo com Aurélio Vítor. Logo, este censurava a conduta dos “*patres*” em relação àquilo que julgava como um dos deveres primordiais do Senado, qual seja, o cuidado com o bem-estar da *res publica*. Isto redundava, com efeito, em um questionamento das bases morais sobre as quais se alicerçava a primazia social dos senadores romanos.

Diante do que expusemos, não carece rotular as *Historiae abbreviatae* como “expressão de uma historiografia senatorial”, muito menos tornar Aurélio Vítor um representante das aristocracias sociais nos meados do século IV. Arrivista social, Aurélio Vítor conferiu à cultura letrada um peso significativo enquanto elemento distintivo de uma concepção de romanidade, tal como o fariam os senadores de mais antiga linhagem. “*En otras palabras, se el aprendizaje de las artes liberales jugaron un papel dominante en la educación de los jóvenes de familias clarissimae*”, postula Enjuto Sánchez (2004, p. 156), “*fueron precisamente esas mismas artes en las que se iniciaron algunos de los que hemos denominado ‘parvenus’*”. Não se faz necessário, portanto, transformar Aurélio Vítor em um integrante das camadas sociais superiores para que se esclarecesse por quais motivos o historiador compartilhou dos valores e percepções usualmente relacionadas com o *ordo senatorius*.⁸⁹

Além disso, cabe recordar que os usos sociais atribuídos ao conhecimento da gramática e da retórica latinas diferiam o historiador em relação a certos grupos no interior da ordem senatorial.⁹⁰ Para Aurélio Vítor, a formação nas letras configurou um mecanismo de

---

⁸⁸ Cf. *Hist. abbrev.* 39.7.

⁸⁹ Gianotti e Pennacini (1986, p. 231) chegam a uma conclusão similar.

⁹⁰ O mesmo pode ser afirmado a respeito do posicionamento diante da religião cristã. O discurso elaborado por Aurélio Vítor se fundamentava na valorização das tradições romanas, como forma de se proclamar a perenidade daquelas. Nestes termos, ajuizamos que a surda oposição de Aurélio Vítor em face do cristianismo promovido

ascensão social, ao passo que, para um bom número de senadores, a maestria no campo da “*eruditio*” significava a manutenção do elevado estatuto social que desfrutavam, ou mesmo um tradicional imperativo para o exercício dos ofícios públicos – ainda que, para muitas famílias “claríssimas” no século IV, em particular no Ocidente do Império, a competição pelos “*honores*” se limitasse às magistraturas circunscritas à cidade de Roma (HUMPHREYS, 2003, p. 8).

Ora, a instrução nas artes liberais, como oferecida nos grandes centros urbanos das províncias ocidentais, valorizava a produção literária dos períodos tardo-republicano e alto-imperial, de modo que se descortinavam aos homens da Antiguidade Tardia as concepções e as práticas que legitimavam a proeminência social da elite senatorial. Outro processo igualmente fundamental condicionaria o perpetuar de uma tradição de matriz, em essência, senatorial. La Penna (1986, p. 150) ensina que, embora o período que se estendia entre os reinados de Septímio Severo e Constantino tivesse sido marcado por profundas transformações políticas e sociais, não se constituíram novos círculos propulsores de uma cultura literária. Quer dizer, a ordem equestre, mesmo que galvanizada por sua crescente importância no âmbito do exército e da administração imperial, não promoveria uma tradição literária dotada de feições próprias⁹¹, que pudesse concorrer com a elite senatorial no tocante à escrita da história e da biografia, por exemplo.

As fileiras militares, por sua vez, permaneceriam estéreis no que respeitava à produção cultural letrada. E os “imperadores-soldados” que sucederam a Severo Alexandre não conceberam – e dificilmente reuniriam condições para fazê-lo – um programa político e ideológico que privilegiasse a composição de obras literárias, que viesse a projetar uma avaliação positiva sobre tais monarcas. Disto resultou, pois, que as novas realidades do poder imperial, delineadas a partir de Aureliano e de Diocleciano, não encontrassem respaldo entre as obras dos homens de letras, com a exceção parcial dos panegiristas gálicos da virada do século III para o IV. Restaria, sobretudo, às artes visuais e ao numário a função de propagar

---

pela dinastia Constantiniana se pautava no fato de que a nova religião configuraria um desvio se cotejada com as antigas tradições, isto é, um elemento “não romano”, “exógeno”, que se inseria no desenrolar da história imperial. Por certo, a retórica de Aurélio Vítor, em defesa dos valores que remontavam ao passado, atendia aos interesses da nobreza senatorial da cidade de Roma, que emergia como o grupo cuja posição social se alicerçava, simbolicamente, nos *mores maiorum*. Mas a manutenção das práticas culturais e religiosas romanas significava, para os círculos senatoriais que não se converteram à fé cristã, “*conservare la base del proprio prestigio e che questo prestigio giustificava i suoi privilegi economici*” (LA PENNA, 1986, p. 167). Logo, tratar-se-ia de um interesse de “casta” que não poderíamos elencar entre os objetivos de Aurélio Vítor diante da tarefa de escrever uma história abreviada do Império romano.

⁹¹ Os interesses das ordens senatorial e equestre, porquanto constituíssem as camadas superiores da sociedade romana em seu todo, convergiam entre si. De maneira alguma os *equites* situaram-se enquanto grupo separado dos senadores, em termos econômicos, sociais ou ideológicos (WALLACE-HADRILL, 2004, p. 100).

uma apreciação favorável acerca das inovações que se operaram em relação às formas de representação dos imperadores. Porém, de modo algum, se atestava uma explícita ruptura com os *mores* do passado.⁹²

Concluímos, posto assim, que Aurélio Vítor manipulou uma tradição histórica que, em seu conjunto, veiculava largamente os pontos de vista que emanavam da elite senatorial ou, ao menos, se coadunavam com os interesses daquela. Portanto, dever-se-ia salientar, no que respeita à obra de Aurélio Vítor, não apenas sua filiação às formas de pensar pertinentes às camadas superiores, como o desprezo diante da potestade e influência dos militares. Faz-se necessário, antes, sublinhar a autonomia que sua narrativa exibia diante de certas imagens canônicas que toda uma memória histórica de raiz senatorial propalava acerca do passado romano, liberdade esta que se observa por meio das representações que as *Historiae abbreviatae* pincelaram no tocante aos reinados de Augusto, Septímio Severo, Caracala, Aureliano, entre outros.⁹³ Afinal, a experiência individual não se fundamenta sobre um ou outro sistema valorativo determinado, mas sim a partir de uma interação constante entre diferentes sistemas (MATTHEWS, 2000, p. 444).

4.4 Aurélio Vítor e a “cultura do criticismo”.

O elogio ao diligente trabalho que, conforme Aurélio Vítor, Anatólio teria realizado no Ilírico ao reorganizar o “*cursus publicus*” (cf. *Hist. abbrev.* 13.6), evidencia ao leitor o fato de o historiador ter se mostrado ciente de que, malgrado o poder decisório e a responsabilidade que, em primeira instância, caberiam ao imperador, os servidores deste também exerceriam um papel na manutenção da estabilidade e do funcionamento do Estado imperial. Em verdade,

---

⁹² Hedlund (2008, p. 237) declara que as moedas cunhadas para os imperadores, de Galieno a Diocleciano e Maximiano, apresentam grande combinação de objetos iconográficos, dos quais boa parte se focava, porém, no poder militar dos governantes. Por um lado, tais imagens se voltavam aos soldados, de modo a convencê-los dos predicados marciais dos soberanos. Por outro, estabeleciam uma forma de comunicação com a sociedade como um todo, com a intenção de transmitir às cidades provinciais a ideia de que o imperador reinante concentrava a capacidade marcial necessária para garantir a segurança do Império, que se assentava sobre a vitória que os seus soldados alcançassem no campo de batalha.

⁹³ Earl (1984, p. 7) ensina que o traço mais notável, no que tangia aos ideais defendidos pela aristocracia romana, diz respeito ao fato de sua influência ter ressoado muito além dos limites da camada social em que havia se originado. Ademais, vale lembrar que “[...] os senadores não tinham o monopólio da manutenção e da produção da memória. Nem todos os historiadores eram senadores ou dependentes; outros grupos políticos possuíam um imenso interesse pelas formas que eram então atribuídas ao seu passado” (MACHADO, 1998, p. 154).

esta constatação não surpreende, levando-se em conta o lugar de onde falava Aurélio Vítor, imerso nos quadros da burocracia do Império romano tardo-antigo.

O que nos desperta a atenção, todavia, diz respeito a outro elemento que também concernia ao supracitado Anatólio. Nas *Historiae abbreviatae*, a aprovação das tarefas desempenhadas pelo antigo prefeito do pretório da Ilíria constitui uma notável exceção. Tal como demonstramos no Capítulo 2, a narrativa de Aurélio Vítor traça um panorama sombrio no que tangia ao caráter dos funcionários imperiais que agiam sob o domínio dos Constantinianos, de forma que o comportamento destes servidores, nos mais variados níveis e ocupações, teria sido marcado por abusos e vícios de toda a sorte.

Faz-se escusado lembrar, porém, que os subordinados dos *principes* do passado não receberam, no geral, diferente avaliação. Tal como se observa em Suetônio (*Claud.* 28), os libertos que integravam a corte ao tempo de Cláudio teriam determinado as ações de seu “tolo senhor”. Corruptos e semeadores da desonra, teriam promovidos desde proscrições até assassinatos (cf. *Hist. abbrev.* 4.12).⁹⁴ O retrato do “*stultus*” Cláudio recorda, uma vez mais, que competia ao monarca zelar para que seus servidores cumprissem, de maneira proba, com os seus deveres. Por isto, escreveu o historiador que Septímio Severo punia até os mais irrelevantes atos de bandidagem, e ter-se-ia mostrado atento, sobretudo, aos indivíduos mais próximos, pois tinha ciência de que as transgressões ocorreriam em razão da fraqueza dos líderes ou pela ação de “*factiones*” (*Hist. abbrev.* 20.21). O mesmo pode ser notado em relação a Aureliano, que teria perseguido enormemente “a avareza, o peculato, e os que dilapidavam as províncias” (*Hist. abbrev.* 35.7).⁹⁵

Nestes termos, Aurélio Vítor desejava transmitir uma inequívoca lição. O imperador deveria fornecer o exemplo e, logo, ocupar-se com extremo cuidado das qualificações e da conduta de seus funcionários (cf. *Hist. abbrev.* 41.21). Daí que se louvasse o fato de que, durante a era tetrárquica, os “*honestiores*” teriam sido promovidos e castigados, pelo contrário, os homens infames, algo que resultaria no “aumento do interesse pelas virtudes” (*uirtutum studia augebantur*). Deste modo, segundo o historiador, o apreço pelas *uirtutes* se teria feito acompanhar pela reordenamento das magistraturas, em conformidade com leis mais

⁹⁴ Dufraigne (1975, p. 79) enxerga na aspereza com que Aurélio Vítor reprovou os libertos de Cláudio uma alusão aos eunucos e aos maus conselheiros que rodeavam Constâncio II. Trata-se de uma hipótese, reputamos, plausível. Porém, a nosso ver o historiador antes reproduzia uma tradição histórica consolidada, desde os tempos de Tácito e Suetônio ao menos, no tocante aos libertos da corte de Cláudio e a excessiva margem de influência que possuíam nos interstícios dos círculos de poder, em detrimento dos membros da ordem senatorial. Era o caso, por exemplo, relativo a libertos como Narciso e Palas.

⁹⁵ No entanto, a menção ao combate ao peculato e à espoliação das províncias sugeriria, pois, que tais desvios haviam se consumado naquele momento.

equânimes⁹⁶, e pela abolição da classe dos *frumentarii* (*Hist. abbrev.* 39.44-45). Em verdade, como argumenta Miles (2000, p. 39), se revelava de crucial importância, para o imperador romano, manter um efetivo controle sobre os oficiais que administravam o Estado em seu nome. Portanto,urgia ao soberano ratificar a sua posição no interior das redes de comunicação entre a corte imperial e as províncias, uma vez que sua autoridade, para a esmagadora maioria de seus súditos, era mediada pelos funcionários imperiais encarregados do governo das áreas provinciais.

Por sua vez, a remissão à crueldade dos “*apparitores*”, como se vê em *Hist. abbrev.* 42.25, talvez refletisse em alguma medida a divisão que se efetivou no seio da administração imperial, e que assumiria, justamente, contornos melhor definidos ao tempo de Constâncio II. Formou-se, pois, um núcleo central, preenchido por funcionários diretamente vinculados ao *comitatus*, distinto dos indivíduos que serviam nos órgãos de governo localizados nas diferentes províncias e dioceses. Entretanto, uma grande parcela destes servidores palatinos não se concentrava em Constantinopla ou em outros centros regionais, mas antes acompanhava a(s) corte(s) imperial(is) em seus deslocamentos territoriais. A proximidade com o centro do poder decisório revertia na aquisição de benesses específicas, além do usufruto de um estatuto jurídico que os colocava no mesmo, e diferenciado, patamar em que se encontravam os militares. Logo, reuniam condições de exercer notável influência sobre os imperadores (CIZEK, 1990, p. 312).

Por certo, a separação entre aqueles que se atrelavam à corte e os que estavam lotados nas províncias não se operava, na prática, de modo tão nítido. Tomemos o caso dos *agentes in rebus*: ainda que subordinados a um oficial que integrava as cortes imperiais – qual seja, o *magister officiorum* – os *agentes* travavam, porém, intenso contato com os funcionários provinciais, devido à natureza das tarefas que lhes competia executar. Do que se concluiria que os desmandos porventura cometidos pelos integrantes do corpo burocrático imperial poderiam se fazer sentir até mesmo nas mais ermas localidades. Podemos sugerir que as

---

⁹⁶ Aurélio Vítor salientaria o empenho dos tetrarcas pela manutenção da ordem interna, que se exemplificaria mediante a “*officia uincta legibus aequissimis*”. Quiçá a frase comportasse uma alusão às reformas administrativas empreendidas por Diocleciano, que resultaram, entre outros, na criação das dioceses e no aumento do número de províncias. Contudo, em meio à expansão do aparelho estatal, observa-se a consolidação de um processo que se verifica desde a época de Septímio Severo, qual seja, a substituição de governadores de nível senatorial por membros da ampliada ordem equestre. Isto significa que se alterava o sentido da relação entre a origem e o merecimento pessoal como critério para o exercício das principais funções do Estado: embora o nascimento nobre guardasse ainda o seu valor, “a lealdade política, a formação jurídica e principalmente os méritos militares eram muito mais valorizados que anteriormente” (ALFÖLDY, 1989, p. 191). Ao se referir à promoção dos “*honestiores*” e ao encadeamento equitativo dos ofícios, talvez Aurélio Vítor estivesse a enaltecer a política tetrárquica de se confiar os cargos públicos em função do mérito individual, em detrimento dos laços de sangue. Estaríamos diante, por conseguinte, de uma velada reprimenda à *desidia* dos senadores?

investidas de Aurélio Vítor contra os prefeitos pretorianos, os *actuarii* e os *frumentarii/agentes in rebus* ilustrassem tal situação.⁹⁷

Mas a crítica direcionada pelo historiador aos grupos supracitados se relacionava, igualmente, com outra questão. Os anseios por uma boa governança do Estado desnudavam, em nosso entender, um *esprit de corps*. Quando da composição das *Historiae abbreviatae*, supõe-se que Aurélio Vítor contasse um tempo razoável de serviços prestados à administração imperial. Funcionários como ele atuavam dentro de um campo dotado de regras próprias, por meio das quais se traçava uma bem definida hierarquização dos ofícios e das funções públicas. Isto, de certo modo, estabelecia uma clivagem no interior da sociedade imperial, diferenciando o aparato burocrático dos demais segmentos. Nos dizeres de C. Kelly (2006, p. 111), “[that] helped to promote a sense of solidarity and corporate identity”. De forma similar, Veyne (1981, p. 340) fala na existência de uma “*culture des fonctionnaires*” no Império Tardio, moldada por uma sensação de exclusivismo⁹⁸ e pela exigência de algum grau de educação letrada e de especialização para o cumprimento de tarefas.

Nestes termos, o incômodo demonstrado por Aurélio Vítor em relação à (suposta) rapacidade e cupidez dos “*actuarii*” ou dos “*agentes in rebus*” expressaria um ataque às práticas corruptas de seus “pares”⁹⁹, as quais não condiriam com o juízo que o historiador fazia de si próprio. Uma comparação com as monarquias contemporâneas pode lançar alguma luz à questão. Ao analisar a sociedade marroquina nos inícios da década de 1970, Waterbury (1973, p. 535) aponta que o governo monárquico do país norte-africano englobava um corpo burocrático central, de considerável extensão, e submetido aos critérios racionais de organização, recrutamento e treinamento. Os burocratas marroquinos, que partilhavam entre si

⁹⁷ MacMullen (1964a, p. 307) destaca que os imperadores no período tardo-antigo, a fim de coibir os abusos cometidos contra os *humiliores*, lançaram mão de certas medidas. Por exemplo, os servidores palatinos que atuavam junto aos habitantes das províncias se submetiam a um “sistema de rotação frequente”, de forma que, obrigados a circular por diferentes regiões, encontrassem dificuldade em criar vínculos com os “*potentes*” de cada localidade. O êxito de ações como esta, porém, dependia de inúmeros fatores, que não cabe aqui analisar.

⁹⁸ Embora o número de servidores ativos tivesse conhecido, durante a época tardo-antiga, uma expansão quantitativa nada desprezível se comparado com o que se observa no Alto Império, os ofícios disponíveis na administração do Estado não eram tão abundantes, considerando-se a vastidão da sociedade romana no século IV. De toda maneira, vale lembrar que havia ainda uma série de supranumerários e indivíduos que detinham cargos honoríficos que, embora não recebessem pagamento algum, também desfrutavam de alguns privilégios jurídicos que implicavam algum grau de diferenciação social (LIEBESCHUETZ, 1987, p. 459).

⁹⁹ Podemos definir o fenômeno da corrupção sob dois vieses, o legal e o normativo. No primeiro caso, por corrupção designar-se-ia o comportamento adotado por um servidor em vista da obtenção de vantagens pessoais (pecuniárias ou não), que violassem assim quaisquer restrições impostas por leis que disciplinavam o cumprimento dos deveres relativos ao ofício público. No segundo, pode-se ajuizar um funcionário como corrupto se o mesmo agisse em contrariedade à moral ou a códigos não escritos de conduta, ou seja, independente do fato de ele romper ou não com as prescrições legais. Ainda que nem sempre as duas perspectivas se entrecruzem, ambas as definições se calcam na ideia de um abuso do poder público em benefício de interesses pessoais (WATERBURY, 1973, p. 533).

uma formação educacional relativamente homogênea, se inseriam em um universo mental peculiar, expondo preocupações comuns ou expectativas similares acerca da carreira e da realização de suas funções. Neste sentido, se encontrariam, em algum grau, alheios ao *ethos* patrimonialista típico do regime político do qual faziam parte.

Disto resultava que os indivíduos que integravam a administração pública no Reino do Marrocos tendiam, ainda segundo Waterbury, a se identificar por intermédio de referentes culturais particulares, que os impulsionavam a condenar, em termos morais, o comportamento “desviante” de seus pares, ainda que do ponto de vista puramente legal não houvesse se consumado delito algum. Em que pese o fato de muitos funcionários criticarem práticas que, aos seus olhos, seriam julgadas como ímprobas, uma parte substancial dos mesmos se envolvia diretamente em atividades que poderiam, no entanto, ser rotuladas como corruptas.

Partindo destas considerações, a reprovação que Aurélio Vítor dirigiu contra a possível má conduta dos servidores de sua época seria igualmente fruto, pois, da inserção do historiador em um *milieu* bastante específico.¹⁰⁰ No entanto, os exemplos de “corrupção” apontados pelo historiador não podem ser avaliados como uma excrescência ou um fenômeno incoerente no seio da sociedade romana forjada durante a Antiguidade Tardia. Antes, representavam uma das variáveis inerentes às relações políticas, passível de ser utilizada, em proveito próprio, pelos grupos sociais que controlavam o acesso ao poder.

Vale recordar também que nem todos os indivíduos a serviço do Estado imperial, ao contrário de Aurélio Vítor, correspondiam a “funcionários de carreira”. Havia membros das aristocracias locais ou regionais que exerciam algum ofício ao cabo de algum tempo, em alternância com períodos de reclusão em suas *uillae*, por causa de eventuais mudanças políticas ou circunstâncias afins. Contudo, tais indivíduos, quando em serviço ativo, não poderiam deixar de ser computados entre aqueles que integravam o universo administrativo no século IV. Para obterem um cargo, se serviam geralmente de uma recomendação, isto é, do “*suffragium*”, efetuada por algum *honestior* ou mesmo um “claríssimo”. O mecanismo do *suffragium* poderia assumir diferentes formas, cobrindo desde uma simples manifestação de solidariedade no circuito das elites sociais até a dispensa de alguma soma em dinheiro.¹⁰¹

¹⁰⁰ Ou daquilo que Rowland Smith (2011, p. 148-149) designa como “*bureaucrat’s ethos*”, que se visualizaria nas obras de Aurélio Vítor, Eutrópio e Amiano Marcelino, em referência à condenação que os três autores citados lançaram contra os excessos e os desvios que os integrantes da corte teriam cometido. Entretanto, tais críticas não tocavam nas estruturas sociais que forneciam sustentação a tais faltas, muito menos se questionava a ideologia sacralizante que conferia ao detentor do poder imperial uma posição hegemônica, na medida em que tal concepção já teria sido devidamente internalizada.

¹⁰¹ Quanto a isso, cf. Veyne (1981, p. 347). Para esta modalidade de funcionários, o ingresso no aparato burocrático imperial equivalia antes a uma dignidade e a um campo de interesse do que a um instrumento que

A condenação da ganância e da corrupção nos interstícios dos *officia* imperiais derivava, por sua vez, de uma incompreensão acerca daquilo que Veyne (1981, p. 342) define por “fisiologia do corpo social”, isto é, as realidades que marcavam a existência cotidiana, com seu fluxo de pessoas, com a circulação de riquezas, e as pressões e necessidades no sentido de se garantir a subsistência. A impossibilidade de se compreender a dinâmica das relações sociais condicionava e era condicionada pela perspectiva de que as ações humanas possuiriam uma faceta eminentemente individual, sendo avaliadas em termos de qualidades ou defeitos. Caberia, sendo assim, ao Estado romano – tendo à frente os imperadores – combater os desvios, com vistas à estabilidade do corpo cívico, que se manteria indiviso somente em razão das virtudes pessoais.

Isto ajuda a explicar por qual motivo Momigliano (1983, p. 137), como vimos, afirma que a corrupção do governo configurava um *topos* recorrente na historiografia tardo-antiga, tanto de raiz cristã quanto “pagã”. Por seu turno, Mazzarino (2005, p. 683) postula que o século IV assistiu à emergência de um sentimento de desprezo geral diante dos organismos burocráticos imperiais, que se relacionaria, em especial, com a existência da *schola* dos *agentes in rebus* reformulada ao tempo de Constantino e Constâncio II. Paralelamente, a expansão do aparato estatal, durante a Tetrarquia, e a reincorporação da ordem senatorial aos cargos de governo, sob o reinado de Constantino, teriam fomentado uma camuflada disputa entre parte do “claríssimo” e os burocratas de origem curial, sobretudo nas regiões ocidentais do Império. Continua Mazzarino ao afirmar que, naquele ensejo, os senadores de antiga linhagem, ocupando altos ofícios “civis” na corte e nas províncias (como as prefeituras pretorianas ou as dioceses), haveriam de desdenhar dos servidores de baixa extração social, caracterizando o grosso da burocracia imperial sob o manto de um *indignum seruitium*. De todo modo, a postura de Aurélio Vítor em relação a seus “pares” não se baseava nas premissas sublinhadas por Mazzarino, uma vez que o historiador advinha das camadas sociais inferiores e louvava a ascensão por via do mérito pessoal.

Por fim, as manifestações de opróbrio listadas nas *Historiae abbreviatae* devem ser analisadas tendo em mente um fenômeno ainda mais amplo, designado por Harries (1999, p. 97) como “*the culture of criticism*”. Oradores e historiadores romanos de antanho já haviam dado vazão às representações de mau comportamento por parte de magistrados e servidores. A incompetência, a corrupção ou a extorsão não configuravam, logo, fatores peculiares ao universo da Antiguidade Tardia romana. No entanto, inaudita seria a disposição, por parte

---

assegurava os meios materiais de sobrevivência. Em outras palavras, se tratava de uma fonte suplementar de riqueza e prestígio.

daqueles em condições de se fazer ouvir, no sentido de expressar ou reclamar abertamente contra práticas que julgassem abusivas e/ou imorais. Esta situação se coadunava à linguagem do poder elaborada na época. Ao mesmo tempo em que ratificava a supremacia incontestada do imperador – e, por extensão, daqueles que representavam tal autoridade junto dos cidadãos, mesmo nas mais remotas áreas –, se gestava, como contrapartida, um encorajamento dos súditos no sentido de, ao menos no plano do discurso, enquadrar os governantes dentro das fronteiras da probidade. Quer dizer, o fato de Aurélio Vítor ter julgado conveniente denunciar os servidores da casa constantiniana pode ser entendido como reflexo de uma cultura “[...] *prepared to question and criticise the abuse of power; orators and writers spoke or wrote as they did because they could expect a sympathetic response from their audience*” (HARRIES, 1999, p. 119).

No entanto, afora Anatólio, é possível indicarmos servidores que talvez gozassem de boa acolhida na avaliação feita por Aurélio Vítor. Tal seria o caso observado nas menções feitas aos grandes juristas da época severiana, Papiniano (*Hist. abbrev.* 20.33-34), Ulpiano e Paulo (*Hist. abbrev.* 24.6). O interesse aqui reside na própria inserção dos três na narrativa. Aurélio Vítor não se dispôs a escrever sobre personagens de vulto que marcaram os reinados de vários imperadores, como eram os casos de Sejano e Macro, ao tempo de Tibério, Sêneca e Burro, sob Nero ou Timesiteu, durante o governo de Gordiano III. A citação feita aos juristas constitui, sugerimos, uma evidência indireta à importância que o historiador atrelava ao direito e à administração da justiça como um todo. Disto decorriam, por exemplo, as referências efetuadas à atividade legislativa empreendida por diversos soberanos, com maior ou menor nível de detalhamento, e que não refletiam apenas um traço biografizante nos meandros da narrativa.¹⁰²

Pois bem, supõe-se que um autor como Aurélio Vítor, que provavelmente devia a posição que ocupava na burocracia imperial à instrução jurídica que teria adquirido¹⁰³, exibisse acentuado gosto por temas que englobassem o direito e as leis no decurso da história do Império. Todavia, considerar a questão apenas por esse prisma reduziria a importância da mesma no interior da obra. O historiador se apoiaria sobre a perspectiva de que as leis

¹⁰² Vespasiano teria postulado “leis muito êquânimes” (*Hist. abbrev.* 9.5) e Adriano, na cidade de Roma, havia se ocupado das leis (*Hist. abbrev.* 14.2). Quanto ao reinado de Marco Aurélio, o historiador destacou em *Hist. abbrev.* 16.11 as inovações efetuadas no campo jurídico, como a supressão da necessidade de comparecimento em juízo, além da errônea atribuição da *Constitutio Antoniniana* ao pai de Cômodo. Chega-se mesmo a definir Septímio Severo como “*legum conditor*”, em exaltação à pretensa equidade do imperador (*Hist. abbrev.* 20.23), bem como se enaltece o interesse de Severo Alexandre pela justiça (*Hist. abbrev.* 24.6). Elenquemos também a questão concernente ao “edito de Galieno” (*Hist. abbrev.* 33.34; 37.5), ou à menção feita a um novo tributo introduzido em parte da Itália, por meio de uma lei, ao tempo dos tetrarcas (*Hist. abbrev.* 39.31).

¹⁰³ Quanto a isto, ver Cap. 1, p. 24.

perfaziam um relevante papel para o funcionamento equilibrado do Estado como um todo, a ponto de até mesmo o imperador estar teoricamente impelido a observá-las.¹⁰⁴ Neste caso, o sistema legal em si teria de ser preservado, mas a equidade das medidas dependeria das ações perpetradas por aqueles que administrassem a justiça.

E eis que nos deparamos, novamente, com a figura do imperador. A “moralidade” encapsulada pela legislação imperial traduziria, pois, as virtudes ou os vícios do governante. As leis emitidas por um “bom” imperador como Vespasiano seriam, por conseguinte, avaliadas como “muito êquanimas”, ao passo que o edito decretado pelo aviltado Galieno somente poderia constituir mais uma das ações negativas que a ele seriam vinculadas.¹⁰⁵

Tal ótica, porém, não se adequaria a um imperador em específico: Dídio Juliano. Em relação ao “assassino” de Pertinax, Aurélio Vítor haveria de lidar com duas perspectivas aparentemente irreconciliáveis: engrandecer o mencionado soberano, confundido com Sálvio Juliano, jurista da era adriânica, em função da excelência que exibiu no tocante ao direito, ao mesmo tempo em que urgia desmerecê-lo, pois que havia tomado a púrpura de maneira infame (cf. *Hist. abbrev.* 19.1).¹⁰⁶

Dídio Juliano foi um dos mais eminentes membros da ordem senatorial de sua época e havia governado nada menos do que quatro diferentes províncias imperiais. Aurélio Vítor destacou a ascendência nobre de Dídio Juliano, assim como mencionou o fato de que o imperador teria se distinguido em razão de seu notável conhecimento jurídico, como comprovado pela consolidação dos editos dos pretores (*Hist. abbrev.* 19.2).¹⁰⁷ No entanto, como exemplificado pelos integrantes da dinastia Júlio-Cláudia¹⁰⁸, a sofisticação literária não

¹⁰⁴ Para tanto, cf. Harries (1999, p. 7).

¹⁰⁵ Cabe destacar ainda outro ponto relativo à noção do “edito de Galieno”. Historicamente factível ou não, a ideia de que Galieno teria proibido formalmente os senadores de seguirem no exército imprimia uma aura de credibilidade à informação, aludindo ao princípio de que o registro por escrito de um ato o colocava acima de qualquer dúvida. Tal ponto de vista concernia a uma cultura que agregava um peso extraordinário à autoridade da palavra escrita emanada a partir dos meios oficiais, salientando quão íntima era a relação entre a escrita e a construção e o exercício de formas de poder na Antiguidade (BOWMAN; WOOLF, 1994, p. 2).

¹⁰⁶ Eutrópio (8.17.1) também o denominou como “Sálvio”. Porém, na mesma passagem, acresceu a informação de que o monarca seria neto do jurista Sálvio Juliano, a quem corretamente atribuiu a composição do “Edito Perpétuo”. Para Bird (1984, p. 19), a confusão quanto ao nome do imperador remontava à KG. Por fim, esclarece Alan Cameron (1965, p. 21) que a inserção do parêntese “*an Saluui*” na narrativa de Aurélio Vítor (cf. *Hist. abbrev.* 19.1) representaria uma interpolação posterior, efetuada por algum copista motivado pela inadvertida mistura entre os nomes “Dídio” e “Sálvio”, que a própria obra apresenta (cf. *Hist. abbrev.* 20.1), ou mesmo familiarizado com o *Breviário* eutropiano, que desconhecia o prenome “Dídio” e se referia ao soberano em questão apenas como “Sálvio Juliano”.

¹⁰⁷ Quer dizer, o historiador conferiu à pena de Dídio Juliano a compilação do chamado “Edito Perpétuo” o qual, no entanto, derivava do labor do jurista Sálvio Juliano. Este, no ano de 134, havia se devotado à tarefa de agrupar as regras de jurisprudência que os diferentes pretores lançavam ano após ano, em especial ao tempo da República (uma vez que, embora a pretura tivesse subsistido na era imperial, havia sido despojada de praticamente todas as suas antigas prerrogativas legiferantes).

¹⁰⁸ Cf. *Hist. abbrev.* 8.7-8.

caminhava, necessariamente, ao lado das virtudes morais. Ou seja, no plano individual, toda a erudição de Dídio Juliano desvelar-se-ia inútil, pois faltava a ele a retidão de caráter, que o impediria de se entregar aos vícios, como a desenfreada *ambitio* que o levou a cometer o magnicídio (*Hist. abbrev.* 19.3). Apesar disto, os saberes de Dídio Juliano alcançariam relevância perene. Assim, o historiador escreveria que:

[Septímio Severo] ordena que o nome de Sálvio [ie., Dídio] e também os escritos e feitos dele fossem destruídos; tal foi a única ordem que não conseguiu que fosse realizada. O reconhecimento das doudas artes tem tanto valor que nem sequer os modos de vida cruéis impõem um obstáculo à memória dos escritores. Além disso, uma morte deste tipo é a glória daqueles [ie., dos escritores], e motivo de execração para os responsáveis por tal ato, na medida em que todos, e em especial os pósteros, consideram assim que não pudessem aqueles talentos ser suprimidos senão por um ato de vilania pública e um acesso de loucura (*Hist. abbrev.* 20.1-4).

Por conseguinte, Aurélio Vítor proclamava toda a sua confiança na ideia de que as “*doctae artes*” possuíam valor eterno. Entretanto, tal condição transferir-se-ia para os autores das obras, uma vez que nem mesmo os “*saeui mores*” dos escritores seriam capazes de obliterar a recordação de seus nomes, que alcançariam fama duradoura graças, sobremaneira, àquilo que empreenderam no domínio da cultura letrada (cf. *Hist. abbrev.* 20.2). Neste sentido, o historiador parece manifestar a expectativa de que o futuro reservasse ao nome dele próprio uma boa guarida. Tal hipótese, pois, não estaria desprovida de fundamento, uma vez que rememoramos o nome de Aurélio Vítor devido à narrativa histórica por ele composta (ou mesmo por causa de todos os livros supérstites que, erroneamente, foram tidos por produto do *labor* dele).

Ademais, podemos extrair outros significados da passagem exposta acima. Aurélio Vítor defendia a noção de que a morte atroz que se impusesse a um escritor não poderia silenciá-lo – visto que uma obra subsiste à eliminação física de seu autor –, mas antes lhe conferiria glória. Por sua vez, aos responsáveis por tamanho ato de crueldade restariam a infâmia e a reprovação dos pósteros (cf. *Hist. abbrev.* 20.3). Nestes termos, den Boer (1972, p. 46) aponta que esta reflexão foi elaborada em louvor à memória daquele que pereceu pelas mãos de Septímio Severo. Ora, por certo Aurélio Vítor não se furtou a assinalar que Septímio Severo, movido pela ânsia de vingar o assassinato de Pertinax, havia aniquilado com todos os que pertenciam à “*facção*” contrária, incluindo Dídio Juliano, morto no interior do palácio após a derrota de suas tropas na “*pugna junto à Ponte Mílvia*” (*Hist. abbrev.* 19.4-20.1).

Estamos diante, pois, de uma tentativa de se equilibrar pontos de vista conflitantes entre si. As ações vis que Dídio Juliano teria cometido (como subornar os pretorianos para

que pusessem termo à vida de Pertinax) não poderiam senão ser expurgadas mediante um castigo exemplar. Logo, um caráter corrompido como o de Dídio Juliano mereceria a morte, sem mais. Contudo, a intenção de Septímio Severo em suprimir os escritos que Aurélio Vítor vinculou ao nome de Dídio (“ou Sálvio”) Juliano e, por fim, o atentado violento à vida daquele “mau” imperador, porém “douto jurista”, resultavam na depreciação da memória do próprio Septímio Severo. À guisa de conclusão, “*both facets of the story stem from Victor’s insight into the complexity of the human personality. This view is also based on Victor’s habit [...] of presenting both the favourable and unfavourable aspects of a question*” (DEN BOER, 1972, p. 25). Tais considerações se revelam preciosas para a análise que efetuaremos no derradeiro tópico abordado em nosso trabalho.

4.5 Juliano: um imperador ideal?

Feito isto, dediquemos nossa atenção a outro Juliano. Por trás dos anseios de Aurélio Vítor quanto à necessidade de um “bom” imperador, repousava o primo de Constâncio II. Não seria fruto do acaso a veemente insistência direcionada à importância do soberano e de suas virtudes para o Estado romano (cf. *Hist. abbrev.* 42.23-25), justamente no ponto em que a narrativa se ocupava do presente mais imediato, quer dizer, do momento em que Juliano ganhava destaque na cena política imperial. Tal é a argumentação que Cizek (1994, p. 113-114) desenvolve a fim de advogar a favor da ideia de que Aurélio Vítor se situava como um dos primeiros e fervorosos partidários de Juliano, em oposição ao *Augusto* “legítimo”, Constâncio II. Subjacente às palavras de Cizek, encontra-se a perspectiva de que o historiador teria compartilhado, em grande medida, dos ideais que Juliano buscou pôr em prática durante o seu curto reinado, alicerçado em um programa político e religioso de revitalização das *curiae* locais e de resgate dos rituais associados ao paganismo greco-romano.¹⁰⁹

A hipótese levantada por Cizek resvala em uma temática correlata, qual seja, a noção de que Aurélio Vítor teria esboçado, a partir da ênfase que sua obra deposita nas *uirtutes* imperiais, um modelo ideal de governante do “*imperium Romanum*”. Este arquétipo, pois,

¹⁰⁹ A grave convicção que Aurélio Vítor demonstrou em sua obra, no tocante ao papel diligente que o imperador teria de executar para que a prosperidade do Estado fosse assegurada, se encaixaria comodamente às práticas que Juliano teria empregado na Gália (NERI, 1993, p. 705). Vide, por exemplo, a informação apresentada por Amiano Marcelino (20.5.7) de que Juliano teria declarado, diante da “assembleia militar” que o proclamou *Augusto* em fevereiro/março de 360, que os méritos e os predicados individuais concerniam ao fator elementar para o serviço da *res publica* e, logo, seriam recompensados por ele da maneira devida.

haveria de ser personificado por um monarca em específico, fosse este do passado ou do presente. Assim sendo, cabe questionar em que medida o historiador teria projetado um exemplo concreto de “*optimus princeps*” em sua narrativa. O *Panegírico* que Plínio, o Jovem, originalmente proferiu no ano 100 por ocasião de sua escolha para o exercício do consulado, veiculava uma cabal expressão literária no que respeitava à concepção do “*optimus princeps*”. A obra legaria à posteridade um quadro acerca de Trajano que o legitimava aos olhos das camadas superiores, pois que o retratava como um excelente administrador e um valoroso homem de guerra que, em igual medida, teria se mostrado afável e generoso em relação aos senadores, tratando estes como seus pares.

Ou seja, o modelo de “*optimus princeps*” foi formulado de modo a contemplar os interesses da elite senatorial e, ao mesmo tempo, manifestava quais seriam os anseios nutridos por tal grupo social, no que tangia às relações travadas com o detentor do *imperium*. No interior da historiografia latina produzida no século IV, pode-se observar que o *Breviário* de Eutrópio se aproximou em demasia desta forma de representação a respeito de Trajano. O texto eutropiano não abarca um único vício ou falta sequer em que Trajano porventura tivesse incorrido. Tamanha perspectiva podia ser observada na máxima “*felicior Augusto, melior Traiano*”, fórmula por intermédio da qual os senadores costumavam aclamar os novos imperadores, a julgar pelo o que dizia Eutrópio (8.5.3).

Por certo, Aurélio Vítor ressoou percepção similar, e a rememoração do governo de Trajano revelar-se-ia extremamente positiva na narrativa das *Historiae abbreviatae*. Contudo, faz-se escusado salientar que nos horizontes de Aurélio Vítor não emergia um “*optimus princeps*”.¹¹⁰ Nem mesmo Trajano, a quem o historiador atribuiu a “*uinolentia*”, uma afeição desmesurada pelo vinho que, aliás, também acometeria o seu antecessor, o “moderado” Nerva (*Hist. abbrev.* 13.10).¹¹¹ Não se tratava, porém, de um simples vitupério. O gosto desmedido pela bebida preenchia um lugar relevante na “topografia moral romana”, situado em contraste com o *decus*, o comportamento digno e apropriado que se visualizava, por exemplo, no

¹¹⁰ Já Dufraigne (1975, p. xxiii) propõe uma apreciação diametralmente oposta: na obra de Aurélio Vítor, diz ele, soberanos como Vespasiano, Tito, Trajano, Antonino Pio, Marco Aurélio, Septímio Severo, Aureliano e Constantino poderiam ser considerados, segundo o estudioso francês, como modelos que se adequariam à tipologia do imperador ideal, por motivos diversos.

¹¹¹ Em verdade, no mesmo versículo Aurélio Vítor matizava a importância deste vício de Trajano e, por conseguinte, dava mostras do excelente caráter do referido imperador, pois que este prudentemente teria proibido que as ordens que emitisse após banquetes prolongados fossem cumpridas. No entanto, na passagem imediatamente anterior, o historiador expôs uma anedota em que Trajano teria entregado uma adaga ao prefeito do pretório Suburano, e dito que tal objeto fosse usado contra ele próprio, caso não agisse com retidão, visto que, nas palavras de Aurélio Vítor, “àquele que governa a todos (*moderatore omnium*) não se permite errar, [mesmo que] minimamente” (*Hist. abbrev.* 13.9). Disto resulta que, no entender do historiador, não se devesse tolerar nem ao menos os mais ínfimos desvios cometidos pelo imperador, dado o papel fulcral que se conferia ao “*moderator omnium*” na sociedade romana.

controle das tentações sensoriais. Sendo assim, o decoro situava enquanto qualidade essencial para o homem público, que deveria agir de forma racional para governar os seus concidadãos e, logo, moderar os apetites de seu corpo, uma vez que o *ebriosus* se inclinaria a cometer atos de uma perversidade animalesca, ou melhor, “bárbara” (HUMPHREYS, 2002, p. 78).

Em que pese isto, Gonçalves (2001, p. 31-32) considera que Aurélio Vítor efetivamente pretendeu, imbuído do objetivo de veicular as mensagens da aristocracia senatorial, “personificar o seu ideal [de imperador] num agente histórico do passado”. Para Gonçalves, este “agente histórico” corresponderia, nas *Historiae abbreviatae*, a Septímio Severo. “Conterrâneo” do soberano, o historiador teria inclusive procurado justificar como necessárias algumas das atitudes do imperador que se confrontavam com os objetivos do Senado, como se verifica na referência à eliminação dos partidários de Clódio Albino, por ocasião das guerras civis travadas na última década do século II (cf. *Hist. abbrev.* 20.11-14). Em suma, a fim de encaixar Septímio Severo “como protótipo dentro da moldura do *optimus princeps*”, Gonçalves postula que Aurélio Vítor omitiu fatos e construiu uma versão idílica relativa ao reinado do citado monarca.

Por sua vez, Pohlmann (2010, p. 67) defende a ótica de que coube a Constantino a caracterização como “*optimus princeps*” na obra, como se depreenderia a partir da diligente listagem das virtudes e dos feitos realizados por Constantino. Essas qualidades teriam sido sublinhadas em contraposição a um “antimodelo” – isto é, Maxêncio –, de maneira que os predicados do pai de Constâncio II findariam amplificados. Por isto, o historiador teria realçado a preocupação de Constantino “de fundar cidades, regular as práticas religiosas, reorganizar o exército e combater os persas”.

Refutar a hipótese de que Constantino equivaleria, no interior da narrativa, ao ideal “*optimus princeps*” não demanda maiores considerações, haja vista que Aurélio Vítor elaborou, em vários pontos de seu texto, um discurso decadentista que visava, sobremaneira, responder aos problemas e às contradições sociais que ele, na condição de historiador, identificava na era constantiniana. Ademais, a proposição articulada por Pohlmann parece se assentar em uma leitura acrítica do discurso formulado por Aurélio Vítor, em que se ignora o texto em sua totalidade. Ao mesmo tempo, tratar-se-ia de um tardio atestado de que o historiador, em que pese a brevidade de seu livro, manipulou de forma bem-sucedida a “*art of safe criticism*” sobre a qual escreve Ahl (1984). Por seu turno, a natureza largamente positiva do relato referente à época de Septímio Severo, em contraste com a visão mais matizada (e mesmo desfavorável) que pode ser notada no interior da produção historiográfica romana tardo-imperial, tem despertado a atenção da crítica moderna. Ajuizamos que disto decorre a

excessiva ênfase que se atribui, enquanto chave interpretativa, à questão das “origens africanas” comuns a Aurélio Vítor e ao imperador, resultando em uma apreciação parcial da tessitura narrativa em si.

Isto posto, advogamos que, à série de predicados que se vinculavam à figura de Septímio Severo nas *Historiae abbreviatae*, subjaz um instrumento mediante o qual Aurélio Vítor procurou exaltar a si mesmo.¹¹² Ainda que a “*afer origo*” tenha motivado o historiador a transmitir (e, por que não dizer, se apropriar de) uma imagem bastante distinta acerca de Septímio Severo e seus feitos, Aurélio Vítor jamais negligenciou o *munus* que o definia, nos dizeres amiâneos, enquanto “*scriptor historicus*”. A credibilidade de sua narrativa se alicerçava nos matizes que permeiam o balanço que se estabelece acerca de cada imperador, tomado individualmente. Observa-se o propósito de tecer um panorama em meio ao qual um singular imperador não estaria, ainda que avaliado como um “bom” ou um “mau” governante, privado de “*uitia*” ou, quando fosse o caso, de “*uirtutes*”. Em outras palavras, os *principes* abordados na obra não equivalem a personalidades completamente positivas, tampouco negativas por inteiro.¹¹³

Vale relembrar, igualmente, que Aurélio Vítor não pode ser considerado, sem que se façam as devidas ressalvas, como um historiador apegado aos valores e aos interesses da aristocracia regional e senatorial do século IV. Neste sentido, se o protótipo do soberano ideal se coadunava às expectativas dos senadores, seria mais prudente salientar o fato de que Aurélio Vítor manteve certa distância em relação à tradição histórica pró-senatorial, em razão de seus anseios e percepções peculiares. Ora, a representação formulada a respeito do próprio Septímio Severo evidencia o trato autônomo que o historiador conseguiu imprimir à sua narrativa. Por outro lado, não soa crível que um “*optimus princeps*” pudesse se revelar inimigo do conhecimento, como o teria feito Septímio Severo ao ordenar a supressão das obras compostas pelo “imperador e jurista” Dídio/Sálvio Juliano (cf. *Hist. abbrev.* 20.1), sem contar a torpe união que manteve com uma esposa infiel como Júlia Domna, maculando a si mesmo (cf. *Hist. abbrev.* 20.23).

Por fim, a narrativa relativa ao governo de Septímio Severo nos fornece, pois, um argumento definitivo. As circunstâncias que tangiam ao falecimento do imperador foram utilizadas como pano de fundo para que Aurélio Vítor salientasse que, em última instância,

¹¹² Para tanto, cf. Cap. 3, p. 262 ss.

¹¹³ Den Boer (1972, p. 80) atinge, a nosso ver, o cerne da discussão: Aurélio Vítor trabalhou com as contradições e reconheceu os louváveis ou execráveis atos que um mesmo indivíduo pode cometer, do que resultava um nível incomum de sutileza se considerado o caráter abreviado da obra. Ademais, ajuizamos que tal postura relaciona-se, de modo íntimo, com as concepções que o historiador alimentava quanto à função e à importância da escrita da história.

mesmo os *Augustos* partilhavam da mesma substância que os seus súditos. Para tanto, se introduz uma espécie de balanço que o citado soberano teria efetuado sobre tudo o que vivenciara. Assim, lemos que

[Septímio Severo], tendo experimentado os mais graves problemas, dificuldades, responsabilidades, temores e, em suma, todas as incertezas, *foi testemunha da vida dos mortais, por assim dizê-lo (quasi testis uitae mortalium)*: “tudo fui”, disse ele; “nada vale a pena” (*Hist. abbrev.* 20.29).

“*La réflexion amère et désenchantée rapportée par [Aurelius] Victor convenait mieux à son pessimisme et à son goût des idées générales*”, conclui Dufraigne (1975, p. 130) no que concerne à passagem acima. Com efeito, o historiador teceu uma apreciação generalizante acerca da fragilidade da condição humana. Mas cabe questionar os possíveis sentidos que tal juízo assume na obra. Malgrado a colossal relevância atribuída aos imperadores no decurso da narrativa, tais agentes não se distinguiriam, em essência, de todos os demais indivíduos. Logo, não haveria espaço nas *Historiae abbreviatae* para a concretização do ideal do “*optimus princeps*”. Os sucessivos *Augustos* e *Césares* padeciam dos mesmos vícios, fraquezas e inseguranças que cercavam a existência daqueles que se encontravam sob sua potestade.¹¹⁴ Por isso, Aurélio Vítor agarrou-se à perspectiva da alternância entre virtudes e vícios que, pendente ora para um lado, ora para outro, caracterizaria as diferentes etapas da história imperial.¹¹⁵

A despeito disso, poderia Aurélio Vítor ter insinuado um panorama em meio ao qual Juliano se diferenciaria, de modo concreto, de todos os seus antecessores? Explicitamente, a inserção de Juliano no texto se limitou à passagem contida em *Hist. abbrev.* 42.17, na qual se destacava a nomeação daquele como *César* a fim de fazer frente aos germanos que invadiam a Gália, bem como conter a possibilidade de revoltas internas. No entanto, Aurélio Vítor assegurou que a ação bem-sucedida de Juliano seria fruto não apenas de sua própria força (*uis*), mas também o produto da “boa fortuna e da prudência” de Constâncio II (*fortuna principis [...] et consilio*).¹¹⁶

¹¹⁴ Vale relembrar, dado o emprego por vezes equivocado, que a noção relativa ao “*optimus princeps*” implicava que “*the emperor who had received the appellation excelled not in a single or even four virtues, but in all virtues*” (HARVEY, 2004, p. 60).

¹¹⁵ Como escreveu Tácito (*Ann.* 3.6.5), por meio de uma frase em que se faz Tibério proferir: “os *principes* são mortais, a *res publica* é eterna”. As virtudes e os vícios dos sucessivos imperadores não adquirem sentido *per se*, mas antes em razão das marcas que imprimiam no decurso da história imperial.

¹¹⁶ Cf. *Hist. abbrev.* 42.18. A relação de subordinação entre *Augustos* e *Césares* viria a ser explorada pelo historiador no versículo seguinte, fundamentada nos pressupostos da ideologia imperial que ganha espaço após o período tetrárquico. Escorado nos exemplos do passado, Aurélio Vítor apontaria que a suposta ascendência de Constâncio II sobre Juliano não exprimiria algo incomum. T. Barnes (1980 apud BIRD, 1996, p. 870) sugere que

A menção feita a Constâncio II se revela oportuna. Os estudiosos modernos exibem uma forte tendência em assumir que um possível elogio de Juliano redundaria na depreciação, em maior ou menor grau, de Constâncio II e vice versa.¹¹⁷ Partindo desta hipótese, Nixon (1991, p. 122) postula que, considerando a aversão que Aurélio Vítor nutria em relação aos conflitos internos e a forte presença dos militares na arena política, catapultada pelos contínuos levantes e guerras civis que marcam a década de 350, a proclamação de Juliano como *Augusto* nos inícios de 360, por parte das tropas galo-romanas, somente poderia incitar reações assaz desfavoráveis por parte do historiador. Tratar-se-ia, pois, de uma questão de princípios. Em contraste, Aurélio Vítor teria produzido um relato altamente laudatório a respeito de Constâncio II, baseando-se na “*orthodox version of recent events from the viewpoint of the reigning emperor, a version that at several points reflects the latter’s propaganda*” (NIXON, 1991, p. 124).¹¹⁸

Neri (1993, p. 702), por outro lado, justifica que os elementos encomiásticos que se verificam a respeito de Constâncio II, no texto das *Historiae abbreviatae*, derivavam da postura cautelosa que Aurélio Vítor tinha de assumir ao abordar a história do tempo presente. Por isso, a áspera crítica aos funcionários de seu tempo (cf. *Hist. abbrev.* 42.24), que não poupava área alguma – a administração provincial, o exército, a corte – configurar-se-ia inteiramente excepcional. A natureza acerba da reprimenda efetuada por Aurélio Vítor poderia lhe valer, segundo Neri, uma acusação de lesa majestade, na medida em que se questionaria a posição do imperador.

Neri concorda com a proposta de Nixon de que o realce dado às virtudes de Constâncio II refletia os elementos comuns à imagem pública que se veiculava acerca do soberano, moldada em conformidade à noção de “*felicitas temporum*”. Ao mesmo tempo, Aurélio Vítor declarava que o caráter dos monarcas se imprimiria em seus subordinados (cf. *Hist. abbrev.* 41.21). Sendo assim, oajuizamento negativo que Aurélio Vítor traçou em relação à maior parte dos funcionários de Constâncio II evidenciaria, indiretamente, que as pretensas virtudes do filho de Constantino, embora ressaltadas na narrativa, mostrar-se-iam completamente estéreis e não se reverteriam em benefício da coletividade (NERI, 1993, p. 703). Nestes termos, Neri assegura que os dois versículos finais da obra constituem uma

---

a remissão efetuada por Aurélio Vítor à posição hegemônica de Augusto e Diocleciano em relação a, respectivamente, Tibério e Galério, comportava uma referência oblíqua à aclamação de Juliano em Paris durante o inverno do ano de 360.

¹¹⁷ Cf. Bowersock (1978), Nixon (1991), Baglivi (1992), Neri (1993), Bird (1996) e Sancho Gómez (2008).

¹¹⁸ Baglivi (1992, p. 62) parte de uma posição semelhante, e define Aurélio Vítor como um “*storiografo costanziano, non giuliano*”, que teria defendido a ideia de que, após a eliminação de Licínio em 324, uma era de *felicitas* teria se instaurado na sociedade romana, muito embora o historiador não tivesse se convertido ao cristianismo.

espécie de *post scriptum*, cuja redação teria sido motivada por uma deliberada adesão de Aurélio Vítor à causa de Juliano.

Bird (1996, p. 874) também defende que a passagem exposta em *Hist. abbrev.* 42.24-25 consistiria em um *post scriptum*, elaborado a fim de agradar Juliano. O teor das reflexões expostas nos referidos versículos sinalizaria que Aurélio Vítor teria se aliado ao adversário de Constâncio II, malgrado a lealdade que, anteriormente, o historiador havia devido em face da casa constantiniana. Bird sugere que o possível adendo reproduziria o conteúdo das discussões que Aurélio Vítor manteve com Juliano na cidade de Nis, durante as quais Juliano teria deixado o historiador ciente da inaptidão e dos vícios de um grande número de servidores de Constâncio II, dentre os quais se enumeraria o prefeito do pretório Florêncio.¹¹⁹ Neste sentido, Bird alega que o ataque dirigido contra os subordinados de Constâncio II em *Hist. abbrev.* 42.24-25 não apenas comprovaria o ingresso de Aurélio Vítor às fileiras dos apoiadores do novo *Augusto*, como também a própria passagem teria sido composta sob os auspícios de Juliano. Logo, Aurélio Vítor teria, ao final de sua narrativa, reiterado aquilo que o seu novo senhor havia lhe informado durante o encontro em Nis.¹²⁰

Ora, todos os argumentos expostos acima se fundamentam, a nosso ver, em um mesmo e único pressuposto: o de que seria imperativo que Aurélio Vítor configurasse ou um partidário de Constâncio II ou um apoiador de Juliano. Em outras palavras, o último capítulo das *Historiae abbreviatae* manifestaria os reflexos de uma filiação que Aurélio Vítor forçosamente haveria de ter estabelecido, fosse orientada em favor de Constâncio II ou de Juliano. Tivemos a oportunidade de evidenciar a partir de quais mecanismos o historiador compôs o seu relato tangente ao tempo presente, de forma tal a apontar que o reinado de Constâncio II não desfrutaria de um efetivo apreço, em que pese os tons laudatórios que subsistem à superfície do texto.¹²¹ Resta-nos, logo, analisar o possível ajuizamento que a obra contemplaria no tocante à figura de Juliano.

Como vimos, Aurélio Vítor mencionou diretamente Juliano somente em *Hist. abbrev.* 42.17-19, por conta do êxito que o subordinado *César* obteve nas campanhas que havia

¹¹⁹ A respeito de Florêncio, ver Cap. 2, p. 152-153.

¹²⁰ Bowersock (1978, p. 59), porém, se mostra menos incisivo. Para ele, a crítica que se efetuarias aos cortesãos que serviam Constâncio II demonstraria que Aurélio Vítor tinha ciência do que ocorrera em Paris durante o começo de 360, na medida em que os “*apparitores*” de Constâncio II estavam virtualmente unidos pela hostilidade que alimentavam em relação a Juliano. Assim sendo, a condenação feita aos servidores mais fiéis de Constâncio II exprimiria, de forma indireta, a vinculação do historiador à causa de Juliano. Entretanto, o opróbrio lançado contra os membros da corte de Constâncio II assinalaria, ainda segundo Bowersock, uma “aposta” feita por Aurélio Vítor em favor de um dos lados envolvidos na disputa política, e não o resultado de uma escolha pautada na ascendência pessoal que Juliano porventura teria exercido sobre Aurélio Vítor.

¹²¹ Cf. Cap. 2, seção 2.5.

comandado na Gália. Neste ponto da narrativa, o historiador inseriu uma referência ao “*consilium*”, à prudência, de Constâncio II. Do que poderíamos deduzir que a associação de Juliano ao poder imperial revelou-se acertada, tendo em vista as vitórias conquistadas contra os “germanos” em solo gálico. O bom sucesso no campo de batalha manifestaria, neste sentido, a sapiência do *Augusto* reinante, responsável por selecionar um varão à altura da tarefa de manter a ordem e defender a diocese da Gália ante a ameaça “bárbara”. Em *Hist. abbrev.* 42.24, por outro lado, Aurélio Vítor registrou sua insatisfação em face do parco interesse de Constâncio II teria demonstrado no que tangia à avaliação da conduta de seus governadores de província e oficiais militares. De fato, tais contrastes desproviavam de efeito a imagem de “imperador prudente” que havia sido utilizada a fim de caracterizar Constâncio II, em versículo anterior da obra (cf. *Hist. abbrev.* 42.18).

Por conseguinte, ao matizar a capacidade avaliativa de Constâncio II, teria Aurélio Vítor enaltecido a posição de Juliano? Não necessariamente. Entre 360 e 361, Juliano havia, do ponto de vista legal, abandonado a condição de *César* corregente do Império e adotado o título de *Augusto* sem o consentimento do imperador *senior*. Uma vez que Constâncio II não assentiu com a aclamação ocorrida em Paris, Juliano figurava, tecnicamente, como um usurpador. O fato de Juliano ter se transformado no único soberano imperial depois da morte de Constâncio II em novembro de 361 – muito em razão de seus vínculos dinásticos, que congregavam um elo com a casa constantiniana e pavimentavam, pois, uma transição estável – não deve nos levar a perder de vista o caráter ilegal da posição de Juliano no intervalo compreendido entre os meses de fevereiro/março de 360 e novembro de 361. Portanto, quando da composição das *Historiae abbreviatae*, Juliano representava mais um dos usurpadores que impuseram um desafio à autoridade do filho de Constantino nas regiões ocidentais do Império romano.¹²²

Ora, como apontado anteriormente, Aurélio Vítor lamentava a frágil atenção que Constâncio II teria dispensado à supervisão “daqueles que conduzem as províncias e o exército”. Na condição de *César* instituído por Constâncio II, Juliano governava parte do Ocidente e exercia um comando direto sobre uma parcela do exército imperial. Poder-se-ia supor que a crítica genericamente dirigida aos governadores de província e aos líderes

¹²² Por certo, a ação de Juliano não se confunde com as usurpações de Magnêncio ou Silvano, por exemplo. Juliano pertencia à família que exercia o poder imperial e havia sido associado ao mesmo, com a dignidade de *César*, por deliberação expressa do soberano legítimo (sem contar, ainda, que não havia cometido magnicídio). Entretanto, sua elevação a *Augusto* foi, juridicamente falando, tão ilegal quanto a dos demais aspirantes à púrpura nos anos de 350. Sancho Gómez (2008, p. 171) insiste na ideia de que nem mesmo Constâncio II e seus partidários enxergavam Juliano como “um novo Magnêncio”. A despeito disso, o fosso que se interpunha a personagens como Magnêncio e Juliano não fazia deste um *Augusto* legítimo durante o tempo em que Constâncio II ainda vivia.

militares guardasse relação com as usurpações que eclodiram nas regiões ocidentais durante a década de 350. Com efeito, a reincidência dos movimentos usurpatórios manifestaria, entre outros, a inabilidade de Constâncio II em garantir o “*consensus uniuersorum*”. Mas por qual motivo haveríamos de excluir o usurpador Juliano da alusão efetuada aos “*prouinciarum ac militiae rectoribus*” que tumultuavam a ordem política ao longo do governo de Constâncio II?

Julgamos plausível, pois, que o enunciado exposto em *Hist. abbrev.* 42.24 contemplasse a figura de Juliano que, enquanto *César*, deveria se submeter ao *imperium* de Constâncio *Augusto*, assim como teriam de fazê-lo, em princípio, todos os subordinados do imperador. No entanto, a moderna crítica historiográfica desconsidera tal inferência. A condução de Aurélio Vítor ao ofício de governador da Panônia Segunda, pelas mãos de Juliano, parece configurar aos olhos dos estudiosos contemporâneos algo como um interdito à possibilidade de Aurélio Vítor ter se oposto a qualquer ação efetuada por Juliano.¹²³ Além disso, a resolução para a possível aporia inerente ao capítulo 42, decorrente do fato de Aurélio Vítor elogiar Constâncio II, mas ter aderido à causa de Juliano, se resumiria à proposição de que os dois versículos que finalizam o texto formavam um apêndice elaborado *a posteriori* – quer dizer, inserido após a conclusão prévia da obra, a fim de que o historiador desse a conhecer a opção que escolhera seguir em meio ao delicado contexto político nos meados do ano de 361.

Independentemente do momento em que o hipotético *post scriptum* tivesse sido incluído na obra, se antes ou depois da morte de Constâncio II, faz-se escusado destacar que se trata de uma proposta ancorada na suposição de que o receptor do discurso composto por Aurélio Vítor não haveria de ser outra personagem senão Juliano. Deste modo, a crítica ao governo de Constâncio II, contida no eventual adendo à obra, iluminaria o nome daquele que a impetrara perante, justamente, os olhos do potencial destinatário. Em suma, o opróbrio lançado contra Constâncio II haveria de conter um implícito louvor dirigido a Juliano. Não se trata, reconheçamos, de uma hipótese implausível; o enaltecimento de um governante, como fruto do vilipêndio de seu predecessor, compreendia um recurso retórico familiar à literatura greco-romana. Basta lembrar, por exemplo, do contraste estabelecido entre Trajano e Domiciano, tal como apresentado no *Panegírico* pliniano (GONZÁLEZ DEL CAMPO, 2009,

¹²³ Juliano se apoderou de Sirmio sem que fosse preciso derramar uma única gota de sangue, lançando mão de um rápido deslocamento de suas tropas e contando com o fator surpresa. Quiçá o próprio Aurélio Vítor não esperasse uma mudança tão veloz da situação política no Danúbio, nos meados de 361. Aquilo que ele e Juliano deliberaram em Nis infelizmente nos escapa. Podemos deduzir que o historiador havia causado boa impressão no *princeps*, pois que retornou a Sirmio na condição de governador consular. É preciso lembrar que Juliano carecia de novos, porém experientes quadros para a administração das províncias. Aurélio Vítor, muito provavelmente, pareceu-lhe configurar uma boa opção (BIRD, 1996, p. 873).

p. 47). Mas, no que respeita ao texto de Aurélio Vítor, este ponto de vista resulta circular, pois somente se aplica se aceitarmos, aprioristicamente, a ideia de que a reprovação ao “*tenue studium*” de Constâncio II tinha por meta o engrandecimento da *persona* de Juliano.

Pois bem. Se aceitarmos a proposta de que Aurélio Vítor efetuou uma adição ao seu texto já finalizado, a fim de satisfazer a Juliano, poder-se-ia indagar por qual motivo o historiador se esquivou da tarefa de revisar o último capítulo da obra por inteiro. Por quais razões, pois, o historiador manteve o dúbio elogio às ações militares de Juliano nas Gálias? É possível questionarmos também, neste ensejo, porque Aurélio Vítor não apresentou uma defesa contundente da aclamação ocorrida em Paris ou mesmo porque não relativizou a imagem negativa transmitida a respeito do *César* Galo, irmão de Juliano e eliminado por ordem de Constâncio II. Sancho Gómez (2008, p. 153) sugere que Galo e Juliano, embora tivessem personalidades diferentes, mantiveram um bom relacionamento entre si, na medida em que os infortúnios que ambos vivenciaram os teria aproximado.

Porém, o Galo com o qual nos deparamos nas *Historiae abbreviatae* foi retratado como um governante cruel, à semelhança dos “tiranos” derrotados por Constâncio II – algo que, inclusive, justificava a sua morte (cf. *Hist. abbrev.* 42.13). Por certo, a memória histórica relativa a Galo se revelava desfavorável, a ponto de Amiano Marcelino (14.11.28) elaborar um paralelo entre Galo e Juliano e outros dois irmãos que haviam regido o Império no passado, quais sejam, Domiciano e Tito. Entretanto, ao contrário de Amiano Marcelino, Aurélio Vítor sublinhava o caráter atroz de Galo em um momento em que Juliano não apenas vivia, como ansiava por solidificar sua posição.

Neri (1993, p. 704) responde que o contexto em que Aurélio Vítor compunha a obra, marcado pela confusão administrativa e pelo clima de insegurança em razão da guerra iminente entre os exércitos de Constâncio II e Juliano, não permitiria que os apoiadores deste se identificassem abertamente. Assim sendo, os sinais do suporte fornecido a Juliano no interior das *Historiae abbreviatae*, como se perceberia no caso do vitupério dirigido aos servidores de Constâncio II, careciam ser mesclados com abertas manifestações de lealdade direcionadas ao filho de Constantino.¹²⁴

¹²⁴ A ideia de que Aurélio Vítor procurou destacar os êxitos de Juliano sem, no entanto, infligir um dano à imagem pública de Constâncio II, norteia os postulados expostos por Drinkwater (2007, p. 142). Este sugere que o historiador teria reportado os sucessos obtidos por Juliano na batalha de Estrasburgo da forma mais genérica possível (cf. *Hist. abbrev.* 42.17), de modo que nem mesmo os reais adversários (isto é, os alamanos) fossem indicados, a fim de que os louros da vitória fossem formalmente creditados à “*fortuna*” e ao “*consilio*” de Constâncio II. Portanto, incapaz de, em função das circunstâncias, exaltar a batalha que havia tornado célebre o nome de Juliano, Aurélio Vítor teria se referido aos eventos de Estrasburgo de maneira indireta, ao mencionar as campanhas de Caracala contra os alamanos (cf. *Hist. abbrev.* 21.3). As *Historiae abbreviatae* configuram a única obra do século IV a registrar esse primeiro contato entre romanos e alamanos. Aurélio Vítor, ao enaltecer

Ora, de fato o discurso estruturado por Aurélio Vítor comportava uma grande dose de cautela e bom senso, de modo a apontar as mazelas do reinado de Constâncio II sem que se estabelecesse uma reprimenda direta à figura do próprio imperador.¹²⁵ Ademais, se ajuizarmos que toda a crítica que Aurélio Vítor efetuou a sua própria época – que se confunde com a era constantiniana, quase que em seu todo – for tomada como “sinal de suporte” a Juliano, seríamos forçados a considerar que as várias referências negativas ao tempo presente teriam sido incluídas *a posteriori*, à maneira dos dois últimos versículos que fecham a narrativa. A hipótese relativa ao “adendo” implica que a técnica composicional de Aurélio Vítor, por meio da qual se projetava a partir do passado uma reprovação aos elementos que marcavam o tempo presente, teria sido formulada com vistas ao favorecimento de Juliano. Desta maneira, as *Historiae abbreviatae* reduzir-se-iam a um panfleto, a uma peça de propaganda no interior da disputa pelo poder político que opunha Constâncio II e Juliano no começo dos anos 360.

Para tanto, haveríamos de negligenciar traços dos mais marcantes que se observam na composição de Aurélio Vítor, em especial a indisposição perante a relevância dos militares e as manobras usurpatórias e o empenho em se estabelecer retratos matizados e, logo, “críveis”, acerca dos diferentes imperadores. Diante disto, concluímos que as *Historiae abbreviatae* não fazem de Aurélio Vítor um “homem de Juliano”, tampouco de Constâncio II. O comprometimento do historiador se voltava, antes, à manutenção do Império e dos valores ancestrais que o sustentariam. Do que resultavam as reflexões nitidamente moralizantes e o fustigar de toda a sorte de vícios ou desvios em relação aos *mores* e às *leges*. Não carecemos, pois, elaborar uma argumentação “*ex silentio*” a fim de justificar os pontos de vista elencados por Aurélio Vítor nos versículos finais de seu livro.

Portanto, tal como os seus predecessores, Juliano não poderia corresponder ao ideal de “*optimus princeps*” nas *Historiae abbreviatae*. Legalista, o historiador não advogaria, por uma questão de princípio, em favor de um usurpador que se apoiava nos ombros dos “*militēs/barbari*”. Os “*laeti*” que se envolveram na fugaz usurpação de Silvano nas Gálias, em 355, provavelmente exerceram o seu papel quando da elevação de Juliano, cinco anos depois. Constâncio II, ao ordenar a transferência de efetivos militares do Ocidente para que engrossassem suas tropas na luta contra os persas, desconsiderou ou subestimou o fato de que

---

as qualidades da cavalaria alamanca que enfrentou as tropas de Caracala junto ao rio Main, teria almejado, em verdade, dirimir as faltas de Juliano enquanto comandante militar, uma vez que em Estrasburgo as unidades de cavalaria romanas foram solapadas pelo congêneres “bárbaro”, em que pese o resultado positivo da pugna para o Império. Assim, arremata Drinkwater, a narrativa de Aurélio Vítor fez dos alamanos, no passado, exímios combatentes montados a cavalo a fim de isentar de maior culpa os lapsos cometidos por Juliano no presente.

¹²⁵ Mesmo a objeção que o historiador empreendeu ao “*tenue studium*” de Constâncio II, em *Hist. abbrev.* 42.24, serviria para, poder-se-ia argumentar, a ratificação das “grandes e ilustres” qualidades do soberano, em comparação com a tibieza de seus servidores.

muitos “*laeti*” serviam ao exército romano, nas regiões gálicas, sob a condição de que não se embrenhassem em campanhas para além dos Alpes. Ora, a equivalência entre “*miles*” e “*barbarus*”, sublinha López Sánchez (2000, p.69), desvelava-se perfeita em relação àqueles grupos, que constituíram uma das principais bases de suporte para as pretensões de Juliano.

A postura legalista assumida por Aurélio Vítor se desnudava, por exemplo, em *Hist. abbrev.* 41.25: embora se deplorasse os vícios de Constante, se afirmava igualmente que as faltas do imperador legitimamente constituído seriam preferíveis diante da perspectiva de usurpação, levada a cabo por Magnêncio, e a destruição que tal ato acarretava. Faz-se escusado recordar, porém, que Aurélio Vítor não articulou à figura de Juliano o espectro do barbarismo, como projetado, de maneira explícita, no tocante a Magnêncio. Todavia, o “bárbaro” Magnêncio havia restabelecido nas áreas sob o seu domínio uma série de práticas rituais tradicionais, como os sacrifícios noturnos.¹²⁶ Juliano, por seu turno, postava-se publicamente como um cristão; como aclara Bowersock (1978, p. 61), somente depois de receber as notícias sobre o perecimento de Constâncio II, ocorrido durante a travessia da província da Cilícia no começo de novembro de 361, é que Juliano sentiu-se confortável para cultivar abertamente os deuses do panteão greco-romano.

Neste sentido, Juliano corresponderia, em princípio, a um usurpador e a um adepto da nova religião, uma dupla ameaça, portanto, aos valores romanos que as *Historiae abbreviatae* tencionavam preservar. Os usurpadores ao tempo de Aurélio Vítor, quer fossem “bárbaros” ou formalmente “cristãos”, não forneceriam uma alternativa que contemplasse adequadamente aos anseios do historiador, tal como podemos visualizá-los na obra. Em meio a esse contexto, talvez Aurélio Vítor optasse, em primeiro lugar, pela manutenção da ordem social estabelecida e pela unidade do Império. Isto se adequa à perspectiva de que “*the loyalty to the imperial office was a vehicle for, indeed, the primary expression of, loyalty to the state*” (C. ANDO, 2000, p. 45).¹²⁷

¹²⁶ T. Barnes (2001, p. 102) alega que Magnêncio era cristão, a despeito do vitupério ao qual foi submetida sua memória, uma vez derrotado e morto. As fontes cristãs o retratavam como “pagão” e “tirânico” a fim de contrastar a sua imagem com a do imperador, e cristão, Constâncio II. Já López Sánchez (2000, p. 72) refina tal ideia ao argumentar que o usurpador se agarrou à ortodoxia nicena, algo que não deixava de assumir uma faceta combativa e em oposição ao arianismo de Constâncio II. Salzman (1990, p. 210), todavia, enfatiza que a política religiosa de Magnêncio se revelou bastante “oportunista”, pois que ele, prescindindo de laços de sangue com a dinastia reinante, procurou favorecer alternadamente tanto pagãos quanto cristãos, para que arregimentasse o maior número possível de adeptos à sua causa. Isto explicaria os motivos pelos quais o usurpador permitiu a realização de sacrifícios noturnos, formalmente banidos por Constante em 341, ao mesmo tempo em que as amoedações feitas em seu nome exibiram símbolos como o cristograma. Parece prudente, assim, manter inconclusiva a questão acerca da filiação religiosa de Magnêncio.

¹²⁷ O que não significa que afirmemos que, no texto das *Historiae abbreviatae*, não se concebesse a possibilidade de que, ocasionalmente, a lealdade diante de “Roma” se contradissesse com a fidelidade pessoal

Essa manifestação de legalismo, destaquemos, não deve ser entendida como produto de um apoio oferecido a Constâncio II. Se trata, propomos, de um posicionamento que se ancora nas reflexões efetuadas a respeito de todo o desenrolar da história do Império romano. Sendo assim, para Aurélio Vítor as guerras civis, consequência direta da emergência de movimentos usurpatórios, dariam vazão à “*rusticitas*” dos militares, fornecendo uma brecha para a “barbarização” do mundo romano. O legalismo de Aurélio Vítor residia no apego à ideia de preservação da estabilidade e das hierarquias, no bojo de uma sociedade regida sob os ditames de uma mesma lei e de um (ou mais) governante(s) legitimamente reconhecido(s).

Quiseram as circunstâncias de sua época que o futuro de Aurélio Vítor fosse selado a partir da ascensão de Juliano, um usurpador que jamais se ladearia aos “*tyranni*” justamente porque alcançou, de fato, um poder legítimo. Tendo em vista o programa político e religioso que Juliano intentou realizar, podemos conjecturar que o pêndulo de Aurélio Vítor voltaria a se movimentar, em meio à tentativa de Juliano de reversão de alguns processos, como a cristianização do Estado, que se vinculavam a Constantino e Constâncio II. Afirmá-lo, porém, faria com que ultrapassássemos o campo da História ou, mais propriamente, das *Historiae abbreviatae*.¹²⁸

---

devida ao detentor da púrpura. Basta recordar o episódio tangente à usurpação de Póstumo, em que o monarca legalmente instituído, Galieno, se tornaria “ilegítimo” em razão de seus vícios.

¹²⁸ Aurélio Vítor não estabeleceu um propósito definitivo, um “*telos*” necessário, para o curso dos eventos por ele narrados. A emergência de Juliano poderia, ou não, alterar as condições, reputadas por negativas, que Constantino e seus filhos haviam promovido na sociedade romana. A despeito disto, den Boer (1972, p. 97) crê que o historiador, vivendo em um momento de relativa prosperidade, passadas as convulsões sociais e políticas do século III, cultivava a expectativa de que o futuro se revelasse mais brilhante do que o passado jamais fora. Já Moreno Ferrero (2001, p. 182) propõe que Aurélio Vítor, embora não tivesse traçado um enunciado claro a respeito do sentido da periodização histórica que havia delineado, teria sugerido no texto que coisa alguma haveria que pudesse “[...] *detener el descenso, continuo y imparable, aunque de fin impredecible, de Roma*”. Por fim, cabe ressaltar um elemento que se observa no texto das *Historiae abbreviatae*, no relativo ao reinado de Cláudio. Diz-se que, ao sexto ano do governo do sucessor de Calígula, a Fênix teria sido avistada no Egito (*Hist. abbrev.* 4.14). Montero (1987, p. 990) ensina que a aparição da Fênix equivalia a um símbolo da *aeternitas* de Roma. Nestes termos, quicá a simples inclusão desse prodígio no texto, que remontava às primeiras décadas da era imperial, assinalasse obliquamente a crença de Aurélio Vítor na perenidade da *res publica*, em que pesassem as oscilações mapeadas ao longo da história do Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Diocleciano e as contradições de Aurélio Vítor

Ao expor suas reflexões sobre a sociedade imperial romana nos séculos IV e V, Averil Cameron (1993, p. 193) assevera que os qualificativos de “*innovative*” e de “*contradictory*” definiriam, com justeza, o período supramencionado. Julgamos que as *Historiae abbreviatae* possam ser concebidas a partir dos mesmos epítetos. O caráter “inovador” da obra de Aurélio Vítor repousa, sobremaneira, na análise globalizante que o historiador tencionou empreender a respeito da história imperial, da batalha de Ácio até os dias em que ele próprio vivia. Aurélio Vítor tinha ciência dos objetivos que almejava atingir em seu labor historiográfico, que não se restringiam à transmissão de informações referentes ao passado. Ao estabelecer um panorama a respeito da história do Império romano, Aurélio Vítor atestaria as contradições que, não raro, caracterizavam a conduta e as ações dos soberanos imperiais.

Sendo assim, alcançamos o segundo adjetivo empregado por Averil Cameron. Ressaltemos, todavia, que tais contradições são próprias do objeto para o qual o historiador se voltava. A polarização de virtudes e vícios no âmago de uma mesma personalidade histórica, e não entre duas personagens diferentes, resultava no delineamento de representações ambíguas, mesmo antimaniqueístas. Em outras palavras, a interpenetração entre elogio e vitupério era contingente aos propósitos de Aurélio Vítor em face da tarefa de escrever uma história dedicada à época imperial romana.

Tamanha concepção pode ser notada até mesmo nas parcas linhas dedicadas ao reinado de Treboniano Galo e Volusiano. O zelo com que os soberanos se encarregaram das exéquias dos mais pobres habitantes de Roma, por conta de uma epidemia de peste que atingiu a cidade no ano de 251, não poderia senão suscitar elogios (cf. *Hist. abbrev.* 30.2). Em que pese isto, Aurélio Vítor destacaria na sequência do texto que o governo de ambos chegaria ao seu fim dois anos mais tarde, em meio à disputa pelo poder que os opôs a Emílio Emiliano; neste contexto, Treboniano Galo e Volusiano perderam a vida, inclusive, em razão apego desmedido que teriam demonstrado diante do luxo e da lascívia (*Hist. abbrev.* 31.2). Todavia, no interior da narrativa, não há imperador que refletisse melhor a perspectiva da ambiguidade que Diocleciano. Advindo das fileiras militares, natural do Ilírico “semibarbarizado”, o monarca se afastava dos preceitos de *eruditio* e *elegantia* que o historiador tanto valorizava em um governante dos romanos. Em paralelo a isto, contudo, Aurélio Vítor salientou o fato de que as habilidades militares de Diocleciano teriam se revelado fundamentais para que o mundo romano não sucumbisse em um contexto marcado

por invasões externas, usurpações e revoltas internas. Ou seja, no entender do historiador, o “bom” *princeps* não dispunha, necessariamente, de uma sólida instrução nas letras (cf. *Hist. abbrev.* 39.26). Por outro lado, tamanha falta não permitiria que um imperador como Diocleciano fosse reputado como excepcional (cf. *Hist. abbrev.* 39.28).

Ou seja, a ausência de letramento, que constituía o cerne da invectiva lançada contra um soberano como Maximino, o Trácio (cf. *Hist. abbrev.* 25.1), seria inteiramente matizada no tocante a Diocleciano e aos demais tetrarcas. A postura (aparentemente) incoerente evidenciada por Aurélio Vítor se alicerçava, porém, na consciência acerca da variabilidade das situações políticas e militares vivenciadas em diferentes períodos. Logo, o contexto específico em que Diocleciano esteve à frente do Império demandava a emergência de indivíduos cujos predicados fossem derivados das *res militares*, e não das *bonae artes*. Dada à diversidade de contextos, pois, aquilo que implicava em um grave vício, no relativo a Maximino, o Trácio, resultava em um elemento negligenciável, no que concernia a Diocleciano.

Entretanto, ao retrato ambíguo que Aurélio Vítor veiculou acerca de Diocleciano subjazem, com efeito, duas questões. A primeira tangia à dificuldade do historiador em lidar com as novas formas de representação do poder imperial e mesmo as atitudes mentais correlatas àquelas. Nas *Historiae abbreviatae*, Diocleciano inaugura – ou, antes, retoma uma prática comum a “maus” príncipes como Calígula e Domiciano – o “costume” de sacralização do detentor do *imperium* (cf. *Hist. abbrev.* 39.2-4), que assumiria dimensões específicas a partir do cristianizado Constantino. Aurélio Vítor, neste ensejo, reconhecia a mudança no decurso da história. Ao valorar os *mores maiorum* como fator crucial da “identidade romana”, o historiador se via diante do dever de sinalizar ao público as transformações que as próprias instituições e os costumes romanos teriam sofrido a partir da ascensão de um “*humilior*” como Diocleciano.

Desta forma, se ao tempo de Constantino e Constâncio II se afirmaria uma nova teologia política, assentada em um intrincado cerimonial cuja liturgia envolvia, à luz do cristianismo que se institucionalizava, ressignificações de elementos tradicionais, Aurélio Vítor atestaria que o processo que observava em sua época remontaria, pelo contrário, ao “pagão” Diocleciano. Quer dizer, a legitimação do poder do imperador, mediante a sua aproximação com o divino Júpiter, trazia modificações profundas e, logo, condenáveis. Porém, quais seriam, no entender de Aurélio Vítor, as causas de toda essa alteração, que caracterizava o quinto período histórico definido pelo historiador em sua obra? Por meio de uma avaliação psicológica, Aurélio Vítor explicitava aos leitores o surgimento de novas

práticas e representações relativas ao poder imperial: um homem de origem tão modesta como Diocleciano, uma vez alcançado o *imperium*, se mostra desmesuradamente soberbo e ambicioso, a ponto de ser invocado como um “*dominus deumque*” (cf. *Hist. abbrev.* 39.5). Estamos diante dos pressupostos que norteavam a interpretação que as *Historiae abbreviatae* ofereciam a respeito da história do Império romano: fazia-se necessário, logo, esboçar um retrato de natureza psicológica a fim de sublinhar os motivos por trás das ações das personagens históricas que condicionavam o curso dos acontecimentos.

Em que pese isto, Diocleciano foi igualmente louvado por Aurélio Vítor, na medida em que teria se devotado a salvaguardar as tradições culturais e religiosas “pagãs”, assim como a assegurar o abastecimento de víveres e a ornamentação da cidade de Roma (cf. *Hist. abbrev.* 39.45). Tais atividades podem ser entendidas como um contraponto ao empenho destinado pela dinastia Constantiniana ao avanço do cristianismo e, em paralelo, à secundarização de Roma no cenário político imperial nos meados do século IV. Assim sendo, Aurélio Vítor destacava uma dupla ruptura. O “senhor e deus” Diocleciano havia rompido com os *mores* tradicionais, imprimindo um novo rumo à história imperial. Contudo, entre a era tetrárquica e a constantiniana, se interpunha outro corte: Diocleciano e seus pares teriam atuado nos interstícios de uma tradição ainda pagã, ao passo que Constantino e os seus filhos promoveriam a ascensão de uma divindade que não seguiria ao lado dos deuses com os quais o Estado romano estava tradicionalmente associado. Neste sentido, podemos afirmar que Aurélio Vítor encarasse o tempo presente como algo único, dotado de uma singularidade para a qual restariam apenas os signos da decadência.

Portanto, o historiador apresentou ao público duas facetas de Diocleciano, que se chocavam entre si: um Diocleciano “arrogante”, que rompeu abertamente com os preceitos da *ciuilitas* romana e que, mediante o brilho da seda de sua vestimenta e das pedras preciosas de seu calçado, assinalaria a condição “*solus sine pares*” do imperador romano no seio da sociedade tardo-antiga. No entanto, como explicar que um governante dotado de tamanha *superbia* viesse a abdicar voluntariamente do poder com o qual havia sido investido e, portanto, dar mostras de um ato de suprema moderação (cf. *Hist. abbrev.* 39.47)? Esta manifestação de “modéstia” por parte de Diocleciano, logo, se coadunava à imagem idealizada de “restaurador” das vetustas práticas culturais.

Tal jogo de contrastes nos leva, pois, à nossa segunda questão. Em que pese o fato de Aurélio Vítor não resolver as contradições apontadas em relação à figura de Diocleciano, cabe salientar, justamente, a preocupação em evidenciá-las aos seus leitores. Em um plano individual, o reconhecimento dos traços ambíguos que poderiam compor a natureza dos

imperadores, como se identifica no caso de Diocleciano, nos permite estabelecer um paralelo com o movimento oscilante que a história imperial assume na narrativa elaborada por Aurélio Vítor. Ao atribuir aos sucessivos *Augustos* e *Césares* o papel de condicionantes, em essência, da história do Império romano, Aurélio Vítor sinalizava que, por trás dos eventos, por trás da História, encontrar-se-iam os homens e as virtudes... e não menos os vícios e as fraquezas. Nisto reside o grande mérito de Aurélio Vítor, “*historian of Empire*”: as contradições e as ambivalências notadas no discurso sinalizam os desafios que se colocavam à tarefa de se pensar a história do Império romano em meio a um complexo momento, marcado por profundas “inovações” e “contradições”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AMMIANUS MARCELLINUS. *Ammianus Marcellinus*, with an English translation by J. C. Rolfe. 3 v. London: Heinemann, 2000. (Loeb Classical Library).

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Tradução direta do grego e do latim de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990.

ARISTÓTELES. *Política*. Edición bilingüe y traducción de Julián Marías y María Araújo. 6. ed. Madrid: Real Academia Española, 2005. (Clásicos Políticos).

_____. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior. 3. ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. (Biblioteca de autores clássicos).

ATHANASIUS. *Zwei Schriften gegen die Arianer. Apologia contra Arianos; Historia Arianorum*. Eingeleitet, Übersetzt und Kommentiert von Werner Portmann. Stuttgart: A. Hiersemann, 2006. (Bibliothek der griechischen Literatur).

AURELIUS VICTOR. *Liber de Caesaribus, praecedunt Origo gentis Romanae et Liber de viris illustribus vrbis Romae, subsequitur Epitome de Caesaribus*. Ed. Fr. Pichlmayr et R. Grvndel. Lipsiae: Tevbneri, 1966. (Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Tevbneriana).

_____. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

_____. *De Caesaribus*. Translated with an introduction and commentary by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 1994. (Translated Texts for Historians).

CICERO. *Lettres familières*. Traduction nouvelle avec préface et notes par Édouard Bailly. Paris: Garnier, vol. 1, 1933. (Classiques Garnier. Auteurs latins).

_____. *De senectute. De amicitia. De divinatione*. With an English translation by W. A. Falconer. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1953. (Loeb Classical Library).

_____. *Tusculanae disputationes*. With an English translation by J. E. King. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1971. (Loeb Classical Library).

_____. *De oratore*. I, Books I and II. With an English translation by E. W. Sutton. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (Loeb Classical Library).

_____. *De re publica. De legibus*. With an English translation by C. W. Keyes. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (Loeb Classical Library).

CORNELIUS NEPOS. *Oeuvres*. 2ème. ed. Texte établi et traduit par Anne-Marie Guillemin. Paris: Les Belles Lettres, 1961. (Collection des Universités de France).

DIO CASSIUS. *Dio's Roman history*. With an English translation by H. B. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. VIII-IX, 1961. (Loeb Classical Library).

EPITOME DE CAESARIBUS. Booklet about the style of life and manners of the *imperatores*. Sometimes attributed to Sextus Aurelius Victor. 2nd. ed. Translated by Thomas M. Banchich. Buffalo: Canisius College, 2009. (Canisius College Translated Texts). Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/epitome.htm>. Acesso em: 20 nov. 2009.

EUTROPE. *Abrégé de l'histoire romaine*. Traduction nouvelle avec introduction, notes, tables et index par M. Rat. Paris: Garnier Frères, vol. 5-6, 1934.

EUTROPIO; AURELIO VICTOR. *Breviário; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos).

FESTUS. *Breviarium of the accomplishments of the Roman people*. Translated by Thomas M. Banchich and Jennifer A. Meka. Buffalo: Canisius College, 2001. (Canisius College Translated Texts). Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/festus.htm>. Acesso em: 20 nov. 2009.

HERODIAN. *History of the empire*. 2 vol. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1970. (Loeb Classical Library).

JOSEPHUS. *Jewish antiquities*. VIII, Books 18-19. With an English translation by L. H. Feldman. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1965. (Loeb Classical Library).

LACTANCIO. *Sobre la muerte de los perseguidores*. Traducción y notas de Ramón Teja. Madrid: Gredos, 1982. (Biblioteca clásica Gredos)

LIVY. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. I, Books 1 and 2. With an English translation by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (Loeb Classical Library).

_____. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. II, Books 3 and 4. With an English translation by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1984. (Loeb Classical Library).

_____. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. III, Books 5-7. With an English translation by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1996. (Loeb Classical Library).

_____. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. IV, Books 8-10. With an English translation by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1999. (Loeb Classical Library).

POLYBIUS. *The histories*. III, Books 5-8. With an English translation by W. R. Paton. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992. (Loeb Classical Library).

_____. *The histories*. IV, Books 9-15. With an English translation by W. R. Paton. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992. (Loeb Classical Library).

SALLUSTE. *Catilina; Jugurtha; Fragments des Histoires*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1971. (Collection des Universités de France).

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. *The scriptores historiae augustae*. With an English translation by D. Magie. 3 vol. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1982. (Loeb Classical Library).

SUETONIUS. *Suetonius*. With an English translation by J.C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, v. I, 1979. (Loeb Classical Library).

_____. *Suetonius*. With an English translation by J.C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, v. II, 1989. (Loeb Classical Library).

TACITE. *Annales*: Livres I-III. 5ème. ed. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, tome I, 1958. (Collection d'Universités de France).

_____. *Annales*: Livres IV-VI. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, tome II, 1978. (Collection d'Universités de France).

_____. *Annales*: Livres XIII-XVI. 6ème. ed. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, tome IV, 2010. (Collection d'Universités de France).

TACITUS. *Histories*. With an English translation by C. H. Moore. Cambridge, MA: Harvard University Press, v. I-III, 1992. (Loeb Classical Library).

_____. *Vie d'Agricola. La Germanie*. Texte traduit par Jacques Perret. Introduction et notes d'Anne-Marie Ozanam. Paris: Les Belles Lettres, 1997. (Collection d'Universités de France).

Obras de Referência

BAGNALL, R. S. et alli. *CLRE*. Atlanta: Scholars, 1987. (Published for The American Philological Association).

BERGER, A. *Encyclopedic dictionary of Roman law*. 7th. ed. Clark, NJ: The Lawbook Exchange, 2008.

BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (eds.). *Late Antiquity*. A guide to the postclassical world. Cambridge, MA; London: Belknap, 1999. (Harvard University Press Reference Library).

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (eds.). *OCD*. The ultimate reference work on the Classical World. 3rd. ed. Oxford: OUP, 2003.

JONES, A. H. M; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. (eds.). *PLRE*. Cambridge: University Press, v. 1, 1971. (A.D. 260-395).

LE GOFF, J. *Memória/história*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, vol. 1).

POMIAN, K. Ciclo. In: _____. *Tempo/temporalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993. p. 103-163. (Enciclopédia Einaudi, vol. 29).

SCHMIDT, P. L. Aurelius Victor. In: *RE*. Supp. XV. Neue Bearbeitung begonnen von Georg Wissowa. Fortgeführt von Wilhelm Kroll und Karl Mittelhaus. Stuttgart: J. B. Metzler, 1995. [1979]. p. 1583-1676.

Livros e teses

ALDRETE, G. S. *Floods of the Tiber in ancient Rome*. Baltimore: Johns Hopkins University, 2006.

ALFÖLDI, A. The late classical ideal of culture in conflict with the Illyrian military spirit. In: _____. *A conflict of ideas in the Late Roman Empire: the clash between the Senate and Valentinian I*. Oxford: Clarendon Press, 1952. p. 96-124.

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1989.

ALVES, S. L. Marco Aurélio e Cómodo, a luz e a sombra: a construção historiográfica da dinastia Antonina. 218f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

ANDO, C. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.

BAGLIVI, N. Da Diocleziano a Costantino: un punto di riferimento ‘storiografico’ in alcune interpretazioni tardoantiche. In: BONAMENTE, G.; FUSCO, F. (a cura di). *Costantino il Grande*. Dall’antichità all’umanesimo. Macerata: Università degli Studi di Macerata, vol. 1, 1992. p. 59-72. (Colloquio sul cristianesimo nel mondo antico).

BALDINI, A. Claudio Gotico e Costantino in Aurelio Vittore ed *Epitome de Caesaribus*. In: BONAMENTE, G.; FUSCO, F. (a cura di). *Costantino il Grande*. Dall’antichità all’umanesimo. Macerata: Università degli Studi di Macerata, vol. 1, 1992. p.73-89. (Colloquio sul cristianesimo nel mondo antico).

BANCHICH, T. The epitomizing tradition in Late Antiquity. MARINCOLA, J. (ed.). *A companion to Greek and Roman historiography*. Oxford: Blackwell, vol. 1, 2007. p. 305-311.

BARNES, C. L. H. *Bellum tarantinum* or *bellum pyrrhicum*. Polybius, Ennius, and the search for kernels of truth. In: _____. *Images and insults*. Ancient historiography and the outbreak of the Tarantine War. Frankfurt: Franz Steiner, 2005. p. 21-29.

BARNES, T. D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

_____. The lost Kaisergeschichte and the Latin historical tradition. In: _____. *Early christianity and Roman empire*. London: Ashgate, 1984. p. 13-43. [1969/1970]

_____. Oppressor, persecutor, usurper: the meaning of 'tyrannus' in the fourth century. In: BONAMENTE, G.; MAYER, Marc. (a cura di). *HAC Barcinonense*: Atti dei Convegni sulla Historia Augusta IV. Bari: Edipuglia, 1996. p. 55-65.

_____. *Ammianus Marcellinus and the representation of historical reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

_____. *Athanasius and Constantius*. Theology and politics in the Constantinian empire. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001. [1993].

BIRD, H. W. *Sextus Aurelius Victor: a historiographical study*. Liverpool: Francis Cairns, 1984.

_____. Sextus Aurelius Victor: his life and career. In: AURELIUS VICTOR. *De Caesaribus*. Translated with an introduction and commentary by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 1994. p. vii-xxx.

BIRLEY, A. *Septimius Severus: the African emperor*. London: Routledge, 1999. [1971].

BLOCH, H. El renacimiento del paganismo en Occidente a fines del siglo IV. In: MOMIGLIANO, A. (ed.). *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza, 1989. p. 207-232.

BONAMENTE, G. Minor Latin historians of the fourth century A.D. In: MARASCO, G. (ed.). *Greek and Roman historiography in Late Antiquity*. Fourth to sixth centuries A.D. Leiden: Brill, 2003. p. 85-125.

BONJOUR, M. *Terre natale: études sur une composante affective du patriotisme romain*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

BOWERSOCK, G. W. *Julian the Apostate*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. Introduction. In: _____ (eds.). *Literacy and power in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-16.

BRANDT, H. La politica fiscale di Costantino nelle opinioni tardoantiche. In: BONAMENTE, G.; FUSCO, F. (a cura di). *Costantino il Grande*. Dall'antichità all'umanesimo. Macerata: Università degli Studi di Macerata, vol. 1, 1992. p. 213-218. (Colloquio sul cristianesimo nel mondo antico).

BROWN, P. L. R. *Power and persuasion in Late Antiquity: towards a Christian Empire*. Madison: University of Wisconsin, 1992.

_____. *The making of Late Antiquity*. 8th ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

BURNS, T. S. *Rome and the barbarians* (100 B.C. – A. D. 400). Baltimore; London: John Hopkins University Press, 2003.

BURRIDGE, R. *What are the gospels?* A comparison with Graeco-Roman biography. 2. ed. Grand Rapids: Eerdmans, 2004.

CALLU, J.-P. Aurélius Victor et l'interrègne de 275: problèmes historiques et textuels. In: BONAMENTE, G.; MAYER, Marc. (a cura di). *HAC Barcinonense: Atti dei Convegni sulla Historia Augusta IV*. Bari: Edipuglia, 1996. p. 133-145.

CAMERON, Alan. D. E. Paganism and literature in late fourth century Rome. In: FUHRMANN, M. (ed.). *Christianisme et formes littéraires de l'Antiquité Tardive en Occident*. Vandouvres-Genève: Fondation Hardt, 1977. p. 1-40. (Entretiens sur l'Antiquité classique 23).

CAMERON, Averil. *The Later Roman empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

CAMPBELL, B. The Severan dynasty. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; CAMERON, Averil (eds.). *CAH2*. Cambridge: University Press, v. XII, 2007. p. 1-27. [2005]. (The Crisis of Empire, A.D. 193-337).

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CAVALLO, G. Libro e pubblico alla fine del mondo antico. In: _____. (a cura di). *Libri, editori e pubblico nel mondo antico*. Roma; Bari: Laterza, 1992.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHASTAGNOL, A. *La préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire*. Paris: PUF, 1960.

_____. *L'évolution politique, sociale et économique du monde romain de Dioclétien à Julien*. La mise en place du régime du Bas-Empire (284-363). 2e éd. Paris: SEDES, 1985. (Regards sur l'histoire, 47).

_____. *Le sénat romain à l'époque impériale*. Recherche sur la composition de l'assemblée et le status de ses membres. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

CHENAULT, R. R. *Rome without emperors: the revival of a senatorial city in the fourth century CE*. 2008. 298f. Ph. D. Thesis (Doctor of Greek and Roman History) – The University of Michigan, Ann Arbor, 2008.

CIZEK, E. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990.

_____. *Histoire et historiens à Rome dans l'antiquité*. Lyon: PUL, 1995.

CROKE, B.; EMMETT, A. M. Historiography in Late Antiquity: an overview. In: _____. (eds.). *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon, 1983. p. 1-12.

CURRAN, J. R. *Pagan city and Christian capital*. Rome in the fourth century. Clarendon Press: Oxford, 2000.

DANIUS, S. In search of totality: on narrative and history in Fredric Jameson's "The political Unconscious". In: McGUIRK, B. (ed.). *Redirections in critical theory*: truth, self, action, history. London; New York: 1994. p. 197-263.

D'ELIA, S. *Studi sulla tradizione manoscritta di Aurelio Vittore*. Napoli: Libreria Scientifica, 1965.

DELMAIRE, R. Les institutions du Bas-empire romain, de Constantin à Justinien. Paris: CERF, tome 1, 1995. p. 97-118. (Les institutions palatines).

DEN BOER, W. *Some minor Roman historians*. Leiden: Brill, 1972.

DIGNAS, B.; WINTER, E. Introduction: West and East, friend and foe, counterpart and mirror image... In: _____. *Rome and Persia in Late Antiquity*. Neighbours and rivals. Cambridge: University Press, 2007. p. 1-17.

DIHLE, A. The Christian Empire. In: _____. Greek and Latin literature of the Roman Empire. From Augustus to Justinian. London; New York: Routledge, 1994. p. 434-607.

DIXON, S. *Reading Roman women*: sources, genres and real life. London: Duckworth, 2001.

DRINKWATER, J. F. *The Alamanni and Rome*. 213-496 (Caracalla to Clovis). Oxford: OUP, 2007.

DUFRAIGNE, P. Introduction. Notes complémentaires. In: AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres. 1975. p. viii-lxi; 65-205.

EARL, D. Prologue-form in ancient historiography. In: TEMPORINI, H.. (Hrg.). *ANRW*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. I.2, 1972. p. 842-856.

_____. *The moral and political tradition of Rome*. New York: Cornell University Press, 1984. [1964].

EDWARDS, C. *The politics of immorality in ancient Rome*. Cambridge: University Press, 1996a.

_____. *Writing Rome*: textual approachings to the city. Cambridge: University Press, 1996b.

_____; WOOLF, G. Cosmopolis: Rome as world city. In: _____ (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: University Press, 2003. p. 1-20.

ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. Tradução de José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ESPÍRITO SANTO, A. do. A recepção de Salústio na Antiguidade e Idade Média. In: ARAÚJO, R. M. de. *Estudos em homenagem ao professor doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: FLUP, vol. 1, 2006. p. 209-242.

FALQUE, E. Introducción. In: EUTROPIO; AURELIO VICTOR. *Breviário; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999. p. 161-185.

FONTAINE, J. Unité et diversité du mélange des genres et des tons chez quelques écrivains latins de la fin du IV^e siècle: Ausone, Ambroise, Ammien. In: FUHRMANN, M. (ed.). *Christianisme et formes littéraires de l'Antiquité Tardive en Occident*. Vandouvres-Genève: Fondation Hardt, 1977. p. 425-482. (Entretiens sur l'Antiquité classique 23).

FORNARA, C. W. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. Berkeley: University of California Press, 1983.

FORSYTHE, G. *A critical history of Early Rome*. From Prehistory to the First Punic War. Berkeley: University of California Press, 2006. [2005].

FRANKFURTER, D. Traditional cults. In: POTTER, D. S. (ed.). *A companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 543-564.

FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na Antiguidade Tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.

GABBA, E. The historians and Augustus. In: MILLAR, F; SEGAL, E. (eds.). *Caesar Augustus: seven aspects*. Oxford: Clarendon Press, 1984. p. 61-86.

GADDIS, M. "What has the emperor to do with the Church?" Persecution and Martyrdom from Diocletian to Constantine. In: _____. *There is no crime for those who have Christ*. Religious violence in the Roman Christian Empire. Berkeley: University of California Press, 2005. p. 29-67.

GAGÉ, J. Programme d' "italicité" et nostalgies d'hellénisme autour de Gallien et Salonine. Quelques problèmes de "paidéia" impériale au III^e siècle. In: TEMPORINI, H. (Hrg.). *ANRW* II.2. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1975. p. 828-852.

GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GENTILI, B.; CERRI, G. *History and biography in ancient thought*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

GIANOTTI, G. F.; PENNACINI, A. La tradizione contro la crisi: biografia e storiografia di parte pagana. In: _____. *Società e comunicazione letteraria di Roma antica*. 2. ed. Torino: Loescher, vol. 3, 1986. p. 230-245.

GILLIS, J. R. Memory and identity: the history of a relationship. In: _____. (ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: University Press, 1994. p. 3-24.

GONÇALVES, A. T. M. Uma análise da *damnatio memoriae* de Geta. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. V.; MARTINS, A. L. (org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p. 115-127.

GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, A. *La concepción de la historia en Aurelius Victor*. 1997. 2. vol. 719f. Tesis Doctoral (Filología Latina) – Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1997.

GRADEL, I. *Emperor worship and Roman religion*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

GREATREX, G. Lawyers and historians in Late Antiquity. In: MATHISEN, R. W. (ed.). *Law, society and authority in Late Antiquity*. Oxford: OUP, 2001. p. 148-161.

GRIMAL, P. Les éléments philosophiques dans l'idée de monarchie à Rome à la fin de la République. In: FLASHAR, H; GIGON, O. (eds.). *Aspects de la philosophie hellénistique*. Vandouvres-Genève: Fondation Hardt, 1985. p. 233-281. (Entretiens sur l'antiquité classique 32)

HANDLER, R. Is "identity" a useful cross-cultural concept?. In: GILLIS, J. R. (ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: University Press, 1994. p. 27-40.

HARRIES, J. *Law and empire in Late Antiquity*. Cambridge: University Press, 1999.

HARRIS, W. V. *Ancient literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991. [1989].

HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HEATHER, P. The barbarian in Late Antiquity. Image, reality and transformation. In: MILES, R. (ed.). *Constructing identities in Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 1999. p. 234-258.

HEDLUND, R. "... *achieved nothing worthy of memory*". Coinage and authority in the Roman empire (c. AD 260-295). Uppsala: Uppsala Universitet, 2008. (Studia Numismatica Upsaliensia 5).

HEDRICK JUNIOR, C. W. *History and silence*. Purge and rehabilitation of memory in Late Antiquity. Austin: University of Texas Press, 2000.

HELLEGOUARC'H, J. *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la république*. 2ème ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

HERZOG, R.; SCHMIDT, P. L. *Handbuch der lateinischen Literatur der Antike*. München: Beck, 5ste. Band, 1989. (Die lateinische Literatur von 284 bis 374 n.Chr.).

HOPE, V. The city of Rome: capital and symbol. In: HUSKINSON, J. (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000a. p. 63-93.

_____. Status and identity in the Roman world. In: HUSKINSON, J. (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000b. p. 125-152.

HUMPHRIES, M. The lexicon of abuse. Drunkness and political illegitimacy in the Late Roman world. In: HALSALL, G. (ed.). *Humour, history and politics in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Cambridge: University Press, 2002. p. 75-88.

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: _____ (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000a. p. 3-27.

_____. Élite culture and the identity of empire. In: _____ (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000b. p. 95-123.

INGLEBERT, H. Citoyenneté romaine, romanités et identités romaines sous l'empire. In: _____ (éd.). *Idéologies et valeurs civiques dans le monde romain*. Nanterre: Picard, 2002. p. 241-260.

JAMESON, F. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

JENKINSON, E. M. Nepos – an introduction to Latin Biography. In: DOREY, T. A. *Latin biography*. London: Routledge, 1967. p. 1-15.

JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire, 284-602: a social, economic and administrative survey*. 2. vol. Oxford: Blackwell, 1964.

JUDGE, E. A. Christian innovation and its contemporary observers. In: CROKE, B.; EMMETT, A. M. (eds.). *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon, 1983. p. 13-29.

KASTER, R. A. *Guardians of language: the grammarian and society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1988. p. 443-446.

KELLY, C. M. *Ruling the Later Roman Empire*. Cambridge, MA; London: Belknap Press, 2006.

KENNEY, E. J. (ed.). *CHCL*. Cambridge: University Press, 1982. p. 683-691; p. 732-754.

KOLB, F. *Herrscherideologie in der Spätantike*. Berlin: Akademie, 2001.

LA PENNA, A. *La cultura letteraria a Roma*. Roma; Bari: Laterza, 1986.

LAISTNER, M. L. W. *The greater Roman historians*. 2nd ed. Berkeley: University of California Press, 1977.

LANA, I. *La storiografia latina del secolo IV d.C.* Torino: G. Giappichelli, 1990.

LANE FOX, R. *Pagans and Christians*. New York: Alfred A. Knopf, 1989. [1986].

LAURENCE, R. Introduction. In: _____; BERRY, J. (eds.). *Cultural identity in the Roman Empire*. London; New York: Routledge, 1998. p. 1-9.

LEADBETTER, B. The illegitimacy of Constantine and the birth of the tetrarchy. In: LIEU, S. N. C. (ed.). *Constantine: history, historiography and legend*. London: Routledge, 1998. p. 74-85.

LE GOFF, J. *Uma longa Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEO, F. *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer literarischen Form*. Boston: Adamant Media, 2006. [1901]. (Elibron Classics reprint of 1901 edition by B. G. Teubner, Leipzig.).

LEVENE, D. S. Introduction. In: _____. *Religion in Livy*. Leiden: Brill, 1993. p. 1-15.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. Government and administration in the Late Empire (to AD 476). In: WACHER, J. (ed.). *The Roman world*. London: Routledge and Keegan Paul, vol. 1, 1987. p. 455-476.

LORIOT, X. Les premières années de la grande crise du III^e siècle: de l'avènement de Maximin le Thrace (235) à la mort de Gordien III (244). In: TEMPORINI, H.. (Hrg.). *ANRW*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 657-787.

LUCE, T. J. Tacitus on "History's highest function": *praecipuum munus annalium* (Ann. 3.65). In: HAASE, W. (Hrg.). *ANRW*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, vol. II.33.4, 1991. p. 2904-2927.

MACHADO, C. A. R. Construindo uma imagem da Roma antiga: os monumentos e a memória. In: SILVA, F. C. T. (org.). *História e imagem*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 1998. p. 147-157.

MACMULLEN, R. *Les rapports entre les classes sociales dans l'Empire romain* (50 av. J.-C. – 284 ap. J.-C.). Paris: Éditions du Seuil, 1986a.

MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: University Press, 1997.

MARROU, H. I. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1973.

MARTIN, R.; GAILLARD, J. (eds.). *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.

MASLAKOV, G. The Roman antiquarian tradition in Late Antiquity. In: CROKE, B.; EMMETT, A. M. (eds.). *History and historians in Late Antiquity*. Sydney: Pergamon, 1983. p. 100-106.

MATTHEWS, J. The emperor and his historians. MARINCOLA, J. (ed.). *A companion to Greek and Roman historiography*. Oxford: Blackwell, vol. 1, 2007. p. 291-304.

MAZZARINO, S. *Il pensiero storico classico*. Roma; Bari: Laterza, vol. 3, 1983.

_____. *O fim do mundo antigo*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *L'impero romano*. 15. ed. Roma; Bari: Laterza, vol. 2, 2005.

- MCDONNELL, M. Roman manliness and the Principate. In: _____. *Roman manliness: "virtus" and the Roman Republic*. Cambridge: University Press, 2006. p. 385-389.
- MCQUEEN, E. I. *Quintus Curtius Rufus*. In: DOREY, T. A. *Latin biography*. London: Routledge, 1967. p. 17-44.
- MELLOR, R. *The Roman historians*. London; New York: Routledge, 1999. p. 132-164.
- MÉNARD, H. *Maintenir l'ordre à Rome* (IIe-IVe siècles ap. J.-C.). Seyssel: Champ Vallon, 2004.
- MENDES, N. M. *Sistema político do império romano do ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2002.
- MILES, R. Introduction. In: _____ (ed.). *Constructing identities in Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 1999. p. 1-15.
- _____. Communicating culture, identity and power. In: HUSKINSON, J. (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000. p. 29-62.
- _____. Rivalling Rome: Carthage. In: EDWARDS, C.; WOOLF, G. (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: University Press, 2003. p. 123-146.
- MILLAR, F. *The emperor in the Roman world*. 2. ed. London: Duckworth, 1992.
- MOLES, J. Truth and untruth in Herodotus and Thucydides. In: GILL, C.; WISEMAN, T. P. (eds.). *Lies and fiction in the ancient world*. Exeter: University of Exeter Press, 1993. p. 88-121.
- MOMIGLIANO, A. L'époque de la transition de l'historiographie antique à l'historiographie médiévale (320-550 après J.-C.). In: _____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983. p. 120-144.
- _____. Per una nuova edizione della "*Origo gentis Romanae*". In: _____. *Secondo contributo alla storia degli studi classici*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1984. [1960]. p. 177-190.
- _____. The crisis of the Roman state and the Roman historians (from Sallust to Tacitus). In: _____. *Nono contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1992. p. 503-519.
- _____. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993a.
- _____. *The development of Greek biography*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993b.
- MORGAN, T. *Literate education in the Hellenistic and Roman worlds*. Cambridge: University Press, 2000. [1998].

MOSCATELLI, R. História intelectual: a problemática da interpretação dos textos. In: LOPES, M. A. (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 48-59.

NERI, V. *Medius princeps*. Storia ed immagine di Costantino nella storiografia latina pagana. Bologna: CLUEB, 1992.

_____. Costantino nei *Caesares* di Aurelio Vittore. In: BONAMENTE, G.; FUSCO, F. (a cura di). *Costantino il Grande*. Dall'antichità all'umanesimo. Macerata: Università degli Studi di Macerata, vol. 2, 1993. p. 701-736. (Colloquio sul cristianesimo nel mondo antico).

_____. *Cives e peregrini* nella Roma tardoantica: l'esaltazione dell'*origo* romana. In: BARZANÒ, A. et alli. *Identità e valori*. Fattori di aggregazione e fattori di crisi nell'esperienza politica antica. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001. p. 257-281.

NICOLAI, R. The place of history in the ancient world. In: MARINCOLA, J. (ed.). *A companion to Greek and Roman historiography*. Oxford: Blackwell, vol. 1, 2007. p. 13-26.

ORIEUX, J. A arte do biógrafo. In: DUBY, G. et alli. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1989. p. 33-42.

PAUSCH, D. *Biographie und Bildungskultur*: Personendarstellungen bei Plinius dem Jüngeren, Gellius und Sueton. Berlin: de Gruyter, 2004. p. 325-335.

PELLING, C. Conclusions: texts, audiences, truth. In: _____. *Literary texts and the Greek historian*. London: Routledge, 2000. p. 246-253.

POTTER, D. *Prophets and emperors*. Human and divine authority from Augustus to Theodosius. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

REALE, G. *História da filosofia antiga*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, vol. 3, 1994. (Os sistemas da era helenística).

REES, R. The private lives of public figures. In: WHITBY, M. (ed.). *The propaganda of power*. The role of panegyric in Late Antiquity. Leiden: Brill, 1998. p. 77-101.

REIS, J. C. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

REQUENA, M. *Lo maravilloso y el poder*. Los presagios de imperio de los emperadores Aureliano y Tácito en la *Historia Augusta*. Valencia: PUV, 2003.

RIBEIRO, R. J. A filosofia política na história. In: _____. *Ao leitor sem medo*: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 341-352.

ROHRBACHER, D. Aurelius Victor. In: _____. *The historians of Late Antiquity*. London; New York: Routledge, 2002. p. 42-48.

ROMAN, Y. *Empereurs et sénateurs*. Une histoire politique de l'Empire romain. Paris: Fayard, 2001.

RUCH, M. Le thème de la croissance organique dans le pensée historique des Romains, de Caton à Florus. In: TEMPORINI, H. (Hrg). *ANRW*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. I.2, 1972. p. 827-841.

RUFUS FEARS, J. The theology of victory at Rome: approaches and problems. In: TEMPORINI, H. (Hrg). *ANRW*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.17.2, 1981. p. 736-824.

RUGGINI, L. C. Modello politico classico per un imperatore cristiano (IV-VI secolo). In: BARZANÒ, A. et alli. *Identità e valori*. Fattori di aggregazione e fattori di crisi nell'esperienza politica antica. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001. p. 241-255.

RUIZ-WERNER, J. M. La biografia en Grecia. In: _____. *Biógrafos griegos*. Traducciones del grego y notas por A. S. Romanillos et alli. Madrid: Aguilar, 1973. [1964]. p. 9-22.

SALIBA, E. T. As imagens canônicas e a História. In: CAPELATO, M. H. R.; MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M.; SALIBA, E. T. *História e cinema*. São Paulo: Alameda, 2007. p. 85-96.

SALZMAN, M. R. *On Roman time*. The Codex-Calendar of 354 and the rhythms of urban life in Late Antiquity. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 209-212.

SANCHO GÓMEZ, M. P. *Guerra y política en el Imperio romano de occidente (337-361)*. 2008. 497f. Tesis (Doctorado en Historia Antigua) – Universidad de Murcia, Murcia, 2008.

SCHETTER, W. Nemesians Bucolica und die Anfänge der spätlateinischen Dichtung. In: ZWIERLEIN, O. (Hrsg.). *Kaiserzeit und spätantike*. Kleine Schriften (1957-1992). Stuttgart: Franz Steiner, 1994. p.141-181.

SEBASTIANI, B. B. *Bélica lição polibiana*. 2006. 349f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEHLMAYER, M. Historisches Wissen und Geschichtsbilder. In: _____. *Geschichtsbilder für Pagane und Christen: res Romanae in den spatantiken Breviarien*. Berlin: de Gruyter, 2009. p. 32-114.

SHERWIN-WHITE, A. N. *The Roman citizenship*. 2nd. ed. Oxford: Clarendon Press, 1973.

SINISCALCO, P. La storiografia del Tardo Antico. In: _____. *Il senso della storia*. Studi sulla storiografia cristiana antica. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003. p. 31-59.

SORDI, M. L'idea di crisi e di rinnovamento nella concezione romano-etrusca della storia. In: TEMPORINI, H. (Hrg). *ANRW*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. I.2, 1972. p. 781-793.

SOUTHERN, P. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London; New York: Routledge, 2004. [2001].

SWAIN, S. Biography and biographic in the literature of the Roman Empire. In: EDWARDS, M. J.; _____. *Portraits: biographical representation in the Greek and Latin literature of the Roman Empire*. Oxford: OUP, 1997. p. 1-38.

SYME, R. *Emperors and biography*. Studies in the *Historia Augusta*. Oxford: Clarendon, 1971.

_____. Fiction in the epitomators. In: _____. *Historia Augusta papers*. Oxford: Clarendon, 1983. p. 156-167.

_____. Roman biographies and Roman history. In: BIRLEY, A. (ed.). *Roman papers*. Oxford: Clarendon, vol. 6, 1991. p. 122-128.

_____. *Ammianus and the Historia Augusta*. 2nd. ed. Oxford: OUP, 2001. [1968].

TALBERT, R. J. A. *The senate of Imperial Rome*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

TALBOT, F. *Apprendre et enseigner en Afrique proconsulaire*. L'éducation classique et la vie municipale africaine, du second siècle à la fin du monde antique. 2007. 132f. Mémoire (Maîtrise em Histoire) – Faculté des Lettres, Université Laval, Montréal, 2007.

TILDEN, P. *Religious intolerance in the Later Roman Empire: the evidence of the Theodosian Code*. 2006. 271f. Ph. D. Thesis (Doctor of Philosophy in Classics) – University of Exeter, Exeter City, 2006.

TOHER, M. Augustus and the evolution of Roman historiography. In: RAAFLAUB, K. A., TOHER, M. (eds.). *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 139-154.

TOWNEND, G. B. Suetonius and his influence. In: DOREY, T. A. (ed.). *Latin biography*. New York: Basic Books, 1967. p. 79-112.

VAN DAM, R. *The Roman revolution of Constantine*. Cambridge: University Press, 2009. [2007].

VEYNE, P. Pluralidade e analogia dos mundos de verdade. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1983. p. 29-41.

_____. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: _____ et ali. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 9-23.

_____. *Humanitas: romanos e não-romanos*. In: GIARDINA, A. (ed.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1991. p. 283-302.

_____. L'empereur, ses concitoyens et ses sujets. In: INGLEBERT, H. (éd.). *Idéologies et valeurs civiques dans le monde romain*. Nanterre: Picard, 2002. p. 49-74.

WALBANK, F. W. La pavorosa revolución: la decadencia del Império romano en Occidente. Versión de Doris Rolfe. Madrid: Alianza Editorial, 1987. [1978].

WALLACE-HADRILL, A. *Mutatio morum: the idea of a cultural revolution*. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, A. (eds.). *The Roman cultural revolution*. Cambridge: University Press, 2000. [1997]. p. 3-22.

_____. *Suetonius*. London: Bristol Classical, 2004. [1995].

WILLIAMS, R. Hacia una sociología de la cultura. In: _____. *Sociología de la cultura*. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1994. p. 9-30.

WILLIAMS, S. *Diocletian and the Roman recovery*. London; New York: Routledge, 1997. [1985].

WIRSZUBSKI, C. *Libertas as a political idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*. Cambridge: University Press, 1960.

WOOLF, G. *Becoming Roman*. The origins of provincial civilization in Gaul. Cambridge: University Press, 1998. p. 1-47.

ZECCHINI, G. *Ricerche di storiografia latina tardoantica*. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 1993.

Artigos de periódicos

ADAMS, J. N. ‘*Romanitas*’ and the Latin language. *CQ*, Oxford, v. 53, n. 1, p. 184-205, 2003.

AHL, F. The art of safe criticism in Greece and Rome. *AJPh*, Baltimore, v. 105, n. 2, p. 174-208, 1984.

AJA SÁNCHEZ, J. R. Imprecaciones senatoriales contra Commodo en la “*Historia Augusta*”. *POLIS*, Alcalá de Henares, vol. 5, p. 5-21, 1993.

_____. *Vox populi et princeps*: el impacto de la opinión pública sobre el comportamiento político de los emperadores. *Latomus*, Bruxelles, v. 55, n. 2, p. 295-328, 1996.

ANDO, C. Review of H. W. Bird, “Aurelius Victor, *De Caesaribus*”. *BMCRev*, Bryn Mawr, 1995. Disponível em: <<http://ccat.sas.upenn.edu/bmcr/1995/95.03.21.html>>. Acesso em: 02 dez. 2006.

_____. Tacitus, *Annales* VI: beginning and end. *AJPh*, Baltimore, v. 118, p. 285-303, 1997.

ANDO, M. Y. Uma leitura interdisciplinar de estudos sobre a leitura. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 31, n. 1, p. 85-93, 2009.

ANTIQUEIRA, M. O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, vol. 5, n. 3, p. 1-12, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol16moisesantiqueira.php>. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. Existiu um edito de Galieno? *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 121-139, 2011a. Disponível em:

http://www.antiguidadeclassica.com/website/edicoes/setima_edicao/9.pdf. Acesso em: 05 fev. 2012.

_____. Aurélio Vítor e o *quinquennium Neronis*. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 437-445, set./dez. 2011b. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.11>. Acesso em: 27 mai. 2012.

APPELBAUM, A. Another look at the assassination of Pertinax and the accession of Julianus. *CPh*, Chicago, v. 102, p. 198-207, 2007.

BALDINI, A. Storia senza storie (IV-V secolo d.C.). *Classica*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 7-18, 2006.

BALDWIN, B. Festus the historian. *Historia*, Stuttgart, v. 27, n. 1, p. 197-217, 1978.

_____. Illiterate emperors. *Historia*, Stuttgart, v. 38, n. 1, p. 124-126, 1989.

_____. The *Epitome de Caesaribus*, from Augustus to Domitian. *QUCC*, Pisa, v. 43, n. 1, p. 81-101, 1993.

BARNES, T. D. The family and carrer of Septimius Severus. *Historia*, Stuttgart, vol. 16, p. 87-107, 1967.

_____. Who were the nobility of the Roman Empire? *Phoenix*, Toronto, v. 28, p. 444-449, 1974.

_____. The *Epitome de Caesaribus* and its sources. *CPh*, Chicago, v. 71, n. 3, p. 258-268, 1976.

_____. Imperial chronology, A.D. 337-350. *Phoenix*, Toronto, v. 34, n. 2, p. 160-166, 1980.

_____. Was there a Constantinian revolution? *JLA*, Baltimore, v. 2, n. 2, p. 374-384, 2009.

BÉRANGER, J. L'abdication de l'empereur romain. *CRAI*, Paris, v. 123, n. 2, p. 357-379, 1979.

BERRIMAN, A.; TODD, M. A very Roman coup: the hidden war of imperial succession, AD 96-8. *Historia*, Stuttgart, v. 50, n. 3, p. 312-331, 2001.

BESSONE, L. Echi di Aurelio Vittore (Caes. 5) nel Chronicon di Sulpicio Severo. *RFIC*, Torino, v. 108, p. 431-441, 1980.

BIRD, H. V. Aurelius Victor and the accession of Claudius II. *CJ*, Ashland, v. 66, n. 3, p. 252-254, 1971.

_____. A note on *De Caesaribus* 34.7-8. *CJ*, Ashland, v. 67, n. 4, p. 360-361, 1972.

_____. Further observations on the dating of Enmann's *Kaisergeschichte*. *CQ*, Oxford, v. 23, n. 2, p. 375-377, 1973.

_____. Aurelius Victor on women and sexual morality. *CJ*, Ashland, v. 78, n. 1, p. 44-48, 1982.

_____. Eutropius on Numa Pompilius and the senate. *CJ*, Ashland, v. 81, n. 3, p. 243-248, 1986.

_____. The Roman senators: Eutropius' perspective. *AHB*, Calgary, v. 1, n. 6, p. 139-151, 1987.

_____. Julian and Aurelius Victor. *Latomus*, Bruxelles, v. 55, n. 4, p. 870-874, 1996.

BIRLEY, A. R. Rewriting second- and third-century history in late antique Rome: the *Historia Augusta*. *Classica*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 19-29, 2006.

BOWERSOCK, G. W. From emperor to bishop: the self-conscious transformation of political power in the fourth century A.D. *CPh*, Chicago, v. 81, p. 298-307, 1986.

BRAVO, G. El ritual de la *proskynesis* y su significado político y religioso en la Roma imperial. *Gerión*, Madrid, v. 15, p. 177-191, 1997.

BURGESS, R. W. On the date of the Kaisergeschichte. *CPh*, Chicago, v. 90, n. 2, p. 111-128, 1995.

_____. A common source for Jerome, Eutropius, Festus, Ammianus and the *Epitome de Caesaribus* between 358 and 378, along with further thoughts on the date and nature of the *Kaisergeschichte*. *CPh*, Chicago, v. 100, p. 166-192, 2005.

CALLU, J.-P. À la frange de l'histoire: cinq texts ou paratextes de l'antiquité tardive. *NAC*, Lugano, v. 26, p. 365-383, 1997.

_____. Compte rendu de l'édition de l'*Epitome de Caesaribus* établi par M. Festy. *CRAI*, Paris, v. 143, n. 2, p. 606-608, 1999.

_____. *Pia Felix*. *RN*, Paris, v. 155, p. 189-207, 2000.

CAMERON, Alan D. E.; CAMERON, Averil. Christianity and tradition in the historiography of the Late Empire. *CQ*, Oxford, v. 14, n. 2, p. 316-328, 1964.

CAMERON, Alan D. E. Two glosses on Aurelius Victor. *CR*, Oxford, v. 15, n. 1, p. 20-21, 1965.

CEAUSESCU, P. *Altera Roma*. Histoire d'une folie politique. *Historia*, Stuttgart, v. 25, n. 1, p. 79-107, 1976.

CHAUVOT, A. Représentations du *Barbaricum* chez les barbares au service de l'empire au IV^e siècle après J.-C. *Ktèma*, Strasbourg, v. 9, p. 145-157, 1984.

CHEUNG, A. The political implications of imperial military defeat. *Scholia*, Durban, v. 7, p. 109-117, 1998.

CHRISTOL, M. A propos de la politique extérieure de Trébonien Galle. *RN*, Paris, v. 22, p. 63-74, 1980.

CIZEK, E. La poétique de l'histoire dans les abrégés du IV^e siècle ap. J.-C. *RPh*, Paris, v. 68, n. 1-2, p. 107-129, 1994.

COLOMBO, M. *Constantinus rerum nouatur: dal comitatus diocleziano ai palatini di Valentiniano I. K*, Berlin, v. 90, n. 1, p. 124-161, 2008.

CORASSIN, M. L. Biografia e história na *Vita Aureliani*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 98-111, 1997a.

_____. A idealização do príncipe na ideologia aristocrática de Roma. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 4, p. 197-210, jul./dez. 1997b.

CORBETT, P. B. The *De Caesaribus* attributed to Aurelius Victor: points arising from an examination of the MSS and of the Teubner edition of F. Pichlmayr. *Scriptorium*, Bruxelles, v. 3, p. 254-257, 1949.

DE BLOIS, L. Traditional virtues and new spiritual qualities in third century views of Empire. *Mnemosyne*, Leiden, v. 47, n. 2, p. 166-176, 1994.

DEMANDT, A. Geschichte in der spätantiken Gesellschaft. *Gymnasium*, Heidelberg, v. 89, p. 255-272, 1982.

DESIDERI, P. "Non scriviamo storie, ma vite" (Plut., *Alex.* 1.2): la formula biografica di Plutarco. *Arachnion*, Bologna, n. 3, 1995. Disponível em: <http://www.cisi.unito.it/arachne/num3/desideri.html>. Acesso em: 27 mai. 2009.

DMITRIEV, S. Traditions and innovations in the reign of Aurelian. *CQ*, Oxford, v. 54, n. 2, p. 568-578, 2004.

DOPICO CAÍNZOS, M. D. ¿"Aeternitas" o desaparición de Roma? Dos visiones de la sociedad romana. *QUCC*, Pisa, v. 63, n. 3, p. 139-161, 1999.

DUNKLE, J. R. The Greek tyrant and Roman political invective of the Late Republic. *TAPhA*, Baltimore, v. 98, p. 151-171, 1967.

ELLIOTT, T. G. The language of Constantine's propaganda. *TAPhA*, Baltimore, v. 120, p. 349-353, 1990.

ENJUTO SÁNCHEZ, B. Juliano y la su lucha intencionada contra la alteridad bárbara germana. *SHHA*, Salamanca, v. 18, p. 233-246, 1998.

_____. Aproximación a la figura del "parvenu" en el siglo IV d.C.. A la búsqueda de una identidad. *SHHA*, Salamanca, v. 22, p. 139-159, 2004.

ESCRIBANO, M. V. La ilegitimidad política en los textos historiográficos y jurídicos tardíos (*História Augusta*, *Orosius*, *Codex Theodosianus*). *RIDA*, Bruxelles, v. 44, p. 85-120, 1997.

_____. Constantino y la *rescissio actorum* del tirano-usurpador. *Gerión*, Madrid, v. 16, p. 307-337, 1998.

ESPINOZA RUIZ, U. El reinado de Commodo: subjetividad y objetividad en la antigua historiografía. *Gerión*, Madrid, v. 2, p. 113-150, 1984.

FARRELL, J. Intention and intertext. *Phoenix*, Toronto, v. 59, p. 98-111, 2005.

FARRINGTON, S. T. Action and reason: Polybius and the gap between Encomium and History. *CPh*, Chicago, v. 106, n. 4, p. 324-342, 2001.

FERNÁNDEZ, S.; GONZÁLEZ, R. El *consensus* y la *auctoritas* en el acceso al poder del emperador Septimio Severo. *A&Cr*, Murcia, v. 23, p. 23-37, 2006.

FLORY, M. B. Octavian and the omen of the “*gallina alba*”. *CJ*, Ashland, v. 84, n. 4, p. 343-356, 1989.

FOWDEN, G. The last days of Constantine: oppositional views and their influence. *JRS*, London, v. 84, p. 146-170, 1994.

FRANÇOIS, J. Le schismatique, tyran furieux. *MEFRA*, Roma, v. 94, n. 2, p. 921-949, 1982.

FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C. U. Romanos e germânicos: lutas, guerras, rivalidades na Antiguidade Tardia. *Brathair*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 17-24, 2007. Disponível em: <http://brathair.com/revista/numeros/07.01.2007/carlanFunari.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

GIUA, M. A. Aspetti della biografia latina del primo impero. *RSI*, Napoli, v. 102, n. 2, 1990, 535-559.

GONÇALVES, A. T. M. A figura do *optimus princeps* nos breviários de história romana. *Hélade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 23-33, 2001. Disponível em: http://www.heladeweb.net/N2%202001/Ana_Teresa_Gon%C3%A7alves2001.htm. Acesso em: 05 dez. 2008.

_____. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários de história romana produzidos no IV século d.C. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2006.

GONZÁLEZ DEL CAMPO, G. Trajano en la literatura de corte de Teodosio y Justiniano. *Talia dixit*, Cáceres, v. 4, p. 43-71, 2009.

GONZÁLO BLANCO, A. La tradición: un tema central en la vida de los hombres. *A&Cr*, Murcia, v. 14, p. 11-18, 1997. (La tradición en la Antigüedad Tardía).

HALL, L. J. Cicero's *instinctu divino* and Constantine's *instinctu divinitatis*: the evidence of the Arch of Constantine for the senatorial view of the “Vision of Constantine”. *JECS*, Baltimore, v. 6, n. 4, p. 647-671, 1998.

HARVEY, B. K. Two bases of Marcus Aurelius Caesar and the Roman imperial succession. *Historia*, Stuttgart, v. 53, n. 1, p. 46-60, 2004.

HAAS, C. J. Imperial Religious Policy and Valerian's persecution of the Church, A.D. 257-260. *ChHist*, Red Bank, v. 52, n. 2, p. 133-144, 1983.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. La imagen de "la mala" emperatriz en el Alto Imperio: Mesalina, *meretrix Augusta*. *Gérion*, Madrid, v. 24 (extra), p. 395-409, 2007.

HOPKINS, K. Social mobility in the Later Roman Empire: the evidence of Ausonius. *CQ*, Oxford, v. 11, n. 2, p. 239-249, 1961.

HUMPHREYS, M. *In nomine patris*: Constantine the Great and Constantius II in Christological polemic. *Historia*, Stuttgart, v. 46, n. 4, p. 448-464, 1997.

_____. Roman senators and absent emperors in Late Antiquity. *AAAH*, Roma, v. 17, p. 1-42, 2003.

_____. From usurper to emperor: the politics of legitimation in the age of Constantine. *JLA*, Baltimore, v. 1, n. 1, p. 82-100, 2008.

INGLEBERT, H. "L'histoire de Rome" dans l'antiquité tardive: un concept equivoque. *Latomus*, Bruxelles, v. 55, n. 3, p. 544-567, 1996.

ISRAELOWICH, I. The rain miracle of Marcus Aurelius: (re-)construction of consensus. *G&R*, v. 55, n. 1, p. 85-102, 2008.

KELLY, G. The new Rome and the old: Ammianus Marcellinus' silence on Constantinople. *CQ*, Oxford, v. 53, n. 2, p. 588-607, 2003.

LAFABRIE, J. La chronologie des empereurs gaulois. *RN*, Paris, v. 6, p. 91-127, 1964.

LANA, I. La storiografia latina pagana del IV sec. D.C. *Koinonia*, Napoli, v. 3, p. 7-28, 1979.

LA PENNA, A. I flosculi sallustiani di Aurelio Vittore. *ACD*, Debrecen, v. 40/41, p. 377-384, 2004/2005.

LEMOIS, M. S. O 'mos maiorum' e a fortuna do Império Romano no século IV d.C.. *Dimensões*, Vitória, vol. 25, p. 46-62, 2010.

L'HUILLIER, M.-C. Le Bréviaire d'Eutrope. *DHA*, Besançon, v. 23, n. 1, p. 318-321, 1997.

LÓPEZ SÁNCHEZ, F. Tiranía y legitimación del poder en la numismática de Magnencio y Constancio II (350-353 dC). *Faventia*, Barcelona, v. 22, n. 1, p. 59-86, 2000.

LUCE, T. J. Ancient views on the causes of bias in historical writing. *CPh*, Chicago, v. 84, n. 1, p. 16-31, 1989.

MACCORMICK, S. Roma, Constantinopolis, the emperor and his *genius*. *CQ*, Oxford, v. 25, p. 131-150, 1975.

MACMULLEN, R. Imperial bureaucrats in the Roman provinces. *HSCP*, Cambridge, MA, v. 68, p. 305-316, 1964a.

_____. The focus of interest in the Roman Empire. *CW*, v. 57, n. 8, p. 341-343, 1964b.

_____. Personal power in the Roman Empire. *AJPh*, Baltimore, v. 107, n. 4, p. 512-524, 1986b.

MAGALHÃES, L. O. de. Historiografia e biografia na cultura greco-romana. *História da historiografia*, Ouro Preto, v. 3, p. 181-187, set. 2009.

MALOSSE, P.-L. Qu'est donc allé faire Constant 1er en Bretagne pendant l'hiver 343? *Historia*, Stuttgart, v. 48, n. 4, p. 465-476, 1999.

MARASCO, G. Giulia Domna, Caracalla e Geta: frammenti di tragedia alla corte dei Severi. *AC*, Bruxelles, v. 65, p. 119-134, 1996.

MARCONE, A. I cambiamenti nell'impero romano. *Arachnion*, Bologna, v. 2, 1995. Disponível em: < <http://www.cisi.unito.it/arachne/num2/marcone.html>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

MARQUES, J. B. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 158, n. 1, p. 43-65, jan./jun. 2008.

MATHISEN, R. W. Les barbares intellectuels dans l'antiquité tardive. *DHA*, Besançon, v. 23, n. 2, p. 139-148, 1997.

MATTHEWS, J. The Roman Empire and the proliferation of elites. *Arethusa*, Baltimore, v. 33, n. 4, p. 429-446, 2000.

MILLAR, F. Emperors, frontiers and foreign relations, 31 B.C. to A.D. 378. *Britannia*, London, v. 13, p. 1-23, 1982.

_____. Italy and the Roman Empire: Augustus to Constantine. *Phoenix*, Toronto, v. 40, n. 3, p. 295-318, 1986.

MOMIGLIANO, A. Some observations on the "*Origo Gentis Romanae*". *JRS*, London, v. 48, p. 56-73, 1958.

MONREAL, P. R. Apuntes de lexicografía a propósito de los términos *moderatio*, *modestia* y *temperantia* en Tito Livio. *CFC (L)*, Madrid, v. 13, p. 61-71, 1997.

MONTERO, S. Aurelio Victor y la adivinación. *ASNP*, Pisa, v. 17, n. 4, p. 989-1000, 1987.

MORALEE, J. Maximinus Thrax and the politics of race in Late Antiquity. *G&R*, Oxford, v. 55, n. 1, p. 58-82, 2008.

MORENO FERRERO, I. Elementos biográficos en el Breviario de Festo. *SHHA*, Salamanca, v. 4-5, p. 173-188, 1986/1987.

_____. El tiempo como categoría histórica: la periodización y las edades de Roma. *Minerva*, Valladolid, v. 15, p. 175-188, 2001.

_____. El pasado en el presente: la perspectiva histórica en el *Liber de Caesaribus* de A. Victor. *Eclás*, Madrid, v. 132, p. 69-86, 2007.

MORGAN, L. Domitian the second? *G&R*, Oxford, v. 53, n. 2, p. 175-184, 2006.

NAKAMURA, B. J. When did Diocletian die? New evidence for an old problem. *CPh*, Chicago, v. 98, n. 3, p. 283-289, 2003.

NIXON, C. E. V. Review of H. W. Bird, “*Sextus Aurelius Victor: a historiographical study*”. *Phoenix*, Toronto, v. 39, p. 410-413, 1985.

_____. Aurelius Victor and Julian. *CPh*, Chicago, v. 86, n. 2, p. 113-125, 1991.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAK, M. G. Estoicismo e epicurismo em Roma. *Letras Clássicas*, São Paulo, v. 3, p. 257-273, dez. 1999.

PASCHOUD, F. Deux ouvrages récents sur l’*Epitome de Caesaribus* et Aurélius Victor. *REL*, Paris, v. 53, p. 86-98, 1975.

PENELLA, R. J. A Sallustian reminiscence in Aurelius Victor. *CPh*, Chicago, v. 78, n. 3, p. 234, 1983.

POHLMANN, J. F. A construção de uma tradição familiar para Constâncio II a partir dos modelos e antimodelos de Aurélio Victor. *Ars Histórica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 60-70, jul./dez. 2010. Disponível em: http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/dezembro2010/doc/arshistorica02_a09.pdf. Acesso em: 21 out. 2011.

PRESS, G. History and the development of the idea of history in Antiquity. *H&T*, Middletown, v. 16, n. 3, p. 280-296, 1977.

RIBEIRO JÚNIOR, W. A. Heródoto: o casamento por leilão. *Revista de Tradução Modelo* 19, Araraquara, v. 7, n. 13, p. 29-31, 2002.

RIVIÈRE, Y. Les *quadruplatores*: la répression du jeu, de l’usure et de quelques autres délits sous la République romaine. *MEFRA*, Roma, v. 109, n. 2, p. 577-631, 1997.

RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. Las “virtudes” del emperador Constantino. *SHHA*, Salamanca, v. 2-3, p. 239-247, 1984/1985.

_____. Constantino y la utilización político-ideológica de Roma. *SHHA*, Salamanca, v. 8, p. 49-54, 1990.

_____. La retórica del siglo IV. Espacios de integración y exclusión del bárbaro. *SHHA*, Salamanca, v. 26, p. 149-165, 2008.

ROUSSELLE, A. La chronologie de Maximine Hercule et le mythe de la tétrarquie. *DHA*, Besançon, v. 2, n. 1, p. 445-466, 1976.

RUBINCAM, C. "In the 100th year approximately...": qualified ordinal statements of time in the Greek historians. *Mouseion*, Calgary, v. 8, n. 3, p. 319-332, 2008.

RUFUS FEARS, J. Cyrus as a stoic *exemplum* of a just monarch. *AJPh*, Baltimore, v. 95, n. 3, p. 265-267, 1974.

RUGGINI, L. C. Intolerance: equal and less equal in the Roman world. *CPh*, Chicago, v. 82, n. 3, p. 187-205, 1987.

SAGE, M. M. The *De viris illustribus*: chronology and structure. *TAPhA*, Baltimore, v. 108, p. 217-241, 1978.

SALLER, R. Anecdotes as historical evidence for the Principate. *G&R*, Oxford, v. 27, n. 1, p. 69-83, 1980.

_____. Progress in early Roman historiography? *JRS*, London, v. 81, p. 157-163, 1991.

SALMON, P. "Racisme" ou refus de la différence dans le monde gréco-romain. *DHA*, Besançon, v. 10, p. 75-98, 1984.

SANTOS YANGUAS, N. La concepción de la historia de Roma como sucesión de edades en los historiadores latinos. *CFC(L)*, Madrid, v. 17, p. 173-184, 1981/1982.

SAUER, E. M. Annus Florianus: ein Drei-Monate-Kaiser und die ihm zu Ehren aufgestellten Steinmonumente (276 n.Chr.). *Historia*, Stuttgart, v. 47, n. 2, p. 174-203, 1998.

SCHEID, J. La mort du tyran. Chronique de quelques morts programmés. *MEFRA*, Roma, v. 79, p. 177-193, 1984.

SCHWARTZ, J. La mort de Claude le Gothique. *Historia*, Stuttgart, v. 22, p. 358-362, 1973.

SHACKLETON BAILEY, D. R. Textual notes on lesser Latin historians. *HSCP*, Cambridge, MA, v. 85, p. 155-184, 1981.

SILVA, G. V. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-392 d.C.). *Phoênix*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 91-100, 1996.

_____. A comunicação política no Baixo Império romano. *Revista Dimensões*, Vitória, v. 12, p. 205-212, jan./jun. 2001.

_____. O nascimento de uma cidade: Constantinopla e sua herança pagã e cristã. In: I Encontro Regional da ANPUH-BA, 2002, Ilhéus. *Anais Eletrônicos do I Encontro Regional da ANPUH-BA*. Ilhéus: Imprensa Universitária da UESC, 2002. p. 12-24.

SKINNER, A. The birth of a "Byzantine" senatorial perspective. *Arethusa*, Baltimore, v. 33, n. 3, p. 363-377, 2000.

SMITH, Robert R. R. The public image of Licinius I: portrait sculpture and imperial ideology in the early fourth century. *JRS*, London, v. 87, p. 170-202, 1997.

- SMITH, Rowland. Measures of difference: the fourth-century transformation of the Roman imperial court. *AJPh*, Baltimore, v. 132, p. 125-151, 2011.
- STARR, C. G. Aurelius Victor: historian of Empire. *AHR*, Washington, DC, v. 61, n. 3, p. 574-586, 1956.
- STARR, R. J. The scope and genre of Velleius' history. *CQ*, Oxford, v. 31, p. 162-174, 1981.
- STEVENSON, T. R. The ideal benefactor and the father analogy in Greek and Roman thought. *CQ*, Oxford, v. 42, p. 421-436, 1992.
- THORNTON, M. K. Nero's *quinquennium*: the Ostian connection. *Historia*, Stuttgart, v. 38, n. 1, p. 117-119, 1989.
- TIFFOU, E. Salluste et la Fortune. *Phoenix*, Toronto, v. 31, n. 4, p. 349-360, 1977.
- VAN HAEPEREN, F. L'impiété, une caractéristique des "mauvais" empereurs. *FEC*, Louvain-la-Neuve, v. 10, 2005. Disponível em: <<http://bcs.fltr.ucl.ac.be/FE/10/impiete.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2009.
- VEYNE, P. Clientèle et corruption au service de l'État: la vénalité des offices dans le Bas-Empire romain. *Annales (ESC)*, Paris, v. 36, n. 3, p. 339-360, 1981.
- _____. L'identité grecque devant Rome et l'empereur. *REG*, Paris, v. 112, p. 510-567, 1999.
- WARDMAN, A. E. Usurpers and internal conflicts in the 4th century A.D. *Historia*, Stuttgart, v. 33, n. 2, p. 220-237, 1984.
- WALLACE-HADRILL, A. The emperor and his virtues. *Historia*, Stuttgart, v. 30, n. 3, 1981, p. 298-323, 1981.
- _____. *Civilis princeps*: between citizen and king. *JRS*, London, v. 72, p. 32-48, 1982.
- WATERBURY, J. Endemic and planned corruption in a monarchical regime. *World Politics*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 533-555, 1973.
- WATTS, E. Roman anti-pagan legislation in theory and practice. In: Indiana University Law and Society Workshop, 2011, Bloomington. Disponível em: http://www.law.indiana.edu/centers/lawsociety/doc/watts_pagan_legislation.pdf. Acesso em: 18 abr. 2012.
- WIEMER, H.-U. Libanius on Constantine. *CQ*, Oxford, v. 44, n. 2, p. 511-524, 1994.
- WILSHIRE, L. E. Did Ammianus write a continuation of Tacitus? *CJ*, Ashland, v. 68, n. 3, p. 221-227, 1973.
- ZECCHINI, G. Costantino e i "Natales Caesarum". *Historia*, Stuttgart, v. 39, n. 3, p. 349-360, 1990.